

CPLP: OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

COLEÇÃO



PAÍSES
E REGIÕES

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE

Ministro

Celso Lafer

Secretário-Geral

Osmar Chohfi

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO – FUNAG

Presidente

Thereza Maria Machado Quintella

INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - IPRI

Diretor

Carlos Henrique Cardim

DEPARTAMENTO DA ÁFRICA E ORIENTE PRÓXIMO - DAOP

Diretor-Geral

Pedro Motta Pinto Coelho

CPLP: OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Carlos Henrique Cardim

João Batista Cruz

Organizadores

 IPRI


FAPESP
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA
EM SP
COORDENADORIA DE APOIO À PESQUISA
CIENTÍFICA


CAPES

ODEBRECHT

As idéias, opiniões e propostas apresentadas neste livro são de responsabilidade exclusiva dos autores, não expressando, necessariamente, o pensamento ou as posições do Ministério das Relações Exteriores (MRE), ou da Fundação Alexandre de Gusmão (Funag).

CPLP : Oportunidades e perspectivas / Departamento da África e Oriente Próximo ; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. – Brasília : IPRI, 2002.

542p.

Seminário “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP : Oportunidades e Perspectivas”. Brasília, 2002.

1. Países de Língua Portuguesa - Congressos. I. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa : Oportunidades e Perspectivas (2002:Brasília). II. Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Departamento da África e Oriente Próximo. III. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.

C.D.U.: 96(=690)

C741

Capa: JB Cruz, “Composições”, acrílico sobre tela, 60x50, 2001.

Direitos de Publicação reservados ao

INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - IPRI

Esplanada dos Ministérios, Bloco H, Anexo I, s. 708

70.170-900 Brasília, DF

Tel: (61) 411.6800/6816

Fax: (61) 224.2157

www.mre.gov.br/ipri

ipri@mre.gov.br

Impresso no Brasil 2002

SUMÁRIO

Apresentação	9
<i>Ministros Carlos Henrique Cardim e João Batista Cruz</i>	
Prefácio.....	11
<i>Ministro Pedro Motta Pinto Coelho</i>	
Palavras do Ministro de Estado das Relações Exteriores	17
<i>Professor Celso Lafer</i>	
Abertura dos trabalhos	21
<i>Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella</i>	
Mensagem do Embaixador José Aparecido de Oliveira	25
Mensagem da Secretária Executiva da CPLP	29
<i>Embaixadora Dulce Pereira</i>	
Programa do Seminário	35
PRIMEIRA PARTE	41
<i>ASPECTOS CONCEITUAIS E POLÍTICOS DA CPLP.</i>	
<i>COOPERAÇÃO POLÍTICO-DIPLOMÁTICA.</i>	
a) Avaliação crítica da CPLP – o projeto, seus mecanismos e viabilidade política	43
<i>Professor Fernando Albuquerque Mourão</i>	
b) Integração aberta e cidadania.	67
<i>Doutor Álvaro de Vasconcelos</i>	
c) A África da CPLP.	85
<i>Doutor Fernando Jorge Cardoso</i>	

SEGUNDA PARTE: 105

*A CPLP NO PLANO NACIONAL. PARCERIAS,
CONVERGÊNCIAS E INTERESSES.*

- a) Movimentos sociais e a sociedade civil na CPLP. Interesses e propostas de atuação 107
Doutor Cláudio Furtado (Cabo Verde)
- b) A CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e as Igrejas 127
Dom Damião Franklin (Angola)
- c) O Poder da Esperança. A participação das lideranças comunitárias como agente de transformação social 147
Doutora Zilda Arns Neumann
- d) A CPLP e a Mídia 165
Doutor João Melo (Angola)

TERCEIRA PARTE: 173

*A DIMENSÃO DE DESENVOLVIMENTO
SÓCIO-ECONÓMICO NA CPLP.*

- a) O papel da pesquisa agropecuária como fator de integração científica e tecnológica na CPLP; a experiência da EMBRAPA..... 175
Doutor Márcio Carvalho Marques Porto
Doutor Sotto Pacheco Costa
- b) A cooperação para o desenvolvimento. Capacitação e reforço institucional. A Capacidade dos agentes nacionais e áreas de interesse prioritário. 203
Doutora Alice Pessoa de Abreu

c) As reuniões setoriais. A questão orçamentária.....	221
<i>Ministro Pedro Motta Pinto Coelho</i>	
d) A política brasileira para HIV/AIDS e a cooperação com a CPLP.....	247
<i>Doutor Paulo Roberto Teixeira</i>	
e) A política de luta contra a pobreza.....	271
<i>Professor Jamisse Uilson Taimo (Moçambique)</i>	

QUARTA PARTE: 277

A GLOBALIZAÇÃO E A CPLP. A PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA.

a) A língua portuguesa como fator de integração. A cooperação na área de educação	279
<i>Professora Enilde Faulstich</i>	
b) Tecnologias de informação e o acesso ao conhecimento em língua portuguesa	299
<i>Doutor Felipe José Lindoso</i>	
c) O diálogo Sul-Sul e a CPLP. Globalização e desigualdade no mundo pós-11 de setembro	309
<i>Professor José Flávio Sombra Saraiva</i>	

DOCUMENTOS BÁSICOS SOBRE A CPLP 329

<i>Conferências Presidenciais</i>	351
<i>Conferências Ministeriais</i>	377
<i>Manifestações do Governo Brasileiro sobre a CPLP</i>	397
<i>Os Países - Membros da CPLP: Resumo</i>	421

APRESENTAÇÃO

Os textos reunidos neste volume da série “Países e Regiões” foram apresentados durante o seminário “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa-CPLP: Oportunidades e Perspectivas”, realizado nos dias 28 e 29 de maio de 2002, no Palácio Itamaraty, em Brasília.

O seminário foi organizado pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) e pelo Departamento da África e Oriente Próximo (DAOP), do Ministério das Relações Exteriores, com a finalidade de oferecer elementos de discussão sobre as propostas e objetivos da CPLP e fomentar a reflexão sobre os interesses dos países membros, bem como sobre as condições necessárias para a realização de suas expectativas no âmbito da Comunidade. Em outras palavras, um dos principais objetivos dos idealizadores do seminário foi de que os debates girassem em torno de uma indagação: que papel poderá vir a ser desempenhado pela recém-criada instituição internacional, na construção de uma agenda comum aos países-membros?

O seminário reuniu cerca de cem especialistas dos países lusófonos nas áreas de política, economia, cultura e ciência e tecnologia, o que tornou possível o debate aberto e informal sobre as principais questões relacionadas à funcionalidade e ao futuro da instituição e à sua inserção no mundo atual. Ao consolidar sob a forma de livro os trabalhos apresentados no seminário, é intenção dos seus organizadores submeter aquelas idéias, à guisa de contribuição, às instâncias oficiais, que discutirão os temas aqui tratados durante a IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que se reunirá nos últimos dias de Julho de 2002, em Brasília.

O Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) tem como uma de suas principais linhas de atividades a organização regular de seminários sobre países e regiões geográficas e culturais. Nesse âmbito, já foram realizados 22 encontros e publicados 14 volumes com os textos, especialmente preparados para esses eventos. O IPRI já promoveu

seminários sobre os seguintes países e regiões: Venezuela, Índia, França, África do Sul, Reino Unido, Argentina, Estados Unidos, China, Espanha, Coreia, Japão, Mundo Árabe, Ásia e América do Sul.

Nos últimos anos, tem se registrado significativo aumento de interesses de diferentes setores da sociedade brasileira por questões de política exterior. No entanto, apesar dessa crescente relevância do tema na agenda nacional, verifica-se uma carência dos denominados “especialistas de países e áreas” como existem na Europa e nos Estados Unidos.

Assim sendo, o IPRI com a linha de seminários e de livros sobre países e regiões tenciona dar uma contribuição efetiva para a criação e o fortalecimento desse campo de estudos nas instituições universitárias nacionais.

Carlos Henrique Cardim
João Batista Cruz
Organizadores

PREFÁCIO

Os textos incluídos neste volume foram apresentados e debatidos durante o Seminário “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP: Oportunidades e Perspectivas”, ocorrido em Brasília, em 28 e 29 de maio de 2002, no âmbito dos preparativos para a IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (Brasília, em 31 de julho e 1º de agosto de 2002). O evento, organizado pelo Departamento de África e Oriente Próximo – DAOP e pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI, com o apoio da CAPES e do CNPq, teve o objetivo de propiciar uma avaliação crítica sobre as propostas da CPLP, bem como sobre a participação brasileira nesse organismo internacional; fomentar a reflexão sobre o interesse dos países membros no aprofundamento dos laços de cooperação e de diálogo no âmbito comunitário; discutir as expectativas de setores da sociedade e do empresariado relativas à Comunidade; e avaliar as condições necessárias para que sejam atendidos tais interesses e preenchidas essas expectativas, em função das realidades de cada país membro e do sistema internacional.

A sessão inicial do Seminário, na manhã do dia 28.05, foi aberta pela Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella, Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão, na presença de convidados especiais, presentes, entre outros, a Embaixadora Dulce Maria Pereira, Secretária Executiva da CPLP, e o Senhor José Aparecido de Oliveira, ex-Embaixador do Brasil em Portugal. Foram convidados para o encontro intelectuais e políticos dos países membros da CPLP, havendo alguns deles inclusive apresentado documentos.

O seminário estruturou-se, como é tradicional em eventos do gênero patrocinados pelo IPRI, em quatro sessões, ou “mesas” temáticas. A primeira sessão do Seminário, conduzida pelo Embaixador Alberto da Costa e Silva, Presidente da Academia Brasileira de Letras, teve o tema geral “Aspectos conceituais e políticos da CPLP /

Cooperação político-diplomática”. Apresentaram trabalhos os Professores Fernando Albuquerque Mourão, Diretor do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo (“Avaliação Crítica da CPLP - o projeto, seus mecanismos e viabilidade política”); Álvaro de Vasconcelos, Presidente do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais / Portugal (“Integração Aberta e Cidadania”); e Fernando Jorge Cardoso, Vice-Reitor da Universidade Moderna, de Lisboa (“A África da CPLP”). Participaram como debatedores o Deputado Paulo Delgado, a Professora Jaci Menezes, da Universidade Estadual da Bahia, e o Coronel Luís Carlos Guedes, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência.

Nesta primeira sessão, discutiu-se, entre outros temas, a institucionalização do projeto da CPLP. Pareceu consensual a afirmação de que a organização conquistou êxitos significativos desde sua criação e tem hoje viabilidade política, faltando-lhe, todavia, a definição por parte dos países membros de seus efetivos interesses e objetivos. O projeto da Comunidade, que nasceu de um ato de vontade de sete nações independentes, precisa de prioridades definidas e do constante aperfeiçoamento de seus mecanismos, o que só se tornará possível mediante a clara apresentação das expectativas de cada membro quanto aos resultados da organização. Seria também necessário, para o fortalecimento do projeto multilateral, maior conhecimento mútuo e compreensão das agendas nacionais de cada Estado membro.

Admitiu-se ser inegável o crescente interesse e envolvimento da sociedade civil nas questões relativas à CPLP. Entretanto, seu fortalecimento como instituição depende, em última análise, do engajamento dos Governos de seus Estados membros. Entretanto, e esta dificuldade se verifica em especial no caso dos PALOP, os presentes se indagaram sobre a forma para fazer com que o Governo assumira posição protagônica, uma vez que o que se observa é um enfraquecimento das estruturas do Estado na África e o conseqüente comprometimento da capacidade governamental e estatal de promover o desenvolvimento. Neste sentido, o consenso entre os presentes acabou por enfraquecer significativamente a crítica levantada por um dos

expositores, de que a CPLP estaria se tornando uma “agência de projetos de desenvolvimento”, uma vez que o trabalho na área de cooperação tem-se concentrado justamente na questão da capacitação institucional e consolidação do Estado, agente potencialmente mais relevante na tarefa de promoção do desenvolvimento nos países da CPLP.

Foi ainda sugerido, nesta primeira sessão, que a CPLP dê menos ênfase à idéia de uma pretensa unidade cultural lusófona e assumase como um “espaço de cidadania”; ou seja, uma comunidade culturalmente diversa, onde a comunicação e o conhecimento mútuo são facilitados pela língua comum, com uma identidade baseada nos princípios da cidadania e da democracia. O documento fundamental na instituição deste espaço poderá vir a ser o Estatuto do Cidadão da CPLP, ainda que um dos Estados membros tenha por enquanto reservas ao mesmo.

Ainda no dia 28 de maio, teve lugar o segundo painel do Seminário, presidido pelo Professor Jamisse Uilson Taimo, Reitor do Instituto Superior de Relações Internacionais de Maputo, sob o tema “A CPLP no plano nacional: parcerias, convergência e interesses”. Expuseram trabalhos o Doutor Cláudio Furtado, Coordenador do Curso de Sociologia e Psicologia da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde (“Movimentos Sociais e a sociedade civil na CPLP – interesses e propostas de atuação”); Dom Damião Franklin, Reitor da Universidade Católica de Luanda e Arcebispo de Luanda (“Representação de setores da sociedade civil: o caso das igrejas”); e o Deputado e escritor angolano João Melo (“A Divulgação da CPLP e os meios de comunicação Social”). Participaram como debatedores o Doutor Carlos Alves Moura, Presidente da Fundação Cultural Palmares, além de representantes da Câmara dos Deputados e do Banco Mundial. Esta sessão contou ainda com a participação da Doutora Zilda Arns Neumann, Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança, que apresentou o trabalho da ONG que lidera, com ênfase ao trabalho desenvolvido nos PALOP.

Verificou-se que a participação da sociedade civil na CPLP se tem mostrado cada vez mais dinâmica e autônoma, o que por sua vez consolida a própria instituição. Muitas das associações e reuniões que levam a marca CPLP já existiam mesmo antes da criação da organização.

A questão, portanto, é como estimular sua multiplicação, fortalecê-las e, sobretudo, vinculá-las ao núcleo governamental da instituição. Há ainda um problema de déficit de informação, uma vez que, na verdade, faz-se mais do que normalmente se sabe no universo da CPLP.

Em muitos países da CPLP, ainda são restritos e não necessariamente construtivos os contatos entre a sociedade civil e o Estado e seus Governos. Há naturais dificuldades de diálogo ou mesmo trabalho conjunto, decorrentes, em grande medida, da própria fragilidade dos Estados e suas estruturas institucionais. Isso pode estar também dificultando o adensamento das relações entre a sociedade civil dos Sete e as estruturas governamentais da Organização. A superação desse problema tende a ocorrer, segundo alguns dos presentes, à medida em que se fortaleçam, em cada país, os papéis da sociedade civil e as modalidades de relação com o Estado.

No dia seguinte, o Seminário teve sua terceira sessão, sob o tema geral “A dimensão de desenvolvimento sócio-econômico na CPLP”, presidida pela Secretária de Gestão do MOG, Evelyn Levy. Representante da ABC expôs o trabalho da Agência nos esforços brasileiros de cooperação técnica horizontal, com atenção às atividades desenvolvidas bilateralmente e no âmbito da CPLP com os PALOP e Timor Leste. Dois temas prioritários da cooperação brasileira foram também abordados: agricultura e saúde (combate ao HIV/AIDS), respectivamente, pelo Chefe da Secretaria de Cooperação Internacional da EMBRAPA, Márcio Carvalho Porto, e por representante da Coordenação Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde.

Esta sessão teve ainda exposição de trabalhos de autoria do Professor Taimo (“A Política de Luta contra a Pobreza”) e do responsável pelos presentes comentários, neste caso a respeito das reuniões setoriais da CPLP e da questão orçamentária da Comunidade. Participaram como debatedores o Professor Alberto Pfeifer, Diretor-Executivo do Centro de Empresários da América Latina, o Senhor Jarbas Sant’Anna, Diretor da Construtora Norberto Odebrecht em Angola, além de representante do BNDES.

O debate havido nessa sessão indicou a oportuna adequação do tema proposto pela parte brasileira para a Conferência de Brasília (“A paz e o desenvolvimento nos países de língua portuguesa”). A luta contra a exclusão social e o subdesenvolvimento, e o fortalecimento de uma cultura de paz e democracia, questões interdependentes, dizem respeito não apenas a um ou outro país da Comunidade, mas inclusive, e particularmente, como assumiram os presentes, ao Brasil. A CPLP certamente não será a solução dos problemas sócio-econômicos de seus membros, mas pode ser um instrumento na busca desse objetivo final, como projeto comum a oito Estados, em que a cooperação técnica, mas, em igual medida, a concertação político-diplomática e a afirmação dos interesses dos países membros no contexto internacional, devem merecer grande atenção dos Governos dos países membros.

Assim, a CPLP passa a ser reconhecida e estimulada como mais um mecanismo que pode contribuir para uma melhor inserção dos países membros no cenário internacional, ao invés de reclamar para si a condição de primeira prioridade para qualquer um dos países membros. Ela poderá ser, entretanto, uma prioridade relativa para todos, que sempre se beneficiarão do engrandecimento e fortalecimento da Comunidade, por sua capacidade, inclusive estatutária, de promover a concertação política e a cooperação para o desenvolvimento.

O comércio internacional, como visto, tem espaço que poderá ser ocupado com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento dos países membros. Esse é um tema ainda menos explorado na CPLP, inclusive por força das estruturas do comércio internacional, que não favorecem a cooperação econômica e comercial entre os países do Sul. Foi exaltado o papel que o Fórum Empresarial da CPLP poderá ter para promover esse tema no âmbito da CPLP.

Por fim, a quarta e última sessão do Seminário teve por tema geral “A globalização e a CPLP”. Presidida pelo Diretor Geral do Departamento Cultural do Itamaraty, Ministro Luiz Fernando Ligiero, a sessão, que deu ênfase à questão da língua portuguesa, contou com exposições da Professora Enilde Faulstich (“A língua portuguesa como fator de integração”) e do Senhor Felipe Lindoso, da Câmara Brasileira

do Livro (“Tecnologias de informação e o acesso ao conhecimento em língua portuguesa”). Também apresentou trabalho o Professor José Flávio Sombra Saraiva, Chefe da Assessoria Internacional da UnB, sobre “O diálogo Sul-Sul e a CPLP: a agenda comum dos países em desenvolvimento e seus reflexos na CPLP”. Para o Professor Sombra Saraiva, o ambiente internacional contemporâneo, pós onze de setembro e marcado pela globalização, não favorece instituições como a CPLP, cuja atividade, por seu lado, também reflete os constrangimentos inerentes à assimetria de interesses ali representados. O autor propõe uma ação e uma presença mais fortes da CPLP junto a organismos e instituições internacionais capazes de promover o apoio tecnocrático e financeiro para que a Comunidade possa envolver-se mais diretamente nos temas da pobreza, igualdade e da equidade. Como debatedores, estiveram presentes o jornalista Alberto Dines, o Doutor Carlos Alberto Xavier, Assessor Especial do ministro da educação, e representante da Presidência da Câmara dos Deputados.

O Seminário foi encerrado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Professor Celso Lafer. Na sua alocução, o Ministro Lafer indicou que haviam sido alcançados os objetivos do Seminário, de promover o debate interno sobre os interesses brasileiros na CPLP, e de conhecer melhor a visão de nossos parceiros neste projeto comum. Reiterou também o firme compromisso do Governo brasileiro no sentido de consolidar e reforçar os laços de amizade e cooperação com os parceiros da CPLP, posto ser essa uma orientação estratégica da política externa brasileira.

Pedro Motta Pinto Coelho

Diretor Geral do Departamento
da África e Oriente Próximo

PALAVRAS DO
MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
PROFESSOR CELSO LAFER

Gostaria de dar as boas vindas a todos e felicitar o Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais (IPRI) e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) pela oportuna iniciativa de organizar este Seminário. Ao Ministro Pedro Motta, Diretor-Geral do Departamento de África e Oriente Próximo (DAOP), que se ocupa, no Ministério, da dimensão política e estratégica da CPLP; ao Ministro Luiz Fernando Ligiéro, Diretor-Geral do Departamento Cultural, em cujo âmbito se trabalha a importante questão da lusofonia; e à Doutora Dulce Pereira, que exerce, no seu dia a dia, a difícil tarefa de comandar a Secretaria Executiva da CPLP, estendo igualmente meus melhores cumprimentos.

Estamos muito satisfeitos em poder realizar, aqui no Palácio do Itamaraty, esta reflexão sobre um tema de tão grande relevo na agenda externa do Brasil como *O Papel da Comunidade dos Países de Língua e Expressão Portuguesa em nossa Visão do Mundo e Inserção Internacional*. Não poderia, contudo, dar início a esta minha intervenção sem antes fazer uma homenagem a meu querido amigo José Aparecido de Oliveira, mobilizador da concepção da CPLP e incansável campeão de suas muitas iniciativas e desdobramentos.

Tenho a convicção de que é útil, para fins analíticos, distinguir três grandes campos das relações internacionais: (a) o campo estratégico-militar, que incorpora o tradicional tema da paz e da guerra, como situação-limite da vida internacional; (b) o campo econômico, com todos os seus desdobramentos do ponto de vista dos interesses de um país em relação a outros países e outros agrupamentos; e, finalmente, (c) o campo dos valores, que diz respeito às afinidades ou discrepâncias quanto às concepções do mundo e da vida.

Este último, o campo dos valores, tem uma dimensão importante no plano qualitativo, pois, ao abranger as idéias e conceitos que

fundamentam o “estar no mundo” dos diversos atores da vida internacional, acabam repercutindo, de forma importante, seja no campo econômico, seja no campo estratégico-militar.

Neste Seminário, em virtude dos temas tratados e da qualidade de seus participantes, podemos constatar a interação dessas múltiplas vertentes. Temos aqui, por um lado, o debate sobre a vertente da cooperação político-diplomática, com suas parcerias e convergências, impulsionadas não somente pelas instâncias oficiais, mas também pela participação ativa da sociedade civil de cada um dos nossos países. Vejo, por outro lado, a contribuição relevante a respeito da vertente da cooperação sócio-econômica, que tanto potencial tem no âmbito de nossa Comunidade. Finalmente, como uma terceira vertente, dentro da qual as outras duas se encontram e potencializam, ressalto o significado profundo da promoção da língua portuguesa, que nos une enquanto código comum, por meio do qual lemos o mundo e o interpretamos.

A idéia de promover este Seminário é múltipla. Uma de suas facetas diz respeito à Reunião de Cúpula marcada para Brasília, que seguramente se beneficiará destas reflexões. Creio que a experiência acumulada, tanto pelos Governos da CPLP – representados aqui, alguns deles, pelas figuras de seus embaixadores – quanto pelos inúmeros representantes da sociedade civil dos países de língua portuguesa, constitui ingrediente indispensável para nossa reflexão.

Acabo de voltar do Timor Leste, de cujas cerimônias de independência tive a oportunidade de participar. Lá, atuei como representante do Presidente Fernando Henrique Cardoso na Reunião Extraordinária da CPLP, durante a qual se tratou do pedido de ingresso do Timor Leste em nossa Comunidade, a ser formalmente resolvido e equacionado na reunião de Brasília. Nessa oportunidade, pude, mais uma vez, constatar a importância de que se reveste a CPLP no trato de temas da agenda internacional de especial relevância para nosso conjunto de países.

Experiência semelhante já me havia ocorrido em Genebra, na época em que atuava como embaixador brasileiro junto aos organismos da ONU lá sediados. Na Comissão de Direitos Humanos, em diversas ocasiões,

tive a oportunidade de votar em conjunto com os demais representantes dos países da CPLP sobre os temas do Timor Leste. Esta concertação foi extremamente útil, porque encaminhou propostas que, algum tempo mais tarde, iriam permitir a solução que agora celebramos com a independência desta nação irmã.

Tais experiências alertam-me para o vasto horizonte de cooperação que a CPLP poderá explorar no processo de reconstrução nacional com que se defronta o Timor Leste. Este processo passará, necessariamente, por iniciativas na área da educação, da cooperação técnica, da capacitação profissional e administrativa, da alfabetização de adultos e de diversos outros aspectos interdependentes, em que o apoio da CPLP será decisivo para o Timor Leste erguer-se como nação.

Em outras palavras, gostaria de reiterar, em nome do Governo brasileiro, o forte compromisso do nosso país com os propósitos da Comunidade dos Países de Língua e Expressão Portuguesa. Hoje, vale destacar, os membros da CPLP são os principais beneficiários, em termos de recursos, da cooperação brasileira com países amigos. Nossos recursos nesse campo, quando comparados aos de nações mais afluentes, são limitados; justamente por isso, precisamos fazer escolhas. A prioridade que conferimos à CPLP é uma diretriz estabelecida pelo próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso e, não por acaso, se manifesta numa dimensão em que cultura, afinidades, economia e política se somam. Desde a formação de estudantes até a transferência de tecnologias agrícolas e industriais, buscamos ampliar ao máximo essa cooperação, de modo a consolidar e reforçar os laços que nos unem àqueles países com os quais dividimos uma história e uma tradição comuns.

Eventos como este Seminário são exemplo do nosso empenho e contribuem para, uma vez mais, demonstrar como a CPLP é uma orientação estratégica da política externa brasileira em sua dimensão mais universal e positiva.

Ninguém constrói uma política internacional sem parcerias. E as parcerias, como as que estamos construindo na CPLP, demonstram nossa vocação, enquanto país, para a promoção dos ideais do desenvolvimento, do avanço da democracia e da garantia da paz.

Somos, na CPLP, oito países que superaram a guerra; somos uma Comunidade de paz. E a paz, para usar uma frase do Presidente Tancredo Neves: “É uma esquivada conquista da razão política”. Trabalhar para que esta esquivada conquista da razão política se mantenha na boa trilha, é um dos nossos desafios.

O caso do Timor Leste é um exemplo admirável de uma solução onde o direito, a diplomacia e a persistência na aplicação de valores voltados para a construção da paz permitiram um positivo encaminhamento. Do mesmo modo, temos a segurança de que outras experiências, baseadas nestes mesmos princípios, estão sendo encaminhadas entre os países membros da CPLP e irão provar-se igualmente benéficas.

O Brasil é um país que tem, na paz, o valor ordenador dos demais valores da vida internacional, e nela vê o elemento básico para a promoção de nosso maior objetivo, o desenvolvimento. Esse binômio paz e desenvolvimento constitui o tema fundamental da política externa brasileira. É preciso que haja paz para haver desenvolvimento. E, em contrapartida, somente um desenvolvimento sustentado, capaz de eliminar a exclusão pode garantir a paz. Reside, portanto, na permanente manutenção da paz como valor ordenador e do desenvolvimento como meta-síntese, a efetiva garantia de uma organização mundial mais compatível com nossas aspirações e desejos.

É nesse espírito, e com esta visão das coisas, que gostaria de encerrar minhas considerações. Cumprimento todos aqueles que puderam participar deste Seminário e contribuir para as reflexões que nos irão auxiliar na condução das políticas públicas da CPLP.

Eu – que sou professor universitário e acredito no papel do debate – vejo em seminários desta qualidade insumos indispensáveis, que injetam vitalidade na atuação diplomática, alimentando-as com o vigor do confronto de idéias e a lucidez do diálogo.

Muito obrigado.

Professor Celso Lafer
Ministro de Estado
das Relações Exteriores

ABERTURA DOS TRABALHOS

Ao dar as boas-vindas a todos, desejo expressar o quanto me honra e me alegra abrir este Seminário sobre a *Comunidade de Países de Língua Portuguesa: Oportunidades e Perspectivas*, uma feliz iniciativa conjunta do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, vinculado à Fundação Alexandre de Gusmão, e o Departamento da África do Ministério das Relações Exteriores.

Dá-me um prazer especial saudar o meu querido amigo, Embaixador José Aparecido de Oliveira, que foi o idealizador da Comunidade e um batalhador incansável para que ela se tornasse realidade. Sua intensa mobilização fez dele o “arauto da iniciativa da CPLP”, para usar uma expressão que foi empregada pelo então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, em encontro ministerial preparatório realizado em Brasília, em fevereiro de 1994.

Temos a felicidade de poder contar, no Seminário, com a participação de personalidades ilustres dos países da CPLP. Suas contribuições enriquecerão o debate a realizar-se hoje e amanhã e serão, depois, reunidas por nós em livro, para que tenham mais permanência e aproveitem também aos representantes governamentais, acadêmicos e outros interessados que não assistirão ao Seminário.

Senhoras, Senhores,

Seis anos se passaram, já, desde que os Chefes de Estado e de Governo de nossos países, reunidos em Lisboa, institucionalizaram, no dia 17 de julho de 1996, a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CPLP. No próximo mês de julho, teremos em Brasília a IV Reunião de Chefes de Estado e de Governo. da Comunidade.

Pareceu-nos que o momento era apropriado para uma reflexão, de natureza sobretudo acadêmica, sobre tudo aquilo que fomos capazes

de realizar juntos até o presente, bem como sobre os desafios que temos pela frente.

Acreditamos ser essa reflexão essencial para um conhecimento mais aprofundado do estado e das perspectivas das nossas relações, que nos permita tirar os melhores resultados da Cimeira que se aproxima.

Irmãos que somos, pelo idioma e a cultura, são nosso dever a solidariedade entre nós e a concertação de posições perante terceiros, de modo a nos fazermos ais fortes e mais prósperos.

O idioma comum é um elo tão simples quanto poderoso, e a cooperação cultural e educacional, bem como a promoção da língua portuguesa, vertentes prioritárias de nossa cooperação.

Outra vertente relevante é a cooperação científica, técnica e tecnológica, a que se soma a cooperação econômico-comercial.

No plano político e social, entre as causas que constituem bandeira comum, estão o repúdio ao racismo, o combate à pobreza e a miséria e a luta contra a AIDS.

Todos esses temas, e outros, serão debatidos – frutuosa e, estou certa – em nosso Seminário.

Senhoras e Senhores,

A idéia da CPLP nasceu de considerações de natureza lingüística e histórico- culturais. Ela cresceu com a conscientização de que, num mundo globalizado como aquele em que vivemos, é prática crescente e necessária a associação entre países unidos pela história, a geografia, a cultura ou o idioma, para melhoria de sua inserção internacional e defesa de seus interesses comuns. A Comunidade é, essencialmente, um projeto solidário, para benefício de todos os que dela participam.

Somos sete países e em breve seremos oito. E gostaria de intercalar aqui uma saudação muito especial ao novo Estado de Timor Leste. Nossa Comunidade se estende de Ocidente a Oriente e abrange quatro continentes diferentes. Não há entre nós nenhum caso de

contigüidade territorial e, geograficamente, só o vasto oceano nos aproxima. Como disse Fernando Pessoa, não há, porém, separação essencial entre os povos que falam a língua portuguesa. Unem-nos os laços históricos com Portugal, a língua comum e as afinidades culturais.

Somos uma comunidade de afeto e de língua, como descreveu, há tempos, o Presidente Mario Soares.

Senhoras e Senhores,

A CPLP coaduna-se perfeitamente com princípios básicos da política externa brasileira: respeito à soberania, defesa da democracia e cooperação desinteressada para promover a superação do subdesenvolvimento econômico e social. Por isso mesmo, nossos irmãos de além-mar podem contar sempre com a amizade e a cooperação brasileiras.

Ao concluir, formulo votos pelo êxito do Seminário e expresso minha total confiança no estreitamento cada vez maior das relações, de todos os tipos e em todos os níveis, entre os países de expressão portuguesa e entre seus nacionais .

Muito obrigada.

Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella

Presidente da
Fundação Alexandre de Gusmão

MENSAGEM DO EMBAIXADOR JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

Sinto-me à vontade, ao ser convidado para uma reunião no Itamaraty sobre uma idéia, que se transformou em causa e, finalmente, ganhou o instrumento adequado para a sua realização: a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A CPLP, como sabemos, não é apenas um tratado diplomático de aliança entre países soberanos. Ela transcende os interesses conjunturais da História, para retornar ao espírito que animou a aventura do Descobrimento. Essa inigualável empreitada humana levou a Língua Portuguesa para todos os continentes. Nestes dias que antecedem a disputa mundial de futebol, a televisão nos tem mostrado imagens com nomes e sobrenomes portugueses que se mantêm no Oriente.

Desde o governo Jânio Quadros – de cujas dificuldades muito se fala, mas de cujas virtudes a memória nacional mostra-se esquecida – tenho dado contribuição de minhas reflexões e de atos concretos em favor de uma união cultural, política e econômica de nossos países.

Jânio Quadros, nos idos de 1960, já tinha consciência de que devíamos privilegiar o intercâmbio com nossos irmãos que vivem do outro lado do Atlântico. Como ensina o Itamaraty, não há união efetiva entre as partes, se não houver, entre os contratantes, fundamento na liberdade.

Foi por isso mesmo que, enfrentando o governo de Salazar, o Presidente Jânio Quadros - a quem pude servir, como Secretário Geral de seu Gabinete – determinou que o navio-escola Custódio de Mello, visitasse a África Portuguesa com uma pequena amostragem de nossos produtos. A viagem era a clara manifestação de que os reconhecíamos como povos autônomos e não continuaríamos apoiando a sua submissão de fato como submissão de direito.

Essa foi a primeira iniciativa brasileira, que deixava os limites da retórica, para trazer efetivas conseqüências diplomáticas.

Como Ministro da Cultura escolhido por Tancredo Neves e companheiro de José Sarney, desde a bossa nova da UDN, trazia, das conversas que havia tido com ambos ao longo da grande campanha nacional de redemocratização, a certeza do apoio deles a CPLP. Os cinco países de língua oficial portuguesa na África já haviam obtido a independência, embora vivessem as dificuldades históricas de uma repartição colonial arbitrária, que não soubera dissolver os conflitos tribais.

Consolidado o processo democrático, em Portugal por intermédio da liderança da figura universal de Mário Soares, o grande nome da Lusofonia em nosso tempo, pudemos reunir em São Luís do Maranhão os Presidentes dos países lusófonos, criando o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, primeiro passo da CPLP e do aprofundamento das relações futuras. Quando o Presidente Itamar Franco chegou ao governo, conhecia as iniciativas anteriores e lhe fiz o relato da situação. Convidou-me, então, para representar o Brasil em Lisboa e encetar conversações em busca de uma aliança diplomática formal entre nós e os países de expressão portuguesa. Como era comum na diplomacia do passado, fui enviado a Lisboa com uma missão multilateral, e o fiz, como sempre agimos os mineiros: com lealdade, transparência e respeito absoluto aos nossos parceiros. Cumpri, com espírito de missão, o meu dever. Ao deixar Lisboa, no fim do honrado mandato do Presidente Itamar Franco, estavam firmes os pilares da CPLP.

Faço este depoimento, como testemunha de uma opção diplomática do povo brasileiro, que não só deve ser mantida, como aprofundada, nos anos difíceis que nos esperam. Só uma férrea aliança política, estabelecida sobre os princípios da autodeterminação dos povos e da não ingerência, poderá salvaguardar a nossa identidade cultural, com os inalienáveis valores que sopraram as velas do Descobrimento. Em Porto Seguro, está a primeira cruz do cristianismo no Brasil.

Estamos dando, nestes dias, uma prova concreta dos nossos ideais, com a nossa presença em Timor-Leste. Devo recordar a firmeza

do Presidente Itamar Franco, ao chegar a Lisboa, como embaixador, na defesa da independência daquele povo irmão. Suas palavras, asseguradas pela autonomia moral na representação dos interesses permanentes e das razões morais de nosso país, não foram recebidas com o devido respeito por setores petulantes da burocracia do Itamaraty. Não fosse essa sua intervenção corajosa e transparente e não teríamos, como tivemos, um brasileiro com o mandato das Nações Unidas para conduzir os atos da transição em Timor.

Ao terminar, quero desejar longa vida à CPLP. Sua presença não só servirá ao desenvolvimento de nossos povos, como contribuirá para a paz mundial.

Muito obrigado.

Embaixador José Aparecido de Oliveira

MENSAGEM DA SECRETÁRIA EXECUTIVA DA CPLP

Agradeço ao IPRI, à FUNAG e ao DAOP o convite para participar deste Seminário sobre a CPLP, saudando, de forma particular, essa brilhante diplomata, a Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella. Não posso deixar de exprimir minha satisfação por participar deste Seminário com o grande alquimista da CPLP, Embaixador José Aparecido de Oliveira, e ainda com o mestre Professor Fernando Mourão, que a tantos de nós influenciou e influencia, para que esta Comunidade seja valorizada, estudada e compreendida.

Ainda, é uma honra estar ao lado dos Embaixadores Alberto da Costa e Silva e Wladimir Murtinho, que tanto têm influenciado o Executivo para que se perceba como é fundamental a adequada inclusão de parcerias com a África, e com o conjunto dos países lusófonos, nos projetos de trabalho.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa têm características que exigem dedicação própria, no que se refere às formulações sobre diplomacia e políticas multilaterais.

Foi grande o mérito de nossos dirigentes ao estruturarem uma instituição, hoje integrada por Estados, mas que se pretende de povos, a partir das afinidades de seus cidadãos e da expressão através da língua comum. Embora pouco conhecida, a CPLP se estrutura considerando o que há de mais produtivo na relação entre nossos povos e governos, e não nos aspectos mais difíceis da realidade da história comum. Projeta-se do presente para o futuro, valorizando o que há de mais saudável na trajetória e no conhecimento mútuo.

A dinâmica histórica, sobretudo no atual estágio de globalização, a realidade de profunda pobreza, na maioria dos nossos países, as desigualdades internas, a definição de questões nacionais subordinadas à conjuntura internacional, a longa guerra em Angola, que finalmente

chegou ao fim, são fatores que exigem compreensão e definição de abordagem estratégica comum, para que a CPLP seja mais do que uma instituição burocratizada e ineficiente, no âmbito do seu órgão de execução, o Secretariado e menos superficial na construção da caminhada comunitária no que se refere ao seu todo.

A independência do Timor Leste, e a sua adesão à Comunidade, aumentam nossas possibilidades e responsabilidades. E aqui vai um voto de paz permanente e grande desenvolvimento para esses nossos irmãos.

Uma consideração importante é que todos os Estados-membros da CPLP participam de outros agrupamentos regionais e, embora os laços de afetividade e solidariedade que unem nossos povos, sejam sólidos, o retorno econômico, e mesmo político, assegurado pela participação nas outras instituições multilaterais é muito mais significativo do que na CPLP.

A essa realidade se contrapõe o fato de nossos povos manifestarem, no cotidiano, através das mais diversas instituições, como aquelas que agregam desde cientistas, intelectuais e empresários aos agrupamentos de bairros do interior de nossos países, expectativas extremamente elevadas de cooperação e intercâmbio, de aprendizado de nossa língua comum e de conhecimento da História de seus irmãos de Comunidade de quem pouco sabem.

Sendo o Secretariado o órgão responsável pela execução do que é estabelecido pelos Estados-membros, nossa percepção pode contribuir com os objetivos desse Seminário tão importante. Por isso farei algumas observações bastante pontuais:

1. SOBRE O SECRETARIADO EXECUTIVO

O Secretariado trabalha com um orçamento de funcionamento de, em média, 860 mil dólares por ano, sendo que cerca de 50% se destinam ao pagamento dos salários dos funcionários. No ano passado, recebeu um valor um pouco superior a 400 mil dólares, do Brasil, para

a execução de projetos que são vinculados à aprovação dos Estados-membros mas que, no correr de sua execução, podem, e tem sido essa a prática, sofrer modificações propostas pelos países. Portugal investiu cerca de 100 mil dólares, sendo que 80 mil foram destinados para o funcionamento do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) e o restante para um curso na área de educação. Neste ano, Angola contribuiu com 90 mil dólares, também destinados ao IILP.

Os assessores são pagos e enviados pelos Estados-membros, que o fazem quando podem ou quando consideram fundamental. Essa realidade exige grande concertação interna, permanente, para que a Instituição se estruture como uma organização multilateral, como se quer da CPLP, onde os Estados-membros são, de fato, todos soberanos. É preciso que se pense na estrutura e no papel do Secretariado, pois, entre sua definição estatutária e a compreensão prática, ainda há o que se trabalhar para que haja maior solidez e melhores condições de compatibilização dos interesses diversos.

Dessa forma, o Secretariado pode ser uma importante instância de captação de recursos externos, disponíveis, se houver maior disposição para a sinergia entre as instâncias, mais eficiência, menos pressão e mais solidariedade.

2. SOBRE OS PROJETOS DE COOPERAÇÃO

Nossos países têm um potencial extraordinário, para o desenvolvimento de projetos multilaterais. Há uma forte cultura de ações bilaterais que, certamente, devem ser estimuladas. Mas a CPLP pode ser, por sua natureza e dimensão, uma facilitadora de transferência de tecnologia, na capacitação, no intercâmbio cultural e científico e no ensino da língua. Nesse sentido, diversos projetos e cursos foram desenvolvidos e obtiveram resultados positivos, a saber: Projeto de Governo Eletrônico, Projeto de Recuperação de Acervos Históricos, cursos na área de projetos organizados pela ABC, cursos na área das telecomunicações, encontro de professores de História, trabalhos na área de propriedade intelectual e, futuramente, o projeto de combate ao

HIV-SIDA, programa de capacitação de jovens empresários e, por fim um projeto de sistemas de educação.

Projeto de combate ao HIV, submetido, à apreciação do Fundo Global de Combate ao HIV, foi desenhado pelos coordenadores nacionais de cada país. No início, este incluía ações nacionais; agora, será ser implantado nos seus aspectos multilaterais, tornando-se mais um exemplo de como a CPLP pode ser eficiente e interferir, de forma positiva, na vida de nossos povos. Se o Fundo Global não entender a urgência do Projeto para nossos povos, faremos as concertações político-diplomáticas para que a entendam.

A implantação dos Centros de Excelência, unidades fundamentais para a ação da CPLP nos países, terá como referência estatuto próprio para cada um deles, o que deverá ser aprovado na Conferência de julho de 2002, dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

3. SOBRE A VISIBILIDADE DA CPLP

Depende totalmente dos governos uma possível visibilidade positiva da CPLP. São os setores que trabalham com a diplomacia dos nossos países aqueles que, pela natureza e sensibilidade da Instituição, veiculam as notícias. A comunicação institucional da CPLP tem poucas possibilidades, de fato, de construir a imagem da Instituição, ou de ser, realmente, a interlocutora fundamental sobre as políticas dos Estados na Instituição.

4. REUNIÕES SETORIAIS

Poucos são os setores que engajam o Secretariado no processo de organização de seus encontros. Há, entretanto, que se considerar que as reuniões de ministros, presidência, assuntos parlamentares e agricultura têm contado com a colaboração do Secretariado no seu processo preparatório e os resultados têm sido implementados em parceria, o que maximiza as possibilidades de cooperação.

Finalmente, falarei do que se pode perceber como as possibilidades da CPLP.

A definição de uma agenda internacional, a partir dos Estados Unidos, centrada exclusivamente no combate ao terrorismo, a partir de 11 de setembro, ampliação dos protecionismos e as crises econômicas, conjunturais e estruturais, representam, além dos próprios desafios de definições políticas e estratégicas internas do centro de poder da CPLP, desafios de como se relacionar no sistema internacional.

No âmbito da concertação diplomática, a exemplo da União Européia, tendo como referência o Protocolo de Kioto, pode desenvolver ações de solidariedade com forte liderança comunitária, como as necessárias buscas de recursos, para minimizar a dura realidade pós-conflito, de alguns de nossos países, A capacitação institucional dos Governos no combate urgente ao HIV, assim como assegurar a eleição de nossos cidadãos nas Organizações Internacionais.

Pode, ainda, promover uma dinâmica de intercâmbio parlamentar, científico, cultural e acadêmico, com esforços concentrados no ensino e na difusão da nossa língua, o que certamente está ao nosso alcance.

Somos uma comunidade de paz, com todos os países enfrentando os desafios de consolidar as suas democracias e superar as realidades de exclusão, com enorme capital humano, que pode ser valorizado e mobilizado a partir de políticas concertadas que se materializem em programas e projetos pontuais. Nossa auto-estima, sempre tão baixa, pode, agora, se manifestar de forma mais afirmativa, com a conquista do processo de paz em Angola e com a independência do Timor.

Entretanto, a criação de um estatuto próprio de cidadania dos países de língua portuguesa, a ser aprovado pelo conjunto de nossos Presidentes e Chefes de Estado, aponta para a possibilidade dessa nossa História, da língua e da trajetória comuns, se tornarem condição para um desenvolvimento combinado, a partir de vários processos interativos com as várias instituições multilaterais, com as quais os nossos Estados e povos interagem.

Temos, então, a possibilidade e a perspectiva de, mais do que uma comunidade apenas formal e histórica, sermos uma comunidade de povos que interagem de forma produtiva, segundo sua vasta diversidade cultural, bem representados por Estados e dirigentes que conhecem os limites e investem na democracia participativa, na paz e no desenvolvimento com a urgência que os vivos exigem.

Embaixadora Dulce Pereira

Seminário

**“COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA – CPLP:
OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS”**

Brasília, 28 e 29/maio/2002
Palácio do Itamaraty,

PROGRAMA

28 de maio, 3ª feira

10h30 – Sessão de Abertura

**local: Sala de Coordenação da Secretaria-Geral
(2º andar do Palácio)**

Abertura:

Presidente da Funag, Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella;
Diretor-Geral do DAOP, Ministro Pedro Motta Pinto Coelho
Embaixador José Aparecido de Oliveira
Secretária-Executiva da CPLP, Embaixadora Dulce Maria Pereira

28 de maio, 3ª feira

14h30 – Primeira Sessão do Seminário

local: Sala de Exposições

ASPECTOS CONCEITUAIS E POLÍTICOS DA CPLP.

COOPERAÇÃO POLITICO-DIPLOMÁTICA

Presidente: *Embaixador Alberto da Costa e Silva*
Presidente da Academia Brasileira de Letras

- a) Avaliação crítica da CPLP – o projeto, seus mecanismos e viabilidade política

Professor Fernando Albuquerque Mourão

Diretor do Centro de Estudos Africanos

Universidade de São Paulo

- b) Integração aberta e cidadania.

Doutor Álvaro de Vasconcelos

Presidente do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais

Lisboa - Portugal

- c) A África da CPLP.

Doutor Fernando Jorge Cardoso

Vice-Reitor da Universidade Moderna

Vice-Diretor do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais

Lisboa – Portugal

DEBATEDORES:

Deputado Paulo Delgado

Membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

Coronel Luís Carlos Guedes

Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Professora Jaci Menezes

Universidade Estadual da Bahia

28 de maio, 3ª feira

16:45 – Segunda Sessão

local: Sala de Exposições

A CPLP no plano nacional. Parcerias, convergências e interesses.

Presidente: **Deputado Aldo Rebelo**

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
da Câmara dos Deputados

a) Movimentos sociais e a sociedade civil na CPLP. Interesses e propostas de atuação

Doutor Cláudio Furtado (Cabo Verde)

Coordenador do Curso de Sociologia e Psicologia

Universidade Jean Piaget de Cabo Verde

b) Participação na agenda da CPLP. Representação de setores da sociedade civil: o caso das igrejas. A Pastoral da Criança.

Dom Damião Franklin (Angola)

Reitor da Universidade Católica de Luanda e

Arcebispo de Luanda

Doutora Zilda Arns Neumann

Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança

c) A divulgação da CPLP e os meios de comunicação social.

Doutor João Melo (Angola)

Deputado pelo MPLA. Escritor e Jornalista

DEBATEDORES

Doutor Carlos Alves Moura

Presidente da Fundação Cultural Palmares

Doutor Ricardo José Pereira Rodrigues

Chefe da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados

Professor João Paulo M. Peixoto

Universidade de Brasília

Doutor Antonio Rocha Magalhães
Banco Mundial

29 de maio, 4ª feira

9h00 – Terceira Sessão

Local: Sala de Exposições

A dimensão de desenvolvimento sócio-econômico na CPLP.

Presidente: **Doutora Evelyn Levy**
Secretária de Gestão do Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão

a) O papel da pesquisa agropecuária como fator de integração científica e tecnológica na CPLP; a experiência da EMBRAPA.

Doutor Márcio Carvalho Marques Porto
Chefe da Secretaria de Cooperação Internacional
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)

Doutor Sotto Pacheco Costa
Supervisor de Cooperação Bilateral (EMBRAPA)

b) A cooperação para o desenvolvimento. Capacitação e reforço institucional. A Capacidade dos agentes nacionais e áreas de interesse prioritário.

Doutora Alice Pessoa de Abreu
Coordenadora-Geral da Agência Brasileira de Cooperação
Ministério das Relações Exteriores

c) As reuniões setoriais. A questão orçamentária.

Ministro Pedro Motta Pinto Coelho
Diretor-Geral do Departamento de África e Oriente Próximo
Ministério das Relações Exteriores

d) A política brasileira para HIV/AIDS e a cooperação com a CPLP.

Doutor Paulo Teixeira

Coordenador Nacional de DST/AIDS

Ministério da Saúde

e) A política de luta contra a pobreza

Professor Jamisse Uilson Taimo (Moçambique)

Reitor do Instituto Superior de Relações Internacionais

Maputo

DEBATEDORES:

Doutora Ana Cláudia Duarte de Além

Gerente de Assuntos Macroeconômicos do Departamento

Econômico - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Social - BNDES

Professor Alberto Pfeifer

Diretor-Executivo do Centro de Empresários da América Latina

Doutor Jarbas Sant'Anna

Diretor da Construtora Norberto Odebrecht - Angola

29 de maio, 4ª feira

14:30 – Quarta Sessão

Local: Sala de Exposições

A globalização e a CPLP. A promoção da língua portuguesa.

Presidente: **Ministro Luiz Fernando F. Ligiero**

Diretor-Geral do Departamento Cultural

Ministério das Relações Exteriores

a) A língua portuguesa como fator de integração. A cooperação na área de educação.

Professora Enilde Faulstich

Universidade de Brasília

b) Tecnologias de informação e o acesso ao conhecimento em língua portuguesa.

Doutor Felipe Lindoso

Diretor de Relações Institucionais da Câmara Brasileira do Livro

c) O diálogo Sul-Sul e a CPLP. A agenda comum dos países em desenvolvimento e seus reflexos na CPLP.

Professor José Flávio Sombra Saraiva

Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais

Universidade de Brasília

DEBATEDORES:

Jornalista Alberto Dines

Jornal do Brasil

Doutor Carlos Alberto Ribeiro de Xavier

Assessor Especial do Ministro da Educação

Doutora Hebe Machado Guimarães

Assessora da Presidência da Câmara dos Deputados

Primeira Parte

**ASPECTOS CONCEITUAIS
E POLÍTICOS DA CPLP.**

COOPERAÇÃO POLÍTICO-DIPLOMÁTICA.

AVALIAÇÃO CRÍTICA DA CPLP – O PROJETO, SEUS MECANISMOS E VIABILIDADE POLÍTICA

*Fernando Augusto Albuquerque Mourão**

ALGUNS PONTOS VITAIS DO PROJETO

Do ponto de vista do “marketing”, permitam-me utilizar este termo, da “marca” CPLP, a instituição tornou-se amplamente conhecida. Registre-se o fato de que não passa mês que não surja uma reunião da sociedade civil, em que não se faça referência à CPLP, ou mesmo da criação de entidades associativistas.

Este fato é importante, pois mostra como a sociedade civil reagiu bem à criação da Instituição.

A edição de livros, artigos em revistas, boletins e jornais, a par do lançamento de revistas especializadas na língua portuguesa, e, até mesmo, em língua francesa, é outra prova de vitalidade da idéia da CPLP. Aliás, seria interessante, entre as atividades da CPLP, a criação de uma biblioteca depositária dessas obras, difundindo eletronicamente seus registros e, em função da importância de alguns títulos, seus conteúdos.

Uma base de dados estatísticos, mormente dados econômicos, educacionais e relativos a migrações, seria certamente um ponto positivo. Registre-se que o IBGE, em relação ao Mercosul, já domina técnicas comparativas com os países membros deste organismo.

Antes da institucionalização da CPLP, entre as reflexões em torno da idéia central, chegou-se a comentar se a organização projetada iria ou não incorporar eixos e conteúdos de designações anteriores, frutos

* Diretor do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo (USP)

da cultura de relações bilaterais e de relações interregionais¹. Tal não ocorreu. Boa parte desses temas com marca de raiz bilateralista, histórica e interregional, passou a ser tratada amplamente pela sociedade civil e pela imprensa, no amplo guarda-chuva da CPLP. Parte das designações de outrora caíram em desuso ou restringiu-se o seu uso a situações nitidamente de cunho bilateral. No campo cultural e associativo permaneceram várias associações de natureza bilateral, dado o seu conteúdo específico, e novas associações foram criadas. A sociedade civil, face ao lançamento do projeto, reagiu quase espontaneamente. Houve e há plena aceitação do mesmo.

As dúvidas em torno do projeto relacionam-se sobre temas e objetivos.

Qual o conteúdo da instituição projetada? Como é natural, registraram-se desde posicionamentos abarcando uma grande amplitude até posicionamentos mais focados na importância dos laços advindos da língua, com especificidades, do que resultou, por consenso, o artigo 1º. dos Estatutos da CPLP (Denominação): “A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, doravante designada por CPLP, é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus Membros”. O conteúdo deste artigo expressa o fato de que a CPLP exprime um ato de vontade de sete países independentes, enquanto a construção da Francofonia e da Commonwealth se deu ainda num quadro colonial. Estas comunidades, de concepção diferente, foram estruturadas ao longo de um processo de descolonização, refletindo, portanto, modelos e processos específicos desse período.

Na busca de uma definição, a *Francofonia* reflete a nostalgia dos laços rompidos pelas independências nacionais e a esperança de renovar os laços entre os países, de uma mesma comunidade cultural, no fundo privilegiando a cultura francesa, o que é natural, tendo em vista as condições em que foi criada.

¹ MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. O problema da(s) cultura(s) no limiar do ano 2000. Rio de Janeiro. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, número especial, 1999, p. 155.

Registre-se o fato de que a Guiné-Bissau (1986), Cabo Verde (1996) e São Tomé e Príncipe (1995), países membros da CPLP, estão ligados à Francofonia e Moçambique (1995) à Commonwealth.

Por seu turno, a *Commonwealth*, refletindo o pragmatismo inglês, passou por duas fases: a Commonwealth do Estatuto de Westminster, a Commonwealth das Nações, e a sua refundação na Conferência de Singapura, mantendo-se a designação de Commonwealth das Nações, agora de natureza multirracial. Os povos ainda não independentes, na passagem a estados independentes, incluíram nas suas constituições o laço com a Commonwealth, como membros livres e iguais.

As diferenças entre as duas comunidades mostram que, entre outros fatores, enquanto a França utilizou um método de colonização direta, tendente à assimilação, a Inglaterra utilizou a chamada administração indireta. Registre-se o fato de que Portugal, em alguns momentos do processo colonizador, com uma proposta colonizadora específica, ora se aproximou de um método, ora de outro.

Três pontos focais dão substantividade ao art. 1º. dos Estatutos:

- A amizade mútua
- A concertação político-diplomática
- A cooperação

Partindo da amizade mútua, a concertação político-diplomática e a cooperação são os meios eleitos para concretizar a Comunidade.

O recurso à concertação político-diplomática já deu frutos pela ação complementar da CPLP no intuito de encontrar uma solução para o conflito que ocorreu na Guiné-Bissau, quando da deposição do presidente Nino Vieira. Nessa ocasião (1998), os negociadores por parte da CPLP encontraram e conviveram com um mecanismo que conduziu as conversações, englobando a diplomacia bilateral portuguesa e, no plano regional, face aos interesses da área, com participação ativa da Comissão Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Ultrapassando a conflituabilidade diplomática de alguns pontos, o arranjo

tripartite do lado dos negociadores externos – a CPLP, organismo estreante, Portugal, pela sua posição histórica, e a CEDEAO, organismo regional, acabaram por encontrar uma solução, em uma demonstração realista de um arranjo diplomático.

A CPLP, fundada por países já independentes, como cabe reprimir, encontrou mecanismos próprios, avançando na concertação político-diplomática, com a criação do fórum dos ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros, facilitando a concertação, um passo importante. A pragmática Commonwealth conta com a presença dos ministros das Finanças e da Economia na reunião que ocorre anualmente, antes da reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM). A Commonwealth conta com o Commonwealth Found for Technical Cooperation (CFTC, 1971), englobando 51 países e a Francophonie com a Agence de Coopération Culturelle et Technique (ACCT, 1970), entre outros mecanismos intergovernamentais.

Num mundo financeiro universalista, não cabe pensar no estabelecimento, ou melhor, no restabelecimento, de um espaço econômico próprio.

A Commonwealth chegou a manter, durante um pequeno período, a chamada zona de esterlino, partindo de um conceito de cooperação econômico-financeira que, na altura, era tido como princípio estruturador da comunidade britânica, mas em 1972 desabou face à exigência dos Estados Unidos em relação à conversibilidade do esterlino. No caso da francofonia, registra-se a presença da chamada zona do franco, a livre conversibilidade do franco CFA, a liberdade de transferência e as garantias ao CFA através do Tesouro francês, regra que, com o surgimento do Euro, certamente sofrerá adaptações. Os países ACP estão sub-incluídos na UE. Registre-se uma certa relação da Guiné-Bissau com o sistema, através de sua participação na União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), além de ter aderido à Francofonia (1986). E por que não relembrar a zona do escudo, que funcionou de 1963 a 1973 numa perspectiva liberal e que, curiosamente,

em 1973, retoma o protecionismo do velho pacto colonial, experiência que é interrompida com as independências.

Um dos problemas que se coloca é o da conversibilidade das moedas, o que cria dificuldades sérias ao comércio, só ultrapassadas parcialmente no caso de países produtores de petróleo – um contrato de escambo -, que não agrada aos mentores do FMI. Alguns trabalhos de pesquisa sobre o assunto em tela mostram claramente tal fato².

A BASE MATERIAL³

O subtítulo acima, embora nada tenha a ver diretamente com a CPLP, merece registro, pois sem a perspectiva de uma “base material” ou de um “arranjo triangular” – de natureza exclusivamente econômica e não política –, a Comunidade dificilmente atingirá patamares mais palatáveis⁴. Registre-se o fato de que cada país pertence a áreas econômicas correlatas de natureza aparentemente exclusivista.

Ernani Lopes, numa articulação de fatores, chama a atenção para o fato de que “(...) *algumas das linhas fundamentais das economias do Brasil,*

² OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Política externa brasileira e relações comerciais Brasil-África**. São Paulo: FFLCH/USP, 1987. 339p. (tese de doutoramento).

³ Deixamos de tratar do *jus soli*, do *jus sanguinis* e da cidadania, assim como do chamado “Estatuto do cidadão lusófono”, aprovado pela República de Cabo Verde, em 1997, pois não só foi tratado por Álvaro de Vasconcelos na sua comunicação CPLP – *Comunidade aberta de cidadania e integração*, como ainda pelo fato de que este tema sensível, corre politicamente fora da esfera da CPLP. Os limites impostos pelo Tratado de Schengen são outro desafio ao tema de livre circulação de pessoas. Seria, contudo, um bom tema para uma reunião específica, envolvendo constitucionalistas e políticos.

⁴ O tema “integração econômica dos países de língua portuguesa”, foi objeto de editorial da Gazeta Mercantil de 04/06/2002.

Nesta linha, é de notar-se a realização em Lisboa, a 27 e 28 de junho de 2002, do Forum Empresarial da CPLP, coordenado pelo ICEP, reunindo o setor privado econômico e comercial, além de diretores de Confederações e Federações classistas. Suas recomendações devem ser analisadas e acatadas, não apenas pelos respectivos Estados-membros, mas pelo Secretariado, que sobre elas poderá construir proficuas ações, sob a égide dos dirigentes eleitos e do Gabinete de Assesores.

*dos Países Africanos e de Portugal*⁵, permitem vislumbrar um arranjo triangular, ultrapassada a fase das desconfianças e, mais recentemente, face ao aumento da presença de empresas brasileiras em Portugal, de empresas portuguesas no Brasil, a par de portuguesas e brasileiras em Angola e Moçambique.

O desenvolvimento do comércio internacional, a internacionalização da economia e das finanças – o sistema financeiro é preponderante na fase inicial da III Revolução Industrial, tal como ocorreu com a I Revolução Industrial – permite encontrar modelos de ação com base em interesses mútuos, além de se poder detectar uma série de nichos de atuação envolvendo países membros da Comunidade. Realisticamente esses acertos dependem fundamentalmente das tendências do consumo mundial e, não tanto, das potencialidades produtivas, sendo que parte destas se justificavam no atendimento de economias centradas nos paradigmas da I Revolução Industrial, antevendo-se uma reconversão produtiva no campo das commodities.

Trata-se de um assunto complexo, mas que não deverá ser descartado.

Acredito na necessidade de se construir aquilo que há alguns anos venho chamando de base material do entendimento.

Analisando o artigo 5º dos Estatutos da CPLP, incisos g) e h), observa-se que, no inciso g), fala-se em “promoção do desenvolvimento”, e no inciso h), fala-se na “promoção da cooperação mutuamente vantajosa”. Desenvolvimento, cooperação, são termos que merecem aprofundamento face às novas características do comércio mundial. Registre-se que as tendências assistencialistas da Europa do sul vêm sendo absorvidas pelo contratualismo da Europa do norte. O uso de termos tais como “desenvolvimento sustentado”, amplamente utilizado,

⁵ LOPES, Ernani Rodrigues. Sessão de abertura e sessão de economia do Congresso Brasil-Portugal ano 2000, Palácio do Itamaraty, 21 de setembro de 1999; Colóquio de Direito Internacional “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 24 e 25 de abril de 1997.

mas, por vezes, descaracterizado, necessita de um apoio substantivo, de contrário, passa de moda.

Podemos conceber, num perfil não elevado, a inserção do conjunto dos países que compõem a CPLP, em diferentes velocidades, uma relativa inserção num mundo globalizado.

Apesar de o fulcro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa se situar fundamental e preferencialmente em torno da língua portuguesa – comum não apenas a oito países, mas presente também, por tradição história ou devido à diáspora, em outros espaços -, não podemos deixar de levar em conta os novos cenários internacionais, onde ocorrem os processos de regionalização e de globalização.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa surge como um mecanismo de cooperação envolvendo os países lusofalantes do sul, nas suas variantes, e Portugal que, por sua posição geográfica e opção, situa-se, concomitantemente, no norte, por sua adesão à União Européia, à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO), e no espaço Atlântico sul, através de acordos bilaterais e da CPLP. O Brasil, localizado no espaço americano, é também uma extensão do espaço africano e europeu; Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe localizam-se no espaço africano e constituem, igualmente, uma extensão do espaço europeu. Timor, no Pacífico, poderá se aproximar de sub-regiões, com a Indonésia e a Austrália, à Associação das Nações do Sudoeste Asiático (ASEAN), à Asean Regional Forum (ARF), a par da adesão à CPLP. No entanto, todos estes países pertencem a espaços próprios: o Brasil, um *global trader*, tendo em vista a diversidade de parceiros econômicos, por sua inserção regional no Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul); Angola e Moçambique, por sua inserção à Southern African Development Community (SADC); Angola, inserida, também na Comunidade dos Estados da África Central (CEEAC), nomeadamente no Conseil de Paix et Sécurité de l'Afrique Central (COPAX, 2000), joga ou poderá vir a jogar um papel regional importante, não só em termos de interregionalismo, saliente-se, na África Central; Cabo Verde e Guiné-Bissau, por sua inserção na Comunidade Econômica

dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); São Tomé e Príncipe, por sua inserção na Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) e, finalmente, Timor, no espaço do Pacífico.

A CPLP, então, surge como um espaço de inter-relacionamento de vários espaços regionais, podendo proporcionar novos nichos de oportunidades complementares às tradicionais relações norte-sul, a par de ações previsíveis em vários campos, mormente sob a perspectiva da economia e da cooperação, envolvendo Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor, e, porque não, como agente institucional no plano do multilateralismo, mormente no plano do interregionalismo.

Em relação à América Latina, visualizamos dois espaços complementares entre si e com velocidades diferentes: o espaço Mercosul, hoje em relativa crise, englobando os países do cone sul em uma união aduaneira, imperfeita, sendo admissível a criação de um organismo supranacional com encaminhamentos para um futuro mercado comum, e os restantes países que, no seu conjunto, caminham para a formação de uma zona de livre-comércio, otimizando o papel da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), que pode propender a se transformar num mini-GATT regional, a par da anunciada criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

As relações entre o Mercosul e a UE tornam previsível a criação de uma zona de livre-comércio, numa perspectiva acertada do processo de globalização das economias. Esta iniciativa, além de outras, como a da UE considerar a África do Sul como uma área prioritária e a do Brasil, de relançar a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS), envolvendo, principalmente, projetos de cooperação entre os países ribeirinhos do Atlântico Sul, torna factível uma dinamização de ações triangulares nos campos da economia, da cooperação e da cultura. As virtuais e potenciais aproximações entre o Mercosul e a SADC, os fluxos entre o Mercosul e a UE, a par do relançamento da titubeante ZPCAS e de uma maior presença dos investimentos brasileiros na Europa, mormente em Portugal e deste no Brasil,

permitem auferir e substancializar a percepção de um real aproveitamento das tendências à globalização da economia mundial, através de uma dinamização de ações verticais e horizontais entre espaços regionais, não necessariamente excludentes.

Partindo do princípio de que os espaços regionais não podem ser vistos como meros espaços excludentes, e sim como arranjos intermediários na escalada da globalização do comércio internacional, preconizamos um arranjo triangular no campo da economia e da cooperação entre o Mercosul, a SADC e as economias dinâmicas do norte, com ênfase na UE e, futuramente, com aproximação aos países que integram o North American Free Trade Agreement (Nafta), a partir de interesses comuns às três áreas. Registre-se que este tipo de arranjo nada tem a ver diretamente com a CPLP e sim com outras ordens de políticas. Contudo, a CPLP, como já se disse, poderá atuar, até ao limite formulado pelos Estados-membros, como agente institucional no plano do multilateralismo. A incrementação do comércio bilateral, através do aproveitamento de novas possibilidades, é igualmente importante, mas não podemos deixar de levar realisticamente em conta os seus limites. Um levantamento das pautas no campo das trocas comerciais entre o Brasil e os seis países, nos últimos decênios, mostra que as possibilidades de expansão do comércio são limitadas, exceção feita às relações com Angola, em decorrência do petróleo. Os fluxos comerciais triangulares poderão se caracterizar com maior nitidez a partir da internacionalização das economias nacionais. Leve-se em conta que Portugal vem desenvolvendo esforços no sentido de internacionalizar a sua economia e que o Brasil, um país fechado até recentemente com uma diplomacia que, por mais de um século, tratou preferencialmente da consolidação das fronteiras e em decorrência de sua política de industrialização – que foi muito positiva até a emergência dos paradigmas da III Revolução Industrial –, está se abrindo ao comércio internacional, potencializando as suas reais possibilidades de expandir a inserção no mundo do comércio e no plano das tomadas de decisões.

O FATOR LINGÜÍSTICO

A língua, o principal motor da CPLP, pode ser entendida entre dois fatores: 1) a língua como base do entendimento, que deu lugar à criação da Comunidade, e 2) a língua, como fator de inserção na sociedade pós-industrial.

Diante de um mundo onde se registram fortes tendências à supranacionalidade, o uso do português em diferentes regiões do planeta surge como um elemento unificador e delimitador de fronteiras nas posições de cada Estado lusofalante nas suas inserções, não excludentes, em outros espaços regionais.

O português, em um plano horizontal, apresenta variantes na acentuação e no léxico – estas decorrentes não só dos espaços regionais, como da persistência de arcaísmos.

Somente com uma língua de cultura, como diria o insigne lexicógrafo Antônio Houaiss, pode-se estudar disciplinas como Física, Química, História Natural e Filosofia. No planeta, hoje, contam-se cerca de seis mil línguas; destas, porém, classificam-se como língua de cultura ampla não mais de meia centena. Ou seja: apenas estas poucas línguas – que congregam um vocabulário de aproximadamente 400 mil palavras, com uma tradição literária e gráfica muitas vezes bimilenar – podem ensejar a transição de uma sociedade industrial para um estágio superior de uma sociedade pós-industrial. A transição para a III Revolução Industrial acontecerá apenas nos países em que o nível educacional permite a seus nacionais a compreensão da complexidade do mundo moderno. O repto é considerável e o combate ao analfabetismo é *conditio sine qua non* para a solução dos problemas dos países em desenvolvimento.

Nota-se, então, que o conhecimento do português – também uma língua de cultura, de importante cabedal vocabular – mostra-se essencial para o seu pleno desenvolvimento econômico. O bom conhecimento lingüístico permitirá, ademais, o incremento do intercâmbio comercial e científico entre os países lusofalantes. Este é, a

propósito, um dos objetivos fulcrais da formação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa⁶.

O português é hoje a sétima língua mais falada no mundo – o francês ocupa a oitava posição – e a terceira língua mais falada no Ocidente, além de ser a língua oficial de várias organizações internacionais. Cabe aos países lusofalantes empreender esforços para que a língua portuguesa seja adotada como língua de trabalho nas organizações internacionais, papel que a Comunidade de Países de Língua Portuguesa poderá reforçar.

Entre as perspectivas de regionalização e de globalização – mormente de natureza econômica -, surgem perspectivas culturais, em que o uso das línguas tem um papel fundamental, até porque os espaços regionais não são excludentes. A língua tem o papel de liame ao aproximar culturas, algumas de natureza tridimensional, como é o caso da cultura brasileira, e ao dar substantividade a espaços localizados em três continentes, para não falar de presenças históricas.

A língua portuguesa, que já foi língua de comércio no passado, o que foi tratado por Celso Cunha⁷ ao estudar os linguajares crioulos de influência portuguesa, foi até certo ponto glotocida; hoje, para além de língua comum delimitando as fronteiras mantidas pelo princípio do *uti possidetis juris*, é sem dúvida um fator essencial para preservar o marco de fronteira, uma vez que alguns países africanos de língua oficial portuguesa confinam com países nos quais, para além das línguas nacionais, fala-se o inglês e o francês. Moçambique, por exemplo, que confina com vários países de língua inglesa, encontra no português a sua língua de resistência: a particularidade ou a diferença em relação ao outro. No caso da Guiné-Bissau, por exemplo, o fenômeno é semelhante em face da língua francesa.

⁶ AMORIM, Celso. Brasil se empenha na formação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. *Carta Internacional*, São Paulo, novembro de 1993.

⁷ CUNHA, Celso. *Língua, nação, alienação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

É preciso levar em conta, no contexto africano, o convívio com outras línguas nacionais do mesmo espaço. Por outro lado, a adesão de Moçambique à Commonwealth (1995) tem de ser entendida realisticamente face ao seu quadro fronteiriço, assim como a oportuna adesão de Portugal à UE, do Brasil ao Mercosul, de ambos na Comunidade Ibero-Americana.

Muitas coisas podem ser feitas. Projetos não faltam, pelo contrário. No campo da língua, até que se chegue a um denominador comum, se é que se vai chegar a este ponto, algo de concreto e simples poderia ser realizado: a criação de *thesaurus* segundo os vários ramos do saber, tarefa que poderia ser desempenhada pelas instituições universitárias que vêm mantendo um certo relacionamento no espaço comum da língua. Há mais de vinte anos, um homônimo, então presidente da Junta Nacional de Investigação Científica (JNICT) de Portugal, não fosse sua morte prematura, teria dado início ao projeto, inspirando-se no trabalho comum dos anatomistas do espaço de língua portuguesa. Consta-me que a CPLP, em tempos, teria projetado um dicionário científico.

As instituições de natureza acadêmica, sob orientação da CPLP, poderiam organizar paulatinamente *thesaurus* referentes às suas especialidades, devidamente atualizados. Estes, por exemplo, no campo das tecnologias, tornar-se-iam a base de um vocabulário comum, de denotada importância em um mundo pós-industrial e, acentuadamente, de serviços. Esta base seria certamente, também, uma contribuição concreta no sentido de ultrapassar os já tradicionais conflitos lingüísticos.

No plano cultural os avanços tecnológicos e a conseqüente reorganização do social tendem a determinar a emergência de manifestações culturais de caráter universal, privilegiando o parceiro ou parceiros que, em função de posição econômica e política, exercem um maior fascínio ou, no sentido inverso, iremos assistir à emergência de formas de resistência cultural ou mesmo ao recrudescimento de culturas nacionais localizadas. De Gaulle confienciava a Malraux que a França se encontrava ameaçada de morte pela morte da Europa. A

essa visão pessimista contrapõe-se o discurso ufanista da Grande Europa, hoje colecionadora não mais de conquistas, mas de vitórias econômicas e não só.

A cooperação vem se desenvolvendo por intermédio de projetos, de natureza multilateral, na dependência do aporte de fundos pelos países membros e de agências internacionais motivadas pela CPLP.

A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA

Não se trata de mera reflexão acadêmica. A inclusão deste sub-ítem é proposital. Cabe pôr em evidência que o arcabouço institucional não deve ser entendido como estático. Já que não é o caso de se recorrer à Francofonia ou à Commonwealth, centramos as considerações em torno da evolução do modelo da União Européia, um modelo não acabado, ficando claro que esta diz respeito a um modelo de integração regional que, como já foi dito, não é o caso da CPLP. Contudo, a reflexão teórica não está deslocada. Não se trata de seguir modelos.

Conceber a CPLP como uma estrutura estática não é admissível. Como o desenvolvimento de uma “estrutura histórica”, centrada nas idéias do novo realismo, como um conjunto de idéias, instituições e fatores materiais, a par da língua, a CPLP é plausível, mas não suficiente.

O acompanhamento do processo integrador da União Européia, embora seja um desenho diferente, ao longo de já mais de meio século, permite apreender a evolução desse modelo até ao momento atual, registrando-se neste um impasse, ou seja, as dificuldades de pôr em prática o Tratado de Nice (2001).

Um enfoque teórico torna-se necessário para que se possa estabelecer a ponte entre os dados de conjuntura, datados, e o projeto, dotado de dados racionais e mesmo irracionais, na passagem das causalidades. Desde os autores realistas, que tratam do papel do Estado-nação como predominante, Morgenthau, Aron e, entre nós, Ronaldo Sardenberg, até aos neo-realistas, Kenneth Waltz e Stephen Krasner,

concentracionistas, até aos neoliberais, Robert Keohane, distribucionistas do poder, há de comum a importância do poder, independentemente da sua real distribuição entre as partes.

Vaz, ao tratar do neofuncionalismo dos anos 70 e 80, destacando a contribuição de Keohane e de Nye⁸, afirma: “*Com base nessa realidade, construiu-se uma perspectiva sistêmica que permitiria situar os sistemas regionais no âmbito de um macrosistema internacional, considerando a pluralidade de agentes e temas em cada nível. A integração deveria, segundo esse novo prisma, ser compreendida a partir de perspectivas da economia política internacional que permitissem superar as limitações do realismo, sem, contudo, desvinculá-la da política internacional, e que, ao mesmo tempo, considerassem a crescente influência do liberalismo no comportamento dos atores no campo econômico*”⁹.

Stuart, em texto ainda inédito, ao tratar do tema das “racionalizações universais”, afirma: “*À luz da história do século XX, cristalizações ‘institucionais’ sofrem graves abalos. O fracasso da Sociedade das Nações, encarnação do conceito de ‘segurança coletiva’ wilsoniano, condenou o liberalismo de matiz kantiana à denominação pejorativa de ‘idealismo’*”. Não aceitando totalmente o radicalismo desta opinião, que a própria autora depois dilui, através do acompanhamento do processo de mudanças, a idéia exprime o sentimento de malogro nessa ocasião.

As declarações no sentido da reformulação da ONU, mormente do Conselho de Segurança, refletem a necessidade de correções na Carta

⁸ A análise das escolas teóricas a partir do Realismo, em contextos regionais, fez e faz ainda parte de um novo projeto de teses de doutoramento já terminadas e algumas em reta final na área de Relações Internacionais, abordando, além da discussão teórica, áreas como a do Mercosul, SADC (Southern African Development Community), etc., espaços transatlânticos, de que participaram os colegas Eiiti Sato, Carlos Henrique Cardim, Alcides Costa Vaz, Juliana Soares Santos, Marcos Prado Troyjo, Paulo César Manduca, Fernando Padovani, Antonio Jorge Ramalho da Rocha, Ana Maria Stuart e Gladys Lechini, entre outros orientandos com teses mais focalizadas em temas de âmbito interno de países das mesmas áreas, entre os quais Roberley J. Criniti Alves, André de Oliveira João Sango, Silvana Peixoto Dunley, Alexandre Patera Zani, José Ailton Rodrigues dos Santos e Antonio de Pádua.

⁹ VAZ, ALCIDES COSTA. **Cooperação, integração e processo negociador – A construção do Mercosul**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002, p. 33.

Magna da humanidade, aguardando-se a emergência de novas condições de natureza estratégica e política para que se torne possível a reformulação da instituição. A mensagem kantiana, de novo profundamente estudada, está na base das reformulações vislumbradas, pois, sem valores, sem moral, não há Direito. O tema do velho contrato social, de base racionalista, por sua vez, reaparece hoje na obra de John Rawls.

Carr¹⁰, em sua obra lapidar sobre a crise dos anos 1919-1939, analisa os fatos e explica claramente as raízes da crise. No prefácio à obra, Eiiti Sato põe em destaque que *“afirmações a respeito das dificuldades de compreensão das épocas em que ocorrem mudanças significativas deixam de ser feitas pelos analistas tanto em razão do seu conteúdo bastante óbvio quanto, principalmente, porque há muito que as instituições em todas as especialidades vêm registrando sucessivas ‘décadas de grandes transformações’.* Declarações de pensadores que pomposamente declaram o ‘fim de uma era’ ou o ‘início de um novo tempo’, deixaram de atrair a atenção até mesmo do público em geral por terem se tornado demasiado triviais. Nesse sentido, parece uma maneira pouco atraente ancorar estas considerações sobre *Vinte Anos de Crise nas relações entre seu conteúdo e as grandes mudanças vividas pelo mundo ao tempo em que foi produzido.* Neste caso, essa relação revela-se uma dimensão absolutamente essencial para a exata compreensão do sentido e alcance da obra”¹¹.

A reação ao mundo das teorias é comum. Alguns ‘analistas’ utilizam as teorias de modo engessado, cristalizado, e não em termos de análise de processo. A realidade mostra-nos que a UE é um longo processo, os fins desejados são claros, mas persistem dúvidas e dificuldades de natureza institucional, de sua construção. O impasse em relação ao recente Tratado de Nice, diz muito.

No caso da CPLP, nem os objetivos são ainda claros, embora sua institucionalização seja até inovadora e tenha retido o que era politicamente possível, nem os meios de execução são adequados, o

¹⁰ CARR, E.H. **Vinte anos de crise 1919-1939**. Brasília: IPRI/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/UnB, 2001. (Coleção Clássicos IPRI).

¹¹ SATO, Eiiti. Prefácio à citada obra de Carr, p. XVI-XVII.

que considero natural neste momento. A atenção desviou-se mais para projetos e registra-se um déficit de acompanhamento institucional.

O exemplo da UE é claro: cada tratado é uma continuação do processo integrador. Uma análise dos tratados institucionalizadores e do chamado Livro Branco da comunidade esclarecem muito; por exemplo, a passagem do Tratado de Roma (1957) para os acordos e o Tratado de Maastrich (respectivamente de 1991 e 1992), os desdobramentos com o Tratado de Amsterdam (1997), os impasses com o Tratado de Nice (2001). Os tratados, flexíveis, em cada fase, refletem o mundo regional política e economicamente possível nas suas relações com a estratégia, esta está presente em qualquer tempo.

O recurso à teoria é, portanto, válido e necessário para acompanhar substantivamente o processo da CPLP.

Dados de conjuntura, datas, causalidades, “relações de poder”, “vocação de poder”, “concentração”, “distribuição”, “estrutura histórica”, “conhecimento e interesses”, objetivos claros, mas diluídos, da Diplomacia Cultural, e tantos outros fatores e eixos, podem ser tratados a partir de uma “posição construtivista”, que teve início com Jürden Habermas, para que o “(...) o caráter convencional da organização conceitual básica de nossa experiência, valendo-se dos meios de uma crítica construtivista da linguagem para uma crítica do conhecimento”¹².

“Diálogos não são Monólogos Intercalados (grifo nosso): *análise de um diálogo entre racionalistas e construtivistas sobre cooperação e conflito nas Relações Internacionais*”, é o expressivo título do capítulo 7 da tese de doutoramento *A construção do mundo: teorias e relações internacionais*, de Antonio Jorge Ramalho da Rocha, defendida e aprovada na semana passada¹³.

¹² HABERMAS, Jürden. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, p. 22 e **Direito e democracia entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2v., 1977.

¹³ ROCHA, Antonio Jorge Ramalho da. **A construção do mundo: teorias e relações internacionais**. São Paulo: FFLCH/USP, 2002. (tese, doutoramento).

Os debates teóricos relativos à produção do conhecimento, passando por um plano meta-teórico, têm ainda de levar em conta certas discussões, mais equivocadas do que reais, sobre o tema da globalização, recomendando-se a deslocação do eixo da discussão para a análise dos paradigmas da III Revolução Industrial e, porque não, para os eixos da I Revolução de Serviços. E não é só: os enfoques, insatisfação e desajuste social, face a metas aspiradas, é um tema que não pode ser excluído da discussão, independentemente das políticas econômicas domésticas, entre outros fatores endógenos¹⁴.

O projeto da CPLP é o reflexo da vontade de sete países de língua portuguesa já independentes, o que cabe frisar, seus desdobramentos serão o reflexo da vontade de oito países, com a inclusão de Timor na CPLP, aliado às flutuações de fatores endógenos e exógenos.

“Diálogos não são monólogos intercalados”, na feliz expressão, já registrada anteriormente, mostra a necessidade de uma ampla análise centrada na relação entre agentes e estruturas, na capacidade de agir para, a partir de um modelo flexível e em termos de processo das relações internacionais contemporâneas, tal como realisticamente vem ocorrendo no processo de construção europeu, a CPLP, como instituição, abrigue o resultado das interações endógenas e exógenas e, de acordo com as possibilidades de cada momento histórico-político-econômico, se afine na sua conceituação e objetivos.

A análise da discussão entre realistas e construtivistas, com a intervenção de fatores novos e de fatores de risco, no estado de arte atual do estudo das Relações Internacionais, oferece um embasamento teórico, em um quadro pluralista, de como tratar sistemas conceituais com os fatos do dia-a-dia, permitindo avanços organizacionais e institucionais.

¹⁴ “(...) *As sociedades industriais não são sistemas organizados por um só princípio, mas se constituem pelo amálgama de três âmbitos diferenciados e articulados por critérios axiológicos de signo contrário: a estrutura tecno-econômica regida pela eficiência; a ordem política orientada pela igualdade e o subsistema cultural focado na auto-realização, a mais plena concebível*”. In: CARDIM, Carlos Henrique. **A anomia. Realidades e teorias**. Tese de doutoramento, inédita.

Há que detectar novas premissas ao longo do tempo real que, certamente, serão instrumentos que levarão ao aprofundamento do texto institucional.

Caberia analisar os Estatutos da CPLP em comparação com o histórico dos modos de agir, com o resultado das decisões tomadas pelos responsáveis pelo aparato burocrático da CPLP. Será a CPLP minimalista? Os Estatutos e os regimentos que tratam da organização funcionam como uma caixa preta? Podemos aceitar o ponto de vista de Octavio Ianni relativo à criatividade da burocracia? Fernando Henrique Cardoso diz que não. E porque não reler Max Weber – para este autor tutelar, a política racional diz respeito às condições políticas.

Quais as instâncias que têm tido dificuldades para desempenhar o seu papel? A relação de fidelidade da Secretaria Geral e demais cargos da Instituição ocorre em relação ao país de origem ou à própria CPLP, como organismo internacional? Estamos face a um somatório de poderes ou perante um poder institucional próprio?

Os avanços do conhecimento, passando por uma reconstrução das realidades e do próprio instrumental de análise, permitirá um acompanhamento do processo, aprofundando o diálogo entre as partes e, no plano teórico, em termos da(s) unidade(s) de análise que, do nosso ponto de vista, deverá passar por um amálgama criativo das correntes realista, racionalista e construtivista.

Na fase do projeto de institucionalização, a CPLP, com o agir e voluntarismo do Embaixador José Aparecido de Oliveira, que soube dinamizar toda uma equipe de diplomatas, pesquisadores e de criadores artísticos, com o objetivo de sintetizar o cerne de sua proposta e institucionalizar a Comunidade, chegou ao seu primeiro patamar.

No processo institucionalizador europeu, podemos contabilizar as posições assumidas pelos Estados-membros, pelos políticos, pela sociedade civil, notadamente os agentes econômicos, a par do agir de mentores como Jean Monet, Jacques Dellors.

Desdobrar as premissas no tempo, afinar os instrumentos organizacionais, concatenar as posições dos Estados e da Instituição com o agir necessário, criativo, se possível, do agente executivo, a par da propagação do sonho – Eduardo Lourenço disse que sem um mínimo de mitologia cultural partilhada a Comunidade fica limitada ao pragmatismo da língua -, o que não é incompatível com o pluralismo cultural¹⁵, tal como se destaca no texto da Declaração constitutiva da CPLP “(...) *considerar a realidade cultural nacional e plurinacional, que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa (...) são fatores a levar em conta na análise dos mecanismos institucionais, destacando-se a ‘concertação política’ e a ‘cooperação’, num quadro de ‘amizade mútua’*”.

SEUS MECANISMOS

Para compreender a importância dos órgãos da CPLP, temos de conjugar os artigos 1º (Denominação), 2º (Estatuto Jurídico) e 3º (Objetivos) com os artigos seguintes, passando pelo artigo 5º dos Estatutos, que trata dos Princípios Orientadores.

Deixando de lado os artigos dos Estatutos da CPLP que tratam da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo e do Conselho de Ministros, caberia analisar o papel e o entrosamento dos órgãos operativos com a ressalva já levantada anteriormente de que, mesmo registrando reuniões substantivas, nota-se um déficit em relação à política e à institucionalização da Comunidade.

¹⁵ O termo pluralismo foi recentemente tratado na tese de André de Oliveira João Sango, “O Modelo Político Angolano”, numa leitura relativista e sob outro enfoque, ou seja, a partir da definição de grupo étnico: no grupo étnico professam-se todas as religiões, não se pode falar em ideologia do grupo, do ponto de vista lingüístico, cada grupo fala a sua língua, mas também fala o português, do ponto de vista cultural há especificidades, mas todos se sentem angolanos, do ponto de vista étnico-racial em decorrência das migrações, das guerras coloniais e da guerra civil, as Forças Armadas, a par do ensino, tiveram uma importância decisiva no congregarmento interétnico.

Note-se que o único país realmente bilingue é Cabo Verde, pelo uso do português e do crioulo, no dia-a-dia, como língua de comunicação. Em relação a Timor, o que temos é um projeto de bilinguismo, no qual a CPLP deverá participar.

As críticas que se escutam, algumas infundadas ou insuficientemente apresentadas, refletem um certo desencanto com a CPLP. Não vejo contradição entre o que afirmei na primeira parte e este registro, que é mais uma contribuição do que propriamente uma crítica, de conteúdo alargado.

Os objetivos e princípios orientadores estão claramente explicitados nos artigos 3º (Objetivos) e 5º (Princípios Orientadores) em consonância com o artigo 1º (Denominação), o que já foi posto em relevo ao se registrar a amplitude política da Instituição, criando-se um modelo próprio e não uma cópia. Os objetivos políticos são suficiente e corajosamente inovadores, amplos, caracterizando, pertinentemente, a Instituição.

O fulcro da questão está, em meu entendimento, na institucionalização paulatina do projeto, em devida consonância com os órgãos executivos. Há que dedicar um tempo necessário para afinar o projeto e estabelecer prioridades. O que a CPLP tem feito? Muito, sem a mínima dúvida. Bastaria citar o trabalho no campo da Democracia¹⁶.

Esta tarefa, por seu perfil, cabe mais aos órgãos cimeiros da Instituição, devidamente coadjuvados pelo Secretariado Executivo. Permito-me registrar que na cultura política africana, hoje em fase de transição para uma Democracia “aberta”, o empenho da figura do presidente é ainda fundamental, ao que se acresce a tendência, no caso do Brasil, para uma política externa presidencial.

Paulatinamente, a Instituição, que pelo artigo 18, tem um “orçamento de funcionamento”, poderá aprofundar a sua estrutura.

Só a partir do momento em que os objetivos e prioridades fiquem mais patentes e de acordo com a vontade política dos Estados-membros, é que o problema de alocação de fundos necessários à Instituição poderá ser mais convenientemente resolvido. A análise sobre o funcionamento

¹⁶ Ver comunicação de Fernando Jorge Cardoso a este Seminário, a CPLP e o seu papel em apoio à consolidação democrática, à segurança regional e à promoção das agendas nacionais em foros internacionais.

da Instituição conduz a uma certa relação entre funcionamento e financiamento, a par do déficit político, já suscintamente abordado.

O chamado relacionamento governamental entre a CPLP e órgãos governamentais, num plano vertical, caberia ser paulatinamente definido e devidamente regulamentado, sobretudo no que concerne às Reuniões Setoriais, que congregam Ministros de Estado outros que não de Relações Exteriores. A esta indefinição vertical, soma-se outra, horizontal, relativa à falta de atribuições precisas do Secretário Executivo Adjunto, o qual, segundo Estatutos e Regimento Interno, tem por funções apenas substituir o Secretário Executivo em suas ausências, ou aquelas que este lhe consignar. Poderá, assim, facilmente ser marginalizado. A Instituição poderá estiolar-se e não se aprofundar estruturalmente.

Futuramente caberia aclarar a definição da CPLP como instituição internacional. Recomenda-se um aprofundado planejamento de funções, evitando-se desvios de funções no organograma hierárquico. O atual Regimento, pouco seguido, merece aprofundamento e adequação jurídica à legislação vigente no País sede, apresenta dificuldades intransponíveis na sua aplicação, resultando em procedimentos à sua margem. Sugere-se o recurso à prática de instituições que têm uma longa experiência no campo do ordenamento das relações de trabalho.

Um fator, importantíssimo, já posto em destaque no texto do ministro Pedro Motta Pinto Coelho, *As Reuniões Setoriais – A questão orçamentária*, diz respeito não só à implementação de um “diálogo intra-comunitário” sobre o orçamento possível, mas também da necessidade premente do afinamento de um mecanismo credível em relação à operacionalização do orçamento, mormente do Fundo Especial, criado em boa hora, para que, através de uma “gestão transparente”, se possa “determinar, no médio prazo, a confiança de potenciais doadores ou contribuintes ao Fundo Especial”. O Fundo Especial, de acordo com seu Regimento, não pode ser tomado como um guarda-chuva para atender às necessidades administrativas da Instituição não previstas no orçamento, mas tem que ser entendido como um órgão próprio garantidor da executoriedade de projetos previamente aprovados, segundo uma escala

de prioridades. A CPLP poderá conseguir ou contribuir para a obtenção de fundos em função de projetos junto a Estados-membros, outros Estados ou outros organismos internacionais, para complementar o financiamento de projetos aprovados pelo plano diretor do Fundo, conforme previsto estatutariamente, o que já vem fazendo, mas deve-se reservar o Fundo Especial para atender às prioridades indicadas por consenso institucional. Cabe ao Comitê de Concertação Permanente exercer sua função fiscalizadora.

As considerações anteriores levam no sentido do aprimoramento do plano geral da Instituição e, concomitantemente, não só com o Planejamento Financeiro, mas com adequados mecanismos de controle financeiro, internos e externos, com auditoria independente, em que se passe a analisar a legalidade, não apenas formalmente, dos gastos, e a necessária adequação e atribuição das verbas. Não se trata de engessar a administração e sim, para além das funções específicas de controle, criar sinergias para que a administração executiva lute, politicamente, por dotações, contribuições e auxílios, necessários ao alargamento das atividades ou mesmo para atendimento das obrigações.

O Comitê de Concertação Permanente (CCP), a quem compete, pelo artigo 10º “(...) acompanhar o cumprimento pelo Secretariado Executivo das decisões e recomendações Emanadas da Conferência e do Conselho de Ministros”, para além de órgão de controle interno da Instituição, ao acompanhar, por dever estatutário, ações do Secretariado Executivo, deve analisar a relação entre receitas e despesas, no sentido de preparar relatório adequado relativo a essa equação, coadjuvando o Conselho de Ministros e a Conferência, nas suas tomadas de decisões e estabelecimentos de prioridades.

O Gabinete de Assessores, previsto pelos artigos 3º e 6º do Regimento Interno e regulado pelo artigo 9º, é essencial para o bom desempenho do Secretariado e, atualmente, é inoperante. Os Estados-membros deveriam cuidar de designar assessores, sobretudo considerando três parâmetros: experiência profissional nos Estados-membros, experiência profissional em organismos internacionais e experiência profissional em cooperação internacional. O Gabinete deverá

agir em sinergia com o Secretário Executivo e o Secretário Executivo Adjunto, e, por outro lado, com dinâmica própria *ex vi* de sus funções estatutárias, fundamentais à dinâmica da Instituição e ao agir do Secretário Executivo.

VIABILIDADE POLÍTICA

A CPLP tem viabilidade política. O que me parece essencial é um afinamento dos objetivos dentro da definição ampla do artigo 1º, que instituiu um modelo novo¹⁷.

Deixo de analisar propositalmente, o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), pois não só outras pessoas mais competentes certamente o farão, como creio, pois uma breve análise da estrutura induz a potenciais conflitos. Isso é um assunto a amadurecer, pelo que uma estrutura leve parece ser mais adequada.

A CPLP poderá amadurecer o critério para a escolha dos nomes para o Secretário Executivo e o Secretário Executivo Adjunto, evitando-se a seqüência alfabética de Estados que, aliás, não é estatutária, e possivelmente não apropriado a um organismo internacional.

Outro ponto nevrálgico que merece aprofundamento refere-se às interpretações dos artigos 12, inciso I, e 13, inciso 1, no que toca à expressão “(...) *poderá ser renovado uma vez*”, relativo a dois mandatos consecutivos. Este inciso diz respeito ao aplauso do trabalho cumprido por “(...) *alta personalidade de um dos Países Membros da CPLP (...)*”, como está estampado no artigo 12, ou ao país de origem do Secretário Executivo?

Por fim, cabe ainda chamar a atenção para o fato de que a concertação político-diplomática, a que se referem os artigos 1º e 3º, tem que levar em conta a participação de cada Estado em outros organismos internacionais, determinando limites de atuação, mormente os de composição e fins regionais. Poderia recomendar-se que, face ao

¹⁷ Os acordos com a Francofonia, salvo melhor juízo, seria de bom alvitre, repensá-los.

aprofundamento na estrutura e objetivos da CPLP, a Instituição alargue seus relacionamentos com os organismos internacionais do sistema das Nações Unidas, mormente os de caráter especial e cooperativo, como a UNCTAD, o PNUD, a Comissão dos Direitos Humanos, a UNESCO, etc. Outrossim, poderá estreitar relações com organismos regionais que assim o permitam em seus estatutos.

Há que dotar a CPLP do necessário dinamismo para que ganhe a projeção nacional e internacional, que seria de desejar.

INTEGRAÇÃO ABERTA E CIDADANIA

*Álvaro de Vasconcelos**

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa pode, paradoxalmente, afirmar-se como um círculo de cooperação inter-regional com significativo impacto. Isto se romper com as visões tradicionais das comunidades político-culturais promovidas pelas antigas potências coloniais, afirmar uma identidade internacional, que, tendo como base a língua comum, tem como dinâmica a integração aberta e a cidadania. No âmbito da CPLP, a cidadania afirmar-se-ia, assim, não só nos direitos que os Estados membros atribuem aos originários de um outro país lusófono, mas também na defesa de um modelo assente na diversidade, na multiculturalidade cidadã e no respeito dos direitos fundamentais. Tal perspectiva está na base do «estatuto do cidadão lusófono». Estatuto que visa também privilegiar a imigração tendo como origem os países da CPLP, embora seja necessário definir melhor as condições de acesso e decidir o debate que opõe defensores e opositores do estabelecimento de quotas pelos países de acolhimento. Um projecto desta natureza, numa altura em que crescem os factores de desordem internacional e as tendências para a xenofobia e o racismo e para a amálgama perigosa entre imigração e insegurança, seria um contributo importante dos países de língua portuguesa para contrariar essas tendências alarmantes. Para tanto, não basta obviamente declarar que a CPLP toma por pedra basilar os «valores perenes da paz, da democracia e do Estado de direito, dos direitos humanos»¹, mas é necessário que alguns Estados membros façam progressos políticos significativos no capítulo dos direitos fundamentais. No entanto, as transformações políticas que a maioria dos países da CPLP têm registado, e de que o melhor exemplo é a proclamação de um Estado independente e

* Diretor do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais Lisboa - Portugal.

¹ Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, feita em Lisboa, a 17 de Julho de 1996.

democrático em Timor, são um bom augúrio. Resta uma questão-chave: a evolução política de Angola e a forma como aí se irá consolidar a paz e garantir a democracia e os direitos fundamentais.

ESPAÇO DE MÚLTIPLAS PERTENÇAS

A criação e o posterior desenvolvimento da CPLP têm sido marcados por alguma ambiguidade sobre a sua identidade. Para alguns, a CPLP seria a possibilidade de expressão de uma retórica lusófona, de criação de um espaço de resistência identitária às tendências globalizadoras e integradoras. Para outros, poucos, diga-se, a possibilidade da realização pós-colonial de sonhos míticos de um V império atlântico. Na perspectiva identitária, aparentemente, não seria tanto um projecto político como a expressão mais ou menos institucionalizada de uma identidade cultural comum, sedimentada pela língua, independente da natureza política de cada Estado. Equivale esta perspectiva, na realidade, a uma proposta alternativa à plena integração dos países constituintes nos respectivos espaços regionais. As correntes nacionalistas, como é sabido, consideram os processos de integração regional como corrosivos da identidade, neste caso, lusófona. Pouco expressivas embora, estas correntes temem que Portugal se dissolva na Europa. Em Moçambique e na Guiné-Bissau, alguns temem a integração, diluidora, num espaço anglófono e francófono, respectivamente.

É evidente, como nota Celso Lafer, que num mundo caracterizado por polaridades indefinidas e trabalhado pelo conflito entre as forças centrípetas da globalização e as forças centrífugas da fragmentação, «o alcance da história comum e da comunidade da língua, da cultura e do afecto» é potenciado, quer no plano bilateral quer no multilateral – e neste se enquadra a CPLP.²

Mas a língua comum, se é um factor essencial de afinidade e convergência entre povos dispersos nos cinco cantos do mundo, não cria, por si só, uma entidade política e económica nem mesmo relações

² Celso Lafer, Prefácio a José Calvet de Magalhães, *Breve História das Relações Diplomáticas entre Brasil e Portugal*. Paz e Terra: São Paulo, 1999.

sólidas e substanciais. O exemplo das relações luso-brasileiras assim o comprova, reduzidas que estiveram durante anos a uma retórica sentida, mas nem por isso menos retórica, e a um comércio da saudade que, com o tempo, se foi transformando na saudade do comércio. Isto apesar da língua, das raízes culturais comuns e de uma história que é assumida de forma tranquila pelas duas nações (o que não é o mesmo que aceitá-la acriticamente e menos ainda assentá-la em mitos). Diz Hélio Jaguaribe que a comunidade cultural «se sobrepõe, nitidamente, às especificidades e diferenciações que vieram a se constituir no desenvolvimento de ambos os países (...) e constituiu uma realidade histórica que se impõe por si mesma, seja qual for a actuação dos respectivos Estados»³. O que é essencial é saber como se potencia, do ponto de vista político e económico, numa dada circunstância internacional, esse património comum. Mas os desencontros políticos do século passado, marcados por longos períodos de ditadura de ambos os lados, foram fazendo gorar as tentativas que houve de adensar as relações entre os dois países. Durante muitos anos, o património comum luso-brasileiro não frutificou numa relação política sólida. Assumiu-se que a convergência luso-brasileira, de tão natural, estava imune aos avatares da política, que poderia sobreviver sustentando-se quer de um luso-tropicalismo passadista, quer de quiméricas alternativas à integração plena dos dois países na Europa e nas Américas. Não estava. A comunidade cultural, evidentemente, manteve-se. A comunidade de afecto, evidentemente, também. Mas as relações políticas e económicas não assumiram uma dimensão compatível. A consolidação da democracia e a integração dos dois países nos seus continentes, rompendo com as visões tradicionais da geopolítica, criaram condições ímpares para iniciar uma nova fase do relacionamento luso-brasileiro que após 1996 deu um salto muito significativo, que se consubstanciou nos investimentos portugueses no Brasil, no alargamento dos direitos dos brasileiros residentes em Portugal e certamente na criação da CPLP.

A alteração qualitativa das relações luso-brasileiras assenta pois numa perspectiva pós-globalização, e parte do pressuposto em vez de

³ Hélio Jaguaribe, «Portugal e Brasil perante a integração europeia», in *Estratégia*, 6. Lisboa, 1999.

ser contrária à integração nos respectivos espaços regionais. É uma perspectiva que assume plenamente a integração de cada um dos estados na sua realidade regional, a União Europeia e o Mercosul, como a primeira prioridade internacional de cada um deles. Ambos vêem o respectivo processo de integração, como afirmaram em momentos diferentes Mário Soares e Celso Lafer, como um destino.

A análise das relações luso-brasileiras e da sua evolução pode aplicar-se, *mutatis mutandis*, às relações entre os Oito, justamente por ser paradigmática da visão que nos parece dever presidir à CPLP, embora a importância relativa da CPLP e concomitantemente o lugar que ocupa na hierarquia das prioridades das relações externas não seja a mesma – nem seria forçoso que o fosse – para todos os países que a constituem. Não é nenhum acto de traição à lusofonia que a CPLP possa nalguns casos constituir mesmo uma prioridade baixa de um ou outro dos seus membros: isso apenas representa a constatação de uma realidade regional ou internacional determinada. O que é, pelo contrário, essencial é que todos considerem que vivemos num sistema de múltiplas pertenças e que garantir a sua plena e harmoniosa coexistência e interconexão é condição *sine qua non* do sucesso de qualquer iniciativa de integração numa comunidade, por assim dizer, transversal. Trata-se de promover a integração aberta, que, sob formatos institucionais diversos e grau mais ou menos profundo, tem como traço característico no domínio interno a garantia do pluralismo político e da diversidade cultural e no domínio externo a abertura e a defesa do multilateralismo⁴. Isto significa ter da integração e dos círculos de cooperação inter-regional uma visão de complementaridade e de reforço mútuo, incompatível com pretensões exclusivistas e mais ainda com quaisquer veleidades de preservar inexistentes chasses gardées.

PROMOVER O MULTIRREGIONALISMO

⁴ Guilherme d'Oliveira Martins e Álvaro de Vasconcelos, «A Lógica da Integração Aberta, Base de um Novo Regionalismo», em *A Integração Aberta: um projecto da União Europeia e do Mercosul*, IEEI, Lisboa, 1995. Ver também sobre o tema, na mesma obra, Celso Lafer e Gelson Fonseca, «A problemática da integração num mundo de polaridades indefinidas».

A CPLP, que procura afirmar-se e consolidar-se num ambiente internacional de forte tendência para a regionalização económica e política, enfrenta pois a necessidade de conciliar a integração de cada um dos países na sua realidade regional própria com uma comunidade que não será sempre nem regra geral a sua primeira prioridade.

A CPLP deve ser pensada como a rede que liga um conjunto de países, alguns bem integrados e outros tendencial ou potencialmente integrados em grupos regionais mais ambiciosos do ponto de vista económico e político. Ao fazê-lo, deve tirar partido dessa realidade para promover as relações inter-regionais.

O grau de integração regional varia de país para país, tal como varia o grau de aprofundamento e institucionalização de cada processo de integração e em consequência as políticas que são decididas a nível nacional ou comunitário. A opção europeia de Portugal é inequívoca e a nível europeu são já definidas importantes componentes da sua política com implicações internacionais, como seja a política comercial ou aspectos importantes da segurança interna, notadamente as que estão relacionadas com a liberdade de circulação e o acesso ao espaço comunitário. Para o Brasil, também a integração no seu grupo regional é claramente a prioridade das prioridades e as implicações da pertença ao Mercosul na negociação de acordos de comércio são evidentes apesar das dificuldades que o grupo regional enfrenta. É como membro do Mercosul que o Brasil negocia um acordo com a União Europeia e, logo, com Portugal. Para os restantes membros da CPLP, o grau de integração é significativamente menor. Mas nem por isso a opção regional deixa de ser a primeira prioridade: é certamente este o caso de Moçambique, relativamente à SADC, e da Guiné-Bissau, que se integra cada vez mais na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, que faz parte da área do Franco CFA. Noutros países – Cabo Verde, São Tomé, e pelo menos transitoriamente Timor – a pertença ao espaço lusófono é considerada quase tão importante como a sua inserção regional, particularmente devido à densidade das relações com Portugal. Angola está numa posição peculiar: recém-saída

de uma guerra civil, a definição das suas preferências no capítulo da integração regional é ainda incerta.

De notar também que, para além de fazerem parte da CPLP e de vários agrupamentos regionais, como se indica no quadro 1, os países africanos de língua oficial portuguesa constituem o Grupo dos Cinco,

Quadro 1 - Principais organizações de integração e segurança regional a que pertencem os países da CPLP

Portugal	União Europeia Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN / NATO)
Brasil	Mercado Comum do Sul (Mercosul) Grupo do Rio (GRIO) Processo Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)
Angola	Comunidade dos Estados da África Central (CEEAC) Common Market for Eastern and Southern Africa (COMESA) Southern African Development Community (SADC)
Cabo Verde	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)
Guiné-Bissau	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) - Zona do Franco CFA
Moçambique	Southern African Development Community (SADC)
S. Tomé e Príncipe	Comunidade dos Estados da África Central (CEEAC)
Timor-Leste	Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) ASEAN Regional Forum (ARF) <i>Intenção de aderir.</i>

Principais pertenças continentais ou a outras comunidades:

Portugal é membro da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE).

Todos os países africanos fazem parte da Organização de Unidade Africana (OUA).

O Brasil faz parte da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A Guiné-Bissau pertence à Francofonia desde 1986, Cabo Verde desde 1996 e São Tomé desde 1995.

Moçambique aderiu à Commonwealth em 1995.

Timor-Leste manifestou a intenção de participar como observador no South Pacific Forum.

que tem a sua origem na luta anticolonial, e se reúne, em princípio, uma vez por ano a nível de chefes de Estado. Depois de um vazio de quatro anos, voltaram a encontrar-se em Luanda em Abril de 2001. Têm os países africanos de língua oficial portuguesa uma identidade própria, de acordo com a noção de “fronteira linguística”, que lhes é reconhecida, designadamente no quadro das relações com a União Europeia. Constituem aliás o único grupo regional não geográfico no contexto do acordo da União Europeia com os países ACP, tal como acontecia nas convenções de Lomé que o precederam, o chamado acordo de Cotonou, e beneficiam aliás de um programa indicativo de 30 milhões de euros para o período 1997-2002 (a título informativo, note-se que o programa indicativo para a África Ocidental para igual período é de 228 milhões de euros).

Potenciar as relações entre os diferentes grupos regionais, promovendo o inter-regionalismo, deve ser a orientação genérica da CPLP. Mas isso significa a promoção de uma determinada concepção da integração e da ordem internacional, que aliás tem estado na base das posições defendidas por Portugal na União Europeia ou do Brasil no Mercosul, e será certamente a posição de Timor quando passar a fazer parte da ASEAN.

A integração, definida nestes moldes, significa também a recusa de uma perspectiva fechada e excludente da identidade ou da pertença e implica a recusa de uma abordagem neo-mercantilista, de blocos antagónicos. Só obrando para uma relação estreita entre os diferentes grupos regionais a que pertencem e opondo-se à perspectiva de blocos fechados serão os estados membros da CPLP capazes de compatibilizar as suas várias pertenças.

Os países da CPLP que pertencem aos grupos regionais mais avançados e promissores, como são a União Europeia, o Mercosul, a SADC ou a CEDEAO, e futuramente a ASEAN, estão numa posição privilegiada para contribuir para o multi-regionalismo, como factor estruturante do novo multilateralismo e para o aprofundamento das relações com os países e regiões de que fazem parte os membros da CPLP. Desde já tal projecto implica a consolidação dos acordos comerciais e de cooperação

que já existem ou estão a ser negociados entre a União Europeia e os outros grupos regionais. Particularmente importante, deste ponto de vista, é a negociação em curso entre a União Europeia e o Mercosul para o acordo de comércio livre, que se espera esteja concluída antes de 2005. As dificuldades são ainda muitas, nomeadamente no capítulo agro-alimentar, e comuns a quem negocia com a União Europeia. Ainda recentemente, em Madrid, na Cimeira União Europeia–América Latina e Caraíbas, não foi fixada, devido às resistências europeias, uma data limite para o termo das negociações, como pretendiam os países do Mercosul, limitando-se a declaração política final, a que se chamou «compromisso de Madrid», ao voto piedoso de que o acordo deveria ser firmado “o mais breve possível”.⁵ Ou seja, quando for possível resolver o problema que colocam os lobbies agrícolas europeus e serenar a onda nacionalista.

Mas é fácil constatar que a adesão de Portugal e da Espanha à então Comunidade Europeia contribuiu para elevar a América Latina a um outro patamar nas prioridades externas da União Europeia. O efeito de um acordo União Europeia–Mercosul no sistema internacional será especialmente significativo por ligar os dois únicos processos de integração profunda até hoje existentes. Por outro lado, a muito provável adesão à ASEAN de Timor independente e democrático não deixará de pesar nas relações do sudeste asiático com a União Europeia, exactamente porque a identidade internacional de Timor assenta nos valores da sociedade aberta, da tolerância e da luta pelos direitos do homem. A independência de Timor não só resolveu um contencioso grave entre a Europa e os Estados do sudeste asiático mas, acompanhada pelo processo de democratização na Indonésia, criou as condições para uma dinâmica nova nas relações entre as duas regiões. O que tem diferenciado as relações União Europeia–Mercosul das relações União Europeia–ASEAN está antes de tudo no grau de convergência política entre as diferentes regiões. Enquanto os países do Mercosul, como os da União Europeia, assumem plenamente o carácter universal da

⁵ Cumbre Unión-Europea-América Latina y Caribe, Declaración Política, Compromiso de Madrid, 17 de maio de 2002.

democracia, vários Estados do sudeste asiático recusavam os valores da sociedade aberta em nome do relativismo cultural. As transformações democráticas que estão a ter lugar na maioria dos países da ASEAN desde a crise asiática podem criar condições para um salto no sentido da integração aberta. A adesão de Timor, apesar da sua dimensão, poderá ter um efeito significativo nessa evolução. É o que poderíamos chamar o efeito Timor.

Os demais grupos regionais de que fazem parte os países da CPLP, como a SADC e a CEDEAO, são ainda frágeis, mas a sua consolidação e aprofundamento é claramente do interesse dos países da CPLP. Países de transição, como Cabo Verde, no Atlântico, entre a África e a Europa, têm dificuldade em optar por um dado processo de integração regional. Mas podem assumir um papel importante no interface entre várias regiões e encontrar uma dimensão importante da sua inserção internacional na CPLP, como de certa forma é também o caso de São Tomé e mesmo de Timor.

UM ESPAÇO DE CIDADANIA

Uma das realidades mais vivas da CPLP são os fluxos populacionais, nomeadamente em direcção a Portugal, hoje, como ontem em direcção ao Brasil, e amanhã talvez em direcção a qualquer outro país membro. Apesar da dificuldade em ter acesso a dados estatísticos fiáveis e actualizados – certamente uma tarefa para a CPLP –, cerca de 900 mil cidadãos nacionais de países lusófonos vivem hoje noutra país membro da CPLP. É certo que, desses, cerca de 120 mil vivem em Portugal e mais de 720 mil no Brasil. Portugal, de país de emigrantes, está a transformar-se num país de destino, enquanto no Brasil se passa exactamente o contrário. Cabo Verde continua a ser um país de emigrantes com uma forte componente europeia e norte-americana no destino dos seus nacionais. Para outros países, como Moçambique, a emigração tem uma componente essencialmente regional. Mas todos devem ter consciência de que o fenómeno é global e deve ser abordado com regras multilaterais e viradas para o longo prazo.

A dimensão humana é uma componente essencial da lusofonia, que tanto pode e deve ser um factor essencial de aproximação, como pode também ser, como tem acontecido por vezes, um factor de crispação. Dar prioridade a esta questão agora é fazer dela um dos factores identificadores da comunidade lusófona num contexto internacional em que a imigração se tornou uma questão central do debate político.

O mundo actual é caracterizado não só por uma forte tendência para a integração e a democracia, mas também pela afirmação de alternativas identitárias radicais, para um retorno do nacionalismo e da barbárie em várias regiões do mundo. A Europa e a sua periferia têm sido particularmente marcadas pelo renascimento de corrente nacionalistas e soberanistas. Essas correntes recusam não só a globalização e a integração mas reagem contra os movimentos de população que estão a transformar profundamente, do ponto de vista cultural e religioso, as sociedades nomeadamente das regiões ricas.

Assistimos na Europa a uma revolução que põe em causa as concepções tradicionais de soberania e de integração dos emigrantes nas sociedades de acolhimento, continua a ser essencial que o Estado seja concebido como uma comunidade de cidadãos e ao mesmo tempo e por essa via garantir a diversidade e uma forma de multiculturalismo cidadão.

O debate sobre a imigração tornou-se uma questão essencial em muitas sociedades democráticas, nomeadamente na Europa, cujo cerne é exactamente a questão da cidadania e da multiculturalidade. A extrema direita ressurgiu como força política significativa em países tão importantes como a França, a Itália, a Holanda ou a Áustria e faz do imigrante ou do nacional originário de um país não ocidental o alvo de campanhas de ódio e violências. Amalgamado com a insegurança e nalguns casos mesmo com o terrorismo sobretudo quando é de outra raça ou religião. Jean-Claude Brader, membro da Comissão Política da Frente Nacional, o partido de Jean Marie le Pen, declarou que «a imigração

⁶ Samuel P. Huntington, "Clash of Civilizations?", *Foreign Affairs*, vol.72, 3 (1993).

põe em causa a identidade cultural da nação francesa, incompatível com a cultura muçulmana e africana dos novos imigrantes, incompatibilidade que sublinha quanto é utópica a política de integração e de instauração da sociedade pluricultural que os meios politico-mediáticos preconizam». Este ponto de vista não é muito diferente do de Samuel Huntington que, no seu famoso artigo *Clash of Civilizations?*,⁶ depois de recordar que de acordo com as previsões censitárias haverá em 2050 nos Estados Unidos 23% de hispânicos, 16% de negros e 10% de asiáticos, pergunta com espantosa candura se em caso de «os Estados Unidos se tornarem verdadeiramente multiculturais e eternamente palco do confronto de civilizações, a democracia liberal poderá sobreviver». A reacção da América anglo-saxónica conservadora contra a «invasão» hispânica é a motivação básica de Huntington. Estas tendências para ver no outro, sobretudo se doutra raça ou religião, o inimigo das sociedades ocidentais encontraram maior apoio nas opiniões públicas após o 11 de Setembro e particularmente com a natureza da resposta da administração Bush, que procura fazer da luta contra o terrorismo o factor organizador do sistema internacional.

Para a CPLP é essencial assumir uma posição de clara recusa das teorias de Huntington sobre o choque das civilizações. Por isso mesmo é importante que a identidade da CPLP não se baseie numa pretensa unidade cultural lusófona. Uma língua comum não cria uma cultura, nem mesmo uma literatura comum, como ainda recentemente a recusa de António Tabuchi de que lhe fosse aplicado aplicar o epíteto de «escritor lusófono», mesmo quando escreve em português, veio lembrar. A CPLP deve pois assumir-se como um espaço diverso culturalmente, onde a comunicação e o conhecimento mútuo são facilitados pela uso da mesma língua, como um espaço de cidadania. Ora, na questão da imigração e da aceitação da diversidade, a posição da maioria dos países da CPLP tem sido exemplar, nomeadamente no que diz respeito aos nacionais dos Oito através de medidas de natureza constitucional e legislativa que afirmam o princípio da dupla cidadania. O projecto de convenção-quadro relativa ao estatuto do cidadão da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que deverá ser aprovado na cimeira de

Quadro 2 - Nacionais da CPLP residentes noutro país da CPLP

Países de Acolhimento	Angola	Cabo Verde	Guiné Bissau	Moçam bique	S. Tomé e Príncipe	Brasil	Portugal	Total
	1983	1990	1991	1996	1991	2001	2001	
Países de Origem								
Angola		919	n.d.	99	973	15,000 (3)	16,282	33,273
Cabo Verde	3,079		427	178	3,734	n.d.	49,978	57,396
Guiné Bissau	n.d.	307		59	24	n.d.	16,172	16,562
Moçambique	84	29	n.d.		157	n.d.	4,726	4,996
S. Tomé e Príncipe	2,686	1,428	n.d.	69		n.d.	5,899	10,082
Brasil	n.d.	753	n.d.	534	19		24,153	25,459
Portugal (2001)	20,000	500	665	13,299	532	700,000		734,996
Timor	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	2,000	2,000
Total	25,849	3,936	1,092	14,238	5,439	715,000	119,210	884,764

Fontes:

Angola – Gabinete central do censo

Cabo Verde – Recenseamento geral da população

Guiné Bissau – Recenseamento geral de 1991

Moçambique – Anuário estatístico do Ministério do Interior

São Tomé e Príncipe – Recenseamento geral da população e da habitação

Portugal (país de origem) – Secretaria de Estado das Comunidades

(2) Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas

(3) Embaixada de Angola no Brasil

Brasília em Julho pode vir a ser o documento chave da CPLP. Este projecto visa garantir direitos políticos e sociais aos nacionais de um Estado membro da CPLP nos restantes. Inspira-se no carácter precursor da Constituição brasileira, que garantiu aos cidadãos de origem portuguesa direitos políticos incluindo o de ser eleito para cargos públicos, direitos que foram retomados pela Constituição portuguesa ao instituir que «aos cidadãos dos estados de língua portuguesa, com residência permanente em Portugal, são reconhecidos, nos termos da Lei e em condições de

⁷ Artigo 15, no. 3, da Constituição da República Portuguesa. Na revisão constitucional de 2001, o número 3 do art. 15 foi alterado, uma vez que concedia menos direitos políticos aos brasileiros que os concedidos aos portugueses pela Constituição brasileira.

reciprocidade, direitos não conferidos a estrangeiros, salvo o acesso aos cargos de Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-ministro, Presidente dos Tribunais Supremos e o serviço nas Forças Armadas e na carreira diplomática.»⁷ Cabo Verde, cuja Constituição também prevê direitos políticos para os cidadãos estrangeiros, viria pelo estatuto do cidadão lusófono a garantir capacidade eleitoral nas eleições autárquicas e acesso a cargos públicos electivos no âmbito das autarquias locais⁸. É evidente que o novo estatuto, quando e aonde for posto em prática, será um instrumento essencial de integração política e social, pois permitirá não só a participação na vida política dos imigrados, como a participação activa como protagonistas, ao conferir-lhes a possibilidade de serem eleitos para os parlamentos nacionais e participarem assim na actividade legislativa como já acontece no Brasil.

O projecto de Estatuto de Cidadão da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa tem encontrado apoio em todos os países da CPLP com excepção de Moçambique, cuja Constituição não contempla o reconhecimento de direitos políticos a estrangeiros (ver quadro 3). Mas, como em outros casos, o processo de cooperação internacional e integração, a criação de instâncias supranacionais, obriga a revisões constitucionais precedidas muitas vezes por debates plurais que vão definindo a identidade internacional dos Estados. Foi assim em Portugal relativamente à ratificação do estatuto do Tribunal Penal Internacional (pelo facto de este prever a pena de prisão perpétua, que está expressamente excluída da legislação portuguesa), que provocou um

Quadro 3 - CPLP: Imigração e Cidadania

Disposições constitucionais e acordos bilaterais com Portugal

	Constituição e Legislação	Acordos Bilaterais
Angola	Constituição da República de Angola (1992) •Art.º 57 - A eleição do Presidente da República é sufragada pelos residentes no território angolano sendo que segundo o Art.º 58, apenas cidadãos originários angolanos, podem candidatar-se ao cargo.	

continua na página seguinte

⁸ Ver Estatuto de Cidadão Lusófono in «Boletim Oficial», I série, no. 32, 25 de Agosto de 1997, Cabo Verde.

Cabo Verde	<p>Constituição da República de Cabo Verde (1990)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Art.º 7 - Garantia de um tratamento compatível com as normas internacionais de direitos humanos e o exercício de direitos que não sejam exclusivos aos cidadãos cabo-verdianos para cidadãos estrangeiros residentes. • Art.º 11 alínea 6) - Manutenção de laços especiais de amizade e cooperação com os países de língua oficial portuguesa e países de acolhimento de cabo-verdianos. • Art.º 24 alínea 3) - Poderão ser atribuídos aos cidadãos dos países de língua oficial portuguesa direitos não conferidos aos estrangeiros, excepto à titularidade dos órgãos de soberania, o serviço nas Forças Armadas e a carreira diplomática (os estrangeiros, segundo a alínea 1) não gozam de direitos políticos e de deveres legalmente reservados a cabo-verdianos). <p>Lei n.º 36 / V /97, referente à cidadania lusófona</p> <p>Reconhecimento de capacidade eleitoral activa e passiva ao cidadão lusófono bem como de exercer actividade política</p> <p>Aquisição de dupla nacionalidade sem exigência de perda da anterior</p> <p>Gozo dos mesmos direitos, liberdades e garantias que a de um cidadão cabo verdiano</p> <p>Direito de estabelecimento e acesso a qualquer actividade económica ou profissional privada, nos mesmos termos de um cidadão cabo verdiano.</p>	<p>Protocolo sobre emigração temporária de trabalhadores cabo-verdianos para a prestação de trabalho em Portugal 19 de Novembro de 1997</p> <p>Duração máxima dos contratos um ano com possibilidade de prorrogação, não podendo exceder os três anos.</p> <p>Atribuição de visto mediante exibição do contrato de trabalho</p> <p>Aplicabilidade das disposições da Segurança Social em vigor entre Cabo Verde e Portugal, com excepção do direito às pensões de reforma</p> <p>Regresso a Cabo Verde após cessação do contrato</p>
Guiné Bissau	<p>Constituição da República da Guiné Bissau (1999)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Art.º 27 O estrangeiro que resida na Guiné Bissau goza dos mesmos direitos e deveres que o cidadão guineense, excepto no que diz respeito aos direitos políticos e ao exercício de funções públicas. O exercício de funções públicas, só será permitido aos estrangeiros desde que tenham carácter predominantemente técnico. 	<p>Protocolo sobre Migrações da República da Guiné Bissau com destino a Portugal 6 de Fevereiro de 1998</p> <p>Estabelecimento de mecanismos de informação e consulta relativa a fluxos migratórios e de promover uma inserção de qualidade da comunidade guineense residente em Portugal.</p>
Moçambique	<p>Constituição da República de Moçambique (1990)</p> <p>Constituição não define estatuto especial ao cidadão lusófono.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Art.º 22 obriga à renúncia da nacionalidade anterior para adquirir nacionalidade Moçambicana e período de residência superior a 10 anos. • O Art.º 29 determina que os cidadãos de nacionalidade adquirida não têm acesso à carreira diplomática e militar ou equivalente. Remissão para a lei das condições do exercício de funções públicas ou de funções privadas de interesse público por cidadãos moçambicanos de nacionalidade adquirida. • Art.º 118 não permite a candidatura à Presidência da república à cidadãos que não tenham nacionalidade originária. 	<p>Protocolo sobre Migrações da República de Moçambique com destino a Portugal 21 de Abril de 1999</p> <p>Estabelecimento de mecanismos de informação e consulta relativa a fluxos migratórios e de promover uma inserção de qualidade da comunidade Moçambicana residente em Portugal.</p>
S. Tomé e Príncipe	<p>Constituição da República de São Tomé e Príncipe (1990)</p> <p>Constituição não define estatuto especial para o cidadão lusófono.</p> <p>Referência no art.º 16, ao gozo de direitos e deveres idênticos aos santomenses por estrangeiros que residam em S. Tomé e Príncipe, excepto no que se refere a direitos políticos e ao exercício de funções.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Art.º 74 obriga a cidadania originária para o cargo de Presidente da República 	<p>Protocolo sobre Migrações da República de São Tomé e Príncipe com destino a Portugal 13 de Abril de 1999</p> <p>Estabelecimento de mecanismos de informação e consulta relativa a fluxos migratórios e de promover uma inserção de qualidade da comunidade santomense residente em Portugal.</p>

debate fundamental sobre os limites da soberania e o primado dos direitos dos cidadãos. O facto de um país não aprovar um dado documento, no caso da CPLP como noutros, não deve porém constituir impedimento à sua adopção e implementação pelos restantes, numa aplicação do conceito de geometria variável que é fundamental em todos os processos de cooperação e integração, tanto vertical como transversal.

A cidadania dos imigrados, independentemente da sua origem nacional, não se cinge apenas ao plano da garantia explícita dos direitos políticos. É preciso que as condições sociais sustentem e garantam a possibilidade de exercício desses direitos, ou seja a participação activa na vida pública, o progresso nas suas carreiras profissionais, o acesso a todos os níveis do ensino. Se assim não for, os filhos dos imigrantes procurarão noutros países o seu futuro, particularmente os que vivem hoje em Portugal. É discutível que a melhor forma de resolver este problema seja a chamada discriminação positiva, que aparece no entanto como resposta a um verdadeiro problema. Talvez seja mais correcto pôr em prática medidas de anti-discriminação activa, com a criação de organismos especiais como gabinetes do imigrante aonde estes encontrariam apoio jurídico. Aliás, o sucesso do combate à discriminação, base fundamental da integração nas sociedades de acolhimento, não se medirá no caso português apenas pela atitude em relação aos imigrantes lusófonos mas em relação a todos, designadamente àqueles que são percebidos como mais distantes do ponto de vista cultural. Qual a melhor forma de garantir a não discriminação é sem dúvida uma questão em aberto, que merece ser objecto de discussão a nível da CPLP.

Os imigrantes dos países da CPLP podem ser actores da afirmação internacional da comunidade, como bem lembrou o Embaixador João Baena Soares, que propôs que se estudasse a possibilidade de coordenar a actividade cívica dos portugueses e brasileiros a residir no Estados Unidos, proposta que pode e deve ser extensiva aos outros migrantes de língua portuguesa.⁹ Vão nesse sentido medidas para garantir protecção

⁹ Embaixador João Baena Soares, intervenções em várias reuniões do projecto sobre As Relações Luso-Brasileiras, IEEL, 1996-1999.

consular aos cidadãos lusófonos por outros países membros na ausência de um consulado do seu país. Faria todo o sentido, também, o desenvolvimento em comum do ensino da língua no estrangeiro, usando para isso o centro cultural mais bem situado, em Buenos Aires, o brasileiro e em Lyon o português, por exemplo. Esta será certamente no futuro uma função do Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

Mas a questão da valorização do factor humano na CPLP passa também pelas condições de acesso ao espaço da lusofonia, designadamente para os «agentes» da comunidade (políticos, artistas, homens de negócios, universitários), e por definir as condições de acesso dos imigrantes de forma a protegê-los dos traficantes. Estão neste momento prontos para serem submetidos à reunião do Conselho de Ministros de Brasília vários acordos que visam facilitar a circulação dos cidadãos da CPLP no espaço da Comunidade, nomeadamente dos agentes políticos, culturais, diplomáticos e económicos, através da concessão de vistos de múltiplas entradas para determinadas categorias, a harmonização dos vistos de curta duração, e igualmente a regulação comum da concessão de vistos para tratamento médico. Está também aprovado pelo grupo da CPLP sobre cidadania e circulação o estabelecimento de balcões CPLP nas fronteiras.¹⁰ Ficam em aberto uma série de questões fundamentais para futuros trabalhos da CPLP nomeadamente a questão da harmonização dos planos nacionais de imigração, em que será particularmente importante o debate sobre o sistema dito de quotas.

As política migratórias, a questão da cidadania, a problemática da livre circulação, o combate à discriminação, já não pode ser vista numa perspectiva meramente nacional ou mesmo exclusivamente no seio da CPLP. São questões que estão hoje entre as prioridades dos

¹⁰ Os documentos já aprovados ou em discussão pelo grupo cidadania e circulação de pessoas são: i) concessão de vistos de múltiplas entradas para determinadas categorias de pessoas; ii) estabelecimento de requisitos comuns máximos para a instrução de processos de vistos de curta duração; iii) estabelecimento de balcões específicos nos postos de entrada e saída para o atendimento de cidadãos da CPLP; iv) concessão de visto temporário para tratamento médico dos cidadãos da comunidade; v) isenção de taxas e emolumentos devidos à emissão e renovação de autorizações de residência para os cidadãos da comunidade.

processos de integração regional, nomeadamente do europeu. Os progressos que a União Europeia tem feito no domínio da justiça e da segurança, o chamado terceiro pilar de Maastricht, têm permitido a criação progressiva de uma fronteira comum, nomeadamente entre os signatários do acordo de Schengen, e uma harmonização da política de vistos que significa que quem entra em Portugal entra num espaço muito mais vasto, desde que não tenha como objectivo aí trabalhar. A defesa do projecto de integração aberta implica defender, a nível dos processos de integração, os direitos políticos para os nacionais de cada um que os Oito procuram estabelecer entre si. Um outro tema importante para os trabalhos da CPLP é a definição de uma perspectiva comum para a sua acção regional e internacional, nomeadamente nas Nações Unidas, sobre a problemática das imigração. A elaboração de uma proposta global sobre esta matéria poderia ser um tema ousado a lançar em Brasília.

Ao assumir a questão da imigração e do seu corolário, a da cidadania, como questão fundamental, que foi o sentido das decisões da III Conferência dos Chefes de Estado e de Governo de Maputo de 2000, a CPLP está a escolher o caminho certo e mostrar que é possível olhar para os imigrantes como um factor de aproximação humana e cultural para além de serem um contributo essencial ao desenvolvimento. A CPLP poderá assim ganhar uma identidade internacional própria e conforme aos princípios da sociedade aberta e plural. Para isso não bastará naturalmente instituir um estatuto do cidadão da CPLP comumente aceite, é necessário nos país de acolhimento garantir os direitos estatuidos com celeridade, criar condições sociais condignas para os imigrantes e combater com intransigência toda a forma de racismo e xenofobia. Para isso se concretizar plenamente na CPLP é necessário que em todos os países membros vigore a democracia e plenamente o Estado de direito.

A ÁFRICA DA CPLP

*Fernando Jorge Cardoso**

INTRODUÇÃO

O presente artigo é elaborado a propósito do tema “A CPLP e seu papel em apoio à consolidação democrática, à segurança regional e à promoção das agendas nacionais em foros internacionais”. O enfoque sobre África tem a ver com uma maior especialização do autor relativa às questões políticas e de desenvolvimento da quele continente.

O artigo tem cinco partes: a crise dos estados pós-coloniais, conflitos armados e luta pelo poder, actores externos, dependência e marginalização, transições políticas e legitimidade dos novos regimes, e a África da Comunidade.

A CRISE DOS ESTADOS PÓS-COLONIAIS

A sobreposição de reformas neoliberais e transições para a democracia que se verificou a partir da primeira metade dos anos 90, despoletou uma profunda crise nos estados pós-coloniais em África.

Na realidade, a evidente desadaptação tecnológica e competitiva das economias, o avolumar de desastres humanitários, o crescimento de conflitos violentos, a falências dos modelos de cooperação e dos próprios modelos de desenvolvimento e governação caracterizam a presente etapa histórica na generalidade dos países africanos.

É hoje mais que nunca visível a magnitude da crise estrutural, expressa na dificuldade de adaptação das frágeis economias africanas à revolução tecnológica e produtiva desencadeada a partir de meados dos

* Vice-Diretor do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais Lisboa e Vice-Reitor da Universidade Moderna de Lisboa

anos 70, altura a partir da qual a deterioração dos termos de troca se tornou por demais evidente, originando défices crónicos nas balanças de pagamentos. A crescente marginalização de África dos fluxos de investimento produtivo e de modernização tecnológica e a perda progressiva de competitividade das exportações têm sido constantes nas duas últimas décadas. O peso da dívida externa então formada e que, apesar das últimas iniciativas de alívio, se mantém a níveis que impossibilitam a criação de poupanças para investimento, tornou a generalidade dos países ainda mais dependentes da ajuda internacional e do reescalonamento da dívida.

Esta crise estrutural tem reflexos na carência e deterioração de infraestruturas básicas, principalmente no mau estado, na falta de manutenção ou mesmo na inexistência ou destruição das estradas, pontes, caminhos de ferro, portos ou aeroportos, dos centros de produção e redes de transporte de energia, das redes de telecomunicações, das estruturas básicas de saúde e de saneamento, dos meios de transporte, dos armazéns e postos de venda rurais e das estruturas de crédito. Os incentivos e apelos que se multiplicam para o estabelecimento de negócios e a expansão do sector privado tornam-se redundantes devido à ausência de investimentos de criação e reposição de infraestruturas básicas para o desenvolvimento. Contrariamente ao que a ortodoxia dominante sugere, o sector privado não se pode constituir em principal motor do crescimento económico, face à ausência de investimentos em bens públicos e de uma governação eficaz. Nem em África, nem em qualquer outra parte do mundo, desenvolvido ou subdesenvolvido.

O avolumar de crises e desastres humanitários é típico da presente etapa. O deteriorar da situação económica, o aumento em flecha da urbanização, o afluxo de refugiados e migrantes a centros urbanos ou de acolhimento precário, a crescente informalização das sociedades, a diminuição das condições de higiene, segurança e habitação, o colapso ou o envelhecimento de infraestruturas essenciais ao normal funcionamento dos centros urbanos e da economia são factos a realçar. A persistência de crises humanitárias, para além dos desastres causados por fenómenos naturais como cheias ou secas, apresenta como aspectos

mais gravosos o crescimento, exponencial nalguns casos, da epidemia de HIV, que afecta desde já as perspectivas demográficas a longo prazo em vários países, o aumento do número de vítimas de conflitos violentos e de refugiados e deslocados e o agravamento das doenças endémicas do subdesenvolvimento - malnutrição, malária, diarreias, tuberculose, bilharziose.

As crises humanitárias configuram, ao mesmo tempo, situações de curto e de longo prazo. No curto prazo, as crises humanitárias suscitam, em maior ou menor escala, o apoio internacional e o envolvimento de um grande número de actores no terreno, nomeadamente organizações não governamentais e religiosas, agências das Nações Unidas e outros organismos de natureza humanitária como a Cruz Vermelha e os Médicos sem Fronteiras. Se bem que, com a excepção da epidemia de HIV, as crises humanitárias sejam passíveis, em casos pontuais, de resolução no curto prazo, quando interligadas com a deterioração das infraestruturas básicas e com a violência, insegurança e instabilidade política têm tendência para se repetir cronicamente, transformando-se, deste modo, em problemas de longo prazo.

A erosão e, nalguns casos, a desagregação dos estados pós-coloniais, incapazes de assegurar uma gestão eficaz dos processos simultâneos de reformas económicas e de transição política, com dificuldades em assegurar um nível efectivo de soberania no todo territorial e confrontados com crises de legitimidade no exercício do poder, têm vindo a acelerar uma crise nos modelos de desenvolvimento. Na verdade, este cenário é potenciado com a substituição das perspectivas de longo pelas de curto prazo nas tomadas de decisão e pelo fim das estratégias de desenvolvimento, etiquetadas de despesistas e utópicas. É hoje claro que se os modelos de gestão baseados nos programas de estabilização e no financiamento casuístico de projectos criaram equilíbrios nas contas do estado, não criaram, porém, um novo ciclo de investimentos, necessários à retoma do crescimento.

Os modelos de desenvolvimento em vigor na maioria dos países

africanos são particularmente desajustados para lidar com a natureza das actuais situações. As políticas neoliberais favorecem a liberdade de circulação de bens e capitais e a iniciativa privada, sendo avessas à intervenção estatal, excepto em condições excepcionais (as designadas falhas de mercado). Adoptadas em países com estruturas económicas e instituições políticas consolidadas, poderão criar e criam muitas vezes ciclos virtuosos de crescimento, mesmo se acompanhados por aumentos nos indicadores de desigualdade social. Adoptadas em cenários onde as excepções (falhas de mercado) são a regra e onde predominam situações de profunda crise social, estimulam essa mesma crise.

Verdade seja dita que, em várias partes do continente, designadamente em algumas cidades e entrepostos de exportação, também surgiram e se desenvolveram fenómenos de crescimento do consumo e de modernização de estruturas, pese embora o facto de, regra geral, estarem associados a uma cada vez mais evidente desigualdade na redistribuição da riqueza. Não tendo existido, desde as independências nos anos 60, o tempo histórico necessário à formação de elites nacionalistas com tradições burguesas, estes fenómenos de enriquecimento, originados não só pela liberalização e privatização da propriedade estatal, mas também pela expansão da criminalidade organizada à volta de redes de tráfico de droga, de armas e do contrabando de pedras e madeiras preciosas, são visíveis em guetos urbanos e em enclaves de investimento e negócio ligados à exportação.

Historicamente, este agravar da situação política, económica e social na generalidade da África subsaariana, que se vem acentuando desde a segunda metade dos anos 70, acontece quase em simultâneo com um processo generalizado de transições democráticas a partir do início dos anos 90. Democracias frágeis, nas quais a separação de poderes é mais formal que real, são presa fácil para fenómenos de corrupção, de abuso de poder e de banditismo. As novéis instituições democráticas são, assim, confrontadas com situações que não criaram e que não estão em condições de resolver.

Não é por acaso que, na história recente, são os regimes autoritários que melhor mostraram saber lidar com este sistema no mundo

em desenvolvimento, impondo pela força as regras do jogo. Na verdade, as democracias têm-se mostrado particularmente inábeis na gestão de crises sociais, aceleradas com a aplicação do neoliberalismo nos países em desenvolvimento. E África está longe de ser uma exceção à regra.

CONFLITOS ARMADOS E LUTA PELO PODER

Face a cenários desta natureza e com particular realce a partir da segunda metade dos anos 90, aumentaram em número e gravidade os conflitos armados em vários países e regiões do continente, protagonizados por grupos armados visando o controle do estado ou/e de recursos naturais (minerais e terra) e, não poucas vezes, o estabelecimento de redes criminosas e de contrabando. Compreensivelmente, perante a fragilidade das instituições do Estado e das próprias identidades nacionais, as pertenças e obediências étnicas, regionais e religiosas têm vindo a assumir um papel acrescido, sendo manipuladas para fins políticos e de enriquecimento rápido, com ou sem recurso à violência.

A tipologia dos conflitos armados em África é diversificada. A maioria das guerras em curso são intraestatais, correspondendo a uma etapa de luta pelo poder de Estado e/ou pelo controle de redes ou de recursos naturais que permitam um enriquecimento rápido e o financiamento dos conflitos. Os conflitos armados recém-terminados em Angola, na Serra Leoa ou na Guiné-Bissau, os que se reacenderam na Libéria e que prosseguem no Sudão e no norte do Uganda, as várias guerras que se desenrolam no interior do Congo-Kinshasa, os conflitos latentes, porque não resolvidos, no Ruanda e no Burundi, são exemplos que têm como fulcro a não-resolução dos mecanismos de regulação social e de competição pacífica pelo poder. O caso da guerra que opôs a Etiópia à Eritreia é um exemplo raro de guerra inter-estatal em África, e mesmo este conflito tem menos a ver com a disputa de territórios e mais com a afirmação interna e regional de poder por parte de elites em confronto.

A utilização da violência armada como meio de acesso e controle do poder é, ela própria, manifestação de crises profundas de ordem

política e sócio-económica. Nestas circunstâncias, o fim deste tipo de violência exige o tratamento das respectivas causas e não somente dos seus sintomas, apesar da dificuldade de separação entre ambos a partir do momento em que os conflitos armados se desencadeiam, dada a rapidez de transformação dos sintomas em catalizadores da violência. No entanto é possível enumerar alguns dos factores que se encontram presentes na generalidade das guerras actualmente em curso no continente:

- exercício repressivo e autoritário do poder;
- exclusão de minorias sociais do acesso ao poder político e económico;
- pobreza acentuada, acompanhada pelo crescimento da urbanização não sustentável e da diminuição crescente do nível de vida;
- desigualdade gritante na distribuição da riqueza, acompanhado pela corrupção e abuso do poder;
- fragilidade das instituições estatais, incapacidade crescente de exercício da soberania no todo territorial e, nalguns casos, como na Somália, desagregação do poder central do Estado.

Alguns dos factores tradicionalmente apontados como promotores de conflitos armados, tal como a artificialidade das fronteiras herdadas do período colonial e as divisões de índole étnica e religiosa também têm, por vezes um papel determinante, como nos casos do Sudão e dos Grandes Lagos, por exemplo. Porém, estes factores não são necessariamente promotores de violência nem tão pouco se podem generalizar - aliás, a artificialidade das fronteiras e a existência de diversas raças, etnias e religiões no mesmo país são factores comuns em vários continentes, particularmente na Europa. Tal não significa que as elites em confronto se abstenham de aproveitar diferenças somáticas, religiosas ou de classe para fins políticos, de molde a construir ou a manter bases sociais de apoio.

Os recentes processos de transição democrática em curso nos

anos 90 têm dificuldades em gerir a amplitude das crises sociais, particularmente quando estas se prolongam através de guerras. Não podendo ser responsabilizadas pelos conflitos violentos, as jovens e frágeis democracias têm evidentes dificuldades em se impor perante a gravidade do cenário.

ACTORES EXTERNOS, DEPENDÊNCIA E MARGINALIZAÇÃO

Tem sido crescente a marginalidade do continente africano nos fluxos de comércio internacional e nos de investimento produtivo mundial. As iniciativas de alívio da dívida aos países pobres não produziram efeitos nem no que respeita à capacidade dos beneficiários pagarem o remanescente das respectivas obrigações, nem tão pouco na atracção de novos investimentos necessários ao arranque do subdesenvolvimento. Com a excepção dos recursos petrolíferos e de algumas riquezas minerais, o interesse dos investidores internacionais tem-se mantido fora dos circuitos africanos.

Esta marginalização é acompanhada pela perda de interesse estratégico do continente no período pós-guerra fria. Na verdade, contrariamente ao período do pós-independência, onde os factores externos jogavam um importante papel na promoção ou desestabilização de regimes por motivos ideológicos e associados à hegemonia das superpotências, a partir dos anos 90 os conflitos e as lutas pelo poder são cada vez mais claramente protagonizados por interesses e lideranças locais, com ou sem alianças regionais.

Desafortunadamente, África tem-se mantido nos canais de informação, nas agendas das chancelarias internacionais e nos programas dos organismos não governamentais mais pelos “maus” que pelos “bons” motivos”: guerras, desastres humanitários, progressão geométrica da pandemia do HIV, violações grosseiras dos direitos humanos.

É verdade que, de uma forma cíclica, quase que ritual, o Banco Mundial, a União Europeia ou os EUA fazem gala dos designados “casos de sucesso”, construindo listas de países que tão rapidamente nelas

constam como desaparecem. É paradigmático o exemplo protagonizado pelo Presidente Clinton no final dos anos 90, ao nomear os líderes Museveni, do Uganda, Zenawi, da Etiópia, Afwerki, da Eritreia, Obasanjo, da Nigéria, e M'Beki, da África do Sul como exemplos de uma nova liderança democrática. Pouco tempo depois, a Etiópia e a Eritreia iniciaram uma das maiores guerras convencionais travadas em território africano após a II Grande Guerra; o Uganda envolveu-se em três frentes de guerra, uma no norte do país e duas outras no interior do Congo, contra o poder em Kinshasa e contra a guerrilha apoiada pelo seu até então aliado Ruanda que, por sua vez, reforçou a ocupação de partes do território congolês; enquanto isso, quer a África do Sul quer a Nigéria se encontram desde então mergulhadas em profundas crises internas, que os incapacitam de assumir um papel de liderança regional.

A situação vigente nos principais centros de financiamento da cooperação é igualmente pouco favorável a África. O contexto que se tem estado a desenhar na União Europeia, desde a decepcionante Cimeira de Nice, com a perda de poder da Comissão Europeia e o aumento da influência das agendas nacionais e do peso das tendências intergovernamentais, está a operar uma transferência dos campos de interesse da União para esferas fora da tradicional cooperação para o desenvolvimento. À entrada da presente década, verifica-se uma maior preponderância de discursos securitários e hostis à emigração no panorama político europeu, a par de estrangimentos orçamentais e de um maior pendor paroquialista nas visões sobre a realidade internacional.

Por sua vez, nada faz transparecer um aumento do interesse norte-americano em África, pese embora a visibilidade de algumas figuras afro-americanas na nova administração republicana. Na verdade, os interesses petrolíferos, a contenção do HIV e a prioridade política à estabilidade dos regimes nigeriano e sul-africano, deverão manter-se no centro das já de si marginais atenções norte-americanas em África. O recentramento das prioridades norte-americanas na luta contra o terrorismo internacional na sequência dos ataques terroristas do 11 de Setembro, em nada mudou o lugar de África nas atenções da

administração Bush. A propalada visita a África de Bono, o célebre vocalista dos U2, que acompanha (ou é acompanhado?) pelo subsecretário do tesouro norte-americano não fará certamente mudar as tendências em curso.

Os actuais modelos da cooperação internacional estão particularmente desajustados das necessidades mais prementes na generalidade do continente. As preocupações de curto prazo predominam, de certo modo associadas à visibilidade nos media dos desastres humanitários, o que torna mais simples a libertação de verbas para programas de emergência, de mais fácil apoio junto à opinião pública ocidental. Os paradigmas actuais de alívio da pobreza e de estabilização macroeconómica ignoram que sem o fortalecimento das instituições nacionais, incluindo principalmente as instituições estatais, não poderá haver desenvolvimento sustentável e durável. Só que apoiar o estado democrático e os investimentos em infraestruturas, com implicações na reorientação de prioridades e fundos para o desenvolvimento, corresponde a uma visão de longo prazo, dificilmente vendável nos dias de hoje.

O Banco Mundial e o FMI anunciaram no final dos anos 90 uma mudança no enfoque das suas intervenções em África, privilegiando acções e projectos para aliviar a pobreza e dando uma menor visibilidade aos polémicos programas de ajustamento estrutural. Esta mudança de estilo aponta para um novo paradigma da cooperação, através da reconfiguração de programas, projectos e financiamentos para actividades de luta contra a miséria e de melhoria do nível de vida das populações.

O anúncio deste novo (?) ciclo de envolvimento internacional em África, privilegiando ONGs, pequenas empresas e projectos descentralizados de apoio comunitário, mantém o corte com o ciclo pós-independência – estratégias estatistas de longo prazo dos anos 60 e 70 – e dá uma faceta mais humana e simpática aos ajustamentos estruturais anti-estatistas dos anos 80 e 90.

Mas será que os problemas da África dos nossos dias, entre os quais se encontram sem dúvida a pobreza, a par com a desigualdade de

rendimento, com a ausência de investimentos e com a propagação de conflitos violentos, se podem combater centrando as estratégias em acções de luta contra a pobreza? Será que, por decreto ou por um qualquer passe de mágica, as instituições do poder de estado se tornam neutras e são marginalizáveis na relação entre cooperação internacional e populações desfavorecidas?

Os inúmeros e prementes problemas em África têm sido objecto das mais díspares acções dos actores externos, que canalizam a ajuda cada vez menos através de instituições do Estado receptor e cada vez mais através de organismos locais descentralizados, de organizações não governamentais estrangeiras ou de agências multilaterais. O número e o leque de projectos e prioridades são imensos, originando uma desorganização institucional que facilita a coexistência de diversas agendas privadas na gestão dos negócios públicos. Esta situação é, por um lado, inimiga da consolidação das instituições dos jovens Estados democráticos e, por outro lado, pouco clara nos procedimentos e resultados. Na verdade, mais que de uma lista de necessidades, o que África precisa é de uma agenda de prioridades, concertada e coordenada localmente pelos próprios doadores e de forma a capacitar as instituições locais, incluindo e não marginalizando as estatais.

A resolução da dívida externa, condição *sine qua non* para a criação de novas perspectivas de crescimento, está claramente ao alcance dos doadores, faltando para tal visão e vontade política. A acção de alívio da dívida para os países mais pobres, promovida a partir de 1997 pelo Banco Mundial e que está em execução para uma dezena de países africanos, leva cerca de seis anos a concretizar, desde o momento de selecção dos candidatos até ao momento da execução dos pagamentos. Sendo um passo em frente, essa iniciativa é lenta e enferma de uma visão economicista.

Na verdade, a gravidade do problema exige uma abordagem política, que priorize a estabilidade dos regimes democráticos, o que passa por congelar (e não reescalonar) o pagamento da dívida dos países em transição democrática que adoptem uma administração transparente

dos negócios públicos, dificultando assim a corrupção. Tal procedimento, que não está nem na tradição nem na missão de instituições como o Banco Mundial, necessita de ser protagonizado por Estados ou grupos de Estados, quer sejam da União Europeia, do Mercosul ou da CPLP. A habitual alegação que o dossier é conduzido pelas instituições de Bretton Woods, não cabendo, por isso, nas atribuições das instituições estatais ou regionais não é mais que uma desculpa para a inação dos governos.

Definição de uma agenda da cooperação, coordenação local da agenda pelos doadores, abordagem política do problema da dívida externa, são conceitos facilmente conotados com a intromissão nos assuntos internos de Estados soberanos. Correctamente, aliás, por mais que tal pareça politicamente incorrecto. Se a uns compete fazer valer os seus direitos de soberania, a outros compete terminar com um exercício hipócrata da cooperação, que denomina condicionalidades políticas e ligações de óbvia dependência como relacionamento entre iguais.

TRANSIÇÕES POLÍTICAS E LEGITIMADE DOS NOVOS REGIMES

Neste contexto, a consolidação dos processos democráticos ou o fim das guerras está cada vez mais nas mãos das lideranças africanas. As políticas neoliberais têm acentuado a instabilidade social e as clivagens entre os poucos muito ricos e os muitos muito pobres. A chocante visibilidade destas clivagens que, associadas a fenómenos de corrupção e de abuso de poder, são parte integrante dos factores que promovem conflitos violentos, é cada vez mais presente no continente. A resolução dos conflitos não depende só da definição dos mecanismos e processos de negociação, mas também do combate às suas causas.

De entre os desafios principais que se colocam à maioria, senão à totalidade dos países da África subsaariana no início deste novo milénio há dois que são incontornáveis: um, diz respeito à regulação do poder por formas legitimadas e aceites pelos principais actores da vida interna e internacional, o que equivale ao desafio da construção e reforço do estado democrático; outro, correspondente à reintegração, em moldes competitivos, de África no sistema internacional, com o que isso implica

de criação de ambientes e de mercados internos geradores de poupanças e investimentos. Qualquer dos desafios remete para a questão recorrente do estado pós-colonial em África.

Os conflitos, armados ou não, que grassam em vários países do continente têm causas diversas e efeitos variados, mas em quase todos se pode encontrar a luta pelo poder de estado – e pelo controlo dos recursos associados – e a existência de situações extremas de miséria e desigualdade social. As duas primeiras décadas das independências criaram uma visão de longo prazo, virada para a transformação política e económica dos jovens países; tiveram, porém, o defeito de procurar atingir estes objectivos de forma voluntarista, despesista e estatizante. As décadas seguintes introduziram um pensamento mais realista, no sentido do equilíbrio das contas nacionais e do apoio à iniciativa privada; tiveram, no entanto, o defeito de confundir má governação com intervenção estatal, esquecendo uma das verdades mais fundamentais das economias de mercado: sem estado eficaz não há confiança, sem confiança não há investimento.

É assim que muitos dos problemas e desafios passam pela edificação de um estado que permita a gestão pacífica de conflitos e a criação de condições de crescimento e bem estar. Em termos mais concretos, os desafios de construção e reforço dos jovens estados democráticos em África passam, entre outras, por questões relativas ao funcionamento do sistema partidário e parlamentar, incluindo o financiamento da actividade dos partidos e deputados, independência do sistema judicial, tornando os tribunais e os juizes garantes do respeito pelo estado de direito e subordinação das forças armadas e de segurança ao poder político; passam igualmente pelo respeito e promoção de uma imprensa livre, como condição essencial não só ao exercício da liberdade de expressão, mas também a um melhor controlo dos poderes e a um combate sistemático a arbitrariedades e à corrupção, e expansão de instituições e organismos da sociedade civil – sindicatos, agremiações culturais e desportivas, ONG, etc.

Difícilmente serão criadas democracias sem o respeito pelas leis e sem o envolvimento dos cidadãos. Os estafados argumentos

contra a imposição da democracia ocidental em África ignoram três verdades: primeiro, não existe uma democracia ocidental, mas sim várias formas de exercício da democracia; segundo, a alternativa à construção da democracia é a imposição do poder autoritário, regra geral pela força das armas; terceiro, os africanos preferem, como os europeus ou os americanos, a liberdade à ditadura, não sendo portadores de especificidades genéticas ou ambientais que os tornem avessos à democracia.

A legitimidade do poder não se esgota, porém, nem com as formas de escolha dos governantes, ou seja, com os processos eleitorais, nem com os métodos de controlo da governação. O exercício do poder é muitas vezes fonte de conflitos – por arbitrariedades, por má afectação de recursos ou por ineficácia e incompetência, entre outras hipóteses.

Os processos de transição democrática necessitam, para se reforçar, não só de exercícios democráticos de governação, mas também de políticas adequadas. Por outras palavras, há prioridades que os países enfrentam, mesmo quando não têm capacidades efectivas para as levar a cabo, e que relevam do subdesenvolvimento:

- operacionalidade dos sistemas e mecanismos de regulação económica, tais como o controlo das contas orçamentais e da inflação, a racionalização do sistema fiscal e aduaneiro, a liberalização progressiva de preços e a gestão eficaz de subsídios;

- criação ou melhoramento de infraestruturas e serviços que condicionam os investimentos – telecomunicações, água, energia e saneamento, portos, aeroportos e estradas funcionais, extensão e fiabilidade do sistema bancário.

A filosofia dos programas de ajustamento estrutural ou de alívio da pobreza e as prioridades da ajuda internacional têm vindo a privilegiar a operacionalidade dos sistemas de regulação e a secundarizar os investimentos em infraestruturas essenciais – alguns dos quais avultados e geradores de endividamento. No entanto, a verdade é que sem investimentos públicos e sem governação credível não há investimento

privado, nacional ou estrangeiro, com excepção, claro está, de investimentos de enclave (minerais estratégicos) e de curto prazo.

Face à dificuldade em mobilizar recursos suplementares para a ajuda ao desenvolvimento sustentado e de longo prazo, os governos dos países doadores e as instituições multilaterais concentram os meios existentes na busca de uma mistura virtuosa entre alívio da dívida, ajustamento estrutural, combate à pobreza, apoio em situação de desastres humanitários, prevenção de conflitos e combate à corrupção. Perante a gravidade dos factos, a ajuda internacional está concentrada nas consequências dos problemas, procurando atenuar os seus sintomas. As tentativas de contenção da crise esgotaram-se com as medidas de estabilização e ajustamento estrutural e as perspectivas e capacidades de utilizar a ajuda como alavanca de desenvolvimento estão, na prática, congeladas.

Perante este cenário, as elites governamentais africanas têm adoptado uma postura contraditória, aplicando, por um lado, as políticas preconizadas e recolhendo daí benefícios decorrentes da privatização de partes do Estado, e, por outro lado, acusando essas mesmas políticas de criarem e aprofundarem os problemas, procurando dessa forma legitimar a “descentralização” do financiamento e das acções de apoio à população desprotegida para as mãos dos actores externos e da ajuda internacional.

Face à pressão externa dos doadores, incluindo os europeus, continuam em voga conceitos do género: sector privado como esteio do desenvolvimento, quando o sector privado que existe não tem nem a capacidade financeira, nem o know-how e muito menos a vocação para os investimentos necessários, designadamente em infraestruturas; sector informal como viveiro dos novos empresários, quando, na realidade, o sector informal é o viveiro dos excluídos da modernização; pequenos em oposição a grandes projectos, quando, na verdade, os pequenos projectos necessitam dos grandes para se afirmarem e reproduzirem...

A proposta de Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano, vulgo NEPAD, promovida pela África do Sul, Argélia, Nigéria e Senegal

e endossada pela OUA em Julho de 2001 aparece como a mais recente iniciativa de raiz africana para enfrentar os desafios de curto e longo prazo que se colocam à generalidade dos países. Organizada em redor dos grandes problemas africanos, inclui propostas de iniciativas relacionadas com a paz, segurança, democracia, governação, infraestruturas, recursos humanos, fluxos de capitais, acesso a mercados e ambiente. Apesar de relançar o debate em redor dos grandes problemas africanos e de os colocar em termos de longo prazo, não deixa de aparecer como uma iniciativa de parceria, ou seja, como uma proposta de projectos a serem financiados por parceiros internacionais, envolvendo cerca de 64 biliões de dólares necessários ao relançamento do crescimento económico. Apesar da reacção favorável, embora prudente, de organizações como a OCDE e do seu agendamento para a próxima reunião do G8 em meados do presente ano, as hipóteses de recolha de fundos são ilusórias.

Na realidade, o diagnóstico de esgotamento e inadequação do modelo neoliberal não é assumido quer pelas lideranças africanas, quer pelos doadores. Este facto não deixa de ter muito de realismo e pragmatismo, já que em vez de escolhas entre modelos capitalistas e modelos socialistas, ou entre neoliberalismo e estatismo, do que se trata é da procura de uma combinação virtuosa entre medidas neoliberais e medidas de maior equidade e justiça social. O verdadeiro drama que se coloca aos países e povos africanos não é o da aplicação de modelos exógenos ou o da falta de modelos próprios adequados a cada caso, que tantas e tantas resmas de papel e de discussão ocupam nos debates académicos; é, sim, o das realidades da falta de infraestruturas e instituições competitivas, das debilidades de qualificação e gestão e da ausência de visões políticas de longo prazo por parte das elites e grupos sociais governantes, mais ocupados em enriquecer e usufruir dos símbolos e benesses imediatas do poder.

Os modelos, estruturas e formas de governação pouco mudaram na generalidade dos países africanos desde o fim do período colonial até aos últimos dez anos. Na realidade, é só três décadas mais tarde que os novos e fragilizados regimes se confrontam com a inevitável

transformação dos Estados pós-coloniais.

A ÁFRICA DA COMUNIDADE

De uma forma ou de outra, grande parte da análise efectuada nos pontos anteriores aplica-se aos países africanos membros da CPLP.

Em todos se reflectem os efeitos do atraso económico estrutural, com a predominância de instituições e infraestruturas económicas e tecnológicas não competitivas.

As crises e desastres humanitários são evidentes, com particular relevância ao caso de Angola, recém saída de uma guerra devastadora, da Guiné-Bissau, com o quase colapso das instituições do Estado e das empresas do sector formal, e mesmo de Moçambique que, apesar de figurar nas listas dos “bons exemplos do ajustamento”, se vê confrontado com o explosivo aumento do HIV e com o crescimento de fenómenos de exclusão social.

O peso da dívida externa é enorme, não obstante a hipotética sustentabilidade permitida pelas receitas do petróleo e dos diamantes no caso de Angola, pelas remessas dos emigrantes em Cabo Verde ou pela dimensão do perdão da dívida alcançado por Moçambique.

A todos é comum a fragilidade dos respectivos estados, com particular realce para a Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe.

Os conflitos armados também não pouparam os países africanos da CPLP, nomeadamente Moçambique, cuja guerra civil terminou no final de 1992, com a Guiné-Bissau que viveu em 1998 um conflito armado cujas feridas não se encontram completamente saradas, e com Angola onde, após a morte de Jonas Savimbi, o processo de paz iniciado em Fevereiro do corrente ano e directamente negociado pelos militares, apesar de incipiente, parece sólido.

Os processos democráticos embora em diversas etapas de maturação não deixam de ser ainda incipientes, com Cabo Verde a evidenciar uma maior sustentabilidade visível em dois processos eleitorais

caracterizados pela alternância pacífica do poder.

Face ao tipo de análise que tem vindo a ser feita à situação africana e tomando em atenção a natureza e as limitações da CPLP, que género de intervenção se poderá prefigurar como mais adequada?

Antes de mais há que baixar as expectativas que possam ainda subsistir sobre o impacto de acções da CPLP para modificar o substancial dos problemas apontados.

Desde logo, a dimensão económica da comunidade é claramente limitada. Não é só a criação de um agrupamento comercial regional que está fora de hipótese; as parcerias entre empresas portuguesas e brasileiras para actuação conjunta em África serão claramente a excepção à regra. Na verdade, nem em Portugal nem no Brasil existe uma cultura de cooperação entre empresas para a realização de investimentos ou mesmo de negócios em parceria. Quando muito, tais parcerias poderão ser realidade em situações em que se concedam benefícios fiscais ou financiamentos suficientemente atractivos para que grupos de empresas portuguesas e brasileiras se envolvam em joint ventures – o que significa, na prática, envolvimentos estatais e não da CPLP.

Ao nível da actuação concertada nos domínios políticos e diplomáticos em situações de crise, alguma experiência positiva existe, embora se deva analisar com alguma precaução os casos de cooperação existentes. Na verdade, a acção da CPLP em 1998 para o fim do conflito armado na Guiné-Bissau, com particular realce ao papel de Portugal e de Cabo Verde, foi positiva, embora não possa ser considerada paradigmática (o mesmo se poderá dizer, fora do contexto africano, da actuação concertada aquando da realização do referendo em Timor-Leste). Numa perspectiva de colaboração para a capacitação de especialistas, há igualmente a destacar a formação de diplomatas no Brasil e os exercícios conjuntos envolvendo membros de unidades de elite das forças armadas de vários dos países membros, que vai já no seu terceiro ano de concretização. Em termos concretos, este tipo de acções, mesmo que modestas e pontuais, contribuem para o reforço da cooperação nos domínios da segurança e da diplomacia. Algo de mais

poderá ser possível e desejável, numa óptica de priorizar o reforço das instituições do Estado democrático nos países africanos.

Nos domínios do intercâmbio e do apoio a instituições da sociedade civil existem várias acções apoiadas pela comunidade. Este será, porventura, um dos campos em que a CPLP poderia aspirar a um maior protagonismo. Na verdade, a consolidação dos objectivos anunciados só terá a ganhar com um maior envolvimento das pessoas e da sociedade civil em acções conjuntas de promoção das respectivas culturas e realidades. A expansão da língua portuguesa será porventura tanto mais real quanto mais actividades descentralizadas se realizarem e quanto mais formação de formadores se fizer, quaisquer que sejam as áreas e actividades que estivermos a falar. Por outras palavras, quanto mais a comunidade de países se transformar em comunidade de povos. No caso africano, a importância da afirmação da língua portuguesa tem uma importante dimensão política, uma vez que a língua se coloca não só como veículo de expressão nacional, mas também como instrumento de afirmação de identidades nacionais em contextos regionais caracterizados por contiguidades linguísticas.

No domínio da afirmação e consolidação recíproca de processos de integração regional em que os vários países se encontram, é necessário relativizar as expectativas. Se é verdade que, para Portugal e para o Brasil, um envolvido na União Europeia, outro no Mercosul, se torna importante, como activos políticos, o reforço da dimensão CPLP, já no caso africano as questões são menos líquidas e generalizáveis. De facto, para dar alguns exemplos, Cabo Verde não é um entusiasta da integração regional, não obstante a sua pertença à Comunidade Económica de Estados da África Ocidental, vulgo CEDEAO; a pertença de S. Tomé e Príncipe à Comunidade Económica e Monetária da África Central, a CEMAC, é virtual - na África Central, a vertente de regionalização é praticamente inexistente, a não ser pelos piores motivos - a guerra; Angola, membro em simultâneo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, SADC e da CEMAC tem a sua economia desintegrada destas regiões, com as quais as suas relações têm sido mais de conflito que de cooperação; a Guiné-

Bissau, integrada na zona franco e na União Económica e Monetária da África Ocidental, a UEMOA, necessita claramente mais do reforço das suas frágeis instituições democráticas nacionais que da sua integração regional; Moçambique, em contraponto com os casos anteriores está na realidade integrado na região da África austral, através dos laços económicos, sociais e infraestruturais que ligam a região sul à África do Sul e a zona centro ao problemático Zimbabwe. Por outras palavras, o reforço da inserção regional dos países africanos tem que ser visto em função das respectivas prioridades e agendas nacionais. Convém, além do mais, relembrar que a integração económica regional em África, com a excepção do complexo de países ligados à economia sul-africana é marginal – os fluxos económicos são no sentido Norte-Sul e assim permanecerão até que se relancem os respectivos processos de industrialização e modernização.

Por último, as posições concertadas das diversas diplomacias nos cenários internacionais são realidades com campo para um maior alargamento. No que à África diz respeito algumas prioridades devem ser relembradas. Uma, o apoio ao perdão ou pelo menos ao “congelamento” da dívida externa com sujeição a condicionalidades democráticas e de boa governação. Outra, o apoio a iniciativas de reforço de infraestruturas e instituições que criem um melhor ambiente para o desenvolvimento de negócios e investimentos. Uma terceira, que recoloca na ordem do dia como objectivo estratégico o apoio às instituições do Estado democrático, de forma a garantir condições mais favoráveis à resolução interna e pacífica de conflitos e a práticas de respeito pelas leis e direitos humanos.

E quanto mais a acção concertada for globalizante, isto é, ultrapassar as fronteiras da CPLP, tanto mais o prestígio e capacidade de intervenção da Comunidade nos diversos cenários internacionais sairão reforçados. As atitudes “paroquialistas” e passadistas que viram na adesão de Moçambique á Commonwealth uma ameaça à presença portuguesa naquele país e que agora se repetem a propósito de uma potencial atitude similar da parte de Timor-Leste mantêm-se presentes em personalidades e círculos políticos e empresariais portugueses,

incapazes de distinguir entre ameaças e oportunidades. Citando o Embaixador Calvet de Magalhães, a história de Portugal é uma sucessão de cedências de soberanias que se transmutaram em importantes activos expressos na expansão da língua e presença portuguesa em várias latitudes e que contribuíram para o enriquecimento da identidade portuguesa, transformando-a, na prática, de singular em plural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

O presente artigo foi elaborado a partir de informação oficial recolhida da CPLP, da OUA e do NEPAD, para além de vários textos recentemente elaborados pelo autor, designadamente nas revistas *Estratégia* e *O Mundo em Português*.

Lisboa, 23 de Maio de 2002

Segunda Parte

A CPLP no plano nacional.

Parcerias, convergências e interesses.

MOVIMENTOS SOCIAIS E A SOCIEDADE CIVIL NA CPLP. INTERESSES E PROPOSTAS DE ACTUAÇÃO

*Cláudio Furtado**

A Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa é composta por Estados-Nações que ou finalizaram recentemente o processo de transição democrática ou nele ainda se encontram com graus variados de vicissitudes. Se Portugal iniciou o seu processo de transição democrática em 1975 podendo-se afirmar que ela está concluída, o Brasil iniciou esse processo relativamente mais tarde, durante a década de 80, não havendo - entre os teóricos da transição democrática - uma unanimidade em relação à sua conclusão. Já os membros africanos da CPLP conheceriam os seus respectivos processos de transição democrática no início nos anos noventa, uns e outros com especificidades, recuos e avanços.

Cabo Verde parece ser o que se encontra em estágio mais avançado do processo de transição, podendo-se mesmo afirmar que, pelo menos do ponto de vista estritamente institucional, terá visto consolidar o seu processo de transição com a recente alternância política¹.

* Coordenador do Curso de Sociologia e Psicologia da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde.

¹ A transição democrática em Cabo Verde teve início em 1990 com a chamada queda do artigo 4º da Constituição da República que dizia ser o PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde), então partido único, ~~como~~ a força dirigente da sociedade e do Estado. Com a implantação do multipartidarismo e a realização de eleições legislativas, primeiro, e presidenciais de seguida o maior partido de oposição criado a depois da 'abertura política', o Movimento para a Democracia, e o candidato presidencial por ele suportado ganharam as eleições, num processo considerado a todos os títulos transparente. Nas segundas eleições gerais realizadas em 1995, o MpD e seu candidato presidencial voltam a vencer as eleições. Nas recentes ~~eleições~~ de 2001, o PAICV e seu candidato presidencial ganham as eleições, impondo uma nova alternância política.

S. Tomé e Príncipe, que seguiu meandros semelhantes aos de Cabo Verde viria, a conhecer instabilidade política e governamental sucessiva, com repercussões evidentes na governabilidade do país.

A Guiné-Bissau teve – e está tendo – uma transição particularmente sinuosa podendo dizer-se que o processo de transição neste país está longe de ser concluído².

A sinuosidade do processo de transição democrática moçambicano também é evidente. É verdade que o passado de conflito militar que opôs os dois principais protagonistas do processo político não facilita o processo de pacificação e transição. As tensões verificadas durante as últimas eleições legislativas e presidenciais, a contestação dos resultados eleitorais, as acusações de rearmamento pontilham a vida pública moçambicana. A tensão actualmente existente, não obstante os avanços registados que, por vezes, ganham contornos étnicos, denotam as dificuldades ainda existentes no processo de transição.

Finalmente em Angola, pode-se dizer, neste momento, que estão-se delineando os primeiros e efectivos sinais de início da transição democrática. Não obstante os vários acordos de paz – o processo de reconciliação iniciado e que culminou com a realização das eleições legislativas multipartidárias e do primeiro turno das eleições presidenciais de 1992 – regrediu com o retomar do confronto bélico. O acordo recentemente assinado e as declarações efusivas, de parte a parte sobre a irreversibilidade da paz, parecem apontar para uma nova caminhada³.

Timor Leste, para a construção do novo Estado, diferentemente

² Se o partido único bem como o seu candidato presidencial conseguiram tr vencer as primeiras eleições, bem como o seu candidato presidencial as condições de governabilidade do país eram críticas e as tensões entre as instituições civis e militares eram crescentes acabando por culminar no conflito militar de 1.º Junho de 1998. O fim deste conflito e as novas tensões surgidas e que desembocaram na morte do general Ansumane Mane demonstram ilustram o tortuoso processo de democratização na Guiné Bissau.

³ A morte do leader da UNITA, Jonas Savimbi, e o anúncio da não recandidatura às próximas eleições presidenciais por parte do Presidente José Eduardo dos Santos, poderá abrir espaços para novos interveniente quiçá, um estímulo para a diluição de ressentimentos. Resta, contudo, superar as desconfianças mútuas entre os actores políticos e, de forma especial, a desconfiança de milhões de deslocados e de vítimas da guerra.

dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), terá de fazer coincidir o processo de construção do Estado e da democracia.

Se os estudos sobre os processos de transição democrática em Portugal e no Brasil são significativos, o mesmo não se poderá dizer dos PALOP. Para o primeiro caso, o processo de democratização iniciou-se mais cedo, a dinâmica de construção da sociedade civil da emergência dos movimentos sociais também interveio mais cedo e a reflexão académica acompanhou os processos e as dinâmicas geradas.. Já para o segundo grupo de países, a transição democrática inicia-se nos anos 90, os movimentos sociais são incipientes e muitas vezes são coarctados pelas instituições públicas. De igual modo, o estudo sobre os movimentos sociais é incipiente.⁴

No entanto, uma característica comum perpassa o grosso desses estudos: a ênfase nos aspectos formais e institucionais da transição democrática.

As teorias relativas a este período histórico - embora tenham constituído, e ainda constituam, uma das grandes inovações da teoria social contemporânea - tendem a centrar a sua abordagem nos aspectos políticos e institucionais dos processos de transição não recobrando a análise dos actores centrais das transformações sociais, mormente os que se colocam fora dos espaços institucionais do jogo político.

Parece-nos existir uma tendência de se (sobre) valorizar o conceito clássico de democracia como estando centrado essencialmente na existência de instituições democráticas: a separação dos poderes, a realização de eleições livres, a garantia dos direitos civis e políticos etc.). Esquece-se que a democratização implica a interiorização dos valores

⁴ Sobre os movimentos sociais em Portugal vide ESTANQUE, Elísio. Acção Colectiva, comunidade e movimentos sociais: Para um estudo dos movimentos sociais de protesto público. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 55, Novembro de 1999. Para o caso brasileiro existem uma multiplicidade de estudos.

Para o caso africano, vide: MAMDANI, Mahamood & WAMB-DIA-WAMBA, Ernest (Editores). *African Studies in Social Movements and Democracy*. Dakar, Codesria Book Series, 1995.

democráticos, significando a incorporação da democracia nas práticas quotidianas, a sua penetração nas teias das relações sociais, construindo assim uma cultura política de inclusão. Como diria P. Bourdieu, haveria a necessidade de construção de um **habitus**⁵ democrático que ultrapasse a mera expressão teatral e mediatizada dos actos eleitorais. Falta, normalmente, nos estudos sobre as transições democráticas, seja na América Latina seja em África, uma maior preocupação com os processos de transformação que ocorrem fora (mas não necessariamente contra) dos palcos institucionais e que se traduzem em “ padrões concretos de relacionamento entre o Estado e a sociedade civil, analisando o papel de actores como movimentos sociais, organizações não governamentais etc. para a operação de transformações em tais relações” (Costa, 1997). No caso do continente africano em geral e dos PALOP em particular, a questão coloca-se ainda com maior acuidade. De facto, temos um processo de descolonização recente e de democratização ainda em fase de construção para uns e de consolidação para outros.

O estudo sobre os movimentos sociais, particularmente os novos movimentos sociais, pode apontar para elementos importantes da dinâmica do processo de transição democrática e de toda a trama que permeia a relação entre o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil. No quadro dos processos de democratização, o estudo dos movimentos sociais deve mostrar como o tecido social se organiza construindo espaços próprios de intervenção e como novas e criativas formas de articulação político-institucional são formuladas. Como assinala Costa, “ a contribuição dos movimentos sociais para a democratização certamente não será aquela que cabe a actores como sindicatos ou partidos políticos. Os movimentos sociais apresentam perfis organizativos

⁵ Para Bourdieu Habitus é um «système de dispositions ~~durables durables~~ et transposables, structures structurées ~~prédisposées prédisposées~~ à fonctionner comme structures structurantes, c'est-à-dire en tant que principes générateurs et organisateurs de pratiques et de représentations qui peuvent être objectivement adaptées à leur but sans supposer la visée consciente de fins et la maîtrise express des opérations nécessaires pour les atteindre, objectivement 'régles réglées' et 'régulières régulières' sans être en rien le produit de l'obéissance à des règles et, étant tout cela, collectivement orchestrées sans être le produit de l'action organisatrice d'un chef d'orchestre». BOURDEU, Pierre. Le sens Pratique. Paris, Les Paris, Les Editions de Minuit, 1980 .

próprios, uma inserção específica na tessitura social e articulações particulares com o arcabouço político-institucional. (...) Suas possibilidades residem precisamente em seu enraizamento em esferas sociais que são, do ponto de vista institucional, pré-políticas. E é no nível de tais órbitas e da articulação que os movimentos sociais estabelecem entre estas e as arenas institucionais que podem emergir os impulsos mais promissores para a construção da democracia” (Costa,1997): 1)

O processo de globalização e, neste quadro, a constituição de blocos regionais, tem permitido o surgimento de movimentos transnacionais e interculturais. Poderemos, pois, pensar a CPLP como sendo um espaço multicultural, com especificidades próprias, com interesses geopolíticos e geo-estratégicos nem sempre coincidentes. Em, suma a CPLP comporta uma heterogeneidade que resulta não apenas da inserção geográfica dos países que a compõem em espaços diversos como também da sua diversidade cultural, étnica, histórica, política e económica.

Contudo, esta diversidade e heterogeneidade não devem ser vista apenas do ângulo de um eventual obstáculo à construção da CPLP, mas também como podendo constituir-se num factor de aglutinação em torno de questões específicas.

O objectivo do presente texto é analisar o papel e a importância dos movimentos sociais não apenas na constituição de sociedades civis a nível de cada um dos países membros da CPLP, da construção de um espaço público amplo e democrático como também na construção de uma tessitura entre os países da CPLP, ultrapassando a mera dimensão «Comunidade de Países» para atingir uma « Comunidade de Povos».

1. O FACTO COLONIAL, A LÍNGUA E A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

Embora a situação colonial tenha comportado uma forte dimensão de violência, tanto física como simbólica, subjugação e

delapidação (económica e cultural), ela também aproximou povos, etnias e culturas. No caso particular da colonização portuguesa, de entre outros aspectos, a apropriação comum da língua de Camões serve não apenas de veículo de comunicação como pode também constituir um forte instrumento de construção, a um só tempo, da identidade nacional e da pertença a uma comunidade supra-nacional. Esta segunda dimensão ganha particular relevo quando a língua portuguesa é assumida politicamente. Como referiu A. Cabral, a grande herança deixada pela colonização terá sido, sem dúvida alguma, a língua portuguesa.

O facto de, recentemente, os timorenses terem assumido o português como língua oficial, já não no contexto colonial, portanto de dominação, mas sim de liberdade e independência demonstra a importância da comunicação na construção e consolidação da identidade nacional e um instrumento de definição do quadro regional de parceria estratégica. Aliás, a estratégia propulsora da CPLP encontra-se ancorada na língua que, na sua diversidade, constitui um património comum.

Na IV mesa redonda afro-luso-brasileira organizada na cidade da Praia em 1994, a língua portuguesa foi considerada, por muitos conferencistas, como o traço de união entre os sete, capaz de constituir o eixo dinamizador da cooperação em outros sectores (cf. Hopffer Cordeiro Almada, 1996,33-42). No mesmo sentido, a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa atesta a importância atribuída à língua portuguesa como congregadora dos povos dos sete países.

Na mesma perspectiva de Alfredo Bosi, o processo colonial deve ser analisado em duas dimensões: a do sistema e a da condição. A primeira, entendida como «uma totalidade articulada objectivamente», pode ser traduzida em cifras, como a da produção e a da circulação de bens e forças de trabalho. A segunda, refere-se ao mundo das relações sociais, da definição e desempenho de papéis. (BOSI, 1992:27). É, pois, na dialéctica das relações entre o sistema e a condição que, no espaço colonial português, se foram forjando ao longo dos tempos, elementos caracterizadores de um traço comum entre a Europa, África, Ásia e América Latina. Elementos caracterizadores estes que, como

sublinhámos anteriormente, não podem escamotear o facto de se ter verificado no processo colonial “ (...) aspectos estruturais e constantes de assenhoreamento e violência que marcaram a história da colonização tanto no Nordeste dos engenhos e quilombos quanto no sul das bandeiras e missões» (BOSI, 1992:27). E, acrescentaríamos, tanto ainda no Porto Grande, nas bolanhas da Guiné, nas roças de S. Tomé e Príncipe, como nos vastos espaços de Angola, de Moçambique e do longínquo Timor Leste.

Parece-nos que o mais importante a reter no quadro da presente análise é o facto de, para lá das estruturas do Estado e do Governo, terem surgido, desde a época colonial, espaços de interacção, teias de relações sociais que se foram construindo tendo como substrato a cultura e o imaginário.

De facto, já no século XIX, por exemplo, o Brasil e a saga de sua independência serviu de referencial político para Angolanos que, inclusivamente, pensaram em seguir os passos e associar-se ao Brasil.⁶ Em Cabo Verde, como relata o Governador Chapuzet, depois da sua chegada a Santiago em Fevereiro de 1823, em 1822, aquando do levantamento dos aldeões e escravos de Ribeira de Engenho, algumas pessoas procuraram constituir um partido ligado ao Brasil que acabara de ascender à independência⁷. Na década de 1830-40, circulava entre os liberais do país a ideia de formação de uma “Confederação Brasileira” reunindo o Brasil, Angola e Moçambique⁸. Um século depois, Cabo

⁶ Fernando Mourão, “no profundo e exaustivo estudo sobre o processo colonial português em Angola, e de forma particular, através da análise da evolução da cidade de Luanda faz notar que: «A situação era extremamente ambígua entre os partidários de uma independência, de uma junção com o Brasil e da permanência de vínculos com Portugal(...) Nessa ocasião, enquanto as exportações de Angola para o Brasil representavam quatro quintos, para Portugal era de apenas um quinto. Quanto às importações, 16% vinham de Portugal, e o restante do Brasil». MOURÃO, Fernando Augusto de Albuquerque. *Continuidades e Descontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda*. S: Paulo (Tese de Livre_Docência), FFLCH- USP, 1988_vol. I, p. 73.

⁷ Citado por Elisa Andrade, *As Ilhas de Cabo Verde da “Descoberta” à Independência Nacional (1460-1975)*, Tese de Doutoramento, publicada por l’Harmattan, Paris, 1996, pp. 116-117.

⁸ Idem.

Verde teria na literatura brasileira, particularmente o modernismo brasileiro, a fonte inspiradora para a construção de uma literatura autónoma.

A construção dessa teia de relações dá-se também através dos movimentos demográficos que se verificaram entre os diferentes espaços colonizados por Portugal. O caso cabo-verdiano é disso um exemplo paradigmático. De facto, a partir do século XIX assistimos a um fluxo e refluxo, para utilizar uma expressão cunhada por Pierre Verger, de parte significativa da população cabo-verdiana entre os diversos espaços então coloniais bem como para o Brasil e Portugal.

O importante a notar é que muitos dos contactos então existentes entre os actuais membros da CPLP emergiam do que se denomina, sociedade civil.

Deve ser igualmente retido o facto de que os contactos entre os povos dos setes países que falam o português, que remontam ao período colonial, permitiu, através da língua fundamentalmente, a apropriação de um instrumento importante na construção identitária e de aproximação política, cultural e económica. Neste âmbito, sem esquecer ou minimizar outros aspectos positivos da colonização, foi precisamente ela que permitiu aos lusofalantes reivindicarem o português como património comum e como eixo de articulação dos respectivos interesses estratégicos na cena internacional.

2. A CONSTITUIÇÃO DA CPLP: DA COMUNIDADE DE PAÍSES À COMUNIDADE DE POVOS

A criação e institucionalização da CPLP resultaram da vontade política dos sete países de língua portuguesa. Trata-se, por conseguinte, de uma organização política que, no quadro de uma crescente tendência à supranacionalidade, busca surgir como elemento unificador das posições de cada membro nas suas inserções na dinâmica das relações internacionais sem entrar em conflitos com outras eventuais inserções regionais. Neste sentido, a CPLP é fundamentalmente uma organização

de cooperação político-diplomática que, no entanto, necessita de uma legitimação a nível interno de cada um dos Estados-membros, o que implica, em última instância, ter de estender o seu relacionamento às respectivas sociedades civis nacionais. Esta perspectiva está evidenciada na própria estrutura institucional e de concertação política da CPLP. A cimeira dos Chefes de Estado, o encontro de Ministros em função de áreas respectivas, a cooperação interparlamentar denotam a sua perspectiva normativa e institucionalizante da. Por outro lado, a própria estrutura executiva da CPLP, o Secretariado Executivo, tem, na sua lógica de funcionamento, toda uma perspectiva institucional respondendo aos respectivos governos. No quotidiano, o acompanhamento institucional é garantido pelo Embaixador de cada um dos países representados em Lisboa.

É verdade, contudo, que as estruturas da CPLP e os governos dos Estados-membros têm buscado criar condições para uma melhor cooperação – quer seja a nível governamental ou entre os tecidos económico-empresariais, os agentes culturais e desportivos – com resultados positivos. Mais do que isso, compete-lhes, em certo sentido, criar mecanismos institucionais facilitadores da cooperação não institucional bem como entre as instituições governamentais e as organizações da sociedade civil. De facto, particularmente no mundo de hoje - em que os movimentos sociais tendem a tornar-se transnacionais e que o estabelecimento de redes de organizações da sociedade civil aumenta significativamente e que o processo de democratização reposiciona a relação entre o Estado e a sociedade civil, passando esta a, progressivamente, ser protagonista na redefinição das relações entre ambos - impõe-se-nos analisar a construção dessa Comunidade no quadro da relação que se estabelece entre os actores públicos e institucionais e a sociedade civil organizada da mesma .

A institucionalização do Instituto Internacional da Língua Portuguesa e do Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa constitui uma iniciativa concreta e importante desenvolvida e que revela ser o leit motiv do incremento da cooperação entre os Sete. Além de ser a primeira instituição por eles criada, é aquela que tem como área de

intervenção a que é por todos considerada como sendo o ponto aglutinador e vivificador da CPLP. A intervenção dos Chefes de Estado e de Governo dos Sete aquando da Cimeira constitutiva de Lisboa confirma tal afirmação.

Contudo, tendo em conta a transitoriedade dos actores políticos e de suas respectivas agendas, estamos em crer que a consolidação da CPLP passa pela sua assunção pelas sociedades civis dos sete países que criaram e Timor Leste. Isto é, sustentamos que a perenidade da Comunidade passa por uma efectiva cooperação entre as organizações da sociedade civil, não descurando nem a dimensão institucional da organização nem a interligação entre as instituições formais e as organizações da sociedade civil.

Nesta perspectiva, a dinâmica da sociedade civil em cada um dos países e o estabelecimento de uma conexão entre elas no quadro da CPLP constitui, a nosso ver, a garantia de uma perenidade da Comunidade, englobando Povos e Países o que tem permitido um processo crescente de interligação.

Embora a dinâmica da sociedade civil bem como o estágio de desenvolvimento em cada um dos Sete seja diversa, a verdade é que um conjunto de actividades protagonizadas por organizações da sociedade civil pode ser registado.

É contudo verdade que, como assinala Habermas, “ assim como uma cultura política liberal não pode ser sacada, magicamente, da cartola, uma sociedade civil ativa com uma rede de organizações voluntárias não pode ser simplesmente produzida. Acreditar que a história podia ser fabricada foi uma ilusão da filosofia da história. O poder administrativo não é o meio apropriado para o surgimento ou até para a produção de formas de vida emancipadas. As estruturas comunicativas do mundo da vida, por sua vez, só se modificam através do *medium* da comunicação” (apud Costa, 1997,1).

Na esteira da institucionalização da CPLP começou-se a verificar uma série de iniciativas oriundas da sociedade civil e que atestam o

dinamismo endógeno do sector que, conjugado com o suporte institucional dos governos, tende a ganhar maior organicidade. Neste sentido, poderemos assinalar:

- i) Muitas Associações socioprofissionais nacionais formaram redes de intercomunicação que vieram a dar lugar a organizações supra-nacionais. A Associação dos Juristas dos PALOP constitui uma delas. No mesmo sentido vai a Associação dos Engenheiros, das Organizações da Juventude e dos Jovens Empresários. Esta rede de associações socioprofissionais tem organizado encontros frequentes com vista ao próprio desenvolvimento da organização e tem permitido o lançamento de bases necessárias à construção de um espaço de diálogo, de formação e de troca de experiências.
- ii) Embora não se tenha constituído num Fórum permanente, a Mesa Redonda Afro-Luso-Brasileira, dinamizada por organizações da sociedade civil, foi realizada quatro vezes. Tratou-se de um importante espaço de reflexão multifacetada envolvendo actores provenientes de organizações da sociedade civil e de instituições governamentais.
- iii) As Universidades e Instituições de Ensino Superior dos Sete estão também organizadas na Associação das Universidades de Língua Portuguesa. A AULP tem tido um papel importante não só na promoção de debates técnico-científicos como também na qualificação dos recursos humanos, particularmente dos Países Africanos de Língua Portuguesa, mediante a concessão de vagas e bolsas de estudo a nível de mestrado e doutoramento . Tem constituído objecto de discussão, a criação da Universidade dos Sete, vista como “ natural e estratégico que os que têm algo em comum se associem. Natural porque nessa matéria são os laços de sangue, históricos e culturais que lideram. Estratégico porque o que é comum (língua, vizinhança geográfica...) facilita as trocas de

informação e saberes” e, neste sentido, “ A Universidade dos Sete é pois consequência lógica da institucionalização da CPLP” (BRITO, 1996:61). As iniciativas no domínio da formação e capacitação dos recursos humanos têm constituído um importante eixo de cooperação bilateral entre os membros da CPLP. De facto, os países mais jovens da comunidade com uma incipiente organização do sistema de formação têm contado com a parceria de Portugal e do Brasil para a formação de parte significativa de quadros e profissionais especializados para as respectivas administrações e empresas. Interessa contudo sublinhar que tal iniciativa que inicialmente foi de natureza estritamente intergovernamental tem progressivamente colocado em parceria directa instituições de ensino dos diferentes países. Neste momento, algumas universidades e instituições de ensino superior e técnico têm sido edificadas nos países africanos com o concurso de universidades privadas ou instituições da sociedade civil de Portugal e do Brasil. Nesta mesma esteira deve assinalar-se a parceria que se começa a estabelecer entre organizações não governamentais dos países membros. É contudo verdade que esse processo de parceria pode ser aprofundado e pode também intervir numa perspectiva multilateral mediante a constituição de redes.

- iv) No quadro da relação entre instituições universitárias e de investigação científica, particularmente no domínio das ciências sociais e humanas foi institucionalizado o Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais que tem vindo a ser realizado de dois em anos desde 1990. Com vista a uma melhor articulação dos institutos e centros de investigação dos Sete e os investigadores foi criada, aquando do Congresso de Maputo, a Associação dos Investigadores em Ciências Sociais. Neste quadro, as Universidades têm tido um papel importante na troca e na partilha da reflexão académica entre docentes e investigadores dos países membros da comunidade. A realização do congresso parece ter ganho perenidade e

maturidade, uma vez que tem sido organizada com regularidade e com o engajamento cada vez maior dos investigadores, estando prevista para o corrente ano a sua realização no Rio de Janeiro. Por outro lado, tem permitido a constituição de redes de investigação envolvendo pesquisadores dos vários espaços nacionais constitutivos da CPLP, debruçando-se sobre temáticas teóricas e empíricas relevantes para o desenvolvimento da ciência e do saber.

- v) No domínio do intercâmbio artístico e cultural tem se vindo a registar, no espaço dos Sete, a uma crescente circulação de artistas dos mais variados horizontes estético e literários, galvanizando as relações entre os povos. O interesse crescente, de uns e outros, pelas literaturas, música e artes plásticas e o estudo dessas mesmas manifestações culturais traduzem o crescente interrelacionamento entre sectores significativos das respectivas sociedades civis. São os *opinion makers*, capazes de influenciar as estruturas governamentais no sentido de terem uma política pró-activa em relação à CPLP.
- vi) No domínio das transacções económicas entre os Sete e, particularmente na constituição de parcerias estratégicas entre os operadores económicos, as relações têm sido *nuancées*. De facto, não obstante as potencialidades que são frequentemente apontadas como resultantes da integração dos membros em blocos regionais, nomeadamente a União Europeia, o Mercosul, a SADC e a CEDEAO, as relações económicas entre os membros da comunidade têm-se processado mais num quadro bilateral do que multilateral, mais no sentido Norte-Sul do que Sul-Norte e Sul-Sul. De facto, o que se tem verificado, na maior parte dos casos, é uma maior troca comercial e de serviços entre Portugal e os Países Africanos de Língua Portuguesa do que entre estes e o Brasil ou entre si. Normalmente, e com excepção das relações Portugal-Brasil, o intercâmbio entre os operadores económicos continua sendo pouco significativo, particularmente no que se refere ao

estabelecimento de parcerias de investimento. Parece que falta ainda criar um clima institucional e mecanismos de relacionamento que permitam, por um lado, que os operadores económicos possam estabelecer uma verdadeira cooperação económica e, por outro, aproveitar os espaços regionais nos quais os países estão inseridos para deles tirar as vantagens económicas.

Pode-se constatar, pelo elenco de iniciativas existentes, que as relações entre actores sociais da Comunidade têm ganho um certo dinamismo. Contudo, não se pode negar o facto de que a construção do espaço comum não se tem traduzido numa efectiva apropriação por parte da sociedade civil. Para tanto, parece-nos que os média deveriam desempenhar um papel mais importante, embora não exclusivo. Neste particular, um estudo recente de Fernando Ortet⁹, mostra que não existe uma igual cobertura de factos políticos, sociais, económicos e culturais por parte dos diferentes órgãos de imprensa dos Sete. Cobrindo dois momentos importantes, o estudo mostra que, em 1979, no momento da constituição da Cimeira dos Países Africanos de Língua Portuguesa em Luanda, os jornais das cinco capitais dos países africanos abriram importantes espaços jornalísticos para o evento. Em contrapartida, nada apareceu em dois importantes jornais de Lisboa e S. Paulo (O Estado de S. Paulo e Diário de Notícias). Em 1996, aquando da Cimeira constitutiva da CPLP em Lisboa, o tratamento dado ao evento também não foi uniforme. Os jornais estudados de Portugal e PALOP concederam um amplo espaço ao evento. Em contrapartida, o jornal paulista refere *en passant* ao evento, preferindo o jornalista debruçar-se sobre assuntos internos do Brasil. Apesar disso, esse estudo sugere que a imprensa desempenha e pode desempenhar um papel importante na mediação das relações entre os diversos sujeitos da comunidade podendo igualmente ter um papel pedagógico junto à opinião pública ressaltando a importância da CPLP seja para cada um dos membros seja no quadro das relações internacionais.

⁹ ORTET, Fernando Rui Tavares. Lusofonia a Sete Vozes: o papel da imprensa na construção da CPLP. S: Paulo, ECA, 2002 (Tese de Doutoramento)

Num mundo globalizado e numa sociedade de conhecimento em que a informação constitui um factor de integração, de inclusão mas também de exclusão, a construção da comunidade passa pela capacidade dos seus membros estabelecerem canais privilegiados de comunicação colocando efectivamente em rede os respectivos povos.

3. A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADANIA COMUNITÁRIA: A SOCIEDADE CIVIL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Nas sociedades em processo de democratização e inseridas num mundo globalizado, assiste-se a uma busca de rearticulação entre a sociedade política e a sociedade civil procurando esta influenciar aquela e ao mesmo tempo reforçar a sua identidade centrada na autonomia, identidade e democratização das relações sociais fora do campo político. Neste sentido, a sociedade civil constitui, simultaneamente, o terreno e o alvo dos novos movimentos sociais.

A construção da CPLP, tendo em conta a pluralidade dos actores (governamentais, políticos, económicos e outros) e a multiplicidade de interesses, impõe uma confrontação permanente. Dissensos e busca de consensos fazem parte da sua construção. Contudo, se para além da construção de uma comunidade de países, de cariz marcadamente governamental, se pretender edificar uma comunidade de povos uma *démarche* adequada deve ser implementada. Neste contexto, nem os Estados membros nem os mercados nacionais podem avocar para si a exclusividade na condução das acções sociais, económicas, políticas e culturais à revelia da sociedade. Neste caso, como refere L. Vieira, o estatismo, o neo-liberalismo e a ideologia estatal-corporativa da esquerda partidária, cada um, com suas especificidades próprias, procura impor-se à sociedade civil, aos cidadãos. Pelo contrário, o movimento dos cidadãos, a valorização da sociedade e, por conseguinte, dos cidadãos, “ se dá por meio de um pós-liberalismo, no qual se tem um Estado socialmente controlado e um mercado socialmente orientado. A sociedade torna-se uma ‘esfera social-pública’, constituída a partir de ideias próprias e independentes do Estado e do mercado “ (Vieira,

2001:79-80). Neste sentido, deve partir-se de uma “visão sociocêntrica, pós-liberal, (onde) é possível visualizar uma dinâmica colectiva constituída pela parceria Estado, mercado e sociedade civil, em que os interesses públicos serão discutidos e negociados” (Vieira, 2001:80).

Esta nova postura dos actores da sociedade civil constitui a condição da construção de uma cidadania comunitária capaz de influenciar e reorientar as agendas públicas dos Estados-membros, redefinindo prioridades e eixos estratégicos de intervenção. Participação e cidadania constituem, pois, conceitos importantes na construção da comunidade na medida em que podem preencher espaços que as instituições formais não conseguem penetrar podendo, igualmente, funcionar como húmus da própria construção da cidadania. Elas englobam também e, de forma decisiva, uma participação política como condição de influenciação da decisão política. Neste sentido, as comunidades emigradas organizadas em associações e em movimentos sociais têm constituído fortes agentes de pressão do poder político. No entanto, podem ainda vir a desempenhar um papel ainda mais significativo.

A construção da cidadania comunitária e a própria emergência de movimentos sociais não constituem apenas e exclusivamente um resultado da vontade dos cidadãos, embora sejam cruciais para a sua própria perenidade. A sua emergência e consolidação devem-se, em parte, à abertura das instituições públicas e governamentais. A postura de abertura pode constituir-se num facilitador. Caso contrário, se as instituições públicas e o campo político virem nos movimentos dos cidadãos uma forma organizada de oposição ao poder constituído, a tendência é a de procurar obstaculizar a sua acção e logo a sua consolidação.

O estatuto do cidadão lusófono proposto por Cabo Verde e aprovado pelo Parlamento constitui uma das iniciativas importantes na construção de um espaço político comunitário necessário ao surgimento de uma cidadania comunitária. As possibilidades que a atribuição de tal estatuto conferem vão desde a circulação das pessoas entre os diversos

espaços nacionais, passando pela participação política e integração social e económica. Nesta mesma esteira pode-se assinalar o dispositivo existente na legislação eleitoral portuguesa e cabo-verdiana que permite aos cidadãos da CPLP residentes em Portugal e Cabo Verde participarem nas eleições autárquicas. De certa forma, a tendência é a de se buscar dissociar os conceitos de nacionalidade e cidadania. Desta forma, o conceito de cidadania teria “ dimensão puramente jurídica e política, afastando-a da dimensão cultural existente em cada nação. A cidadania passaria a ter uma proteção transnacional, como os direitos humanos. Por esta concepção, seria possível pertencer a uma comunidade política e nela ter participação, independentemente de ser ou não nacional» (Vieira, 2001:239).

Está-se ainda, é verdade, numa fase inicial de criação de condições jurídicas e políticas que facilitem o intercâmbio entre os países bem como uma maior circulação no espaço comunitário. A dispersão geográfica que, no passado, foi considerada como um empecilho já não mais pode ser considerada como uma razão para bloqueios. Numa sociedade mundial de comunicação, os contactos são – ou podem ser – instantâneos. Resta, no entanto, que as condições de comunicação sejam criadas e disponibilizadas. A este nível, o papel dos governos não pode ser descurado ou subestimado. Eles continuam a ser os principais articuladores do processo de consolidação da comunidade bem como os que, do ponto de vista político e jurídico-institucional, têm a responsabilidade primeira da criação de condições para que a comunidade possa existir e perenizar-se, ultrapassando a mera dimensão intergovernamental, para passar a ser uma congregação de povos. Afinal, os Estados continuam sendo ainda sujeitos por excelência das relações internacionais, não obstante o crescente protagonismo de movimentos sociais transnacionais, designadamente o das ONG.

As virtualidades existentes no quadro da CPLP estão longe de ser potencializadas. Aliás, ainda a comunidade encontra-se na sua fase inicial de institucionalização. Neste âmbito, a consolidação e a conclusão dos processos de transição democrática, particularmente em Angola e na Guiné Bissau, a ascensão de Timor à independência abrirão,

certamente, espaços para a construção de uma cidadania lusófona assente na articulação de vontades políticas, económicas sociais e culturais comuns e diferenciadas potenciando-as na perspectiva do desenvolvimento sólido de cada um dos países e de uma intervenção mais firme no mundo globalizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assiste-se nos dias de hoje a um processo de redefinição do papel dos Estados Nacionais decorrente em certa medida de um novo posicionamento dos chamados novos movimentos sociais.

O processo de democratização verificado nos últimos anos permitiu, particularmente nos países membros da CPLP, o surgimento de novos actores sociais e políticos reivindicando uma maior participação na esfera pública. Por outro lado, e na esteira do processo de transnacionalização dos movimentos sociais verifica-se, embora em grau variado, uma participação de associações e organizações não governamentais dos países da CPLP em acções comuns ou em outras de dimensões internacionais.

No âmbito da CPLP, não obstante o seu forte pendor institucional, tem-se registado um aumento progressivo do estabelecimento de relações entre organizações da sociedade civil, num primeiro momento impulsionado por instituições governamentais e, depois, cada vez de forma mais autónoma.

Esse novo dinamismo da sociedade civil na CPLP processa-se no mesmo momento em que tanto do ponto de vista da reflexão teórica quanto da prática política se tem vindo a questionar as formas clássica de participação, normalmente assentes na tradição liberal clássica e neo-liberal, por um lado e, por outro, na tradição socialista estatal. Neste momento, busca-se uma nova alternativa que liberte a sociedade civil das amarras do Estado e do Mercado permitindo a construção de novos e mais democráticos espaços de participação política, social, económica e cultural.

Este movimento transnacional de reflexão tem permitido o surgimento de organizações transnacionais emanando da sociedade civil, reforçando a cidadania global sem, contudo, apagar as diferenças ou a dimensão local da globalização. Da mesma forma, no quadro da CPLP, a intervenção cada mais agressiva de organizações e associações constituirá, de certo, um dos fortes baluartes da organização, consolidando-a – com a inclusão de Timor Leste – como organização dos oito povos.

BIBLIOGRAFIA

ALMADA, José Luis Hopffer de Cordeiro.(1996) O Português e o Crioulo: que relacionamento. *Pré-Textos*, Número Especial, Praia, 33-39.

ANDRADE, Elisa, As Ilhas de Cebo Verde da “Descoberta” à Independência Nacional (1460-1975), Tese de Doutoramento, publica por l’Harmattan, Paris, 1996

BOSI, Alfredo. (1992) Dialéctica da Colonização. S. Paulo, Companhia de Letras.

BOURDEU, Pierre. (1980) *Le sens Pratique*. Paris, Les Editions de Minuit.

BRITO, Jorge de Sousa.(1996) A Universidade dos Sete. *Pré-Textos*, Número Especial, Praia, 61-62.

COSTA, Sérgio. Movimentos Sociais , Democratização e a Construção de Esferas Públicas Locais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 55, 1997.

ESTANQUE, Elísio. Acção colectiva, comunidade e movimentos sociais. Coimbra, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 55, Novembro de 1999.

MAMDANI, Mahamood & WAMB-DIA-WAMBA, Ernest (Editores).(1995) *African Studies in Social Movements and Democracy*. Dakar, Codesria Book Series.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque.(1988) Continuidades e Descontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda. S: Paulo (Tese de Livre Docência), FFLCH- USP.

ORTET, Fernando Rui Tavares.(2002) Lusofonia a Sete Vozes: o papel da imprensa na construção da CPLP. S: Paulo, ECA-USP, (Tese de Doutorado)

Serrano, Carlos Henriques.(1988) Angola: Nasce uma Nação- Um Estudo sobre a construção da Identidade Nacional. S. Paulo (Tese de Doutoramento), FFLCH-USP.

VIEIRA, LISZT.(20019 Os argonautas da cidadania: A sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro/ S. Paulo, Editora Record.

A CPLP (COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA) E AS IGREJAS

D. Damião António Franklin*

PREÂMBULO: AS PRESSUPOSTOS DA CPLP

A constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (vulgo CPLP) tem, a nosso ver, como pano-de-fundo alguns pressupostos fundamentais que destacamos aqui:

a) **Identidade histórica:** a história universal reserva páginas de grande relevo que durante cerca de cinco séculos entrelaçaram os destinos dos povos que hoje se revêem na CPLP. Quis o rumo da história que sobretudo os três continentes (África, Europa e América) fossem os principais protagonistas da história dos últimos cinco séculos. Sejam quais forem as leituras dos historiadores e as circunstâncias que marcaram os factos da história, podemos afirmar que foi a partir daí que se começou a moldar o **Encontro de Civilizações** que hoje serve de esteio indispensável na edificação da Comunidade lusófona. De facto, este é o primeiro e o mais importante pressuposto sobre o qual se apoia a fundação da CPLP. É preciso ir à história para compreender os factos de hoje, como bem o disse o **P. Teilhard de Chardin**: «*En chaque être se ramasse un passé (...). Nulle chose n'est compréhensible que par son histoire*»¹. Ainda sobre a memória da história, diz o africano Sidi Yaya: «*Recorda! A recordação está cheia de ensinamentos úteis. Nos seus recônditos existe o necessário para mitigar a sede da elite dos que venham beber*»². Neste sentido, a CPLP não pode ser uma espécie de *mata-borrão* do nosso passado histórico, mas pode funcionar como uma espécie de *redenção* do passado, onde a pauta das

* * Arcebispo de Luanda e Reitor da Universidade Católica de Angola

¹ DE CHARDIN, T., *L'Avenir de l'homme*, Seuil, Paris 1956, p. 25

² Cf. KI-ZERBO, J., *História da África Negra I*, 2ªed, Publicações Europa-América, Lisboa 1990, p.10.

relações entre os povos seja apenas aquela da **fraternidade** e do **humanismo integral** tão querido a **Jacques Maritain**. Por conseguinte, a CPLP é um cometimento responsável do homem do terceiro milénio virado para o futuro dos respectivos povos na igualdade e na reciprocidade. De facto, «*a história é também mestra da vida, pois, graças a ela podemos corrigir muitos erros do presente, garantindo, deste modo um futuro menos escravizante e menos aniquilador. Por isso, ela é tida como uma criação contínua da vida e não como um museu, arquivo ou relicário*»³

b) Identidade cultural: Esta decorre inevitavelmente da primeira. Surge como um legado da própria história aos nossos respectivos povos, aliás, a própria cultura é um facto histórico. De facto, herdámos da história profundas marcas culturais (materiais e espirituais) que estão ainda hoje bem patentes nas nossas sociedades. Por força das circunstâncias históricas, os nossos povos entraram numa dinâmica de aculturação contínua, o que veio a originar uma espécie de *osmose* cultural que constatamos hoje. Salvo embora o carácter específico das nossas respectivas culturas, elas estão permeadas de muitos traços comuns que são fruto dos intercâmbios multisseculares entre os nossos povos. Portanto, hoje já ninguém defende a tese de **culturas puras**, pelo menos no nosso contexto. Tão-pouco se pode falar hoje de **culturas superiores** e **inferiores**, como defenderam ilustres antropólogos oitocentistas a partir duma avaliação genética das culturas. Assim, falar de identidade cultural no contexto da CPLP significa primordialmente uma nova visão da cultura sem *chavínismos* deletérios, onde todas as culturas tenham algo a dar e a receber para o enriquecimento e fortalecimento da Comunidade.

c) Identidade linguística: a língua é condição indispensável para constituição de qualquer grupo humano. Por isso, os grupos humanos são criadores da língua e da linguagem. A língua, neste caso, é o instrumento-veículo privilegiado da cultura. Através dela se manifestam as ideias, as volições, os usos e costumes, a arte e a genialidade dos povos. No contexto da CPLP, a língua portuguesa, enquanto língua comum, funciona como primeiro instrumento catalisador do projecto

³ IMBAMBA, J. M., *Uma nova cultura para homens novos*, Dissertatio ad Doctoractum, PUU, Roma 1999, p.58.

de comunidade em curso, facilitando a comunicação e os intercâmbios multilaterais. Todavia, este facto não anula a outra valência da diversidade linguística no âmbito dos nossos países. Efectivamente, Angola, Moçambique, Cabo-Verde, São-Tomé, Guiné e Timor são países plurilingues ou no mínimo bilingues. Será vantajoso para a Comunidade o estudo e a promoção das línguas autóctones nesses países, sobretudo aquelas mais representativas.

d) Identidade religiosa: o cristianismo, especialmente o catolicismo, é uma presença testemunhal e multissecular em todos os territórios da CPLP. A história atesta efectivamente, desde logo, a presença dos missionários na epopeia das caravelas. Estes levavam o evangelho aos novos mundos (nas Américas e em África). Essa semente lançada há cerca de cinco séculos nesses territórios, constitui hoje uma força moral de grande relevância na medida em que as comunidades aí edificadas se tornaram já igrejas implantadas e autónomas. Neste sentido, elas constituem hoje uma parceria indispensável dos Estados membros da CPLP na construção dessa grande comunidade. Por isso acompanham atentamente as diversas iniciativas que vão sendo levados a cabo a vários níveis: político, económico, científico, cultural, etc. Por outro lado, existe já a consciência do protagonismo que lhes cabe na edificação dessa comunidade e, neste sentido, vão ajeitando caminho com algumas iniciativas como os três encontros já realizados dos Delegados das Igrejas Lusófonas (a nível das Conferências Episcopais); o primeiro foi realizado em Fátima (Portugal) de 09 a 13 de Maio 1996, o segundo foi realizado em Luanda, de 12 a 16 de Janeiro de 1999 e o último teve lugar em Brasília, de 17 a 20 de Setembro de 2001. Nesses encontros ficou claro que as Igrejas estão abertas à cooperação multilateral em busca de caminhos novos para o desenvolvimento humano integral dos povos lusófonos. A Igreja, como *Mãe e Mestra*, tem uma vasta experiência da própria catolicidade, enquanto comunhão na diversidade. Isto está bem patente nas palavras do Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. Policarpo José: *«A compreensão da Igreja como comunhão, a chamada “eclesiologia de comunhão” é uma linha de força desde o Concílio Vaticano II, continuamente valorizada no Magistério da Igreja, pelo Santo Padre, pelos Sínodos dos Bispos, pelas Conferências Episcopais de todo o mundo. Ela tem inspirado a acção pastoral de muitas Igrejas,*

que fizeram do crescimento das comunidades enquanto experiências eclesiais de comunhão, o seu principal objectivo (...). Há muitas Igrejas, numa só e mesma Igreja. Numa Igreja particular, a que preside um Bispo, sucessor dos apóstolos, vive-se a totalidade do mistério da Igreja, desde que valorize nessa “particularidade”, a sua abertura à universalidade, à catolicidade da Igreja»⁴. As Igrejas têm, por conseguinte, uma experiência ímpar a transmitir ao mundo político no processo da constituição da Comunidade lusófona.

I. OS GRANDES DESAFIOS DA COMUNIDADE.

Toda a abordagem genérica acarreta o perigo de passar ao largo das questões fundamentais ou fulcrais. O assunto que aqui tentamos abordar tem algo a ver com esta verdade. A CPLP é uma comunidade que, com o ingresso do Timor, conta actualmente com 8 países membros, o que corresponde a cerca de 200 milhões de pessoas. Tendo em conta as assimetrias bem marcantes existentes entre esses países (política económica, política social, nível de vida, emprego, educação, cobertura sanitária, cultura, cosmovisão, etc.), não é tarefa fácil descortinar desafios comuns e convergentes.

Sem subestimar essa premissa, pensamos que, em linhas gerais, podemos apontar os seguintes pontos:

1. A nível dos objectivos.

1.1. Políticos: A primeira grande meta da CPLP é a criação dum espaço político que abrange todos os países lusófonos à semelhança da francofonia, *inter alii*. Neste sentido, o primeiro desafio a nível dos objectivos tem a ver com a sua gestão política que deve conjugar os interesses particulares de cada país em prol dos interesses convergentes. Essa gestão política, através dos respectivos órgãos oficiais representativos (a nível de comissões de peritos, a nível ministerial ou ainda a nível dos Chefes de Estado) levará a cabo a coesão política

⁴ Cf. POLICARPO, J., *Igrejas em Comunhão*, in “Igrejas Lusófonas em Comunhão” N°1 (Novembro 2001), p. 1.

entre os vários Estados membros, relações preferenciais, acordos multifacéticos, cooperação multilateral em vários domínios, etc. Mas a grande prioridade neste momento é a consolidação da democracia e as respectivas reformas políticas em curso na maioria dos países membros.

1.2. Económicos: A CPLP é também um espaço de desenvolvimento. Reza o velho adágio popular que «a união faz a força». Na verdade, no actual contexto *globalizacionista* é sobejamente consabido que o *isolacionismo ou solipsismo político* abre o precipício da marginalização e fecha as portas do desenvolvimento. Os povos que não se abrem aos outros, nunca avançam. Por isso, os povos vão criando alianças estratégicas que servem de propulsores do progresso. Neste sentido, os países membros da CPLP terão certamente interesses económicos comuns a promover na reciprocidade de vantagens.

1.3. Científicos e tecnológicos: o desenvolvimento dos povos está intimamente ligado aos investimentos na ciência e na tecnologia. No âmbito da Comunidade, indo de encontro a esse pressuposto, foi criada em 1986, na cidade da Praia (Cabo-Verde) a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (vulgo AULP) com a sede em Lisboa. Dentre outros objectivos, esta organização tem em vista a promoção de projectos de investigação científica e tecnológica, estimulando o conhecimento da realidade e o desenvolvimento de cada um dos países.

1.4. Culturais: já falámos da cultura como um dos pressupostos importantes da fundação da CPLP. Pensamos igualmente que um dos grandes objectivos da Comunidade será também o investimento na promoção e no estudo das respectivas culturas através de intercâmbios, conferências internacionais, etc., a fim de se aprofundar o conhecimento das nossas respectivas culturas em diversas áreas: literatura, música, arte, tradições, crenças, moral, etc.

2. A nível de estratégias.

Não pode haver objectivos sem estratégias próprias. Nenhuma organização séria trabalha apenas com improvisos; é preciso um plano

estratégico. As estratégias são normalmente as formas concretas de realizar os projectos preconizados. Elas mostram as várias maneiras e métodos que nos podem ajudar a cumprir a nossa missão e alcançar resultados. As estratégias respondem à questão: como será alcançado aquilo que se pretende alcançar? Neste sentido pensamos que a CPLP tem estratégias bem definidas relativamente aos seus objectivos de desenvolvimento solidário, mas que não nos compete aqui mencionar. Aliás, por regra, as estratégias não devem ser do domínio público, pois, como sói dizer-se, «o segredo é alma do negócio».

3. A nível de perspectivas.

As perspectivas têm a ver com a visão de futuro. Esta pode ser optimista (caso se preconizem resultados promissores ou positivos) ou pessimista (quando o futuro é nebuloso). Normalmente, a esse nível tem havido muitas discussões, pois, todo o projecto depende muito da sua viabilidade e, neste caso, só é aprovado quando houver algum consenso de que as perspectivas sejam promissoras. A propósito da fundação da CPLP houve sérias discussões relativamente à sua pertinência e viabilidade. Um certo articulista dum hebdomadário lisboeta emprestara esse sugestivo título a um dos seus artigos a propósito da CPLP: «**Lusofonia, Lusomania ou Lusotopia?**». Por conseguinte, para que a Comunidade não se degenere numa *lusotopia*, é necessário que as perspectivas sejam sérias, exequíveis e promissoras.

II. PONTOS DE IDENTIFICAÇÃO

Depois destas considerações, voltamos ao papel das Igrejas no conjunto dos esforços da construção da Comunidade lusófona. Em primeiro lugar, vamos tentar explorar os pontos de identificação entre as Igrejas e os Estados membros, tendo em conta as metas preconizadas.

1. Desenvolvimento humano integral.

Esta terminologia foi adoptada pelas Nações Unidas e sintetiza vários aspectos sociais que concorrem no desenvolvimento da pessoa

humana: a educação, a assistência médico-sanitária, o emprego, a habitação, a subsistência, em suma, o usufruto pleno dos seus direitos políticos, económicos e sociais, tal como está previsto no **Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais** das Nações Unidas (1966). Destacamos apenas alguns artigos resumidamente:

Art. 7º. – Direito de toda a pessoa gozar de condições de trabalho justas e favoráveis, incluindo, salário equitativo, condições de trabalho seguras e higiénicas, igualdade de oportunidades de promoção, o descanso, o lazer, as férias...

Art.11º. – Direito de toda a pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e para a sua família, inclusive a alimentação, vestuário e moradia e melhoria contínua das condições de vida...

&2 – O direito fundamental de toda a pessoa de estar protegida contra a fome...

Art. 12º. – Direito de toda a pessoa de desfrutar o mais elevado nível de saúde física e mental...

Para a Igreja o homem concreto e histórico é «o primeiro caminho que a Igreja deve percorrer no cumprimento de sua missão»⁵. Neste sentido ela e o poder temporal convergem na sua solicitude pelo homem abrindo assim o caminho da colaboração entre os dois poderes. Neste sentido, o Concílio Vaticano II teve o mérito de, após séculos de confusão, e até hostilidade, entre os poderes temporal e espiritual, colocar as balizas duma nova postura da Igreja diante dos poderes políticos. Trata-se duma postura que supera as velhas e relhas pretensões hegemónicas de ambos os poderes, assentando a sua nova postura na filosofia duma justa autonomia dos dois poderes, dentro do espírito de *subsidiariedade* e duma sã colaboração entre ambos. Ao abordar a missão da Igreja no mundo contemporâneo, de modo especial as mútuas relações entre esta e o mundo, o Concílio afirma que a base do diálogo entre ambos está na **dignidade da pessoa humana, no significado profundo da**

⁵ JOÃO PAULO II, *Redemptor hominis*, 14.

actividade humana no mundo e no sentido da comunidade humana. Daí que a Igreja «*que é ao mesmo tempo “sociedade visível e comunidade espiritual” caminha juntamente com a humanidade toda e experimenta com o mundo a mesma sorte terrena, e é como o fermento e quase a alma da sociedade humana*»⁶.

No âmbito da CPLP as Igrejas lusófonas, tendo em conta o acima exposto, já começaram a pensar em projectos comuns de solidariedade *intra* e *extra* eclesiais. Na última reunião das Igrejas lusófonas em Brasília, os delegados reflectiram precisamente sobre o tema: **como ser Igreja no futuro, nos países lusófonos: solidariedade, missão e projectos comuns.** Já no encontro de Luanda falou-se do empenho evangelizador ao serviço integral da pessoa humana, na defesa e promoção dos direitos humanos e dos valores cristãos, na educação, saúde, assistência social e na promoção da paz. Aqui estão os grandes pontos de convergência, pois, estes domínios dizem respeito, em primeira instância, aos Estados cuja missão é aquela de prover o bem estar dos homens. Mas a Igreja junta-se ao Estado dentro do princípio da subsidiariedade para realizar projectos sociais que visam o bem integral dos homens.

III. PONTOS DIVERGENTES.

Tendo embora alguns pontos identificativos cujo denominador comum é o Homem, a Igreja e o Estado não partem, porém, das mesmas motivações nem dos mesmos pressupostos. Cada um tem, neste caso, uma missão bem específica: a missão da Igreja é eminentemente espiritual enquanto aquela do Estado é de carácter temporal.

1. O Estado.

Por força da sua índole e natureza, o Estado assenta os seus pressupostos na própria realidade humana e intra-mundana. O homem, sendo constitutivamente um ser social, encontrou na organização da *polis* o espaço vital e existencial, que lhe permitiu distanciar-se

⁶ CONC. VATICANO II, Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo *Gaudium et Spes*, n.36.

progressivamente da animalidade e singrar no caminho da civilização. A vida organizada em sociedade ajudou-o a vencer os obstáculos impostos pela natureza à sua sobrevivência e à conservação da espécie. Entretanto, o crescimento demográfico e a progressiva sedentarização dos grupos humanos provocada pelo começo da prática agrícola nos alvares do Neolítico, veio introduzir alterações significativas no esquema organizativo dos homens com uma nova forma de autoridade onde um grupo restrito vai assegurar o controlo da sociedade para o bem de todos. São os primeiros ensaios daquilo que hoje chamamos Estado. Esta surge, pois, como um instrumento necessário para reger a vida em sociedade e satisfazer as exigências e as necessidades dos cidadãos. Assim, o Estado supõe uma **colectividade sociológica**, um **território** e um **poder político** juridicamente orientado para objectivos que transcendem os fins pessoais daqueles que o exercem: a gestão da *res publica*. O Estado existe de facto para garantir e promover o bem comum dos cidadãos. Para cumprir esta tarefa, os Estados têm instrumentos próprios que são os vários órgãos de soberania onde se exerce o poder político (Governos, Parlamentos, Tribunais), engendram sistemas de coabitação dos poderes e de participação política, traçam estratégias para a organização económica e criam leis próprias para regular as relações sociais entre os cidadãos e as instituições do Estado e os cidadãos entre si. Finalmente, o fim do Estado enquadra-se dentro do horizonte temporal enquanto instrumento contingente que ajuda o homem a realizar-se neste mundo.

2. A Igreja.

O posicionamento da Igreja no mundo ganhou nova direcção e novo dinamismo a partir do Concílio Vaticano II, especialmente com a elaboração da Constituição Pastoral **Gaudium et Spes** que veio a ser o documento mais emblemático em relação ao tema que estamos a abordar. Antes do assento conciliar, a Igreja sempre se interessou pelos problemas do mundo (Cf. encíclicas sociais), mas pese embora dos seus doutos ensinamentos, era notória a falta dum fundamento teológico mais coerente e mais claro da sua missão no mundo. Essa lacuna foi superada, primeiro, graças a uma nova compreensão do homem a partir do concreto

da vida, na sua dinâmica histórico-existencial de grandeza e de fragilidade ao mesmo tempo e, segundo, numa nova concepção do mundo, onde se denota o abandono das abstrações metafísicas medievais e da sua postura contenciosa, substituídas pelo reconhecimento da justa autonomia das realidades seculares, pelo diálogo, solidariedade e *diakonia*. O Concílio apercebeu-se de que longe do cenário da vida, a sua proposta moral e religiosa não será eficaz e frutuosa. A evangelização só será credível ao homem do nosso tempo somente numa perspectiva de solidariedade e de empatia efectiva. É a partir desta convicção que o Concílio quis introduzir o documento **Gaudium et Spes** com estas palavras paradigmáticas: «*As alegrias e esperanças, as tristezas e angústias dos homens de hoje, dos pobres, sobretudo de todos aqueles que sofrem, são igualmente as alegrias e esperanças, as tristezas e angústias dos discípulos de Cristo*»⁷. Como se pode ver nestas palavras, as condições do homem no mundo são o **theologicus locus** privilegiado onde se opera e se actualiza a história da salvação; é o lugar onde a Igreja, **Sacramentum salutis**, está chamada a perscrutar os *signum temporum* (sinais dos tempos). Todas essas premissas teológicas colocam a Igreja num patamar diferente daquele da comunidade política. Ela tem a sua base de intervenção social na Doutrina Social da Igreja. Esta pode ser definida como «*corpo sistemático de princípios e normas que projectam a luz do Evangelho sobre os problemas sociais concretos e sobre as estruturas (económicas, políticas, sociais, etc.) e cujo objectivo é a defesa da pessoa humana permitindo uma resposta às novas dificuldades que põem em causa o próprio futuro do Homem*»⁸. Trata-se de facto de «*um conjunto de ideias ou concepções (feitas de verdades, de princípios e de valores), que o Magistério vivo fundamenta na lei natural e na Revelação, e que adapta e aplica aos problemas sociais do nosso tempo, a fim de, segundo maneira própria da Igreja, ajudar os povos e os governantes a organizar uma sociedade mais humana e mais conforme aos desígnios de Deus sobre o mundo*»⁹. Por conseguinte, o fim essencial da Igreja ao assumir as tarefas terrenas é transcendental, isto é, tem em vista a extensão do Reino de Deus através das relações

⁷ Gaudium et Spes, n.1

⁸ JORGE, J.E.R., *Curso de Doutrina Social da Igreja*, policop., UCIDT, Março-Abril 1972.

⁹ GUERRY, M., *A Doutrina Social da Igreja*, Coleção Eclasia, Livraria Sampedro Editora, 2ª.ed, p. 10 (cit. por LARA, A. S., *Elementos de Ciência política*, PF, Lisboa 1995, p.173)

humanas e das realidades terrestres para a salvação dos homens. Assim sendo, a sua doutrina não é uma ideologia nem uma via alternativa entre o socialismo e o capitalismo liberal, mas tem antes de mais «o valor de um instrumento de evangelização»¹⁰

IV. LINHAS PRINCIPAIS DA ACTUAÇÃO DA IGREJA

1. Metodologia: comporta três momentos importantes que podemos aqui representar esquematicamente de seguinte modo:

A. VER – Experiência Humana: Esta é o ponto de partida e de chegada de toda actuação pastoral da Igreja. Enquadra-se dentro da linha teológica da inserção no mundo, onde a Igreja joga o papel de “fermento” que leveda a sociedade. No contexto bíblico encontramos outras alegorias como aquela do “sal da terra” e “luz do mundo”. Aliás, a própria Bíblia é essencialmente um “encontro” de Deus com a experiência humana. Por isso é que é possível falar duma História da Salvação, pois, Yahvé-Deus assume-se como um Deus presente na história humana. Ele cria, liberta, consola, protege e redime. Jesus de Nazaré, a imagem visível do Deus invisível, incarna-se e assume a nossa humanidade, carregando sobre si as nossas misérias. Pois, é neste sentido que a Igreja, sobretudo a partir da renovação teológica conciliar, viu no método indutivo aquele que mais se coaduna com a sua missão no mundo, isto é, partir sempre da experiência humana como lugar teológico privilegiado onde Deus actua e se faz “Emmanuel” (Deus-connosco).

B. JULGAR – Reflexão Teológica: Este é o segundo momento da actuação da Igreja. Aqui joga papel preponderante a Palavra de Deus que se faz viva e actuante na caminhada da comunidade, na medida em ela ilumina os problemas actuais e dinamiza o engajamento dos cristãos nos *negotia saeculorum*. Tendo em conta este pressuposto, não pode haver comunidade sem Palavra, pois, é esta que cria a comunidade, a faz crescer e frutificar. A reflexão teológica, por outro

¹⁰ JOÃO PAULO II, *Centesimus Annus*, n. 54.

lado, é a maneira contextual de pensar-Deus de cada povo e cada época a partir do seu próprio “*sitz im lebem*”. Considerando ainda que a Bíblia, como conjunto de livros escritos por homens, é para nós, homens deste século e deste milénio, um livro distante no tempo, na linguagem e na cultura, não é um livro de receitas para as situações difíceis, como bem o diz Rodrigo Mejía: «*Por conseguinte, seria errado conceber a Bíblia como uma aplicação mecânica e anacronista das soluções aí propostas para os sofrimentos e desafios do antigo período da história para os dias de hoje*»¹¹. Efectivamente, a Palavra de Deus só pode ser actuante nos nossos dias enquanto ela é objecto de reflexão, de estudo, de meditação e de vida. Uma simples aplicação, sem estes pressupostos incorre num fundamentalismo inusitado. Entretanto, a reflexão teológica não é apenas o exercício académico dos teólogos profissionais, mas antes de tudo a reflexão da própria comunidade levada a fazer uma leitura de fé dos acontecimentos, no intento de encontrar Deus nos eventos humanos.

C. AGIR – Planos Pastorais: A Igreja não pode perder-se apenas na contemplação passiva dos factos. Não deve incorrer na presunção de abandonar tudo nas mãos da Providência. Ela deve intervir e deve agir. Porém não o deve fazer de forma desgarrada e espontânea. É preciso uma programação pastoral a partir dos problemas identificados na comunidade. Nessa programação nunca se deve perder de vista o paradigma da praxis de Jesus. Com efeito, a praxis pastoral da Igreja não será outra coisa senão um prolongamento dos gestos salvíficos de Jesus na história. Neste sentido, a grande preocupação se deve colocar é: o que faria Jesus se estivesse presente nas circunstâncias actuais? A resposta não será fácil tendo em conta que muitas situações actuais não foram vividas por Jesus. Mas o que conta é aquela atitude de base de acolhimento, compreensão e serviço, traços presentes continuamente nos gestos e nas palavras do Divino Mestre, segundo os evangelhos. A acção da Igreja no mundo deve ser mais para salvar

¹¹ MEJÍA, R., *Biblical Vision and Theological criteria to evaluate the situation*, in AA.VV., *New Strategies for a New Evangelization*, Paulines, Kenya 2002, p. 106.

do que para condenar, pois é sua vocação de ser no mundo sacramento de salvação.

2. Fontes: são fundamentalmente duas:

A.A REVELAÇÃO: o contacto com a Palavra de Deus do Antigo e Novo Testamento, onde estão os desígnios de Deus sobre a humanidade, sobretudo em relação ao papel do homem no mundo, o uso dos bens da terra, o estabelecimento de uma comunidade humana na participação dos bens materiais destinados a todos os homens, etc. A Palavra de Deus é a principal fonte de inspiração de todo o apostolado da Igreja.

B. A LEI NATURAL: o Criador inscreveu no íntimo do ser do homem, isto é, na sua natureza animal e racional, leis próprias e inatas ordenadas à realização plena e integral do homem. São leis não codificadas, mas que o homem apreende pela inteligência e pela sua consciência moral. Elas servem de base imprescindível não só das leis que regem as sociedades humanas (lei positiva) como da própria moral cristã. Na história do pensamento cristão, a visão *jusnaturalista* da moral e da própria dogmática fez época, sobretudo, com os pensadores da escolástica medieval, onde se destaca obviamente S.Tomás de Aquino, na esteira de Aristóteles, e mais tarde reforçada doutrinariamente pelos clássicos espanhóis VITÓRIA e SUAREZ ¹²

3. Mensagem: na mensagem doutrinal da Igreja, destacamos o objecto e o conteúdo. A esse nível temos:

1º. **Verdades:** o que devemos crer e pensar, verdades morais e religiosas.

2º. **Princípios:** o que devemos fazer, pôr em prática (princípios morais de acção)

¹² Cf. PEREIRA, A.G.- DE QUADROS, F., *Manual de Direito Internacional Público*, Almedina, 3ª. Ed, 2001, pp. 73-75.

¹³ Cf. LARA, A. S., op. Cit., p. 174.

3º. **Valores:** o que devemos respeitar, defender e amar (exigências fundamentais da condição humana).¹³

V. PRIORIDADES PASTORAIS DAS IGREJAS DA CPLP

As prioridades pastorais são definidas a partir duma determinada experiência concreta. Tendo em conta o que já foi dito, é bem verdade que cada uma das Igrejas da CPLP terá indubitavelmente projectos pastorais específicos que respondam ao modo concreto do pensar e viver Deus nas nossas respectivas comunidades. Porém, olhando para alguns documentos importantes, sobretudo aqueles de carácter regional (v.g. 1. **Ecclesiam in Africa – SÍNODO AFRICANO** - 2. **A Igreja-Família de Deus: Lugar e Sacramento de Perdão, de Reconciliação e de Paz em África – SECAM** - 3. **New Strategies For a New Evangelization in Africa – AA.VV.**- 4. **Documento de Santo Domingo sobre as Conclusões da IV Conferência Geral do CELAM**, inter alii), podemos descortinar as grandes linhas pastorais que animam as Igrejas africanas e as sul-americanas, não devendo fugir muito da mesma realidade as Igrejas europeias, onde a tonalidade fundamental recai sobre a “nova evangelização”.

1. *Promoção Humana.*

«Entre evangelização e promoção humana – desenvolvimento, libertação - existem de facto laços profundos: laços de ordem antropológica, dado que o homem há-de ser evangelizado não é um ser abstrato, mas sim um ser condicionado pelo conjunto dos problemas sociais e económicos; laços de ordem teológica, porque não se pode nunca dissociar o plano da Criação do plano da Redenção, um e outro a abrangerem as situações bem concretas da injustiça que há-de ser combatida e da justiça a ser restaurada; laços de ordem eminentemente evangélica, qual seja a ordem da caridade: como se poderia, realmente, proclamar o mandamento novo sem promover na justiça e na paz o verdadeiro e o autêntico progresso do homem»¹⁴.

Estas palavras demonstram bastante bem em como a promoção

¹³ PAULO VI, *Evangelii Nuntiandi*, n. 31.

humana é a dimensão privilegiada da nova evangelização. O que se entende então por promoção? A promoção é toda aquela dinâmica, como indica a Doutrina Social da Igreja, que deve levar o homem e a mulher a passar de condições menos humanas para condições cada vez mais humanas, até chegar ao pleno conhecimento de Jesus Cristo¹⁵.

«A relação entre a evangelização e promoção humana é profunda, como entre fé e caridade. É próprio da Igreja actuar nesse campo. Ela interpreta como “sinal dos tempos”, sinal da presença de Deus na única história humana. Jesus, o Bom Samaritano, é-nos o exemplo, de modo que o serviço aos homens é expressão de fidelidade a Deus e consequência do seguimento de Jesus»¹⁶. A Igreja oferece a sua participação específica na promoção humana, não tanto pelas obras que realiza no ensino, na saúde, na defesa dos direitos humanos, na promoção da vida e da família, mas, sim, na medida em que ela, «com a mensagem evangélica, oferece uma força libertadora e criadora do desenvolvimento, exactamente porque leva à conversão do coração e da mentalidade, faz reconhecer a dignidade de cada pessoa, predispõe à solidariedade, ao compromisso e ao serviço dos irmãos»¹⁷, «mantendo sempre firme a prioridade das realidades transcendentais e espirituais, premissas da salvação escatológica»¹⁸.

A.Direitos Humanos.

Este é um dos campos primordiais da promoção humana nos países lusófonos, atendendo à situação prevalecente nesses países. Apesar da crescente sensibilidade e consciência humana em relação aos direitos do homem, sobretudo, depois da Segunda Guerra Mundial, factos insólitos continuam a ensombrar a humanidade em todas as partes da orbe terrestre: injustiças sociais estruturais, pobreza extrema, ditaduras políticas, execuções sumárias, prisões arbitrárias, intolerância, racismo, marginalização social e económica, desprezo pela vida, etc. Diante deste panorama, que linhas pastorais devem assumir as Igrejas? O documento

¹⁵ Cf. Idem, *Populorum Progressio*, nn. 14-15

¹⁶ Santo Domingo, Conclusões.

¹⁷ JOÃO PAULO II, *Redemptoris Missio*, n.59

¹⁸ *Ibid.*, n.20

de Santo Domingo sugere algumas linhas pastorais que podemos aqui reproduzir *grosso modo*: a) promover de modo mais eficaz e corajoso os direitos humanos, a partir do Evangelho e da Doutrina Social da Igreja, com a palavra, a acção e a colaboração, comprometendo-se na defesa dos direitos individuais e sociais do homem, dos povos, das culturas e dos sectores marginalizados, bem como dos desprotegidos e dos presos; b) participar com discernimento dos organismos de diálogo e mediação e também em instituições de apoio aos diversos tipos de vítimas, com a condição de que sejam sérios e que não se deixem instrumentalizar por ideologias incompatíveis com a Doutrina Social da Igreja; c) empenhar-se firmemente, à luz dos valores evangélicos, na superação de toda injusta discriminação por razão de raças, nacionalismos, culturas, sexos e credos, procurando eliminar todo o ódio, ressentimento e espírito de vingança, promovendo a reconciliação e a justiça¹⁹.

B. A Família

A família, no contexto eclesial, não é apenas o primeiro núcleo da sociedade, mas é também “Igreja doméstica”, isto é, primeira comunidade evangelizadora. Esta premissa mostra claramente que a família está no coração da Igreja de tal modo que os não poucos problemas que a afligem são golpes duros no coração da Igreja. Hoje, em toda a parte, está em crise a instituição familiar, sobretudo, pela instabilidade dos seus alicerces que assentam no matrimónio. O carácter pluralista da sociedade hodierna, agravada por ideologias deletérias de todo o jaez, como o secularismo, a indiferença religiosa e o relativismo moral, o agnosticismo, o ateísmo, o permissivismo etc., vão minando as bases axiológicas da família. As nossas sociedades atravessam um período onde as grandes referências e padrões tradicionais vão-se desmoronando de modo galopante diante da complacência e quase impotência dos poderes políticos de mudar o rumo desses ventos da história. Merecem aqui destaque algumas práticas como: a poligamia, a infidelidade conjugal, o divórcio, as práticas contraceptivas ilícitas, o aborto, mães solteiras, etc. Diante desta situação, as Igrejas não podem

¹⁹ Santo Domingo, n.168.

hesitar em fazer da pastoral familiar uma prioridade das prioridades no contexto de toda a pastoral orgânica com programas de acção que visam a defesa da família e a promoção dos valores autênticos e perenes da família inspirados quer na lei natural quer na revelação. Por outro lado, sendo a família o ninho natural da vida humana, não deve ser descurada a protecção à vida humana em gestação contra as práticas abortivo-contraceptivas e contra as políticas imorais de controlo da natalidade impostas por alguns Estados e algumas organizações internacionais.

2.Nova Ordem democrática:

O mundo de hoje, depois da queda do socialismo real do Leste, viu na democracia o modelo político triunfante e válido para todos os povos. Alguns politólogos contemporâneos como Francis Fukuyama, Sartori, Simom Weil e outros emprestaram-lhe páginas monumentais a partir da ideologia neo-liberal. Entretanto, a Igreja por sua vez, apesar de não propor nunca soluções técnicas para os problemas sociais, vê na democracia um modelo político condizente com a natureza social do homem e o mais adequado à dignidade da pessoa humana, na medida em que oferece garantias institucionais de tutela e promoção dos direitos civis, políticos e judiciais dos cidadãos. Entretanto, a Igreja não aprova ingenuamente este modelo, pois, há pressupostos prévios e indispensáveis que devem fazer da democracia um verdadeiro sistema político marcado pela igualdade fundamental dos cidadãos e pela convivência pacífica e harmoniosa. Neste sentido, as Igrejas da CPLP acreditam que a democracia, sobretudo nos países africanos onde ela ainda está a ensaiar os primeiros passos, preciso de três pilares importantes: a solidariedade, a justiça social e paz. Estes elementos surgem como perspectiva de solução de alguns constringimentos políticos, sociais e económicos ainda vigentes nos nossos países. E como, sem uma cultura democrática temos apenas uma democracia formal, as Igrejas deverão emprestar o seu saber e a sua experiência na edificação duma verdadeira cultura democrática eivada de valores como a fraternidade, a convivência na diversidade, a tolerância, etc.

CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, gostaríamos de sublinhar que, a todos os títulos, o projecto da CPLP é um projecto válido, tendo em conta as considerações feitas nesta explanação. Entretanto, é um projecto que deve ser ainda aprofundado nas suas implicações plurisectoriais: políticas, económicas, sócio-culturais, eclesiais, etc. O presente trabalho pretende ser um contributo nesta linha. Pensamos, entretanto, que este projecto não pode ser apenas um fenómeno das lideranças políticas ou eclesiais. Ele deve cimentar-se na base, a partir dos próprios cidadãos das nossas sociedades, como o fomento duma consciência solidária e comunitária.

Por outro lado, as Igrejas lusófonas têm um papel preponderante na ingente tarefa da edificação da Comunidade. A partir da sua experiência de koinonia, as Igrejas empenhar-se-ão nas tarefas prioritárias ligadas à promoção humana através dos intercâmbios inter-eclesiais, como aqueles que já estão em curso.

Para terminar, fazemos votos de que este magno projecto, que é de todos, se estenda cada vez mais a todos os níveis, para que seja viável e traga mais prosperidade aos nossos respectivos países.

BIBLIOGRAFIA

1. DE CHARDIN, T., *L'Avenir de l'homme*, Seuil, Paris 1956.
2. KI-ZERBO, J., *História da África Negra – I*, 2ª ed, Publicações Europa-América, Lisboa 1990.
3. IMBAMBA, J.M., *Uma nova cultura para homens novos*, dissertatio ad doctoratum, PUU, Roma 1999.
4. POLICARPO, J., *Igrejas em Comunhão*, in “Igrejas Lusófonas em Comunhão” N° 1 (Novembro 2001).
5. JOÃO PAULO II, *Redemptor hominis* (1978)

6. CONCÍLIO VATICANO II, *Gaudium et Spes* (7.12.1965), in AAS 58 (1968), pp. 1025-1115
7. JORGE, J.E.R., *Curso de Doutrina Social da Igreja*, policop., UCIDT, Março-Abril 1972.
8. GUERRY, M., *A Doutrina Social da Igreja*, Coleção Ecclesia, Livraria Sampedro Editora, 2ª ed.
9. LARA, A. S., *Elementos de Ciência política*, PF, Lisboa 1995.
10. JOÃO PAULO II, *Centesimus Annus* (1.5.1991), in AAS 83 (1991), pp.318-322.
11. PEREIRA, A. G. – DE QUADROS, F., *Manual de Direito internacional público*, Almedina, 3ª ed., 2001.
12. PAULO VI, *Evangelii Nuntiandi*, (8.12.75) in AAS 68 (1976), pp.5-76
13. PAULO VI, *Populorum Progressio*, (26.03.67), in AAS 59 (1967), pp. 257-299.
14. AA.VV., *New Strategies for a New Evangelization in Africa*, Paulines, Kenya 2001.

O PODER DA ESPERANÇA

A participação das lideranças comunitárias como agentes de transformação social

*Zilda Arns Neumann**

Gostaria de cumprimentar aos companheiros desta mesa, Dom Damião Franklin, Deputado Aldo Rebelo, Doutor Cláudio Furtado, Doutor João Melo, Doutor José Luiz Guterres; também aos debatedores Doutor Carlos Alves Moura, Doutor Ricardo José Pereira Rodrigues, Professor João Paulo M. Peixoto; e a todos os participantes deste seminário sobre as oportunidades e perspectivas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Me sinto muito feliz e agraciada por Deus porque a Pastoral da Criança está participando deste plano de mútua ajuda entre os países que falam a mesma língua e tem nomes culturais semelhantes. Acredito que juntos, unidos, somos capazes de reduzir a pobreza e fome, a mortalidade infantil e materna, o analfabetismo e a violência.

No Brasil, até há pouco, vivia entre nós um verdadeiro profeta dos nossos tempos, Dom Helder Câmara. Ele dizia que sonho que se sonha só é apenas sonho, mas sonho que se sonha junto já é começo de realidade. Quando iniciei o projeto da Pastoral da Criança, em setembro de 1983, junto com a CNBB, que indicou Dom Geraldo Magella Agnelo para me acompanhar no trabalho, sabia que se tratava de um grande desafio, mas tinha certeza de estar no caminho certo: trabalhar com a Igreja, através da sua capilaridade e de seu compromisso com a paz, criando condições para que as famílias se fortalecessem no cuidado com seus filhos. Hoje, 19 anos depois, mais de 155 mil brasileiros sonham juntos e estão mudando a situação de 32.743 comunidades em todo o Brasil, através do acompanhamento mensal de 76.842 gestantes e mais de 1,6 milhão de crianças carentes menores de seis anos.

* **Dra. Zilda Arns Neumann**, 67, médica pediatra e sanitarista, é fundadora e coordenadora nacional da Pastoral da Criança. Além disso, representa a CNBB no Conselho Nacional de Saúde

e é membro do Conselho da Comunidade Solidária.

Gráfico da abrangência nacional da Pastoral da Criança



Pastoral da Criança

Organismo de Ação Social
da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Situação de Abrangência no Ano 2001

Estados (100%)	27
Dioceses com Pastoral da Criança (100%)	261(6)
Paróquias com Pastoral da Criança (61%)	5.317
Municípios com Pastoral da Criança (64%)	3.555
Comunidades acompanhadas	32.743
Líderes Comunitários atuantes	193.134
Educações de coordenação, capacitação e de acompanhamento em serviço	6.648
Média mensal de Famílias acompanhadas	1.135.969
Média mensal de Crianças menores de 6 anos acompanhadas	1.635.461
Média mensal de Gestantes acompanhadas	75.842
Média mensal de idosos de 60 anos ou mais acompanhados	23.178
Emissoras de Rádio com Programa Semanal "Frua a Voca" (1)	1.343
Nº de alunos nos cursos de Alfabetização de Jovens e Adultos (2)	27.502
Projetos de Geração de Renda aprovados no ano	42
Projetos de Capacitação para o Trabalho no ano(4)	21



Pastoral da Criança
CF 2002: A Fraternidade e os Povos Indígenas

(1) Programa de Rádio no âmbito da Pastoral da Criança em 2001, com 1.343 emissoras.
(2) Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos (EJA) em 2001, com 27.502 alunos.
(3) 143 emissoras de rádio em 2001, com 1.343 emissoras de rádio.
(4) Projeto de Geração de Renda em 2001, com 42 projetos aprovados no ano.

Fonte: FAPB - Fórum de Acompanhamento e Monitoria das ações de Pastoral da Criança e Educação para o Trabalho, em 15 de março de 2002.

A metodologia foi baseada no Evangelho de São João (Jo 6, 1-15), que versa sobre o milagre da multiplicação dos cinco pães e dois peixes, que saciaram cinco mil pessoas, após terem sido abençoados e repartidos a grupos de pessoas; e ainda sobraram doze cestos de restos. É assim que, na Pastoral da Criança, se organizam as pequenas comunidades, se identificam líderes que queiram assumir de forma voluntária esse trabalho e de serem os protótipos da transformação social se lhes ajuda a viver uma mística de fraternidade.

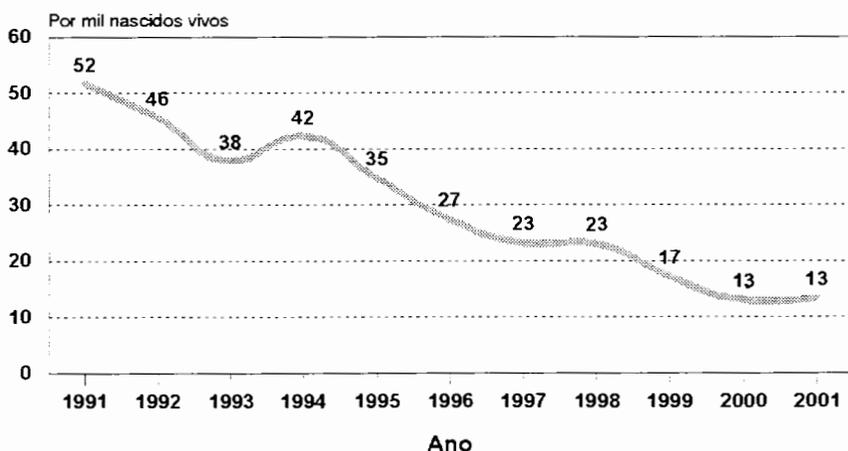
Como médica pediatra e sanitarista, com longa história familiar, comunitária e profissional, tinha convicção de que cerca de 80% das doenças e violências que acometiam as crianças de comunidades pobres e miseráveis poderiam ser prevenidas através de ações básicas simples, facilmente replicáveis e de baixo custo, possíveis de serem realizadas por pessoas de baixa escolaridade ou analfabetas, desde que se organizassem em rede, com referências definidas.

Nas comunidades em que a Pastoral da Criança está organizada a mortalidade infantil é menor que a metade da média nacional. Segundo os dados recentes do IBGE, para cada mil crianças nascidas vivas no Brasil, 29,6 morrem antes de completar um ano. Em 2001, na Pastoral da Criança, esse índice foi menor do que 13 mortes em cada mil crianças nascidas vivas.

Esse resultado é fruto do trabalho incessante voluntários, entre eles 133.134 líderes comunitários e 6.648 equipes de coordenação, capacitação e de acompanhamento em serviço, mais de 90% mulheres e pobres, que se dedicam a orientar mais de um milhão de famílias sobre os cuidados básicos com o desenvolvimento de seus filhos. Hoje, 76.842 gestantes e mais de 1,6 milhão de crianças carentes menores de seis anos são acompanhadas mensalmente. Dados como este mostram que, de maneira sistemática e organizada, **desenvolvendo a mística de solidariedade humana e a multiplicação do saber, as comunidades são capazes de se tornarem agentes de sua própria transformação.**

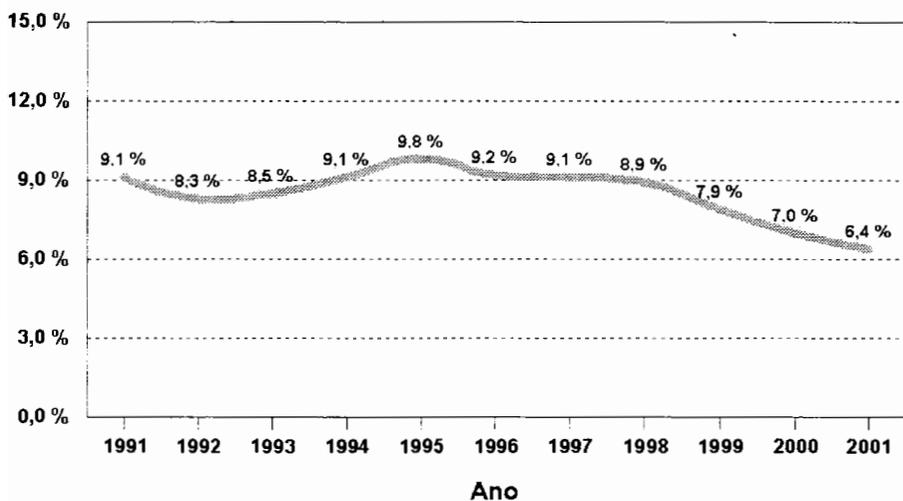
Gráficos da redução da mortalidade, desnutrição e de baixo peso ao nascer

Razão de Mortes de Crianças Menores de 1 ano por mil nascidos vivos na Pastoral da Criança - CNBB, Brasil - 1991/2001



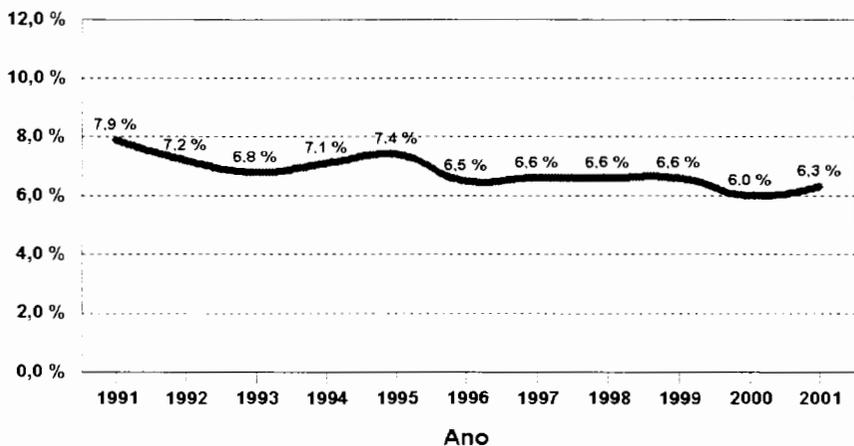
FORNTE: Pastoral da Criança - CNBB. Fichas de Acompanhamento e Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde, Nutrição e Educação na Comunidade, encaminhadas à Coordenação Nacional da Pastoral da Criança, em Curitiba, até 15 de março de 2002.

Evolução Histórica do Indicador de Desnutrição nas comunidades acompanhadas pela Pastoral da Criança no Brasil, por ano -1991/2001



FONTE: Pastoral da Criança - CNBB. Folhas de Acompanhamento e Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde, Nutrição e Educação na Comunidade, encaminhadas à Coordenação Nacional da Pastoral da Criança, em Curitiba, em 15 de março de 2002.

Evolução Histórica do Indicador de Baixo Peso ao Nascer nas comunidades acompanhadas pela Pastoral da Criança no Brasil, por ano -1991/2001



FONTE: Pastoral da Criança - CNBB. Folhas de Acompanhamento e Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde, Nutrição e Educação na Comunidade, encaminhadas à Coordenação Nacional da Pastoral da Criança, em Curitiba, em 15 de março de 2002.

Estas e outras conquistas têm despertado o interesse de outros países pela experiência da Pastoral da Criança. Hoje, 14 nações do mundo de três continentes já desenvolvem projetos semelhantes à metodologia brasileira: Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, na África, Timor Leste e Filipinas, na Ásia, e Paraguai, Peru, Colômbia, Bolívia, Venezuela, Equador, Argentina, Chile e México na América Latina. A transferência de metodologia comunitária tem acontecido através de visitas de representantes de países latino-americanos e africanos ao Brasil, que vêm conhecer o trabalho da Pastoral, e de capacitações realizadas especificamente para coordenadores de outros países interessados na metodologia. Nesses cursos, que duram, em média, 20 dias, os participantes recebem informações teóricas e práticas sobre a experiência brasileira e fazem estágios junto às comunidades organizadas. A partir dessa capacitação, retornam a seus países e iniciam lá a Pastoral da Criança, de forma independente e adaptada à realidade local.

Apesar de ainda menos estruturadas e mais novas do que a Pastoral da Criança do Brasil, as experiências internacionais já têm alcançado sucesso e despertado a esperança da população. Vários testemunhos indicam redução da desnutrição e da mortalidade infantil nas comunidades organizadas também no exterior, além do fortalecimento da participação social e dos laços entre as populações envolvidas nos projetos.

Em outubro de 1996, fui convidada pela Conferência Nacional dos Bispos de Angola e por Dom Oscar Lino Lopes Fernandes Braga, Bispo de Benguela e Secretário Geral desta mesma Conferência, para visitar a diocese de Benguela e expor os objetivos, metodologia, estratégias e resultados da Pastoral da Criança do Brasil. Naquela ocasião, capacitei pessoalmente 17 mulheres. Em outubro de 1999, cinco pessoas vieram de Angola para participar de um seminário e capacitação sobre a metodologia da Pastoral da Criança no Brasil, com estágio teórico-prático na diocese de Montes Claros, Minas Gerais, em área de extrema pobreza e na sede Nacional da Pastoral da Criança, em Curitiba, Paraná. Em 2001, oito pessoas de Angola, cinco de Guiné-Bissau e três de Moçambique vieram para fazer capacitação e/ou reciclagem no Brasil

e, além da programação idêntica à da capacitação anterior, participaram de atividades de extensão em outras dioceses como Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão e Umuarama, no Paraná, e Piracicaba, em São Paulo.

Segundo relatório da Pastoral da Criança da Diocese de Benguela - Angola, de janeiro a agosto de 2001, foi acompanhada uma média mensal de 1.481 famílias, 3.867 crianças de zero a seis anos e 147 gestantes, pelo trabalho de aproximadamente 397 líderes comunitários voluntários.

Entretanto, o avanço desses projetos internacionais depende também da soma de esforços entre todos os setores da sociedade. No mês de junho próximo, estarei celebrando mais um passo concreto nessa caminhada, quando retorno a Angola, em missão diplomática do ABC – Agência Brasileira de Cooperação/Ministério das Relações Exteriores do Brasil, para auxiliar na consolidação da Pastoral da Criança naquele país, prevê no projeto a organização de duas dioceses de referência, Luanda e Benguela, para servirem de centro de capacitação de coordenadores da Pastoral da Criança de outras dioceses. Como qualquer projeto bem sucedido, são necessários não só recursos humanos, capacitados mas também recursos técnicos e financeiros. Apesar do baixo custo – menos de um dólar por criança mês –, esses recursos são importantes para o alcance dos objetivos. Por isso, nesta missão a Angola, serão feitos contatos especiais além da Conferência Episcopal de Angola, os Ministérios da Saúde e da Educação, o UNICEF e está previsto também recurso com a empresa Odebrescht, a fim de se estabelecerem parcerias nessa união de esforços em objetivos que são comuns.

Em 1996, também tive o imenso prazer de visitar seis comunidades muçulmanas em Guiné-Bissau, onde fiquei comovida por ver pessoas de outra religião implementando as ações da Pastoral da Criança incentivada por missionárias brasileiras, rezavam e cantavam em suas próprias tradições religiosas, enquanto pesavam as crianças e ensinavam as famílias a prepararem o soro oral. Em Moçambique, teve lugar outra experiência ecumênica singular. Um padre missionário brasileiro implantou a Pastoral da Criança na Diocese de Guruê e, de

acordo com informações, as atividades têm ajudado também na formação de uma rede de solidariedade entre lideranças de diferentes religiões e tribos, além de reduzir a desnutrição e a mortalidade infantil.

Em janeiro do ano passado, integrei a comitiva do presidente Fernando Henrique Cardoso, em visita ao Timor Leste. O Brasil está executando naquele país um plano de ajuda na reestruturação; a implantação da Pastoral da Criança faz parte dele e o trabalho já está se alastrando pelas duas Dioceses Dili e Baucau. Durante a visita, tive a oportunidade de fazer uma palestra na Universidade de Dili e ouvi dos professores e alunos frases animadoras como “esse projeto vai ser muito bom para nós, porque fortalece as comunidades”. Mais tarde, três técnicas da Pastoral da Criança passaram três meses no Timor, ajudando a organizar e treinar as primeiras lideranças timorenses. Religiosas missionárias brasileiras, que já conheciam a Pastoral da Criança do Brasil, ajudaram na implantação.

A experiência demonstra que a solução dos problemas sociais depende da valorização do tecido social, do potencial humano de cada pessoa e de políticas públicas básicas voltadas para os mais necessitados. É uma tarefa que deve ser compartilhada entre governo, empresários e sociedade civil. Por isso, as parcerias entre eles são de fundamental importância na busca da realização de um trabalho eficaz que realmente chegue às famílias e comunidades.

O trabalho essencial é a organização da comunidade e a capacitação e acompanhamento dos líderes voluntários que ali vivem e assumem a tarefa de orientar e acompanhar entre 10 e 20 famílias vizinhas, em ações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania, para que elas se tornem sujeitos de sua própria transformação pessoal e social. O grande benefício trazido pelo programa não é só a redução da mortalidade infantil e da desnutrição. A sociedade ganha também com a melhora da qualidade de vida, redução da violência, geração de empregos, alfabetização de jovens e adultos e mobilização comunitária. Para que isso aconteça, a estrutura da Pastoral da Criança é a mais simples e ágil possível. Existem equipes de coordenação nos níveis

Nacional, Estaduais – nos 27 estados da federação, Diocesanas – nas 261 Dioceses do país, Paroquiais – em 5.317 paróquias, o que representa 61% das paróquias brasileiras e Comunitárias – 32.743 comunidades em 3.555 municípios. Essas coordenações existem para orientar e facilitar o trabalho dos líderes comunitários, que vivem nas mesmas comunidades pobres em que a Pastoral da Criança atua e interagem diretamente com as mais de um milhão de famílias acompanhadas.

Aproximadamente 75% dos recursos são gerenciados diretamente pelas equipes regionais, nas dioceses, que repassam às equipes paroquiais e comunidades, para possibilitar o trabalho voltado às famílias acompanhadas. As coordenações diocesanas prestam contas à Coordenação Nacional que, concentrando a burocracia e descentralizando as atividades e os recursos, informatizou toda sua atividade, permitindo às fontes financiadoras o acesso imediato às informações sobre o alcance dos objetivos e a aplicação e uso dos recursos. Esta agilidade e transparência da Pastoral da Criança garante o sucesso de suas ações, permitindo o acompanhamento dessas milhares de crianças e gestantes em todo o país a um baixo custo.

A base de todo o trabalho é a comunidade e a família. A dinâmica consiste em capacitar líderes comunitários, que residem na própria comunidade, para mobilização das famílias nos cuidados com os filhos. Em todas as comunidades atendidas, coloca-se em prática um conjunto de ações que vão daquelas voltadas para a sobrevivência e desenvolvimento integral da criança, gestante e nutriz, da mulher de modo geral, até a melhoria da qualidade de vida das famílias carentes, tanto no plano físico e material como no espiritual. Desta maneira, procura gerar igualdade de oportunidades, justiça e paz.

Entre as ações desenvolvidas, destacam-se:

1. Apoio integral às gestantes: Orientação e supervisão nutricional das futuras mães, valorizando a vida a partir da gestação, preparando essas gestantes para o aleitamento materno e encaminhando-as para as consultas de pré-natal;

2. Incentivo ao aleitamento materno: Ações que garantam à criança condições físicas, psíquicas e emocionais para se desenvolverem em plenitude, e à mãe, um maior espaçamento entre os partos;

3. Vigilância nutricional: Pesagem mensal de cada criança acompanhada e orientação aos pais ou responsáveis para os cuidados e o acompanhamento do peso e do crescimento da criança;

4. Alimentação enriquecida: Ações concretas para o aproveitamento de produtos de grande valor nutricional e de baixo custo, disponíveis nas próprias comunidades, além de evitar os desperdícios de grande parte dos alimentos, como folhas verdes escuras, cascas de ovos e frutas e sementes;

5. Controle de doenças diarréicas: Disseminação de formas de prevenção das diarréias e práticas de rehidratação oral, principalmente através do soro caseiro, com o uso de colher-medida, distribuída gratuitamente;

6. Controle de doenças respiratórias: Prevenção das doenças respiratórias, identificação dos sinais de risco de pneumonia e outros, encaminhamento ao serviço de saúde e acompanhamento domiciliar à criança em tratamento;

7. Remédios caseiros: Educação das mães e demais familiares para as práticas de medicina natural e caseira, principalmente técnicas fitoterápicas;

8. Estimulação para a vacinação de rotina das crianças e das gestantes: Incentivo às mães para a participação nas campanhas a fim de prevenir as doenças infecto-contagiosas, preveníveis por vacina, e organização comunitária para facilitar o acesso aos postos de vacinação de rotina;

9. Educação para o desenvolvimento infantil na família: Orientação aos pais e toda família e comunidade para o seu papel fundamental no desenvolvimento global da criança, a partir da gestação até os seis anos de idade. As atividades desenvolvidas na educação

essencial ajudam a criança a desenvolver suas habilidades motoras, emocionais, sociais e espirituais, além de fortalecer os laços afetivos entre pais e filhos.

Nos últimos cinco anos, foi iniciado um programa de Brinquedotecas comunitárias, que são implementadas como espaço em que a família é incentivada a brincar com suas crianças e promover valores culturais como atenção, liberdade e carinho necessários ao desenvolvimento infantil, enfocando principalmente o andar, o falar e o brincar;

10. Prevenção de acidentes domésticos: Estímulo às ações no interior das casas, junto às famílias e às comunidades, para identificar os sinais de perigo para a criança, ajudando a prevenir os acidentes na infância;

11. Prevenção da violência contra a criança no ambiente familiar: Ações concretas que visem a solução da agressividade de forma não-violenta e a desenvolver um ambiente de acolhida e proteção às crianças, criando na família uma cultura de paz;

12. Prevenção das DST - doenças sexualmente transmissíveis: Especialmente a AIDS, junto às famílias acompanhadas pela Pastoral e em parceria com outras entidades da sociedade civil, e a disseminação de ações de solidariedade para com as pessoas e grupos de portadores dessas doenças;

13. Saúde Bucal: Orientação das mães sobre noções e práticas de prevenção da cárie em bebês e desenvolvimento de ações de higiene bucal;

14. Catequese do ventre materno aos seis anos de idade: Práticas que ajudem a vivenciar e desenvolver a espiritualidade como forma de valorização da vida e resgate da dignidade humana no seio da família e da comunidade.

Como forma de dar suporte às famílias e comunidades, a Pastoral da Criança desenvolve também vários projetos importantes,

considerados complementares às suas ações básicas e de reforço ao trabalho comunitário, visando à melhoria da qualidade de vida das famílias acompanhadas.

1. Educação de jovens e adultos: quanto maior o grau de escolaridade das mães, menores são os índices de mortalidade infantil. Por isso, a Pastoral da Criança desenvolve o programa de alfabetização de jovens e adultos destinado a líderes comunitários, familiares e membros das comunidades atendidas. Os cursos de alfabetização contam com uma metodologia inspirada no uso de palavras-geradoras que estão inseridas no contexto das ações básicas de saúde, educação e nutrição desenvolvidas pela Pastoral da Criança. As atividades de alfabetização têm como principal objetivo ensinar, especialmente mães, jovens e líderes das comunidades com Pastoral da Criança, a ler e escrever; refletir sobre a realidade local; ensinar e promover ações concretas de saúde, nutrição e educação, vida comunitária e mística. Desta forma, colaborando na transformação da realidade e na libertação da população analfabeta;

2. Programa de Geração de Renda: que visa dar condições de sobrevivência e apoio à melhoria das condições de vida e saúde das famílias carentes acompanhadas pela Pastoral da Criança. Os recursos são repassados pela Pastoral após um trabalho de capacitação para a atividade escolhida por essas famílias. São projetos dos mais variados, tais como confecções, padarias, hortas, criação de animais, prestação de serviços, etc;

3. Participação no controle social / REBIDIA: No Brasil lideranças comunitárias são capacitadas para a participação nas instâncias municipais de controle social dos serviços públicos, tais como os conselhos municipais de saúde, educação, assistência social e direitos da criança e do adolescente, entre outros. Para a manutenção dessa capacitação e a informação permanente dirigida a esses formuladores de políticas públicas nos estados e municípios, a Pastoral da Criança desenvolveu, em parceria com outras entidades, a REBIDIA - Rede Brasileira de Informação e Documentação sobre a Infância e Adolescência;

4. Pequenas Rodas de Conversa: Organização de *Pequenas Rodas de Conversa* envolvendo todas as lideranças da comunidade para a discussão e busca de soluções para problemas comuns, como drogas, gravidez na adolescência, violência familiar e outros;

5. Programa de segurança alimentar: Ampliação das ações de alimentação e nutrição, através da articulação com todas as lideranças e forças sociais locais, para a implementação de um programa de segurança alimentar que garanta alimentação a todos os cidadãos;

6. Planejamento familiar natural (Método do Colar): Ação de informação aos casais e jovens sobre os métodos de planejamento familiar, com ênfase nos métodos naturais. Para uma adequação desses métodos naturais ao seu público-alvo, a Pastoral da Criança desenvolveu um estudo sobre o *Método do Colar*, que facilita a compreensão sobre o período de fertilidade da mulher e orienta para a prevenção da gravidez não desejada;

7. Terceira idade: Além dos avós e responsáveis pelas crianças acompanhadas, muitos voluntários da Pastoral da Criança são pessoas da terceira idade. Por isso, a Pastoral desenvolveu um programa especial, visando aproveitar melhor a experiência acumulada por essas pessoas, orientar sobre cuidados com a saúde e sobre a garantia dos seus direitos. O programa consiste em capacitar os líderes comunitários para fazer visita domiciliar mensal, cadastro dos idosos, orientação através de indicadores de saúde e encaminhamento quando houver necessidade;

8. Comunicação social: A produção de materiais educativos impressos e audiovisuais tem sido uma preocupação constante da Pastoral da Criança. São materiais e programas que visam à difusão de informações e a capacitação continuada de lideranças, comunidades e famílias em todas as ações desenvolvidas, além de tratar de temas da atualidade de interesse do público. Entre esse materiais, destacam-se um programa semanal de rádio, intitulado *Viva a Vida*, e um jornal bimestral de 16 páginas, que faz a partilha das notícias das comunidades da Pastoral da Criança de todo o Brasil.

Além disso, há um trabalho específico com a Rede de Comunicadores Solidários à Criança, formada por mais de 600 profissionais de comunicação que atuam voluntariamente, dando suporte às ações das equipes de coordenação de todos os níveis da Pastoral da Criança. Eles articulam a mídia local, auxiliam na produção dos programas de rádio e procuram potencializar técnicas de comunicação pessoal e grupal junto aos demais voluntários da entidade.

Tudo isso é possível porque a Pastoral da Criança, desde seu início, trabalha com sete pontos-chave, que orientam e interferem diretamente na qualidade dos resultados, que são:

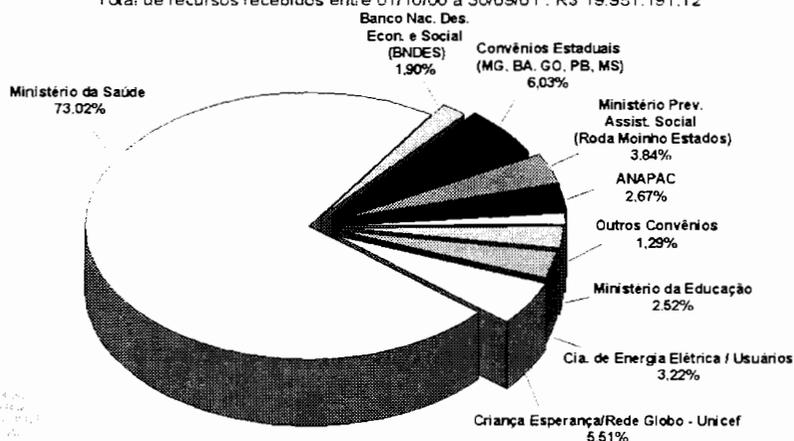
1. **a participação comunitária;**
2. **o desenvolvimento dos recursos humanos** – 6.648 equipes de coordenação, capacitação e acompanhamento, e 133.134 líderes comunitários são permanentemente capacitados e reciclados através de técnicas e materiais educativos adequados a cada atividade desenvolvida;
3. **fidelidade aos objetivos claros e bem definidos;**
4. um **sistema de informação** informatizado que permite o acompanhamento e a avaliação trimestral do impacto e do resultado das ações – essas informações são sistematizadas e devolvidas a cada comunidade, em forma de estímulos gerados de acordo com os objetivos alcançados;
5. a **replicabilidade** e manutenção de todas as ações, que permitem que as ações realizáveis por pessoas de baixa escolaridade e mesmo analfabetas sejam desenvolvidas em qualquer comunidade, de diferentes culturas, com a mesma facilidade e qualidade,;
6. **o baixo custo** – o custo médio para o acompanhamento é menos de um dólar por criança por mês;
7. **articulação** com o governo, empresas e outras organizações da sociedade civil.

Os recursos para a manutenção da Pastoral da Criança vêm de várias fontes, especialmente nacionais. O principal financiador é o Ministério da Saúde do Governo Federal, que em 2001 repassou 73% dos recursos recebidos pela entidade. O restante vem de doadores como o Ministério da Educação e do Desporto, a doação voluntária através das Contas de Luz e o programa Criança Esperança, da Rede Globo e Unicef, que é o principal financiador não-governamental, além de outros de menor volume. O custo total da entidade no ano passado foi de 19 milhões de reais (8,3 milhões de dólares). No entanto, se o trabalho não fosse voluntário seriam necessários pelo menos mais 70 milhões de dólares por ano, o que inviabilizaria o projeto. O custo seria maior ainda se não fosse a disponibilização das estruturas comunitárias para a realização dos serviços, especialmente por parte da Igreja Católica, mas também de outras igrejas, escolas, centros comunitários e entidades governamentais e não governamentais.

Gráficos de fontes e despesas

PASTORAL DA CRIANÇA - Organismo de Ação Social da CNBB
Fontes de Apoio Financeiro

Total de recursos recebidos entre 01/10/00 a 30/09/01 : R\$ 19.951.191,12



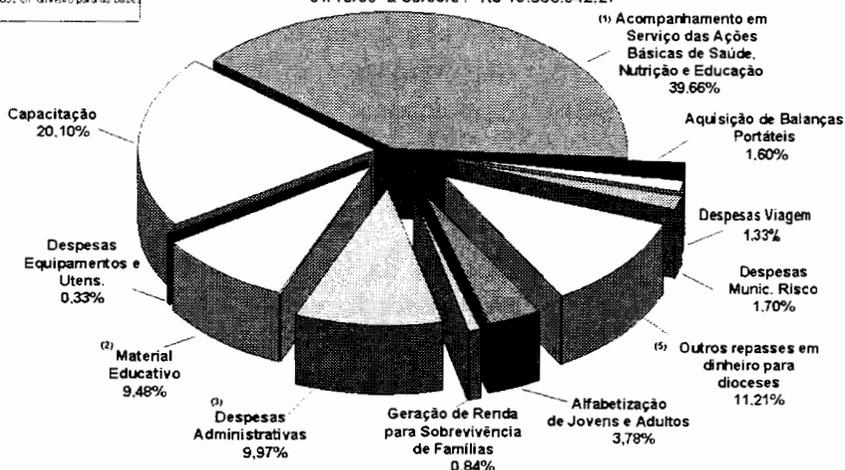
Nota: Formam a contraparte da Pastoral da Criança Recursos Logísticos nas Despesas: Paróquias e Comunidade e os Recursos Humanos, entre eles, mais de 140 voluntários (voluntários capacitados e acompanhados em seu trabalho) e os 121 líderes comunitários e 6.510 educadoras e registas de coordenação, capacitação e acompanhamento em serviço.

Fonte: Demonstrações Contábeis e Financeiras a serem aprovadas pela Assembleia-geral.

Nota: Os Recursos Humanos e logísticos formam a contraparte da Pastoral da Criança

PASTORAL DA CRIANÇA - Organismo de Ação Social da CNBB
 Aplicação dos Recursos Financeiros
 01/10/00 a 30/09/01 R\$ 19.863.042,27

17,29% dos recursos foram enviados em dinheiro para as diócesis



1- Fazem parte deste item as despesas de administração, tratamentos e acompanhamentos das atividades das 27 equipes de Coordenação Educativa e 61 equipes de Coordenação Social.

2- Fazem parte deste item as despesas com transporte de material educativo às equipes estaduais e diocesanas.

3- Fazem parte deste item as despesas com assistência, manutenção, aluguel dos escritórios de Unidades Básicas.

4- Compõe este item o Acompanhamento em Serviço, Capacitação, Geração de Renda, Alfabetização, eventos, Eventos, Munic. Risco.

5- Refere-se ao repasse do convênio com as concessionárias de Energia Elétrica, Companhia Estadual de Recursos e Renda Móveis.

Fonte: Demonstrações Contábeis e Financeiras a serem aprovadas pela Assembleia Geral.

Fazendo a união entre a fé e o compromisso social, a Pastoral da Criança organiza as comunidades em torno de um trabalho de promoção humana no combate à mortalidade infantil, à desnutrição e à marginalidade social. É uma metodologia que socializa conhecimentos sobre saúde, nutrição, educação e cidadania e amplia os laços de solidariedade, fortalecendo a rede de voluntários que promove o autodesenvolvimento das famílias carentes.

Existem três momentos fundamentais para motivar essa integração. O primeiro é a visita familiar – todos os meses, mais de um milhão de famílias recebem a visita dos líderes comunitários, que procuram saber sobre o desenvolvimento das crianças e levam sempre uma orientação e o apoio para as mães. Por juntar todas as famílias e voluntários da comunidade, o dia do peso, na Pastoral da Criança, ficou conhecido como a *Celebração da Vida*. Nesse dia, todas as crianças vão para a balança e a comunidade comemora o crescimento de muitas crianças e se une para ajudar a resolver as dificuldades de outras.

Finalmente, todos os meses, acontecem mais de 32 mil reuniões entre os líderes comunitários e suas equipes de coordenação. Depois de todo o trabalho, este é o momento recolher os cestos das sobras, avaliando e planejando os próximos passos, e fortalecendo os laços entre as famílias e entre toda a comunidade.

SOMANDO ESFORÇOS

No início da Pastoral da Criança no Brasil, muitos me perguntavam por que a Igreja passaria, então, a se ocupar de pesar crianças em vez de evangelizar. É exatamente por seu **caráter profético e missionário** que ela se envolve em projetos desta natureza. “Eu vim para que todos tenham vida em abundância” (Jo 10,10), disse Jesus. A Igreja tem um papel fundamental, pois, pela sua capilaridade e filosofia de trabalho, onde a caridade e a corresponsabilidade são o eixo principal em torno dos quais tudo deve girar, **a Igreja tem a capacidade de chegar perto das famílias pobres**, onde estão concentradas a maioria das doenças, deficiência infantil e violências familiares.

No Brasil, a Igreja Católica, através das Dioceses, coordena e mobiliza, de forma ecumênica e supra-partidária, os recursos humanos, materiais e financeiros; oferece o suporte na medida das possibilidades. Os recursos técnicos provêm de parcerias entre a Pastoral da Criança, o governo, instituições e empresas. Por isso, a Pastoral da Criança do Brasil faz convênios e parcerias específicas, através de um orçamento programado todos os anos, e presta contas periodicamente, de acordo com o que foi firmado com cada financiador.

Depois destes 19 anos de experiência com a Pastoral da Criança do Brasil, é maior ainda minha convicção de que **prevenção e soma de esforços** são os melhores caminhos para superar obstáculos e alcançar objetivos. É assim na área da saúde: prevenir que uma criança fique doente consiste em uma grande de recursos para o governo, que passa a ter menos gastos com internações e com as seqüelas dos traumas mal resolvidos, e de sofrimento para a família e para toda a sociedade. Do mesmo modo, funciona com o combate à violência: pesquisas

demonstram que crianças bem cuidadas tendem a se tornar adultos equilibrados e felizes, capazes de se relacionar com o outro, de conviver com o diferente e de viver em harmonia com toda a comunidade.

Hoje, é comum ouvir falar do combate ao terrorismo e à violência. Mas, não adianta secar o chão molhado se a torneira não é fechada; é preciso investir na educação para a paz e isso começa na gestação, na formação da criança dentro do contexto familiar e comunitário. A criança é a semente da paz e precisa ser cuidada e estimulada para dar bons frutos. E isto é um compromisso de todos os cidadãos; a criança é na realidade o futuro dos países.

A Pastoral da Criança desenvolve todas as suas atividades indistintamente da raça, cor, crença religiosa ou opção política de seus voluntários e das famílias atendidas. Assim, destaca-se a idéia de que todos somos uma única família, em que o sofrimento de um atinge o outro e a vitória de um é a conquista de muitos, gerando compromisso e fortalecendo os laços de solidariedade.

A história é testemunha de que guerras não levam a nada e não constroem a paz entre os povos. **A paz é uma cultura** e depende de investimentos de médio e longo prazos nas bases, nas raízes da sociedade. Cuidar da semente é prevenir situações de marginalidade e guerra, prevenir a hostilidade entre os diferentes grupos; é investir na qualidade integral de vida das pessoas, na convivência, na partilha, na soma de esforços. A paz no futuro depende das crianças de hoje.

A CPLP E A MÍDIA

*João Melo**

Antes de mais, permitam-me fazer duas advertências prévias, para que, se isso for possível, estejamos todos claros – orador e ouvintes – acerca do ritual que, a partir de agora, terá lugar neste cenário tão cuidadosamente montado – juro que, por detrás desta observação, não existe o menor laivo da já famosa e irreverente ironia caluanda – pelo Instituto de Relações Internacionais do ministério brasileiro das Relações Exteriores.

Esta operação preliminar impõe-se, acredito, por si mesma. É que, tendo sido convidado a partilhar estes momentos com tão ilustres participantes – o que muito me honra e estimula – devido aos meus hipotéticos conhecimentos sobre essa actividade cada vez mais intimada, com pertinência ou sem ela, nos dias de hoje (a comunicação), nada mais conveniente do que começar por informar claramente os presentes os limites do que me proponho dizer-lhes, para que, pelo menos, não saiam daqui defraudados.

Afinal de contas, tenho a obrigação, aparentemente, de impedir que a nossa comunicação mútua seja afectada por qualquer tipo de ruídos. Ou, dito de outro modo, orador prevenido pode não valer por dois, mas pelo menos sabe por que razão é vaiado ou não consegue acordar a platéia, sobretudo depois do almoço.

Eis, então, a primeira advertência: o que tenho para satisfazer a – assim o espero – imensa curiosidade dos presentes em relação a este tema não é nenhum trabalho de sociologia da comunicação. Não trago na cartola, portanto, nenhuma pesquisa empírica sobre a maneira como

* Deputado pelo MPLA. Escritor e Jornalista

os mídias dos nossos países têm coberto a realidade da CPLP. Reconheço que isso é profundamente lamentável, mas pelo menos não os canso ainda mais com números, cifras, quadros, mapas e tabelinhas.

O que vou tentar fazer é muito mais prosaico: trata-se simplesmente de lançar um olhar genérico sobre algumas características básicas (nem linhas de força, nem tendências) dessa cobertura, ou, para ser mais preciso, da abordagem (já que, a rigor, não tem havido nenhuma cobertura digna desse nome) que os meios de comunicação têm feito dos temas, assuntos e eventos relacionados com a CPLP.

A segunda advertência é que, embora se trate de um olhar genérico, tentarei igualmente, aqui ou ali, particulariza-lo um pouco. É que a realidade dos países que integram a CPLP é de tal modo diferenciada, que, obviamente, é preciso generalizar, sim, mas *non troppo*.

Feitas as advertências (e consumidos alguns minutos do tempo que a organização pôs à minha disposição), posso revelar, agora, que assentarei, nesta minha reflexão, de uma constatação fundamental: de um modo geral, a maneira como os mídias dos países da CPLP tem tratado as actividades da organização é claramente deficiente, quaisquer que sejam os parâmetros utilizados para avalia-la.

Limitada, superficial, redutora e, por vezes, até mesmo, preconceituosa são alguns dos adjectivos que me ocorrem para classifica-la, correndo conscientemente o risco de ser acusado de estar a proceder a uma crítica ideológica, no sentido sociológico da palavra.

Alguns jornalistas – coleguinhas pelos quais nutro um carinho especial, pois, afinal eu sou originário dessa turma – que apenas tenham aprendido o que é um *lead* argumentarão que não se pode cobrir o que não existe. Isso é verdade, mas apenas parcialmente. Com efeito, sabe-se hoje, nas sociedades cada vez mais mediatizadas em que vivemos, que a chamada realidade é aquilo o que é, não simplesmente veiculado ou transmitido, mas formulado e tantas vezes produzido pelos próprios mídias.

Como se diz na gíria popular (não faz mal nenhum à academia, creio, cair de vez em quando no mundo real), o problema que estamos com ele – a relação entre a CPLP e os mídias – é mais em baixo. Antes de tentar dissecá-lo com o ilusório bisturi da análise, convém esclarecer desde já que o mesmo não pode ser atribuído unicamente ao carácter auto-suficiente ou à vocação intrinsecamente manipuladora dos mídias.

Há um pano de fundo, digamos assim, histórico-institucional que tem de ser imediatamente convocado, a fim de entendermos a relação atrás referida em todas as suas facetas e nuances (desculpem-se, aqui, esta exótica intromissão da francofonia). Refiro-me ao facto paradoxal de que, afinal de contas, o mito fundador que une os membros da CPLP – o uso comum da língua portuguesa – está assente num passado no mínimo incómodo, embora incontornável: a colonização portuguesa e a dominação de que foram vítimas durante séculos os povos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Timor Lorosae.

A fim de comprovar a interferência directa desse factor na atitude dos mídias em relação ao projecto da CPLP, lembrarei apenas a violenta série de artigos publicados no semanário angolano Folha 8 em 1996, antes da constituição da organização. Com paquidérmica subtilidade, o referido órgão não hesitou, inclusive, em esgrimir teses e argumentos xenófobos e abertamente racistas para questionar a criação da CPLP.

Os termos com que, de um modo geral, a mídia portuguesa criticava a figura do angolano Marcolino Moco, primeiro secretário executivo da CPLP, e tem pressionado ultimamente para que o Brasil substitua a embaixadora Dulce Pereira – a primeira negra brasileira que, até onde vai a minha ignorância, atingiu esse posto – constituem, evidentemente, outro exemplo de que os fantasmas da colonização ainda continuam vivos em certas cabeças.

Antes que comecem a estranhar-me, devo esclarecer o óbvio, ou seja, que, para mim, em sociedades que se querem cada vez mais abertas, a crítica tem de fazer parte da atitude geral dos mídias. Mas, tratando-se de comunicação (isto é, de informação tratada), os termos em que a

mesma é processada constituem sintomas que a análise não pode ignorar. Como diria Bakhtin, “o conteúdo está na forma”.

Resta acrescentar que a omissão quase absoluta dos meios de comunicação brasileiros em relação à CPLP não deixa de ser igualmente, embora de maneira indirecta, reflexo dessa interferência do nosso doloroso passado histórico comum.

A propósito, recordo um argumento que ouvi muitas vezes, nos oito anos em que morei no Rio de Janeiro como correspondente de imprensa, a fim de explicar a fraquíssima cobertura de África por parte dos mídias locais. Como o Brasil – foi-me dito várias vezes – nunca teve colônias, o interesse do público pelos países africanos é praticamente nulo.

Com toda a amizade e simpatia, esse argumento parece-me profundamente mistificador. A meu ver, ele serve para tentar escamotear uma certa má consciência das elites dominantes brasileiras – que, naturalmente, controlam o sistema de comunicação e de cultura – em relação à África.

Duas razões estão, aparentemente, por detrás dessa má consciência. A primeira é que as elites locais, pelo menos na sua origem, são uma extensão das elites coloniais portuguesas, reforçadas mais tarde pelo processo de imigração europeia. A segunda tem a ver, quanto a mim, com o fenómeno da escravatura, que terminou no Brasil há pouco mais de 100 anos.

Sem fazer, de jeito nenhum, psicanálise de café, arrisco-me a observar que a omissão da mídia brasileira em relação à CPLP é uma espécie de tentativa subconsciente de anular pela raiz (não os evocando sequer) os problemas históricos que estão na base daquela má consciência.

A estas razões históricas, que explicam, em parte, o tratamento genericamente defeituoso dado pelos mídias dos nossos países à CPLP, é de acrescentar ainda outra contingência, de natureza institucional: a

organização foi criada por iniciativa estatal, não tendo sido objecto de um debate efectivo pela sociedade de cada um dos respectivos países membros.

Acontece que, numa época em que os estados enfrentam dificuldades crescentes para administrar a sociedade apenas de cima para baixo, isso constituiu um equívoco estratégico, cujos reflexos são experimentados até hoje.

É certo que, por iniciativa do embaixador José Aparecido de Oliveira, foi realizada pelo menos uma mesa redonda em cada um dos países que integram a CPLP, para discutir o projecto desta última. Mas tratava-se de encontros com uma participação muito reduzida (20 a 30 pessoas) e praticamente sem cobertura mediática. A única excepção terá sido a mesa redonda de Luanda, promovida pela União dos Escritores Angolanos, a qual contou com 200 participantes e teve uma ampla cobertura da imprensa local.

Além das contingências específicas que acabei de mencionar, ligadas ao substracto histórico e à forma como nasceu a CPLP, a atitude dos mídias em relação à organização é igualmente marcada, como não podia deixar de ser, pela sua própria cultura institucional (não digo “corporativa” para não se pensar que estou a ofender alguém).

A cultura jornalística – digamos agora, focalizando a análise naquilo que nos interessa e deixando momentaneamente de falar de mídias e comunicação em geral – é composta por algumas crenças, mitos e práticas, entre os quais destaco:

- a ilusão de que o jornalismo é capaz de reflectir a realidade tal como ela é, quando o que ele pode, efectivamente, é ser mais ou menos credível, o que depende da verossimilhança dos factos que ele selecciona, elabora e difunde;
- a convicção de que apenas as ocorrências negativas (tragédias, desastres, crimes, etc.) são dignas de ser transformadas em notícias, aliada a uma tendência crescente para sobrevalorizar os aspectos secundários ou folclóricos, transformando tudo isso

em mero espectáculo;

- a arrogante sensação de que o jornalismo e os jornalistas estão acima do jogo social, tendo poder, portanto, para, de forma absolutamente autónoma, ajuizá-lo e transformá-lo sempre que quiserem.

Não é tempo, agora, de desvelar o longo processo de gestação, consolidação e universalização dessa cultura, através da naturalização de um certo modelo histórico-concreto de jornalismo (o modelo americano), exacerbado nas últimas décadas pelo notável desenvolvimento das tecnologias de comunicação. O que quero assinalar é simplesmente que a cultura jornalística dominante tende, no fundo, a escamotear o verdadeiro papel social dos mídias, a saber, possibilitar que a sociedade fale entre si.

Essa vocação profundamente humanística está presente, aliás, no próprio étimo da palavra comunicação, de que o jornalismo é uma das actividades ou expressões. Como se sabe, comunicação provém do mesmo étimo de comunhão ou comungar e não significa outra coisa senão tornar comum ou partilhar (no caso, informações).

Contudo, e devido às vertiginosas mutações sociais da humanidade, principalmente após o fim da década de 70, o jornalismo tem vindo a perder de vista a sua função de comunicação, no sentido original da palavra, ou seja, de instrumento que deve ser posto ao serviço de todos, sem excepção, para, impulsionado por uma ilusão de autonomia e de poder maiores do que os que realmente possui, estar a serviço de grupos cada vez mais restritos.

Paradoxalmente, tudo isso ocorre sob uma aparência de multiplicidade que torna esse processo muito mais perverso. Entretanto, a tendência para integrações, fusões e concentrações no ramo da comunicação e da cultura, a nível mundial, tem ajudado a esfriar a euforia acerca das virtualidades supostamente intrínsecas e naturais da fragmentação, da desregulamentação e da diluição do papel social do Estado.

Vejam como é que o enfraquecimento do papel genuinamente social dos mídias – como diria Baudrillard, o social acabou, tendo sido substituído pelos meros consumidores dos conteúdos anestésicos propostos pelos mídias controlados por grupos cada vez mais restritos – tem igualmente afectado a postura dos meios de comunicação dos nossos países em relação à CPLP.

O exemplo que quero convocar é o da chamada grande imprensa brasileira. Porquê que os principais meios de comunicação do maior país da CPLP dão uma importância tão reduzida, para não dizer nula, à organização? Além das razões históricas a que já aludi atrás, a hipótese que quero lançar é que a CPLP não corresponde aos interesses dos grupos empresariais que detêm esses meios, cujas vinculações internacionais passam muito longe do espaço comunitário de língua portuguesa, em especial daquele localizado em África.

Neste ponto, permitam-me fazer um parêntese, apenas para alertar que a análise a que acabo de proceder não pode, sem riscos graves, ser generalizada, pois a realidade dos mídias no Brasil e até mesmo em Portugal é muito diferente da dos países africanos membros da CPLP. Se nos dois primeiros é perfeitamente possível detectar claras manifestações das tendências a que me refiro atrás – típicas da chamada pós-modernidade -, nos segundos ainda se vivem problemas e se alimentam debates verdadeiramente elementares, para não dizer primários, acerca da comunicação e da imprensa.

Seja como for, e como, nesta era da comunicação e da informação, as idéias viajam cada vez mais celeremente, também já é possível identificar, mesmo nos países africanos, certos sinais da cultura jornalística hoje mundialmente hegemônica. Entre eles, cito apenas a auto-suficiência e a arrogância, o que, combinado com a ausência de reflexão interna e de qualquer senso auto-crítico, está longe de contribuir para o reforço das nossas jovens democracias.

Diante deste quadro, o que fazer, então, para que a CPLP, enquanto instituição e enquanto comunidade, passe a ocupar um lugar de maior destaque na agenda da mídia?

O primeiro passo é, mantendo a lucidez em relação aos interesses que estão em jogo, não ficar eternamente prisioneiro de quaisquer teorias conspiratórias, nem de nenhum discurso da vitimização, por mais indignado que pareça. Como diria Eco, as mudanças ocorridas no campo da mídia e da cultura universais constituíram uma nova realidade antropológica, absolutamente incontornável. É nela que o combate tem de ser travado.

Assumida essa necessidade, é preciso actuar de maneira planejada e estratégica, em função de objectivos e metas previamente estabelecidas. Sem querer provocar o fígado de ninguém, atrevo-me a dizer, como profissional de marketing e comunicação, que os actores directamente envolvidos na construção do projecto da CPLP não perderiam nada se, nesse sentido, tentassem aprender alguma coisa com os marqueteiros. Na verdade, a CPLP precisa, quanto a mim, de uma estratégia de marketing, comunicação e relações públicas mais activa.

Como sabe qualquer marqueteiro – mas, por vezes, muitos políticos esquecem –, o determinante é a qualidade do produto. Portanto, é preciso tornar a CPLP uma realidade ainda mais viva e dinâmica, realizando actividades e projectos e criando factos de forma planejada e sistemática, para interessar os mídias dos nossos países e não só. Uma estratégia que, à luz de tudo o que foi dito, me parece absolutamente essencial será um envolvimento maior da sociedade civil na dinamização da CPLP.

Em suma, o êxito efectivo da CPLP depende da capacidade de conquistar as mentes e os corações dos cidadãos dos nossos países, para que eles abracem essa causa como realmente sua. A comunicação e os mídias podem, sem dúvida, ajudar muito nesse sentido. Mas é preciso saber despertar a sua atenção e interesse, com actos concretos e não com simples discursos, muitas vezes de ocasião.

Terceira Parte

**A DIMENSÃO DE DESENVOLVIMENTO
SÓCIO-ECONÔMICO NA CPLP.**

O PAPEL DA PESQUISA AGROPECUÁRIA COMO FATOR DE INTEGRAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA; A EXPERIÊNCIA DA EMBRAPA

*Marcio C. M. Porto **

*Sotto Pacheco Costa **

INTRODUÇÃO

Uma característica dos países de língua oficial portuguesa é o fato de terem conexões fronteiriças com vizinhos de diferentes composições lingüísticas. Esse é o caso do Brasil, único país de língua portuguesa nas Américas, dos países africanos de língua oficial portuguesa, localizados ao lado de vizinhos de língua inglesa ou francesa, e mesmo de Portugal, único país de língua oficial portuguesa no continente europeu.

O isolamento lingüístico tem conseqüências positivas, sendo a principal delas a criação de um sentimento de nacionalidade protegido pelo idioma (caso do Brasil, onde o Português é língua falada por todos os seus habitantes, juntamente com poucas línguas nativas que convivem com o português). Por outro lado, são muitas as conseqüências negativas do isolamento lingüístico, destacando-se como uma delas a dificuldade de integração dos países de língua portuguesa nas comunidades científicas e tecnológicas lideradas pelos principais países desenvolvidos e compartilhada por inúmeros países em desenvolvimento.

* Respectivamente Chefe (Marcio.Porto@embrapa.br) e Supervisor de Cooperação Bilateral (Sotto.Costa@embrapa.br) da Secretaria de Cooperação Internacional da Embrapa. Parque Estação Biológica, Av. W3 Norte (final). Brasília, DF, Brasil.

A criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 1996, representa um importante passo no relacionamento de cinco países africanos, um europeu e um sul-americano, contribuindo para a aproximação de cerca de 215 milhões de pessoas que vivem nesses países. A integração de Timor Leste como Membro Associado vem ampliar para quatro o número de continentes unidos pela similaridade lingüística.

Este trabalho busca avaliar a cooperação em ciência e tecnologia entre os países membros da CPLP, com ênfase especial na área da pesquisa agropecuária, vista pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, órgão vinculado ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento da República Federativa do Brasil. O trabalho apresenta um histórico da colaboração com outros estados-membros, ressalta algumas ações de impacto e analisa novas oportunidades que levem a um crescimento das ações de cooperação e impactos na Comunidade.

O SETOR DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL

O sistema nacional de ciência e tecnologia , consolidado nos últimos cinquenta anos, coloca o Brasil em posição de destaque na América Latina e mesmo no cenário composto pelos países em desenvolvimento. Apesar do estabelecimento da base do setor no século XIX, com a criação do Observatório Nacional em 1827, da Escola Médico-Cirúrgica no Rio de Janeiro e do Museu Paraense Emílio Goeldi, em 1885, o desenvolvimento do setor foi particularmente decisivo no século XX.

Na área das ciências biológicas, e especialmente na área de ciência e tecnologia agropecuárias, são marcos importantes no processo histórico brasileiro a criação dos seguintes órgãos:

- A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, criada em 1948;
- O Conselho Nacional de Pesquisas, criado em 1951;
- O Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas, vinculado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), criado em 1965;

- A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, criada em 1973;
- O Ministério de Ciência e Tecnologia, criado em 1985;
- O Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), criado em 1996 para assessoramento à Presidência da República para a formulação e implementação da política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico.

O sistema hoje conta com uma estrutura sólida, abrangente e estreitamente vinculada à agenda social e econômica do país. As atividades de ciência, tecnologia e inovação são parte dos programas de vários Ministérios, lideradas pelo Ministério de Ciência e Tecnologia. São também partícipes dos esforços os ministérios de Educação, Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento, Saúde, Meio Ambiente, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Defesa e Comunicações.

No período 1991-2001, o Governo brasileiro tem aplicado cerca de 3 bilhões de reais por ano em Ciência e Tecnologia, com variações anuais, e mostrado um incremento significativo no ano de 2001, como mostrado na Tabela 1 (de 2,8 bilhões em 2000 para cerca de 4 bilhões em 2001).

Tabela 1. Recursos do Governo Federal aplicados em Ciência e Tecnologia, por modalidade.

Brasil: 1991-2001. Valores em R\$ 1.000,00

Ano	Valor Total	Pesquisa e Desenvolvimento		Atividades de C&T Correlatas	
		Valor	%	Valor	%
1991	2.662.586,8	1.337.231,1	50,2	1.325.355,7	49,8
1992	1.965.213,2	1.035.210,2	52,7	930.003,0	47,3
1993	2.472.559,9	1.447.546,9	58,5	1.025.013,0	41,5
1994	3.159.743,7	2.071.709,1	65,6	1.088.034,6	34,4
1995	3.245.333,7	2.149.356,3	66,2	1.095.977,4	33,8
1996	3.355.668,0	2.062.304,3	61,5	1.293.363,7	38,5
1997	3.075.390,6	1.855.600,0	60,3	1.219.790,6	39,7
1998	2.775.157,6	1.555.213,5	56,0	1.219.944,1	44,0
1999	2.753.313,6	1.585.627,6	57,6	1.167.686,0	42,4
2000	2.806.694,3	-	-	-	-
2001	3.987.022,8	-	-	-	-

Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasil. Ciência, tecnologia e inovação. Livro Verde. 2001

Do total de recursos investidos em C&T, cerca de 60% têm sido tradicionalmente destinados a pesquisa e desenvolvimento, sendo o restante aplicado em atividades científicas e técnicas correlatas. O governo tem priorizado a aplicação de recursos através de fundos setoriais, responsáveis pelo incremento de aproximadamente 1 bilhão de reais entre 2000 e 2001.

Além do Governo Federal, os Governos Estaduais também aplicam recursos nas atividades de C&T, da ordem de 1 bilhão de reais por ano no período 1991-2001. Também no setor estadual, observa-se grande incremento dos investimentos em C&T em 2001, passando de 1.4 bilhões em 2000 para 2,3 bilhões em 2001.

Em resumo, e considerando os recursos investidos pelos Governos estaduais e Federal, pós-graduação e renúncia fiscal, o setor público aplica cerca de 8,2 bilhões de reais em C&T, sendo 5,2 bilhões aplicados diretamente em pesquisa e desenvolvimento. Quando se considera os investimentos do setor privado, o total investido em C&T no Brasil, em 1999, era de aproximadamente 13 bilhões de reais, correspondentes a 1,35% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Desse total, 8,4 bilhões eram aplicados em pesquisa e desenvolvimento, correspondentes a 0,87 do PIB.

A PESQUISA AGROPECUÁRIA

A pesquisa agropecuária no Brasil, a nível federal e de forma institucionalizada, tem como marco principal a criação do Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuárias (DNPEA) na metade da década de 40. O DNPEA, através de seus centros de pesquisa regionais, localizados em diferentes ecossistemas do território brasileiro, realizou pesquisas abrangendo os produtos importantes para o setor agropecuário brasileiro até 1973, quando foi substituído pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, criada através da Lei nº 5.851 de 07/12/1972.

Contribuições importantes para o desenvolvimento da ciência e

tecnologia agropecuárias no país foram também prestadas pelas universidades, além de institutos de pesquisa de âmbito nacional e/ou regional. Destacam-se entre os institutos estaduais o Instituto Agrônomo de Campinas – IAC, criado em 1887 e vinculado ao Governo do Estado de São Paulo, o Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR, criado em 1970 e vinculado ao Estado do Paraná e o Instituto Pernambucano Agropecuário – IPA, para citar alguns exemplos. Institutos de abrangência regional, a exemplo do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA, vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, também contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento de conhecimento científico e tecnológico na área de produção agrícola, desenvolvimento regional e recursos naturais.

Dentre as universidades, a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, vinculada à Universidade de São Paulo – USP, a Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais, e a Escola de Agronomia Eliseu Maciel, vinculada à Universidade Federal de Pelotas, podem ser consideradas como pioneiras em pesquisas agropecuárias, entre muitas outras instituições de ensino localizadas no país.

Com a criação da Embrapa, foi estabelecido o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária – SNPA, o qual congrega, sob a coordenação da mesma, 16 instituições estaduais de pesquisa, além universidades, fundações, associações representativas do sistema produtivo e da iniciativa privada.

A EMBRAPA

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária é uma empresa pública de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Criada em 1973, em substituição ao extinto Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária – DNPEA, a Embrapa teve sua constituição fundamentada em quatro pilares básicos:

- modelo concentrado em produtos e áreas estratégicas de pesquisa, com prioridades definidas;

- criação do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, sob a liderança da Embrapa, integrado por sistemas estaduais de pesquisa, universidades e entidades privadas;
- implementação de arrojado programa de capacitação de recursos humanos;
- enfoque de sistemas, com a visualização dos diferentes componentes das cadeias produtivas

A Embrapa tem como missão institucional a viabilização de soluções para o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro por meio da geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias, em benefício da sociedade, baseando-se em quatro objetivos globais, que são:

Objetivo Global 1: viabilizar soluções tecnológicas para o desenvolvimento de um agronegócio competitivo em uma economia global.

Objetivo Global 2: viabilizar soluções tecnológicas para o agronegócio, que promovam a sustentabilidade das atividades econômicas com o equilíbrio ambiental.

Objetivo Global 3: viabilizar soluções tecnológicas que contribuam para diminuir os desequilíbrios sociais.

Objetivo Global 4: viabilizar soluções tecnológicas para fornecimento de matérias-primas e alimentos que promovam a saúde e a melhoria do nível nutricional e da qualidade de vida da população.

Estrutura Organizacional

A Embrapa tem uma estrutura operacional descentralizada, condizente com a diversidade agrícola do país. Tem sua sede em Brasília, capital federal e centro geográfico do território brasileiro, onde se

encontram a Diretoria Executiva e Unidades Centrais encarregadas de estabelecer diretrizes e políticas a nível macro. Possui 40 Unidades Descentralizadas, formadas por 37 centros de pesquisa e 3 unidades de serviços localizados em pontos estratégicos do território brasileiro e cobrindo todas as regiões e ecossistemas do Brasil (Figura 1). A organização das Unidades de pesquisa é feita segundo a abrangência dos mandatos dos centros, os quais enquadram-se em três categorias distintas (Tabela 2):

- Centros de produtos, com mandato nacional para produtos prioritários para o setor agropecuário brasileiro;
- Centros de temas básicos, dedicados ao estudo de áreas específicas do conhecimento técnico-científico;
- Centros Ecorregionais, cobrindo ecossistemas específicos do território brasileiro.

Tabela 2. Unidades Descentralizadas da Embrapa classificadas por categoria.

Centro Nacional de Produto	Centro de Tema Básico	Centro Ecorregional	Serviços Especiais
Algodão	Agrobiologia	Acre	Café
Arroz e Feijão	Agroindústria de Alimentos	Amapá	Informação Tecnológica
Caprinos	Agroindústria Tropical	Agropecuária Oeste	Negócios Tecnológicos
Florestas	Informática Agropecuária	Amazônia Ocidental	
Gado de Corte	Instrumentação Agropecuária	Amazônia Oriental	
Gado de Leite	Meio Ambiente	Cerrados	
Hortaliças	Monitoramento por Satélite	Clima Temperado	
Mandioca e Fruticultura	Recursos Genéticos e Biotecnologia	Meio Norte	
Milho e Sorgo	Solos	Pantanal	
Soja		Rondônia	
Suínos e Aves		Roraima	
Trigo		Semi-Árido	
Uva e Vinho		Tabuleiros Costeiros	
Pecuária Sudeste			
Pecuária Sul			

Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária-SNPA

✚ Embrapa Sede

◆ 09 Centros Nacionais
Temas Básicos

▲ 15 Centros Nacionais
Produtos

■ 13 Centros Ecorregionais de
Pesquisa Agrofloresta e
Agropecuária

● 03 Serviços

■ 17 Organizações Estaduais
Pesquisa

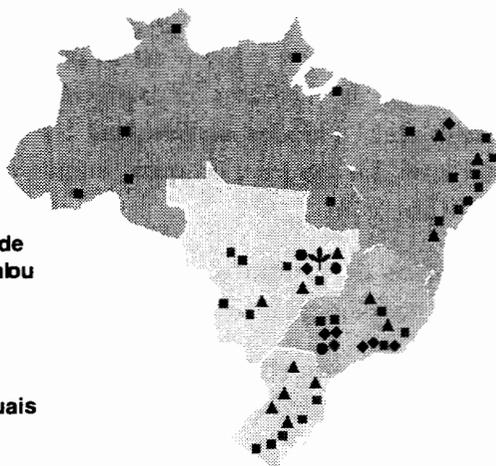


Figura 1. Participação das Unidades da Embrapa e Empresas Estaduais no Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária

Além dos centros de pesquisa da Embrapa, também integram o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, 18 organizações estaduais de pesquisa e universidades dedicadas ao estudo de ciências agrárias, com um número total de, aproximadamente, cinco mil pesquisadores.

RECURSOS HUMANOS

A Embrapa tem investido fortemente na capacitação de seus recursos humanos. Desde a sua criação, a Empresa treinou, a nível de Mestrado e/ou Doutorado no país e no exterior, um total de 2805 pesquisadores pertencentes ao seu quadro e 981 pertencentes a outras instituições membros do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, perfazendo um total de 3.786.

No final do ano 2000, a Empresa dispunha de 2.045 pesquisadores, dos quais 96% com pós-graduação. Na área administrativa e de suporte à pesquisa, atuavam 6.485 funcionários, totalizando, pois

8.530 empregados. A evolução do conhecimento acumulado pela Empresa nos seus 29 anos de existência pode ser avaliada na Figura 2, a qual mostra o avanço do nível acadêmico de seus pesquisadores no período.

PROGRAMAS DE PESQUISA

As atividades de pesquisa e desenvolvimento, de transferência de tecnologia e de administração na Embrapa estão sistematizadas em 10 programas de pesquisa e 9 programas de suporte, compreendendo um total de 875 projetos (em junho de 2001, conforme Tabela 3).

A criação de uma Agenda Institucional de Pesquisa e Desenvolvimento em 2002, levando em consideração os indicativos das Comissões Técnicas de Programa, conforme apresentados na Tabela 3, após ampla discussão entre a sede e as Unidades descentralizadas da Empresa, estabeleceu a agregação de áreas prioritárias e linhas temáticas em três Macroprogramas:

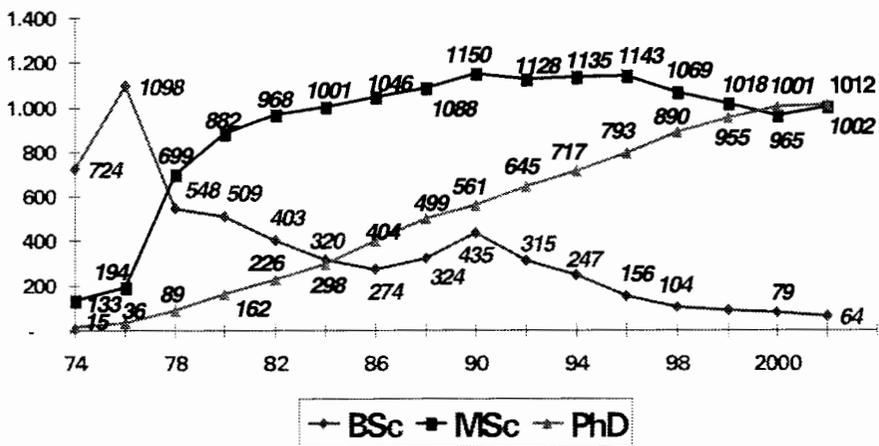


Figura 2. Evolução do quadro de pesquisadores da Embrapa, no período 1994-2001

Tabela 3. Programas de pesquisa e de suporte da Embrapa

Programas de pesquisa	Programas de suporte
• Recursos Naturais	
• Recursos Genéticos	• Agricultura Familiar
• Biotecnologia	• Pós-colheita
• Grãos	• Qualidade Ambiental
• Hortaliças	• Automação
• Produção Animal	• Desenvolvimento Rural
• Matérias-primas	• Informação
• Agroflorestal	• Apoio aos Sistemas Estaduais
• Frutas	• Transferência de Tecnologia
• Café	• Administração

- Grandes desafios nacionais
- Competividade e sustentabilidade
- Desenvolvimento tecnológico incremental

A definição dos projetos que comporão os diferentes Macroprogramas dar-se-á através da implementação de um sistema competitivo interno, divulgado mediante editais, que priorizará a qualidade das propostas e sua ligação com as prioridades da Empresa, sem contudo excluir a inclusão de idéias inovadoras, que serão apoiadas através do Macroprograma 3.

RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros da Embrapa, desde a sua criação, são provenientes sobretudo do Governo Federal, o qual contribui com aproximadamente 90% do orçamento total da Empresa. Estima-se que tenham sido investidos na Embrapa 16 bilhões de dólares desde a sua criação em 1972, em valores corrigidos para o ano 2000. Nos últimos anos, o investimento total anual na Embrapa foi de, aproximadamente, US\$ 320 milhões de dólares americanos.

RESULTADOS E IMPACTOS

O agronegócio desempenhou e ainda ocupa papel de destaque no processo de desenvolvimento brasileiro. Além de alimentar uma população urbana crescente, forneceu recursos para a industrialização do país e divisas para a importação de bens de capital. Hoje representa ao redor de 25% do PIB, quase a metade das exportações e emprega 37% da mão de obra.

O Brasil é o primeiro produtor mundial de cana-de-açúcar, de laranja e de café; o segundo produtor mundial de soja, de milho, de carne bovina e de frangos; e o terceiro produtor mundial de frutas. A produção agropecuária dobrou nas duas últimas décadas, em parte decorrente da expansão da área plantada, mas, principalmente, devido a ganhos de produtividade com a introdução de inovações técnicas.

No período de 1975-2001, a produtividade média do arroz teve um incremento de 76%; a do milho, de 83%; e a do trigo, de 184%. No mesmo período, a produtividade média da soja cresceu 52%; a da laranja, 51%; e a do tomate, 91%. Na área animal, a produção de carne bovina cresceu, de 2 milhões de toneladas em 1975, para mais de 7 milhões em 2001; a de carne avícola, de 1,6 milhões de t. para 6 milhões; e a de leite, de 8 bilhões de litros para 20 bilhões, para citar somente alguns exemplos.

As tecnologias lançadas pela Embrapa contribuíram para que o Brasil elevasse sua safra de grãos de 38 milhões de toneladas em 1975 para 97 milhões em 2001. No período de 1975 a 1998, a Embrapa lançou quase 400 novas cultivares dos 5 principais grãos, sendo 157 de soja, 87 de arroz, 72 de trigo, 57 de milho e 23 de feijão.

A Empresa responde hoje por mais de 50% da comercialização de sementes básicas no País, tendo distribuído, nos últimos 17 anos, mais de 200 mil toneladas dessa categoria de sementes. Seu material genético foi responsável, em 1999, por 90% da área cultivada com feijão, 53% com arroz e soja, 24% com trigo, e 16% com milho.

Na produção animal, dos 100 milhões de hectares de pastagens cultivadas existentes no Brasil, 1/3 é composto por gramíneas desenvolvidas pela Embrapa. Essas cultivares representam 70% do mercado de sementes de forrageiras do Brasil, são mais resistentes a pragas, e estão sendo amplamente utilizadas para formação de novas áreas de pastagens.

Além da maior produtividade do rebanho, melhorou a qualidade de nossa carne e permitiu a conservação de florestas e outras vegetações, ao intensificar a produção. O aumento da produção com a melhoria da eficiência produtiva permite abastecer o mercado interno, a preços decrescentes e conquistar novos mercados externos.

No ano de 2001, a Embrapa criou o primeiro animal clonado brasileiro. Vitória, da raça Simmental, nasceu em março de 2001, como resultado da tecnologia de transferência nuclear, clonagem. Vitória é o primeiro passo para que, em breve, o Brasil domine completamente essa tecnologia e constitua a base da aplicação prática da transferência nuclear nos programas de conservação e melhoramento animal.

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A Embrapa apresenta-se hoje como instituição de referência na área de geração de tecnologias agropecuárias, com particular excelência na geração de tecnologias adaptadas às condições tropicais e sub-tropicais. A empresa está classificada como uma das três maiores instituições de pesquisa do mundo em desenvolvimento, juntamente com os programas nacionais de pesquisa agropecuária da China e da Índia.

Como resultado dos esforços envidados para a busca de soluções capazes de modernizar o setor agropecuário brasileiro, e da localização estratégica do Brasil no mundo tropical, a empresa teve papel determinante no crescimento da produção de matérias primas alimentares e não alimentares no Brasil, contribuindo para a produção de produtos agropecuários e agroindustriais, com reflexos positivos no abastecimento interno, no crescimento das exportações e na melhoria da qualidade de alimentos, fibras e outras matérias primas agropecuárias.

Ciente da importância do relacionamento estreito com outros países, e em busca de interações capazes de potencializar os trabalhos técnico-científicos na área da agricultura, a Empresa cresceu no relacionamento internacional, buscando e estabelecendo importantes parcerias com instituições de pesquisa de países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Como resultado de uma maior abertura da Embrapa e de uma maior presença em foros regionais e internacionais de pesquisa e desenvolvimento nos últimos anos, o interesse de outros países em colaborar com a Empresa cresceu assustadoramente no período. Além dos trabalhos de cooperação tradicional com parceiros tradicionais, os quais priorizam atividades de cooperação recebida pelo Brasil, a demanda de informações e tecnologias apresentada por outros países em desenvolvimento mostra que a cooperação com o Brasil é vista como benéfica e necessária pelos nossos parceiros do Sul.

A Figura 3 mostra a demanda atual de cooperação recebida pela Embrapa, em termos de atividades de assistência técnica, treinamento e consultorias solicitadas. O mapa da Figura 3 mostra que, atualmente, existem demandas de 23 países da América Latina e Caribe, de 21 países da África, 12 países da Ásia e países da Europa para cooperação com a Embrapa, na área de pesquisa agropecuária.

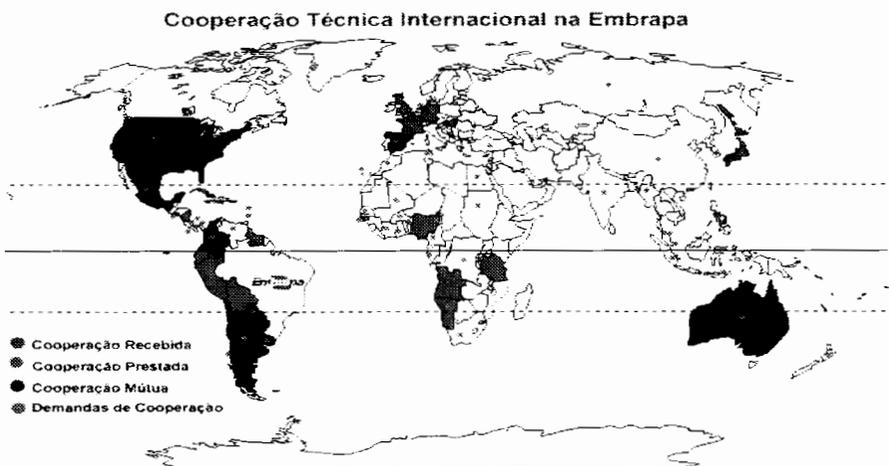


Figura 3. Atividades de cooperação da Embrapa com diferentes países e demandas potenciais de cooperação.

Para coordenar as atividades de cooperação a nível institucional, a Embrapa tem, como uma das suas Unidades Centrais, a Secretaria de Cooperação Internacional – SCI, a qual é organizada para desempenhar ações de cooperação bilateral, multilateral e financeira. Dentre as responsabilidades da SCI estão a realização de ações conjuntas com diferentes países, abrangendo atividades de cooperação prestada, recebida e mútua, a participação em organismos multilaterais e a coordenação de financiamentos internacionais que dão suporte à realização da pesquisa nas diferentes unidades descentralizadas.

Iniciativas recentes, como os Laboratórios Virtuais da Embrapa no Exterior – Labex -, têm possibilitado a aproximação dos pesquisadores da Embrapa com colegas de países desenvolvidos, em particular os Estados Unidos da América e a França. O Labex caracteriza-se como virtual, uma vez que não implica na construção de infra-estruturas físicas para a sua operacionalização, utilizando as estruturas e capacidade instalada das instituições parceiras.

O Labex-USA, instalado em 1998, em parceria com o Agricultural Research Service, do Departamento de Agricultura do Estados Unidos, funciona com a presença física de sete pesquisadores-sêniores da Embrapa lotados em laboratórios específicos do ARS e trabalhando em áreas prioritárias para ambos os países. No momento, trabalhos estão sendo realizados nas áreas de Biotecnologia (genoma, proteoma e bioinformática), Mudanças Globais, Agricultura de Precisão, Manejo e Sanidade Animal, Controle Integrado de Pragas e Doenças Vegetais e Novos Usos Alimentares e Não-Alimentares de Matérias Primas Agropecuárias.

O Labex-França, cujo contrato foi assinado em janeiro de 2001, tem como parceiro a Agrópolis, instituição francesa que congrega a participação de 22 instituições de pesquisa e ensino, com sede em Montpellier. O Laboratório conta com um coordenador e três pesquisadores, especializados em Biologia Avançada, Tecnologias de Conservação e Manejo de Recursos Naturais, e Tecnologias Alimentares e Agroindustriais.

A operacionalização dos Labex tem mostrado que é vantajoso para as instituições parceiras organizarem-se para abordar problemas comuns e prioritários de ambos os lados do equador. A presença estratégica do Brasil na faixa tropical do Globo e o conhecimento da Embrapa da agricultura tropical, apresenta-se como a principal vantagem comparativa da empresa quando do estabelecimento de parcerias visando a cooperação mútua. O conhecimento avançado das instituições do norte, as instalações privilegiadas em termos de equipamentos apresentam-se como as principais vantagens comparativas dos parceiros dos Labex.

A experiência do Labex abre novas possibilidades de cooperação Sul-Sul e Sul-Norte, as quais serão abordadas adiante neste trabalho.

COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DA CPLP

Levando em consideração a grande similaridade de solo, clima e recursos naturais existente entre países do continente africano com grande parte do território brasileiro, é natural a busca de cooperação e troca de informações que beneficiem as partes envolvidas. No caso específico dos países membros da CPLP, o fator idioma agrega um importante significado no sentido de estabelecer cooperação técnica e científica com o Brasil.

No contexto mundial, a Embrapa é reconhecida como uma instituição que fez grandes investimentos no desenvolvimento de tecnologia para produção agrícola tropical, tornando-se assim uma instituição de excelência na área. Este, juntamente com o idioma, é um dos principais fatores que definiram a aproximação dos países membros da CPLP da Embrapa, além da definição de políticas governamentais e das prioridades estabelecidas pela Comunidade e por cada um dos governos que a integram.

Nos últimos anos, tem sido intensificada a busca de cooperação técnica entre os países membros da CPLP e a Embrapa, motivo que tem levado as partes envolvidas a buscarem mecanismos mais eficientes para o estabelecimento de ações efetivas na área.

Um dos instrumentos que tem sido empregado é a troca de missões e visitas técnicas, o que tem propiciado o levantamento de demandas por tecnologia e conhecimentos capazes de promover o desenvolvimento agropecuário, sinalizando para a assinatura de instrumentos bilaterais específicos de cooperação, como Cartas de Intenções e Memorandos de Entendimentos, que viabilizam a implementação de Projetos de Cooperação Técnica – PCT.

Diante do exposto, a Embrapa vem realizando um esforço no sentido de estabelecer e manter atividades de cooperação técnica com os demais países-membros da CPLP, envolvendo, em cada um deles, diferentes instituições, conforme mostrado na Tabela 4.

Tabela 4. Países membros da CPLP que mantêm cooperação com a Embrapa e número de instituições estrangeiras envolvidas na cooperação.

Países Membros	Número de Instituições
Angola	3
Cabo Verde	2
Guiné Bissau	2
Moçambique	4
Portugal	3
São Tomé e Príncipe	3

Começando pelos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOPs, a cooperação com a Embrapa tem sido crescente, julgando as similaridades existentes entre o Brasil e os países africanos em termos geográficos e climáticos. Com base nas demandas identificadas, a Embrapa, em conjunto com países membros da CPLP, tem implementado Projetos de Cooperação Técnica – PCTs especialmente voltados para o treinamento de técnicos africanos em suas Unidades Descentralizadas de Pesquisa e assistência técnica prestada em diferentes países. O apoio financeiro da Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores, e de outras instituições e países, a exemplo da Agência Japonesa para a Cooperação Internacional – JICA, tem facilitado a viabilização das ações propostas.

Uma amostra do estado atual das atividades de cooperação com os países membros da CPLP e dos indicadores básicos de cada país (www.cplp.org) é apresentada a seguir.

ANGOLA

A República de Angola possui uma superfície de 1.246.700 Km² e uma população estimada de 12 milhões de habitantes. Com ampla diversidade climática, predomina em Angola o clima tropical no norte, subtropical no sul e temperado nas zonas elevadas. Apresenta duas estações distintas, sendo uma quente e úmida, com precipitação pluviométrica maior, e outra fria e seca. Em ambas, as variações de temperatura são pequenas. O ambiente natural compreende densas florestas, do tipo equatorial, e uma considerável área do território é dominado pelas savanas, com vegetação típica e semelhante à dos cerrados brasileiros.

A economia do país é principalmente baseada na exploração, produção e exportação de petróleo e derivados e diamantes, o que lhe permite investir considerável soma de recursos na importação de produtos de origem vegetal e animal. Mesmo assim, mais de 70% da população depende da pequena produção agropecuária.

A busca do intercâmbio com a Embrapa tem como primeiro objetivo a transferência de tecnologias apropriadas aos cultivos tropicais, especialmente à fruticultura. Em associação com a ABC, foi possível desenhar um PCT que, implementado a partir de outubro de 2000, tem propiciado o seguinte desempenho:

- treinamento de 24 técnicos nas seguintes áreas e culturas: 1) Transferência de tecnologia para as culturas de milho e sorgo; 2) Sistemas de produção da cultura do milho; 3) Atualização tecnológica em arroz de terras altas; 4) Técnicas de cultivos dependentes de chuva em zona semi-árida; 5) Técnicas de laboratório de solos e nutrição de plantas; 6) Sistemas de produção de batata; 7) Técnicas de produção animal em zonas

semi-áridas; 8) Cultivo e processamento da cultura da mandioca; e 9) Atualização tecnológica para o cultivo do feijoeiro comum.

- coleta, seleção e doação de 3 toneladas de material técnico bibliográfico, incluindo livros, revistas científicas, boletins, manuais, etc., para o restabelecimento e enriquecimento da biblioteca da Estação Experimental de Chianga, na província de Huambo.

CABO VERDE

O Arquipélago de Cabo Verde, situado na zona equatorial do oceano Atlântico e distante 500 km da costa africana, possui uma área de 4.033 km² e uma população de 400.000 habitantes. O ambiente natural é caracterizado como zona árida e a seca, que se estende por longos períodos, é a causa principal dos constantes flagelos de falta de alimentos.

Contando com apenas 10% de área cultivável, Cabo Verde importa considerável parcela de suas necessidades alimentares. A busca por tecnologias e materiais genéticos apropriados ao cultivo semi-árido, deposita na transferência e adaptação de tecnologias geradas na Embrapa um importante avanço para o incremento e estabilização da produção agrícola do arquipélago.

Participante do programa de treinamento inserido no âmbito de um PCT, Cabo Verde tem se beneficiado do apoio resultante da parceria da Embrapa com a ABC, que até o presente momento treinou 19 técnicos caboverdianos nas áreas de: 1) Transferência de tecnologia para as culturas do milho e sorgo; 2) Sistemas de produção da cultura do milho; 3) Técnicas de cultivos dependentes de chuva em zona semi-árida; 4) Técnicas de produção animal em zonas semi-áridas; 5) Cultivo e processamento da cultura da mandioca; e 6) Atualização tecnológica para o cultivo do feijoeiro comum.

GUINÉ BISSAU

Situado na costa ocidental da África, este país conta com uma superfície de 36.125 km² e uma população de 1.080.000 habitantes. O cultivo do caju e suas amêndoas processadas, ao lado da exploração da madeira, constituem importantes itens na sua pauta de exportação.

Dada a sua insuficiente produção agrícola, grande parte dos alimentos consumidos internamente são importados de outros países produtores.

No âmbito da cooperação prestada pela Embrapa, o país encaminhou 13 técnicos para treinamento nas seguintes áreas e culturas: 1) Transferência de tecnologia para as culturas de milho e sorgo; 2) Sistemas de produção da cultura do milho; 3) Atualização tecnológica em arroz de terras altas; 4) Técnicas de cultivos dependentes de chuva em zona semi-árida; 5) Técnicas de produção animal em zonas semi-áridas; 6) Cultivo e processamento da cultura da mandioca; e 7) Atualização tecnológica para o cultivo do feijoeiro comum.

MOÇAMBIQUE

A República de Moçambique está situada na costa sul-oriental da África. O território cobre uma superfície de 799.380 km² e possui uma população de 18.027.600 habitantes. Em adiantado estágio de recuperação da sua infraestrutura e reorganização das forças produtivas, Moçambique possui uma estrutura adequada para o desenvolvimento e aplicação de tecnologias agropecuária.

A cooperação, com o objetivo de dotar o país de instituições modernas e atuantes para o desenvolvimento de tecnologia apropriada à retomada do desenvolvimento agrícola, passa inicialmente pelo componente de treinamento, tendo sido desenvolvida, até o presente momento, conforme a seguir indicado:

- Treinamento de 21 técnicos nas áreas e culturas: 1) Transferência de tecnologia para as culturas de milho e sorgo; 2) Sistemas de produção da cultura do milho; 3) Atualização tecnológica em arroz de terras altas; 4) Técnicas de cultivos dependentes de chuva em zona semi-árida; 5) Sistema de produção de batata; 6) Técnicas de produção animal em zonas semi-áridas; 7) Cultivo e processamento de mandioca; e 8) Atualização tecnológica para o cultivo do feijoeiro comum.
- Coleta, seleção e doação de duas toneladas de material técnico bibliográfico, incluindo livros, revistas científicas, boletins, periódicos, manuais, dentre outros

PORTUGAL

Parceiro europeu membro da CPLP, Portugal possui um território de 89.735 km² e uma população de 9.902.200 habitantes. Com uma eficiente infraestrutura acadêmica e institutos de pesquisas voltados para a permanente eficiência no sistema produtivo agropecuário e sustentabilidade na utilização dos recursos naturais, Portugal é um importante parceiro e aliado na prestação de cooperação aos demais países-membros.

A cooperação com Portugal, considerando suas tradicionais instituições e sua experiente comunidade científica, é de significado estratégico para o Brasil, inclusive atuando como facilitador e ponte no estabelecimento e aprimoramento da cooperação com os demais países africanos membros da CPLP.

Instituições portuguesas sinalizaram algumas demandas de seu interesse no estabelecimento de cooperação técnica bilateral com a Embrapa nas seguintes áreas: biologia molecular, biotecnologia, desenvolvimento institucional, informática, instrumentação agropecuária, monitoramento ambiental, processamento agroindustrial, silvicultura e zoneamento agroclimático.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

A República Democrática de São Tomé e Príncipe está situada no Golfo da Guiné, na costa ocidental da África, formando um arquipélago com 859 km² de superfície e uma população de 124.000 habitantes.

Incluído no programa constante do PCT desenvolvido em parceria com a ABC, São Tomé e Príncipe tem recebido a cooperação da Embrapa nas áreas abaixo discriminados:

- Treinamento de 8 técnicos nas seguintes áreas e culturas: 1) Transferência de tecnologia para as culturas de milho e sorgo; 2) Sistemas de produção da cultura do milho; 3) Atualização tecnológica em arroz de terras altas; 4) Cultivo e processamento da mandioca; e 5) Atualização tecnológica para o cultivo do feijoeiro comum.
- Coleta, seleção e doação de 5 toneladas de material técnico bibliográfico, composto por livros, revistas científicas, periódicos, boletins e manuais.

TIMOR LESTE

Integrando a CPLP na qualidade de país observador convidado, Timor Leste possui um território com cerca de 19.000 km² e 700.000 habitantes, localizado 500 km ao norte da Austrália. A necessidade de reconstrução nacional, após a sua recente independência, com o engajamento de diversas nações, levou o Brasil a priorizar a cooperação técnica para a melhoria das condições de vida da população timorense, que sofre com os rigores da falta de alimentos.

Com o objetivo de identificar as condições atuais e potenciais de seus recursos naturais e de produção de alimentos, a Embrapa consolidou os dados disponíveis a partir de imagens de satélite e elaborou uma carta com as características geofísicas do território de Timor Leste. Trata-se de instrumento de grande significado para o conhecimento das

condições do meio ambiente e o planejamento de ações que propiciem a sua utilização e incorporação ao sistema produtivo.

No âmbito do PCT que vem sendo desenvolvido com os países africanos membros da CPLP, foi treinado um técnico do Timor Leste na área de atualização tecnológica em arroz de terras altas.

UMA NOVA COOPERAÇÃO

O exercício da cooperação técnica e científica pela Embrapa, com países de diferentes continentes, em diferentes estágios de desenvolvimento e localizados em ecossistemas contrastantes, tem levado a Embrapa a repensar a estratégia de cooperação internacional e propor novas modalidades capazes de proporcionar o crescimento do setor agropecuário, importante para a grande maioria dos países em desenvolvimento, especialmente aqueles localizados na região tropical do Globo.

Em decorrência da troca de informações, missões e visitas técnicas implementadas, uma série de demandas por tecnologia agropecuária, envolvendo principalmente os componentes treinamento e prestação de assistência técnica através de consultorias tem sido identificadas por países membros da CPLP, conforme descrito na Tabela 5.

O tamanho da demanda de cooperação técnica apresentada por países membros da CPLP, na área de agricultura e pecuária, é um indicador da posição do Brasil como potencial parceiro para o desenvolvimento do setor agroindustrial de seus pares na CPLP

O formato da cooperação técnica desenhada, conforme acordado entre as partes envolvidas e consistente com as demandas identificadas, vem privilegiando os componentes de treinamento, prestação de assistência técnica e consultoria, intercâmbio de germoplasma e doação de literatura técnica especializada.

Os treinamentos programados e desenvolvidos nas Unidades de pesquisa da Embrapa, pelo seu conteúdo programático e direcionado,

tem permitido que técnicos participantes, após seu retorno ao país de origem, implementem ações que resultam em um aperfeiçoamento no desenvolvimento de tecnologias específicas.

A implantação e/ou adaptação de estrutura mínima para o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, deverá ser uma decorrência da internalização dos conhecimentos práticos adquiridos no âmbito da cooperação prestada pela Embrapa.

Considerando o apoio brasileiro à consolidação de uma cooperação que privilegie o interesse mútuo, e o conhecimento, pela Embrapa, dos potenciais recursos naturais animais e vegetais de seus parceiros membros da CPLP, deverá direcionar as ações programadas, além dos componentes atualmente existentes, para a implementação de estudos e pesquisas conjuntas, através da execução de projetos-piloto de geração e/ou adaptação de tecnologias.

A implementação do mencionado componente, no âmbito de uma verdadeira cooperação bilateral, deverá se traduzir em resultados positivos para as partes envolvidas, especialmente para os países africanos, que deverão empreender um grande esforço no sentido de estabelecer uma estrutura de Pesquisa e Desenvolvimento com condições mínimas para a execução de projetos conjuntos.

O amplo leque de países e instituições com as quais a Embrapa mantém contatos e atividades de cooperação sugere, quando classificados por tipo de cooperação – multilateral e bilateral – que é necessário a construção de uma agenda comum, onde a cooperação bilateral pode contribuir para o incremento da cooperação multilateral e vice-versa.

Exemplo típico da integração da cooperação bi e multilateral é o Fórum Global de Pesquisa Agrícola – GFAR, onde países de todo o mundo, organizados em redes regionais e sub-regionais de pesquisa, têm a oportunidade discutir e promover o intercâmbio de tecnologias e conhecimentos nos diferentes níveis de organização geográfica.

De especial interesse para os países membros da CPLP são os fóruns de pesquisa da América Latina e da África, respectivamente denominados de FORAGRO e FARA. Através da definição de prioridades comuns aos países de cada bloco, é possível a identificação de áreas prioritárias comuns aos dois continentes, que permitam a integração intra-regional para a busca de soluções para os problemas que afligem a produção agropecuária, principalmente na faixa tropical do Globo. A importância da cooperação inter-regional é vista como fator de integração entre países pertencentes a diferentes blocos, na busca da adaptação de experiências de sucesso às condições específicas dos diferentes países.

Através dos fóruns regionais e sub-regionais a Embrapa vê a possibilidade de agregar demandas em blocos e, conjuntamente, buscar soluções para a resolução de problemas que afligem dois ou mais países. Isso, sem dúvida, permitirá a divisão de trabalho entre países e instituições, levando a um efeito sinérgico com benefícios maiores que aqueles advindos da simples soma de esforços bilaterais.

No caso específico dos países membros da CPLP, pretende-se utilizar a comunidade como um Fórum capaz de identificar iniciativas de cooperação capazes de abordar problemas individuais de países específicos, problemas de âmbito regional, identificar as eventuais vantagens comparativas de cada membro e, finalmente, abordar os problemas de forma interativa, coletiva e organizada. A presença de Portugal como país aglutinador das ações globais no âmbito dos países de língua oficial portuguesa, permitirá um maior envolvimento da Comunidade Européia no processo de desenvolvimento científico e tecnológico, com repercussão na melhoria do setor produtivo agropecuário dos países.

A Embrapa, como instituição integrante do Governo brasileiro e seguidora das iniciativas governamentais que seguem uma política de estreitamento do relacionamento com países da faixa tropical, incluindo os continentes americano e africano, está disposta a envidar todos os esforços para participar ativamente de atividades de cooperação

internacional na área de ciência e tecnologia agropecuária. Tal postura é especialmente considerada na cooperação com os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, pelas razões já mencionadas neste trabalho.

O principal fator limitante para a implantação das atividades de cooperação, no nível desejado pelo Brasil e seus parceiros, reside na insuficiência de recursos financeiros para possibilitar tal cooperação. Recomenda-se, pois, o máximo esforço da CPLP na priorização das atividades de cooperação técnico-científica, seja através das contribuições dos países membros, seja pela obtenção de apoio de organismos internacionais e países desenvolvidos. Neste caso, a presença de Portugal como membro da Comunidade Européia deve ser ressaltada como fator de integração e captação de recursos capazes de aumentar a produção agropecuária dos países da CPLP, com reflexos positivos no nível de vida das populações dos países-membros em estágio menos avançado de desenvolvimento.

LITERATURA CONSULTADA

Ministério da Ciência e Tecnologia. Ciência, tecnologia e inovação. Livro Verde, 2001.

Embrapa. Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento da Agropecuária – PRONAPA, 2001.

Embrapa. A Cooperação Internacional na Embrapa; Documento Orientador, Versão 4.0. Brasília, 2001. 64p.

Embrapa. Relatório de Atividades, 2000. Brasília, 51p.

Secretaria de Cooperação Internacional/Embrapa. Relatório de Atividades, 2000.

Secretaria de Cooperação Internacional/Embrapa e Agência Brasileira de Cooperação – ABC/MRE. Programa de Treinamento para Técnicos Africanos de Língua Portuguesa, 2000.

Secretaria de Cooperação Internacional/Embrapa e Agência Brasileira de Cooperação – ABC/MRE. Relatório de Implementação do Programa de Treinamento na Área Agrícola para Técnicos de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, 2002.

Tabela 5. Demandas de treinamento e assistência técnica dos países membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa à Embrapa.

DEMANDAS	PAÍSES MEMBROS DA CPLP					
	Angola	Cabo Verde	Guiné Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe	Portugal
Agricultura de sequeiro		x				
Biologia molecular						x
Biotecnologia	X					x
Conservação de germoplasma <i>in situ</i>	X		x	X		
Cotrole biológico		x				
Desenvolvimento institucional	X	x		X		x
Extensão rural						
Gestão de P&D	X	x		X	x	
Hidroponia		x				
Informática						x
Instrumentação agropecuária						x
Legislação proteção recursos fitogenéticos	X		x	X		
Manejo de solo e água				X		
Manejo e cons. de recursos genéticos	X	x	x	X	x	
Manejo e conservação do solo				X		
Melhoramento gen. de raízes e tubérculos	x		x	x		
Melhoramento genético de cereais	X		x			
Melhoramento genético de leguminosas	X		x	X		
Monitoramento ambiental						x
Pós-colheita				X		
Processamento agroindustrial						x
Processamento de cajú			x			
Processamento de carnes e peixes	X				x	
Processamento de farinhas	X					
Produção animal					x	
Produção de arroz irrigado			x			
Produção de cacau					x	
Produção de café					x	
Produção de caíú			x			
Produção de caprinos		x		X		
Produção de frutas tropicais	X			X	x	
Produção de hortaliças		x			x	
Produção de óleos vegetais	X					
Produção de raízes e tubérculos		x				
Produção de sementes	X			X		
Produção de suínos		x				
Produção e conservação de sementes		x				
Quarentena vegetal					x	
Reedição de obras técnicas em Português	X					
Sanidade animal				X	x	
Sanidade vegetal					x	

A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – CAPACITAÇÃO E REFORÇO INSTITUCIONAL – A CAPACIDADE DOS AGENTES NACIONAIS E ÁRE- AS DE INTERESSE PRIORITÁRIO

*Alíce Pessoa de Abreu**

A cooperação horizontal brasileira tem um histórico que remonta aos anos 70, tradicionalmente apoiando o intercâmbio de pessoal, o treinamento de recursos humanos e a troca de experiências com diversos países da América Latina e da África. Mais recentemente, a partir da criação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) em 1987, como órgão autônomo do Ministério das Relações Exteriores (MRE), esses intercâmbios intensificaram-se consideravelmente. Hoje, o Brasil é reconhecido como um país que detém um importante acervo de experiências relacionado ao equacionamento de problemas típicos de países no nosso estágio de desenvolvimento. Essas experiências estão relacionadas, na maior parte das vezes, às soluções encontradas para os problemas que nos afligem na área social – com destaque para a saúde e a educação – mas também em áreas em que o País se destaca pela competitividade ou excelência das suas instituições, como na agricultura, administração pública e meio ambiente. O repasse dessas experiências para os países interessados tem como principal motivação a “aceleração do processo de desenvolvimento” dos países beneficiários, motivo pelo qual a cooperação técnica internacional é frequentemente chamada de “cooperação para o desenvolvimento”.

* Coordenadora-Geral da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) - Ministério das Relações Exteriores (MRE)

A AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC)

A Agência Brasileira de Cooperação tem como atribuição planejar, coordenar, acompanhar e avaliar os programas e projetos nacionais de cooperação técnica internacional (CTI). O modelo institucional da ABC foi precursor entre as diversas agências de cooperação para o desenvolvimento existentes no mundo, na medida em que, ao ser criada, somente ela englobava as duas vertentes da CTI: a cooperação técnica com outros países em desenvolvimento e a cooperação técnica recebida pelo Brasil de países desenvolvidos e de organismos internacionais. A estrutura organizacional da ABC traduz estas funções a ela atribuídas, englobando duas coordenações de cooperação técnica recebida (bilateral - CTRB e multilateral - CTRM) e uma coordenação de cooperação técnica com países em desenvolvimento (CTPD).

Além dessas Coordenações encarregadas das áreas finalísticas da Agência, duas outras Coordenações fornecem apoio operacional: a Coordenação de Modernização e Informática e a Unidade de Administração de Projetos, que se encarrega da gestão administrativa dos projetos de cooperação multilateral, sob a denominada “execução nacional”.

Assim, de um lado, a ABC trata de identificar e viabilizar a implementação de programas e projetos de cooperação técnica *recebida* de países em estágio de desenvolvimento mais avançado, que contribuam significativamente para a aceleração do desenvolvimento nacional, e de outro lado, de disponibilizar para os países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém *Acordos de Cooperação Técnica* a experiência brasileira em áreas selecionadas, ou seja, a cooperação *horizontal* ou cooperação *sul-sul*.

A Agência Brasileira de Cooperação estabelece como sua missão em CTPD “*contribuir para o adensamento das relações do Brasil com os países em desenvolvimento, para a ampliação dos seus intercâmbios, para a geração, disseminação e utilização de conhecimentos técnicos, para a capacitação de seus recursos humanos e para o fortalecimento de suas instituições*”.

A COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO – CTPD

O principal marco para a cooperação técnica entre países em desenvolvimento (ou cooperação horizontal) é o *Plano de Ação de Buenos Aires* (PABA), adotado por 138 países que participaram da Conferência da ONU para CTPD, realizada em Buenos Aires, entre 30 de agosto e 12 de setembro de 1978.

Os princípios que norteiam a cooperação técnica – tanto a recebida pelo Brasil quanto a cooperação horizontal – estabelecem que a mesma se faz pela transferência de conhecimentos e experiências, em bases não comerciais, de forma a promover a autonomia dos parceiros envolvidos nos temas em questão. Seu objetivo é promover mudanças estruturais duradouras que contribuam significativamente para acelerar o processo de desenvolvimento dos países parceiros, ao mesmo tempo em que capacita-os para continuar atuando por conta própria nesses temas.

A Agência Brasileira de Cooperação, de acordo com as diretrizes emanadas do Ministério das Relações Exteriores, dá grande importância à observância desses princípios e procura enfaticamente pautar seus programas e projetos de cooperação horizontal por ações que efetivamente contribuam para a autonomia dos parceiros nos temas em questão.

A transferência de conhecimentos entre os países cooperantes se dá por meio de mecanismos específicos: os principais são a *consultoria especializada*, o *treinamento de recursos humanos* e a *complementação da infraestrutura* das entidades envolvidas, quando necessário para implementar as atividades previstas. Quando estas atividades apresentam uma maior complexidade, torna-se necessário planejar detalhadamente o trabalho a ser implementado, estimando os insumos necessários, seus custos e os prazos de execução, entre outros aspectos das intervenções. Estes elementos são registrados em um *Documento de Projeto*, que é o principal instrumento para o acompanhamento e gerenciamento do trabalho de cooperação técnica.

CAPACITAÇÃO E REFORÇO INSTITUCIONAL

Se desde a década de 40 o Brasil vem contando com a cooperação técnica, científica e tecnológica de outros países mais avançados e de organismos internacionais, nos últimos anos o País tem buscado disponibilizar a experiência brasileira em áreas em que reconhecidamente teve êxito. Podem ser citadas a título de exemplo as seguintes experiências:

- A capacitação de profissionais para o sistema produtivo, como aquela conduzida por meio dos *serviços de aprendizagem industrial* do SENAI. O SENAI tem participado ativamente nos últimos anos da cooperação horizontal, ao assumir a execução de importantes projetos com países da África, da América Latina e, mais recentemente, com o Timor Leste. Os conhecimentos transferidos são fruto de experiência acumulada ao longo de cinco décadas, que permitem o treinamento e a formação profissionalizante de grandes contingentes de técnicos, em curto espaço de tempo, motivo pelo qual esta experiência é importante para países que buscam capacitar rapidamente parcela significativa de sua mão-de-obra para ingresso no mercado de trabalho. A experiência é também diretamente aplicável àqueles países recém saídos de conflitos armados, nos quais torna-se urgente a reinserção dos ex-combatentes no sistema produtivo.
- A implementação de programas de saúde da família, enfatizando a utilização de agentes comunitários para atendimento da população de forma a diminuir a pressão sobre postos de atendimento e hospitais. A experiência brasileira na implementação de programas de vacinação em massa, que permitiu que o País atingisse cobertura vacinal da população superior àquelas dos países desenvolvidos, também tem sido demandada por diversos países.
- A utilização de metodologias pedagógicas e a condução de trabalhos no âmbito comunitário, visando a alfabetização de jovens e adultos de 25 a 50 anos.

- A transferência de técnicas típicas da agricultura tropical brasileira, tanto de produção quanto de extensão rural, relativos a uma ampla gama de produtos de interesse de nossos parceiros.

Para que os conhecimentos transferidos pelo Brasil sejam efetivamente absorvidos pelos países parceiros, de forma a dota-los da desejada autonomia futura nos temas abordados, é importante que os projetos de cooperação técnica enfatizem dois aspectos estratégicos: a capacitação dos seus recursos humanos e o fortalecimento das instituições atuantes na área. Esta orientação é especialmente importante no caso dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), que ressentem-se freqüentemente da falta de quadros técnicos intermediários e de instituições devidamente aparelhadas e consolidadas. A busca de soluções para o problema específico da reforma e modernização da administração pública dos PALOP, realizada pela ABC em parceria com a CPLP, constitui um exemplo prático da atuação da Agência no sentido da capacitação dos recursos humanos e do fortalecimento das instituições desses países.

Os PALOP apresentam um notável denominador comum, além dos diversos aspectos de natureza histórica que os irmanam: todos passam atualmente por profundas reformas na organização do Estado, com ênfase na administração pública e na gestão econômica. Este fato, a par de uma situação herdada comum, tornam os PALOP uma comunidade com características semelhantes para a formação e o aperfeiçoamento dos seus recursos humanos. Existem nos PALOP instituições de formação e de capacitação com importantes experiências acumuladas e realizações concretas. Mas, na sua maioria, a capacidade de planejar e implementar os programas de formação necessários para rapidamente alterar o quadro da Administração Pública e ampliar a qualificação dos funcionários ainda é muito limitada. Esta realidade poderia ser substancialmente modificada com o fortalecimento da capacidade institucional dos PALOP. A conclusão do trabalho de uma Missão conjunta ABC-CPLP aos PALOP foi de que a criação de um *Centro Regional de Excelência em Administração Pública*, sediado em um dos PALOP, constituiria ação estratégica para esse fortalecimento. O Centro

Regional seria o elemento catalisador dos novos esforços desenvolvidos pelos cinco países, acelerando e potencializando a obtenção, por parte de cada um, das capacidades que necessitam para a fase de transição que atravessam e posteriormente para o contínuo aperfeiçoamento e modernização de suas Administrações. Contribuiria assim para reduzir, ou mesmo eliminar, o isolamento em que se encontra a maioria das instituições locais, que deixam de se beneficiar mais amplamente das experiências adquiridas e do apoio mútuo que advém da cooperação regular, tanto entre si quanto com outros países e organismos internacionais. Além disso, e talvez mais importante ainda, o Centro Regional, gerido e administrado por representantes dos próprios PALOP, garantirá a devida vinculação entre os programas de fortalecimento das Administrações Públicas e as realidades de cada um dos países, levando em conta as suas especificidades. Neste particular, a criação do Centro Regional constituiria também ação concreta de construção de uma crescente autonomia dos PALOP na condução de seus programas de capacitação do funcionalismo, com ênfase no desenvolvimento de capacidades de *alta gestão*.

O Centro Regional deverá orientar suas atividades para o desenvolvimento de capacidades de *alta gestão*, bem como para a realização de pesquisas e estudos em Administração Pública. Ao constituir-se em fórum de reflexão e planejamento da formação de quadros para os PALOP, estará garantindo também sua permanente atualização como instituição de excelência.

A concepção do Centro prevê que o mesmo trabalhará articulado com as instituições nacionais existentes nos PALOP, com vistas a agregar contribuição aos seus esforços e evitar sobrepor-se às iniciativas por elas desenvolvidas. Portanto, o Centro Regional virá somar-se ao conjunto de entidades nacionais, sem a pretensão de substituir programas e projetos em curso em cada país, mas atuando de forma complementar e cooperando com as mesmas. A atuação articulada e integrada dessas instituições atuantes na área de Administração Pública configurará assim uma “rede” nos PALOP que permitirá catalisar as capacidades existentes para a solução dos seus problemas. O Centro deverá, não obstante, ter

condições de contribuir para a solução de problemas que sejam específicos e afetem um ou alguns países e não, necessariamente, a totalidade dos PALOP. Esta atuação em “rede” do Centro Regional e das instituições nacionais da Administração Pública evitará a realização de esforços isolados, possibilitará uma utilização mais eficaz das ofertas das diversas fontes doadoras e facilitará a disseminação dos resultados dos projetos de cooperação técnica.

As modalidades de treinamento e formação que serão utilizadas pelo Centro Regional deverão incluir:

- Cursos Presenciais, tanto de longa duração (mais 120 horas) quanto de curta duração (até 120 horas de duração).
- Ensino à Distância – cursos baseados em recursos audiovisuais e outros e que se caracterizam por maior grau de independência e flexibilidade no processo de aprendizagem. A relação direta professor/aluno é substituída pela atuação de tutores. Estudos a serem realizados no âmbito deste projeto orientarão as ações na área de “ensino à distância”.
- Seminários e Encontros de Trabalho – ações orientadas para questões específicas e relevantes. Ambas iniciativas constituem formas particularmente efetivas de integração da rede de instituições de formação.
- Estágios e Visitas Técnicas – dirigidos para o conhecimento “in loco”, e para o estudo e a análise de práticas administrativas exitosas, em áreas de interesse comum. Juntamente com os Seminários e Encontros de Trabalho contribuirão para a integração efetiva das instituições de treinamento e formação em uma “rede”.
- Formação de Formadores – ações dirigidas à constituição de uma ampla equipe de formadores dos países membros da CPLP, com vistas à ampliação do impacto do projeto e à maior disseminação dos resultados obtidos.

O Centro Regional concentrará sua atuação nas seguintes áreas, que são fundamentais para o desenvolvimento da ação de Governo:

- a. *Formulação de Políticas Públicas* – métodos e instrumentos de concepção e formulação de políticas de desenvolvimento, enfatizando os conceitos de sustentabilidade, de bem-estar social e de desenvolvimento humano.

Estado e Desigualdades Sociais – domínio de informações que permitam aos funcionários e administradores públicos dar à problemática social a atenção preferencial que ela requer.

Descentralização e Poder Local – estudo das estruturas governamentais e suas vantagens e desvantagens; o sistema de gestão governamental em sistemas descentralizados; competências dos diversos níveis de poder; estratégias de reformas.

- b. *Planejamento Governamental* – métodos e instrumentos de análise estratégica que permitam a subsequente formulação de políticas públicas; gestão da ação governamental, inclusive a gestão de finanças públicas.

- c. *Gestão Pública* – desenvolvimento do pensamento estratégico, mediante a análise de problemas, a formulação de políticas e a elaboração de programas.

Gestão de Recursos Humanos – competências necessárias dos gerentes de equipes; fatores de motivação; condução dos trabalhos com o foco na missão; código de ética da equipe; como definir metas, gerenciar o desempenho e avaliar os resultados alcançados.

Gestão de Finanças Públicas – efeitos dos instrumentos fiscais (gastos e impostos) sobre a gestão macroeconômica (alocação de recursos, distribuição de renda, estabilização e crescimento econômico); visão integrada do funcionamento e inter-relacionamento das diversas esferas do governo.

Gestão Tecnológica – capacitação para conhecer, selecionar, negociar e implantar tecnologias que apoiem a administração pública na prestação de serviços.

Técnicas de Regulação, Coordenação, Controle e Avaliação de Programas e *Projetos Governamentais* – princípios e técnicas que permitam a execução ágil e eficaz das atividades do aparelho administrativo e mecanismos de coordenação da atuação conjunta *administração pública - setor privado – população*.

Consciente de que as transformações institucionais que se fazem necessárias nos países em desenvolvimento pressupõem a existência de quadros adequadamente treinados e qualificados, a ABC vem adotando esta abordagem em todos os projetos de cooperação técnica com os PALOP e com Timor Leste. Poderia ser citado, também, como exemplo, o projeto de constituição de um *Centro de Excelência em Desenvolvimento Empresarial* em um dos PALOP, em iniciativa também conjunta com a CPLP. O projeto tem como objetivo criar e capacitar uma instituição local, gerida por representantes dos países interessados, para desenvolver e implementar programas de ensino profissionalizante e formar empreendedores, segundo um modelo misto espelhado na experiência do SEBRAE, SENAI e SESI nacionais.

Em julho de 2000, a Cimeira dos Chefes de Estado da CPLP, realizada em Maputo, aprovou a negociação do financiamento para a implementação dos dois Centros de Excelência, que terão suas instalações localizadas em Luanda e Maputo (desenvolvimento empresarial e administração pública, respectivamente). Até o início oficial da execução dos projetos, a ABC deverá aportar US\$ 400,000 para as atividades preparatórias que antecedem o início da sua implementação.

A CPLP constitui um parceiro privilegiado para atuação conjunta dos países membros, sem prejuízo da atuação no plano bilateral, como vem ocorrendo. De fato, a ABC vem desenvolvendo há alguns anos projetos de cooperação para o desenvolvimento que enfatizam a capacitação e o reforço das instituições dos países parceiros, com destaque para Angola e Timor Leste.

Em apoio ao processo de estruturação dos serviços essenciais no Timor Leste, conduzidos pelos representantes Timorenses e pela Administração Transitória das Nações Unidas (UNTAET), a ABC elaborou, em conjunto com os representantes timorenses, e implementou projetos nas áreas de educação, saúde, agricultura e administração pública. Entre eles destacam-se:

- *“Desenvolvimento Empresarial e Formação Profissional em Timor Leste”*
– Objetiva instalar um centro de desenvolvimento empresarial e de formação profissional, com capacidade para treinar 1.440 alunos no primeiro ano de seu funcionamento. As áreas abrangidas são: construção civil, eletricidade, costura industrial, mecânica (geral, diesel, motos e bicicletas e de motores marítimos), madeira, alimentação (padaria, confeitaria, carne e derivados), couro e calçados, educação ambiental e informática (manutenção de microcomputadores).
- *“Alfabetização Comunitária em Timor Leste”*- Objetiva utilizar metodologias pedagógicas e experiências de trabalhos comunitários de instituições brasileiras na alfabetização de jovens e adultos timorenses de 25 a 50 anos. Na fase piloto serão alfabetizadas 250 pessoas em Dili, sendo os trabalhos posteriormente expandidos para os treze distritos de Timor Leste.
- *“Formação de Professores e Alunos com Recurso da Educação à Distância em Timor Leste”* – Objetiva formar jovens e adultos nos ensinos básico e pré-secundário, formar professores leigos em exercício para o ensino básico, e utilizar a metodologia do programa brasileiro “Parâmetros em Ação” para aperfeiçoar o professor em sala de aula. O sistema educacional timorense foi praticamente destruído pelas milícias indonésias em 1999, quando 78,5% da população do Timor Leste optou pela independência. Ainda hoje, Timor Leste se ressentido dos danos infligidos à sua infra-estrutura: cerca de 708 escolas das 1000 existentes estão operando informalmente, em condições

extremamente precárias, desprovidas de mesas, carteiras e material escolar. Tendo em vista contribuir para a recuperação do sistema de educação nos níveis básico, pré-secundário e secundário de Timor Leste e acelerar o processo de formação de jovens e adultos timorenses, a ABC e a Fundação Roberto Marinho formaram uma parceria para transferir os conhecimentos brasileiros na área de metodologias de ensino à distância, por meio de projeto de cooperação técnica com aquele Território. Os planos de reconstrução elaborados e acordados em 2000 com o Conselho Nacional de Resistência Timorense (CNRT) previam três fases: a) uma fase emergencial, objetivando reconstruir as escolas, desenvolver os parâmetros curriculares, recrutar e formar professores e iniciar a estruturação da instituição responsável pela educação (embrião do futuro Ministério da Educação de Timor Leste); b) uma fase de transição, objetivando fortalecer o sistema técnico-profissionalizante, desenvolver e aprimorar o curriculum nacional e melhorar o sistema universitário; e c) a fase final, na qual seriam progressivamente e adicionalmente aperfeiçoados os componentes de todo o sistema educacional, no médio e longo prazos. O primeiro projeto, iniciado em 2000, teve o propósito de intensificar a formação de alunos nos cursos fundamental e médio utilizando a metodologia da educação à distância. Para tanto, foi adaptado o Telecurso 2000.

Do total da população de 600 mil habitantes de Timor Leste, cerca de 210 mil são estudantes. 6 mil são professores para o nível primário e 1.940 para o nível pré-secundário e secundário. Estima-se que menos de 20% da população fale o português, sendo o tétum o idioma predominante.

O projeto de cooperação técnica iniciou-se com uma fase piloto, abrangendo 20 telessalas, nas cidades de Dili (capital do Timor Leste) e Baucau. Com a ocupação de 20 alunos por telessala, podem ser formados, em dois turnos, 800 alunos por ano. As telessalas tem um televisor de 29 polegadas, um vídeo cassete, fitas, livros e apostilas. O curso tem

duração média de 9 a 12 meses e não necessita de espaço físico sofisticado. Concluída esta etapa, o projeto foi avaliado tendo em vista a ampliação das ações previstas. Os seguintes resultados já foram alcançados:

- *Número de telessalas implantadas até o momento:* 20 telessalas, sendo 18 para o ensino fundamental e 2 para o ensino médio que funcionam como formadoras de professores para o telecurso, nas cidades de Dili (capital do Timor Leste) e Baucau;
- *Numero de alunos atendidos:* 532;
- *Numero de professores capacitados/treinados:* 78 educadores;
- *Disciplinas introduzidas e carga horária praticada:* 3 disciplinas (língua portuguesa, matemática e ciências). A carga horária praticada tem sido em média de 2 horas por dia.

As ações do projeto da cooperação técnica brasileira tem procurado integrar-se e articular-se com outros projetos locais na área de educação, com troca de materiais pedagógicos e compatibilização de metodologias. É o caso do *Programa Alfabetização Solidária*, também brasileiro e que, articulado com o projeto de educação à distância deverá assegurar aos egressos a continuidade dos estudos. É o caso também do projeto de Formação Profissional, desenvolvido pelo *Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)*, por meio do qual duas telessalas foram montadas em suas instalações, priorizando o atendimento aos seus alunos e aprendizes.

O Ministério de Assuntos Sociais da Administração Transitória das Nações Unidas para Timor Leste (UNTAET), por meio de seu Departamento de Educação, Cultura, Juventude e Desporto, vem priorizando o Telecurso como sistema alternativo de ensino para jovens e adultos. Ele vem sendo usado também como instrumento de capacitação, reciclagem e treinamento de professores no Instituto de Formação Continuada, órgão em fase de implantação no Ministério, sendo, além disso, um importante instrumento de disseminação do idioma português entre a população local.

CAPACIDADE DOS AGENTES NACIONAIS E ÁREAS DE INTERESSE PRIORITÁRIO

A experiência brasileira em uma ampla gama de assuntos de interesse para os países da África de língua portuguesa, para o Timor Leste e para os países latinoamericanos, suscitou o interesse do Japão e da Alemanha em atuar de forma articulada com o Brasil nestas regiões.

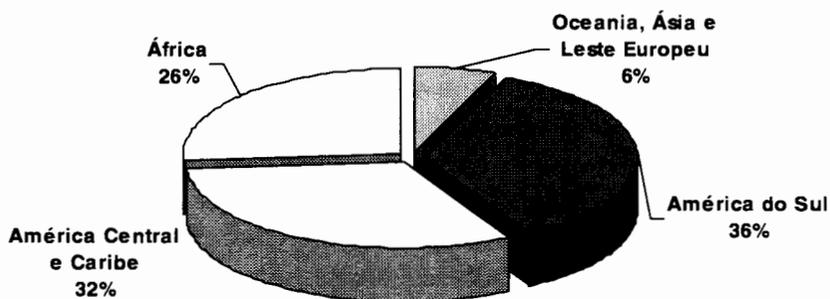
Em março de 2000, foi assinado na cidade de Tóquio o “Japan-Brazil Partnership Programme”, com o objetivo de promover a cooperação técnica conjunta a outros países em desenvolvimento. Este programa prevê que os países beneficiários dessa cooperação seriam, inicialmente, os PALOP nas áreas de saúde, educação e agricultura. Dando início aos trabalhos de identificação de projetos de cooperação técnica que poderiam ser apoiados, entre 29 de maio e 7 de junho de 2001 foi realizada uma Missão Conjunta Brasil-Japão a Angola e Moçambique. Seu objetivo foi o de explorar temas de interesse na área de saúde, identificar necessidades e estabelecer prioridades em cada um dos países, bem como colher informações e obter subsídios técnicos visando à formulação dos projetos de cooperação técnica. Desta forma, a intenção do Programa é iniciar o apoio aos PALOP por meio do somatório de recursos humanos, tecnológicos e financeiros do Japão e do Brasil. O treinamento de pessoal constitui aspecto central da cooperação a ser aportada pelos dois países, que será implementada na base de custos compartilhados.

Por outro lado, a Carta de Intenções entre a ABC e GTZ visa a conjugação de esforços do Brasil e da Alemanha na prestação de serviços a instituições internacionais em apoio ao desenvolvimento dos PALOP. Em abril de 2001, realizou-se missão de identificação a Angola e São Tomé e Príncipe, com vistas a verificar a realidade destes países e ratificar o interesse dos quatro países envolvidos em estender e intensificar essa cooperação, que já ocorria bilateralmente. Na Ata das Negociações Intergovernamentais Brasil-Alemanha sobre Cooperação Financeira e Técnica, em novembro de 2001, reiterou-se, no item 1.7, o interesse em implementar projetos triangulares de cooperação técnica e na formulação

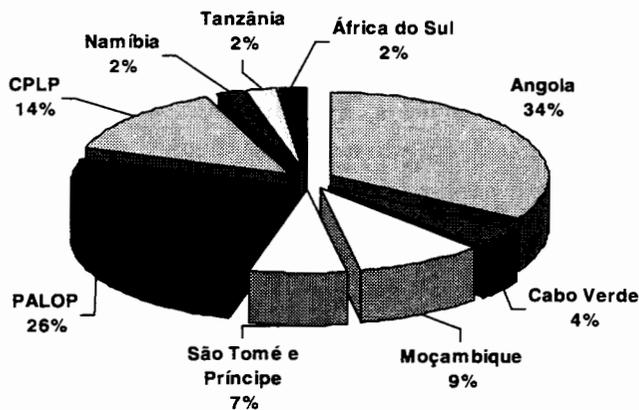
de projeto na área de HIV/AIDS para Angola e São Tomé e Príncipe. O Ministério da Saúde brasileiro está no momento elaborando o projeto Apoio à Implementação dos Serviços de Assistência às Gestantes, Mães e Filhos portadores de HIV/AIDS em Angola e São Tomé e Príncipe, a fim de possibilitar a sua apresentação ao Governo alemão para fins de negociação.

Entre as áreas de excelência das instituições brasileiras, com grande demanda da cooperação técnica, estão a de administração pública, de saúde, de meio ambiente, de apoio às micro e pequenas empresas, de agricultura, de educação e de gestão da cooperação técnica. Neste caso, destacam-se os treinamentos ministrados pela ABC, em iniciativa conjunta com a CPLP, por meio dos Cursos de “*Concepção e Formulação de Projetos de Cooperação Técnica Internacional*”, realizados em Figueira da Foz, Portugal, e em São Tomé, e “*Análise e Enquadramento de Projetos de Cooperação Técnica Internacional*”, em São Tomé e, mais recentemente, em Natal, desenvolvidos com o objetivo de capacitar os Pontos Focais de Cooperação e os funcionários do Secretariado Executivo. Tais iniciativas são fundamentais para que se amplie a cooperação técnica intracomunitária, permitindo aos parceiros do Brasil, melhor elaborar e enquadrar o principal instrumento da cooperação que é o documento de projeto. Nesse sentido, a ABC pretende continuar com o esforço de capacitação na elaboração e análise de projetos de cooperação, nesse momento, capacitando as entidades governamentais e não-governamentais dos PALOP.

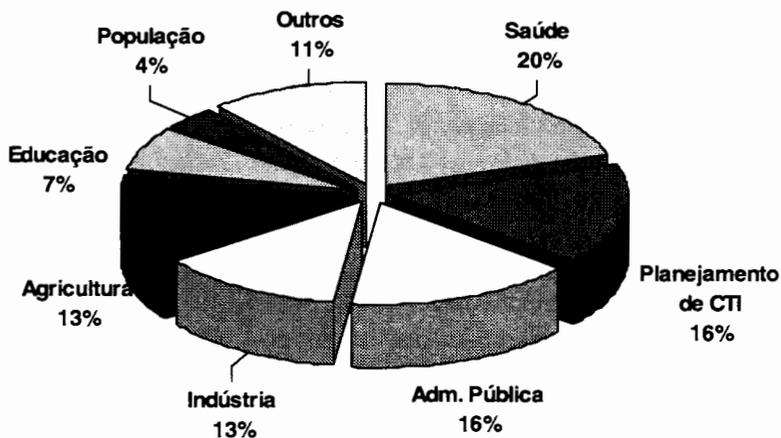
A figura mostrada a seguir indica a distribuição de projetos e atividades da CTPD:



A distribuição dos projetos e atividades em execução e negociação com os países da África é mostrada a seguir (situação em dezembro de 2000).



As áreas de concentração dos projetos e atividades em execução e negociação, no âmbito da cooperação horizontal com países da África, traduzem o interesse e as prioridades dos nossos parceiros (situação em dezembro de 2000).



DESAFIOS E PERSPECTIVAS

O potencial para ampliar-se os programas e projetos de cooperação técnica horizontal do Brasil é muito grande. Basta verificar-se as demandas em carteira e o extenso elenco de realizações e sucessos obtidos pelas instituições técnicas brasileiras nas mais diversas áreas: em agricultura, na saúde, na manufatura de bens que são exportados para os países desenvolvidos, na agricultura e na agroindústria, na prestação de serviços e em muitas outras áreas.

Com tantas experiências bem sucedidas, porque o volume da cooperação horizontal brasileira ainda é relativamente pequeno? Um dos motivos certamente é a escassez de estudos que devem preceder a implementação dos projetos: a prospecção e identificação de oportunidades, a realização de trabalhos de pré-investimento e o planejamento da cooperação. Em conseqüência, muitas vezes há também escassez de bons projetos, fazendo com que a captação de recursos em montantes compatíveis com as necessidades dos países em desenvolvimento constitua um desafio permanente da cooperação horizontal. A iniciativa da triangulação com países desenvolvidos vem somar-se a um elenco de arranjos inovadores, que procuram sanar essas deficiências e somar esforços de diversos parceiros para o desenvolvimento da cooperação técnica horizontal. Entre essas, podem ser mencionados os Acordos de Cooperação com organismos internacionais, dos quais são exemplos o *Programa Conjunto de Cooperação Técnica Brasil - Banco Interamericano de Desenvolvimento para Consultorias Especializadas, Atividades de Pesquisa e Treinamento (PCCT Brasil – BID)* e o *Acordo Relativo ao Uso de Peritos em Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento* firmado com a *Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura –FAO*.

A cooperação técnica desenvolvida pelo Brasil encontra-se em um ponto de transição, passando de “atividades” pontuais e isoladas, características do passado recente, para “projetos” de maior vulto, de implementação mais complexa mas de maior impacto e de efeitos mais duradouros. Está claro que a cooperação horizontal brasileira crescerá a

cada ano, ampliando tanto o leque de projetos com nossos parceiros quanto o volume de recursos envolvido. Ao assumir uma posição de destaque entre os países cooperantes, inclusive em função das demandas que lhe são apresentadas, o Brasil fortalece prioritariamente seus laços com os Países Africanos de Língua Portuguesa, com o Timor Leste e com os países da América Latina.

Na busca por ocupar um papel de destaque na cooperação horizontal no mundo, o Brasil, por intermédio do MRE/ABC, preocupa-se sempre com a qualidade dos seus projetos e com o padrão ético das ações que empreende no seu âmbito, ciente de que trata-se de instrumento privilegiado de promoção da imagem do País no exterior.

AS REUNIÕES SETORIAIS. A QUESTÃO ORÇAMENTÁRIA.

*Pedro Motta Pinto Coelho**

INTRODUÇÃO

Os temas das reuniões setoriais e da questão orçamentária, por certo distintos, apresentam características que de alguma forma os aproximam. Tratá-los juntos, num só momento deste seminário dedicado a uma avaliação da CPLP em seu momento atual, tem que ver com o fato de que o projeto, ora em andamento, de constituição de uma instituição voltada para a promoção da comunidade dos países de língua portuguesa, apenas se beneficia do óbvio e necessário suporte financeiro, e do menos evidente, mas igualmente necessário, apoio de atividades por assim dizer coadjuvantes.

Recorda-me, neste contexto, o projeto de política externa empreendido pelos países hoje sócios do Mercosul. Uma vez lançada a idéia, de cunho teleológico, de empreender um processo integrador regional, surge uma força societal, até então latente, que se manifesta, de forma cada vez mais aglutinadora, em torno de iniciativas espontâneas, que procuram identificar-se com o objetivo central proposto. Assim, no caso do Mercosul, apareceram concomitantemente com sua criação entendimentos, propostas, reuniões, concursos sobre temas diversos, mas qualificados pela adjetivação “Mercosul”: Reunião de Ministros do Interior do Mercosul; Copa de futebol do Mercosul; Associação de Cidades do Mercosul, etc.

* Diretor-Geral do Departamento de África e Oriente Próximo - Ministério das Relações Exteriores.

O mesmo, felizmente, ocorre com a CPLP. Mais, até. Dentre as inúmeras iniciativas setoriais vinculadas ao nome – diria mesmo à “marca” CPLP, há muitas que antecedem o momento da criação da CPLP, em 1996. Sem dúvida, são todas parte de um universo promovido pelos Estados membros, e às quais caberia dar, em princípio, apoio institucional e eventualmente financeiro. A questão, pois, se coloca de verificar como a CPLP dispõe de seus recursos, e como a instituição estuda vincular tais iniciativas setoriais ao seu núcleo governamental.

REUNIÕES MINISTERIAIS SETORIAIS

Desde a criação da CPLP, em 1996, ocorreram inúmeras reuniões setoriais governamentais, quer em nível de Ministros, quer em nível técnico. Algumas delas já se realizavam anteriormente, envolvendo representantes de todos ou de apenas alguns dos países hoje integrantes da CPLP. Estiveram na gênese das reuniões setoriais governamentais da CPLP tanto alguns dos encontros entre brasileiros e portugueses quanto as reuniões entre Portugal e os PALOP que se faziam sob a sigla dos Cinco + Um. A partir da criação da CPLP, algumas dessas reuniões puderam ser ampliadas para juntar os Sete e passaram a denominar-se reuniões da CPLP. Isso explica, por exemplo, o fato de estar a CPLP com apenas 6 anos, mas já se ter realizado, em 2001, a VII Reunião dos Ministros de Justiça da CPLP, cuja periodicidade é anual.

Algumas das reuniões ministeriais setoriais denominaram-se reuniões da CPLP ou dos países de língua portuguesa, mas não necessariamente contavam com a participação dos Sete. Exemplo disso é a IV Reunião de Ministros de Defesa ocorrida no Brasil em 2001, efetivamente a primeira de Ministros de Defesa da CPLP, pois apenas a partir da reunião de Brasília, naquele ano, o Brasil passou a participar não mais como observador, mas sim como membro pleno.

O Anexo I contém, em caráter exemplificativo, listagem das Reuniões setoriais, ocorridas no período de nov/2000 a dez/2001, com os principais temas tratados e ações previstas. Ao todo, contam-se dez iniciativas, em nível ministerial: cultura; educação; meio ambiente;

administração pública; trabalho e emprego; tribunais de contas; defesa; administração de correios e telecomunicações; juventude; e justiça. Basta, entretanto, ler o “Boletim” da CPLP que, em seu número 11, de julho de 2000, listava um sem-número de encontros setoriais em nível técnico, em temas tais como literatura, abastecimento de água e saneamento, farmácia, medicina, jornalismo, futebol, líderes parlamentares, estatística, sociologia, pesca, refugiados, filatelia, migrações e fronteiras, engenharia, turismo, biblioteconomia, universidades, arquivos, sindicalismo, alfândegas, artes e esportes.

Algumas dessas reuniões setoriais são governamentais, como as reuniões de estatística, que envolvem agências ou institutos oficiais de estatísticas dos estados membros, outras reúnem exclusivamente setores da sociedade civil, como os encontros de jornalistas, de sindicatos, ou de universidades, e sua convocação, periodicidade, agenda, organização, etc., dependem do dinamismo do conjunto da sociedade civil dos Sete.

O Secretariado Executivo não tem o registro de todas as reuniões setoriais (quer em nível de Ministros, quer em nível técnico), que ocorrem sob a égide da CPLP, ou seja, com a participação dos sete países membros. Tampouco dispõe de informações sobre o sem-número de encontros e reuniões organizadas pela sociedade civil, também com a “marca” CPLP. O Secretariado Executivo tampouco participa da preparação de todas essas reuniões e, em geral, não faz o acompanhamento das decisões aprovadas nessas instâncias da CPLP. Isto significa que, mesmo restringindo-nos apenas às reuniões de cunho estatal ou oficial, o Secretariado Executivo da CPLP não funciona como secretariado das reuniões governamentais promovidas com a participação dos Sete e não fomenta o avanço das atividades de concertação e cooperação que poderiam decorrer das reuniões setoriais governamentais. Observa-se, de modo geral, que várias das decisões aprovadas nessas reuniões acabam por tornar-se letra morta à falta de um processo de continuidade assegurado por um secretariado das reuniões governamentais. Registre-se igualmente, em detrimento da otimização dos resultados de tais reuniões, informações incompletas acerca do calendário das reuniões setoriais governamentais, o que tem provocado, inclusive, a ausência

de representantes de alguns países, que não conseguem ser informados a tempo da ocorrência dessas reuniões. Por vezes, mesmo, o Secretariado Executivo, quando consultado, não tem como informar dos eventos.

Nos termos dos Estatutos da CPLP, artigo 7, as reuniões setoriais não são órgãos da Comunidade. A prática que se formou após a criação da CPLP e a aprovação dos Estatutos acabou por informalmente fazer das reuniões setoriais governamentais uma instância da Comunidade à qual não se pode negar o caráter oficial. Sendo assim, o Comitê de Coordenação Permanente deve refletir sobre a natureza de tais reuniões governamentais e sobre o tipo de vinculação ao Secretariado Executivo e demais órgãos da CPLP.

Há várias alternativas. Uma permitiria que o Secretariado Executivo assuma o secretariado de todas as reuniões governamentais. Outra comportaria a limitação de vínculos, como, por exemplo, ao deixar o Secretariado Executivo com as funções de depositário dos documentos aprovados nessas reuniões. Outra ainda o estabeleceria como ponto focal de coordenação com eventuais pontos focais nacionais setoriais. Claro que uma maior vinculação poderia, por um lado, acarretar acúmulo de funções do Secretariado Executivo, demandando, conseqüentemente, mais pessoal no Secretariado e, por outro lado, promover melhor coordenação e maior convergência entre as ações no âmbito da CPLP. Ademais, havendo, em princípio, dois tipos de reuniões setoriais governamentais, as ministeriais e as técnicas, caberia ao Secretariado Executivo operar com base em diferentes vínculos com as reuniões do tipo ministerial e aquelas de nível técnico.

UMA SIMBIOSE PRODUTIVA

Tais dificuldades, de ordem mais institucional no âmbito da CPLP, em nada diminuem, entretanto, a dinâmica própria de cada foro. Os Ministros de Educação, por exemplo, com seis conferências já realizadas, têm examinado temas relevantes, tais como a formação de professores ou o ensino à distância, material didático e outros e têm um envolvimento direto na concretização do projeto do Instituto

Internacional da Língua Portuguesa, objeto de uma das mesas deste Seminário.

Os Ministros da Cultura examinam a possibilidade de um fundo cultural na CPLP, assumiram compromissos diretos na programação de eventos culturais comemorativos da independência do Timor e por ocasião da próxima Cimeira da CPLP em Brasília e encarregaram-se de promover a adoção de mecanismos semelhantes ao Selo Cultural do Mercosul para a facilitação de circulação de bens culturais no âmbito da Comunidade.

Os Ministros do Meio Ambiente, com a primeira reunião em Maputo, em novembro de 2001 e a segunda prevista para Brasília, em 2003, propõem-se a criar, com uso da internet, um sistema de troca de informações (“Observatório do Ambiente”) e a realizar série de cursos de curta duração sobre diversos temas técnicos.

Os Ministros de Administração Pública (no Brasil, Planejamento, Orçamento e Gestão) debatem reforma administrativa e questões relativas ao Governo Eletrônico, assunto igualmente tratado nas reuniões dos Ministros Secretários da Presidência (seu mais recente encontro acaba de dar-se em Luanda).

Na área da saúde, conquanto não se tenha realizado recentemente reunião ministerial, o Ministério da Saúde do Brasil promoveu e sediou em dezembro passado seminário técnico de coordenação dos responsáveis nacionais para o projeto AIDS da CPLP.

Cabe destacar os encontros dos Tribunais de Contas da CPLP, que se têm mostrado bastante produtivos no intercâmbio de experiências e assistência técnica, de grande valia para os países membros.

Os Ministros da Defesa, por seu lado, cuja V Reunião acaba de ocorrer em Lisboa, mostram-se ativos no estabelecimento de um programa integrado de intercâmbio no domínio da formação militar (ênfase em missões de ajuda humanitária e de manutenção da paz), bem como na instalação de um Centro de Análise Estratégica.

A cooperação técnica em telecomunicações, objeto de projeto apresentado pelo Brasil (e ao qual destinou US\$ 68.000 ao Fundo Especial) constitui um dos focos de trabalho dos Encontros Ministeriais e de Administrações dos Correios e Telecomunicações dos Países de Língua portuguesa, já na sua V edição.

A VII Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa, reunida em Bissau no início do corrente ano, para além da cooperação técnica, cuidou da criação de um Registro Central de pessoas condenadas por tráfico de drogas e lavagem de dinheiro e prepara três acordos multilaterais: a) sobre transferência de pessoas condenadas; b) de cooperação em matéria penal e c) de cooperação em matéria civil e comercial.

Os Ministros de Agricultura da CPLP tiveram igualmente a sua III Reunião no presente mês de maio, em Bissau, com um temário que abrangeu: a) a lei da terra, o investimento privado e o desenvolvimento rural; b) papel do Estado no desenvolvimento agrário, segurança alimentar e luta contra a pobreza; c) política agrária, cooperação e integração regional.

Agregando-se a tais encontros ministeriais outros, de nível técnico governamental, bem como a imensa malha de reuniões e iniciativas não governamentais (por exemplo, está previsto para junho próximo, em Lisboa, com total apoio da CPLP, o I Fórum Empresarial dos países membros, numa iniciativa que deverá servir de marco fundamental para a incursão da Comunidade nos temas empresariais e comerciais, expandindo assim o escopo da ação comunitária), pode-se afirmar que a CPLP conta, no momento, já com massa crítica bastante significativa, para uma instituição jovem, e cujo espaço é primariamente definido por contornos lingüísticos, políticos e histórico-culturais.

Convém ressaltar que, cientes do alcance dessas ações setoriais voltadas para a cooperação e para o diálogo intra-comunitário, os Estados membros se têm normalmente disposto a admitir a participação, caso a caso, do Secretariado Executivo, inclusive em termos financeiros, em reuniões setoriais governamentais, ademais de seu envolvimento

individual (determinado governo dispõe-se a apoiar a participação de seus nacionais ou de outros, a seu critério). Muitas vezes, sobretudo tratando-se de reuniões ministeriais, o próprio Secretário Executivo é chamado a participar. Seu comparecimento a tais eventos, se por um lado apresenta aspectos positivos, inclusive de representatividade, ao significar sua importância para a CPLP e a existência da desejável interação, por outro leva, diante do grande número de eventos, a ausências constantes do Secretário Executivo da sede, em Lisboa, com prejuízos para gestão do Secretariado. É verdade também que, no orçamento de custeio da CPLP, a rubrica relativa a despesas de deslocamento de pessoal do Secretariado Executivo tem sido uma das que apresentam maiores aumentos.

O Secretariado Executivo, ademais, é freqüentemente convidado a participar dos eventos não governamentais, aos quais muitas vezes comparece, inclusive por haver o entendimento, entre os Governos dos Sete, de que deve ser estimulada a cooperação comunitária em nível não governamental. O diálogo do Secretariado Executivo com a sociedade civil de língua portuguesa reflete esse entendimento.

A necessária estruturação do Secretariado Executivo, ainda por fazer-se, certamente deverá levar em consideração o dinamismo das reuniões setoriais. Por si só, a questão talvez merecesse o foco de projeto específico, apoiado pelo Fundo Especial, no qual as experiências de outros organismos pudesse ser aproveitada. A disponibilidade de informações (que deveria a rigor ser “on line”) sobre os eventos setoriais, sua adequada coordenação e a análise de forma integrada pela CPLP, de utilidade óbvias, esbarram na altamente limitada capacidade de processamento de dados e de informações por parte do Secretariado Executivo. Uma primeira medida, aplicável de imediato para as próprias reuniões da CPLP, seria o estabelecimento de um sistema de classificação dos documentos. Incompreensivelmente, o Secretariado Executivo não trabalha com sistema consolidado de classificação da documentação, falha facilmente sanável com a solicitação de assistência técnica das Nações Unidas, por exemplo.

Recorde-se que, em muitos dos casos das reuniões setoriais ministeriais, existem secretariados específicos, *ad hoc* ou não, cuja relação com o Secretariado Executivo, no momento praticamente inexistente, mereceria tratamento prioritário.

Aos Estados membros, por outro lado, caberia a iniciativa de buscar meios e formas de, a partir da coordenação da participação de nacionais (governamental) e da divulgação interativa da ação comunitária (reuniões setoriais não governamentais), auxiliar o Secretariado Executivo no processamento adequado das informações relativas às reuniões setoriais.

A QUESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Em 5 de fevereiro de 2002, o Comitê de Concertação Permanente (CCP) da CPLP, reunido em Lisboa na sua 54ª reunião ordinária, aprovou, *ad referendum* do Conselho de Ministros, o Orçamento ordinário para o exercício de 2002, no valor de US\$ 861.964. Registrou que o financiamento do Orçamento será realizado através das contribuições fixas de US\$ 30.000 por Estado membro e das seguintes contribuições voluntárias:

- **Angola** **US\$ 91.666,**
- **Brasil** **US\$ 173.162,**
- **Moçambique** **US\$ 30.577,**
- **Portugal** **US\$ 356.559,**

perfazendo um **total de contribuições voluntárias da ordem de US\$ 651.964.**

Trata-se de resolução que dá cumprimento à nova redação do artigo 18 dos Estatutos, conforme *Resolução sobre a Alteração Orçamental* adotada por ocasião da III Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP (Maputo, julho de 2000), pela qual se harmonizou o âmbito temporal do orçamento (anteriormente fixado no período de 01

de julho de cada ano a 30 de junho do ano seguinte) com o período do ano fiscal e civil de Portugal, que termina a cada 31 de dezembro. Dá igualmente cumprimento ao disposto na Resolução sobre a Aprovação do Orçamento de Funcionamento da CPLP para o Segundo Semestre de 2001 (no valor de US\$ 425.000), aprovada na VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, em São Tomé, em julho de 2001, que mandatou o CCP a aprovar o orçamento referente ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2002, *ad referendum*, por força do disposto no nº 6 do artigo 10 dos Estatutos.

A CPLP é uma organização muito jovem, que iniciou seus trabalhos em 1996. Desde a aprovação do primeiro orçamento, para o exercício 1996/1997, cujos valores montaram a US\$ 210.000 das quotas fixas (US\$ 30.000 por país), mais US\$ 508.535 de contribuições voluntárias, além de US\$ 530.000 para o Fundo Especial, o ainda pequeno histórico financeiro da instituição tem-se mostrado um reflexo fiel de suas vicissitudes e potencialidades, como se verá em seguida. Desde já, porém, cumpre indicar que os níveis de despesas estabelecidos pelos negociadores inicialmente parecem adequados aos objetivos e expectativas de produção para essa fase, por assim dizer formadora de sua personalidade, na qual a CPLP todavia se encontra. Previsivelmente, as principais dificuldades relativas à execução orçamentária resultam da falta de pagamento, em tempo hábil, das quotas e contribuições, por parte dos Estados membros, deixando a instituição numa situação financeira e de tesouraria bastante precária, especialmente quando tais pagamentos, relativos a um determinado exercício, só ocorrem nos exercícios seguintes, ou simplesmente não ocorrem. Sendo constituída por países em estágios bastante diferenciados de desenvolvimento, os esforços tendentes à restauração do equilíbrio financeiro tendem a sobrecarregar países com maiores disponibilidades de recursos, como Brasil e Portugal. Tal tendência compromete seriamente o equilíbrio da ação da CPLP dentro dos referenciais assumidos, fundamentalmente egalitários, de cooperação, concertação política e difusão da língua portuguesa.

Tal como equacionada nos Estatutos (artigo 17) e em decisões posteriores, a CPLP optou por uma estrutura bastante flexível de receitas e despesas, visível nos artigos 18 e 19 do Regimento Interno do Secretariado Executivo, aprovado em julho de 1997. Do lado das receitas, contam-se as contribuições obrigatórias, suplementares e voluntárias dos Estados membros, ademais das doações e legados e de subsídios; do lado das despesas, enumeram-se salários e outros encargos; reparações e benfeitorias necessárias aos imóveis utilizados pela CPLP ou de sua propriedade; as despesas referentes à execução do programa de atividades e as de funcionamento. O artigo 20 desse Regimento Interno, nessa linha de flexibilidade, ao estabelecer que, “na execução do orçamento devem ser respeitados os limites fixados”, admite que “nos casos em que tal não seja possível encontrar-se-ão contrapartidas apropriadas dentro do próprio orçamento, por redistribuirão de verbas, mediante proposta a ser submetida pelo Secretário Executivo ao Comitê de Concertação Permanente.”

Na sua presente configuração, a estrutura da CPLP distingue e separa, de maneira muito clara, as verbas de custeio daqueles recursos a serem dedicados “exclusivamente ao apoio financeiro das ações concretas levadas a cabo no quadro da CPLP e constituído por contribuições voluntárias, públicas ou privadas” (item 2 do artigo 17 dos Estatutos). Por motivos diversos, esta norma tem sido interpretada, na prática, de modo muito flexível, com o uso recorrente de recursos do Fundo Especial para saldar compromissos de custeio. Trata-se, obviamente, de prática que deve ser combatida com rigor, pois afeta direta e adversamente os princípios básicos da boa gestão, comprometendo a imagem da instituição.

O Fundo Especial, objeto de Regimento próprio aprovado, por proposta brasileira, na Reunião do Conselho de Ministros celebrada em Cascais, Portugal, em julho de 1999, tem a natureza de Fundo Público, tutelado pela CPLP, sendo facultado aos doadores “designar os setores a que se destinam as suas contribuições, de entre as áreas prioritárias definidas pelo Conselho de Ministros” (artigo 2 do Regimento do Fundo). Importante assinalar a competência do Secretário Executivo na gestão

do Fundo e a previsão de conta especial na qual as receitas do Fundo deverão ser depositadas (artigo 4). Da mesma forma, a liberação dos recursos obedecerá a procedimentos estritos, dentro dos quais desempenha papel essencial o “Órgão Coordenador Nacional”, expressão que designa os Pontos Focais da CPLP. O Fundo financiará no máximo 80% dos recursos necessários à execução dos projetos aprovados, sendo permitida a dedução de 6% para a cobertura das despesas administrativas e custos de gestão suportados pelo Secretariado Executivo (artigo 5, itens 2 e 4).

Para beneficiarem-se dos recursos do Fundo Especial, os projetos precisam ser aprovados pelo CCP e, nos casos dos projetos de cooperação *stricto sensu*, devem ser previamente aprovados também pelas Reunião dos Pontos Focais. As recentes missões de observação eleitoral ao Timor Leste, por exemplo, foram financiadas com recursos do Fundo Especial, após aprovação da proposta do envio da missão, bem como de seu orçamento, pelo CCP. Já os projetos de cooperação no domínio da saúde ou da educação, por exemplo, precisam obter a chancela dos Pontos Focais antes de serem submetidos também ao CCP.

Finalmente, vale notar que, no âmbito de aplicação dos recursos do Fundo Especial, estão previstas as chamadas “ações pontuais”, cujo montante, para financiamento, deverá, por proposta do Secretário Executivo, ser fixado anualmente pelo Conselho de Ministros. O Secretário Executivo detém, entretanto, autonomia para aprovar ações pontuais de valor inferior a US\$ 6.000 (artigo 7).¹

Já na Declaração de Praia, de 1998, os Chefes de Estado e de Governo da CPLP reconheciam a “conveniência de o Fundo Especial poder receber contribuições adicionais de organismos internacionais e de entidades do setor privado e da sociedade civil em geral, bem como de que esses recursos se destinem a projetos de cooperação para o desenvolvimento”; ao passo que o “Acordo Geral de Cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa” prevê, em

¹ No exercício de 2001, foram realizadas 11 ações pontuais, que utilizaram o montante de US\$ 38.905, proveniente do Fundo Especial.

seu artigo 4, que “os Estados membros poderão diligenciar em conjunto ou separadamente na procura do financiamento necessário à execução dos projetos aprovados a fundos próprios ou a outros doadores”, devendo, com essa finalidade, a CPLP utilizar o Fundo Especial.

Ficam evidentes, nesse quadro normativo, pelo menos dois elementos fundamentais a respeito da gestão e da aplicação de recursos por parte da CPLP e do Secretariado Executivo: a crescente importância relativa do Fundo Especial; e a amplitude de fontes a que pode recorrer, para a obtenção dos recursos.

No primeiro caso, trata-se de tendência saudável, acorde com o objetivo de dimensionar ao máximo a ação substantiva da organização, com um mínimo de custo operacional. Dotado de um Regimento próprio, que cumpre observar, e de um Plano Indicativo de Utilização, aprovado periodicamente, para orientar a seleção de projetos, o Fundo Especial tem todas as condições para servir de suporte básico para a ação da CPLP. Infelizmente, não é ainda possível, mesmo depois da aprovação do Regimento, em 1999, estabelecer um padrão de contribuições, o que é indicativo de baixo índice de programaticidade ou de compromissos com projetos de mais longo prazo, que ultrapassem a duração de um exercício. Quanto ao segundo caso, não é mais viável pensar num processo de cooperação comunitário independentemente de fontes externas. A CPLP e seu Secretariado Executivo têm cada vez mais buscado interagir com organismos internacionais de modo a detectar afinidades e parcerias, como é o caso da ONU e das Agências Especializadas, com quem se busca, no momento concretizar apoio para os projetos tais como o ligado à prevenção e combate da AIDS.

Como se pode ver no quadro 2, anexo, relativo ao histórico de contribuições para a CPLP, o Fundo Especial, ultrapassada a fase inicial de constituição da CPLP, na qual recebeu contribuições apenas de Portugal (US\$ 500.000) e de Moçambique (US\$ 30.000), no exercício de 1996-1997; nenhuma contribuição no exercício 1997-1998; somente de Portugal (US\$ 500.000 e US\$ 300.000 respectivamente), nos exercícios 1998-1999 e 1999-2000, passou a contar, a partir do exercício

2000-2001 com contribuições também do Brasil, e que tendem a ser crescentes (US\$ 300.000 naquele exercício e US\$ 440.500 em 2001). Tal se deu em decorrência da aprovação do Regimento, permitindo um melhor controle, pelas autoridades governamentais, das atividades do Fundo, fato que facilitou, no caso brasileiro, a negociação interna das dotações orçamentárias consignadas à cooperação com os países de língua portuguesa.

Observe-se, a esse propósito, ressalva anterior dando conta de ter sido brasileira a proposta do texto do Regimento do Fundo Especial. As delegações brasileiras às reuniões da CPLP em que se tem discutido a questão orçamentária, inclusive o Fundo Especial, têm pautado sua atuação pela disposição de dotar a CPLP de instrumentos financeiros e orçamentários credíveis e de gestão transparente, que possam determinar, no médio prazo, a confiança de potenciais doadores ou contribuintes ao Fundo Especial. O rigor brasileiro tem sido seguido pela cooperação e pelo endosso dos demais estados membros, igualmente sensíveis à necessidade de associarmos a imagem da CPLP à credibilidade de seus mecanismos de viabilização financeira.

Será talvez ilustrativa a referência aos dois projetos de longo alcance, aprovados em Reunião Extraordinária de Pontos Focais, em seguida no Comitê de Coordenação Política e no Conselho de Ministros da CPLP, conforme consta no parágrafo 6 da Declaração de Maputo (julho de 2000), e que contribuíram sobremaneira para o envolvimento inicial do Brasil no Fundo: o projeto do “Centro Regional de Excelência em Administração Pública” e o projeto do “Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial”, apresentados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ponto focal brasileiro. Em 2000, o Brasil transferiu US\$ 290.000 ao Fundo, destinados especificamente aos dois projetos. Já em 2001, a contribuição brasileira ao Fundo esteve em grande parte vinculada a outros projetos, dentro porém de um contexto de maior diversificação, conforme as áreas prioritárias estabelecidas.

É importante salientar que o Brasil tem dado mostras de um compromisso consolidado com a CPLP, como pode também ser visto

no histórico de suas contribuições voluntárias ao orçamento ordinário, passando de US\$ 100.000 nos dois primeiros exercícios a US\$ 170.000 nos três seguintes, e hoje, no exercício de 2002, montando a US\$ 173.000 até agora. Como no caso de outros Estados membros que aportaram contribuições voluntárias, trata-se de esforço dispendido no sentido de buscar cobrir déficits decorrentes da inadimplência de alguns Estados membros, bem como o aumento de gastos devidamente comprovados.²

Anotem-se, a propósito, as palavras do Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Osmar Chohfi, na abertura da primeira sessão de trabalho interministerial preparatória da participação brasileira na próxima Reunião de Chefes de Estado e de Governo, de Brasília: *“em pouco menos de seis anos, ou seja, desde a criação da Comunidade, o Brasil pode afirmar que a CPLP e o conjunto de seus países membros são, no momento, os maiores beneficiários da cooperação brasileira em volume de recursos financeiros. Esse fato traduz-se inclusive na existência de uma rubrica específica no orçamento do Itamaraty destinada exclusivamente à cooperação com os países de língua portuguesa. Nenhuma outra área geográfica, nem qualquer outro conjunto de países dispõe de mecanismo orçamentário semelhante que nos permita igual compromisso e, ao mesmo tempo, transparência na formulação de uma política de cooperação com países em desenvolvimento. É importante também registrar que os recursos orçamentários inscritos nessa rubrica foram obtidos com o apoio de parlamentares brasileiros, pois o Congresso Nacional reconhece a relevância de nossa política externa orientada para a cooperação com os países da CPLP, ou seja, para o apoio brasileiro ao desenvolvimento sócio-econômico e também político*

² Levantamento preparado sobre os valores históricos destinados à rubrica “cooperação com os países de língua portuguesa” dentro do orçamento do Ministério das Relações Exteriores do Brasil indica os seguintes valores autorizados, por ano (em Reais):

1996	R\$ 2.412.500*
1997	R\$ 291.000*
1998	R\$ 1.587.000*
1999	R\$ 692.264*
2000	R\$ 2.584.059
2001	R\$ 2.872.000
2002	R\$ 6.464.800

* (esses valores não chegaram a ser integralmente executados)

e institucional desses países. Refiro-me aos países africanos de língua portuguesa, mas também a Timor Leste, que encontram no Brasil e nas instituições brasileiras parceiros ideais na luta que travam contra o subdesenvolvimento.”

Do mesmo quadro nº 2 em anexo, com o histórico de contribuições para a CPLP, depreendem-se situações financeiras preocupantes. Há diferenças crescentes entre os totais das contribuições devidas ou anunciadas pelos Estados membros e os montantes efetivamente transferidos à CPLP, inclusive no que se refere ao Fundo Especial. Especialmente representativo é o saldo a receber em contribuições fixas dos Países membros, da ordem de US\$ 468.756, dos quais US\$ 60.000 relativos ao exercício de 2000-2001, US\$ 75.000 relativos ao exercício de 2001, e US\$ 180.000 relativos ao exercício de 2002 (no presente ano, apenas o Brasil efetivou sua contribuição fixa). O Secretariado Executivo da CPLP vê-se obrigado, nessas circunstâncias, a recorrer a empréstimos bancários para satisfazer compromissos de despesas correntes, com todos os inconvenientes, dentre os quais não de menor monta o pagamento de juros, para a gestão saudável das contas da organização, e reflexos significativamente adversos na gestão administrativa e na própria imagem da CPLP.³

COMENTÁRIOS À GUIA DE CONCLUSÃO

Reuniões setoriais e questão orçamentária, cada qual a seu modo, constituem referenciais significativos para a compreensão do momento atualmente vivido pela CPLP e para a identificação de suas falhas e também de suas virtudes. Em sua análise poderão ser encontradas orientações para o trabalho a ser desenvolvido pela Comunidade, no

³ Auditoria externa relativa ao exercício de 1998-1999 já notava: “a situação financeira e de tesouraria revela-se bastante preocupante essencialmente em razão da realização de quotas e contribuições com atraso cada vez mais dilatado, remessas parcelares e ainda a falta de pagamentos. As dívidas dos Estados membros se vão acumulando e os prazos de regularizações se alargando, colocando o Secretariado Executivo na contingência de adotar soluções pontuais para assegurar o seu regular funcionamento, socorrendo-se de capitais alheios (empréstimos bancários) para suprir a tesouraria negativa, o que acarreta custos financeiros suplementares. Persistindo esta situação, há lugar a potenciais riscos de incumprimentos contratuais e regulamentares podendo comprometer a imagem da organização”.

caminho de sua consolidação como instituição multilateral voltada para a defesa, o cultivo e a divulgação de valores comuns. A multiplicação de eventos e encontros setoriais, governamentais e não governamentais é um sintoma claro de vitalidade, que deve ser como tal tratado pela CPLP. Resulta portanto essencial que as estruturas da CPLP, e notadamente o Secretariado Executivo, busquem dar tratamento focal ao tema, o que, sem dúvida, depende, pelo menos em parte, do equacionamento da questão orçamentária. Aqui, o primeiro ponto diz respeito à estabilização e à devida estruturação do Secretariado Executivo, ainda sujeito a instabilidades administrativas e funcionais. Impõe-se, ademais, um chamado à responsabilidade, dos Estados membros, no cumprimento de suas obrigações e compromissos orçamentários, já que as crescentes inadimplências acrescentam um peso que pode tornar-se insuportável para uma organização ainda na juventude e que se propõe, justamente, contribuir para vencer os desequilíbrios inerentes que traz em sua gênese.

ANEXO I

REUNIÕES SETORIAIS CPLP (NOV/2000 – DEZ/2001)

II REUNIÃO DE MINISTROS DA CULTURA DA CPLP

(Rio de Janeiro, 10-11/dez/2001)

Próxima Reunião: Maputo, 2002

Principais temas: Selo Cultural da CPLP, Fundo Cultural da CPLP, utilização da língua portuguesa na internet, eventos comemorativos da independência do Timor.

Ações previstas:

- 1) Instituição de um Fundo Cultural CPLP para o financiamento de projetos e atividades culturais que envolvam mais de um país da Comunidade;
- 2) Programação de eventos culturais para celebrar a independência de Timor (maio/2002), bem como a realização da IV Cimeira da CPLP (julho/2002);
- 3) Encaminhamento da legislação referente ao Selo Cultural do Mercosul aos Estados membros, com vistas à adoção de mecanismos semelhante de facilitação da circulação de bens culturais no âmbito da CPLP.

IV CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA EDUCAÇÃO DA CPLP

(Maputo, 22-23/nov/2001)

Próxima Reunião: Angola, novembro de 2002

Principais temas: formação de professores, ensino técnico profissionalizante, ensino à distância, avaliação educacional, estatísticas de educação, material didático, entre outros.

Ações previstas:

1) Projeto de avaliação educacional sobre o tema “Comunicação em Língua Portuguesa no Processo de Ensino-Aprendizagem” – a proposta do projeto final deverá ser finalizada em encontro técnico em mar/2002, para aprovação na próxima Reunião ministerial;

2) Projeto de ensino à distância e mediatizado, com vertentes de formação de professores para o ensino básico e acesso às séries terminais do ensino básico – o projeto está sendo finalizado por Portugal e Brasil;

3) Programa regional de formação técnica profissionalizante – grupo de trabalho, chefiado por Portugal, deve apresentar projetos na área até o final do primeiro semestre de 2002;

4) Realização, no Brasil, no primeiro semestre de 2002, de um Encontro sobre o ensino de Literatura, com vistas à preparação de projeto para a elaboração de materiais didáticos;

5) Realização, em Portugal, no primeiro semestre de 2002, de um Encontro com vistas à definição de linhas orientadoras para a preparação de projetos;

6) Instituto Internacional da Língua Portuguesa – deverá ocorrer, no primeiro trimestre de 2002, a primeira reunião da Assembléia Geral, que deverá deliberar sobre o orçamento e o plano de ação do IILP;

7) Realização de um Seminário, no Brasil, em 2002, para tratar da questão dos livros escolares e materiais didáticos (avaliação e desenvolvimento de materiais, modos de distribuição e acesso, etc.).

II CONFERÊNCIA INTERMINISTERIAL DO AMBIENTE DA CPLP

(Maputo, 21/nov/2001)

Próxima Reunião: Brasília, 2º semestre de 2003

Principais temas: preparação da Conferência Mundial sobre desenvolvimento sustentável (Rio+10); gestão de recursos hídricos (abastecimento de água e saneamento, minimização de riscos de secas e cheias), gestão de resíduos (sólidos urbanos, hospitalares e industriais), proteção do solo, reforço das capacidades institucionais e técnicas.

Ações previstas:

1) Estabelecimento de sistema de pontos focais, com base na internet, para facilitar a cooperação e a troca de informação (“Observatório do Ambiente”);

2) Realização de cursos de curta duração e seminários nos seguintes domínios: planeamento e ordenamento territorial; abastecimento de água e saneamento; gestão de resíduos; legislação ambiental; Convenções internacionais; avaliação de impacto ambiental e monitoramento ambiental; sistema de controle CITES; formação e educação ambiental; rios internacionais.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DOS MINISTROS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA CPLP

(Lisboa, 15/out/2001)

Próxima Reunião: Maputo, 24-26 de abril 2002

Principal tema: reforma e modernização administrativa; especial prioridade é dada à formação profissional e as questões relativas ao Governo Eletrónico.

Ações previstas:

1) Missões de assessoria aos PALOP;

2) Constituição fórum de Institutos ou Escolas no domínio da administração pública;

3) Constituição da Comissão Permanente para a Cooperação nas áreas da Reforma da Administração Pública (representantes dos Estados membros e do SE da CPLP, presidência rotativa).

II REUNIÃO DOS MINISTROS DO TRABALHO E EMPREGO DA CPLP

(Rio de Janeiro, 05/out/2001)

Próxima Reunião: Maputo, 2002.

Principais temas: geração de emprego e direitos fundamentais no trabalho.

Ações previstas:

1) No âmbito da OTEF (Organização das Administrações do Trabalho, Emprego e Formação Profissional) – preparação de estratégia de abordagem da questão do combate ao trabalho infantil e do impacto do HIV/AIDS no mercado de trabalho; troca de informações e formação técnica no campo da segurança e saúde no trabalho.

2) No âmbito da OPROS (Organização da Proteção Social dos Países de Língua Portuguesa) – intensificação do intercâmbio de informações e da cooperação técnica multilateral com vistas ao aumento da cobertura previdenciária dos trabalhadores;

V ENCONTRO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DA CPLP

(Ponta Delgada, Açores, 15-17/jul/2001)

Próxima Reunião: 2002

Principal tema: cooperação no campo do controle e da fiscalização do uso dos recursos públicos.

Ações previstas:

1) Intercâmbio de pessoal técnico para a realização de estágios, seminários e cursos de formação, treinamento e aprimoramento profissional;

2) Permuta de documentação, experiências e assistência técnica; realização de seminários e conferências; difusão de informações e trabalhos técnicos; promoção de estudos sobre temas específicos.

IV REUNIÃO DOS MINISTROS DA DEFESA DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

(Brasília, 21-22/maio/2001)

Próxima Reunião: Portugal, maio de 2002

Principais temas: realização de exercícios conjuntos, adoção de doutrinas e procedimentos comuns, formação de quadros.

Ações previstas:

1) Estabelecimento de um programa integrado de intercâmbio no domínio da formação militar (com ênfase no treinamento de pequenas unidades para o desempenho de missões de ajuda humanitária e de manutenção da paz);

2) Implementação do Centro de Análise Estratégica (CAE) – num primeiro momento, o CAE fará a interligação dos Centros já existentes por meio da internet; os encargos financeiros desta tarefa foram assumidos por Portugal;

V ENCONTRO MINISTERIAL E DE ADMINISTRAÇÕES DOS CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

(Maputo, 26-27/abr/2001)

Próxima Reunião: São Tomé, 2002

Principal tema: modernização da infra-estrutura e da regulamentação dos sistemas de telecomunicações.

Ações previstas:

1) Projeto “Cooperação Técnica em Telecomunicações” – apresentado pelo Brasil e aprovado no mérito pelos Pontos Focais, na reunião de São Tomé, em julho de 2001 (a ABC depositou US\$68 mil no Fundo Especial da CPLP para este projeto);

2) Atividades de cooperação técnica, como organização de seminários, estabelecimento de um mecanismo de troca regular de informações, desenvolvimento conjunto de quadros legais (em especial de órgãos reguladores e de gestão de serviços postais).

II CONFERÊNCIA DE MINISTROS RESPONSÁVEIS PELA JUVENTUDE DA CPLP

(Luanda, 5-7/abr/2001)

Próxima Reunião: Cabo Verde, 2003

Principal tema: promoção do desenvolvimento integral dos jovens

Ações previstas:

1) III Bienal de Jovens Criadores da CPLP – prevista para Moçambique, em 2002; cada Estado membro fica responsável pela seleção de seus representantes, e pelo pagamento de seu deslocamento até o país de acolhimento;

2) Centro Internacional da Juventude da CPLP – o projeto do Centro, a ser sediado em São Tomé, foi aprovado no mérito pelos Pontos Focais, na reunião de São Tomé, em julho de 2001 (o Brasil alocou US\$30 mil ao projeto);

3) Elaboração do regulamento de um programa de intercâmbio e mobilidade juvenil;

4) Ações de prevenção e combate ao HIV/SIDA entre jovens;

5) Realização de um festival da Lusofonia, que integre as componentes desportiva, artístico-cultural e associativa.

VIII CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA JUSTIÇA DOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

(São Tomé, 1-3/nov/2000)

Próxima Reunião: Bissau, 1º trimestre de 2002

Principais temas: cooperação multilateral penal, justiça e desenvolvimento, formação de quadros.

Ações previstas:

1) Criação de centros ou pólos locais de formação técnica-profissional;

2) Preparar amplo programa, em Timor Leste, destinado à formação de formadores e ao treinamento de pessoal na área de produção legislativa, magistratura judicial, magistratura do Ministério Público, exercício de direito de defesa, registros e notariado, oficiais de justiça e investigação criminal;

3) Criação de uma página na internet para divulgação das atividades da Conferência e consulta de elementos informativos;

4) Criação de um Registro Central de pessoas condenadas por tráfico de drogas e lavagem de dinheiro;

5) Preparação de três Acordos multilaterais: i) sobre transferência de pessoas condenadas, ii) de cooperação em matéria penal, e iii) de cooperação em matéria civil e comercial.

ANEXO II

HISTÓRICO DE CONTRIBUIÇÕES PARA A CPLP (EM USD)

QUOTAS FIXAS																
	ANGOLA		BRASIL		CABO VERDE		GUINÉ-BISSAU		MOÇAMBIQUE		PORTUGAL		S. TOMÉ E PRÍNCIPE		TOTAL	
	Prev.	Recemb.	Prev.	Recemb.	Prev.	Recemb.	Prev.	Recemb.	Prev.	Recemb.	Prev.	Recemb.	Prev.	Recemb.	RECEB. A REC.	
Exercício 1996/1997	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	210.000	0
Exercício 1997/1998	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	0	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	29.940	179.940	30.060
Exercício 1998/1999	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	0	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	26.304	176.304	33.696
Exercício 1999/2000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	0	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	0	120.000	90.000
Exercício 2000/2001	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	0	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	150.000	60.000
Exercício 2001	15.000	0	15.000	15.000	0	15.000	0	15.000	0	15.000	15.000	15.000	15.000	0	30.000	75.000
Exercício 2002	30.000	0	30.000	30.000	0	3.000	0	30.000	0	30.000	0	30.000	0	0	30.000	180.000
TOTAL	195.000	150.000	195.000	195.000	195.000	90.000	168.000	30.000	150.000	195.000	165.000	195.000	195.000	116.244	896.244	468.756

CONTRIBUIÇÕES VOLUNTÁRIAS

	ANGOLA		BRASIL		CABO VERDE		GUINÉ-BISSAU		MOÇAMBIQUE		PORTUGAL		S. TOMÉ E PRÍNCIPE		TOTAL	
	Prev.	Recab.	Prev.	Recab.	Prev.	Recab.	Prev.	Recab.	Prev.	Recab.	Prev.	Recab.	Prev.	Rec.	RECEB	A REC.
Exercício 1996/1997	50.000	100.000	100.000	100.000	0	0	0	0	0	0	358.535	358.535	0	0	508.535	0
Exercício 1997/1998	50.000	100.000	100.000	100.000	0	0	0	0	0	0	347.777	347.777	0	0	472.252	0
Exercício 1998/1999	90.000	170.000	170.000	170.000	0	0	0	0	30.000	30.000	500.000	500.000	0	0	790.000	0
Exercício 1999/2000	90.000	170.000	170.000	170.000	0	0	0	0	30.000	30.000	350.000	350.000	0	0	640.000	0
Exercício 2000/2001	90.000	170.000	170.000	170.000	0	0	0	0	30.000	30.000	350.000	350.000	0	0	640.000	0
Exercício 2001	45.000	85.000	169.728	169.728	0	0	0	0	15.000	0	175.000	175.000	0	0	344.728	60.000
Exercício 2002	91.666	173.162	173.162	173.162	0	0	0	0	30.577	0	356.559	0	0	0	173.162	478.802
CONT VOL	415.000	344.475	795.000	879.728	0	0	0	0	105.000	90.000	2.081.312	2.081.312	0	0	3.568.677	538.802

FUNDO ESPECIAL

	ANGOLA		BRASIL		CABO VERDE		GUINÉ-BISSAU		MOÇAMBIQUE		PORTUGAL		S. TOMÉ E PRÍNCIPE		TOTAL	
	Prev.	Recemb.	Prev.	Recemb.	Prev.	Recemb.	Prev.	Recemb.	Prev.	Recemb.	Prev.	Recemb.	Prev.	Rec.	RECEB	A REC.
Exercício 1996/1997	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30.000	500.000	500.000	0	0	530.000	0
Exercício 1997/1998	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Exercício 1998/1999	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	500.000	500.000	0	0	500.000	0
Exercício 1999/2000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	300.000	300.000	0	0	300.000	0
Exercício 2000/2001	0	0	300.000	300.000	0	0	0	0	0	0	500.000	0	0	0	300.000	500.000
Exercício de 2001	0	0	440.500	440.500	0	0	0	0	0	0	152.000	152.000	0	0	522.500	0
Exercício 2002	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	740.500	740.500	0	0	0	0	0	30.000	1.952.000	1.452.000	0	0	2.152.500	500.000

A POLÍTICA BRASILEIRA PARA HIV/AIDS E A COOPERAÇÃO COM A COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

Paulo Roberto Teixeira e
Mauro Teixeira de Figueiredo***

A EPIDEMIA DE HIV E AIDS NO MUNDO

A aids é considerada hoje como a mais devastadora epidemia da história da humanidade. Com os primeiros casos detectados apenas no início dos anos 80, afeta hoje cerca de 40 milhões de pessoas em todo o mundo, tendo sido responsável pela morte de mais de 22 milhões de seres humanos. Conforme observou o Diretor Geral do Programa Conjunto das Nações Unidas para combate a Aids (UNAIDS), Peter Piot, “dois decênios de aids nos têm evidenciado que esta epidemia sem precedentes tem o potencial de eliminar todos os progressos alcançados no desenvolvimento nos últimos 50 anos”⁽¹⁾

A aids tem sido responsável por uma substancial redução na expectativa de vida em muitos países, tendo afetado de forma mais avassaladora os países da África Subsaariana. Em alguns desses países estima-se que mais de 30% população adulta esteja infectada pelo HIV, sendo que a grande maioria dos pacientes com aids não tem recebido o tratamento apropriado, uma vez que os medicamentos anti-aids (anti-retrovirais) são ainda muito caros e os governos, em geral, não têm uma política consistente que garanta o acesso para a população de baixa renda.

* Coordenador Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde.

** Assessor de Cooperação Institucional da Coordenação Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde.

¹ Discurso “Challenges and Responses in Latin America and the Caribbean”, proferido pelo Diretor Geral do UNAIDS, Dr. Peter Piot, durante o Seminário “Aids and Development”, organizado pelo Banco Inter-americano de Desenvolvimento (BID), no dia 8 de março de 2002 em Fortaleza – CE – Brasil.

Esta epidemia, a nosso ver, precisa deixar de ser tratada como um problema específico da área de saúde, para ter uma abordagem multi-setorial, como uma questão político-social que pode afetar, e de fato vem afetando, todos os setores da sociedade. O principal componente para o seu enfrentamento é o compromisso político, compromisso este que, no Brasil, existiu desde o seu surgimento, o que fez com que os seus efeitos não fossem ainda mais devastadores do que são atualmente no País.

Por outro lado, a aids, da mesma forma que outras enfermidades, não respeita os limites fronteiriços dos países, principalmente em se tratando de um mundo globalizado como o atual. Desta forma, faz-se premente uma resposta também em âmbito global, conforme postulou a Declaração de Compromissos da Assembléia Especial das Nações Unidas sobre HIV/aids, realizada em Junho de 2001, em Nova Iorque: “Crise Global – Ação Global”.

Nesse sentido, o Programa brasileiro tem sido solidário, colocando-se à disposição para a cooperação com diversos países de distintas regiões. Até o momento temos tido relações de cooperação, na forma de projetos ou atividades pontuais, bi ou multilaterais, com cerca de 40 países e 12 agências internacionais.

Desde 1996 a Coordenação Nacional de DST e Aids adota o conceito de cooperação técnica horizontal, que pode ser definida como uma cooperação baseada na solidariedade e no profundo respeito mútuo entre as nações, em que os projetos ou as atividades são desenhadas conjuntamente em todas as suas etapas e em que se considera que todos os países, por mais pobres e deficientes, têm algo a aportar a outros, da mesma forma que mesmo os países mais desenvolvidos têm muito o que receber e compartilhar com os demais.

Essa concepção foi adotada para a criação do Grupo de Cooperação Técnica Horizontal da América Latina e do Caribe em HIV/Aids (GCTH), a partir de um questionamento da cooperação verticalizada que vinha sendo oferecida na forma de “pacotes” fechados pelos países desenvolvidos ou pelos organismos e agências internacionais

aos países da região, sem uma possibilidade de discussões dos seus termos. Este Grupo é composto, hoje, pelos Diretores de Programas Nacional de DST e Aids de 23 países. O conceito de cooperação horizontal tem, desde então, norteado nossa cooperação externa, tanto em nossa relação com os países em desenvolvimento, como com os desenvolvidos, e com os organismos e agências internacionais.

No âmbito da comunidade de países de expressão portuguesa o Brasil vem desenvolvendo projetos de cooperação técnica horizontal em HIV/aids com Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, desde 1999. Apesar de tratarem de projetos com um escopo limitado, envolvendo atividades de capacitação em áreas específicas, sem atender a todas as demandas dos países no combate à epidemia, essa cooperação vem sendo importante para uma aproximação entre o Brasil e os países da Comunidade, bem como tem possibilitado desenvolver o que poderíamos chamar de uma “tecnologia de cooperação”, que poderá vir a ser extremamente útil para o desenvolvimento de futuros e mais amplos acordos.

As ações de cooperação externa com os países africanos de língua portuguesa tem esbarrado em três dificuldades principais: a limitação de recursos financeiros; a falta de um maior empenho e compromisso político por parte de alguns governos, por não terem ainda a aids como uma prioridade nacional; e uma articulação ainda insuficiente entre os possíveis parceiros.

Com relação aos recursos, temos constatado grandes avanços ultimamente: somente no ano 2002, por exemplo, a comunidade internacional contribuiu com cerca de US\$ 1,8 bilhões para a luta contra a aids em países em desenvolvimento, incluídos aí cerca de US\$ 600 milhões provenientes do Fundo Global de Luta contra a Aids, Tuberculose e Malária²). Acreditamos que essa tendência será mantida nos próximos anos, e que essa limitação de recursos deverá ser equacionada, pelo menos em parte.

² Discurso de Peter Piot no Seminário “HIV/Aids e Desenvolvimento”, promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no dia 8 de março de 2002, em Fortaleza – CE - Brasil.

Em relação ao comprometimento político por parte dos países, acreditamos que organizações internacionais, Agências multilaterais e ONG podem vir a desempenhar um papel fundamental no sentido de sensibilizar autoridades e pessoas chaves no âmbito de cada país acerca da necessidade e urgência de colocar o tema aids no centro da agenda política.

Da mesma forma, organizações como a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) podem contribuir na identificação de novos parceiros com interesses convergentes, articulando ações trilaterais, da mesma forma que facilitar trâmites e procedimentos na cooperação entre os países e instituições internacionais. A experiência brasileira em cooperação externa tem demonstrado a importância de envolver novos atores, com vistas a otimizar recursos, agilizar processos e possibilitar respostas mais adequadas por meio da cooperação internacional.

Por estes e outros motivos, consideramos que a CPLP pode vir a desempenhar um papel de grande relevância como facilitadora da cooperação entre os países de expressão portuguesa, incorporando terceiros atores e contribuindo com os esforços no sentido de dar um salto qualitativo neste campo de comum atuação.

Sem dúvida a língua comum é um grande fator catalizador dessa cooperação. Por outro lado, a crescente interação entre esses países, com a intermediação da CPLP, vem fortalecendo os laços de amizade e respeito mútuo, que constituem premissas destas relações.

Embora tenhamos consciência de nossas deficiências e limitações, reconhecemos que o Brasil adquiriu uma sólida experiência de enfrentamento da epidemia de aids ao longo dos anos que faz com que vários aspectos da resposta nacional possam ser aplicados em outros países, em particular na comunidade de países em desenvolvimento.

Traçamos, a seguir, um esboço de algumas das experiências exitosas do Programa Brasileiro que, ao nosso ver, podem ser úteis aos países de expressão portuguesa e que, portanto, poderiam ser parte do

nosso intercâmbio. Antes, porém, cabe tecer alguns comentários acerca o sistema de saúde do Brasil e sobre a situação da epidemia de HIV/aids no País.

O SISTEMA DE SAÚDE NO BRASIL

A Constituição Brasileira de 1988 estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, premissa básica para a garantia de políticas sociais e econômicas que deduzam o risco de doenças e outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde. São, portanto, de relevância pública as ações de saúde que dever ser executadas diretamente pelo governo ou por meio de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Estima-se que o gasto nacional em saúde (público e privado) no Brasil foi de cerca de 54,7 bilhões de dólares no ano 2000, representando, cerca de 7,62% do PIB, e um per capita de 329.30 dólares norte-americanos.

Nesse mesmo ano, o gasto público total (União, estados e municípios), que representa 42,2% do gasto nacional em saúde, atingiu 23,1 bilhões de dólares (3,21% do PIB e um per capita de 138.90 dólares). A maior parte desse valor é originária de recursos da União (58,3%). A participação dos estados corresponde a 17,4%, enquanto a dos municípios é de 24,3%.

As principais fontes de financiamento do gasto público em saúde são, no âmbito da União, contribuições que incidem sobre o faturamento (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e lucro líquido (Contribuição sobre o Lucro Líquido) de empresas, sobre a movimentação bancária de pessoas físicas e jurídicas (Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira – CPMF) e recursos fiscais (Recursos Ordinários do Tesouro Nacional). Em 1999 e 2000, as contribuições sociais foram responsáveis por mais de 80% do orçamento do Ministério da Saúde. No âmbito de estados e municípios as fontes de recursos são os impostos gerais.

O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

A estruturação da atual rede pública de saúde no Brasil teve início em 1988, com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), previsto na Constituição Brasileira de 1988. Em 1990, o SUS foi regulamentado com base nas diretrizes de descentralização com direção única em cada esfera de governo, o atendimento integral com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais, na participação da sociedade civil e nos princípios de universalidade,, gratuidade do atendimento. A partir daí, a política de saúde pública passou a conjugar ações de promoção, de prevenção, de assistência e de reabilitação, sob a ótica da atenção integral à saúde da população brasileira. É realizada por organizações públicas governamentais, por entidades privadas, vinculadas ao SUS por meio de contratos e convênios, e pela parceria com Organizações da Sociedade Civil (OSC).

A implementação do SUS exige a existência de instâncias de pactuação técnico-política entre os três níveis de governo: Federal, Estadual e Municipal. Nesse sentido foram criadas, no âmbito dos estados, as Comissões Intergestores Bipartites – CIB, composta por representantes do Estado e de municipais – e, no nível federal, a Comissão Intergestores Tripartite – CIT, integrada por representantes do Ministério da Saúde, de Estados e municípios.

Uma das características de maior destaque do SUS é a ênfase na participação da sociedade. A participação comunitária e o controle da sociedade (*accountability mechanisms*) no âmbito federal, estadual e municipal é assegurada pelos Conselhos de Saúde, que contam com a participação igualitária de representantes dos usuários (50%) e do Estado, prestadores de serviços e trabalhadores da saúde (50%). Ademais, de 4 em 4 anos são realizadas Conferências Nacionais de Saúde, também de composição igualitária, precedidas de eventos preparatórios (conferências estaduais e municipais), no âmbito dos estados e da grande maioria dos municípios.

A rede de serviços vinculada ao SUS não é a única forma de acesso da população brasileira a serviços médico-assistenciais. Sem

perder o direito ao SUS, muitos brasileiros utilizam serviços privados contratados por empresas para seus empregados e dependentes ou por meio de contratos diretos com empresas médicas ou seguros privados. Esse subsistema que recebe subsídios diretos ou indiretos do Estado, sob a forma de renúncias fiscais e contributivas, atende cerca de 42 milhões de usuários (cerca de 25% da população brasileira).

A resposta brasileira na área de HIV/Aids se insere nesse contexto.

HIV E AIDS NO BRASIL

Estima-se que existam atualmente no Brasil cerca de 600.000 pessoas portadoras do HIV, em uma população de cerca de 172 milhões de habitantes (o que representa uma taxa de prevalência de 0,65% dos indivíduos com 15 a 49 anos). Desde o primeiro caso de aids, registrado em 1980, até setembro de 2001, foram notificados 222.356 casos da doença, sendo 162.732 (73%) do sexo masculino e 59.624 (27%) do sexo feminino. De 1983 até 1999 foram registrados 116.746 óbitos por aids.

As tendências da epidemia sofreram significativas alterações desde o seu início. De uma epidemia que se manifestou inicialmente entre a população masculina homossexual, com maior poder aquisitivo e maior grau de escolaridade, quase exclusivamente nas regiões metropolitanas, observamos hoje um aumento considerável na incidência na população heterossexual, com um crescimento proporcionalmente maior entre as mulheres; uma disseminação pelas cidades de médio e pequeno porte (atualmente cerca de 3.485 municípios do país têm pelo menos um caso de aids notificado - 63,3% do total); e um incremento substancial entre as populações de baixa renda e com menor grau de escolaridade (hoje, mais de 60% dos casos de aids são registrados entre analfabetos e pessoas com até 8 anos de estudo).

Após um período de estabilidade entre os anos 1996 e 1998, no qual a taxa de incidência manteve-se em torno de 15,3 casos por 100 mil habitantes, observou-se, nos últimos anos, uma clara tendência a

queda que esperamos se mantenha nos próximos anos: em 2001 registrou-se uma taxa de 10,5 casos por 100 mil habitantes* .

Por outro lado, se considerarmos que havia uma estimativa do Banco Mundial de que o Brasil chegaria ao ano 2000 com um milhão e duzentas mil pessoas infectadas pelo HIV, constitui um ganho do Programa Brasileiro haver chegado àquele ano com menos da metade da estimativa feita inicialmente.

Esses avanços se devem, em grande medida, aos esforços envidados por parte do Governo brasileiro em parceria com a sociedade civil organizada e o apoio dos Organismos e Agências Internacionais de desenvolvimento.

A POLÍTICA BRASILEIRA PARA HIV/AIDS

A resposta brasileira ao HIV/aids estruturou-se em torno de três objetivos centrais:

- Reduzir a incidência da infecção pelo HIV/aids e outras DST;
- Ampliar o acesso e melhorar a qualidade do diagnóstico, tratamento e assistência aos portadores do HIV/aids e outras DST; e
- Fortalecer as instituições públicas e privadas responsáveis pelo controle das DST/HIV/aids.

Ao longo dos anos, é possível identificar alguns aspectos da resposta brasileira que foram determinantes para que se conseguissem avanços na direção dos resultados desejados:

- Resposta governamental precoce – a aids no centro da agenda política
- Continuidade das ações

* Dado sujeito a revisão devido a atrasos de notificações

- Parceria entre o Governo e a sociedade civil organizada: forte participação da sociedade civil em todos os níveis de decisão
- Mobilização multissetorial
- Balanço entre prevenção e tratamento em uma perspectiva de respeito aos direitos humanos em todas as estratégias e ações
- Prevenção centrada no uso consistente do preservativo
- Campanhas claras e diretas direcionadas à população em geral e a populações de maior vulnerabilidade e risco

Cada um desses aspectos será analisado com maiores detalhes a seguir.

RESPOSTA GOVERNAMENTAL PRECOCE – A AIDS NO CENTRO DA AGENDA POLÍTICA

A resposta à epidemia de HIV e aids no Brasil teve início bastante precoce. Após os primeiros caso de aids terem sido identificados em fins de 1982, em 1983 cria-se o primeiro programa de aids do País: o Programa de DST/Aids do Estado de São Paulo*. Nesse momento, existiam em todo o Estado apenas 4 casos de aids notificados. Em 1985, quando 13 Estados já haviam organizado seus programas, estrutura-se uma resposta em âmbito nacional.

As Organizações Não-Governamentais (ONG) e as pessoas vivendo com HIV e aids tiveram um papel predominante nesse processo. A aids afetou inicialmente indivíduos com um alto grau de escolaridade e de consciência política, incluindo personalidades do meio artístico e político-social, e estas pessoas vieram pressionar o Governo e a sociedade para que a aids fosse colocada no centro da agenda política do País. Exemplo disso foi o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, idealizador da campanha contra a fome no Brasil, que veio a se consolidar

* O primeiro caso de aids no Brasil, ocorrido em 1980, teve o diagnóstico estabelecido, retrospectivamente, em 1984.

como um dos grandes líderes da luta pelos direitos humanos das pessoas vivendo com HIV e aids.

O caso brasileiro, em contraposição ao de países que tiveram uma resposta tardia e que hoje têm uma parcela expressiva da população afetada pela doença, veio reforçar a necessidade de se colocar o combate ao HIV/aids como uma prioridade nacional, independentemente das taxas de incidência. Se não tivéssemos contado, no Brasil, com um forte compromisso político assumido desde os primeiros anos da epidemia, certamente viveríamos hoje um problema de proporções bem maiores que o atual.

CONTINUIDADE DAS AÇÕES

Outro aspecto importante na resposta brasileira foi a continuidade das ações através dos anos: mesmo diante de diversas mudanças políticas e trocas de governos, a linha de ação foi mantida com uma coerência e uma certa independência com relação à política estritamente partidária, o que veio a dar uma forte consistência aos distintos projetos e ações estratégicas do Programa Nacional.

Quando essa continuidade ameaçou ser quebrada - nos anos 1990-1991, em que o Governo de Fernando Collor de Melo iniciou uma verdadeira desestruturação da política que vinha sendo implementada até então -, os efeitos imediatos foram tão maléficos que provocou uma forte pressão por parte da sociedade civil organizada, fazendo com que o Governo voltasse atrás, retomando os rumos e readmitindo pessoas que haviam sido afastadas do Programa Nacional.

Isto só foi possível a partir do momento em que o tema passou para o centro da agenda política do País, a partir da articulação ocorrida tanto no âmbito governamental como no não-governamental.

PARCERIA ENTRE O GOVERNO E A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

A parceria entre o Governo e a Sociedade civil constituiu-se, pois, desde o início da epidemia, um dos grandes pilares e uma das razões do êxito do Programa Brasileiro de DST/Aids, em seus distintos aspectos.

Cabe observar que esta foi uma estratégia inteiramente inovadora e distinta da posição tradicional. O que se verifica em grande parte das vezes, tanto no Brasil como na maioria dos países, é uma forte contraposição entre o trabalho da sociedade civil e o do Estado: a primeira acusando o Estado de ineficiente, enquanto que os governos tendem a considerar as ONG uma ameaça a seu trabalho. A resposta brasileira à epidemia de aids veio provar ser muito mais eficaz e produtiva uma atitude de colaboração entre as duas instâncias, mantidas a autonomia e independência necessárias para a atuação de ambos os setores.

A parceria Governo-sociedade civil tem possibilitado potencializar as ações e desenvolver outras que o Governo, por si só, teria dificuldades para implementar. Exemplos disso são o trabalho de distribuição de preservativos a profissionais do sexo e o de troca de seringas com usuários de drogas injetáveis. Seria quase impossível implementar essas atividades utilizando apenas a estrutura regular do Estado, uma vez que estes trabalhos exigem ações diuturna e forte integração com as comunidades.

Entre os anos 1998 e 2001, foram financiados 1681 projetos, envolvendo 686 organizações da sociedade civil em todo o País, somando quase US\$ 30 milhões repassados diretamente às ONG. (Figura 1)

Entre esses projetos encontram-se, por exemplo, as assessorias jurídicas, em que o Governo financia e capacita advogados em todo o País para prestar atendimento jurídico gratuito às famílias e pessoas vivendo com HIV/Aids. Há também projetos específicos entre homens que fazem sexo com homens (HSH), caminhoneiros, populações indígenas, jovens entre muitos outros grupos considerados vulneráveis ou de risco acrescido.

O Brasil tem prestado assessorias a distintos países para estimular na articulação entre o Governo e a sociedade civil e estabelecer ações de proteção dos direitos humanos das pessoas afetadas.

MOBILIZAÇÃO MULTISSETORIAL

Além do Estado e das Organizações não-governamentais, existe no país uma rede de atores que atuam em HIV/aids, envolvendo desde universidades e instituições de fomento a estudos e pesquisas, a sindicatos, empresas privadas, igrejas, Organismos e Agências Internacionais, entre outros.

As universidades e instituições de fomento a estudos e pesquisas têm sido responsáveis, em parceria com o Programa Nacional, pela capacitação de pessoal nas diversas áreas, bem como por relevantes investigações que têm proporcionado grandes avanços do conhecimento necessário para a formulação de estratégias eficazes de combate à epidemia.

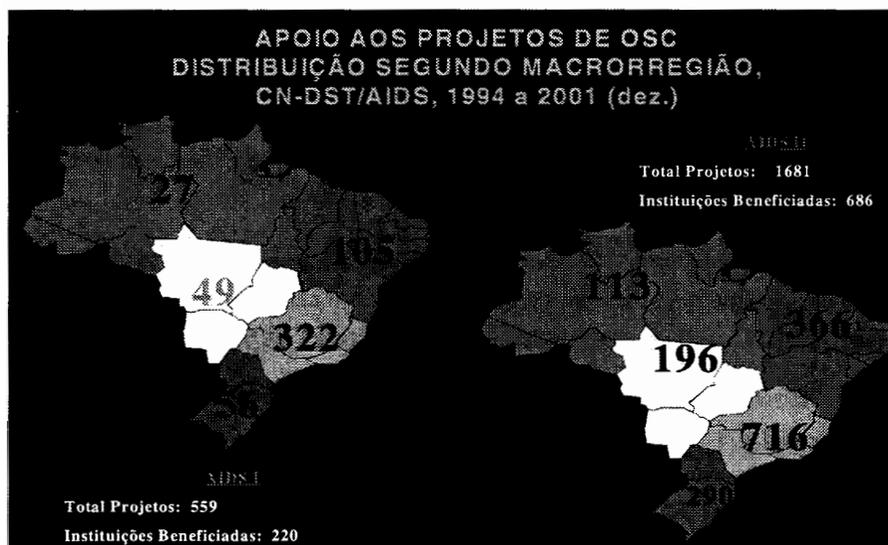


Figura 1

O setor privado, principalmente por intermédio do Conselho Empresarial em HIV/Aids, formado por 24 empresas de grande porte do País, tem desenvolvido um trabalho importante de mobilizar o setor empresarial para o desenvolvimento de ações de prevenção ao HIV/aids no âmbito das empresas. Os organismos patronais, como SESI, SENAI, SENAC e SESC, assim como os sindicatos, têm atuado ativamente ao longo dos últimos 15 anos, abrangendo mais de 10 milhões de trabalhadores

Os organismos e agências internacionais têm contribuído substancialmente no aporte de recursos adicionais e estratégicos ao Programa, da mesma forma que têm oferecido uma contribuição técnica igualmente significativa.

Destacam-se, neste sentido, os acordos de empréstimo com o Banco Mundial (BIRD), denominados projeto Aids I (1994-1998) e Projeto Aids II (1998-2002). Os recursos provenientes desses empréstimos, apesar de significarem apenas cerca de 10% dos recursos globais investidos em aids no País, têm sido importantes na medida em que permitem desenvolver ações estratégicas que não poderiam ser implementadas com os recursos regulares do Ministério da Saúde. O financiamento dos projetos desenvolvidos pelas Organizações Não-Governamentais, por exemplo, é feito com os recursos destes Acordos de Empréstimo.

Da mesma forma, tem sido extremamente positiva a relação da Coordenação Nacional de DST e Aids com as Agências das Nações Unidas, particularmente a UNESCO e o UNDCP (responsáveis pela administração dos recursos dos Acordos de Empréstimos), o FNUAP, o UNICEF, entre outras, bem como com Organizações como a OPAS/OMS, a USAID (Estados Unidos), a GTZ (Alemanha), o DFID (Inglaterra) entre outras. Especial destaque deve ser dado, também, à colaboração que temos recebido do Programa Conjunto das Nações Unidas em HIV/Aids (UNAIDS). Estes apoios têm permitido ampliar o escopo do nosso trabalho, da mesma forma que tem nos proporcionado um aprimoramento das ações tanto no plano interno como no referente a nossa cooperação com terceiros países.

Por esses motivos, consideramos que a resposta nacional está estruturada em um “tripé estratégico”, constituído pelo Governo, pela sociedade civil e pelos organismos e agências internacionais. Sem qualquer um desses atores, a resposta brasileira teria, certamente, sido menos efetiva.

BALANÇO ENTRE PREVENÇÃO E TRATAMENTO COM UMA PERSPECTIVA DE RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS EM TODAS AS ESTRATÉGIAS E AÇÕES

ACESSO UNIVERSAL E GRATUITO AOS MEDICAMENTOS ANTI-RETROVIRAIS

Outra das teses centrais defendidas pelo Brasil diz respeito à necessidade de integrar as ações de prevenção e o tratamento das pessoas vivendo com HIV. Esta tese, que por um longo tempo encontrou forte resistência por parte de uma corrente internacional que defendia que países em desenvolvimento nunca teriam condições técnicas de proporcionar o tratamento, e que deveriam, portanto, centrar suas ações somente na prevenção. Nossa política vem ganhando força a cada dia, na medida em que se constata, por um lado, que é eticamente inaceitável deixar milhões de pessoas infectadas pelo HIV à sua própria sorte; e, por outro lado, que o tratamento, universal e gratuito com medicamentos anti-retrovirais é altamente custo-efetivo. Proporciona uma economia substancial de recursos com hospitalizações e com medicamentos para as infecções oportunistas, ao mesmo tempo em que demonstrou ser uma eficiente forma de prevenção, uma vez que as pessoas assistidas passam a servir, elas próprias, como agentes para o controle da epidemia.

A partir da dispensação de medicamentos anti-retrovirais observou-se uma redução de cerca de 50% da mortalidade por aids no País e em mais de 80% das internações hospitalares por esta doença no Sistema Único de Saúde. Verificou-se, ainda, uma diminuição entre 60 e 80% das demandas para tratamento de doenças oportunistas classicamente associadas à aids, uma redução da duração e complexidade das internações hospitalares e um crescimento significativo do tratamento ambulatorial desses pacientes, refletindo assim uma melhora significativa

na sobrevivência e na qualidade de vida das pessoas afetadas. Estima-se que nos últimos 5 anos, tenham sido evitadas cerca de 358.000 internações hospitalares, com uma economia de recursos de aproximadamente US\$ 1,1 bilhão. (Tabela 1)

Tabela 1

	INTERNAÇÕES POR AIDS NO SUS (1996 – 2001)					
	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Nº Internações-aids (AIH) registradas no DATASUS	25.458	25.157	24.700	25.027	26.655	25.274 (*)
Nº estimado pacientes-aids atendidos no SUS no ano	15.390	31.140	43.823	57.604	69.447	90.400
Média de internação/paciente no ano	1.65419	0.81	0,56	0,43	0,38	0,28
Nº estimado de internações no ano, mantida a média de internações de 1996		51.511	72.491	96.542	114.876	149.539
Nº estimado de internações evitadas no ano		26.354	47.791	71.544	88.221	124.265
Custo estimado das internações evitadas no ano (US\$)		76.271.085,60	138.314.513,48	207.057.103,48	255.321.305,43	359.639.064,45

(*) dados até 30/11/2001.

PERÍODO 1997-2001

NÚMERO DE INTERNAÇÕES EVITADAS: 358.175

ECONOMIA DE RECURSOS (US): 1.036.603.072,14

A política de distribuição dos medicamentos anti-retrovirais teve nos primeiros anos da década de 90 com a disponibilização de Zidovudina (AZT) na rede pública. É, no entanto, em 1996 que um decreto presidencial (Lei Nº 9313/96) vem dar o amparo legal a essa política, tornando obrigatório que o Estado garanta o tratamento adequado a todas as pessoas que dele necessitem.

Atualmente são distribuídos 15 anti-retrovirais* pelo Sistema Único de Saúde. As reduções da mortalidade e do número de internações hospitalares são, por si só, resultados que devem garantir a sustentabilidade dessa política.

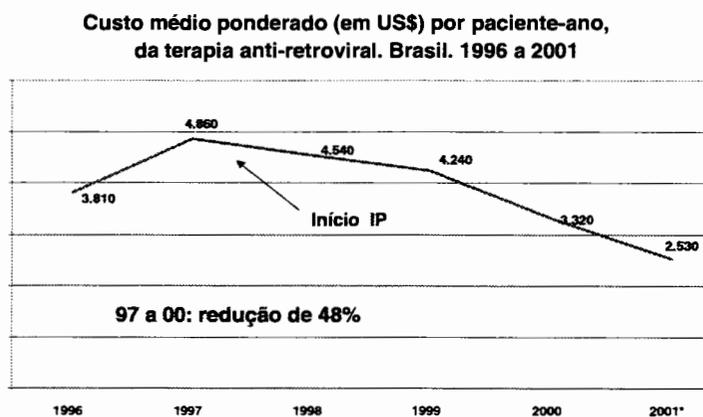
* Medicamentos anti-retrovirais distribuídos atualmente através do Sistema Único de Saúde: Zidovudina, Didanosina, Zalcitabina, Lamivudina, Estavudina, Abacavir, Indinavir, Ritonavir, Saquinavir, Nelfinavir, Amprenavir, Nevirapina, Delavirdina, Efavirenz e Lopinavir/r

Grafico 1



No entanto, duas estratégias foram igualmente importantes para estes resultados: a produção nacional de medicamentos anti-retrovirais em sua versão genérica e a negociação de preços diferenciados dos medicamentos de marca.

Gráfico 2



A PRODUÇÃO NACIONAL DOS MEDICAMENTOS ANTI-RETROVIRAIS E A POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS COM OS LABORATÓRIOS DETENTORES DAS PATENTES DOS MEDICAMENTOS

A cada ano o governo federal tem gastado cada vez menos com tratamento ARV, embora, em média, cerca de 15.000 novos pacientes sejam incorporados anualmente ao sistema de tratamento no País, em tratamentos cada vez mais complexos. Em 2001, o Governo Federal gastou US\$ 232.000.000 para atender mais de 100.000 pacientes, o que representou 1,6% do orçamento do Ministério da Saúde e menos de 0,05% do PIB. (Tabela 2)

Tabela 2
Gastos do Ministério da Saúde com ARV (1996-2001)

Ano	Valor em US\$ Milhões	Número de Pacientes	Orçamento MS (%)
1996	34	-	0,24
1997	224	35.900	1,18
1998	305	55.000	1,82
1999	336	73.000	3,18
2000	303	85.000	2,84
2001	232	105.000	1,60

Essa redução de custos, paralelamente à ampliação da cobertura, só foi possível com a produção local dessas drogas. A partir da produção da versão genérica dos medicamentos anti-retrovirais por laboratórios estatais e da política de negociação de preços diferenciados com os laboratórios detentores das patentes dos medicamentos., alguns desses medicamentos tiveram seu preço reduzido em mais de 80%, entre 1997 e 2001. A média de gastos por paciente/ano com a terapia anti-retroviral caiu pela metade entre os anos de 1997 e 2001, apesar do aumento proporcional no número de pacientes que utilizam tratamentos mais complexos e mais caros.

A aquisição dos medicamentos para aids, assim como suas indicações de uso (Consensos Terapêuticos), seguem recomendações técnico-científicas baseadas em estudos reconhecidos nacional e internacionalmente e elaboradas por renomados especialistas brasileiros que compõem os Comitês Assesores para Terapia Anti-retroviral. Atualmente, a Coordenação Nacional de DST Aids é assessorada por 3 comitês de especialistas para a elaboração das recomendações para uso de drogas anti-retrovirais em adultos/adolescentes, crianças e gestantes.

O Brasil tem oferecido transferir tecnologia para a produção dos medicamentos anti-retrovirais genéricos para outros países em desenvolvimento, da mesma forma que coloca a possibilidade de trocar experiências de negociação com laboratórios privados para obtenção de preços mais acessíveis. Da mesma forma, há grandes possibilidades de intercâmbios na área clínica, com relação aos consensos terapêuticos e à adesão ao tratamento, entre muitos outros aspectos.

ALTERNATIVAS ASSISTENCIAIS PARA O TRATAMENTO DOS PACIENTES

Paralelamente ao desenvolvimento da política de distribuição universal de medicamentos anti-retrovirais, o Ministério da Saúde do Brasil precisou garantir o acompanhamento médico-hospitalar das pessoas com aids. O principal desafio era assegurar uma assistência integral, de qualidade e que não tivesse grande custo de manutenção. A estratégia foi oferecer modalidades assistenciais alternativas centradas no cuidado ambulatorial e domiciliar. Além de garantir uma melhor qualidade de vida, as alternativas assistenciais criadas a partir de 1994 têm custos econômicos e sociais significativamente menores que o atendimento hospitalar convencional.

Atualmente, o País conta com cinco modalidades distintas de atenção às pessoas com aids e outras doenças sexualmente transmissíveis: os Serviços Ambulatoriais Especializados (SAE), os Hospitais-Dia (HD), os Serviços de Assistência Domiciliar Terapêutica

(ADT), os Hospitais Convencionais (HC) e os Serviços de Atendimento às DST. Até março de 2002, cerca de 2 mil serviços para assistência clínica aos portadores de DST/HIV/aids na Rede Pública de Saúde haviam sido credenciados pelo Ministério da Saúde.

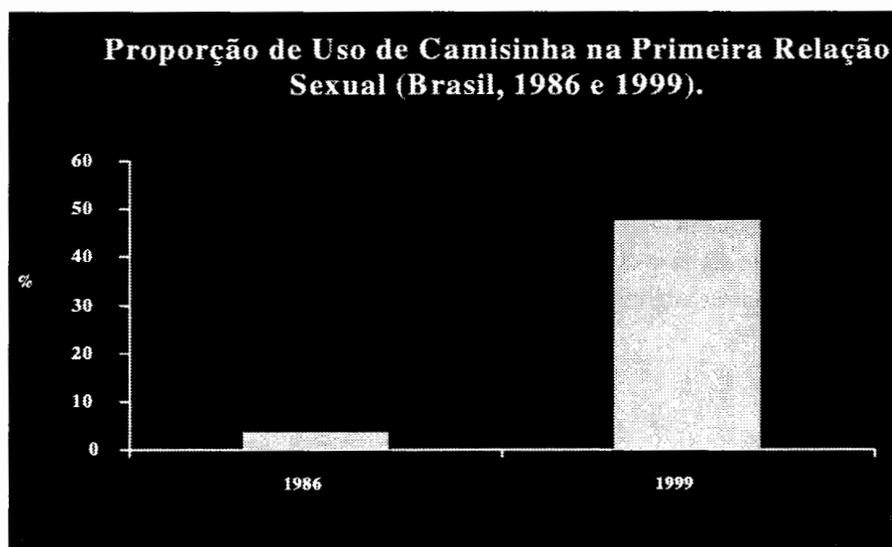
A Sociedade Civil também participa do processo de assistência ao portador de DST/HIV/aids por meio de projetos específicos, financiados pelo Programa Brasileiro de DST e Aids. Estes projetos complementam a assistência ao paciente com modalidades diversas às implantadas pelo governo: casas de apoio oferecem moradia às pessoas com HIV/aids de baixa renda; as casas de passagem garantem abrigo temporário nos deslocamentos dos pacientes para tratamento fora de seu município; e os grupos de convivência mantêm diversos projetos de reinserção social e grupos de adesão ao tratamento.

PREVENÇÃO CENTRADA NO USO CONSISTENTE DO PRESERVATIVO

O alcance da resposta brasileira pode ser visto, igualmente, nos números que indicam a adoção de práticas sexuais seguras. O uso do preservativo constitui um dos principais indicadores para a avaliação do Programa Brasileiro no campo da prevenção ao HIV/aids. Na metade dos anos 80, estudo realizado pela Benfam (DHS) mostrava que o preservativo, meio mais eficaz na prevenção às DST/HIV/aids, era utilizado por apenas 4% da população. Hoje, o cenário mudou significativamente. Pesquisa nacional realizada em 1999, sobre a sexualidade da população brasileira, mostrou que 48% da população brasileira havia utilizado o preservativo na última relação sexual. (Gráfico 3)

No que tange aos jovens brasileiros, por exemplo, verifica-se que vêm aderindo de forma sistemática ao uso do preservativo. Essa adesão é, muitas vezes, acompanhada de inúmeras iniciativas que envolvem desde a participação voluntária nos programas de prevenção até a mobilização social e o ativismo. As atividades de prevenção também se estendem às escolas do ensino fundamental e médio. Conta-se, ainda, com o apoio de 23 projetos nacionais em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação, que atinge 10 mil professores e 2,3 milhões de estudantes, envolvendo grande número de estabelecimentos de ensino. A criação do Grupo de Trabalho Jovem - GT Jovem – em parceria com o UNAIDS e UNESCO, em 1999, resultou numa importante iniciativa para o fortalecimento do protagonismo juvenil na luta contra a epidemia no País.

Gráfico 3



Fonte: 1986 BENFAM. 1999: CEBRAP

POLÍTICA BRASILEIRA DE ACESSO AO PRESERVATIVO

O Brasil conta com importantes canais de distribuição de preservativos:

- o setor privado - por meio da produção, importação e comercialização;
- setor público - que assegura, de forma gratuita, o preservativo masculino à toda a população que recorre aos serviços de saúde. Aqui, incluem-se a distribuição de preservativos femininos, de forma seletiva, a mulheres que vivem com HIV/aids, a profissionais do sexo, a usuários de drogas injetáveis (UDI) ou parceiras de UDI e aos serviços de atenção às mulheres da rede pública;
- setor não-governamental - que oferece à população preservativos gratuitos e de baixo custo com prioridade para segmentos de maior risco e de menor poder aquisitivo.

O País adotou uma estratégia singular. Por um lado, procurou garantir o acesso ao preservativo para as camadas mais pobres e grupos populacionais de maior risco, a partir da sua distribuição gratuita nos serviços de atenção básica de saúde e nos projetos estratégicos. Por outro lado, visando a garantir a sustentabilidade das ações e aumentar a cobertura, a Coordenação Nacional DST/Aids adotou uma política de redução do preço do preservativo a partir de diferentes estratégias: a) comercialização do preservativo na embalagem primária; b) redução da carga tributária (impostos e taxas) que incide sobre o preservativo; c) sensibilização das empresas fabricantes, dos distribuidores e dos revendedores para reduzir a margem de lucro sobre a venda do preservativo.

Tanto para a distribuição gratuita, quanto para o preservativo de baixo custo, faz parte da política de acesso a diversificação dos pontos de venda e de distribuição e a divulgação de campanhas de comunicação e marketing sobre a importância do preservativo. Estima-se que 1.242

instituições – governamentais e não-governamentais - fazem a distribuição de 12,3 milhões de preservativos/mês.

Acreditamos que o Brasil pode oferecer uma assessoria importante aos países de expressão portuguesa com relação ao incentivo ao uso do preservativo como forma de controle da epidemia de HIV/aids.

CAMPANHAS CLARAS E DIRETAS DIRECIONADAS À POPULAÇÃO EM GERAL E A POPULAÇÕES DE MAIOR VULNERABILIDADE E RISCO

As campanhas de comunicação têm sido uma das principais estratégias tanto para o incentivo ao uso do preservativo, como para a garantia dos direitos humanos das pessoas vivendo com HIV/aids no País.

Diferentemente de muitos países, no Brasil foi possível abordar o tema de forma bastante aberta e direta, apesar de aqui também existirem pressões contrárias por parte de alguns setores mais conservadores. No entanto, essas campanhas, divulgadas nos meios de comunicação de massa, e por meio de cartazes, folders, entre outros, utilizando-se de muita criatividade e, em alguns momentos, de humor,, têm provocado uma mudança significativa nas práticas sexuais da população, que passa de forma crescente a adotar o uso do preservativo, contribuindo para o controle da epidemia no País.

A partir da elaboração de um grande número de campanhas, nos âmbitos federal, estaduais e municipais, tanto governamentais como não-governamentais (ONG), foi possível desenvolver um know how de interação com a população geral e com grupos específicos. Ainda que tenhamos consciência das especificidades culturais e idiosincrasias de cada nação, acreditamos que a experiência brasileira na elaboração de campanhas podem ser de grande utilidade aos distintos países.

A COOPERAÇÃO TÉCNICA HORIZONTAL ENTRE OS PAÍSES DA CPLP

A partir dessa gama de experiências que o Brasil tem desenvolvido ao longo desses quase 20 anos de trabalho em HIV/aids, percebe-se que as possibilidades para cooperação com os países de expressão portuguesa são muito amplas. Vão desde a transferência de tecnologia para a produção de medicamentos, passam por capacitação em distintas áreas, até questões de ordem mais política, tais como a mobilização para que o controle do HIV/aids seja colocado no centro da agenda nacional.

Faz-se difícil identificar um interlocutor mais apropriado para intermediar essa cooperação que a CPLP. Com uma experiência de mais de 5 anos de atuação junto aos países da Comunidade, a CPLP tem tido uma forte aproximação e um consistente conhecimento da realidade desses países, o que lhe dá legitimidade para pensar alternativas e propor ações a serem desenvolvidas entre os países membros.

O Brasil estará sempre à disposição para compartilhar as experiências adquiridas ao longo desses anos de trabalho. Consideramos essa cooperação uma responsabilidade ética com os países irmãos, uma vez que temos pleno conhecimento da dificuldade, quase impossibilidade, de se enfrentar a epidemia de forma isolada, em um só país e com os recursos, financeiros e humanos, estritamente nacionais.

O Brasil tem priorizado a cooperação internacional tanto em função desse compromisso ético, como com vistas a dar visibilidade ao problema e legitimar a própria política adotada internamente no País. Desta forma, acreditamos que os esforços da CPLP vêm ao encontro dessa nossa proposta de dar um salto qualitativo na nossa cooperação, com vistas a responder de forma mais adequada ao tamanho do problema que se apresenta diante de nós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERQUÓ Elza et all. Comportamento Sexual da População Brasileira e Percepções sobre HIV/AIDS: Versão preliminar do Relatório de Pesquisa; 1999.
- BRASIL.MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Políticas de Saúde, Coordenação Nacional de DST e Aids. DATASUS/CENEPI/SIM. “Boletim Epidemiológico- Aids”, Aids, Ano XV, n. 1, 27ª à 40ª Semanas Epidemiológicas – julho a setembro de 2001. Brasília, 2001.
- BRASIL.MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Políticas de Saúde, Coordenação Nacional de DST e Aids. DATASUS/CENEPI/SIM. “Sobre a epidemia da aids no Brasil: distintas abordagens”. Brasília: Coordenação Nacional DST/Aids, Ministério da Saúde, 1999.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. “Trabajo Conjunto entre Gobierno y Empresarios para la Prevención de las ETS/SIDA. Consejo Empresarial de Prevención al VHI/SIDA”. Ed. IZOLAN, Eliane. Brasília, outubro de 2000.
- ESTUDOS SOBRE SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL QUE ATUAM EM HIV/AIDS- Relatório Final (Mímeo) . John Snow do Brasil e Instituto Pro Mundo. Brasília, novembro de 2000.
- FERNANDES, M. A et al. Gasto social das três esferas de governo, 1995, IPEA. IN: Texto para discussão 598. Brasília, outubro de 1998.
- PIOLA, S; NUNES, J E TEIXEIRA, L. “Brasil: Contas em Aids. Gasto público Federal em 1997 e 1998 e estimativa do gasto nacional em 1998”. Ministério da Saúde, Coordenação Nacional de DST e Aids, série Avaliação, 2, 2000.
- ROJAS, J & PAINE, P. “A Cooperação Internacional em Saúde no Brasil”. Documento de Trabalho para o Grupo Temático de Saúde das Nações Unidas. Brasília, dezembro de 2000.

A POLÍTICA DE LUTA CONTRA A POBREZA

*Professor Jamisse Uilson Taimo**

Ontem, quando iniciamos o Seminário, tivemos o desafio aqui de um sportinguista(?) que estava tão furioso, porque num pacote de açúcar não estava escrito que jadel(?) era de sporting(?). E porque ele sustentava que não nos conhecemos. E fui refletir neste “não nos conhecemos” e achei melhor mudar um pouco o enfoque que eu devia dar àquilo que eu devia compartilhar convosco, trazer um pouco a realidade dos nossos países, África e Moçambique em particular, para que a CPLP seja sentida em diferentes partes do ponto de vista da sua existência. Então, esse sportinguista, que é o Professor Cardoso, é responsável por grande parte dos cortes que vou fazer na minha apresentação.

Bem, para mim, há muitas experiências que marcaram ultimamente. Uma delas são precisamente as cimeiras que tiveram lugar no ano passado entre o Presidente dos Estados Unidos e o Presidente da Rússia, em que iniciou-se a discussão sobre a questão da proliferação das armas nucleares e que, bem, naquela altura, entendia como o redimensionamento do mundo e também a possibilidade da abertura de novas relações internacionais. E também eu entendia, naquela altura, que significava o fim da grande disputa ideológica que dominou o mundo ao longo dos anos.

Acho que nesta semana que inicia ou que terminou, e ontem nós vimos que iniciou-se a destruição das armas nucleares por parte da Rússia. E os nossos receios de uma guerra total pareciam estar já substituídos pela esperança de paz e de um mundo mais estável. Naquela altura, antes de 11 de Setembro, parecia abrir um era em que assistiríamos a redução das despesas em armas e a priorização dos setores sociais, a

* Reitor do Instituto Superior de Relações Internacionais - Maputo

luta contra a AIDS ou CIDA, no nosso caso, nós, do outro lado do oceano, o desenvolvimento das técnicas para aumentar a produção de comida, aumentar o acesso a água potável, melhores instrumentos para prevenirmos cheias e terremotos. Enfim, entendíamos que se inauguraria uma nova etapa para que as populações mais vulneráveis pudessem ter oportunidade de vida.

Infelizmente, o significado histórico dessas coisas todas que enumerei foi sufocado por 11 de Setembro. E, então, tudo mudou. Tudo mudou e, ironicamente, nada mudou. E explico por que digo isso, que nada mudou. Então, ao invés de transitarmos do conflito para a paz, saímos de um conflito para outro. O conflito ideológico foi substituído por um conflito de identidades. Ao invés de priorizarmos a luta contra o CIDA, prioriza-se a luta contra o antrax. Ao invés de se desenvolver técnicas para produção de alimentos e proteção ao ambiente, por exemplo, estamos a desenvolver técnicas para combater o terrorismo. Ao invés de desenvolver técnicas para a prevenção de ciclones e cheias, estamos a desenvolver bombas e armas inteligentes, para aniquilação do outro.

Estaremos no fim da História, como afirmou o grande politólogo Fukuyama? Ou estaremos no início da guerra entre as civilizações, como afirmou Huntington?

Para mim, nem um, nem outro. Estamos diante de conflitos identitários, de raiz econômica e social, entre Estados e com dimensão internacional. Esta será a nova dimensão que gostaríamos de trazer aqui, sobre a questão de segurança, sobre a insegurança internacional, sobre a questão da pobreza, sobre o desenvolvimento. Então, o marco que dirigirá o mundo será a dinâmica que nós achamos que é de intercessão entre os incluídos e os excluídos, quando falamos de políticas, pobreza. Quando nós falamos de pobreza é termos que olhar essa dimensão dos incluídos e dos excluídos.

Poderíamos perguntar quem exclui quem ou quem inclui quem. E é para falar dessas todas coisas complexas e precisamente sobre a relação entre a pobreza e o desenvolvimento que estamos hoje, aqui,

com a CPLP, para darmos saltos que nos possibilitem compartilhar não só as nossas diferenças, mas compartilharmos os nossos pontos de convergência no que diz respeito à luta contra a pobreza, porque, por aquilo que tenho visto, por aquilo que tenho lido, ninguém escapa desse fenômeno pobreza aqui. Todos nós que fazemos parte da CPLP, com uma dimensão maior ou menor, somos fustigados ou convivemos e vivemos com a pobreza, apesar de termos a riqueza.

Mas, em nível dos países africanos, a pobreza foi se acumulando ao longo dos anos, através de grandes guerras que tivemos. Mas o que nós devemos compartilhar é que a luta contra a pobreza tem sido, muitas vezes, politicamente motivada e implícita ou explicitamente relacionada a potenciais conflitos ou mudanças revolucionárias, por exemplo. E, para McNamara, a escolha era entre o custo político da reforma e os riscos políticos da rebelião.

Então, o nosso problema é como relacionar os dois fenômenos, de pobreza e também, volto a dizer, com a história de que não nos conhecemos, temos que falar sobre a questão do conflito, para lograr fornecer recomendações políticas na área de ajuda ao desenvolvimento, o que hoje denominamos cooperação internacional por desenvolvimento. Nós acabamos de ver, aqui, a apresentação sobre o papel da ABC, que é desenvolve ações de política de cooperação para o desenvolvimento. Mas pobreza é vista como implicando mais conflito. E, por sua vez, implica mais ajuda para emergências humanitárias, complexas e que, muitas vezes, essas emergências complexas alimentam outros esquemas.

Mas, citando pronunciamento do Presidente do Banco Mundial, ele dizia que o progresso na redução da pobreza enfrenta um impasse, porque ele achava que o número de pessoas sobrevivendo com menos de um dólar aumentava cada vez mais. E ele dizia, precisamente, que, em 1998, por exemplo, situava-se a cima de 1,2 bilhão. Então, ele dizia também que esses desafios deverão contar inequivocamente com a cooperação internacional entre as pessoas.

Então, nós achamos que a CPLP tem um papel de, tijolo por tijolo, desenvolvermos uma nova arquitetura de desenvolvimento para

tratar a crise silenciosa da pobreza. Nós, por exemplo, quando olhamos sobre a questão da pobreza, devemos olhar na relação de causas entre pobreza e conflito, por exemplo. Em nível dos nossos países africanos, podemos ver isso. Grande parte daquilo que é a nossa pobreza teve também uma grande dose dos conflitos que sempre estiveram presentes.

E nós achamos que o mundo pode tolerar crises sócio-econômicas altamente profundas. Mas quando estas transformam-se em crise política e de segurança, particularmente se está envolvida a migração em massa, a comunidade internacional começa a reagir. Então, a principal preocupação não deve ser gerir emergências complexas, mas evitá-las. Estamos aqui a falar de muitas coisas, entre elas, a crise sócio-econômica, cuja não resolução pode transformá-la em crise política com implicações em matéria de segurança, por exemplo.

Eu estava a ver: em Moçambique, tenho em casa, a Globo Internacional. Eu vi que, durante 7 horas, o Rio de Janeiro, numa noite aí, teve um tiroteio. E lembrei-me dos nossos tempos em Moçambique, no tempo da guerra. Então, aqui é importante pesquisar as conexões entre crises sócio-econômicas e políticas, que, às vezes, podem levar ao colapso do Estado.

Então, podemos colocar a seguinte questão: como é que uma estratégia de longo prazo pode ser incorporada ao desenvolvimento e à prevenção de conflitos? Ou, parafraseando o autor norte-americano John Burton, para a prevenção, por exemplo de conflitos, isto é, a combinação entre promoção de condições conducentes à paz e prevenção de condições conducentes à violência por exemplo. E, assim, se nos colocarmos nessa posição, teríamos condições para desenharmos estratégias que nos possibilitem a delinear melhor aquilo que são as estratégias de combate à pobreza.

Então, para nós, acharmos que há uma necessidade de, por exemplo, cortando muito aquilo que nós queríamos transmitir como nossa experiência, é que, para nós, é importante olharmos que, nas novas guerras ou conflitos pós-modernos, as ligações entre pobreza e conflito não são consideradas. Então, pelo contrário, as partes do conflito são

guiadas pelo objetivo de perpetuar o conflito, através de promoção de redes locais, nacionais e globais que tiram vantagens econômicas e políticas – e a seu benefício, é claro. Então, assim seriam as diferentes lides e facções rivais movidas pela ambição que, no seu esforço de enriquecimento ilícito, pela exploração de recursos naturais, perpetuam os conflitos.

Um momento alto dessa tendência foi recentemente ratificado pelo relatório da ONU sobre a exploração ilegal de recursos na República Democrática do Congo, por exemplo. Então, ao localizar Ruanda, Uganda, Burundi ou outros grupos de rebeldes a si aliados de estarem a lucrar com a continuação da guerra e responsabilizar esses países pela pilhagem de recursos na República Democrática do Congo. Consequentemente, nem os atores domésticos, nem os estrangeiros envolvidos estão interessados na paz e principalmente estabilidade. E, muitas vezes, isso foi se repassando ao longo da história dos nossos países.

Não se pretende negar a existência de algumas realidades, como sejam os senhores de guerra, por exemplo, elites criminosas por exemplo, mas reconhecer que nos faltam instrumentos analíticos, metodológicos, de forma a entender as forças que produzem a pobreza ou a dinâmica da pobreza. Isso, de fato, nos preocupa.

Nós entendemos também que Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, que fazem parte de um bloco regional, que é a África, fazem parte de todo um programa que é ligado à UNEPAD, que o programa de combate à pobreza desenhado pelos africanos. E essa iniciativa, conjugada ao esforço da CPLP, já que esses países fazem parte dos dois blocos e fazem parte de uma comunidade CPLP, seria de a CPLP produzir programas conjuntos, programas conjuntos que conduzam ao combate à pobreza.

Devo dizer que Moçambique, individualmente, tem o programa chamado PARPA. E este programa foi desenhado. E Angola está num processo de desenho do PARPA. Está a trabalhar principalmente nesse desenho. Não sei outros países africanos. E

também ouvi dizer que o Brasil criou uma instituição ligada a esta área, em cooperação, em colaboração com o PNUD. Eu ouvi o discurso do Ministro das Relações Exteriores, ao falar principalmente sobre isto. Então, que políticas nós podemos desenhar principalmente para o combate à pobreza?

E, para terminar, acho que nós, como África, como América do Sul, o Brasil especificamente, e Europa, que é Portugal, deveríamos compartilhar os processos de desenvolvimento, compartilhar os programas que promovam o desenvolvimento. É verdade que os processos políticos e econômicos são muito complexos, tanto no nível da África, assim como América Latina e Europa. Mas o processo das transições políticas, o processo das transições econômicas e sociais trazem condições favoráveis para que, em conjunto, possamos vencer esses desafios.

Estou a falar de uma coisa muito pequena. Nós todos nos colocamos na mesma linha, abaixo do Equador, exceto Portugal. Nós todos fazemos parte de um clima tropical. Em nível de produção de alimentos, de recursos, significa que temos condições muito reais de, em nível dos recursos concretos, recursos muito concretos, tipo o Brasil, por exemplo, industrializou a farinha de mandioca. Nós comemos muito farinha de mandioca em Moçambique. Industrializou muito, por exemplo, o coco. Nós comemos muito coco em Moçambique. Industrializou, por exemplo, sumos ou sucos de caju. Nós temos muito caju em Moçambique. Quer dizer, há muita coisa que pode ser colocada nesta relação, mas na construção passo a passo no combate à pobreza.

Quarta Parte

**A GLOBALIZAÇÃO E A CPLP.
A PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA.**

A LÍNGUA PORTUGUESA COMO FATOR DE INTEGRAÇÃO. A COOPERAÇÃO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

*Enilde Faulstich**

0. PRESSUPOSTO

O cenário desta discussão é relativamente complexo, mas suficientemente rico, para que se possa refletir acerca de dois papéis funcionais que a língua portuguesa desempenha: o de língua de integração, no eixo nacional – internacional - supranacional, e o de língua operacional, no panorama da cooperação multilateral. *Integração* pressupõe uma política de aproximação entre povos, e *cooperação* pressupõe o fazer-saber lingüístico como um princípio de cidadania. Porém, integração e cooperação, sob o foco de políticas globalizantes, podem conduzir a perdas culturais, uma vez que, no conteúdo desses conceitos, o de assimilação interfere.

No decorrer da exposição, o primeiro tópico – integração - será tratado sob o enfoque de uma política lingüística de resultados que considera que as ações coletivas de aprendizagem de línguas e de atividades de linguagem são um recurso econômico. O segundo – cooperação – será abordado de modo prático e considerará que ensinar e aprender Língua(s), bem como desempenhar-se satisfatoriamente, requer uma política educativa planejada. As metas, as estratégias e os resultados devem ser elaborados à luz de uma análise econômica de custo e benefício.

* Professora e pesquisadora do Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula (LIV)

Para melhor organizar as idéias, o texto será dividido em duas partes. Na primeira, *a língua portuguesa como fator de integração*, discute-se o assunto segundo uma visão larga de política, ilustrada por um caso de assimilação por que passou a instauração das línguas do e no Brasil e, depois, por um caso de integração não assimilacionista, de acordo com os objetivos da Licenciatura em Português do Brasil como Segunda Língua (PBSL), da Universidade de Brasília.

Na segunda parte do texto, a reflexão se volta para *modo e comportamento na construção de metas de cooperação educacional*. A formação de professores e o ensino apóiam-se em estratégias das quais a Língua Portuguesa é o principal veículo para a promoção de práticas de fala e de escrita. Nesse contexto, a diversidade deve ser objeto de ênfase pedagógica, pois as línguas nacionais precisam sobreviver no quotidiano de seus usuários, sem que a língua portuguesa as sufoque em nome do prestígio internacional que possui.

Como o que se pretende é apontar estratégias para que o espaço de comunicação em Língua Portuguesa se amplie, dentro de cada nação e entre nações em que é língua oficial, observar-se-á que a implementação de programas de natureza educacional decorre de uma aplicação fundamentada numa análise de custo e benefício, para que ensino, aprendizagem e uso sejam bem-sucedidos.

1. A LÍNGUA PORTUGUESA COMO FATOR DE INTEGRAÇÃO

A história recente das relações entre países promove Integração como palavra-chave para o desenvolvimento da unidade política e econômica entre parceiros. Sem aprofundar análises acerca desse assunto, é preciso acentuar que a diferença entre blocos econômicos, formados por países ricos e por países menos ricos, leva a questionar a relevância e o benefício dos pressupostos da globalização para os países menos favorecidos, uma vez que foram estabelecidos com base nos parâmetros de organização social e econômica dos países mais desenvolvidos e em seus interesses.

Nesse aspecto, a questão do nacionalismo e da nacionalidade, enquanto caracterização do perfil histórico, econômico e social de um povo, exerce um papel de entrave à concretização dos discursos de integração global, ao mesmo tempo em que pode ser reforçado, de forma negativa, por ele. K. J. Holsti (1980), em seu artigo “Interdependence, integration and fragmentation” chama atenção para o fato de que as populações desse novo mundo não devem simplesmente ater-se à aparente integração global, mas à coocorrência do nacionalismo como processo simultâneo ou paralelo, que poderá resultar em uma fragmentação ainda maior. Ele crê que o impacto econômico e político das instituições transnacionais nos países em desenvolvimento pode ser visto por estes países como ameaça a uma variedade de valores nacionais e produzir ações nacionalistas, como uma tentativa de ampliar a autonomia, reduzir a penetração externa e controlar organizações transnacionais. O autor procura, assim, estabelecer uma relação entre a tentativa de globalização e uniformização das relações comerciais entre as nações e as reações nacionalistas que se originam e se fortalecem a partir daí.

Vale ressaltar que o moderno nacionalismo europeu brotou, no final da Idade Média, do internacionalismo latino que a cristandade cultivou à medida que se espalhava pelo continente. Em toda parte, o que se viu foi o florescimento de fortes características nacionais, associado ao aparecimento de diferentes línguas e de estilos na construção e na pintura. Somente depois que grandes poetas, teóricos políticos, historiadores e filósofos começaram a escrever na língua local, e não em latim, o nacionalismo moderno nasceu e ganhou voz. Notável foi a conexão entre cultura nacional e independência lingüística em Portugal, por meio da história de Portugal, contada em versos por Camões, em *Os Lusíadas*, primeira criação maior da literatura portuguesa.¹

É no século XV, de fato, que as línguas românicas se apresentam estruturadas, muitas delas já sistematizadas em gramáticas, o que veio facilitar a comunicação e a difusão da informação entre os povos. A

¹ In “Bom servo, mau senhor. São as duas faces no nacionalismo”. VEJA, 27/9/00, pág. 150-1

Europa do século XV possuía vantagens que vão revelar-se decisivas, como sociedade mais funcional e com maiores conhecimentos tecnológicos. E, durante meio século, Espanha e Portugal não vão ter concorrentes nos oceanos, quando partem na descoberta de novo Mundo.

E Portugal aporta no Brasil. Nesse lugar de disputas, INTEGRAÇÃO é, do ponto de vista cultural, processo e, do ponto de vista lingüístico, resultado.

1.1. *Integração – assimilação*

Não é novidade hoje que a formação do território lingüístico brasileiro decorreu de forças que misturaram as línguas indígenas às do colonizador, em obediência às medidas legislativas e administrativas saídas da pena do Marquês de Pombal. Assim preconizava, em 1757, a Lei do Diretório:

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos Domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração e a obediência ao mesmo Príncipe. Observando pois todas as nações polidas do Mundo este prudente e sólido sistema, nesta conquista se praticou tanto pelo contrário; que só cuidaram os primeiros conquistadores estabelecer nela o uso da Língua, que chamaram geral: invenção verdadeiramente abominável, e diabólica, para que privados os Índios de todos aqueles meios, que os podiam civilizar, permanecessem na rústica, e bárbara sujeição, em que até agora se conservavam. Para desterrar este perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos Diretores estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e Meninas, que pertencerem às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da Língua própria das suas Nações, ou da chamada geral; mas unicamente da Portuguesa, na forma que Sua Majestade tem

*recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observaram com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado.*²

Esse quadro demonstra que a vitória política conseguida com o ensino do português no vasto território brasileiro afetou o uso das línguas gerais, a amazônica e a paulista, mas não foi a única responsável pela perda de prestígio destas. Em 1822, com o Brasil já independente de Portugal, e parte da população brasileira letrada na língua portuguesa, o panorama social não mudara. Ex-colonos portugueses, donos de grandes porções de terra e donos do comércio, exploravam a mão-de-obra da região, formada de tapuios (caboclos), índios, negros, mestiços. Grassava a insatisfação da população do Norte com a maneira com que os colonizadores se impuseram como força política, econômica, social e cultural no início da colonização, e ao longo dela, o que forjou, em 1835, o movimento de Revolução da Cabana, conhecido como Cabanagem.

Em linhas gerais, a Cabanagem foi a reação da base explorada – liberais brasileiros, pequenos proprietários, lavradores, pescadores, foreiros, índios mestiços, negros libertos ou escravos que moravam em cabanas - contra a sistemática do governo central, cuja vértice dominante era representada por oficiais militares, burguesia aristocratizada, setores reacionários do clero que viviam, ainda, mesmo após a Revolução Francesa, sob os princípios absolutistas. Na visão de Di Paolo (1990:164), o Estado, sob o Regime de Governo do Rio de Janeiro, traía o próprio programa de Independência do Brasil ao criar um divórcio entre legalidade e legitimidade, pois a prática política das autoridades impostas, de fato, tinha por lei o direito da força e não a força do direito; o grupo cabano superou a fase de “agregado social” e apresentou um projeto político alternativo por meio do qual tentava produzir uma Nova Sociedade, baseada na cidadania de todos os filhos da terra. Diante da Revolução instaurada, a elite portuguesa não desistiu facilmente de sua posição privilegiada, apesar de algumas derrotas, e passou a contar com o apoio militar anticabano do Sudoeste brasileiro. Em 1836, o movimento

² Artigo 6º do Diretório de 3 de maio de 1757.

cabano estava bastante fragilizado por causa das crises internas, e o “esvaziamento intelectual” do movimento que defendia a cidadania dos habitantes da Amazônia deixava de ser legítima para tornar-se ilegal. Este fator endógeno do movimento cabano determinou sua derrota (Di Paolo, 1990, p. 326). E dessa vez, quem se retirou para o interior foram os cabanos, que estavam sob a ameaça, ainda que indiretamente, do governo imperial de serem exterminados, sob a pecha de “criminosos”, “selvagens”, que não falavam português.

A guerra contra a cabanagem foi o ponto fulcral do enfraquecimento da Língua Geral Amazônica, porque os sobreviventes temerosos de represálias por continuar falando a “língua dos selvagens” passaram a incentivar os filhos a aprenderem o português.

Somou-se ao resultado negativo da Cabanagem para a Língua Geral Amazônica e conseqüente fortalecimento da Língua Portuguesa, na segunda metade do século XIX, a extração da borracha, que foi intensificada para suprir as necessidades da Europa que vivia as transformações advindas com a Revolução Industrial. O problema era saber que mão-de-obra executaria as tarefas, uma vez que a população nativa do Norte tinha-se reduzido drasticamente por conta do genocídio. A solução encontrada foi a importação de nordestinos, que eram essencialmente monolíngües em português, para a região Norte.

À época, a língua portuguesa já estava estabelecida como língua popular ao longo do litoral, pois significativos contingentes de portugueses aportaram ali desde a segunda metade do século XVI, processo que culminou com a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808.

Considerando que a Língua Geral Amazônica vigorou em torno de 300 anos e que a Língua Geral Paulista durou mais de 200 anos, até a fixação da Língua Portuguesa nessas regiões, é possível afirmar que o estabelecimento da língua portuguesa no Brasil não seu deu de maneira uniforme. A hegemonia da língua portuguesa no Brasil se deu pela oficialização, porém não se pode ignorar hoje que, no espaço territorial, a língua oficial coocorre com mais ou menos 200 línguas de imigrantes,

faladas em escala muito menor e em contextos restritos, e com cerca de 180 línguas indígenas; não se pode ignorar também que a Língua Geral Amazônica não desapareceu totalmente, vez que ainda é falada, em contextos de intimidade familiar, no município de São Gabriel da Cachoeira no alto Rio Negro, extremo norte brasileiro, ainda que se tenha modificado por causa do contato com outras línguas indígenas.

Observe-se que a política expansionista de Portugal, no início da colonização, forjou a necessidade de normalizar o português no Brasil. A assimilação forçada dos escravos que falavam línguas distintas conduziu ao abandono destas línguas. Só depois da Segunda Guerra Mundial, o estado brasileiro planejou uma política lingüística nacional cujas características o distancia de Portugal. O Brasil rompeu a unidade lingüística bilateral, ao estabelecer normas próprias para a gramática, a ortografia e para a terminologia lingüística. (cf. Hamel, 2001, p. 140-1)

1.2. Integração – não-assimilação

A implantação de uma língua em sociedades com culturas diferentes deve ser gerenciada de acordo com as condições sociais, políticas e econômicas da comunidade receptora. Essa percepção remete a um ponto de vista de autocrítica, no sentido de creditar à formulação conjunta de um programa específico para países distintos a confiança de que conhecer o perfil da comunidade, é, antes de tudo, respeitar as diferenças.

O Projeto para o ensino de português como segunda língua, que coordenamos no Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula (LIV) da Universidade de Brasília, foi elaborado com base nos princípios de uma política educativa, que prevê a união de esforços para que cada situação de ensino/aprendizagem do português, fortaleça, no ambiente de diversidade, o uso da língua portuguesa sem que para isso outras línguas, dialetos e falares sejam extintos. Trata-se de um processo de fortalecimento da cidadania, em que integrar significa não assimilar.

Na dinâmica abstrata de transferência de conhecimentos, a dicotomia situação-uso revela que os fenômenos lingüísticos são complexos e que variáveis têm de ser consideradas no planejamento educacional de cada comunidade a ser atendida. Ao contrário das atitudes homogeneizadoras, equívoco cometido por diversos programas de ensino de línguas, o que se privilegia é o plurilingüismo, quando existir, porque assim se garantirá a permanência de línguas nacionais ao lado do português, entendido este como língua de maior poder de difusão. Nesse processo, não se perde de vista nem métodos, nem técnicas que consideram o distanciamento estrutural e funcional entre as línguas como um mecanismo de potencialidade de ensino e de aprendizagem.

Outros aspectos são ainda focalizados, como o papel do professor e do aprendiz na construção do conhecimento lingüístico e a operacionalização de metas destinadas ao fortalecimento da língua portuguesa como elo político.

Para a CPLP, elaborou-se um Projeto Orgânico, a mãos múltiplas, com o objetivo de fortalecer o ensino do português na África de Língua Portuguesa e no Timor Leste e de introduzir um conhecimento técnico de línguas africanas em nossos programas universitários, tendo em vista que muitas delas estiveram no berço da formação lingüística do Brasil. Na ponta de lança de projetos lingüísticos dessa natureza, deve-se considerar o ensino em diferentes graus, a fim de que as ações convirjam para a diminuição do analfabetismo, ainda dominante, proporcionando, assim, que a socialização lingüística seja uma via de mão dupla. É preciso ainda enfatizar que o respeito aos ambientes interculturais, assim como a interação lingüística e cultural são etapas prévias para o profissionalismo em que a língua portuguesa aparece como diretriz.

2. MODO E COMPORTAMENTO NA CONSTRUÇÃO DE METAS DE COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

Para dar seqüência a um ideário de colaboração educacional, centrada na língua do Brasil, elegeu-se a Comunidade dos Países de

Língua Portuguesa (CPLP), como cenário das reflexões, e com base, principalmente, em uma das vertentes básicas, prescritas no Estatuto, que é “a cooperação, particularmente nos domínios econômico, social, cultural, jurídico e técnico-científico”, e “a materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa.” Lampreia (2001, p. 10), no prefácio da obra CPLP, informa que “desde a sua criação [da CPLP], o governo brasileiro vem trabalhando para dotá-la de uma estrutura operacional moderna e flexível, que reflita nosso profundo compromisso com o desenvolvimento e o aprofundamento da Comunidade, sem perder de vista o sentido de praticidade e realismo que deve, necessariamente, permear as iniciativas de países como os nossos, marcados pela escassez de recursos e, na maioria dos casos, por severas carências sociais.”

Acentue-se que a ideologia da “cooperação” tem sido o vetor de uma regra hegemônica em torno do modo como a Língua Portuguesa é vista na CPLP. Interpretada como um instrumento abstrato, a Língua serve para nomear um bloco, marcado pela “escassez de recursos e, na maioria dos casos, por severas carências sociais”. Embora se saiba que a língua portuguesa colonizadora fixou-se, sob conflitos e tensões, em todos os países em que é oficial, ela é hoje a principal estratégia de apoio ao desenvolvimento da Comunidade. Parte integrante da denominação da CPLP, a Língua Portuguesa não é uma **metáfora**, mas um argumento, e, por isso, resta saber que lugar compete à Língua Portuguesa na CPLP e qual a extensão que lhe é dada no contexto da «concertação político-diplomática [...] nomeadamente para o reforço de sua presença nos fóruns internacionais».

2.1. As articulações de natureza político-educacional

Na linha das evidências de políticas linguísticas no contexto da CPLP, está a política educativa. Esta, por sua vez, pode ser aqui resumida nas seguintes orientações: 1) a língua como meio de instrução; 2) o conteúdo das matérias; 3) a distribuição das línguas nas matérias (Buxó, 1983, p. 58). E os programas a serem desenvolvidos podem seguir alternativas, como:

- a) Um bilingüismo de transição, em que a primeira língua é usada somente durante as primeiras etapas de adaptação à escola. Tais programas correspondem a objetivos sociais de mudança de língua.
- b) Um bilingüismo monoliteral. Este tipo de educação desenvolve a instrução em ambas as línguas, mas a primeira língua ou a nativa não é a língua por meio da qual se aprendem as matérias. Neste sentido, o caráter informal no uso desta língua não é muito propício para a manutenção da mesma.
- c) Um bilingüismo parcial cujo objetivo é lograr a competência lingüística e o conhecimento das matérias por meio das duas línguas. Entretanto, e neste caso, a língua primeira ou nativa fica restrita a matérias relacionadas com a cultura que representa, isto é, a história, a arte, o folclore, mas em nenhum caso é o veículo do conhecimento de matérias, tais como, as matemáticas e as ciências em geral.
- d) Um bilingüismo total, orientado a desenvolver ambas línguas em todos os aspectos e domínios. Estas são usadas como meio de instrução para todas as matérias. (Fishman e Lovas, 1970, apud Buxó, 1983)

A escolha de uma alternativa, ou de alternativas combinadas, decorre do perfil da comunidade e deve ser selecionada com base no conhecimento especializado do lingüista, se não se quiser aventuras. O lingüista identifica as variáveis que conduzem ao acerto. Assim sendo, o custo da implementação de programas e o benefício decorrente resultam de parâmetros técnicos e a aprendizagem poderá produzir cem por cento de lucro.

Para evitar políticas conflitivas e assimilacionistas, os projetos do LIV, para o ensino de português como segunda Língua, levam em conta a identidade dos indivíduos que receberão o saber e a dos

professores, bem como as características da cultura local. Este comportamento fica evidenciado nos propósitos do projeto que tem por meta o aperfeiçoamento de professores que ensinarão língua portuguesa a outros profissionais que virão a lecionar o português em seus respectivos países. Em síntese, o projeto objetiva a *formação de formadores*, como se verá a seguir no Projeto Orgânico, já elaborado.

2.2. Os projetos de formação

2.2.1. Minuta de projeto orgânico para curso de formação de formadores

Para discutir e avaliar o ensino de português em Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, estiveram reunidos no LIV/UnB, em fevereiro de 2001, professores, pesquisadores, educadores de todos os países mencionados. Ao final de duas semanas de trabalho, o grupo tomou a decisão de “elaborar um projeto cuja meta é a formação de formadores, com vistas a que o grupo participante discuta convergências de experiências e encontre resultados para o ensino da língua portuguesa e para a investigação.

Para o projeto a ser desenvolvido sob a forma de Curso, de 30 horas-aula, definiram-se os seguintes objetivos gerais: 1. proporcionar aos formadores a aquisição de conhecimentos teórico-práticos a serem repassados a outros professores e 2. identificar parâmetros que servirão de base para a elaboração de programas de ensino de português como L2 nos respectivos países.³

Por se tratar de um Projeto Orgânico (PO), as atividades de formação estendem-se a ações complementares de pesquisa e de extensão, desenhadas à luz das necessidades de todos os países da

³ Cronograma de elaboração do projeto de curso: apresentação da primeira proposta do PO e comentários do grupo (execução em 2 meses); apresentação da segunda proposta e captação de verbas (execução em 2 meses); finalização e apresentação definitiva do PO (execução em 2 meses); preparação de materiais (execução em 3 meses); execução do projeto orgânico: o curso (execução em, no máximo 2 semanas, durante 3 horas-aula).

CPLP e coordenadas por participantes dos diversos países.⁴ Apesar de a proposta do PO estar concluída e de o curso estar planejado, há mais de um ano, nenhuma ação foi implementada, possivelmente por falta de efetiva comunicação entre as partes interessadas e por falta de reconhecimento das administrações superiores dos países da CPLP.

2.2.2. Curso de aperfeiçoamento de língua portuguesa em timor leste

A criação do Estado de Timor Leste e a oficialização da Língua Portuguesa, na mais nova Nação do mundo, exigem que os novos quadros administrativos dotem-se de um conhecimento de língua exigido pela formalidade do cargo.

Diante da situação, o LIV / UnB, o MRE e o MEC, em colaboração, operacionalizam plenamente o art 3º dos Estatutos da CPLP, pelas vias das relações internacionais, cooperação cultural e materialização de projeto.

Neste caso tópico, a presença do Brasil em Timor Leste tem por objetivo geral “ministrar Curso de Redação Oficial, Noções de Oratória e Noções básicas de Técnicas de Assessoria para Assistentes Executivos dos Ministros de Estado de Timor Leste, para especificamente: 1. desenvolver as habilidades de expressão formal escrita e oral em português; 2. fixar conhecimentos por meio de técnicas formuladas em exercícios práticos que estejam em concordância com conteúdo teórico exposto; 3. praticar os conteúdos expostos.

O que se espera é habilitar assessores que falam línguas asiáticas, como o tétum e o bahasa indonésio, língua anglo-saxônica, como o inglês, e língua românica, como o português, para i) o

⁴ Ações complementares: 1) Pesquisa: a) Descrição dos traços fonológicos, morfossintáticos e lexicais que identificam as variedades do português em cada País. Equipe coordenadora: Guiné-Bissau; b) Inventariação dos traços essenciais da Língua Portuguesa (idioma supranacional) para preservação da unidade. Equipe coordenadora: Angola; c) Elaboração de livros que contemplem a diversidade lingüística e cultural dos países de Língua Portuguesa. Equipe coordenadora: Brasil; d) Levantamento e produção de matérias para formação de formadores e professores de português língua segunda. Equipe coordenadora: Portugal; 2. Extensão: Projeto Bial do Livro dos Países da CPLP e Timor

desempenho de atividades lingüísticas de escrita formal em português, direcionadas às funções específicas do exercício profissional; ii) o uso da expressão oral, segundo práticas combinadas de fala e gesto, entonação e pausas, de acordo com as noções previstas em oratória; iii) a coleta de informações, organização de dados e redação de documentos administrativos e oficiais; e iv) para o uso de vocabulário especializado com propriedade e elaboração de textos com coesão e clareza. O projeto deste curso está concluído, e as atividades, em via de serem realizadas no próximos meses.

Trata-se de uma tomada de decisão que está de acordo com uma das alternativas educativas de Fishman e Lova, justamente a que prevê um ensino de acordo com o que chama de bilingüismo parcial, em que a língua primeira, ou nativa, é usada na expressão da cultura que representa, e a língua segunda veicula o conhecimento técnico e científico, com vistas à comunicação entre diferentes comunidades lingüísticas, visando à comunicação intralingüística e, no caso, conduzindo o português à internacionalidade.

2.3. Uma necessidade: Idéias para um instituto brasileiro

Os raciocínios apresentados justificam e reforçam nosso interesse para que o Brasil se dote de um Instituto que planeje e execute a real cooperação entre os países de Língua Portuguesa. O INSTITUTO MACHADO DE ASSIS parece ser o mais indicado para desenvolver tal tarefa. Vale lembrar que, em junho de 2000, ocasião em que se realizou na Universidade de Brasília o I Encontro de Escritores e Editores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, foi iniciativa nossa apresentar a proposta de um Instituto criado no Brasil que guardasse o nome de um dos mais representativos escritores brasileiros. Seria, assim, estabelecida uma simetria com outros grandes institutos internacionais, que divulgam as línguas dos escritores nacionais, como o Camões, o Cervantes, o Goethe. O Brasil, grande potência cultural e econômica, pode gerenciar a difusão do Português no mundo, ao lado do Instituto Camões.

O Instituto Machado de Assis, com a responsabilidade de promover a língua portuguesa, deve ser financiado pelo governo brasileiro e possuir independência para, em benefício de seu crescimento, gerir os recursos provenientes do desenvolvimento posterior de seus produtos e serviços.

Como primeiras idéias, apontam-se algumas responsabilidades da alçada do Instituto Machado de Assis:

- a) Associar-se aos países de língua oficial portuguesa para promover ensino, pesquisa e extensão em projetos bilaterais ou multilaterais;
- b) Trabalhar conjuntamente para o fortalecimento da CPLP;
- c) Oferecer cursos de Língua Portuguesa para os países vizinhos, visando, em especial, o fortalecimento do bilingüismo oficial do Mercosul;
- d) Proporcionar condições reais para o estreitamento das relações plurilíngües por meio das quatro principais línguas das Américas, o Português, o Espanhol, o Francês e o Inglês;
- e) Executar tarefas lingüísticas e culturais em regime de cooperação com os CEB's e com outros organismos de difusão da língua portuguesa;
- f) Implementar Centros de Língua em pontos estratégicos dos continentes americano, asiático, europeu e africano.
- g) Associar-se a países que não têm o Português como língua oficial para fortalecer laços de cooperação multilíngüe em nível de segunda língua;
- h) Funcionar, no Brasil, como um endereço para o qual o mundo se dirige no intercâmbio e no atendimento ao mercado lingüístico internacional;
- i) Elaborar dicionários terminológicos multilíngües que respondam às exigências do mercado nacional e internacional;

- j) Custear bolsas para programas brasileiros de pesquisa que proporcionem a elaboração de multimeios para o ensino de português como segunda língua e como língua estrangeira;
- k) Criar com o MEC e universidades estrangeiras projetos de intercâmbio de interesse para o Brasil.

A viabilização do Instituto Machado de Assis é urgente, pois permitirá ao Brasil:

- concorrer para a ampliação do número de falantes de português no mundo;
- aumentar o interesse pela implementação de programas para o ensino da língua portuguesa no exterior;
- fortalecer o multilingüismo com a presença do português nos organismos diplomáticos internacionais.

CONCLUSÃO: OS CUSTOS E OS BENEFÍCIOS

Não se pode discutir *integração e cooperação*, no setor educacional, sem observar que ensinar e aprender mantêm estreita relação com custo e benefício. Trata-se, como qualquer outro, de produto à venda, mas esse, pelo requinte intelectual, exige altas somas.

No momento, a preocupação não é com os cálculos, nem com a determinação de cifras. O que se pretende é encerrar estas reflexões chamando a atenção para o fato de que na base de uma educação suficiente reside a Economia. Sem ambigüidades, economia, aqui, quer dizer avaliação de ganhos e perdas na implementação de políticas e de projetos consistentes para o ensino de línguas, com ressalva para o ensino do português. A caminho do fim, e a título de ensaio, questiona-se:

- a) Os altos custos de implantação de programas de ensino de línguas são compensados pelos benefícios à economia dos Estados envolvidos?

- b) Os programas de ensino de língua portuguesa possibilitam, como resultado, acesso direto a mercados internacionais?
- c) Os conteúdos ministrados são suficientes para a mobilidade trabalhista? Para o turismo?
- d) O sistema receptor e o transmissor visam, efetivamente, a capacitar pessoal e a torná-lo apto à competitividade no mercado de trabalho?
- e) Os novos usuários de língua portuguesa desempenharão atividades em setores específicos e especializados?

Cada uma dessas questões, provavelmente, terá respostas acompanhadas de altas cifras. Destas não havemos de nos ocupar agora. No entanto, a síntese, a seguir, procura demonstrar um raciocínio que auxiliará no desafio de planejar para o sucesso.

**PLANILHA DE CUSTO – BENEFÍCIO PARA
COOPERAÇÃO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO NO ENSINO DA LP2**

FOCO	META	
	CUSTO	BENEFÍCIO
CPLP [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa]	alto ↓ faltam diretrizes e parâmetros; faltam materiais instrucionais à luz das novas tecnologias	positivo ↓ se houver implementação de projetos ⇒ fortalecimento da cidadania sem assimilação ⇒ projetos elaborados pelos 8 para capacitar, onde houver lacunas X nulo ↓ sem implementação de projetos
IILP [Instituto Internacional da Língua Portuguesa]	alto ↓ em fase de implementação	criação de projetos ↓ formação de professores ⇒ fortalecimento de competências bilíngües / plurilíngües e de espaços sociais multilíngües
CEB [Centro de Estudos Brasileiros]	alto ↓ faltam diretrizes e parâmetros; faltam materiais instrucionais à luz de novas tecnologias	ensino / difusão da LP e da cultura em 14 países ⇒ bases para o comércio, indústria, turismo ⇒ ampliação das relações internacionais
ATENDIMENTO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA USUÁRIOS DE LIBRAS [Ensino de LP2 aos usuários de Língua Brasileira de Sinais]	médio ↓ existem diretrizes e parâmetros para Libras, lei 10.436, de 24/4/02 ⇒ adaptação e ampliação de materiais instrucionais para LP2	inserção no mercado de trabalho de profissionais surdos (- oralidade e + escrita)
ATENDIMENTO AOS INDÍGENAS	médio ↓ existem diretrizes e parâmetros: LDB-lei 9.394; PNE-lei 10.172; PCN de 2001 ⇒ ampliação de materiais instrucionais	educação escolar bilíngüe e intercultural ⇒ reafirmação das identidades étnicas; valorização das línguas e ciências; acesso às informações indígenas e não-índias
ATENDIMENTO AOS ESTRANGEIROS	médio ⇒ alto	Positivo ↓ abordagens, métodos e técnicas adequados; observação do distanciamento entre línguas X nulo ↓ se a metodologia de ensino de LP2 ou língua estrangeira for inadequada
INSTITUTO MACHADO DE ASSIS	médio ⇒ alto Um projeto	enumerados no texto (cf. pág. 13-14)
UNIVERSIDADES DOS PAÍSES DA CPLP	médio ⇒ alto ↓ depende do compromisso / preparo técnico que as IES já possuem para o ensino de LP como segunda língua	ensino, pesquisa, extensão em todas as áreas do conhecimento requeridas ↓ da parte do aprendiz, aquisição adequada de língua(s) ↓ sucesso ↓ (inter) comunicação formal e informal suficiente para a situação

Cabe observar, finalmente, que o fortalecimento da competência lingüística nos espaços da CPLP, em que o português é segunda língua, depende de estratégias em que integração e cooperação estejam diretamente inter-relacionadas com os princípios democráticos dos Estados.

Para harmonizar integração e cooperação no espaço da diversidade lingüística, vale considerar as resoluções que os Estados já têm prontas, as quais permitem lucro (+ benefício / - custo) e evitam a elaboração de projetos a partir de um ponto zero (+ custo / - benefício). A documentação legal existente nos conselhos educacionais dos diversos países podem servir de ponto de partida para a discussão integrada e para a tomada de decisão no momento de elaborar projetos de ensino de língua(s). O Brasil, a título de lembrança, possui instrumentos de base educacionais que podem proporcionar discussões profícuas. Assim, as práticas lingüísticas podem surtir efeitos positivos de integração e gerar benefícios de cooperação a curto prazo. Um desses benefícios é a mudança no foco da distribuição do conhecimento, à medida que o acesso ao saber lingüístico deixa de ser privilégio de uma elite e passa a estar disponível para as mais diversas comunidades, nos diferentes graus de conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, R. H. de. *O diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1997
- BUXÓ, M. J. "Antropología lingüística aplicada", em *Cuadernos de Antropologia* (3), Barcelona, Anthropos, 1983, pp. 54-60
- DI PAOLO, P. *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. 3 ed, Belém, CEJUP, 1990
- FAULSTICH, E. « A Língua Portuguesa na CPLP : uma questão de diversidade». *Guia Brasil*, Boletim da Embaixada do Brasil em Lisboa, 2000, p. 4

- _____. Relatório de Seminário do GT LIV / CPLP, Brasília, Universidade de Brasília, 2001
- _____. “CPLP: um lugar de falas múltiplas” . In: Saraiva, J. F. S. (org.) *CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, Brasília, IBRI, 2001, pp. 105-43
- _____. “Pelo fortalecimento da Língua Portuguesa. Relato de experiência”. *Participação*. Revista do Decanato de Extensão da UnB (DEX), UnB, Edição especial: A UnB e os 500 mais anos de Brasil, agosto de 2001 (9), Brasília, pp. 70-5
- _____. Comunicação «Le portugais, langue de communication en Amérique». Colloque international la Diversité Culturelle et les Politiques Linguistiques dans le Monde. Commission des États généraux sur la situation et l’avenir de la langue française au Québec, Québec, 2001
- _____. Comunicação «La langue portugaise: diversités sociohistoriques». Office de la langue française (OLF), Québec, abril de 2001
- _____. Comunicação «La Communauté des pays de langue portugaise: une manifestation du plurilinguisme». Colloque international la Diversité Culturelle et les Politiques Linguistiques dans le Monde. Commission des États généraux sur la situation et l’avenir de la langue française au Québec, Québec, 2001
- _____. « Pelo fortalecimento da Língua Portuguesa. Relato de experiência». *Participação*. Publicado na Revista do Decanato de Extensão da UnB (DEX), UnB, Edição especial : A UnB e os 500 mais anos de Brasil, agosto de 2001 (9), Brasília, pp. 70-5
- _____. Conferência “O papel político-lingüístico do Brasil no contexto de um novo mapa de interação social”. Seminário Idioma e Soberania – Nossa Língua, Nossa Pátria, Câmara dos Deputados, Brasília, em 15 de março de 2000

- _____. “A problemática editorial: dificuldades experimentadas no espaço nacional e comunitário; potencial mercado; ações complementares e alternativas” – coordenadora da Mesa. I Encontro de Escritores e Editores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Universidade de Brasília, 21 de junho de 2000
- _____. «Desafios a uma Política do Idioma». Anais do III Congresso da SIPLÉ. Editora da Universidade de Brasília, 2000, pp. 37-51
- _____. Conferência. “La situation du portugais dans le cadre de la politique linguistique au Brésil”. Université de Nice Sophia-Antipolis, Nice, França, 1997
- _____. Conferência “La Globalización y sus impactos en la enseñanza de los idiomas”. Instituto de Cultura Uruguayo-Brasileño – ICUB, Montevideo, 1996
- . “Vers la planification linguistique du portugais: Portugal, Brésil, Afrique”. *Terminologies nouvelles* (14) Rint, Communauté française de Belgique, 1995
- HAMEL, R. E. “L’apparition de nouvelles politiques linguistiques dans les blocs régionaux: le cas du MERCOSUR en Amérique du Sud”. *Terminogramme* (99-100): *Géostratégies des langues*, Québec, Office de la langue française, 2001, pp. 129-61
- HOLSTI, K. J. “Interdependence, integration and fragmentation”. *Change in the International System*. Colorado: Westview Press.
- LAMPREIA, L. F. Prefácio. In: Saraiva, J. F. S. (org.) *CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, Brasília, IBRI, 2001
- RODRIGUES, A. D. “Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas” D.E.L.T.A. vol. 9 (4), 1996

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E O ACESSO AO CONHECIMENTO EM LÍNGUA PORTUGUESA

*Felipe José Lindoso**

As tecnologias de informação recentemente desenvolvidas constituem-se em excelente meio de expandir o acesso ao conhecimento, seja em português, seja em qualquer outro idioma. A rede mundial da internet registra já vários bilhões de páginas que podem ser acessadas a partir de um computador ligado a um provedor, seja por linha telefônica comum, seja por satélite ou cabos.

Dito desta maneira, parece que o problema se resume a uma questão de tecnologia eletrônica implantada: ter um computador, e que este tenha acesso à rede.

Infelizmente, entretanto, o assunto não é tão simples. A informação só é acessível via computador se estiver disponível em formato eletrônico. E mais, para estar disponível em formato eletrônico, a informação necessariamente tem que estar... disponível. Ou seja, estar adequadamente depositada em centros de informação de qualquer tipo

Além de estar disponível em um centro de informação de qualquer tipo, o usuário da informação tem que estar capacitado para utilizá-la. Essa capacitação se dá em dois níveis, pelo menos: no primeiro, o usuário deve ser capaz de ler a informação em português; no segundo, o usuário deve ser capaz – ou ter instrumentos para – de traduzir ao português ou compreender a informação em seu idioma original. Claro está que estamos supondo aqui o domínio do português como língua de integração, comunicação operacional. As dificuldades para que isso seja real estão discutidas no trabalho da Prof. Enilde Faulstich¹

* Diretor de Relações Institucionais da Câmara Brasileira do Livro.

¹ Faulstich, Enilde – “A Língua portuguesa como fator de integração”. Brasília 2002 – ms.

Passemos em vista, sumariamente, cada um desses problemas, começando pela existência de centros de informação.

AS BIBLIOTECAS: CENTROS DE DEPÓSITO, CLASSIFICAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Reduzido ao seu denominador comum, o que chamamos de centro de informação é uma biblioteca, local onde se organizam e depositam livros e documentos. Estas podem ser gerais ou especializadas, e destinadas também a públicos gerais ou a determinadas categorias de consulentes – p. ex., os membros de uma determinada instituição ou centro de pesquisa.

As bibliotecas especializadas existentes estão hoje, em sua grande maioria, integradas à internet. Essa integração se dá, principalmente, através da informatização de seus catálogos. Em alguns casos, já existem processos de digitalização de parte dos acervos, principalmente o de obras raras e de textos de domínio público.

Dessa forma, para a elite de pesquisadores, o problema se reduz, efetivamente, à questão da disponibilidade de computador com modem, conectado a um provedor de acesso, para que seja possível a informação bibliográfica e, em muitos casos, a própria informação em sua íntegra.

As bibliotecas especializadas já estão colocando textos de seus acervos on-line. Isto suscita a discussão sobre os direitos autorais do material que se torna acessível, e esta é uma questão que permeia todo o assunto do acesso à informação disponível on-line.

GERENCIAMENTO DO USO DA INFORMAÇÃO

Quando uma editora vende – ou cede, como depósito legal – um livro para uma biblioteca pública, está supondo, obviamente, que esse material será consultado, lido e utilizado como fonte de informação. A cópia desse material, entretanto, está sujeita às leis que regulamentam o direito autorial. O “fair use” previsto na Convenção de Berna, conforme está expresso nas diferentes legislações nacionais, especifica as condições em que pode ser feita a cópia.

A mais recente legislação brasileira (Lei 9.610, de 19-02-98) exige a licença do autor para cópias extensas.² Os autores e editores brasileiros já organizaram uma associação para gerenciamento de direitos reprográficos, afiliada à IFRRO (International Federation of Reproduction Rights Organizations).

A eventual difusão de textos via internet, entretanto, é mais complicada, já que o autor e o editor não disponibilizam simplesmente, como na biblioteca física, uma cópia para **consulta**. Ao permitir o download de textos via internet, a biblioteca estaria cedendo a cópia integral de um texto do qual é mera depositária, se este ainda estiver sob proteção legal. Portanto, a difusão desses materiais sem a devida permissão – onerosa ou não – por parte dos detentores dos direitos, pode provocar um colapso no sistema internacional de direitos autorais.³

Esse assunto está sendo objeto de discussões no seio da OMPI – Organização Mundial de Propriedade Intelectual. Recentemente a UNESCO tentou aprovar uma resolução que, de fato, usurpava da OMPI a regulação do direito autoral internacional, ao veicular um projeto de recomendação (31 C/25), em sua última Assembléia Geral, reunida em outubro/novembro do ano passado.

²“Art. 29 – Depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização da obra, por quaisquer modalidades, tais como: I. a reprodução parcial ou integral;”

E mais adiante:

“Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais:

...

II – a reprodução, em um só exemplar de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro.”

³ O mesmo art. 29 da Lei de Direitos Autorais especifica a proibição, exigindo autorização prévia e expressa do autor para:

“VIII – a utilização, direta ou indireta, da obra literária, artística ou científica, mediante:

...

h) emprego de satélites artificiais;

i) emprego de sistemas óticos, fios telefônicos ou não, cabos de qualquer tipo e meios de comunicação similares que venham a ser adotados;

...

IX – a inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero;

X – quaisquer outras modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas.”

A União Internacional dos Editores alertou seus afiliados, entre os quais a Câmara Brasileira do Livro, que enviou memorial ao Ministério de Relações Exteriores sobre o assunto. A Assembléia Geral não aprovou o texto proposto, recomendando sua reelaboração, considerando as observações feitas pelas associações de editores acerca da importância do resguardo dos direitos autorais.

Essas observações vêm a propósito do equívoco freqüente de se considerar o livre acesso à informação como equivalente ao não respeito ao direito autoral. Isto, no nosso entendimento, só pode levar ao colapso da produção de informações disponíveis via internet, com o efeito exatamente inverso ao pretendido por seus advogados.

Os sistemas de gerenciamento de informações on-line estão em pleno desenvolvimento. A IPA-UIE promoveu, já há alguns anos, a criação de um grupo de trabalho entre vários interessados que resultou na elaboração do protocolo DOI – Digital Object Information, hoje administrado por uma Fundação de Direito Público, constituída internacionalmente.

O DOI consiste, fundamentalmente, em um sistema de identificação de qualquer parcela de informação digitalizada (um livro inteiro, um capítulo, um quadro, uma gravura ou qualquer outro tipo de informação), incrustada eletronicamente no próprio texto e referida a um banco de dados sobre os dados (meta-dados). Nesse meta-dados podem ser colocadas instruções específicas para gerenciamento dessa informação, liberando sua cópia onerosa ou não, número de downloads possíveis e outros instrumentos semelhantes de administração da informação.

Já existem vários sistemas de administração de direitos autorais de objetos digitais que, do ponto de vista de autores e editores, permitem um controle razoável da circulação dessas informações via internet.

Algumas editoras já avançaram bastante na difusão de conteúdos por meios digitais, e a área de publicações técnico-científicas é a que está mais avançada nesse sentido.

Nessa área, a rapidez na difusão de informações (técnicas, protocolos médicos, jurisprudência e o conteúdo em geral de revistas científicas) é crucial. As publicações em papel, de periodicidade semestral ou anual, estão tendo seus conteúdos antecipados on-line. A Elsevier – editora holandesa que publica o maior número de jornais científicos do mundo – já adotou o procedimento de liberar on-line o conteúdo de artigos, na medida em que os comitês científicos de cada publicação aceitem o material. A FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo – tem contrato de assinatura dessas publicações on-line para o sistema de bibliotecas das universidades estaduais paulistas, por exemplo.

Um ponto que ainda está sujeito a intensa discussão é o dos tradutores automatizados de textos. A tecnologia, nesse campo, ainda é precária. A tradução de textos científicos ou literários é por demais complexa para o estado grosseiro dos algoritmos usados por esses programas automáticos de tradução. É de supor, entretanto, que seja apenas uma questão de tempo até que essa tecnologia se desenvolva a ponto de permitir traduções confiáveis.

Em um mundo cada vez mais internacionalizado, a questão das traduções automáticas assume um papel de relevo. Entretanto, cabe mencionar que os autores têm oferecido muita resistência em permitir que seus textos passem por esses processos, principalmente por duas razões: a primeira, a da necessidade de garantir a acuidade da informação traduzida, já que o direito moral do autor é inalienável, e existem mesmo eventuais responsabilidades civis e criminais que podem decorrer de uma tradução científica imprecisa; a segunda, é a da questão dos direitos autorais, na medida em que as convenções internacionais de direito autoral resguardam para o autor ou detentor do copyright o direito de autorizar traduções.

Essas são todas questões técnicas e jurídicas que estão sendo objeto de intenso debate nos organismos internacionais. O quadro de referência dado pela última modificação na Convenção de Berna – cujos princípios já foram incorporados na legislação brasileira – são claros no

resguardo da proteção dos direitos morais e patrimoniais de autores e editores, mas existem ainda muitas áreas cinzentas a serem aclaradas e precisadas.

Entretanto, como vimos, para as bibliotecas de elite e para o grupo de pesquisadores de elite, o problema já alcançou uma nova dimensão: o da regulamentação da forma de apropriação da informação.

Para a massa de usuários, entretanto, o problema está longe de se colocar dessa maneira. E por uma razão muito simples: o sistema de bibliotecas públicas é extremamente deficiente.

INFORMAÇÃO PARA TODOS – A TECNOLOGIA DE BASE

No Brasil, país de maior população de língua portuguesa, a situação do sistema de bibliotecas públicas é um escândalo. Não há outra palavra para qualificar o estado lamentável a que se reduziu esse instrumento fundamental de acesso à informação.

Nos países africanos de língua portuguesa, pelo que se pode depreender das pesquisas feitas via internet, a situação ainda é pior, já que não se nota nenhum esforço para consolidar a idéia de um sistema de bibliotecas públicas.

Portugal, pelo tanto que se possa depreender das informações estatísticas disponíveis, é ainda o país de fala portuguesa que dispõe do sistema de bibliotecas públicas mais desenvolvido em relação ao seu tamanho e à sua população.

O Instituto Português do Livro e das Bibliotecas registra 209 municípios integrados à Rede de Leitura Pública, para um total de 278 municípios do país. Ou seja, um total de 75% dos municípios atendidos com bibliotecas dimensionadas de acordo com a população, entre 702 m² e 1885 m². Portugal. Para um país com cerca de 15 milhões de habitantes, é um índice muito mais positivo que o brasileiro, por exemplo.⁴

⁴ Site do Instituto Português do Livro e da Biblioteca: <http://rbp.iplb.pt>

Aqui, oficialmente, o Ministério da Cultura registra a existência de cerca de 3.200 bibliotecas públicas. Que se somem a isso mais duzentas bibliotecas dignas desse nome em universidades e centros de pesquisa, temos uma relação extremamente pobre entre a população e o número de bibliotecas.

Não sabemos com certeza o estado dos acervos dessas bibliotecas. Sabe-se, entretanto, que é muito pobre. As vicissitudes das políticas governamentais e a ausência de uma política consistente de investimentos em acervos nos leva à certeza de que, no geral, os acervos são pobres e desatualizados. As bibliotecas atualizadas, dinâmicas e capazes de prestar um bom serviço a seus usuários constituem a proverbial exceção à regra.

As informações são fragmentadas, mas existem alguns parâmetros de comparação. A França, segundo a revista *Lire*, aplica cerca de US \$ 2 *per capita*/ano em acervos para bibliotecas. São cerca de 130 milhões de dólares ano, e nos dois anos em que ocorreu a implantação da nova Biblioteca Georges Pompidou, no complexo La Défense, em Paris, esse dispêndio aumentou substancialmente.

Nos EUA, o mercado editorial movimenta – na ponta das editoras – cerca de 27 bilhões de dólares ano. Em 1997, o dispêndio com acervos para bibliotecas públicas e escolares foi de cerca de 6 bilhões de dólares⁵. No Brasil, ano passado, o Ministério da Cultura comprou cerca de 13 milhões de reais de livros para seu programa “Uma Biblioteca em Cada Município”. Ou seja, 5.200 milhões de dólares no total, ou 0,029 centavos de dólar *per capita*.

O Ministério da Educação do Brasil tem um programa muito consistente de aquisição de livros escolares, conhecido como Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, que garante aos alunos do sistema público os livros necessários para o ensino fundamental. Atualmente esse programa está em expansão para o ensino médio e há alguns anos passou a existir o Programa Nacional da Biblioteca na Escola – PNBE.

⁵ Segundo a ALA – American Librarian Association

Este ano o MEC distribuiu entre os alunos e escolas cerca de 70 milhões de livros de literatura. As crianças levam para casa uma coleção de cinco títulos e podem trocar ou emprestar entre si os títulos de outras cinco coleções. O programa será repetido ainda este ano, com mais 30 milhões de livros do mesmo tipo.

A questão que se coloca, então, é o que fazer com os jovens que saem da escola, e com os milhões de pessoas que já saíram do sistema escola há tempo e que necessitam de informação, reciclagem e aperfeiçoamento para enfrentar as vicissitudes do mercado do trabalho? Como enfrentar o problema de imensas regiões que estão passando por profundas transformações no seu perfil de emprego e de vocação econômica, e cujas populações precisam de recolocação no trabalho?

Para esses milhões de pessoas, cujas necessidades de informação – e lazer e cultura geral – são tão importantes quanto as das elites intelectuais, a resposta é uma só: expansão sistemática e investimento na mais antiga tecnologia de difusão de informação, que é o livro disponível em bibliotecas de acesso público.

Sem isso, só estaremos no Brasil aprofundando o fosso que constitui a famosa metáfora da “Belíndia” – uma parte do país que parece a Bélgica e outra (muito maior), que tem índices de desenvolvimento, nível de vida, acesso à informação, a sistemas de saúde e a oportunidades de emprego iguais às da Índia.

No âmbito dos países africanos de língua portuguesa esta tragédia se repete em proporções ainda maiores, posto que a herança colonial recente deixou-os ainda mais desprovidos de infra-estrutura educacional.

Em uma palavra, o esforço necessário para a construção de uma rede eficaz de bibliotecas públicas, capaz de disseminar a informação, a atualização cultural e o lazer é uma tarefa que se impõe a todos nós, sob pena de termos o português reduzido a uma “guetificação” (que me perdoem os puristas do idioma) semelhante a que se está impondo ao hindu e ao árabe, idiomas com uma enorme massa de falantes

mas cuja produção literária e científica é periférica ao fluxo de outros idiomas como o inglês, o francês, o alemão, o chinês, o espanhol e o próprio coreano. Certamente o desenvolvimento de um sistema de bibliotecas públicas digno deste nome não é a poção mágica que resolverá todos nossos problemas. Mas, temos certeza, sem que isso exista, não deixaremos de ser periféricos.

O DIÁLOGO SUL-SUL E A CPLP: GLOBALIZAÇÃO E DESIGUALDADE NO MUNDO PÓS-11 DE SETEMBRO (OITO PONTOS PARA A REFLEXÃO)

José Flávio Sombra Saraiva

Parece ingênuo encetar discussão acerca da funcionalidade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) sem localizá-la na circunscrição mediata do mundo que a envolve. Da mesma forma, seria ingrata a tarefa de avaliar o estágio atual do diálogo Sul-Sul sem inundá-lo no pântano conceitual gerado, como se pode notar nas múltiplas interpretações sobre as relações internacionais do momento, pelo mundo que se desenhou a partir dos atentados terroristas aos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001.

O objetivo central do texto é o de avaliar a dimensão própria à CPLP, instituição infante e carente de visão de longo prazo, no jogo das forças internacionais em ebulição, nas circunstâncias de mudança na vida internacional em curso. Ensejar o lugar da CPLP no seio das transformações globais no nascedouro do novo século é tratar do futuro dos povos portadores de um patrimônio invejável – a língua portuguesa – mas implica o debruçar-se sobre o destino de países que não possuem, individual ou coletivamente, possibilidades de exercício de excedentes de poder na ordem global. Uma pergunta fundamental preside o texto: qual o papel da CPLP na construção de uma agenda comum aos países em desenvolvimento?

* Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais - Universidade de Brasília

A CPLP NO MUNDO PÓS-11 DE SETEMBRO DE 2001

Aos apressados de plantão, pareceria que o mundo modificou sua estrutura medular, a entranhá-la em modelos novos de convivência entre os povos, a consagrar a luta contra o terror e a pontuá-la, no plano da materialidade econômica, pelo acirramento das políticas protecionistas. Para os desconfiados, nada modificou-se, exceto o sentido dos eixos do poder da potência hegemônica, mais destemida e imperial, a reafirmar seus desígnios de forma agressiva e unilateral na quadratura internacional.

Como a razão não está com os apressados nem com os desconfiados, vale a pena passar em revista alguns aspectos que alimentam as discussões em torno das relações internacionais contemporâneas, a influenciar o tema específico do lugar da CPLP no diálogo Sul-Sul.

PRIMEIRO PONTO PARA A REFLEXÃO: A CPLP FORA DOS TEMAS DA AGENDA GLOBAL

Em primeiro lugar, está o fato de que está em curso uma modificação substantiva, no mundo pós-11 de setembro, em especial no que se refere ao deslocamento do eixo diplomático. A potência hegemônica, embora assim se imaginasse há muito tempo, passou a reforçar, em um mecanismo de internalização agressiva, a necessidade do recontrole das chamadas sublevações e dos desafios que se realizam aos seus interesses no plano global.

Esse é um plano novo, original, ainda que marcado pelo “destino manifesto” internacionalista que, há muito, denota a inserção internacional dos Estados Unidos. Os esforços obsediantes no sentido da formação da chamada coalizão antiterrorismo levaram, por parte da administração Bush, a uma verdadeira cruzada internacional de construção de parcerias passionais – como aquela encetada junto ao governo de Tony Blair – à situações de discreto apoio – como aquelas

entendidas pelo governo francês e outros membros da União Européia – bem como daqueles que se mantiveram mais equidistantes e cautelosos em relação às possibilidades de uma renovada ordem internacional sustentada nas novas cruzadas.

Da CPLP não se esperou uma manifestação muito contundente acerca das novas condições internacionais geradas pelo 11 de setembro. Nem ela poderia. Formada por países periféricos na ordem internacional, mas tampouco diretamente imbricados nas novas áreas de mobilização diplomática antiterrorista, a CPLP, que já não era muito conhecida no arranjo internacional, mais periférica tendeu a ficar, ao não estar no coração da agenda dos foros internacionais.

O impacto das novas condições internacionais sobre a CPLP é assemelhado ao que aconteceu com quase todas as instituições internacionais que não puderam ser convocadas ao esforço de guerra antiterrorismo. O embaixador Rubens Ricúpero, secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (Unctad), em sua intervenção no XXIX período de sessões da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (Cepal), lembrou o grau de acelerada dependência dos países menos avançados, da qual a CPLP não escapa nenhum país (muito embora Portugal tenha uma situação relativa menos desfavorável diante de sua inserção européia), em relação à eventual retomada do crescimento econômico dos países mais avançados. Ao mesmo tempo, essa retomada parece difícil diante dos fatores inibidores da tranquilidade que, a curto prazo, é apenas uma quimera.

Cinco fenômenos registrados pelo secretário-geral da Unctad tornam a CPLP um assunto menor nas mesas de negociação internacional, mesmo no âmbito do diálogo Sul-Sul. Esses cinco fenômenos (a emergência recente do terrorismo e da luta contra o terror como um fator definidor das relações internacionais, o agravamento sem precedentes da crise do Oriente Médio, a crise argentina e seu impacto em todos os países do continente, o avanço da extrema-direita na Europa e seu impacto na imigração, a exacerbação do protecionismo, sobretudo

nos países que deveriam exercer uma posição de liderança na liberalização do sistema comercial mundial)¹ impõem dramática limitação aos espaços de atuação internacional de uma instituição ainda incipiente como a CPLP.

Em outras palavras, a imprevisibilidade, o elevado grau de insegurança e as incertezas que pairam sobre a comunidade internacional sugerem cautela e realismo diante de sonhos cooperativos, românticos e de difícil financiamento ante meios escassos e de pouca vontade política dos gigantes na hierarquia internacional. A CPLP receberá o impacto, no seu lugar específico, desse novo ambiente internacional.

Os constrangimentos estruturais da CPLP: dificuldades para um diálogo Sul-Sul

Uma boa forma de buscar a compreensão da funcionalidade da CPLP para cada um dos seus Membros e seu lugar no sistema internacional parece ser a de passar em revista suas dificuldades. Superá-las implica na construção da própria identidade da CPLP como uma instituição dotada de personalidade jurídica internacional e de valor intrínseco para as sociedades e Estados que a geraram. Enumeram-se, agora, alguns desses constrangimentos. O intuito é, sempre, o de contribuir à boa discussão acerca de novas possibilidades de superação das dificuldades.

SEGUNDO PONTO PARA A REFLEXÃO: O LUGAR DO DIÁLOGO SUL-SUL NA REFORMA ESTRUTURAL DO SISTEMA INTERNACIONAL

Há, em **segundo lugar**, uma dimensão que não foi deflagrada pela dramaticidade do eventos do 11 de setembro de 2001, mas que atua na base de dificuldades operacionais e estratégicas da CPLP em sua dimensão Sul-Sul. Herdeira de um historial de possibilidades assentadas sobre as antigas relações entre a ex-metrópole e suas colônias africanas e sobre os vínculos do maior país de expressão em língua

¹ “Tempos sombrios”, *Correio Braziliense*, 10 de maio de 2002, página 21.

portuguesa com suas margens atlânticas, a CPLP vive plasmada por constrangimentos estruturais a tornar o propósito do amadurecimento da comunidade um projeto a ser postergado.

Esses constrangimentos são, em certa medida, atributos da frustração produzida no contexto dos sonhos da reforma estrutural da ordem econômica, acalentada pelos países atrasados nos anos da pretensa fundação da chamada Nova Ordem Econômica Internacional (Noei) dos anos 70. Naquela ocasião já se fazia notar, no ambiente da *détente* americano-soviética e da ampliação da agenda internacional, o quão difícil seria a concretização do projeto dos povos do Sul em afirmar sobre a agenda internacional a expressão de seus próprios interesses. Desde Genebra, em 1964, no contexto das primeiras sessões da Unctad, emergia o tema da acumulação da riqueza mundial nas mãos de poucos países. O Grupo dos 77, criado pelos países do Sul para fazer frente às condições que lhes eram impostas pela economia internacional, constituiu-se como força política e ator dinâmico.

Mas as frustrações resultantes das dificuldades de diálogo no contexto da Unctad e as limitadas conquistas das chamadas Décadas das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1960 e 1970) levaram os países do Terceiro Mundo a propor a declaração e o programa de ação para o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional (Noei), convertida em Resolução da ONU em 1979. Nesse quadro, não resta dúvida de que os esforços convergiram para a ampliação de conceitos fundamentais para a nova organização dos espaços econômicos internacionais. Os resultados práticos, no entanto, foram menores. As recomendações de foros multilaterais como a Unctad tiveram aplicabilidade limitada.

Nem tudo, no entanto, é acumulado de frustrações. Vale, por exemplo, reforçar os ganhos jurídicos resultantes das resoluções do Grupo dos 77, do Movimento dos Países não-Alinhados e da Unctad. Alguns Estados tiraram proveito do sistema global de preferências comerciais para avançar seus próprios interesses. As reformas do Gatt beneficiaram ou permitiram a proteção de certas indústrias nascentes.

O Brasil, que teve discreta e ativa participação na Unctad e no Grupo dos 77, obteve ganhos excepcionais tanto no Norte quanto no Sul.

Ademais, esforços deliberados de concertação econômica foram ensaiados, apesar das dificuldades de coesão prática entre tantos países e interesses distintos. As resoluções aprovadas e recomendadas no sistema das Nações Unidas permitiram, pelos menos, elevar o sentido de justiça nas relações internacionais. Os países do Terceiro Mundo lutaram, nas assembleias gerais das Nações Unidas, e da Unctad em especial, para que se aprovassem textos e conceitos favoráveis ao desenvolvimento dos povos atrasados.²

A configuração mundial, no entanto, vem se mostrando mais dura na passagem para o novo século. Ela impõe, sobre os constrangimentos anteriores, uma visão mais limitada acerca das possibilidades que se criaram, na “década das conferências”,³ no plano jurídico e da retórica. O realismo hobesiano se impôs sobre o idealismo grociano. As relações internacionais se espriaram, sem pena, sobre os sonhos igualitaristas que haviam gerado o próprio conceito de diálogo Sul-Sul. Às frustrações do passado colonial, vividas pela maioria das nações do Sul, juntavam-se as outras, do presente, a das frustração geradas pela economia política da globalização.

TERCEIRO PONTO PARA A REFLEXÃO: O DIÁLOGO SUL-SUL NOS TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO

Esse é o **terceiro** aspecto a ser destacado por esse texto. A economia política da globalização – na sua condição de ser uma das

² José Flávio Sombra Saraiva, “Détente, diversidade, intranquilidade e ilusões igualitárias” in SARAIVA, José Flávio S., *Relações Internacionais: dois séculos de história – vol II: Entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)*. Brasília: IBRI, 2001, pp. 83-84.

³ A expressão “décadas das conferências”, a indicar os avanços conceituais e jurídicos sobre os chamados novos temas da agenda global, especialmente aqueles voltados para os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, a mulher, a criança, a xenofobia e o racismo, foram bem desenvolvidas recentemente no livro publicado por Lindgren Alves. Ver LINDGREN ALVES, José Augusto, *Relações Internacionais e Temas Sociais: a década das conferências*. Brasília: IBRI, 2001.

“forças profundas” mais ativas a condicionar o jogo o movimento dos “sistema de finalidades” das relações internacionais (para utilizar o esquema conceitual de Renouvin-Duroselle) - vem traduzindo, de forma crescente, a impossibilidade da construção de um relevante diálogo Sul-Sul. A CPLP vislumbra, diante dessa impossibilidade, um caminho difícil de atuação nos próximos anos.

Algumas razões de fôlego podem ser enumeradas. Não reside mais dúvidas, mesmo levando em conta o traço conservador implícito nas tradições institucionalistas e liberais dos estudos atinentes às relações internacionais contemporâneas, que a desigualdade é fato essencial à política mundial. Em suas duas dimensões – a do espaço interno dos Estados e do espaço relativo às relações entre os Estados e nações – a desigualdade campeia o tecido internacional. Disparidades de riqueza, poder e de segurança marcam a história das relações internacionais.

Há, no entanto, uma especificidade na economia política da globalização, com impacto na construção de uma agenda de interesse no âmbito Sul-Sul e na construção gradual de uma instituição como a CPLP: ela vem exacerbando a diferença estrutural entre ricos e pobres nas regiões em desenvolvimento e ampliando a disparidade de poder entre os Estados. Essa agressiva modificação paradigmática está a levar à imposição, no plano global, de regras, direitos e valores que não foram concertados em âmbito maior, a contemplar os direitos dos mais fracos.⁴

Quais os impactos dessa dimensão na afirmação internacional da CPLP? Ela terá que atuar em um contexto internacional adverso a seus interesses. Por um lado, a criação de novas dimensões internacionais de desigualdade de poder e de influência leva a que países que conformam o arcabouço da CPLP (e mesmo naqueles que celebram de forma efusiva a retomada gradual da normalidade depois da morte do

⁴ Ver, por exemplo, o magistral trabalho conduzido pelos internacionalistas britânicos, mesmo os liberais institucionalistas e construtivistas sociais, acerca desse tema: HURRELL, Andrew e WOODS, Ngaire (ed), *Inequality, Globalization, and World Politics*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

líder rebelde) não consigam construir adesão social e política ao projeto de viabilização do Estado nacional.

Por outro lado, à erosão e à falta de coesão desses Estados, corresponde o movimento contrário de fortalecimento do Estado nos centros do processo globalizador, por estarem em condições de melhor aproveitarem as oportunidades e de conterem os riscos sistêmicos.

Assim, as novas regras e normas – tanto sobre os investimentos, segurança militar, manejo do meio ambiente, mas também sobre políticas sociais e de desenvolvimento social - estão se tornando um atributo adicional dos Estados beneficiados pela economia política da globalização, como forma de impor “outcomes” e como mecanismo de controle das instituições internacionais. Estados menos poderosos no sistema internacional, como aqueles que compõem a CPLP, estão, mais do que no passado, tornando-se “rule-takers”. Deixaram de fazer, em outras palavras, política internacional. Internalizaram, de forma acrítica, as condições de constrangimento impostas pelos centros dos poderes detentores dos avanços tecnológicos. Omitem-se, senão se contentam (em alguns casos), diante do poder do grandes em fazer ou breçar regras.

QUARTO PONTO PARA A REFLEXÃO: OS CONSTRANGIMENTOS INTERNOS DA CPLP E O DIÁLOGO SUL-SUL

Há, ainda, um **quarto fator** a ser tratado no conjunto de questões postulados nesse texto, sob a ótica dos constrangimentos que dificultam a inserção internacional da CPLP. Ele deriva das ambigüidades criadas pela convivência histórica e atual do triângulo, ainda que se pareça com um heptágono, que fornece forma conceitual e empírica à CPLP. O problema central é que os sete Membros da CPLP nem sempre bem definiram o que desejam da instituição.

O Brasil carrega uma dificuldade de origem, transportada para o momento atual, em suas escolhas política no mundo da lusofonia. O surgimento e o desenvolvimento da CPLP coincide com um ciclo

de retraimento das relações comerciais, diplomáticas e estratégicas com os países africanos.⁵ As relações do Brasil com a África nos anos 90 e no início do novo século foram de ajustamento a um contexto atlântico menos relevante para a reinserção internacional do Brasil. Para trás ficaram os anos de ativa cooperação mútua e empreendimentos comuns sustentados na determinação do Estado brasileiro em desenvolver projetos econômicos para a África, diversificando os parceiros do comércio internacional do país e subtraindo as dificuldades geradas pela vulnerabilidade energética dos anos 70 e parte da década de 1980. A própria sociedade civil brasileira perdeu, nos anos 90 e início do novo século, parte do encanto anteriormente nutrido acerca das possibilidades alvissareiras da forte presença brasileira na África.

O Brasil, de fato, diminuiu o peso da sua vocação atlântica. A anterior mobilização diplomática voltada para a projeção da imagem de um poder tropical e industrial, mas que um dia fora também uma colônia, perdeu força. As antigas relações africano-brasileiras – normalmente organizadas em torno de assinaturas de tratados de cooperação comercial e técnica, na perspectiva da ampliação das rotas comerciais do Atlântico Sul, a envolver a abertura de investimentos para projetos de desenvolvimento e de construção, tudo isso embalado pelo discurso da africanidade brasileira – foram se tornando um moldura sem pintura, sem conteúdo prático preciso.

Entendam-se esses retraimentos não apenas pela lógica do afastamento deliberado. Muitas dessas dificuldades derivam, certamente, da leitura do processo decisório nacional sobre os constrangimentos internacionais que empurraram o continente africano para uma inserção crescentemente marginalizada no ambiente da globalização. O lastro comercial, ao ter perdido a força de antes, deixando os percentuais da participação dos africanos na balança comercial do Brasil na ordem de 2% do total das exportações brasileiras

⁵ SARAIVA, José Flávio Sombra. *O Lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: Editora da UnB, 1996, pp. 217-239. Ver também: SARAIVA, José Flávio S. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: solidariedade e ação política*. Brasília: IBRI, 2001.

– depois de ter alcançado quase 10% no início da década de 1980 – expõe certa dificuldade de retomar os elos dinâmicos com os parceiros africanos. As relações políticas do Brasil com a África, quando comparadas ao surto integracionista na região platina da América, mostram claro declínio.

Mesmo uma certa gradual retomada de opções seletivas do Brasil na África, no final dos anos 90 e início da nova década, não vem se fazendo exatamente dentro do espaço da língua portuguesa e, portanto, na área de afirmação econômica e político-diplomática da CPLP.

Um primeiro caso é a expansão gradual do intercâmbio com um país fora do mundo da lusofonia na África. A Nigéria, país de importância regional incontestável no continente africano - dotada da maior população negra do mundo, seguida do Brasil – é hoje o maior parceiro comercial do Brasil naquele continente. Os dados do intercâmbio Brasil-Nigéria, entre 1995 e 2001, indicam que se mantém um intercâmbio da ordem de um bilhão de dólar anual, o que não é desprezível em termos de comércio internacional. A reabertura do escritório da Petrobras em Lagos e a visita do presidente Obasanjo em 1999, além das ampliação das missões bilaterais, indicam que alguma energia gasta com a Nigéria no processo decisório nacional pode deixar a CPLP em um lugar de menor importância relativa.

Um segundo caso é a redescoberta da África do Sul por setores empresariais e políticos brasileiros depois do *apartheid*. A era Mandela e a fase Mbeki, de forma crescente, atraem a atenção dos homens de negócio, da opinião pública e, portanto, do governo. Há uma representação diplomática de alto nível em Pretória e negócios crescentes. Acordos e relações entre instituições dos dois países têm proliferado nos últimos anos. O encontro entre os dois países mais desenvolvidos nos ângulos meridionais dos dois continentes é, além disso, de incontestável valor estratégico.

As pontes que ligam o Brasil à China, por meio da África do Sul e da Índia, evidenciam, ao mesmo tempo, a necessidade de uma

política separada para a África do Sul. Essa ênfase às relações com a África do Sul, portanto, retiram energia das relações especiais com os países africanos de língua oficial portuguesa.

No que se refere às dificuldades dos países africanos de língua oficial portuguesa em sua inserção na CPLP e no diálogo Sul-Sul, vale lembrar que tampouco esses países, mesmo que graus distintos, vêm demonstrando o dinamismo esperado em suas transições para a normalidade econômica e política. A África de língua oficial portuguesa não se constitui exatamente uma exceção ao continente africano, dominado por difíceis transições para a vida democrática e pelo descrédito dos centros de decisão econômica internacionais. Assistem os Membros africanos da CPLP ao desafio de construir possibilidades de diálogo em um mundo hostil e de brechas reduzidas.

Há um rol de dificuldades que inibe a inserção positiva dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa na CPLP. Cada um deles é bastante diferente em relação ao outro e tem objetivos e interesses distintos em relação ao projeto da CPLP. No entanto, há também muito em comum: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique carregam dramas estruturais e acumulam frustrações geradas ao longo da dolorosa gestação e institucionalização da Comunidade.

Estados que derivam sua modernidade de um processo tardio de descolonização atabalhoada, algumas dessas cinco nações estão ainda esgarçadas pelas seqüelas deixadas por guerras fratricidas ou desinteligências domésticas que comprometem a transformação positiva. Países que contextualizam suas políticas exteriores em meio a tragédias sociais e políticas tão graves não possuem peso relativo no cenário global. A redução dos países africanos a mera peça marginal no xadrez das novas formas de organização da ordem internacional faz que a concertação dos países sem excedentes de poder na cena internacional não encontre ambiente propício para sua afirmação soberana.

Há um ponto nevrálgico na CPLP, objeto de preocupação por

parte dos africanos, que é uma certa ausência de conteúdo político e econômico nas formulações e práticas da instituição. Dessa crítica advém um rosário de reclamações com relação à dinâmica de trabalho e aos financiamentos de projetos. Os países africanos de língua oficial portuguesa nutrem certa esperança com as possibilidades que um novo diálogo Sul-Sul poderia representar para seus projetos de desenvolvimento. Da mesma maneira, desejam enfatizar a dimensão da cooperação técnica, científica e tecnológica da CPLP bem como a vertente da concertação político-diplomática.

Esses anseios africanos na CPLP vindo sendo relativamente contidos pela visão mais pragmática e realista do Brasil em relação às possibilidades limitadas de participação em mediação de conflitos na África, bem como do envolvimento em responsabilidades abertas na área da cooperação, muito embora algo tenha sido feito nessa área. Da mesma forma, a ênfase africana aos temas econômicos contrasta com o esforço português na área da afirmação e valorização da língua portuguesa, ainda que esses temas tenham forte adesão de vários setores governamentais e societários em Cabo Verde e Moçambique.⁶

Do ponto de vista da inserção portuguesa na CPLP, é ilusório afirmar que Portugal tenha exagerado interesse na instituição. Mas é inocente a idéia de que a dimensão crescente da europeização de Portugal tenha levado os lusitanos a se afastarem da África. Basta ver o nível de sensibilidade com que os assuntos africanos são tratados pela imprensa e pela opinião pública portuguesas. Na prática, para se tornarem mais europeus, os portugueses necessitam da manutenção de uma área de afirmação atlântica diante dos seus espaços restritos e de sua condição periférica na União Européia.

⁶ Vale lembrar que a Conferência de Lisboa dos Chefes de Estado e de Governo, em julho de 1996, convieram na formulação de três objetivos básicos para a CPLP, consagrados em seus Estatutos, no artigo terceiro:

“São objetivos gerais da CPLP: a) a concertação político-diplomática entre os seus Membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o esforço da presença nos fora internacionais; b) a cooperação, particularmente nos domínios económico, social, cultural, jurídico e técnico-científico; c) a materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa.” (Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, aprovado em Lisboa, a 17 de julho de 1996).

Ademais, a dimensão atlântica da inserção internacional portuguesa é um lastro diplomático que, quando acionado, quase sempre trouxe benefícios para o Estado e a sociedade civil portuguesas.⁷ Essa dimensão só se faz presente por meio de uma parceria estratégica com o Brasil a fim de ocupar espaços no Atlântico Sul e no Índico, assim como de ter acesso às possibilidades de continuar na África.

A inserção portuguesa na CPLP é mesmo uma possibilidade de vir a preservar interesses já consolidados e a consolidar, particularmente em setores comerciais e financeiros, na reconstrução de países com Angola e Moçambique. Derivam daí, no entanto, dois problemas para Portugal. Por um lado, Portugal teme que a CPLP possa gradualmente gravitar em torno de um outro centro de poder relativo, visto por alguns (não todos) portugueses, como concorrente: o Brasil. Por outro lado, Portugal foi uma metrópole que ficou muito tempo na África. Há ainda uma memória anticolonial nos países africanos colonizados por Lisboa, a criar, em certos casos, resistências subterrâneas à CPLP. As longas lutas anticoloniais, e seus desdobramentos pós-coloniais, ainda não desapareceram da memória coletiva dos países africanos de língua oficial portuguesa. A força mobilizadora dessas lutas, mesmo perante as novas gerações, não pode ser subestimada.

As possibilidades de construção de uma agenda otimista para os países em desenvolvimento: a CPLP no diálogo Sul-Sul

Sob o peso das quatro condicionalidades já tratadas, pareceria que não haveria lugar para uma agenda otimista no campo da afirmação internacional da CPLP nem do entabular de uma conversação Sul-Sul na qual a CPLP possa auferir certos ganhos relativos. Mas não se pode ser tão pessimista. Há caminhos a serem trilhados e possibilidades que necessitam serem exploradas.

⁷ FERREIRA, Manuel Ennes & ALMAS, Rui. Les contours économiques de la CPLP. *Lusotropie*, 1997, pp. 11-13. Ver também a entrevista de Jaime Gama ao jornal *O Público*, 17 de julho de 1996, *apud* FERREIRA, Manuel & ALMAS, Rui, *op. cit.*, p. 22.

QUINTO PONTO PARA REFLEXÃO: A CPLP NAS BRECHAS DA GLOBALIZAÇÃO

Daí o **quinto aspecto** a ser tratado por esse texto. Há uma brecha estrutural que necessita ser preenchida por políticas inteligentes e bem concertadas no âmbito da CPLP. Para tal, era necessário que a diplomacia parlamentar, coração do mecanismo de construção de consensos na CPLP, funcionasse a todo vapor. Da mesma forma, seria desejável que a gestão executiva da instituição fosse mais profissional.

A brecha estrutural aberta pelos foros da tecnocracia das próprias instituições internacionais controladoras do poder global, como o FMI, o Banco Mundial e o BIS – Bank for International Settlements – pode ser melhor explorada por instituições dotadas de personalidade jurídica internacional como a CPLP. Essa tecnocracia controladora do poder global vem se interessando, exatamente pela crise interna do modelo de liberalização desenfreada posta em marcha na última década, por novos temas atinentes ao espaço da CPLP. Pobreza, desigualdade e equidade são temas que voltam a ter um espaço, ainda que incipiente, na agenda internacional do momento.

A preocupação da tecnocracia das instituições internacionais com a erosão do campo interno dos Estados, particularmente no que se refere à crescente incapacidade dos governos em lidar com um conjunto de políticas sociais, econômicas e de tratamento de conflitos, vem se fazendo notar. Manifestações efusivas de apoio e financiamento a programas como os de erradicação da pobreza, os de desenvolvimento de programas de renda-mínima a exemplo da “bolsa-escola” e os de prevenção e de combate aos efeitos perversos da AIDS sobre as populações menos favorecidas de países em desenvolvimento são cada vez mais nítidas.

Essas manifestação em muito contrastam com o triunfalismo liberal, com forte impacto internacional no final da década de 1980 e grande parte da de 1990. Denotam, nesse sentido, alguma percepção (em alguns casos até quase conversão) de possibilidades distintas de construção de uma agenda mais social e menos monetária das relações

internacionais contemporâneas.

A brecha aberta na revisão crítica acerca dos efeitos perversos de uma ordem internacional sustentada na unilateralidade dos ganhos dos setores financeiros pode ser oportuna para a CPLP. Ela tem a possibilidade de atuar junto a essas instituições internacionais de forma a explorar possibilidades inéditas para a construção de uma agenda mais positiva.

Mas a construção dessa agenda positiva supõe a capacidade de agir juntos, como instituição, no plano global. E supõe alguma mobilização Sul-Sul, não na forma do antigo modelo do chamado diálogo Sul-Sul, mas por meio de formas novas e originais, como aquela ensaiada pelo Brasil na última Conferência Ministerial Organização Mundial do Comércio, em Doha, em novembro de 2001, no que se refere ao tema da quebra das patentes de medicamentos necessários ao combate da AIDS.

E esse caminho também significa a valorização da percepção de que algo do romantismo kantiano da frente dos povos atrasados dos anos 1960 e 1970 pode ser revivida, de forma distinta e original, adaptadas aos novos tempos, em forma de construção de novas coalizões internacionais a favor do desenvolvimento dos países periféricos. A CPLP tem muito a contribuir se deseja crescer em prestígio e responsabilidade política na construção de uma nova agenda internacional mais próxima ao quadro social, econômico e político dos seus Membros.

Nesse sentido, aproveitar a brecha da globalização é uma obrigação dos governos dos Membros da CPLP, diante da necessidade da busca de saídas para a sobrevivência social e econômica das suas populações. A nova visão supõe a vontade de fazer política internacional de forma ativa e não apenas reativa. A idéia motriz deve ser a de mais equidade, com foco na melhoria das condições internas das sociedades e no melhor posicionamento desse Estados no sistema internacional. Daí a importância da ampliação da capacidade negociadora da CPLP, nos diferentes foros internacionais, inclusive

para fazê-la tomar partido dos esforços de ampliação da cooperação internacional e da afirmação do multilateralismo.

Essa ação política supõe agir diplomaticamente para buscar soluções para problemas que impedem o diálogo Sul-Sul e que estão mais ao Norte. As lições de Doha devem ser levadas a sério. Há a necessidade de fazer ver ao mundo aquilo que nem sempre é percebido pelo processo negociados da agenda preferencial da globalização. Daí a relevância do que foi lembrado pelo ministro de Estado das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro, em 9 de maio do corrente ano, no contexto da realização do Fórum Nacional:

“nosso pleito de reafirmação da primazia de objetivos sociais sobre aqueles de natureza estritamente comercial na aplicação das normas de propriedade intelectual na área de saúde pública e para adotar decisões para a implementação de acordos da Rodada Uruguai em matérias de interesse dos países em desenvolvimento.”⁸

Em outras palavras, um certo esforço de administração da globalização se faz necessário. A CPLP tem algo a dizer sobre isso e muito a se beneficiar no plano prático das ações. Participar do esforço de minimização da crescente desigualdade e da exclusão é um desafio que os Membros da CPLP deveriam se incumbir de forma mais incisiva. A tarefa não é fácil, mas sem realizá-la não haverá uma nova forma de diálogo Sul-Sul em torno da qual a CPLP possa usufruir dos seus resultados.

SEXTO PONTO PARA A REFLEXÃO: A CPLP NAS NOVAS RELAÇÕES BRASIL-PORTUGAL

Há uma outra dimensão absolutamente essencial ao êxito da CPLP como um projeto condicionado internamente pelos seus atores

⁸ LAFER, Celso. “Nova ordem internacional, globalização e o mundo pós-11 de setembro”, intervenção proferida na ocasião do Fórum Nacional, RJ, 9 de maio de 2002. MRE, Assessoria de Comunicação Social. *Informação à Imprensa*, número 208, 9 de maio de 2002.

mais dinâmicos.⁹ O novo ambiente das relações luso-brasileiras fornece substrato inédito à CPLP quando comparado ao momento de sua gestação. Há uma superação, apenas a partir de 1996, dos tempos em que as relações entre o Brasil e Portugal não ultrapassavam senão os limites do formalismo improdutivo. Deixa-se para trás a quadratura na qual a diplomacia de punhos de renda se esmerava em exaltar a convivência fraterna e os traços culturais comuns.

O momento presente é alvissareiro e pode possibilitar uma engenharia política nova entre Brasil e Portugal no quadro de atuação bilateral, com impactos no espaço comunitário da CPLP. Os investimentos portugueses no Brasil, o turismo crescente de lado a lado, a presença portuguesa nas comemorações da viagem de Cabral, a consolidação dos tratados assinados em Porto Seguro em abril de 2000, entre outros aspectos, parecem indicar uma mudança de rumo, modificando-se a letargia do passado recente.

Há, no entanto, dificuldades nesse âmbito, reconhecidas pelos colegas portugueses:

“O Brasil, enquanto pólo económico emergente, perseguindo uma estratégia de inserção na economia global que não decorre de um ajustamento à pressão do seu mercado interno, ... não necessita de Portugal enquanto elemento indispensável para actuar na globalização.”¹⁰

Em todo caso, os eixos que alimentam a aproximação entre Portugal e o Brasil nos últimos anos, e que certamente servirão de base essencial ao relançamento da CPLP no contexto de construção de uma

⁹ Essa idéia das condicionalidades mundiais, intra-comunitárias e internas no projeto comunitário da CPLP está bem desenvolvido por TORRES, Adelino & FERREIRA, Manuel Ennes. “A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no contexto da globalização: problemas e perspectivas” in MOREIRA, Adriano (coord.), *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa: Almedina-Instituto Português da Conjuntura Estratégica, pp. 23-24.

¹⁰ DE SOUSA, Fernando, no seu discurso de abertura das III Jornadas de Relações Internacionais: Portugal, o Atlântico e o Brasil, Universidade Lusíada, Porto, Portugal, 22 de maio de 2000. (separata)

agenda mais ativa e construtiva para os países em desenvolvimento, são os seguintes:

- a) a estratégia internacional da economia portuguesa que aposta crescentemente no mercado brasileiro como um de seus mais importantes componentes;¹¹
- b) a revalorização, de forma menos eufórica e mais pragmática, do capital político alicerçado pela presença importante da comunidade portuguesa no Brasil e de uma crescente comunidade brasileira em Portugal, bastante bem integradas nos respectivos países de acolhimento;
- c) a utilização da plataforma atlântica portuguesa para fazer uma ponte utilitária entre o Brasil e a África, intermediando negócios e valorizando a própria política africana de Portugal e do Brasil.

SÉTIMO PONTO PARA A REFLEXÃO: A CPLP NAS NOVAS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E SEUS VIZINHOS AFRICANOS

Nem tudo está perdido nas relações do Brasil com a África. Ao contrário, ainda há espaço de manobra para fazer da CPLP um dos fatores de reaproximação àquele continente. Há, nesse sentido, exemplos recentes que podem servir de embalo a uma CPLP à busca de novo repertório. A iniciativa brasileira de perdão de 95% da dívida externa moçambicana – em torno de US\$ 450 milhões – declarada em Maputo, com contexto da III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Outro passo é certamente a aprovação de rubrica específica, no orçamento do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, voltada para o desenvolvimento de projetos de criação de centros de treinamento empresarial em Angola e de administração pública em Moçambique.

¹¹ Portugal encontra-se hoje entre os dez países que mais investimentos têm realizado na economia brasileira. O Brasil também impulsiona alguns empreendimentos importantes em território luso. As relações comerciais parecem também ter entrado em um ciclo de ampliação de pauta e volume.

Mas há, sobretudo, a possibilidade de que a CPLP possa vir a atuar na retomada dos espaços perdidos pelo Brasil na África. Com esse fim também é conveniente a retomada – para conversar melhor com os africanos e com os provedores de fontes de financiamento internacionais – de contatos mais vivos com a liderança política daquele continente, em processo de reconstrução positiva em certa área geográficas, conforme insistem alguns novos relatórios do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.¹²

A dimensão identitária das relações do Brasil com a África tampouco deve ser esquecida em momento de vontade de reaquecimento da CPLP. Há uma dimensão que foi cara construir e que é hoje um lastro a ser preservado. As palavras do então secretário-geral das Relações Exteriores falam por si mesmas:

“De fato, as relações com o continente africano são responsáveis por páginas expressivas da história de nossa diplomacia e configuram ponto de apoio estratégico da inserção internacional do Brasil.. Uma política realista e comprometida com resultados nos planos político, econômico e de cooperação deve apoiar-se nos muitos elementos de identidade cultural e étnica africana na formação do Brasil como uma nação soberana e independente.”¹³

Mas não há nada mais importante a compartilhar, do ponto de vista da identidade com os países africanos, que a construção de uma agenda comum a favor do desenvolvimento, da contenção dos excessos fanatizados da economia política da globalização e da gradual constituição de um outro modelo de cooperação Sul-Sul. Essas dimensões, cada vez mais relevante para a afirmação internacional da CPLP, tampouco foram esquecidas pelo então secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores:

¹² Ver, por exemplo, o interessante trabalho da pesquisadora portuguesa ROQUE, Fátima Moura, “Visão estratégica para uma Nova África”, II Jornadas de Relações Internacionais. Porto:

¹³ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Discurso do secretário-geral das Relações Exteriores no almoço oferecido pelo Grupo Africano. Brasília, 17 de maio de 2000.

“Também compartilhamos com os países africanos interesses próprios do mundo em desenvolvimento nas áreas econômica, social, ambiental e política.”¹⁴

OITAVO PONTO PARA A REFLEXÃO: O NOVO MEMBRO ASIÁTICO DA CPLP

Há, para concluir a enumeração de pontos para a reflexão, um **oitavo**: a dimensão extremamente positiva da inclusão do Timor na CPLP. A abertura de uma linha asiática, do oitavo Membro, é de extrema relevância não apenas do ponto de vista da presença estratégica da CPLP na Ásia.

A inclusão do Timor, depois de uma história de independência difícil e de um processo de reconstrução que ainda estará em curso por vários anos, sugere um recomeço para a CPLP. E propicia a oportunidade de fazer do Timor o experimento de um novo modelo de cooperação Sul-Sul, em torno do qual a tecnoburocracia das instituições internacionais dos centros hegemônicos teriam sua participação, mas agora sob a direção de uma instituição como a CPLP. Para tal, um projeto mais definido e uma visão mais alargada no tempo se fazem necessárias.

As desilusões em relação aos caminhos tortuosos da liberalização econômica desenfreada ou em relação aos protecionismos exacerbados parecem oferecer pistas acerca do terreno fértil que uma cooperação em outras bases, menos românticas e mais comprometidas politicamente com a idéia de uma ordem internacional mais plural e de maior equidade pode redesenhar um outro diálogo Sul-Sul, bastante mais produtivo que aquele do passado.

¹⁴ Idem, *ibidem*.

**Documentos Básicos
sobre a CPLP**

ESTATUTOS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Artigo 1º (Denominação)

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, doravante designada por CPLP, é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus Membros.

Artigo 2º (Estatuto Jurídico)

A CPLP goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa e financeira.

*Artigo 3º (**)* (Objetivos)

São objetivos gerais da CPLP:

- a concertação político-diplomática entre os seus Membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos *fora* internacionais;
- a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social.
- a materialização de projectos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

Artigo 4º
(Sede)

A Sede da CPLP é, na sua fase inicial, em Lisboa, capital da República Portuguesa.

Artigo 5º
(Princípios orientadores)

A CPLP é regida pelos seguintes princípios:

- a) Igualdade soberana dos Estados Membros;
- b) Não-ingerência nos assuntos internos de cada Estado;
- c) Respeito pela sua identidade nacional;
- d) Reciprocidade de tratamento;
- e) Primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e da Justiça Social;
- f) Respeito pela sua integridade territorial;
- g) Promoção do Desenvolvimento;
- h) Promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

Artigo 6º
(Membros)

1. Para além dos Membros fundadores, qualquer Estado, desde que use o Português como língua oficial, poderá tornar-se membro da CPLP, mediante a adesão sem reservas aos presentes Estatutos.
2. A admissão na CPLP de um novo Estado é feita através de uma decisão unânime da Conferência de Chefes de Estado e de Governo.
3. A Conferência de Chefes de Estado e de Governo definirá as formalidades para a admissão de novos Membros e para a adesão aos presentes Estatutos por novos Membros.

Artigo 7º **(Órgãos)**

1. São órgãos da CPLP:

- a) A Conferência de Chefes de Estado e de Governo;
- b) O Conselho de Ministros;
- c) O Comitê de Concertação Permanente;
- d) O Secretariado Executivo.

2. Na materialização do seus objetivos a CPLP apoia-se também nos mecanismos de concertação político-diplomática e de cooperação já existentes ou a criar entre os Estados Membros da CPLP.

Artigo 8º **(Conferência de Chefes de Estado e de Governo)**

1. A Conferência é constituída pelos Chefes de Estado e/ou de Governo de todos os Estados Membros e é o órgão máximo da CPLP.

2. São competências da Conferência:

- a) Definir e orientar a política geral e as estratégias da CPLP;
- b) Adotar instrumentos jurídicos necessários para a implementação dos presentes Estatutos podendo, no entanto, delegar estes poderes no Conselho de Ministros;
- c) Criar instituições necessárias ao bom funcionamento da CPLP;
- d) Eleger de entre os seus Membros um Presidente de forma rotativa e por um mandato de dois anos;
- e) Eleger o Secretário Executivo e o Secretário Executivo Adjunto da CPLP.

3. A Conferência reúne-se, ordinariamente, de dois em dois anos, e, extraordinariamente, quando solicitada por dois terços dos Estado Membros.

4. As decisões da Conferência são tomadas por consenso e são vinculativas para todos os Estados Membros.

Artigos 9º ()*
**(Competências do Presidente da Conferência
de Chefes de Estado e de Governo)**

- São competências do Presidente da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo:

- Presidir as reuniões da Conferência;
- Acompanhar a acção dos demais órgãos da CPLP e a implementação das decisões da Conferência;
- Representar a CPLP quando apropriado;
- Convocar e transmitir orientações ao Secretário Executivo, sempre que achar necessário, para o cumprimento das decisões da Conferência e das iniciativas que se mostrem pertinentes e adequadas ao bom desempenho da organização em matéria de política geral, estratégias e funcionamento harmonioso da organização;
- O mais que lhe for incumbido pela Conferência.

Artigo 10º
(Conselho de Ministros)

1. O Conselho de Ministros é constituído pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores de todos os Estados Membros.

2. São competências do Conselho de Ministros:

- a) Coordenar as actividades da CPLP;
- b) Supervisionar o funcionamento e desenvolvimento da CPLP;
- c) Definir, adotar e implementar as políticas e os programas de acção da CPLP;
- d) Aprovar o orçamento da CPLP;
- e) Formular recomendações à Conferência em assuntos da política geral, bem como do funcionamento e desenvolvimento eficiente e harmonioso da CPLP.

- f) Recomendar à Conferência os candidatos para os cargos de Secretário Executivo e Secretário Executivo Adjunto;
- g) Convocar conferências e outras reuniões com vista à promoção dos objetivos e programas da CPLP;
- h) Realizar outras tarefas que lhe forem incumbidas pela Conferência.

3. O Conselho de Ministros elege de entre os seus membros um Presidente de forma rotativa e por um mandato de um ano.

4. O Conselho de Ministros reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano, e extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos Estados Membros.

5. O Conselho de Ministros responde perante a Conferência, a quem deverá apresentar os respectivos relatórios.

6. As decisões do Conselho de Ministros são tomadas por consenso.

Artigo 11º (*)
**(Competências do Presidente
do Conselho de Ministros)**

São competências do Presidente do Conselho de Ministros:

- Presidir as reuniões do Conselho;
- Acompanhar a acção dos demais órgãos da CPLP e a implementação das decisões da Conferência e do Conselho;
- Representar a CPLP quando apropriado;
- Convocar e transmitir orientações ao Coordenador do Comité de Concertação Permanente e ao Secretário Executivo, sempre que achar necessário, para o cumprimento das decisões da Conferência e do Conselho e das iniciativas que se mostrem pertinentes e adequadas ao bom desempenho da organização em matéria de política geral, estratégias e funcionamento harmonioso da organização;
- O mais que lhe for incumbido pela Conferência e pelo Conselho.

Artigo 12º ()**
(Comitê de Concertação Permanente)

- Comitê de Concertação Permanente é constituído por um Representante de cada um dos Estados membros da CPLP.
- Compete ao Comitê de Concertação Permanente acompanhar o cumprimento pelo Secretariado Executivo das decisões e recomendações emanadas da Conferência e do Conselho de Ministros.
- O Comitê de Concertação Permanente reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário.
- O Comitê de Concertação Permanente é coordenado pelo representante do País que detém a Presidência do Conselho de Ministros.
- As decisões do Comitê de Concertação Permanente são tomadas por consenso.
- O Comitê de Concertação Permanente pode constituir grupos de trabalho para apoiá-lo nas suas tarefas.
- O Comitê de Concertação Permanente poderá tomar decisões sobre os assuntos mencionados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 9º *ad referendum* do Conselho de Ministros.

Artigo 13º ()**
(Secretariado Executivo)

- O Secretariado Executivo é o principal órgão executivo da CPLP e tem as seguintes competências:
 - Implementar as decisões da Conferência, do Conselho de Ministros e do Comitê de Concertação Permanente;
 - Planificar e assegurar a execução dos programas da CPLP;
 - Organizar e participar nas reuniões dos vários órgãos da CPLP;

- Acompanhar a execução das decisões das reuniões sectoriais e demais iniciativas no âmbito da CPLP.
- O Secretariado Executivo é dirigido pelo Secretário Executivo.

Artigo 14º ()**
(Secretário Executivo)

- O Secretário Executivo é uma alta personalidade de um dos Países Membros da CPLP, eleito rotativamente e por um mandato de dois anos, podendo ser renovado uma vez.
- São principais competências do Secretário Executivo:
 - Empreender, sob orientação da Conferência ou do Conselho de Ministros ou por sua própria iniciativa, medidas destinadas a promover os objectivos da CPLP e a reforçar o seu funcionamento;
 - Nomear o pessoal a integrar o Secretariado Executivo após consulta ao Comité de Concertação Permanente;
 - Realizar consultas e articular-se com os Governos dos Estados membros e outras instituições da CPLP;
 - Propor a convocação de reuniões extraordinárias para a discussão de problemas concretos na área da ajuda humanitária de emergência;
 - Responder pelas finanças, pela administração geral e pelo património da CPLP;
 - Representar a CPLP nos *fora* internacionais;
 - Exercer quaisquer outras funções que lhe forem incumbidas pela Conferência, pelo Conselho de Ministros e pelo Comité de Concertação Permanente.

Artigo 15º ()**
(Secretário Executivo Adjunto)

1. O Secretário Executivo Adjunto é eleito rotativamente e por um mandato de dois anos, podendo ser renovado uma vez.

2. O Secretário Executivo Adjunto será de nacionalidade diferente da do Secretário Executivo.

3. Compete ao Secretário Executivo Adjunto coadjuvar o Secretário Executivo Adjunto no exercício das suas funções e substituí-lo em casos de ausência ou impedimento.

Artigo 16º **(Quorum)**

1. O Quorum para a realização de todas as reuniões da CPLP e de suas instituições é de pelo menos cinco Estados Membros.

Artigo 17º **(Decisões)**

As decisões dos órgãos da CPLP e das suas instituições são tomadas por consenso de todos os Estados Membros.

Artigo 18º **(Regimento Interno)**

Os órgãos e instituições da CPLP definirão e seu próprio regimento interno.

Artigo 19º (**) **(Proveniência dos Fundos)**

Os fundos da CPLP são provenientes das contribuições dos Estados membros, mediante quotas a serem fixadas pelo Conselho de Ministros.

É criado um Fundo Especial, com Regimento próprio aprovado pelo Conselho de Ministros, dedicado exclusivamente ao apoio financeiro das acções concretas levadas a cabo no quadro da CPLP e constituído por contribuições voluntárias, públicas ou privadas.

Artigo 20º (**)
(Orçamento)

O Orçamento de funcionamento da CPLP estende-se de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro do mesmo ano.

A proposta orçamental é preparada pelo Secretariado Executivo e, depois de apreciada pelo Comité de Concertação Permanente, submetida à decisão dos Estados membros, pelo menos três meses antes do início do novo exercício orçamental.

Artigo 21º
(Patrimônio)

O Patrimônio da CPLP é constituído por todos os bens, móveis ou imóveis, adquiridos, atribuídos, ou doados por quaisquer pessoas e instituições públicas ou privadas.

Artigo 22º
(Emenda)

1. O Estado ou Estados Membros interessados em eventuais alterações aos presentes Estatutos enviarão por escrito ao Secretariado Executivo uma notificação, contendo as propostas de emenda.
2. O Secretário Executivo comunicará, sem demora, ao Comité de Concertação Permanente as propostas de emenda referidas no nº1 do presente Artigo, que as submeterá à aprovação do Conselho de Ministros.

Artigo 23º
(Entrada em vigor)

1. Os presentes Estatutos entrarão em vigor, provisoriamente, na data da sua assinatura, e, definitivamente, após a conclusão das formalidades constitucionais por todos os Estados Membros.
2. Os presentes Estatutos serão adotado por todos os Estados Membros em conformidade com as suas formalidades constitucionais.

Artigo 24º
(Depositário)

Os textos originais da Declaração Constitutiva da CPLP e dos presentes Estatutos serão depositados na Sede da CPLP, junto do seu Secretariado Executivo, que enviará cópias autenticadas dos mesmos a todos os Estados Membros.

Feitos em Lisboa, a 17 de Julho de. 1996

Pela República de Angola

Pela República Federativa do Brasil

Pela República de Cabo Verde

Pela República da Guiné-Bissau

Pela República de Moçambique

Pela República Portuguesa

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe

(*) Artigo incluído no Estatuto, de acordo com Resolução Aprovada na Reunião do Conselho de Ministros, realizada em São Tomé e Príncipe, em 31 de julho de 2001

(**) Artigo modificado no Estatuto, de acordo com Resolução Aprovada na Reunião do Conselho de Ministros, realizada em São Tomé e Príncipe, em 31 de julho de 2001

A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP INFORMAÇÕES GERAIS

1. Criada por ocasião da Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Lisboa, nos dias 17 e 18 de julho de 1996, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) veio conferir uma moldura institucional à lusofonia. A CPLP engloba os seguintes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, aos quais deve agregar-se o Timor Leste, tão logo se torne independente.
2. O idioma português, terceiro mais falado no Ocidente¹, é o elo primaz de aglutinação da Comunidade, a qual tem ainda, como elemento distintivo, as afinidades étnicas, históricas e culturais. Daí advém seu poder catalisador e mobilizador de energias.
3. O Governo brasileiro foi o proponente do projeto comunitário. Sua gestação foi longa, pois cumpria refletir cuidadosamente sobre as idéias e princípios gerais que norteariam a ação diplomática brasileira no interior da entidade.

A institucionalização

4. A Comunidade finalmente viria à luz em 17 de julho de 1996, com a realização, em Lisboa, da I Conferência dos Chefes de Estado e de Governo. A I Conferência aprovou os Estatutos e a Declaração Constitutiva da CPLP e elegeu os Doutores Marcolino Moco, de Angola, e Rafael Branco, de São Tomé e Príncipe, para os cargos de Secretário-Executivo e Secretário-Executivo Adjunto, respectivamente.

¹ Angola: 11,5 milhões; Brasil: 170 milhões; Cabo Verde: 411 mil; Guiné-Bissau: 1,1 milhão; Moçambique: 17,4 milhões; Portugal: 9,86 milhões; São Tomé e Príncipe: 122 mil. **Total: 210.393.000 cidadãos lusófonos.**

5. A II Conferência de Chefes de Estado e de Governo se realizou na cidade da Praia, em Cabo Verde. As cimeiras de Chefe de Estado e de Governo são bianuais. As reuniões do Conselho de Ministros das Relações Exteriores são anuais.

III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP

6. A III Reunião de Cúpula da CPLP foi realizada em Maputo em julho de 2000, quando a Embaixadora Dulce Maria Pereira (Brasil) foi eleita a nova Secretária-Executiva da Comunidade e o Doutor Zeferino Martins (Moçambique) foi escolhido como o seu novo Secretário Adjunto.

7. Dentre os documentos aprovados ao final da Cimeira, a “Declaração sobre Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização” reafirmou o compromisso dos países membros com os valores democráticos, a erradicação da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável.

8. As perspectivas da ampliação da cooperação no âmbito da CPLP são proporcionais ao aumento da participação de múltiplos órgãos do Governo e da sociedade em geral dos Estados membros nas atividades setoriais da Comunidade. A fim de contribuir para o envolvimento e a participação de múltiplos setores da sociedade brasileira nos temas da Comunidade, foi criada a Comissão Nacional de Apoio à CPLP, composta por personalidades do meio político e acadêmico, bem como por representantes governamentais, da imprensa e da sociedade civil. A 1ª Reunião da Comissão realizou-se em outubro de 2000. Desde então, a CNA reuniu-se quatro outras vezes, para tratar, entre outros temas, do Instituto Internacional da Língua Portuguesa e da questão da cidadania e circulação de pessoas no âmbito da CPLP.

9. Graças aos recursos da rubrica orçamentária “Cooperação com os países de Língua Portuguesa”, o Brasil pôde anunciar, em Maputo, contribuições substanciais ao Fundo Especial da CPLP, destinado a financiar projetos de cooperação. O valor total da referida rubrica do

Orçamento Geral da União foi de R\$ 2,5 milhões, R\$ 2,87 milhões e R\$ 6,4 milhões, em 2000, 2001 e 2002, respectivamente.

A estrutura da CPLP

10. Segundo a Declaração Constitutiva, os objetivos da CPLP são os de consolidar a realidade cultural que confere identidade própria aos países de língua portuguesa, promover a concertação político-diplomática e estimular a cooperação, conjugando iniciativas para a promoção do desenvolvimento econômico e social dos povos comunitários.

11. Os Estatutos estabelecem que a sede da CPLP será em Lisboa. Dispõe, igualmente, sobre os quatro órgãos diretores da Comunidade, a saber:

- a **Conferência de Chefes de Estado e de Governo**, encarregada de definir e orientar a política geral e as estratégias da CPLP. Reúne-se, ordinariamente, a cada dois anos. A mais recente realizou-se em Maputo, em julho de 2000, e a próxima será realizada no Brasil, em 2002;
- **Conselho de Ministros**, ao qual compete coordenar as atividades, supervisionar o funcionamento, definir e implementar políticas, bem como aprovar o orçamento da CPLP. Reúne-se ordinariamente uma vez por ano.
- **Comitê de Concertação Permanente**, constituído por um representante de cada país membro, reúne-se ordinariamente uma vez por mês, em Lisboa, sob a coordenação do país detentor da Presidência do Conselho de Ministros, e tem a incumbência de acompanhar o cumprimento, pelo Secretariado-Executivo, das decisões e recomendações emanadas da Conferência e do Conselho (podendo, quando couber, tomar decisões *ad referendum* do Conselho);
- **Secretariado-Executivo**, que se incumbe de implementar as decisões da Conferência, do Conselho e do Comitê, bem como de assegurar a execução dos programas e responder pelas finanças e pela administração da CPLP. O Secretário-Executivo e seu Adjunto devem

ser altas personalidades de diferentes países membros. São eleitos para mandatos de dois anos, que podem ser renovados uma única vez.

12. Para assegurar o financiamento da entidade, cada Estado-Membro contribui com uma cota anual, fixada pelo Conselho de Ministros. Atualmente, a contribuição fixa do Brasil é de US\$ 200 mil. Além disso, há um Fundo Especial, constituído por contribuições voluntárias, públicas ou privadas, destinadas a apoiar ações concretas a serem conduzidas no âmbito da organização.

13. As soluções consagradas na Conferência de Lisboa e, conseqüentemente, nos Estatutos da CPLP evitam o risco de substituir-se o bilateral pelo multilateral. Assegurada a flexibilidade, os relacionamentos diretos entre os países são preservados, sem prejuízo da ação conjunta nas áreas escolhidas. A Comunidade não deve pretender monopolizar as iniciativas de cooperação, mas sim estimulá-las, a partir de sua capacidade de racionalizar esforços, evitar dispersão de recursos e captar financiamentos para impulsionar projetos selecionados.

Os três pilares

14. Conforme os Estatutos da CPLP, os três pilares de sustentação da Comunidade são a concertação político-diplomática, a cooperação técnica intra-comunitária e valorização da língua portuguesa. Para o Brasil, todos têm igual importância.

15. A concertação político-diplomática por intermédio da CPLP significa a constituição oportuna de um foro para entendimentos diplomáticos, na medida em que incentiva os países membros a desenvolver posições comuns em negociações internacionais, nas quais a união fortalecerá os pontos de vista comuns e facilitará a consecução de objetivos concertados consensualmente. Num mundo em transição, em que se forjam as normas da legitimidade que nortearão as relações internacionais do século que se avizinha, é necessário velar para que os interesses essenciais dos povos comunitários sejam reconhecidos e devidamente protegidos.

16. Por sua vez, a cooperação no âmbito da CPLP deve ser caracterizada por sua capacidade mobilizadora, catalizadora e multiplicadora. Os Estados Membros, em conjunto, definem prioridades e em seguida, com o insubstituível apoio do Secretariado Executivo, se ocupam da identificação e da obtenção dos recursos indispensáveis à sua execução.

17. O idioma português confere identidade à organização. Trata-se de um patrimônio que cabe à Comunidade proteger e valorizar. Paradoxalmente, o fenômeno da globalização obriga todos os países a desenvolver uma consciência ainda mais aguda da sua individualidade. Será a partir dessa consciência que a Comunidade definirá com realismo suas possibilidades de atuação internacional e identificará as vias adequadas de cooperação.

18. A valorização da língua portuguesa – desiderato mais freqüente no processo de gestação da Comunidade – apresenta-se como área fértil à atuação do Brasil e de seus parceiros, particularmente no que se refere a duas iniciativas: o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. O ensino da língua portuguesa, não só nos países membros, mas no mundo, deve ser um dos objetivos principais da CPLP.

19. Na consecução dos objetivos da CPLP, o princípio basilar da democracia é prestigiado. Todos os Estados da Comunidade têm igualdade de direitos e deveres. A despeito das assimetrias evidentes no que toca à extensão de território, população e estágio econômico, todos os membros comunitários se manifestam quando julgam necessário e todas as decisões são tomadas por consenso.

20. O Brasil tem procurado estimular aquela que deve constituir-se na principal força da Comunidade, qual seja, a espontânea conjugação de esforços, nos mais variados setores da sociedade, governamentais e privados, para a consecução de objetivos comuns. Nesse sentido, são cada vez mais freqüentes as reuniões de caráter não governamental no âmbito da CPLP, além das inúmeras reuniões ministeriais setoriais, tais como as reuniões de Ministros da Saúde, da Justiça, da Educação, além de Reuniões dos Tribunais de Contas da CPLP, dos Presidentes de

Parlamentos, etc. O Brasil realizou, em 2001, as Reuniões de Ministros da Defesa, Trabalho e Solidariedade e de Secretários da Presidência, bem como dos Ministros da Cultura.

COMUNICADO FINAL DA CIMEIRA CONSTITUTIVA DA CPLP

1. Os Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, presentes em Lisboa na Conferência de Chefes de Estado e de Governo, constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, tendo em atenção a respectiva Declaração Constitutiva e os Estatutos que formalmente aprovaram, estiveram esta tarde reunidos na primeira sessão substantiva de trabalho da CPLP, com a presença do Secretário Executivo, Senhor Dr. Marcolino Moco e do Secretário Executivo Adjunto, Senhor Dr. Rafael Branco.

2. Os Chefes de Estado e de Governo reafirmaram a sua determinação e empenho em que a Comunidade, que tem na Língua Portuguesa um património histórico comum, seja dotada dos mecanismos e instrumentos que, reforçando os vínculos seculares que os unem, valorize também a sua ação externa ao serviço dos valores da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos, do Desenvolvimento e da Justiça Social.

3. Para o efeito recomendaram aos órgãos competentes da Comunidade que procedam a uma listagem das prioridades e projetos de atuação no âmbito das orientações gerais expressas na Declaração Constitutiva e nos Estatutos, designadamente para incrementar a cooperação a todos os níveis - cultural, económico, social, científico e jurídico-institucional - bem como a concertação político-diplomática.

4. Os Chefes de Estado e de Governo acordaram ainda que deverão ser estabelecidas relações privilegiadas com a Organização das Nações Unidas e suas agências e, em especial, com as organizações regionais onde os Países de Língua Portuguesa geograficamente se inserem, o que permitirá não só uma troca útil de informações e experiências, como uma participação mais dinâmica e apoiada de cada Estado.

5. Os Chefes de Estado e de Governo solicitaram ao Secretariado Executivo a elaboração de propostas, a serem submetidas ao Conselho de Ministros, relativas às linhas gerais de estratégia e prioridades para a atuação da CPLP, ao seu relacionamento com órgãos de cooperação e outras instituições dos Países Membros, aos Regimentos Internos do Comitê de Concertação Permanente, do Secretariado Executivo e do Fundo Especial, bem como ao estatuto de Observador no âmbito da CPLP.

6. Os Chefes de Estado e de Governo concordaram em que a CPLP dê prioridade à ativação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, criado em São Luís do Maranhão em Novembro de 1989.

7. Os Chefes de Estado e de Governo procederam ainda a uma troca de pontos de vista sobre aspectos da situação internacional que importam especialmente aos seus países. Neste âmbito, expressaram nomeadamente a sua solidariedade para com o Povo e o Governo de Angola nos seus esforços de consolidação da paz e reconciliação nacional, notando os progressos registados na implementação do Protocolo de Lusaka e dos compromissos bilaterais assumidos pelas Partes signatárias.

8. Os Chefes de Estado e de Governo receberam, no decurso da sessão, uma delegação da Comissão Coordenadora da Frente Diplomática da Resistência Timorense, que fez uma intervenção expondo as suas preocupações pela situação prevalecte em Timor-Leste e a sua luta pela liberdade e dignidade do Povo timorense, designadamente pelo exercício do seu direito inalienável à autodeterminação. Os Chefes de Estado e de Governo reiteraram a sua firme disposição em promoverem ações concertadas visando garantir o respeito pelos Direitos Humanos e pelas Liberdades Fundamentais no território e a obtenção de uma solução justa, global e internacionalmente aceitável para a questão de Timor-Leste, no pleno respeito pelos legítimos direitos e aspirações do seu Povo, em conformidade com o Direito Internacional.

9. Os Chefes de Estado e de Governo tomaram nota, com satisfação, da forma como decorreram as outras reuniões realizadas no âmbito da Conferência e dos resultados obtidos que muito contribuíram, nas

respectivas áreas, para o reforço da cooperação e dos laços de solidariedade entre os Sete Países. Em particular, foi recomendada a institucionalização de uma estrutura permanente de reforço da cooperação multilateral no domínio dos meios de comunicação, foram identificadas as áreas prioritárias de atuação para a promoção de jovens lusófonos no panorama associativo internacional e foi proposta a criação de uma estrutura que permita aos empresários, através de encontros periódicos, transmitir sugestões aos responsáveis políticos com vista a encontrar soluções adequadas ao tecido empresarial do espaço da CPLP.

10 Os Chefes de Estado e de Governo concordaram que a II Conferência se realize em Cabo Verde, na Cidade da Praia, em 1998, e que o Conselho de Ministros, previsto para 1997, tenha lugar no Brasil.

11. Os Chefes de Estado e de Governo expressaram a Portugal o seu agradecimento pelo acolhimento e pela hospitalidade dispensados a todos os participantes na Conferência Constitutiva da CPLP.

Conferências Presidenciais

DECLARAÇÃO CONSTITUTIVA DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Os Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, reunidos em Lisboa, no dia 17 de Julho de 1996,

Imbuídos dos valores perenes da Paz, da Democracia e do Estado de Direito, dos Direitos Humanos, do Desenvolvimento e da Justiça Social;

Tendo em mente o respeito pela integridade territorial e a não-ingêrência nos assuntos internos de cada Estado, bem como o direito de cada um estabelecer as formas do seu próprio desenvolvimento político, económico e social e adotar soberanamente as respectivas políticas e mecanismos nesses domínios;

Conscientes da oportunidade histórica que a presente Conferência de Chefes de Estado e de Governo oferece para responder às aspirações e aos apelos provenientes dos povos dos sete países e tendo presente os resultados auspiciosos das reuniões de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos Países de Língua Portuguesa, realizadas em Brasília em 9 de Fevereiro de 1994, em Lisboa em 19 de Julho de 1995, e em Maputo em 18 de Abril de 1996, bem como dos seus encontros à margem das 48^a, 49^a e 50^a Sessões da Assembleia-Geral das Nações Unidas;

Consideram imperativo:

- Consolidar a realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa, refletindo o relacionamento especial existente entre eles e a experiência acumulada em anos de profícua concertação e cooperação;

- Encarecer a progressiva afirmação internacional do conjunto dos Países de Língua Portuguesa que constituem um espaço geograficamente descontínuo mas identificado pelo idioma comum;

- Reiterar, nesta ocasião de tão alto significado para o futuro coletivo dos seus Países, o compromisso de reforçar os laços de

solidariedade e de cooperação que os unem, conjugando iniciativas para a promoção do desenvolvimento econômico e social dos seus Povos e para a afirmação e divulgação cada vez maiores da Língua Portuguesa.

Reafirmam que a Língua Portuguesa:

- Constitui, entre os respectivos Povos, um vínculo histórico e um Patrimônio comum resultantes de uma convivência multissecular que deve ser valorizada;

- É um meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projeção internacional dos seus valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista;

- É igualmente, no plano mundial, fundamento de uma atuação conjunta cada vez mais significativa e influente;

- Tende a ser, pela sua expansão, um instrumento de comunicação e de trabalho nas organizações internacionais e permite a cada um dos Países, no contexto regional próprio, ser o intérprete de interesses e aspirações que a todos são comuns.

Assim, animados de firme confiança no futuro, e com o propósito de prosseguir os objetivos seguintes:

- Contribuir para o reforço dos laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre todos os Povos que têm a Língua Portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade específica, e, nesse sentido, promover medidas que facilitem a circulação dos cidadãos dos Países Membros no espaço da CPLP;

- Incentivar a difusão e enriquecimento da Língua Portuguesa, potenciando as instituições já criadas ou a criar com esse propósito, nomeadamente o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP);

- Incrementar o intercâmbio cultural e a difusão da criação intelectual e artística no espaço da Língua Portuguesa, utilizando todos os meios de comunicação e os mecanismos internacionais de cooperação;

- Envidar esforços no sentido do estabelecimento em alguns Países

Membros de formas concretas de cooperação entre a Língua Portuguesa e outras línguas nacionais nos domínios da investigação e da sua valorização;

- Alargar a cooperação entre os seus Países na área da concertação político-diplomática, particularmente no âmbito das organizações internacionais, por forma a dar expressão crescente aos interesses e necessidades comuns no seio da comunidade internacional;

- Estimular o desenvolvimento de ações de cooperação interparlamentar;

- Desenvolver a cooperação econômica e empresarial entre si e valorizar as potencialidades existentes; através da definição e concretização de projetos de interesse comum, explorando nesse sentido as várias formas de cooperação, bilateral, trilateral e multilateral;

- Dinamizar e aprofundar a cooperação no domínio universitário, no da formação profissional e nos diversos setores da investigação científica e tecnológica com vista a uma crescente valorização dos seus recursos humanos e naturais, bem como promover e reforçar as políticas de formação de quadros;

- Mobilizar interna e externamente esforços e recursos em apoio solidário aos programas de reconstrução e reabilitação e ações de ajuda humanitária e de emergência para os seus Países;

- Promover a coordenação das atividades das diversas instituições públicas e entidades privadas, associações de natureza econômica e organizações não-governamentais empenhadas no desenvolvimento da cooperação entre os seus Países;

- Promover, sem prejuízo dos compromissos internacionais assumidos pelos Países Membros, medidas visando a resolução dos problemas enfrentados pelas comunidades imigradas nos Países Membros, bem como a coordenação e o reforço da cooperação no domínio das políticas de imigração;

- Incentivar a cooperação bilateral e multilateral para a proteção e preservação do meio ambiente nos Países Membros, com vista à promoção do desenvolvimento sustentável;

- Promover ações de cooperação entre si e de coordenação no âmbito multilateral para assegurar o respeito pelos Direitos Humanos nos respectivos Países e em todo o mundo;

- Promover medidas, particularmente no domínio pedagógico e judicial, visando a total erradicação do racismo, da discriminação racial e da xenofobia;

- Promover e incentivar medidas que visem a melhoria efetiva das condições de vida da criança e o seu desenvolvimento harmonioso, à luz dos princípios consignados na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança;

- Promover a implementação de projetos de cooperação específicos com vista a reforçar a condição social da mulher, em reconhecimento do seu papel imprescindível para o bem estar e desenvolvimento das sociedades;

- Incentivar e promover o intercâmbio de jovens, com o objetivo de formação e troca de experiências através da implementação de programas específicos, particularmente no âmbito do ensino., da cultura e do desporto.

Decidem, num ato de fidelidade à vocação e à vontade dos seus Povos, e no respeito pela igualdade soberana dos Estados, constituir, a partir de hoje, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Feita em Lisboa., a 17 de Julho de 1996

República de Angola

República Federativa do Brasil

República de Cabo Verde

República da Guiné-Bissau

República de Moçambique

República Portuguesa

República Democrática de São Tomé e Príncipe

IIª CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA CPLP

DECLARAÇÃO DA PRAIA

1. Os Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe reuniram-se na cidade da Praia, nos dias 16 e 17 de Julho de 1998, tendo na ocasião eleito Sua Excelência António Mascarenhas Monteiro, Presidente da República de Cabo Verde, Presidente da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, para os próximos dois anos.

2. Tratando-se da sua 1ª reunião após a Cimeira Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, atribuíram particular atenção a um conjunto de medidas de consolidação e afirmação progressiva da CPLP.

Com esse objetivo, os Ministros dos Negócios Estrangeiros/Relações Exteriores procederam, na sua presença, à assinatura dos seguintes acordos:

- Acordo Geral de Cooperação
- Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior
- Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

3. Cientes de que a Educação constitui um fator por excelência de desenvolvimento dos Estados Membros e de melhoria do bem-estar económico e da qualidade de vida dos nossos povos, adotaram a “Declaração dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP sobre a Educação”, na qual sublinharam a necessidade de concentrar esforços na valorização dos recursos humanos e se comprometeram a empreender um conjunto de medidas destinadas a aprofundar a cooperação comunitária na área educacional.

Neste quadro adotaram uma resolução a encorajar a elaboração de princípios de orientação pedagógica, que acompanhem os programas das disciplinas de História e Literatura, nos *curricula* dos sistemas de ensino

dos Países Membros da CPLP, de modo a proporcionar um conhecimento mais profundo da História e Literatura dos respectivos povos.

4. Tomaram nota da aprovação e assinatura pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores da revisão dos Estatutos do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (HLP) e procederam ao lançamento da primeira pedra da sua Sede.

5. Tomaram nota, com satisfação, dos esforços do Secretário Executivo e dos Membros do Comitê de Concertação Permanente, bem como das suas recomendações, no sentido de harmonizar o projeto original para o Regimento do Fundo Especial e de adequá-lo ao padrão internacional vigente.

6. Reconheceram a conveniência de o Fundo Especial poder receber contribuições adicionais de organismos internacionais e de entidades do setor privado e da sociedade civil em geral, bem como de que esses recursos se destinem a projetos de cooperação para o desenvolvimento.

Concordaram com a sugestão de se conceder um período não superior a seis meses para a elaboração do projeto de regimento do Fundo, por especialistas, com vista à sua aprovação pelo próximo Conselho de Ministros da CPLP.

7. Tomaram boa nota da Lei de Cabo Verde que aprova o Estatuto do Cidadão Lusófono e que confere em Cabo Verde direitos especiais aos cidadãos oriundos dos Países de Língua Portuguesa.

Tomaram ainda nota da organização em Portugal, no próximo ano, de um colóquio internacional para debater a questão da cidadania lusófona, tendo por base a análise dos direitos dos cidadãos lusófonos nos países da CPLP.

Neste contexto, aprovaram uma resolução em que recomendam à próxima reunião de Ministros Responsáveis pela Segurança dos Países membros da CPLP uma análise aprofundada com vista à adoção de medidas tendentes a facilitar a circulação de pessoas no espaço da CPLP e solicitam a essa reunião sectorial a apresentação de um Relatório, o mais detalhado possível, à próxima Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, contendo orientações nesse sentido.

8. Registaram com satisfação a adesão ampla da sociedade civil dos países membros, refletida nas iniciativas de setores como empresários,

sindicatos, organizações de mulheres, profissionais da área jurídica, escritores e personalidades da cultura, juventude, cooperativas e outros.

9. Tomaram nota dos encontros sectoriais a nível ministerial cujas conclusões e recomendações constituem importantes elementos de definição de políticas nos diversos domínios de atividade da CPLP e encorajaram os Ministros e Responsáveis das áreas da Agricultura, dos Correios e Telecomunicações, do Ambiente, da Segurança, da Justiça, da Administração Pública, da Educação, das Pescas, da Cooperação, do Turismo, da Saúde, da Defesa e Estatísticas, entre outros, a implementarem as decisões das referidas reuniões, usando, em colaboração com o Secretariado Executivo, todos os mecanismos disponíveis.

Do mesmo modo, tomaram conhecimento das conclusões da Conferência sobre Estatísticas da CPLP e recomendaram a elaboração de um programa de ação do setor.

10. Adotaram a Resolução que estabelece o Estatuto do Observador junto da CPLP e define as formalidades para a sua admissão.

11. Analisaram o Relatório apresentado pelo Secretário Executivo da CPLP sobre as atividades desenvolvidas no período de 1996/1998, tendo registado com apreço os avanços conseguidos nos planos da estruturação interna e no funcionamento do Secretariado Executivo.

Registaram com agrado a atividade do Secretariado Executivo no domínio da afirmação da CPLP no plano internacional, designadamente através dos contatos e Acordos estabelecidos com organizações internacionais do sistema das Nações Unidas e suas agências especializadas e encorajaram-no a prosseguir e a aprofundar essas relações.

12. Tomaram nota das decisões do Conselho de Ministros relativamente ao Programa de Ação do Secretariado Executivo e ao orçamento para o ano económico 1998/99.

13. Ao procederem à troca de pontos de vista sobre a situação internacional e nos países membros, os Chefes de Estado e de Governo:

- Condenaram inequivocamente a rebelião militar na Guiné Bissau e apelaram ao restabelecimento da ordem constitucional

democrática no país e ao apoio às iniciativas diplomáticas para uma solução do conflito por meios pacíficos e negociais;

- Acordaram a constituição de um Grupo de Contato ao nível de Ministros dos Negócios Estrangeiros e Relações Exteriores com a finalidade de explorar as adequadas vias diplomáticas para pôr termo ao conflito. O Grupo de Contato procurará concertar-se com outras iniciativas do mesmo gênero (de âmbito nacional, da OUA, da CEDEAO e da Organização das Nações Unidas). O Grupo de Contato será constituído pela República de Cabo Verde que coordenará, na qualidade de Presidente do Conselho de Ministros da CPLP, pelas República de Angola, República Federativa do Brasil, República de Moçambique, República Portuguesa e República Democrática de São Tomé e Príncipe;
- Acordaram no compromisso da CPLP para apoiar a reconstrução do país, uma vez reposto o quadro constitucional democrático;
- Reafirmaram o apoio à iniciativa de bons ofícios de Angola e Portugal;
- Lançaram um apelo a todos os países e organizações no sentido de prestarem auxílio humanitário às populações deslocados e aos refugiados, pedindo a colaboração de todas as partes envolvidas no sentido de facilitarem a canalização e a distribuição da ajuda humanitária, assim como a abertura de corredores humanitários;
- Saudaram o papel fundamental desempenhado por Portugal e Cabo Verde na evacuação e no acolhimento de todos aqueles que, independentemente das respectivas nacionalidades, optaram por deixar o país, assim como na prestação de ajuda humanitária às populações mais afetadas.

14. Ao analisar a situação em Angola, os Chefes de Estado e de Governo anotaram com apreço o papel das Nações Unidas com vista à implementação do Protocolo de Lusaka e, neste particular, reiteraram o seu profundo sentimento de pesar pelo desaparecimento físico do Representante do Secretário Geral, Sr Alioune Blondin Beye, e de outros

nacionais de outros países, designadamente da CPLP, em missão de serviço em prol da paz em Angola.

Preocupados com a deterioração da situação no país, deploraram a intransigência da UNITA, consubstanciada no não cumprimento cabal das disposições previstas no Protocolo de Lusaka, nomeadamente a extensão da Administração do Estado a todo o território nacional e a total desmilitarização das suas forças, persistindo no desencadeamento de ações armadas contra as populações indefesas, colunas de ajuda humanitária e pessoal das ONG's e MONUA.

Por esse fato, condenaram o comportamento da UNITA e apelaram ao cumprimento escrupuloso das pertinentes resoluções do Conselho de Segurança conducentes ao início de uma nova era de paz e concórdia.

15. Os Chefes de Estado e do Governo reafirmaram o seu apoio indefectível ao direito à autodeterminação do povo de Timor-Leste e a determinação de continuar a congregar esforços para uma solução justa, global e internacionalmente aceitável da questão de Timor-Leste, no pleno respeito pelos legítimos direitos e aspirações do seu Povo, em conformidade com o Direito Internacional.

Registando com preocupação a persistente situação de violação flagrante dos Direitos Humanos nesse território, exortaram à estrita observância das resoluções da Comissão dos Direitos Humanos na matéria e apelaram à imediata e incondicional libertação de Xanana Gusmão e dos demais presos políticos de Timor-Leste.

Manifestaram a esperança de que os recentes acontecimentos políticos na Indonésia contribuam para uma nova atitude das autoridades indonésias em relação ao problema de Timor-Leste e reiteraram o seu apoio aos esforços do Secretário Geral das Nações Unidas para relançar o diálogo tripartido entre Portugal, a Indonésia e as Nações Unidas, com a inclusão de representantes do povo timorense.

Decidiram desencadear iniciativas adequadas com vista A realização de uma missão de informação da CPLP à Timor-Leste.

16. Com vista a desenvolver a cooperação político-diplomática e a solidariedade entre os Países membros no domínio internacional,

reiteraram o seu empenho no aprofundamento da concertação no âmbito das Nações Unidas e de outras organizações internacionais, bem como a necessidade de uma atuação mais dinâmica nesses *fora*.

Congratularam-se com a introdução do Português como língua de trabalho nas reuniões UE/ACP e decidiram continuar a envidar esforços no sentido da criação de condições para a utilização do Português como língua oficial de trabalho noutras instâncias multilaterais.

Registaram com grande satisfação a iniciativa de convocar para o ano 2000 a Cimeira Europa-África, evento ao qual atribuem a maior relevância diplomática para o futuro das relações entre os dois continentes.

Nesta óptica, consideraram indispensável uma preparação orientada para a obtenção de resultados significativos, particularmente no que respeita ao desenvolvimento económico e social do continente africano.

17. Ao saudarem a realização da Exposição Mundial de Lisboa, EXPO 98, sobre o tema “Os Oceanos, Um Património para o Futuro”, realçaram o papel que este evento tem na sensibilização e na identificação de medidas para uma correta gestão dos recursos marinhos e a preservação do meio ambiente, pois delas dependerá o futuro da Humanidade.

18. Uma Representação de Timor-Leste participou nas reuniões do Conselho de Ministros e da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, na qualidade de Observador Convidado.

Correspondendo ao pedido formulado, os Chefes de Estado e de Governo decidiram conceder o Estatuto de Observador Convidado na CPLP a Timor-Leste.

19. Elegeram para um novo mandato de dois anos, para Secretário Executivo o Doutor Marcolino Moco e, para Secretário Executivo Adjunto o Doutor Rafael Branco, a quem exprimiram a sua confiança e o seu apoio firme no desempenho das respectivas funções.

20. Aceitaram com prazer a disponibilidade da República de Moçambique para acolher a III Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, prevista para o ano 2000, e acolheram, com satisfação, a

disponibilidade da República de Angola receber a IV Reunião do Conselho de Ministros em 1999.

Expressam às autoridades e ao Povo de Cabo Verde o seu agradecimento pelo acolhimento e pela hospitalidade dispensada a todos os participantes à II Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Feita na Cidade da Praia, a 17 de Julho de 1998.

DECLARAÇÃO DE MAPUTO

1. Os Chefes de Estado e de Governo da Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe e o Presidente da Assembleia Nacional de Angola reuniram-se em Maputo, nos dias 17 e 18 de Julho de 2000. A Conferência elegeu Sua Excelência o Senhor Presidente da República de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano, Presidente da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, para os próximos dois anos.

2. Saudaram a participação de Timor Leste, representado nesta ocasião histórica pelo Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense, Xanana Gusmão, a quem transmitiram o desejo de que, a muito breve prazo, Timor Leste requeira a sua adesão à CPLP como seu oitavo membro. Transmitiram também a satisfação com a evolução política ocorrida em Timor Leste desde a Cimeira da Praia, lamentando os massacres ocorridos após a consulta popular, que determinou o caminho do povo timorense para a sua autodeterminação e independência. Manifestaram o desejo de, em breve, serem fixadas datas para a realização das eleições gerais e formalização da independência de Timor Leste.

3. Tomaram nota, com satisfação, das medidas adoptadas e das acções desenvolvidas desde a Conferência da CPLP, realizada na Praia, a 17 de Julho de 1998, no sentido da consolidação da CPLP. Nesse sentido, destacaram:

- a. o papel desempenhado pela CPLP, e em particular pelo Grupo de Contacto criado por ocasião da II Conferência de Chefes de Estado e de Governo, na cessação das hostilidades e no restabelecimento da ordem institucional democrática na Guiné Bissau;
- b. a participação da Comunidade no processo de consulta popular em Timor Leste, nas eleições na Guiné Bissau e em Moçambique;

c. a aprovação pelo IV Conselho de Ministros do Regimento do Fundo Especial;

4. Com o objectivo de aumentar o espaço de actuação da CPLP, recomendaram:

a. a identificação e o desenvolvimento de modalidades apropriadas de apoio aos esforços dos Governos dos Países Membros para a consolidação e aperfeiçoamento das instituições democráticas em consonância com as legítimas aspirações dos seus povos;

b. a ampliação da agenda política da CPLP, no sentido de discutir os grandes temas globais da actualidade;

c. o estabelecimento e reforço de vínculos, por meio do diálogo político e da cooperação, com países e organizações internacionais que mantenham afinidade com os Países Membros da CPLP;

d. um renovado empenho junto das entidades financiadoras, públicas e privadas, governamentais ou multilaterais, com o objectivo de obter os recursos necessários à implementação dos projectos de cooperação da CPLP;

e. uma melhor articulação entre iniciativas sectoriais e da sociedade civil realizadas no âmbito da CPLP;

f. reforço de todas as iniciativas que contribuam para a promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa;

g. apoio a projectos de cooperação para a produção e comercialização de livros no âmbito da CPLP, conforme recomendações aprovadas no I Encontro de Escritores e Editores da CPLP;

5. Tomaram nota da aprovação, pelo Conselho de Ministros, de:

a. o Acordo de Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço;

- b. a Resolução sobre Cidadania e Circulação de Pessoas no Espaço da CPLP;
- c. a Resolução sobre o Instituto Internacional de Língua Portuguesa – IILP;
- d. o Plano Indicativo de Utilização do Fundo Especial;
- e. o Orçamento para o exercício 2000/2001;
- f. a Resolução sobre a Alteração do Ano Orçamental;
- g. a Resolução sobre Políticas de Género no âmbito da CPLP;

6. Tomaram igualmente nota do Relatório Final da Reunião Extraordinária de Pontos Focais, saudando a aprovação dos projectos apresentados em matéria de gestão e administração escolar para dirigentes, de formação de técnicos de educação e na área dos arquivos. Saudaram igualmente a decisão do Conselho de Ministros de implementar o Centro Regional de Excelência em Administração Pública em Moçambique, assumindo a Guiné Bissau a sua direcção e o Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial em Angola.

7. Acolheram com satisfação a iniciativa do S. Tomé e Príncipe de colocar à disposição da Organização infra-estruturas destinadas à instalação de um Centro Internacional de Juventude da CPLP.

8. Tomaram ainda nota da apresentação, por Portugal, de um projecto sobre rede de ensino e formação à distância, a ser apreciado na próxima Reunião de Pontos Focais de Cooperação.

9. Aprovaram:

- a. a Declaração dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP sobre “Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na era da Globalização”;
- b. a Declaração sobre Timor Leste, que reitera o apoio da Comunidade à realização de eleições e à formalização da independência de Timor Leste;

c. a Declaração sobre HIV/SIDA.

10. Tomaram boa nota da exposição de Portugal sobre o desenvolvimento das relações económicas no quadro da CPLP, que revela o respectivo incremento após a criação da Comunidade, e registaram igualmente a intenção de Portugal de realizar um estudo sobre as mesmas, bem como de um Fórum Empresarial.

11. Registaram com satisfação o projecto, apresentado pelo Brasil, sobre “Formação Diplomática”, que visa formar 120 funcionários dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros dos países membros da CPLP e de Timor Leste em práticas diplomáticas, administrativas e consulares.

12. Registaram, com satisfação, a intensificação e diversificação de reuniões sectoriais no âmbito da CPLP, cujas conclusões e recomendações constituem importantes instrumentos de definição de políticas e acções conjuntas nas áreas de actividade da CPLP, tendo destacado as reuniões nos domínios da Educação, da Presidência e Assuntos Parlamentares, da Defesa, da Cultura, da Ciência e da Tecnologia, dos Correios e Telecomunicações e das Pescas.

13. Registaram também, com apreço, os múltiplos encontros envolvendo os diversos sectores das sociedades civis dos países de língua portuguesa, o que demonstra o fortalecimento da CPLP, o seu dinamismo, a sua vocação para a cooperação e para a solidariedade em língua portuguesa.

14. Congratularam-se também pela presença cada vez mais frequente de representantes timorenses nas reuniões governamentais e não-governamentais da CPLP, expressando o seu desejo de que essa participação não só permita o fortalecimento dos laços de cooperação da CPLP e dos seus Países Membros com Timor Leste, mas, sobretudo, que consolide, no novo país, o sentimento de pertencer à comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

15. Congratularam-se ainda com a realização da Cimeira do Milénio e com a designação da 55ª Assembleia Geral das Nações Unidas como “Assembleia do Milénio das Nações Unidas no século XXI”, subdividida em

dois tópicos: i) Paz, Segurança e Desarmamento; ii) Desenvolvimento e Erradicação da Pobreza.

16. Felicitam o Governo Português pelo lançamento e concretização da Primeira Cimeira África-Europa, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia, a qual constituiu um ponto de viragem nas relações entre os dois continentes e irá permitir à União Europeia aprofundar a sua parceria estratégica com África, ao mesmo nível das parcerias que já desenvolve com outras regiões do mundo, em particular com o Mercosul.

Registam com satisfação o sucesso da iniciativa, que contou com a presença de cinquenta Chefes de Estado e de Governo de países dos dois continentes. Sublinham a importância do carácter global do diálogo estabelecido ao longo do processo preparatório e no decurso da Cimeira, que permitiu a abordagem de todos os temas de interesse comum e culminou na aprovação de dois documentos finais, que estabelecem os parâmetros do futuro relacionamento euro-africano.

17. Saudaram a Declaração sobre África adoptada pela 35ª Sessão Ordinária de Chefes de Estado e de Governo da OUA, realizada em Argel, em Julho de 1999, que sublinha a determinação da organização em envidar esforços para a prevenção e solução de conflitos em África, e registaram com agrado a decisão dos líderes africanos de declarar o ano 2000 como o Ano da Paz, Segurança e Solidariedade. Apelaram ao pleno envolvimento dos líderes africanos na materialização da referida declaração.

18. Expressaram a sua preocupação pela crítica situação económica de África, caracterizada pela pesada dívida externa, deterioração dos preços dos produtos primários, insuficiente investimento estrangeiro e declínio da ajuda pública ao desenvolvimento, apelando aos credores para a necessidade de redução substancial ou cancelamento da dívida externa, como forma de contribuir para o seu desenvolvimento económico e social e combate à pobreza absoluta.

19. Notaram com grande preocupação o alastramento do HIV/SIDA, particularmente em África, entre as camadas mais jovens. Notaram

igualmente com preocupação a persistência da malária como um dos maiores causadores da morte nos países em desenvolvimento, apelando à comunidade internacional, e em especial aos países desenvolvidos, para que dêem prioridade aos esforços coordenados para a prevenção e combate ao HIV/SIDA e à malária.

20. Considerando a prevenção e o combate ao HIV/SIDA e à malária como uma das condições essenciais ao desenvolvimento e à segurança nos países africanos, exortaram os países industrializados e os produtores de medicamentos anti-retrovirais a disponibilizarem tais medicamentos aos países em desenvolvimento a preços acessíveis.

21. A este respeito, saudaram a recente realização da Conferência Mundial da SIDA, em Durban, na África do Sul, e, no espírito dos esforços internacionais nessa matéria, recomendaram que, no âmbito da CPLP, sejam substancialmente reforçados os programas voltados para o combate e a prevenção do HIV/SIDA. Saudaram, ainda, a oferta brasileira de expandir a sua cooperação com os países africanos, mediante a disponibilização da sua política de distribuição generalizada e gratuita dos medicamentos anti-retrovirais, inclusive com a transferência graciosa, para os países africanos de língua portuguesa, de tecnologia para a produção de tais medicamentos.

22. Congratularam-se igualmente com o projecto de parceria entre Portugal, Estados Unidos da América e S. Tomé e Príncipe para a erradicação da malária neste último país.

23. Expressaram a sua mais viva solidariedade às autoridades moçambicanas e ao seu povo pelas recentes cheias que causaram milhares de vítimas e a destruição de parte importante do tecido económico, manifestando o seu reconhecimento à comunidade internacional pelo apoio, solidariedade e assistência humanitária prestadas a Moçambique.

24. Saudaram ainda a forma ordeira e pacífica em que decorreram as recentes eleições legislativas e presidenciais em Moçambique, que mais uma vez demonstraram a maturidade do povo moçambicano no processo de consolidação da paz e democracia.

25. Congratularam-se pelas eleições legislativas e presidenciais recentemente realizadas na República da Guiné Bissau, que permitiram o restabelecimento da ordem institucional democrática naquele país. Lançaram um apelo à comunidade internacional para desbloquear os apoios prometidos na Mesa Redonda realizada em Genebra, em Maio de 1999, a fim de que a República da Guiné Bissau possa prosseguir os seus projectos de desenvolvimento sócio-económico e de reconstrução nacional.

26. Examinaram a situação prevalecente em Angola e reiteraram que a ausência de paz efectiva naquele país resulta do não-cumprimento dos compromissos estabelecidos no Protocolo de Lusaka, por parte de Jonas Savimbi e seus seguidores.

27. Condenaram as suas acções armadas e criminosas contra as populações civis e a destruição de infra-estruturas económicas e sociais.

Manifestaram o seu apoio e a sua solidariedade ao Governo de Angola, nos seus esforços de combate à subversão armada, para o restabelecimento da paz duradoura à luz do Protocolo de Lusaka.

28. Saudaram o consenso alcançado no âmbito da CPLP acerca das conclusões do Relatório Fowler, que serviram de base à Resolução 1295/00 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

29. Analisaram o Relatório do Secretário Executivo relativo ao mandato 1998-2000, registando, com apreço, o seu empenho para que fossem cumpridas as recomendações aprovadas por ocasião da II Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. Manifestaram o seu reconhecimento pela contribuição pessoal do Secretário Executivo e do Secretário Executivo Adjunto na consolidação e na projecção da Comunidade na cena internacional, tendo, a esse respeito, feito uma declaração de apreço.

30. Aplaudiram a decisão de Portugal de financiar na totalidade o projecto e as obras da sede do Instituto Internacional de Língua Portuguesa – IILP.

31. Elegeram, por unanimidade, a Dra. Dulce Maria Pereira, proposta pela República Federativa do Brasil, para o cargo de Secretária Executiva da CPLP e o Dr. Zeferino Martins, proposto pela República de Moçambique, para o cargo de Secretário Executivo Adjunto.

32. Aceitaram com prazer a disponibilidade da República Federativa do Brasil para acolher a IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo, prevista para o ano de 2002, e registaram com satisfação a oferta da República Democrática de S. Tomé e Príncipe para receber a VI Reunião do Conselho de Ministros, em 2001.

Decidiram realizar uma sessão extraordinária do Conselho de Ministros em Díli, logo após a independência de Timor Leste.

33. Expressaram ao Governo e ao povo de Moçambique o seu agradecimento pela hospitalidade e pelo acolhimento dispensados a todos os participantes à III Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Feita e assinada em Maputo, República de Moçambique, aos 18 de Julho de 2000

DECLARAÇÃO SOBRE HIV / SIDA

Tendo em conta as proporções pandémicas que o SIDA alcançou em várias regiões do mundo, particularmente em África, onde rapidamente deixou de ser uma questão de saúde para converter-se em uma questão de desenvolvimento,

Os Chefes de Estado e de Governo da CPLP, reunidos em Maputo,

1. Reconhecem a importância dos projectos já em execução na área do HIV/SIDA e afirmam o compromisso de aprofundar a cooperação técnica no sector, em particular por meio das seguintes directrizes:

- a. Instruir os pontos focais de cooperação técnica nos países membros a ampliar programas e projectos na área de HIV/SIDA e outras doenças sexualmente transmissíveis no âmbito da CPLP;
- b. Priorizar políticas abrangentes na área de Saúde, com ênfase em acções de prevenção, informação, educação, comunicação, aconselhamento, vigilância epidemiológica e assistência;
- c. Desenvolver programas de Saúde em HIV/SIDA específicos para as sociedades multi-culturais, com vista a reforçar o respeito e o apreço pela diversidade étnica, cultural e religiosa, e a combater todas as formas de discriminação, dando particular atenção à remoção do estigma e ao combate à discriminação de que as pessoas afectadas são alvo;
- d. Fortalecer a capacidade técnica e gerencial dos Programas Nacionais de Luta contra o SIDA e organizar a resposta nacional ao HIV/SIDA e outras doenças sexualmente transmissíveis;
- e. Intensificar a cooperação na área da saúde de modo a estimular o planeamento e gestão de programas direccionados ao combate ao HIV/SIDA;

- f. Fortalecer a administração e a gestão de infra-estruturas de saúde, com vista a reforçar o atendimento às populações com HIV/SIDA e doenças sexualmente transmissíveis;
- g. Promover a valorização de profissionais da saúde especializados em HIV/SIDA e doenças sexualmente transmissíveis, por intermédio da implementação de programas de formação e aperfeiçoamento;
- h. Promover a modernização dos laboratórios e o respectivo treino do pessoal para correcta monitorização da terapia anti-retroviral;
- i. Fomentar estratégias na área de saúde que contribuam para a criação e o desenvolvimento de sistemas de informação em saúde e sistemas de vigilância epidemiológica para combate ao HIV/SIDA e outras doenças sexualmente transmissíveis;
- j. Promover o intercâmbio de materiais didácticos em Língua Portuguesa, sobre Informação, Educação, Comunicação, diagnósticos sobre doenças sexualmente transmissíveis, aconselhamento, legislação sobre HIV/SIDA e outros materiais considerados pertinentes para reforço das actividades no combate ao HIV/SIDA e outras doenças sexualmente transmissíveis;
- k. Desenvolver acções para que sejam prestados cuidados assistenciais às pessoas vivendo com HIV/SIDA e apoio comunitário;
- l. Assegurar o acesso e o uso de novas tecnologias para atendimento às populações com HIV/SIDA e com doenças oportunistas.

2. Comprometem-se a prosseguir com medidas para garantir o acesso à terapia anti-retroviral e ao tratamento das infecções oportunistas e outras doenças sexualmente transmissíveis às suas populações estimulando acções individuais e colectivas. Medidas apropriadas deverão ser tomadas no âmbito da negociação com as diversas instituições e eventualmente empresas farmacêuticas de modo a assegurar a

sustentabilidade de um programa desta natureza e com uma abordagem global e não apenas restringida ao provimento de medicamentos anti-retrovirais.

Para o cumprimento destes propósitos, os Chefes de Estado e de Governo da CPLP comprometem-se a :

- orientar os seus respectivos Governos e os responsáveis pela saúde, em especial, a concentrarem, de forma prioritária, esforços e recursos em acções e projectos para a prevenção e o controle das doenças sexualmente transmissíveis e do SIDA;
- determinar que os órgãos competentes dos países membros da CPLP desenvolvam programas e projectos de cooperação técnica na área de doenças sexualmente transmissíveis e do SIDA, em conformidade com as directrizes acima definidas;
- recomendar que as instâncias decisórias e sectoriais da CPLP conjuguem esforços junto aos organismos internacionais multilaterais e outras entidades financiadoras, com vista ao provimento de recursos suplementares para os projectos de cooperação técnica na área de doenças sexualmente transmissíveis e SIDA;
- envidar esforços junto aos organismos multilaterais, particularmente a OMS e ONUSIDA, com o objectivo de obter o apoio necessário para a consecução dos compromissos acima.

Feita em Maputo, República de Moçambique, aos 18 de Julho de 2000

DECLARAÇÃO

SOBRE TIMOR LESTE

Tendo em consideração a transição de Timor Leste para a independência, os Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, reunidos em Maputo;

Agradecem as informações sobre a actual fase do processo de transição de Timor Leste, prestadas pelo Presidente do CNRT, Xanana Gusmão, representante de Timor-Leste à III Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP;

Congratulam o Representante Especial do Secretário Geral da ONU e Administrador Transitório para Timor Leste, Sérgio Vieira de Mello, pelo profícuo trabalho que vem sendo realizado pela UNTAET, e pela incorporação, na sequência do diálogo estabelecido com o CNRT, de representantes timorenses na administração transitória do território, tendo em vista a preparação da independência de Timor-Leste;

Salientam a contribuição dada pela reunião de doadores, realizada em Lisboa, em 22 e 23 de Junho, para o processo de reconstrução de Timor-Leste, nomeadamente no que respeita à confirmação da ajuda a prestar pela comunidade internacional, a qual se deverá concretizar através de uma coordenação eficaz entre as Nações Unidas e os países doadores;

Felicitam o Secretário Executivo da CPLP, Dr. Marcolino Moco, pela sua deslocação a Díli, nos passados dias 19 e 20 de Maio, chefiando uma missão da CPLP, no decurso da qual foram mantidos encontros com o Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense e o Representante Especial do Secretário Geral da ONU e Administrador Transitório para Timor Leste, autoridades eclesiásticas para além de responsáveis pelas questões educativas do CNRT e da UNTAET; e reiteram o compromisso da CPLP e de seus Estados membros em apoiarem o desenvolvimento institucional, político, cultural e social de Timor Leste;

Registam com satisfação os esforços desenvolvidos pelo CNRT para a adopção do português como língua oficial;

Reafirmam o desejo de acolher, tão cedo quanto possível, Timor Leste como o oitavo Estado Membro da CPLP, e

Sublinham a atenção com que a CPLP encara o processo de transição timorense e expressam o desejo de ver, em breve, fixadas datas para a realização de eleições gerais e formalização da independência de Timor Leste.

Feita em Maputo, em 18 de Julho de 2000

Conferências Ministeriais

RESOLUÇÃO SOBRE CIDADANIA E CIRCULAÇÃO DE PESSOAS NO ESPAÇO DA CPLP

Os Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, reunidos na cidade de Maputo, Moçambique, a 18 de Julho de 2000,

TENDO EM CONSIDERAÇÃO:

A Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e o compromisso de “contribuir para o reforço dos laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre todos os Povos que têm a Língua Portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade específica e, nesse sentido, promover medidas que facilitem a circulação dos cidadãos dos Países Membros no espaço da CPLP”;

As conclusões do I e II Encontros dos Ministros Responsáveis pela Segurança da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;

O desejo de promover medidas no sentido de facilitar e dinamizar a circulação entre os cidadãos da CPLP, permitindo um estreitamento dos laços de solidariedade, assim como um maior intercâmbio cultural, económico e social entre estes cidadãos;

A II Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, reunida na cidade da Praia, nos dias 16 e 17 de Julho de 1998;

As conclusões do Colóquio sobre o Estatuto Jurídico da Lusofonia, referentes à necessidade de dar efectividade ao exercício de direitos de cidadania no espaço da CPLP;

O seu significado para o futuro colectivo e da prossecução dos objectivos fixados nos Estatutos da CPLP;

ACORDAM O SEGUINTE:

1. A constituição de um Grupo de Trabalho com a finalidade de definir medidas destinadas a facilitar a circulação de pessoas no espaço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, bem como disposições sobre a equiparação de direitos sociais e políticos entre os cidadãos da CPLP;

2. O Grupo de Trabalho conferirá especial atenção às medidas preconizadas pelos Ministros Responsáveis pela Segurança da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, designadamente referente à criação de um Observatório de Fluxos Migratórios para a recolha de elementos e dados estatísticos que possam vir a constituir o suporte de uma política estruturada e coerente em matéria de circulação de pessoas;

3. O Grupo de Trabalho será constituído por representantes dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores e dos Ministérios sectoriais competentes dos Estados Membros da CPLP, devendo apresentar o seu relatório até à próxima Reunião do Conselho de Ministros.

Feita na Cidade de Maputo, a 16 de Julho de 2000

RESOLUÇÃO SOBRE CIDADANIA E CIRCULAÇÃO DE PESSOAS NO ESPAÇO DA CPLP

O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, reunido em São Tomé, na sua VI Reunião Ordinária, no dia 31 de Julho de 2001;

Tendo presente a Resolução de Maputo sobre Cidadania e Circulação de Pessoas no espaço da CPLP;

Tendo analisado o trabalho do Comité de Concertação Permanente da CPLP relativo às actividades do Grupo de Trabalho criado com a finalidade de definir medidas destinadas a facilitar a circulação de pessoas no espaço da CPLP, bem como disposições sobre a equiparação de direitos sociais e políticos entre os cidadãos da CPLP;

Tendo em consideração o debate em curso pelos Estados membros em matéria de cidadania e circulação de pessoas no espaço da CPLP;

DECIDE:

Aprovar a continuação das actividades do Grupo de Trabalho, alargado aos Directores dos Serviços de Migração e Fronteiras da CPLP;

Aprovar as propostas e recomendações do Grupo de Trabalho, designadamente sobre o estabelecimento de requisitos comuns máximos para a instrução dos pedidos de vistos de curta duração e o prazo máximo de sete dias para a concessão deste tipo de vistos, e sobre o estabelecimento de balcões específicos nos postos de entrada e saída para o atendimento dos cidadãos da Comunidade;

Recomendar a negociação de acordos multilaterais sobre isenção das taxas de residência para os cidadãos da CPLP e sobre concessão privilegiada de vistos de múltiplas entradas a mulheres e homens de negócios, profissões liberais, cientistas, investigadores, pesquisadores, desportistas, agentes de cultura e cidadãos que careçam de tratamento médico;

Mandar o Grupo de Trabalho para, no decurso das suas próximas reuniões, das quais a primeira se realizará em Outubro próximo, em Lisboa, discutir o projecto de Convenção Quadro Relativa ao Estatuto do Cidadão Lusófono, apresentado por Portugal, bem como outros instrumentos sobre esta matéria, tendo em vista a adopção de acordos multilaterais no âmbito da CPLP sobre a cidadania e a circulação de pessoas no espaço da Comunidade;

Recomendar aos Ministros responsáveis pela segurança e administração interna da CPLP a aprovação do Regulamento do Observatório dos Fluxos Migratórios;

Registrar com apreço a adopção na ordem interna de Cabo Verde, Guiné Bissau e Portugal, do Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço entre os Governos dos Países Membros da CPLP e o compromisso dos outros Estados membros de envidarem esforços no sentido de que seja concluído, em suas respectivas ordens internas, o mesmo processo;

Mandar o CCP a apresentar um Relatório das actividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho à próxima reunião do Conselho de Ministros.

Feita em São Tomé, em 31 de Julho de 2001

RESOLUÇÃO SOBRE POLÍTICA DE GÉNERO NO ÂMBITO DA CPLP

Tendo tomado conhecimento da Declaração de Salvador, aprovada no final da I Conferência de Mulheres da CPLP sobre Género, Cultura, Acesso ao Poder, Participação Política e Desenvolvimento, que se realizou na cidade de Salvador, Brasil, no período de 30 de Janeiro a 01 de Fevereiro de 2000;

Reconhecendo as preocupações das mulheres de todos os países da CPLP, comuns na sua essência, relativas à erradicação da pobreza, à promoção do desenvolvimento humano e sustentável e da inclusão social, ao acesso à saúde, à educação e ao emprego, ao apoio à participação das mulheres em actividades económicas e, em especial, à participação política e acesso ao poder;

Considerando o empenho das mulheres para conquistar espaços mais amplos na sociedade, bem como a necessidade de aumentar a representatividade feminina nas instituições políticas em geral;

Considerando que, também nos países membros da CPLP, a pobreza afecta primordialmente as mulheres em decorrência, em maior ou menor grau, segundo o país membro, do deficiente acesso à educação e à saúde, da dificuldade de efectiva inserção em todos os escalões do mercado de trabalho e da desigualdade nos salários;

Reconhecendo que, na maioria dos países da CPLP, diferentes factores culturais se constituem em um dos mais sérios constrangimentos ao pleno desenvolvimento da cidadania da mulher, e o seu acesso a cargos do poder, assim como ao tratamento dos desequilíbrios do género naquelas sociedades;

Reconhecendo que as relações do género, se construídas com base na equidade, têm impacto positivo no processo de desenvolvimento das sociedades;

DECIDEM:

Recomendar a implementação da Plataforma de Acção da IV Conferência Mundial da Mulher e o cumprimento de todas as Convenções e Instrumentos Internacionais dos quais os países membros da CPLP são signatários relativos à promoção e ao respeito aos Direitos Humanos;

Recomendar a utilização, pelos Governos, dos conceitos de desenvolvimento já consagrados nas Declarações de Viena e de Beijing;

Promover o estreitamento do diálogo entre os países membros com vista a aproveitar os instrumentos disponibilizados pelas estruturas formais da Comunidade para o fortalecimento dos programas nacionais de promoção da igualdade e dos direitos da mulher;

Recomendar a inserção da perspectiva de género em todas as políticas que visem a um desenvolvimento sustentável da sociedade, sobretudo as de educação e saúde e, particularmente, nos programas de cooperação bilateral e multilateral desenvolvidos no âmbito da CPLP;

Recomendar que nos programas de cooperação desenvolvidos no âmbito da CPLP, se considere urgente a necessidade de capacitação das mulheres para o exercício pleno do poder e a capacitação dos agentes dos Estados membros para a implementação de políticas de género e para o adequado tratamento das desigualdades na formulação e execução de políticas públicas;

Determinar, como manifesto compromisso dos Governos da CPLP com a promoção da política de género no âmbito da Comunidade, a alocação de montante adequado de recursos para financiamento de projectos e actividades específicas de promoção da mulher;

Promover, em conformidade com os programas e políticas nacionais dos Governos o investimento na educação e formação das mulheres, desde a infância, bem como estimular, onde couber, a alocação de mais recursos orçamentais para a implantação de programas e políticas públicas de saúde para as mulheres.

Feita na cidade de Maputo, aos 16 de Julho de 2000

RESOLUÇÃO SOBRE A CPLP E AS INICIATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL

O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa –CPLP, reunido em São Tomé, na sua VI Reunião Ordinária, no dia 31 de Julho de 2001,

TENDO EM CONSIDERAÇÃO:

Que a CPLP é uma organização de Estados democráticos, aberta às sociedades civis dos Estados membros, cujo envolvimento é fundamental para a consolidação do espírito comunitário;

A ampla adesão da sociedade civil dos países membros, reflectida nos múltiplos encontros envolvendo os diversos sectores das sociedades civis dos países de língua portuguesa, contribuindo para o fortalecimento e dinamismo da CPLP;

A importância das iniciativas e apoios de organizações da sociedade civil, fundamentalmente através da realização de eventos e projectos que muito contribuem para a materialização dos objectivos fixados na Declaração Constitutiva da CPLP;

O seu significado para a prossecução dos objectivos fixados nos Estatutos da CPLP.

ACORDA O SEGUINTE:

Encorajar a realização de iniciativas da sociedade civil que contribuam para uma maior divulgação e apoio às actividades da CPLP;

Convidar organizações representativas da sociedade civil para participar em actos específicos no âmbito da CPLP, mediante decisão do Conselho de Ministros ou do Comité de Concertação Permanente.

Feita em São Tomé, em 31 de Julho de 2001

RESOLUÇÃO SOBRE O INSTITUTO INTERNACIONAL DE LÍNGUA PORTUGUESA - IILP

Tendo em conta a importância do Instituto Internacional de Língua Portuguesa - IILP, para a implementação de projectos para a promoção e difusão da Língua Portuguesa;

Atendendo a que a Língua Portuguesa constitui um património de todos os Estados membros da CPLP;

O Conselho de Ministros, reunido na sua V Sessão Ordinária, no dia 16 de Julho de 2000, na cidade de Maputo, no âmbito da 111 Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, decidiu:

1. Aprovar o contrato do projecto para a construção da sede do Instituto Internacional de Língua Portuguesa na cidade da Praia.
2. Responsabilizar o Comité de Concertação Permanente da CPLP, para estudar a filosofia de funcionamento do IILP, procedendo a um estudo mais profundo das principais tarefas a desenvolver futuramente por esta Instituição, em estreita articulação com o Secretariado Executivo da CPLP, de modo a racionalizar recursos e concertar acções.
3. Configurar a Organização do Instituto Internacional de Língua Portuguesa numa estrutura de coordenação simples e flexível, no âmbito da CPLP.
4. Promover um Seminário sobre a problemática do funcionamento futuro do IILP com a participação de técnicos dos Ministérios da Educação dos Estados Membros, das Organizações Internacionais e associações da sociedade civil vocacionadas para as questões da Língua Portuguesa, incluindo ainda o Director Executivo designado nos termos das conclusões da 11 Reunião de Ministros da Educação da CPLP.

Feita na cidade de Maputo, a 16 de julho de 2000

COMUNICADO FINAL DA REUNIÃO DO CONSELHO DE MINISTROS, EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (31/07/01)

Os Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República de Moçambique, da República Portuguesa e da República Democrática de São Tomé e Príncipe reuniram-se na VI sessão ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, na cidade de São Tomé, no dia 31 de Julho de 2001, e elegeram o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Dr. Joaquim Rafael Branco, para o cargo de Presidente do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP.

A cerimónia de abertura foi presidida por Sua Excelência o Primeiro-Ministro da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Dr. Guilherme Pósser da Costa.

A sessão contou igualmente com a presença da Secretária Executiva e do Secretário Executivo Adjunto da CPLP, bem como de uma Representante de Timor Leste, na qualidade de observador convidado.

Os Ministros registaram com apreço o Relatório do Presidente cessante do Conselho de Ministros da CPLP, Dr. Leonardo Simão, designadamente no que respeita ao conjunto de medidas adoptadas durante o seu exercício pertinentes à consolidação da CPLP e ao cumprimento das decisões da Cimeira de Maputo.

Os Ministros tomaram nota do Relatório da Secretária Executiva da CPLP sobre as actividades da Organização referentes ao exercício 2000/2001.

Passados cinco anos da criação da CPLP, os Ministros procederam a um balanço das suas actividades e apreciaram com satisfação os avanços registados nas três vertentes que norteiam a actuação da CPLP: a concertação político-diplomática, a cooperação e a promoção e difusão

da língua portuguesa. Reconheceram os avanços na construção e fortalecimento de laços de amizade e cooperação entre os governos e, cada vez mais, entre as sociedades civis dos Estados membros. Salientaram a necessidade de se obter uma maior visibilidade das acções desenvolvidas pela CPLP, em particular junto da opinião pública da Comunidade, através de uma política de informação que deverá ser implementada pelo Secretariado Executivo, em coordenação com os Estados membros. Foram unânimes quanto às perspectivas promissoras para a ampliação das áreas de actuação da CPLP, com vista à promoção do desenvolvimento e consolidação da democracia nos países da Comunidade.

Os Ministros congratularam-se com os progressos alcançados na área da concertação político-diplomática, designadamente através do acompanhamento regular da situação interna nos Estados membros, da intensificação da concertação com vista ao apoio das candidaturas dos Estados membros no âmbito do sistema das Nações Unidas, do envio de missões de observação eleitoral e do reforço da presença nos diversos *fora* internacionais.

Os Ministros congratularam-se pela disposição dos Estados membros em apoiar, de forma concertada, as candidaturas de Angola em 2002, do Brasil em 2003 e de Portugal em 2010 para assento não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Os Ministros reafirmaram igualmente o compromisso dos Estados membros em estender o seu apoio às candidaturas do Brasil, Moçambique e Portugal para a Comissão de Direito Internacional, a serem realizadas na 56ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Os Ministros destacaram a participação da Comunidade no processo de Consulta Popular em Timor Leste (1999), nas eleições legislativas em São Tomé e Príncipe (1998), e nas eleições legislativas e presidenciais em Moçambique (1999) e na Guiné-Bissau (1999/2000).

Os Ministros manifestaram igualmente a sua satisfação pela forma como vem decorrendo o processo de transição em Timor Leste e aprovaram o envio de uma Missão de Observação Eleitoral da CPLP às eleições para a Assembleia Constituinte de Timor Leste, a realizar em 30 de Agosto próximo.

Reiteraram o compromisso assumido na Conferência de Chefes de Estado e de Governo de Maputo para a realização de uma reunião

extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP em Timor-Leste, logo após a independência.

Os Ministros congratularam-se ainda com a assinatura de acordos de cooperação com a UNESCO e a União Latina, os quais, à semelhança de outros acordos já firmados com organizações congéneres, visam o estabelecimento de relações de cooperação estreitas e profícuas, com vista ao aproveitamento de sinergias para a concretização de objectivos comuns.

Os Ministros debruçaram-se sobre a problemática da criança a nível mundial, tema que será debatido este ano em sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, tendo acordado numa acção concertada entre os Estados membros no referido fórum.

No âmbito da cooperação, os Ministros consideraram útil e desejável a realização de reuniões inter-governamentais sectoriais e registaram com apreço os avanços que se têm alcançado nas áreas de cooperação da CPLP pelo dinamismo por elas imprimido.

Os Ministros recomendaram que os Estados membros da CPLP se empenhem em manter os órgãos da Organização, designadamente o Comité de Concertação Permanente e o Secretariado Executivo da CPLP, informados da preparação e realização das reuniões sectoriais e, sobretudo, que assegurem a transmissão das conclusões ali aprovadas, visando promover uma melhor coordenação das actividades de cooperação entre os Países da CPLP.

Os Ministros receberam e aprovaram o Relatório da reunião dos Pontos Focais de Cooperação, realizada em São Tomé e Príncipe, nos dias 26 e 27 de Julho de 2001, saudando a evolução que se constata nos procedimentos e práticas daquele foro, onde são tratados os temas da cooperação e, conseqüentemente, algumas das principais acções da Comunidade.

Os Ministros reafirmaram a importância do Plano Indicativo de Utilização do Fundo Especial como documento orientador das actividades do Secretariado Executivo no domínio da cooperação e recomendaram a especial atenção do Secretário Executivo no sentido de garantir o avanço e a execução desses projectos, considerados

prioritários pelos Pontos Focais. Neste sentido, tomaram nota da aprovação dos seguintes projectos, a serem financiados pelo Fundo Especial:

- ETECFORMA - Rede para o Ensino Técnico dos países africanos de língua Portuguesa e Timor Leste;

- Melhoria da qualidade do ensino das ciências - um projecto para a provisão de livros de matemática para raparigas do ensino secundário na Zambézia, em Moçambique;

- Apoio à reconstrução da Guiné Bissau;

- Recuperação do acervo histórico; e

- Apoio à capacitação dos recursos humanos em saúde nos países africanos de língua portuguesa e Timor Leste.

Os Ministros recomendaram que os Pontos Focais agilizem o processo de apreciação dos restantes projectos pendentes, de forma a que possam ser considerados na sua próxima reunião, em Dezembro de 2001.

O Ministros registaram, com apreço, as contribuições adicionais feitas pelo Brasil e por Portugal ao Fundo Especial, e exortaram o Secretariado Executivo a buscar fontes adicionais de financiamento para os projectos já aprovados no âmbito da reunião dos Pontos Focais.

Os Ministros recomendaram a rápida mobilização dos recursos para o início da implementação do projecto do Centro Internacional da Juventude da CPLP, cujas infra-estruturas, colocadas à disposição da Comunidade pela República Democrática de São Tomé e Príncipe, foram visitadas pelos Pontos Focais de cooperação, em 27 de Julho de 2001.

Os Ministros exortaram o Secretariado Executivo e os Pontos Focais a identificar e formular um projecto consistente e estruturante na área educacional para consolidar a cooperação multilateral na Comunidade.

Os Ministros aprovaram as conclusões e recomendações do Grupo de Trabalho criado com a finalidade de definir medidas destinadas a

facilitar a circulação de pessoas no espaço da CPLP, bem como disposições sobre a equiparação de direitos sociais e políticos entre os cidadãos da CPLP, designadamente sobre o estabelecimento de requisitos comuns máximos para a instrução dos pedidos de vistos de curta duração e o prazo máximo de sete dias para a concessão deste tipo de vistos, e sobre o estabelecimento de balcões específicos nos postos de entrada e saída para o atendimento dos cidadãos da Comunidade. Recomendaram a negociação de acordos multilaterais sobre a isenção das taxas de residência para os cidadãos da CPLP e sobre concessão privilegiada de vistos de múltiplas entradas a mulheres e homens de negócios, profissões liberais, cientistas, investigadores, pesquisadores, desportistas, agentes de cultura e cidadãos que careçam de tratamento médico.

No âmbito da equiparação de direitos sociais e políticos, os Ministros tomaram nota da apresentação ao Grupo de Trabalho, no decurso das suas reuniões, do projecto proposto por Portugal de “Convenção-Quadro Relativa ao Estatuto de Cidadão Lusófono”, bem como da apresentação do “Estudo Comparativo das Normas de Direito Internacional e das Constituições e Leis Especiais dos Estados Membros da CPLP sobre Circulação e Equiparação de Direitos Políticos, Económicos, Sociais e Culturais”.

Os Ministros aprovaram a continuação das actividades do Grupo de Trabalho e mandataram-no para intensificar as consultas, tendo em vista a adopção pela CPLP de acordos multilaterais no âmbito da cidadania e da circulação de pessoas.

Os Ministros recomendaram a aprovação do Regulamento do Observatório dos Fluxos Migratórios na próxima Reunião dos Ministros responsáveis pela segurança e administração interna da CPLP.

Os Ministros registaram com apreço a adopção na ordem interna de Cabo Verde, Guiné Bissau e Portugal, do Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço entre os Governos dos Países Membros da CPLP, e o compromisso dos outros Estados membros de envidarem esforços no sentido de que seja concluído, em suas respectivas ordens internas, o mesmo processo.

Os Ministros registaram com apreço as informações fornecidas por Portugal sobre a preparação do Fórum Empresarial da CPLP, iniciativa de grande interesse para a Organização, tendo recomendado que as conclusões do Fórum sejam submetidas à próxima Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

Os Ministros manifestaram apreço pelos esforços do Secretariado Executivo, bem como dos Pontos Focais de cooperação, no sentido de dar cumprimento às disposições dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, contidas na “Declaração sobre HIV/SIDA”, aprovada em Maputo, a 18 de Julho de 2000. Acolheram a proposta da realização, no Brasil, de uma reunião dos Coordenadores Nacionais de HIV/SIDA para definir estratégias de acção e adoptar os procedimentos necessários à preparação e implementação, no menor prazo possível, de projectos nessa área. Recomendaram ao Secretariado Executivo, para em conjunto com os Estados membros, fazer diligências para a captação de recursos junto à comunidade internacional.

No âmbito da promoção e difusão da língua portuguesa, os Ministros aprovaram os Estatutos do IILP, bem como uma Resolução que adopta o orçamento e o quadro de pessoal do IILP, e indica as tarefas subsequentes da Directora Executiva provisória com vista a concluir o processo de arranque do Instituto.

Os Ministro tomaram nota do projecto da sede do IILP e manifestaram o seu apreço pelos esforços do Secretariado Executivo na implementação da Resolução sobre o IILP, aprovada em Maputo, a 18 de Julho de 2000. Exortaram o Secretariado Executivo para, em concertação com os Estados Membros, continuar a acompanhar o processo de construção da sede do Instituto.

Os Ministros recomendaram a convocação urgente da Assembleia Geral do IILP, que deverá aprovar os instrumentos necessários ao seu pleno funcionamento.

Os Ministros congratularam-se com os esforços desenvolvidos pela Comunidade, no sentido da consagração do português como língua de trabalho nas organizações internacionais.

Os Ministros aprovaram as alterações aos Estatutos da CPLP, visando adequar o funcionamento da Organização às novas exigências resultantes da dinâmica da globalização e aumentar a visibilidade da CPLP na cena internacional.

Os Ministros aprovaram as seguintes Resoluções:

- Sobre a CPLP e as Iniciativas da Sociedade Civil;
- Sobre as Eleições para a Assembleia Constituinte de Timor Leste;
- Sobre a Revisão dos Estatutos da CPLP;
- Sobre Cidadania e Circulação de Pessoas no Espaço da CPLP;
- Sobre os Estatutos do Instituto Internacional de Língua Portuguesa;
- Sobre a Actividade do Instituto Internacional de Língua Portuguesa;
- Sobre a Aprovação do Orçamento de Funcionamento da CPLP para o 2º Semestre de 2001, de 01 de Julho a 31 de Dezembro de 2001;
- Sobre a Aprovação do Relatório de Revisão Limitada às Demonstrações Financeiras da CPLP.

Os Ministros tomaram boa nota da informação prestada pelo Vice-Ministro das Relações Exteriores da República de Angola e congratularam-se com a firme decisão do Governo de Angola em realizar as próximas eleições no ano de 2002.

Nesse sentido, os Ministros apoiaram inequivocamente as iniciativas do Governo de Angola, para que seja salvaguardado o primado da Democracia e a estabilidade do país, com base no cumprimento escrupuloso do Protocolo de Lusaka, entendido como o instrumento ainda válido para devolver a paz duradoura aos angolanos.

Os Ministros felicitaram Cabo-Verde pela forma como decorreram as eleições legislativas e presidenciais realizadas em Janeiro e Fevereiro de 2001 e manifestaram a sua satisfação pela consolidação da Democracia nesse Estado membro.

Os Ministros tomaram nota da informação prestada pela Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional da República da Guiné-Bissau e manifestaram a sua preocupação quanto a situação económica e social prevalecente no país. Apelaram a comunidade internacional para prestar ajuda financeira à Guiné-Bissau incluindo a realização de uma nova Mesa Redonda com vista a obtenção de apoios para a sua reconstrução e reconciliação nacional.

Os Ministros tomaram nota da informação prestada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da República de Moçambique sobre as cheias que afectaram, no primeiro semestre deste ano, as regiões Centro e Norte do país e que causaram elevados danos materiais e humanos, bem como o empenho do Governo no processo de reassentamento das populações afectadas e reabilitação/reconstrução das infra-estruturas danificadas. Neste sentido, o Ministro manifestou o seu apreço pela solidariedade e apoio da CPLP ao povo moçambicano.

Os Ministros reiteraram a sua solidariedade para com o povo e o Governo de Moçambique e incentivaram a continuação dos esforços do governo para a normalização da vida das populações.

Os Ministros congratularam-se com o facto de Portugal assumir a próxima Presidência da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) no ano 2002.

Os Ministros felicitaram a República Democrática de S. Tomé e Príncipe pela realização das eleições presidenciais no dia 29 de Julho de 2001 e manifestaram a sua satisfação pela consolidação da Democracia nesse Estado membro.

Os Ministros aceitaram com satisfação o convite para que a próxima Reunião do Conselho de Ministros se realize no Brasil, em Julho

de 2002, antecedendo a IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo.

Os Ministros expressaram à República Democrática de São Tomé e Príncipe o seu agradecimento pelo acolhimento caloroso e pela hospitalidade fraterna dispensada a todos os participantes à VI reunião do Conselho de Ministros da CPLP.

Feito em São Tomé, em 31 de Julho de 2001

**Manifestações do
Governo Brasileiro
sobre a CPLP**

DISCURSO DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO POR OCASIÃO DA SESSÃO DE ABERTURA DA REUNIÃO DE CÚPULA DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

(Lisboa, 17 de julho de 1996)

Quero dizer-lhes, antes de mais nada, que eu trago do Brasil a saudação muito afetuosa e amistosa do povo brasileiro a todos os demais povos que, na África ou na Europa, compartilham conosco o privilégio que é refletir e sentir, falar e escrever em português.

Peço a todos os meus colegas que aqui se encontram para o lançamento da nossa Comunidade de Países de Língua Portuguesa que sejam os portadores dessa mensagem de amizade brasileira aos cidadãos dos seus países.

Digam-lhes que estamos felizes de poder afirmar, pelo gesto político de unir-nos em comunidade, a dimensão internacional inegável que é pertencer a uma cultura própria — a cultura afro-luso-brasileira, presente em todo o mundo, com uma vocação universal que nada tem de arrogância ou soberba, mas que, isso sim, traduz uma maneira cordial de ser que a suavidade da língua que falamos se encarrega de transmitir.

Agradeço ao povo e ao Governo de Portugal pela acolhida tão generosa e amiga que nos estão dando, na melhor tradição do espírito e da hospitalidade portugueses.

A mesma Lisboa que serviu de marco geográfico e político da Era dos Descobrimentos, epopéia portuguesa e momento fundamental da História moderna, é hoje palco de um acontecimento que terá impacto e repercussão em três continentes: a decisão dos sete países de língua portuguesa de assumir, no campo político internacional, o traço marcante

de identidade e de comunhão de interesses proporcionadas pela nossa base cultural comum.

O Brasil esteve na origem da idéia de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa e isso é motivo de orgulho para nós. O Presidente Itamar Franco interpretou o sentimento brasileiro ao dar pleno apoio à iniciativa, e o ex-Embaixador José Aparecido de Oliveira foi incansável no seu lançamento e na sua promoção.

O Brasil continua imbuído de entusiasmo e confiança quando entende que a Comunidade será uma extensão da sua própria personalidade internacional. Estamos certos de que o mesmo ocorra com todos os demais países que a integram.

Ao constituir a Comunidade, já familiarmente conhecida por sua sigla CPLP, nós estamos dando um passo que há muito se impunha: estamos atualizando, perante nós mesmos e perante toda a comunidade internacional, o passado comum que nos liga indissolivelmente.

E, ao resgatar esse passado naquilo que ele tem de permanente, na sua força de aproximar e harmonizar a diversidade própria de nações que se orgulham da sua soberania duramente conquistada e consolidada, nós o estamos projetando no futuro — não um futuro distante, mas um futuro imediato, sob a forma de ação política internacional e de cooperação solidária e construtiva entre nós mesmos.

Queremos construir uma Comunidade em sentido pleno, inspirada no valor da igualdade, afastada de articulações hegemônicas, dedicada a um trabalho harmonioso de cooperação — uma Comunidade que, em suas deliberações, honre nosso espírito democrático.

Com sentido de realismo, a Comunidade responderá adequadamente ao impulso, próprio das relações internacionais contemporâneas, de que os países pertençam a coalizões ordenadas não mais ao longo de clivagens entre Norte e Sul ou Leste e Oeste, mas sim de interesses prontamente identificáveis pelo cidadão.

Esse é o sentido da participação brasileira no Mercosul, por exemplo, ou de que Angola e Moçambique sejam parte da SADC, ou de que

Portugal pertença à União Européia. Esse é o sentido de que Brasil e Portugal formem parte da Comunidade Ibero-Americana.

E esse é o sentido de que os Sete, apoiados nessa comunhão lingüística que nos torna um núcleo particular, estabeleçamos uma comunidade política de países diferentes, é certo, mas com muitos interesses compartilhados, com um grande potencial de ampliar a nossa voz e de melhorar a qualidade da cooperação que bilateralmente nos oferecemos uns aos outros.

É com esse espírito e com esses compromissos que o Brasil comparece a esta reunião de cúpula que formaliza a CPLP.

Nós saudamos a decisão dos Sete de confiar a um Secretário-Executivo angolano e a um Secretário Adjunto Sãotomense a condução da Secretaria-Executiva da CPLP nesta sua etapa de lançamento e consolidação.

Estaremos apresentando alguns projetos concretos de cooperação, que gostaríamos de ver prosperar e frutificar. São projetos realistas, simples, mas de concepção voltada para resultados.

Nossa Comunidade está construída sobre três pilares muito concretos.

O primeiro pilar é o da concertação política, para a defesa e promoção de interesses comuns seja nas instituições internacionais, como as Nações Unidas, seja em torno de questões específicas — os chamados temas globais, ou a promoção da paz e da democracia nas regiões em que temos maior presença.

O segundo pilar é o da cooperação para o desenvolvimento, para que possamos juntos, os Sete, oferecer-nos esquemas adequados de estímulo ao desenvolvimento econômico e social através do treinamento e formação de recursos humanos, e do intercâmbio de experiências em áreas como a administração pública e o desenvolvimento técnico e tecnológico aplicado à produção. A união dos Sete deve ser um instrumento não apenas para criar escala nessa cooperação, mas também para viabilizar esquemas de financiamento e de triangulação, de modo a

permitir-nos maximizar recursos de cooperação.

E o terceiro pilar é o da promoção e defesa do idioma português em âmbito universal. Num mundo de cultura global, cada vez mais uniformizada, é necessário afirmar as diferenças lingüísticas para que o mundo não se empobreça, para que não se estreitem os horizontes da humanidade.

E nossa língua não tem nada a temer nas comparações: não pretende ser superior ou inferior, porque sabemos que o português é uma língua que permite a expressão de todos os sentimentos e todas as formas capazes de elevar o espírito humano às alturas mais elevadas.

O português é a terceira língua mais falada no mundo ocidental. São duzentos milhões de falantes espalhados pelos cinco continentes — portanto, dando à nossa língua uma boa base humana e geográfica para a sua projeção.

É claro que a maior difusão do português depende essencialmente da nossa capacidade de nos desenvolvermos econômica e socialmente, de gerarmos conhecimento e cultura e de nos projetarmos politicamente em nossas regiões e fora delas.

O Brasil tem conseguido algum resultado nesse sentido. Hoje, graças ao Mercosul, o português é um idioma com prestígio crescente nos países vizinhos.

Mas há sem dúvida espaço para uma ação concertada dos Sete, inclusive mediante a consolidação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, uma idéia que nasceu sob a inspiração do então Presidente José Sarney, que também me acompanha nesta viagem. O Instituto deve estar aparelhado para tornar mais acessíveis e eficientes os métodos de ensino da língua e mais atraente a possibilidade de que os interessados no nosso idioma possam ter um convívio mais intenso com ele e com a cultura que lhe serve de base.

A língua é veículo de cultura que nos dá condições de entender, de uma perspectiva própria e solidamente ancorada no mundo latino, as profundas transformações do mundo contemporâneo, as quais, sabemos,

vão muito além da esfera econômica e têm a ver também com novos valores, com novos modos de vida.

Que nossa CPLP seja, em suma, um instrumento na promoção das tarefas que decorrem de cada um dos três pilares que a sustentam e que haverão de mostrar, com o tempo, o acerto da decisão que estamos ratificando hoje.

Muito obrigado.

DISCURSO DO VICE-PRESIDENTE MARCO MARCIEL NA II REUNIÃO DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA CPLP

(Cabo Verde, 16 e 17 de julho de 1998)

Senhoras e Senhores,

Desejo transmitir as afetuosas saudações do Presidente Fernando Henrique Cardoso aos participantes desta reunião e ao Governo e ao povo de Cabo Verde. Compromissos da mais alta prioridade, neste momento, exigiram a permanência do Chefe de Governo no território nacional.

Ademais do privilégio de representar meu país neste encontro de relevância para os destinos da Comunidade afro-luso-brasileira, desejo registrar a minha satisfação em poder usufruir da acolhida generosa e amiga do Governo de Cabo Verde, que enaltece a tradicional hospitalidade cabo-verdiana.

Pedi-me o Presidente Fernando Henrique Cardoso que transmitisse o seu interesse na consolidação da CPLP e o empenho do seu Governo e da sociedade brasileira em aperfeiçoar as relações com cada um dos países aqui presentes. A África é um objetivo insubstituível da política externa brasileira e, no contexto africano, nenhum país pode nos ser mais caro do que aqueles que conosco partilham o dom de falar, refletir, sentir e escrever em português. O idioma, traço comum que distingue a nossa cultura, é um dos maiores legados que recebemos de Portugal, nação irmã, à qual nos ligamos por laços indissolúveis de afeto e reconhecimento. Na CPLP, estamos, portanto, em família e, ao mesmo tempo, integrados, por voz mais forte, na comunidade internacional, a partir de sólidas bases de apoio na África, na Europa e na América.

Comparecemos à Cimeira da Praia com plena confiança no futuro comunitário e a firme intenção de contribuir para que esse futuro comece

hoje. Conferimos particular importância à “Declaração de Cabo Verde sobre Educação”. Essa iniciativa nasceu do entendimento de que a CPLP poderia se beneficiar da concentração de esforços em uma idéia-força com foco preciso, de unânime aceitação pelos Estados-Membros, e com capacidade de agregar consistência ao diálogo da Comunidade com outros países e organismos internacionais especializados.

Um exame das prioridades definidas na Cúpula de Lisboa e nas reuniões do Conselho de Ministros levou-nos à constatação de que o seu fio condutor era a Educação. Essa área potencializa os três eixos programáticos da CPLP, na medida em que poderão ser definidos projetos relevantes para as populações comunitárias que valorizem e difundam a língua portuguesa. Para assegurar a sua implementação, os sete países deverão empregar sua capacidade de concertação político-diplomática, a fim de obter, nas instâncias adequadas, o apoio e os recursos adicionais necessários.

Inclui-se na área da Educação e da formação profissional um projeto a que o Brasil dedica particular apreço: a reunião de peritos internacionais e da CPLP para debater a cooperação na área do reforço das capacidades institucionais. A idéia está ligada à “Iniciativa Especial para a África”, lançada em 1996, e com a qual o Secretário-Geral das Nações Unidas, Khofi Annan, reafirmou seu compromisso pessoal. Esperamos sediar reunião sobre esse tema, na cidade de Salvador, Bahia, em novembro vindouro, em data próxima à Segunda Reunião dos Ministros da Educação da CPLP, que também se realizará em novembro, no Brasil, na Capital Federal.

Senhoras e Senhores,

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa está cumprindo dois anos de existência. Esse evento propicia a ocasião de festejar vitórias e de refletir sobre desafios do futuro, sempre presentes em qualquer empresa humana.

Temos, felizmente, muito a festejar:

* Louvável gesto do Governo português permitiu que o Secretariado Executivo conte agora com uma sede condigna, em Lisboa.

* Estamos ampliando diálogo promissor com os mais expressivos organismos de fomento da Cooperação Internacional. Ao Brasil, que desde julho último ocupa a presidência do Conselho de Ministros, coube a coadjuvação logística e diplomática dos recentes encontros do Secretariado Executivo com altos representantes da União Européia, UNESCO, UNCTAD, Organização Internacional do Trabalho, Organização Mundial da Saúde, entre outros. Cabe-nos, agora, dar seguimento, em nível mais operacional, aos contatos iniciados.

* Avançamos na implementação de dois instrumentos básicos para a valorização do nosso idioma. Graças ao trabalho do Governo de Cabo Verde, dispomos agora de estatutos atualizados para o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, texto que mereceu a aprovação de todos os países-membros. Por outro lado, temos agora a fórmula adequada para dar vida ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. A assinatura do Protocolo Modificativo, que estamos propondo, eliminará os detalhes formais que bloqueiam a vigência do Acordo, sem alterar-lhe a substância.

Outro ponto a realçar é o grande número de reuniões setoriais que vêm sendo realizadas sob o guarda-chuva da CPLP, no âmbito governamental ou promovidas por setores da sociedade. Esta é, talvez, uma das principais evidências da pujança da nossa Comunidade, indicador seguro do interesse que desperta nas nossas populações.

O Estatuto de Observador junto à CPLP, aprovado pelo Conselho de Ministros, representa não apenas a disposição acolhedora e não-excludente da nossa Comunidade, mas também o espírito de solidariedade com que nos unimos em torno dos grandes valores da paz e da democracia. É com essas credenciais que apoiamos os esforços em prol da autodeterminação e do respeito aos direitos humanos do povo de Timor Leste. É com esse empenho que o Presidente Fernando Henrique Cardoso escreveu recentemente ao Presidente Habibie, manifestando sua confiança em que as medidas para reduzir as tensões, adotadas pelo novo Governo da Indonésia, incidam favoravelmente sobre o Timor.

Mas também nos deparamos com grande desafios. A situação em Angola nos preocupa profundamente. A despeito dos esforços do Governo José Eduardo dos Santos, permanece o impasse no processo de

paz, causado pelo não-cumprimento, por parte da UNITA, das obrigações com que se comprometera e que se encontram expressas no Protocolo de Lusaka. O Brasil vem atuando vigorosamente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, com vistas a exigir da UNITA um comportamento condizente com as suas responsabilidades. É necessário evitar que o trágico desaparecimento de Maître Blondim Beye seja transformado em pretexto para novos adiamentos de medidas indispensáveis à consecução da paz.

A crise em Guiné-Bissau, que flagela o povo guineense, merece da CPLP o necessário e veemente apelo ao pronto cessar-fogo e ao encaminhamento do conflito à mesa de negociações. São dignos de louvor os esforços de Angola e Portugal, em nome da CPLP, para ajudar as partes em litígio a buscarem uma solução negociada. Esta é a única via para a estabilidade política e a tranquilidade da população de Guiné-Bissau. As organizações regionais africanas têm um importante papel a desempenhar nesse processo.

Senhoras e Senhores,

Sabemos, perfeitamente, como é importante a cooperação técnica e científica entre nós. Um dos três eixos pragmáticos da CPLP, cooperação deve ser caracterizada por sua capacidade valorizadora, catalisadora e multiplicadora. A priorização das ações deve ser tarefa contínua, pois demanda ajustes em função das oportunidades e da própria evolução no interior dos nossos países e no espaço interno em que atuamos. Para que a Comunidade tenha relevância assegurada, será preciso que os seus membros mantenham clara noção do que é possível executar. As escalas de prioridade não serão necessariamente as mesmas, de Estado para Estado. O essencial é promover um esforço continuado para aprofundar o conhecimento recíproco e aumentar a nossa capacidade de trabalho em conjunto. Assim, teremos uma gradativa aproximação de perspectivas. Esse esforço, por si só, justifica a existência da CPLP.

É assim que o Brasil entende a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: um foro democrático, em que se reconhece a necessidade de transposição de cada etapa para transformar nossos sonhos em realidade. A aspiração maior é promover a paz, a democracia e o desenvolvimento

sustentado, abrindo nossos países para o mundo, de tal modo que o sistema internacional seja, cada vez mais, uma fonte de oportunidades para a realização dos interesses nacionais.

Obstáculos existem e vamos transpô-los. O primeiro, a que o Brasil de hoje dedica atenção prioritária, é o aperfeiçoamento do nosso maior recurso, que é o nosso povo. Existe no meu País uma consciência muito clara da importância da educação, requisito basilar para o pleno exercício da cidadania, para a inserção adequada no mercado de trabalho e para o desenvolvimento econômico-social. A educação é também elemento fundamental para tornar a sociedade mais justa, solidária e integrada. Sei que os parceiros comunitários compartilham este diagnóstico.

Por isso, estou certo de que esta Cimeira da Praia será o passo inicial de um grande esforço conjunto. Façamos, cada um de nós, um inventário das principais carências com que nos defrontamos e uma reflexão sobre que contribuição poderemos oferecer. A Cidade da Praia, e a “morabeza” admirável de nossos anfitriões, fornecem o cenário e os ingredientes perfeitos para lançarmos as bases da ação a que nos dedicaremos, com o concurso de todos os países e das agências internacionais.

DISCURSO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO NA III CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

(Maputo, 17 de julho de 2000)

Trago uma saudação muito afetuosa do Brasil a Moçambique, país-irmão que completa seu primeiro quarto de século.

Moçambique é hoje exemplo de opção pela paz e reconciliação. De perseverança na democracia, na convivência harmoniosa de diferentes etnias, na cooperação com os vizinhos.

Também me cativa a vitalidade cultural desta nação, berço dos artesãos dos Macondes, de escultores como Alberto Chissano, de poetas como José Craveirinha e de escritores como Mia Couto, Membro correspondente da Academia Brasileira de Letras, como o havia sido Eça de Queiroz.

Receba meus cumprimentos, Presidente Joaquim Chissano, pela assunção da presidência da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Estou certo de que sua gestão será marcada pelo mesmo dinamismo com que Vossa Excelência tem conduzido a modernização econômica e social de Moçambique.

Permita-me saudar a presença entre nós do Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense, Xanana Gusmão. A incorporação do Timor Leste à CPLP como Membro Pleno é aguardada com grande expectativa por todos nós.

Como tive oportunidade de assegurar ao Presidente Xanana em Brasília, o Governo e a sociedade brasileira estão comprometidos com a reconstrução e o progresso do Timor. Hoje, perante nossos parceiros e amigos da CPLP, reafirmo esse compromisso, como já o fizemos ao abrir este ano nosso Escritório de Representação em Dili.

Desejo cumprimentar também o ex-Primeiro-Ministro de Angola, Doutor Marcolino Moco, e o Chanceler de São Tomé e Príncipe, Doutor Rafael Branco, que encerram seus mandatos como Secretário-Executivo e Secretário-Executivo Adjunto da Comunidade.

Cabe agora ao Brasil e a Moçambique a tarefa de coordenar o Secretariado.

É com muito orgulho que apresento como candidata ao cargo de Secretária-Executiva da CPLP a Doutora Dulce Maria Pereira.

Entre inúmeros atributos, nossa candidata tem a seu favor uma extraordinária capacidade de concertação e diálogo, que pude comprovar quando exerceu a presidência da Fundação Cultural Palmares, instância do Governo brasileiro responsável pela questão racial. Não tenho dúvidas de que, com Dulce Pereira, a Secretaria-Executiva da Comunidade estará em ótimas mãos.

Aproveito para manifestar apoio à indicação por Moçambique do Doutor Zeferino Martins ao cargo de Secretário-Executivo Adjunto. A Comunidade certamente se beneficiará de sua experiência na área educacional.

O trabalho de Dulce Pereira e Zeferino Martins será facilitado pelos avanços que temos alcançado nos três eixos de atuação da CPLP: a concertação político-diplomática, a valorização da língua portuguesa e a cooperação técnica, científica e tecnológica.

A Comunidade recebeu batismo de fogo na mediação da crise em Guiné-Bissau. Pude aferir nosso êxito quando o então Primeiro-Ministro Francisco Fadul, em visita ao Brasil, declarou sua gratidão à CPLP por ajudar a manter a unidade do território guineense.

No esforço de promover e difundir nosso idioma, estamos hoje em condições de impulsionar o trabalho do Instituto Internacional da Língua Portuguesa e de superar os obstáculos à vigência do Acordo Ortográfico.

Na área de cooperação técnica, desejo congratular-me com meus colegas da CPLP pela decisão de instalar, em Moçambique, o Centro

Regional de Excelência em Administração Pública e, em Angola, o de Desenvolvimento Empresarial.

Estou convencido, contudo, de que a maior conquista da CPLP até o momento foi a conscientização de nossas sociedades quanto à importância dos ideais que animam a Comunidade.

Vejamos a experiência da sociedade brasileira, que se mobilizou diante da crise em Guiné Bissau, reagiu com indignação à violência no Timor, foi solidária com os irmãos moçambicanos na resposta às trágicas inundações e acompanha com atenção o rumo dos acontecimentos em Angola e em São Tomé e Príncipe.

Não nos esqueçamos de que, ao fortalecer suas relações com a África, o Brasil reconcilia-se consigo mesmo, com a inestimável dimensão africana de sua formação.

Contamos com a inspiração e apoio da Comunidade para superar de vez um passado de intolerância e de injustiça com os grupos afro-brasileiros. O resgate dessa dívida, mediante maior participação da população negra no desenvolvimento econômico e social do país, é prioridade de meu Governo.

O certo é que o interesse no Brasil pela CPLP hoje mobiliza não apenas instituições como a Agência Brasileira de Cooperação, mas um leque de organizações não-governamentais, universidades e empresas. Isto sem falar do Congresso Nacional, onde a Frente Parlamentar Brasil-África tem emprestado expressivo apoio ao estreitamento de vínculos com a Comunidade.

Alegro-me em anunciar que se criou há pouco no Brasil a Comissão Nacional de Apoio à CPLP, com a participação de personalidades de prestígio no meio político, representantes de Ministérios, professores universitários e homens de imprensa.

O Brasil quer o progresso da CPLP. Não se trata de uma meta de Governo, mas de uma vontade partilhada por todos os brasileiros.

Não são poucos os desafios à nossa espera, a começar pela expectativa de um papel fundamental na consolidação da paz em Angola.

É preciso que estejamos coesos na exigência de implementação pelas Nações Unidas das sanções contra a UNITA. É mais do que hora de Jonas Savimbi receber uma mensagem clara sobre a vontade da comunidade internacional em assegurar o fim do conflito em Angola, que se espera culmine em eleições livres e justas em 2001.

Além das questões regionais, é importante que a CPLP articule posições sobre temas mais amplos da agenda contemporânea.

O Brasil confia, por exemplo, em que possamos atuar de maneira concertada na Assembléia do Milênio.

O mundo lusófono tampouco deve abrir mão da prerrogativa de criticar os efeitos penosos e assimétricos da globalização.

Nada justifica que sujeitemos nossa capacidade de gerir políticas públicas ao comportamento por vezes aleatório dos mercados financeiros. Vamos unir vozes na defesa de regras e instituições mais afinadas com as preocupações do mundo em desenvolvimento.

Sabemos todos que o reforço da presença internacional da CPLP passa pela valorização da cultura lusófona. Na época em que vivemos, marcada pela diluição de fronteiras, é mais do que necessário dispor de uma face própria e diferenciada que nos dê visibilidade suficiente para pleitear maior espaço internacional.

Isto requer ou mesmo exige uma ênfase absoluta de nossos Governos na educação. Uma educação pluralista, atenta às diferenças, inclusive de gênero, e que saiba valorizar nosso acervo linguístico, onde está codificado o que somos, o que aspiramos a ser.

É hora de congregarmos esforços na difusão internacional da língua portuguesa, inclusive na promoção de seu aprendizado em realidades multilíngues como a do Timor Leste.

Já fiz saber ao Presidente Xanana Gusmão - que vê o idioma português como um dos emblemas da identidade do povo timorense - que meu Governo está pronto a partilhar com seu país programas educativos que se mostraram de grande utilidade no Brasil.

Atribuo também muita importância à decisão da CPLP de incluir em sua pauta o tema da governabilidade. Sei que foi reservada ao Brasil a tarefa de coordenar um programa voltado para o aperfeiçoamento de nossas instituições públicas, o que será feito com o máximo denodo.

De todos os campos abertos à cooperação, nenhum me parece mais urgente do que o do combate à AIDS, mal que tem ceifado milhões de vidas ao redor do mundo e que atinge gravemente o Brasil e a África, embora em proporções diferentes.

Registro, portanto, com satisfação a importância dispensada ao tema nas deliberações desta Conferência da CPLP aqui em Maputo.

O Brasil está convencido de que a cooperação entre os países em desenvolvimento é caminho dos mais valiosos na luta contra a AIDS.

Foi com esse espírito que participamos da recente Conferência de Durban e lá reafirmamos a premência de uma concertação internacional a favor da redução dos preços dos medicamentos em geral e particularmente daqueles utilizados para o controle da AIDS.

O Brasil volta a afirmar seu interesse em partilhar a experiência adquirida nos últimos quatro anos com a política de distribuição universal e gratuita dos anti-retrovirais, que já tornou possível conquistas como a redução em 50% do número de óbitos e a queda em 80% do volume de internações hospitalares.

É com base nessa experiência que o Brasil, com o apoio das Nações Unidas, deseja ampliar a cooperação que mantém com os países africanos de língua portuguesa, através do treinamento e capacitação de profissionais nas áreas de educação e prevenção da AIDS.

Sensível ao compromisso do Brasil com a CPLP, o Congresso Nacional, por iniciativa do ex-Presidente José Sarney, aprovou rubrica orçamentária destinada à cooperação com a Comunidade.

Posso anunciar hoje que, desses recursos, o Brasil contribuirá, no presente exercício, com a quantia de trezentos mil dólares para o Fundo Especial da CPLP.

Sinto-me igualmente satisfeito em antecipar a Vossa Excelência, Presidente Joaquim Chissano, que o Brasil está em condições de traduzir em novas medidas seu apoio a que Moçambique supere as recentes adversidades e mantenha o índice de crescimento econômico e progresso social alcançado na última década.

No uso de minhas prerrogativas, tomei a decisão de autorizar a redução em 95 por cento da dívida moçambicana com o Brasil.

Desejo concluir reafirmando minha convicção de que a CPLP ingressa em uma nova era.

Seremos realistas, trabalhando com metas exeqüíveis, mas vamos escapar do paroquialismo, da anomia burocrática.

Vamos pensar grande, como exigem nossas expectativas de futuro, mas sem esquecer as regras e agindo em concertação, inclusive na busca de parcerias externas.

A CPLP não é monopólio de Governos ou de Chancelarias. Ela só faz sentido como projeto de sociedades que acreditam na força de nossos valores. Daí a essência eminentemente democrática da Comunidade, o que lhe confere legitimidade, mas impõe deveres. O desempenho da CPLP será julgado sempre, e assim deve ser, segundo o aporte dado à felicidade e ao bem-estar de nossos povos.

Isto não impede que a CPLP olhe para seu entorno. Se algo está inscrito no ideário de nossas sociedades, de todas elas, é justamente o sonho de uma África em permanente ascensão, política, econômica e social.

Não aceitamos receituário algum de modernidade que alije de seus benefícios o continente africano.

A única ordem internacional a que o Brasil se vê associado é aquela que se faça com a África. Não por generosidade, mas por uma questão de justiça, de reconhecimento ao brio e à determinação dos povos deste continente.

Com essa convicção, quero formalizar aqui o oferecimento do Governo brasileiro para sediar a próxima Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em 2002.

Senhoras e Senhores,

Há dois séculos viveu em Moçambique, terra a que se afeiçãoou e onde viria a falecer, o poeta luso-brasileiro Tomás Antonio Gonzaga, um dos heróis da Inconfidência Mineira. Em sua obra maior, “Marília de Dirceu”, encontramos um tributo à eternidade da poesia, e também da história:

”só podem conservar um nome eterno os versos ou a história”.

A nós, simples governantes, pode faltar o pendor do verso. Mas, pensando em Gonzaga, arrisco-me a dizer que temos com a CPLP a oportunidade de construir uma obra duradoura, quiçá eterna, uma obra que faça história, uma história sem dor, uma história solidária, alegre, fiel à nossa índole.

Muito obrigado

DISCURSO DO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR OSMAR V. CHOHFI, NA I REUNIÃO PREPARATÓRIA DA IV CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA CPLP

(Brasília, 27 de fevereiro de 2002)

Bom dia, senhoras e senhores, colegas do Itamaraty e de outros Ministérios. Agradeço a presença de todos.

Esta é a primeira reunião preparatória da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, e, com ela, damos início formal à preparação da Conferência de Brasília.

Antes, em 1997, logo após o primeiro ano da criação da CPLP, o Brasil organizou, em Salvador, a II Reunião do Conselho de Ministros da Comunidade, mas esta é a primeira vez que sediaremos uma Conferência de Chefes de Estado e de Governo. É nossa intenção que a Conferência de Brasília possa ficar registrada na história dos povos de língua portuguesa como momento de conagração fraterno entre membros de uma mesma família, mas sobretudo como oportunidade de intensificação da cooperação e do diálogo entre os oito países que compõem a CPLP.

ainda somos formalmente sete países, mas a conferência de Brasília já tem inscrito em sua agenda um ponto dos mais relevantes que prevê a adesão formal de Timor Leste como oitavo membro da comunidade, após a independência do mais jovem país de língua portuguesa, marcada para ocorrer no próximo dia 20 de maio.

minha presença nesta primeira reunião preparatória tem por objetivo precípuo transmitir às senhoras e senhores a determinação do presidente Fernando Henrique Cardoso e do ministro Celso Lafer no sentido de que sejam envidados todos os esforços para que a conferência de Brasília seja

a nítida e expressa tradução da prioridade que este governo vem atribuindo à CPLP e à cooperação que se faz em língua portuguesa.

Em pouco menos de seis anos, ou seja, desde a criação da Comunidade, o Brasil pode afirmar que a CPLP e o conjunto de seus países membros são, no momento, os maiores beneficiários da cooperação brasileira em volume de recursos financeiros. Esse fato traduz-se inclusive na existência de uma rubrica específica no orçamento do Itamaraty destinada exclusivamente à cooperação com os países de língua portuguesa. Nenhuma outra área geográfica, nem qualquer outro conjunto de países dispõe de mecanismo orçamentário semelhante que nos permita igual compromisso e, ao mesmo tempo, transparência na formulação de uma política de cooperação com países em desenvolvimento. É importante também registrar que os recursos orçamentários inscritos nessa rubrica foram obtidos com o apoio de parlamentares brasileiros, pois o Congresso Nacional reconhece a relevância de nossa política externa orientada para a cooperação com os países da CPLP, ou seja, para o apoio brasileiro ao desenvolvimento sócio-econômico e também político e institucional desses países. Refiro-me especificamente aos países africanos de língua portuguesa, mas também a Timor Leste, que encontram no Brasil e nas instituições brasileiras parceiros ideais na luta que travam contra o subdesenvolvimento.

Vê-se, portanto, que o Brasil começa, ainda modestamente, mas com perspectivas de crescimento, a assumir um papel de relevo no domínio da cooperação com os demais países, graças aos bons resultados que o próprio Governo brasileiro e as instituições públicas e privadas nacionais vêm alcançando no tratamento de nossos problemas internos e, sem dúvida, graças ao espírito de solidariedade internacional que vimos construindo e fortalecendo internamente. O Brasil acolheu muitas nacionalidades e raças, e não pode ser, portanto, um país destinado ao isolamento. Ao contrário, nesta fase já avançada da globalização econômica, a sociedade brasileira identifica os benefícios do diálogo e da cooperação internacionais, que são parte integrante da vivência de um país que amplia sua agenda social, econômica, comercial e política muito além de suas fronteiras nacionais.

Nesse sentido, entendo que a CPLP está ajudando o Brasil, seus agentes políticos e econômicos, bem como a própria sociedade civil brasileira, a manifestar e exercitar sua vocação de cooperação, entre os países em desenvolvimento. Da mesma forma em que o Brasil, durante anos, e ainda hoje, foi beneficiário da cooperação internacional recebida, alcançando, com isso, muitos avanços internos, passamos atualmente à condição de país provedor de cooperação e não podemos nos furtar às responsabilidades inerentes à nossa atual inserção internacional. Dentre os países da CPLP, temos, juntamente com Portugal, condições de transferir tecnologia, prover conhecimentos, formar recursos humanos e até mesmo de compartilhar experiências na área da consolidação da democracia e de gestão interna de conflitos; e a nós interessa que todos os demais países de língua portuguesa consigam alcançar maior estabilidade política e mais desenvolvimento para seus povos.

Na África Austral, por exemplo, onde estão Angola e Moçambique, o Brasil poderá, no futuro, beneficiar-se, inclusive em termos de trocas comerciais, da estabilidade política e econômica de todos os países membros da SADC, uma vez que já contamos com um quadro privilegiado de relações com a África do Sul e com a Namíbia.

Outro exemplo dos benefícios que o Brasil vem amealhando a partir da existência da CPLP, e que gostaria de citar, diz respeito à Língua Portuguesa. A Participação brasileira nesse organismo tem nos levado a deparar com a necessidade premente de definir uma política coordenada com vistas à difusão internacional da nossa língua, que é patrimônio nacional, mas também patrimônio comum de toda a CPLP e dos povos que falam Português espalhados pelo mundo. Desde a criação da CPLP, o português já se tornou língua de trabalho em algumas organizações internacionais, entre as quais a Organização Mundial de Propriedade Intelectual e a UNESCO. Há uma demanda crescente, mas que podemos ainda estimular, pelo ensino do português no exterior. No campo das tecnologias da informação, a garantia de expansão do uso do português na internet e nos meios virtuais de comunicação oferece mais opções e oportunidades aos

cidadãos brasileiros. Enfim, a língua portuguesa passa a ser um produto de exportação que deve acompanhar a expansão da presença política, empresarial e econômica brasileira. Nesse sentido, estamos começando a discutir a possibilidade de criação de um instituto, no Brasil, dedicado especificamente à promoção e difusão de nossa língua no exterior. A consciência sobre a questão da língua está também intimamente ligada à ação política no âmbito da CPLP.

Senhoras e Senhores,

A pouco mais de três meses da Conferência de Brasília, devemos lançar em um trabalho que envolve praticamente todas as áreas do Itamaraty e um número expressivo de outros órgãos do Governo Federal. Gostaria de contar com a colaboração de todos no sentido de garantir o avanço e o aprofundamento da agenda de cooperação da CPLP. Nesse aspecto, é muito importante que possamos dar seguimento às ações que vêm sendo discutidas e aprovadas nas reuniões ministeriais setoriais nas quais o Brasil vem participando. Há ainda o desafio adicional de tentar atender, na medida de nossas possibilidades, às solicitações do novo governo timorense para a edificação dessa jovem nação.

Nesta primeira reunião, convidamos essencialmente os setores da Casa e também os Ministérios e outros parceiros mais diretamente envolvidos com a cooperação no âmbito da CPLP. É nosso propósito vir a alargar o escopo de participantes, incluindo, talvez na próxima reunião, representantes da sociedade civil, que tem sinalizado muito positivamente no tocante à disposição de construir parcerias com o Governo brasileiro para atuar em países de língua portuguesa. Nossa idéia é alargar o grupo de amigos da CPLP, ou de parceiros comprometidos com a promoção dos laços de cooperação em língua portuguesa.

Por fim, gostaria de exprimir nossa intenção de que a Conferência de Brasília seja também um evento com repercussão nacional. Entendemos que a cooperação e o diálogo com os países de língua portuguesa e com os países africanos, em particular, vai ao encontro da expectativa de inúmeros setores da sociedade brasileira

que estão buscando formas de recuperação de nossa história e de reparação de alguns efeitos negativos e iníquos

Tenho certeza de que, daqui para diante, todos apresentaremos sugestões e comentários com vistas a contribuir, da forma mais positiva, para o êxito que desde já antevemos para a Conferência de Brasília, para cuja consecução certamente serão trunfos significativos a experiência e a criatividade do Embaixador Gilberto Sabóia, eficientemente coadjuvado pelo Ministro Pedro Motta e demais colegas.

Muito obrigado.

Os Países-Membros da CPLP: Resumo

ANGOLA

NOME OFICIAL	República de Angola
POPULAÇÃO (2000)	12,4 milhões (est.)
ÁREA	1.246.700 km ²
CAPITAL	Luanda
SISTEMA POLÍTICO	República Parlamentarista com Chefe de Estado forte

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	0,405 (160º lugar - ano 2000)
CRESCIMENTO DO PIB (%)	2,7% (1999)
INFLAÇÃO	248% (1999)
BALANÇA COMERCIAL (US\$ milhões)	2,077 (1999)
PIB (US\$ BILHÕES - ANO)	6,4 (1998)
PIB PER CAPITA (US\$)	533 (1998)
AJUDA OFICIAL AO DESENVOLVIMENTO	335,2 (US\$ milhões)

Obs. Dados obtidos no Country Report 2000 - The Economist Intelligence Unit com base em dados do FMI e Banco Mundial

II. HISTÓRIA E POLÍTICA RECENTE

A região que hoje constitui a República de Angola, povoada por grupos caçadores e coletores, começou a ser ocupada, a partir do século VII, por povos Bantu, que dominavam a agricultura, a cerâmica e a metalurgia. O território se localizava em área de cruzamento de rotas de migrações vindas do norte e do leste, o que resultou na grande diversidade étnica da população do país hoje, constituído por mais de 90 grupos. Destes, entretanto, os quatro mais representativos compõem três quartos da população total. São eles os ovimbundu, grupo mais numeroso hoje, seguidos dos ambundu, dos bakongo e dos lunda-tucokwe.

O navegador Diogo Cão chegou à atual costa angolana em 1483, à procura do reino legendário do Preste João¹. O território à época constituía o antigo reino do Congo, fundado em princípios do séc. XIII, e que se estendia entre os rios Congo e Kwanza. Em 1491, comerciantes

¹ "Do século XII em diante, floresceu a lenda do Preste João, um rei cristão, de riqueza e poder fabulosos, cuja sede foi a princípio colocada na Ásia e depois em algum ponto da África. Até pleno século XVI, persistiu a esperança de que, se alguma potência europeia ao menos pudesse entrar em contato com ele, a África poderia ser de algum modo convertida". (HALE, John R, Idade das Explorações. Rio de Janeiro Livraria J. Olympio Editora, -Biblioteca, de História Universal LIFE, 1966 p. 32.)

e missionários portugueses voltaram à região e estabeleceram relações amigáveis com o *manikongo* (rei) Nzinga Nkuwu (r. 1482-1505), o qual converteu-se ao cristianismo, assim como seu sucessor, Afonso I (r. 1505-1543), que igualmente aceitou a influência portuguesa na administração do reino. Os portugueses, entretanto, tinham interesse maior no crescente comércio de escravos e marfim do que na propagação da fé cristã e da civilização européia. O comércio escravagista, com a cooperação dos chefes locais, abalou a autoridade do *manikongo*, e 25 anos após a morte de Afonso I, o reino do Congo sucumbiu a ataques dos Jaga, tribo nômade do leste africano.

Rumores sobre grandes minas de prata (nunca encontradas) e o crescimento do comércio escravo contribuíram para a expansão do domínio português para o interior do país. Durante o século XVII, entretanto, franceses, ingleses e holandeses também interviam diretamente no comércio da região, desrespeitando o monopólio comercial português. Em meados do século XIX, estima-se que haveria apenas cerca de 1800 europeus no território de Angola; somente em princípios do século XX Portugal veio a obter o controle completo do país.

O comércio de escravos dominou por séculos a economia angolana: a demanda de mão de obra para o plantio da cana de açúcar nas colônias portuguesas como São Tomé e Brasil era tão grande que os portos de Angola e do Congo foram responsáveis por um terço da exportação de escravos africanos para a América e ilhas do Atlântico. Como o país não era densamente povoado, a procura por escravos expandia-se por todo o centro da África.

Em 1951, a designação oficial de Angola passou de colônia a província ultramarina portuguesa. A partir da década de 1950, na tentativa de deter o processo de libertação angolano, Portugal incentivou a imigração para o país, que passou então por rápido período de crescimento econômico, marcado pelo estabelecimento de manufaturas e aumento da produção de petróleo. No mesmo período, surgiam movimentos nacionalistas, e em 1961 teve início a guerrilha contra a dominação portuguesa.

Os nacionalistas se dividiram em três principais grupos rivais: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), e a União Nacional para a Independência Total de Angola - UNITA. Nenhum dos grupos conseguiu se impor sobre o exército português até a revolução de 25 de abril de 1974, que pôs fim à ditadura em Portugal. Após um período de administração transitória, o Governo do MPLA oficializou a independência de Angola em 11 de novembro de 1975.

Teve início então longa guerra civil envolvendo o MPLA e a UNITA. O MPLA contava com o apoio da União Soviética e de tropas cubanas, enquanto a África do Sul e os Estados Unidos se aliaram à UNITA e a seu líder, Jonas Malheiro Savimbi. O MPLA conseguiu aos poucos afirmar seu poder, e o governo de Agostinho Neto, líder do MPLA e Presidente do país, gradualmente ganhou o reconhecimento da comunidade internacional.

Com a morte de Agostinho Neto em 1979, a liderança política foi assumida por José Eduardo dos Santos. A guerra prosseguia contra as guerrilhas, que contaram inclusive com o apoio de incursões militares da África do Sul em território angolano, com a justificação da perseguição a insurgentes da Namíbia, então colônia sul-africana

O MPLA tornou-se oficialmente um partido marxista-leninista em 1977, estreitando relações com a União Soviética e Cuba. A economia do país entrou em colapso nos anos 80 e, em 1985, o MPLA iniciou processo de reforma econômica, aproximando o país à economia de mercado. Em 1990, o partido abandona o marxismo-leninismo.

Em agosto de 1988, em negociações realizadas entre Angola, África do Sul e Cuba, acordou-se plano de paz que previa a independência da Namíbia. Em maio de 1991 as últimas tropas cubanas abandonaram Angola, e o Governo firmou um cessar-fogo com a UNITA, sob a supervisão da ONU. Nas eleições celebradas em setembro de 1992, o MPLA obteve 129 das 220 cadeiras na Assembléia Nacional, enquanto a UNITA ficou com 70. Eduardo dos Santos derrotou Savimbi na votação presidencial, mas a UNITA refutou os resultados das eleições e retomou a campanha militar. Em 1993 o conflito entre as Forças Armadas

Angolanas e a UNITA se intensificaram, provocando o deslocamento interno de mais de um milhão de refugiados. Novo plano de paz, negociado em Lusaca (Zâmbia), novamente com o respaldo da ONU, em 1994, também fracassou em resolver o conflito, uma das guerras civis mais longas e com maior número de mortos na história.

A guerra pareceu terminar em 1996, quando Eduardo dos Santos e Savimbi acordaram formar um governo de unidade e reconciliação nacional. Entretanto, a desmobilização das tropas não ocorreu, devido a contínuos atrasos e descumprimentos por parte de Jonas Savimbi e seus seguidores.

Em 1998, a situação agravou-se e degenerou em nova conflagração, com ataques guerrilheiros a refinarias e indústrias importantes. Em 1999 os observadores da ONU se viram obrigados a abandonar o país sem haver logrado a paz, ao mesmo tempo em que a retomada dos combates agravou ainda mais a crise humanitária angolana. O Governo passou então a empenhar todos os poderes do Estado para fazer frente à guerrilha, que se rearmou graças ao controle que exercia sobre regiões produtoras de diamantes.

Em 22 de fevereiro de 2002, operações militares das Forças Armadas Angolanas na região do Moxico conduziram à morte do líder da UNITA e à dispersão de colunas das forças rebeldes que o acompanhavam. Na seqüência desse fato, uma série de desdobramentos militares e políticos tem alterado significativamente o quadro interno angolano, abrindo perspectivas promissoras de pacificação e reconciliação nacionais.

Em 30 de março de 2002, chefes militares das FAA e da UNITA chegaram a um acordo para o cessar-fogo definitivo e rubricaram o “Memorando de Entendimento Complementar ao Protocolo de Lusaca para a Cessação das Hostilidades e Resolução das Demais Questões Militares Pendentes nos Termos do Protocolo de Lusaca.”. Em 04 de abril, celebrou-se, na Assembléia Nacional, em Luanda, a cerimônia para assinatura formal desse documento, que prevê a desmilitarização e extinção das forças da UNITA, bem como sua integração às FAA e reinserção na sociedade angolana. Presenciaram o ato altos representantes militares dos

países da Troika, da CPLP e da SADC, além de Nigéria e Gabão, lideranças militares e políticas da UNITA e do governo angolano, e o Corpo Diplomático.

O Governo conduziu de maneira irretocável o processo, cuja vertente política deverá ser negociada tão logo a UNITA escolha sua nova liderança. O Presidente José Eduardo dos Santos sai fortalecido de todos esses episódios, homenageado como “o verdadeiro artífice e arquiteto da paz”. Durante as negociações que levaram ao cessar-fogo o Governo cogitou, entre os diversos temas, no da convocação de eleições, e a Assembléia Nacional aprovou, por unanimidade, projeto de anistia para os crimes cometidos na guerra..

III. ECONOMIA

Na área econômica, a comunidade internacional tem saudado os esforços do Governo para abrir a economia e proceder aos ajustes recomendados pelo FMI.

A economia é essencialmente informal e o Estado continua como principal agente econômico. A despeito da imensa riqueza do país, em minérios (petróleo, diamantes e outros metais preciosos), mas sobretudo em recursos hídricos, o que viabiliza a economia, as conseqüências de trinta anos de guerra, entre as quais as minas terrestres espalhadas pelo país, são empecilhos para o desenvolvimento econômico do país.

A produção de petróleo já atingiu um milhão de barris/dia. Prevê-se que, em meados da década, alcance 1,5 milhões/dia. Consta que, em 2005, de 12% a 14% do petróleo consumido pelos EUA serão procedentes de Angola.

IV. POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Governo de Luanda girava, até a recente assinatura do cessar-fogo, em torno da guerra contra a UNITA. As relações com os diferentes países eram determinadas à luz dessa questão, e a implementação das sanções das Nações Unidas contra a UNITA dominava

a agenda internacional angolana. Com o fim da guerra, deverão crescer em importância os temas relacionados à crise humanitária e aos esforços de reconstrução e reconciliação nacionais de Angola.

Com o fim da guerra civil, tende a crescer também a influência angolana no âmbito regional. São temas cruciais para o Governo de Luanda a instabilidade na região dos Grandes Lagos e o conflito na República Democrática do Congo (RDC); Angola, juntamente com Namíbia e Zimbábue, manteve tropas no país vizinho após o fim da era Mobutu.

As relações com o governo Clinton marcaram uma nova fase o relacionamento bilateral com os EUA. País que apoiou e sustentou Savimbi desde os primórdios da guerra civil, os EUA pareciam agora, mesmo no atual governo Bush, tolerar os esforços das Forças Armadas de Angola para terminar a guerra pela via militar. A condição para isso, já aceita por Luanda, seria a implementação de reformas políticas que conduzam ao pluralismo democrático, a parceria ativa do Governo nos esforços de remediar a crise humanitária e a liberalização da economia nos termos impostos pelo FMI. O Presidente José Eduardo dos Santos encontrou-se com o Presidente Bush, em Washington, em fevereiro de 2002, logo após a morte de Savimbi, em viagem que incluiu ainda passagens por Portugal e pelo Brasil.

Angola vem, ademais, dando sinais de estar empenhada em rever as prioridades e fundamentos geopolíticos de sua diplomacia, no sentido de buscar uma maior integração com o Brasil e o Mercosul, como opção às relações com a África do Sul e demais parceiros da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral - SADC. Analistas afirmam haver atualmente, na SADC, um bloco de países (Zimbábue, Namíbia e RDC) que, como Angola, procurariam resistir à hegemonia sul-africana, buscando parcerias e alianças alternativas.

V. RELAÇÕES COM O BRASIL

As relações do Brasil com Angola são especiais. As afinidades de toda ordem que unem os dois países e os dois povos são o pano de

fundo para um entendimento político exemplar e um relacionamento econômico relevante.

Desde que se tornou o primeiro país a reconhecer o Governo de Angola, a 11 de novembro de 1975, data da proclamação da Independência, o Brasil vem prestando vital apoio político à diplomacia angolana, tanto nos foros multilaterais, quanto na esfera bilateral. Exemplo positivo de ação na vertente bilateral foi a gestão empreendida pelo Itamaraty junto ao Governo norte-americano, considerada pelo Departamento de Estado como um “positive input” para o reconhecimento pelos EUA do Governo de Angola, em 1993. O Governo angolano está consciente da ajuda que recebe da diplomacia brasileira e atribui, de forma inequívoca, caráter especial às relações com o Brasil.

Na área econômica, o Brasil é o único país com o qual Angola equacionou o pagamento de sua dívida externa. Os débitos com Portugal, Espanha e China, por exemplo, continuam paralisados. Graças ao Memorando de Entendimento firmado entre os dois Governos, em 15 de agosto de 1995, e renovado em fevereiro de 2001, Angola amortiza em petróleo seu débito com o Brasil e recebe de volta parte do pagamento em crédito para a importação de bens e serviços brasileiros. No âmbito desse ajuste, estão sendo implementados projetos da maior relevância para o país, tais como o da hidrelétrica de Capanda, o de urbanização da área Sul de Luanda e o de abastecimento de água corrente para cerca de um milhão de habitantes da capital, o “Águas de Luanda”. Grandes empresas brasileiras estão presentes em Angola, como é o caso da Construtora Norberto Odebrecht, da BRASPETRO e de Furnas, além de várias firmas de menor porte, que participam ativamente da vida econômica local. O marketing político do Governo está a cargo da empresa brasileira “Link”.

Finda a guerra, a fase de reconstrução de Angola deverá inaugurar nova etapa nas relações Brasil-Angola, com a desejada diversificação das trocas comerciais e o eventual aproveitamento das disponibilidades de crédito por novos projetos de cooperação.

Ao receber o Presidente José Eduardo dos Santos, em 1º de março último, o Presidente Fernando Henrique reiterou o tradicional apoio brasileiro ao governo de Angola e dispôs-se a fazer gestões junto a governos de países amigos, em particular do G-8, tendo referido especialmente os EUA e a Grã-Bretanha, com vistas a buscar reforçar o apoio internacional ao Governo angolano. O Presidente brasileiro mencionou especialmente sua disposição de defender, junto a esses governos, a realização de uma reunião de doadores, nos moldes da reunião realizada para apoio à reconstrução do Afeganistão, destinada a angariar os recursos de que o Governo de Luanda tanto necessita para fazer face às novas demandas decorrentes da paz que se avizinha, bem como para responder positivamente aos apelos, inclusive dos EUA, para que sejam atendidas as múltiplas necessidades na área da ajuda humanitária e de reabilitação de infra-estruturas.

Brasil tem grande interesse na reconciliação e reconstrução nacionais em Angola e entende que a estabilidade do país é fator essencial para a retomada do crescimento e para o fortalecimento das práticas democráticas naquele país.

No último dia 28/3, foi promovida, no Itamaraty, reunião técnica interministerial com a finalidade de traçar plano de apoio aos esforços de reconciliação e reconstrução nacionais em Angola, nos termos referidos pelo Presidente Fernando H. Cardoso. Entre as possíveis iniciativas a serem implementadas pela parte brasileira, foram discutidas, em especial, a seguintes propostas: convocação de reunião de doadores; missão de prospecção a Angola; ação diplomática; ação parlamentar; linha de crédito; cooperação na área eleitoral; cooperação na área de engenharia militar e desminagem; cooperação na área de gestão do Estado; abertura do Centro de Estudos Brasileiros em Luanda, entre outros.

A situação humanitária em Angola ainda é muito grave e tenderá a apresentar alguma piora antes de melhorar. Isto porque, com a abertura de zonas que estavam “fechadas” com a guerra, uma nova e significativa leva de deslocados, quem se estima em cerca de 500 mil pessoas, deverá juntar-se ao contingente de 4,6 milhões que já vive na mais precária situação.

DOAÇÕES

São freqüentes as solicitações de doações para Angola. Já foram doadas quantidades expressivas de medicamentos, inclusive vacinas. No segundo semestre de 2000, o Governo brasileiro fez doação de 10 mil toneladas de arroz e cinco mil toneladas de milho, a pedido do Governo angolano, que se via confrontado com grave crise de abastecimento para as populações afetadas pela guerra.

A assistência humanitária poderia ser talvez a mais importante vertente da ajuda brasileira a Angola neste momento, na medida em que a miséria absoluta de quase metade da população é o problema mais premente do país, a exigir soluções imediatas e intenso esforço.

PRINCIPAIS PROJETOS DE COOPERAÇÃO

- **Centro de Formação Profissional do Cazenga.** Inaugurado em outubro de 1999, o Centro constitui o mais ambicioso projeto de cooperação do Brasil em Angola, e mesmo em outros países em desenvolvimento. Trata-se de uma iniciativa conjunta ABC/Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social de Angola. O projeto conta com equipe de formadores do SENAI, que ministram cursos profissionalizantes nas áreas de corte e costura, mecânica geral e diesel, construção civil e informática. O objetivo a atingir é a formação de 1200 profissionais de nível médio por ano.

- **Cooperação na área de saúde,** com três vertentes: saúde mental, doenças imuno-preveníveis e DST AIDS. Tem havido intercâmbio de técnicos, principalmente na área de doenças sexualmente transmissíveis. Foi também feita doação de vacinas anti-rábica, de poliomielite, bem como de equipamento eletrônico.

- **Treinamento de formadores** em educação especial, com ida a Angola de técnicos brasileiros e envio de profissionais angolanos ao Brasil, no âmbito de convênio ABC/JICA (Japan International Cooperation Agency), para cursos de aperfeiçoamento nas áreas de medicina, engenharia e química.

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL

Principais produtos de exportação: carnes e miudezas comestíveis; veículos automóveis, tratores; açúcares e produtos de confeitaria; obras de ferro fundido, ferro ou aço; caldeiras, máquinas e instrumentos mecânicos; máquinas, aparelhos e material elétrico; preparações alimentícias diversas; leite e laticínios.

Principais produtos de importação: combustíveis, óleos e ceras minerais.

Intercâmbio Comercial (US\$ mil fob)	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Exportações Brasileiras	20.667	34.929	81.795	120.184	64.102	106.269
Importações Brasileiras	61.852	117.462	12.359	11.389	26.839	31.415
Saldo	- 41.185	- 82.533	+ 69.436	+108.795	+37.263	+ 74.853
Total do Comércio	82.519	152.391	94.154	131.573	90.941	137.684

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema Alice

CRONOLOGIA DO CONFLITO ANGOLANO

1975

- O Governo português e os três movimentos de libertação angolanos (FNLA, MPLA e UNITA) assinam o Tratado de Alvor, pelo qual é criado um governo transitório e tripartite. O Acordo dispõe também sobre a criação de uma presidência colegiada, a formação de forças armadas conjuntas e a participação de contingentes portugueses durante o período de transição, além de estipular a convocação de eleições para uma Assembléia Constituinte, que abriria caminho para eleições presidenciais.
- 11 de novembro marca a data nacional de Angola e o fim do período de supervisão da paz por Portugal.
- Agostinho Neto (MPLA) é proclamado Presidente da República Popular de Angola.
- O Brasil é o primeiro país a reconhecer o novo Estado independente.

- O fracasso do acordo assinado em Alvor resulta em uma violenta guerra civil. Angolanos brancos emigram para a África do Sul, Portugal e Brasil.

1979

- Com a morte de Agostinho Neto, José Eduardo dos Santos (JES), líder do MPLA, assume a Presidência da República.
- A FNLA dissolve-se, mas a UNITA mantém sua guerrilha com apoio externo.
- Angola converte-se em um dos principais teatros da Guerra Fria ao longo de todos os anos 80.

1988

- Em dezembro, são concluídos os Acordos tripartites de Nova York, entre Angola, Cuba e África do Sul. Os Acordos viabilizam a independência da Namíbia e decidem o final da presença militar cubana e sul-africana em Angola, mas não incluem mecanismos para solucionar o conflito interno.
- O Governo Reagan autoriza o envio de armas e equipamento militar para a UNITA .

1991

- O Presidente JES e Jonas Savimbi assinam os Acordos de Bicesse, um conjunto de quatro documentos (Acordo de cessar fogo, Princípios para o estabelecimento da paz em Angola, Conceitos para a resolução de questões pendentes entre o Governo de Angola e a UNITA e o Protocolo de Estoril) que versam sobre a desmobilização e o desarmamento das tropas, os procedimentos para a formação das novas forças armadas angolanas (FAA) e de uma polícia nacional neutra e apolítica, bem como sobre a realização de eleições diretas para o ano seguinte e a divisão do

poder de modo a que o Governo de Luanda pudesse se estender por todo o país.

- O Acordo de Cessar-Fogo: contém cláusula que proíbe expressamente o Governo e a UNITA de adquirirem material bélico. Prevê um cronograma para a implementação do cessar fogo e atribui sua supervisão a uma Comissão Conjunta Político-Militar. Regulamenta o processo de desmobilização.
- Os Princípios fundamentais para o estabelecimento da paz em Angola estabelecem que a UNITA deve reconhecer o Estado angolano e o Governo até a realização das eleições, fazem referência à realização de eleições.
- O terceiro documento estabelece consultas para a determinação das datas precisas das eleições gerais e das alterações a serem feitas nas leis que antes vedavam o multipartidarismo.
- O Protocolo de Estoril aprofunda questões abordadas nos demais documentos e trata da estrutura das novas forças armadas, que passariam a ser não-partidárias e integradas pelas duas partes.
- O Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU - aprova a criação da UNAVEM II, para verificar o cumprimento dos Acordos de Bicesse. A missão dura até fevereiro de 1995.

1992

- As eleições contam com a presença de observadores internacionais que reconhecem a vitória do MPLA. JES é confirmado no cargo. Jonas Savimbi não aceita a derrota e retoma a guerra civil.
- Os EUA reconhecem o governo angolano e retiram o apoio ostensivo à UNITA.
- Em novembro, ocorre a Reunião de Namibe (na costa sul angolana), que marca o início de um maior protagonismo da ONU no processo negociador. Da reunião, resultou um comunicado, a Declaração de Namibe, desrespeitada em menos de três dias pela UNITA.

1993

- O CSNU aprova a resolução 811 que marca uma posição mais dura: responsabiliza a UNITA por persistentes violações dos Acordos de Bicesse e exige que aceite os resultados das eleições e negocie a implementação daqueles acordos.
- A UNITA acolhe a proposta de nova rodada de negociações Governo-UNITA, a partir de abril, em Abidjan. A rigidez da UNITA afasta a possibilidade de se chegar a um acordo em Abidjan.
- A resolução 834/CSNU representa o ponto de saturação da comunidade internacional no que tange às iniciativas da UNITA. Inicia-se uma escalada de pressões contra a UNITA (resoluções 851 e 864). Entra em vigor um embargo de vendas de armas.

1994

- Derrotas militares levam a UNITA a propor novas negociações. O Governo retoma o diálogo com a UNITA.
- MPLA e UNITA assinam um novo acordo de paz, em Lusaca (Zâmbia). Savimbi não comparece à cerimônia de assinatura do ato, fazendo-se representar pelo principal negociador da UNITA (não havia, aliás, comparecido a qualquer ato do processo negociador. Posteriormente desdenhou o valor de papel assinado sem sua presença.
- O acordo de Lusaca determina a desmobilização de tropas, a formação de um governo de união nacional e a integração da guerrilha a um exército nacional unificado.

1995

- Para monitorar o cumprimento do Acordo de Lusaca, o CSNU cria uma missão de observadores (UNAVEM III) com sete mil homens de seis países, entre os quais 1,2 mil brasileiros (que permaneceram em Angola de agosto de 1995 a julho de 1997). A

UNAVEM III representa um dos momentos de maior atividade da ONU no campo da manutenção da paz, em que se realça também a participação brasileira.

1997

- Toma posse o governo de união nacional, mas Savimbi, que deveria assumir como Vice-Presidente, permanece no interior e se recusa a entregar as áreas mais lucrativas de exploração de diamantes.
- A UNITA entrega à administração central angolana a base aérea de Negaje (norte do país) e consegue que a ONU suspenda por 30 dias novas sanções para o cumprimento dos dispositivos do Protocolo de Lusaca.
- Em julho, ao final da duração da UNAVEM III, o CSNU aprova resolução que cria a Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA), para executar as tarefas remanescentes previstas no Protocolo de Lusaca. A MONUA termina em junho de 1999.
- Em agosto, termina a participação das Forças Armadas Brasileiras na missão da ONU em Angola.

1998

- O falecimento do Representante Especial do Secretário-Geral da ONU, Maître Beye, bem como de cinco funcionários da MONUA, em desastre aéreo nas proximidades de Abidjan, dificulta o processo de paz. Maître Beye havia apresentado um “plano de saída da crise”, endossado pelas duas partes, que fracassou por conta da exigência de novas condições pela UNITA.
- Tem início a ofensiva militar da UNITA, a partir do centro e norte de Angola. O Governo angolano tenta responsabilizar a comunidade internacional pela situação e expressa desconfiança em relação à eficácia das sanções do CSNU, que não evitaram o rearmamento da UNITA.

- Os representantes da UNITA no Governo e na Assembléia Nacional são suspensos.
- O IV Congresso do MPLA , realizado em dezembro, indica uma tendência ao fechamento político e controle crescente do MPLA pela presidência, estreitando o leque de representatividade partidária. Políticos de peso (como Lopo do Nascimento, SG do partido, e Marcolino Moco, SE da CPLP) são excluídos do Comitê Central.

1999

- O avanço dos guerrilheiros da UNITA leva o Presidente JES a indispor-se com as Nações Unidas e negar o acordo de paz assinado em Lusaca.
- A missão de observação da ONU decide suspender todos os vôos sobre o território angolano, depois que dois de seus aviões (com 23 pessoas) são derrubadas em circunstâncias suspeitas na zona de guerra.
- Com a escalada da guerra civil, o Presidente JES elimina o cargo de primeiro-ministro e assume o comando das Forças Armadas.
- Um grande contingente de refugiados dirige-se para Luanda.
- Durante a visita do Chanceler brasileiro a Luanda, em junho, o Governo angolano demonstra reconhecimento pela determinação do Brasil em manter a parceria bilateral de alto nível e afirma a inevitabilidade da opção militar.
- A partir de setembro, as Forças Armadas Angolanas (FAA) obtêm importantes vitórias militares. Em outubro, conquistam o Andulo e o Bailundo, os dois maiores bastiões da UNITA, além de outras localidades. Aumentam as deserções, entre elas a do General e antigo Ajudante de Ordens de Savimbi, Ricardo Bândua. A despeito de ver limitado o suprimento de homens e material bélico, a UNITA prossegue a guerrilha.

2000

- Após visitar Angola, o Presidente de Sanções da ONU contra a UNITA, Embaixador Robert Fowler, publica o seu Relatório, cujas recomendações dificultam o contrabando de armas em benefício da UNITA. O Relatório constitui uma plataforma para um posicionamento mais ativo da diplomacia angolana nas Nações Unidas.
- Mantém-se a tendência do confinamento de grupos da UNITA em bolsões que ainda fogem ao controle do Governo (notadamente Luquembo, Quirima e Sautar, na província de Malange, região de difícil acesso).
- As FAA obtêm êxito na ofensiva militar (Operação Restauro) e reassumem o controle de praticamente todo o território nacional. A situação militar do país continua porém indefinida, com a guerrilha da UNITA suficientemente ativa para provocar instabilidade ao longo dos eixos rodoviários e em localidades fracamente defendidas.
- A Operação Restauro destrói cerca de 80% da capacidade bélica convencional da UNITA. Jonas Savimbi não mais constitui ameaça ao poder central, nem é capaz de manter, por período prolongado, controle sobre regiões ou objetivos de relevante valor tático ou estratégico.
- No início de novembro, a UNITA divulga, em Lisboa, proposta de paz de 12 pontos, que o Governo de Luanda repudia. Nessa proposta, a UNITA manifesta sua “total disponibilidade para negociar uma solução justa para o conflito”. O porta-voz do Presidente JES afirma, textualmente, que “o fim da guerra só depende da UNITA belicista. Se eles depuserem as armas, teremos uma eleição o mais breve possível ... a via democrática das eleições representa a melhor forma de negociar a paz”.
- A proposta da UNITA prevê um processo negociador sem os membros da Tróica (EUA, Portugal e Rússia) e com participação apenas de angolanos, incluindo membros da Igreja Católica, da

imprensa considerada independente e partidos de “oposição genuína”. A UNITA Renovada não estaria incluída nesse grupo.

- Em novembro, por ocasião do 25º aniversário da independência de Angola, o Presidente JES submete projeto de lei de anistia ampla, aprovado logo em seguida pela Assembléia Legislativa. Anteriormente, já havia sido oferecido perdão a Jonas Savimbi. O objetivo da lei de anistia é estimular deserções entre os seguidores de Savimbi, e sua reintegração na sociedade angolana, já que muitos deles estariam aparentemente na guerrilha apenas por temerem represálias por crimes e atrocidades eventualmente cometidos durante o período da guerra. A UNITA divulgou nota em que expressa sua “total e irrevogável recusa” à oferta de perdão, pois não reconhece a “legalidade nem a legitimidade do Presidente para decretar qualquer tipo de anistia”.
- Em dezembro, o Programa Alimentar Mundial (PAM) emite comunicado à imprensa em que alerta para a necessidade de doações adicionais para Angola, sob pena de agravar-se significativamente o quadro humanitário em Angola. O quadro humanitário e de segurança alimentár é particularmente grave, com grande número de refugiados e deslocados internos (cerca de 500 mil novos registrados só em 2000).

2001

- O clima de instabilidade mantém-se sobretudo em razão da ação da UNITA, que tem sido capaz de realizar ataques guerrilheiros mais constantes e audazes, obtendo, com alguns deles, grande repercussão. Sem o objetivo de conquista, ou qualquer pretensão de ameaçar a sobrevivência do regime e tomar o poder, a UNITA consegue, com esses ataques, convencer segmentos da opinião pública nacional e internacional da inviabilidade da solução militar, única possível segundo o Governo de Luanda.
- No âmbito da ONU, foram apresentadas pelo Secretário Especial do SGNU para a África, Ibrahim Gambari, propostas de

encaminhamento de soluções negociadas para o conflito angolano. As propostas descuravam a posição do Governo angolano – considerada essencialmente legítima pelo conjunto da comunidade internacional – que não quis reabrir um diálogo político-diplomático que signifique a renegociação dos termos acordados no Protocolo de Lusaca, assinado em 1994. Não obstante, à medida em que se evidencia a recuperação do poder militar da UNITA, fortalecem-se as posições dos que defendem a volta à mesa de negociações.

BRASIL

POPULAÇÃO

Com 165 milhões (1999), o Brasil é o sexto país mais populoso do mundo, atrás apenas de China, Índia, EUA, Indonésia e Rússia. A taxa média de ocupação é de 19,2 habitantes por km², porém a distribuição não é regular. A grande maioria se concentra na faixa litorânea até 100 km da costa. Certas regiões do interior apresentam taxas com menos de 1 habitante por km². Projetos políticos tentam mudar este quadro criando novos centros populacionais, como a Zona Franca de Manaus e o Tocantins, fomentando a construção de rodovias, como a Transamazônica, unindo áreas afastadas. A etnia do povo brasileiro descende de índios, africanos, europeus, árabes e asiáticos.

Taxa Anual de Crescimento

Em 1996 a população brasileira chegou a 157,1 milhões, a quinta maior do mundo depois da China, Índia, Estados Unidos e Indonésia. A população brasileira é predominantemente jovem, tendo 60% de seus habitantes menos de 29 anos de idade.

Considerando-se a alta taxa de crescimento populacional durante o início e o meio do século XX, verifica-se que o Brasil sofreu grande transformação em sua distribuição demográfica desde 1970. Essa tendência deve-se, em grande parte, a um intenso processo de urbanização e de modernização econômica. A taxa de fertilidade caiu de 6,3 crianças por mulher no início dos anos 60, para 2,2 em meados da década de 90, o que resultou numa diminuição da taxa anual de crescimento populacional de 2,9%, nos anos 60 para menos 1,9%, prevista para a década de 90.

O índice de pessoas com mais de 60 anos aumentou em 18,4% entre 1993 e 1998 – um acréscimo de 2,2 milhões de idosos no total de habitantes. A expectativa de vida dos brasileiros cresceu de 41,5 para 67,7 anos. A maior longevidade unida à queda da taxa de fecundidade fez com que se elevasse o número de idosos e se diminuísse o contingente de crianças e adolescente até 17 anos – segundo contagem do PNAD, a população de jovens até 17 anos é de 36,6% da população atual e a de

adultos maiores de 60 anos é de 8,8%, em 1998.

Distribuição Populacional

Embora o Brasil seja a quinta nação mais populosa do mundo, sua densidade demográfica é baixa, se comparada com a de outros países. A população concentra-se ao longo da costa atlântica dos estados das regiões Nordeste e Sudeste. A atividade industrial está concentrada na região Sudeste, com 50% da produção industrial localizada no estado de São Paulo. A migração do Nordeste para o Sudeste, assim como da zona rural para a zona urbana, tem sido significativa desde 1970. Mais recentemente, o fluxo da migração se voltou para as regiões Centro-Oeste e Norte, menos habitadas.

Principais Cidades

Brasília

Desde a segunda metade do século XVIII, as autoridades governamentais do Brasil consideravam, com níveis de prioridade variáveis, a transferência da sede do Governo do Rio de Janeiro para alguma parte do interior do País, a salvo de ataques navais. A primeira Constituição da República (1891) chegou a definir onde o futuro Distrito Federal deveria estar localizado - um retângulo dentro do estado de Goiás, no coração do País. Somente em 1956, entretanto, após oito anos de levantamentos e pesquisas, foram iniciados o atual projeto e a construção da nova Capital, no Governo do Presidente Juscelino Kubitschek. O local escolhido para o Distrito Federal, em Brasília, tem superfície de 5.814 km², em área esparsamente habitada do estado de Goiás, num planalto situado a 1.100 metros acima do nível do mar e a 1.200 km de distância do Rio de Janeiro. O concurso para a elaboração do plano diretor da cidade foi ganho pelo arquiteto e urbanista brasileiro Lúcio Costa. Os prédios governamentais mais importantes foram projetados pelo arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer. O paisagista Roberto Burle Marx planejou os jardins e a seleção de plantas, de forma a adicionar mais verde à vegetação seca e amarelada do cerrado. No dia 21 de abril de 1960, Brasília foi oficialmente inaugurada e começou a funcionar como a nova capital do Brasil.

Brasília recebe grande afluxo de pessoas de pessoas dos estados brasileiros e de outras nações. É sede dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Em 1987, a capital do Brasil foi declarada, pela UNESCO, patrimônio cultural da humanidade por seu valor arquitetônico e por ter sido a primeira cidade construída no século XX para ser uma capital.

São Paulo

São Paulo foi fundada pelos jesuítas em 1554, num planalto a 760 metros acima do nível do mar, distando somente 72 km da costa, para ser um centro missionário para os desbravadores e os índios que habitavam a área. Durante longo tempo permaneceu como uma cidade pequena. Por volta de 1850 começou a crescer e a enriquecer-se em razão da alta produtividade das plantações de café. Mais tarde, os lucros com a exportação do café e o aumento da população resultaram em capital e mão-de-obra para a fundação de uma base industrial. Atualmente, existem 20.000 indústrias de todos os tipos e tamanhos, concentradas na cidade e nos municípios à sua volta, que empregam um total de 600.000 trabalhadores. São Paulo é também o mais importante centro financeiro do Brasil, com aproximadamente 2.000 agências bancárias.

Respondendo por 37% do PIB nacional em 1998, São Paulo sobressai por seu parque industrial que, entre 1995 e 1999, recebeu US\$ 82 bilhões em investimentos.

Rio de Janeiro

Com a inauguração de Brasília, o Rio de Janeiro deixou de ser a capital do Brasil. Até hoje é comum a discussão se foi boa ou ruim, para o Rio, a transferência do Governo. De qualquer maneira, a segunda maior cidade brasileira é ainda a capital cultural e também a capital “emocional” do País.

O Rio de Janeiro tem uma beleza majestosa, com prédios aninhados entre a magnífica baía de Guanabara e ofuscantes praias, de um lado, e uma cadeia de montanhas coberta por exuberante floresta tropical, do outro. Essa paisagem singular faz do Rio uma das mais belas cidades do mundo, justificando seu título de “Cidade Maravilhosa”.

A vida cultural do Rio é intensa e variada, além de ser a cidade um grande centro industrial e de serviços, um centro financeiro e produtor de alimentos, de materiais de construção, equipamentos elétricos, químicos, farmacêuticos, de bebidas e têxteis. Na esfera de lazer, o Rio tem praias mundialmente famosas, como Copacabana e Ipanema, uma das baías mais bonitas do mundo e clima maravilhoso.

A economia do Rio de Janeiro é a segunda maior do país, após São Paulo, e tem a terceira maior renda per capita (US\$5.396 em 1998), depois do Distrito Federal e de São Paulo.

Salvador

Salvador, capital do estado da Bahia, foi o primeiro importante porto e capital do Brasil colonial, por quase dois séculos. A cidade está localizada entre montanhas tropicais e as extensas praias da Baía de Todos os Santos. Foi construída em dois níveis: prédios administrativos e residências nas montanhas, e fortes, estaleiros e armazéns ao nível do mar. Até hoje, a cidade é dividida entre as partes alta e baixa. De meados de 1500 a 1815, Salvador foi o porto brasileiro mais movimentado. Uma quantidade significativa da produção de açúcar do Nordeste e ouro e diamantes das minas do Sul passaram por Salvador. Foi uma época de ouro para a cidade, com a construção de casas magníficas e igrejas ricamente decoradas em ouro. Muitas das igrejas barrocas da cidade, casas particulares, praças e até o pavimento de paralelepípedos são preservados como parte do Patrimônio Histórico Brasileiro.

A influência africana na concepção da cultura brasileira é prontamente visível em Salvador, expressa em seus pratos apimentados, com nomes africanos (caruru, vatapá, acarajé), nas cerimônias de candomblé, que homenageiam tanto divindades africanas quanto feriados católicos, e nas escolas de capoeira, onde uma forma única e ritualística de luta é ensinada.

Belo Horizonte

Belo Horizonte, a primeira cidade brasileira moderna originada da prancheta de um arquiteto, foi especialmente desenhada para a função de capital do estado de Minas Gerais. Suas avenidas largas e arborizadas e

seus bairros residenciais planejados cuidadosamente sofreram, entretanto, o impacto da alta taxa de urbanização do País. Belo Horizonte é o centro de distribuição e processamento de uma região rica em agricultura e mineração e núcleo de um crescente complexo industrial. Suas principais produções são o aço, automóveis e têxteis. Ouro, manganês e pedras preciosas das regiões próximas são beneficiados na cidade. Belo Horizonte é também um centro cultural avançado, com três universidades, um museu histórico e numerosas bibliotecas, além de estádios esportivos.

Curitiba

Curitiba, localizada a 914 metros acima do nível do mar, no planalto da Serra do Mar, é a capital do progressista estado do Paraná. Desde o século XVIII, o clima frio e a localização peculiar atraíram imigrantes eslavos, alemães e italianos. Curitiba cresceu muito após 1950 e é conhecida pela maneira sensata com que se transformou numa grande cidade, sem perder o estilo de vida confortável. Sua prosperidade econômica deriva de seu papel como centro comercial e processador de uma agroindústria em expansão no interior.

Recife

O Recife foi construído como cidade portuária na foz do Rio Capibaribe e separada da cidade de Olinda por istmo de areia. É a capital do estado de Pernambuco. O Recife é uma área urbana de rápido crescimento e é chamada de “Veneza Brasileira”, por ser cortada por numerosos canais e pontes. A cidade ganhou sua denominação devido aos recifes de coral em sua costa. Os pescadores locais saem para o alto mar em jangadas, embarcações feitas de troncos naturais de madeira emparelhados lado a lado, com atraentes velas e que requerem habilidade e experiência de navegação para manobrá-las. Recife exporta grandes quantidades de produtos agrícolas, tais como açúcar e algodão.

Porto Alegre

Porto Alegre, a maior cidade do sul do Brasil, é a capital do estado do Rio Grande do Sul. A cidade foi fundada em 1742 por imigrantes dos Açores. A partir do século XIX a cidade recebeu numerosos colonos alemães e italianos. Por se situar na junção de cinco rios, tornou-se um

porto importante, assim como um dos maiores centros industriais e comerciais do Brasil. Produtos da rica agricultura e pecuária do interior, como couro, carne enlatada e arroz, são exportados de Porto Alegre para mercados distantes, como países da África e o Japão.

IDIOMA

O português é a língua oficial do Brasil. Com exceção das línguas indígenas faladas por pequenos grupos em reservas localizadas em áreas remotas, o português constitui a única língua do dia-a-dia. Não existem dialetos regionais. O Brasil é o único país de língua portuguesa na América do Sul.

RELIGIÃO

A Constituição Brasileira garante absoluta liberdade de religião no País. Com a proclamação da República em 1889, o Brasil deixou de ter uma religião oficial, embora em 1980 aproximadamente 90% da população tenha se declarado católica romana. Em 1999, o catolicismo tinha o maior número de adeptos: 119,7 milhões – 73% da população.

Recentemente, os grupos protestantes têm aumentado no Brasil. Hoje existe um número considerável de adeptos de Igrejas Pentecostais independentes, assim como seguidores de Igrejas Protestantes da Europa e dos Estados Unidos, como a Episcopal, Metodista, Luterana e Batista. Estima-se a existência de 4 milhões de fiéis. Existe mais de um milhão e meio de espíritas ou kardecistas, que seguem a doutrina de Alan Kardec, pesquisador francês do século XIX, estudioso do psiquismo (o princípio central do espiritismo é a crença na reencarnação). A diversidade religiosa do Brasil inclui convertidos da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (mórmons), uma minoria de judeus, muçulmanos e budistas, além de numerosos adeptos do candomblé.

O candomblé é uma religião que foi trazida para o Brasil pelos escravos Yoruba da Nigéria e Benin. Hoje, brasileiros de todas as camadas sociais e econômicas praticam tanto o catolicismo como o candomblé.

Para os senhores de escravos e os católicos, os escravos eram tidos como pagãos a serem convertidos. Por esse motivo, os rituais dos negros foram proibidos. No entanto, de modo a continuar com suas práticas tradicionais e também satisfazer os seus donos, os escravos associavam suas divindades com personalidades correspondentes no catolicismo. Oxalá, um deus masculino da procriação e colheita, por exemplo, foi identificado com Jesus. Iemanjá, deusa do mar, foi associada com “Nossa Senhora da Conceição”. Durante todo o ano as duas religiões têm festividades com datas coincidentes.

Enquanto os escravos conservavam seus rituais tradicionais (algumas crenças dos índios também foram incorporadas ao candomblé), seus senhores celebravam o catolicismo, aparentemente convencidos de que eles e os seus escravos praticavam uma só fé. A Igreja Católica conformou-se em não intervir muito nessa questão, na esperança de que, através dos anos, as tradições africanas seriam extintas e que o cristianismo se fortaleceria. Porém, isso não ocorreu. O candomblé é praticado em todo o Brasil. A umbanda, crença derivada do candomblé, com componentes do cristianismo e do cardecismo, é também amplamente praticada.

BRASIL EM RESUMO - INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

Constituição

Depois de abolida a Monarquia, a primeira Constituição da República (1891) estabeleceu um sistema presidencialista de governo, com três poderes independentes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Essa estrutura foi mantida nas seis Constituições Republicanas subsequentes do Brasil, incluindo a Constituição atual, que foi elaborada por um Congresso Nacional Constituinte eleito em 1984 e formalmente promulgada em 5 de outubro de 1988. A Constituição de 1988 incorporou muitos conceitos novos, abrangendo desde proteção ambiental até o fortalecimento do Poder Legislativo em sua relação com o Executivo.

O Brasil é uma república federativa composta por 26 estados e um Distrito Federal. O governo dos estados tem estrutura semelhante à área

federal, desfrutando de todos os poderes (definidos em sua própria Constituição) que não estejam especificamente reservados à esfera federal ou designados para o Conselho Municipal. O chefe do Poder Executivo estadual é o Governador, eleito por voto direto para um período de quatro anos. Existe ainda uma Assembléia Legislativa e um Poder Judiciário estadual, que segue o padrão federal e tem sua jurisdição definida de maneira a evitar qualquer conflito com as Cortes Federais. Em nível municipal, o Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, também eleito por voto direto por um período de quatro anos. A Câmara de Vereadores representa, em nível legislativo, os interesses da população do Município. Existem ainda mais de 4.400 Conselhos Municipais que são autônomos e restritos a assuntos locais. Os Conselhos Municipais operam sob os parâmetros da Lei Básica das Municipalidades.

Poder Legislativo

Vigora no país o pluripartidarismo, com um Poder Legislativo bicameral, composto pelo Senado, com 81 membros, e pela Câmara dos Deputados, com 513 membros. Todos são eleitos por voto direto, para mandatos de 8 e 4 anos, respectivamente. O Senado é composto por três Senadores de cada estado e do Distrito Federal. As eleições para Senador são alternadas (1/3 e 2/3) a cada quatro anos, concomitantemente às eleições para a Câmara dos Deputados.

O número de membros das Assembléias Legislativas estaduais e do Distrito Federal, assim como das Câmaras de Vereadores dos municípios, é definido pela Constituição de cada Estado da Federação, pela Lei Orgânica do Distrito Federal e pelas Leis Orgânicas municipais, respectivamente. Os Deputados Estaduais e Vereadores são eleitos por voto direto, para mandatos de quatro anos.

Poder Executivo

O Poder Executivo é chefiado pelo Presidente da República e dele fazem parte os Ministérios, as Secretarias Especiais. Os Ministérios têm a atribuição de elaborar e executar políticas públicas em suas respectivas áreas de atuação. O Presidente da República exerce as funções de chefe de Estado e de Governo, administrando a coisa pública, aplicando as leis existentes e propondo outras que sejam da sua competência. As ações

desenvolvidas pelo Governo dependem da orientação política do Presidente da República e sua equipe. Tal orientação é expressa em programa político divulgado durante a campanha eleitoral.

Pela Constituição em vigor, o Presidente da República é eleito para um mandato de quatro anos, com direito à reeleição. As eleições presidenciais são realizadas em dois turnos, caso um dos candidatos não obtenha, no primeiro pleito, 50% dos votos válidos mais um. Por se tratar de regime presidencialista, referendado em plebiscito realizado em 21 de abril de 1993, o Presidente não depende da confiança do Legislativo para permanecer no cargo, mas pode ser suspenso de suas funções pelo Congresso, em situações extraordinárias. Caso o mandato presidencial fique vago por algum motivo, será preenchido pelo Vice-Presidente até que se expire. Caso o Vice-Presidente não possa exercer tal função, a linha sucessória da Presidência da República seguirá a seguinte ordem: Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado e Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Poder Judiciário

O Poder Judiciário é o árbitro que julga os conflitos de interesse existentes na sociedade. As decisões são tomadas através de processos judiciais embasados na Constituição, leis, normas e costumes. O Poder Judiciário está organizado nos âmbitos federal e estadual. Os municípios não têm Justiça própria, podendo recorrer, em certos casos, à justiça dos Estados ou da União.

Integram o Poder Judiciário os seguintes órgãos:

- Supremo Tribunal Federal, responsável pela aplicação e interpretação da Constituição e formado por 11 ministros escolhidos e nomeados pelo Presidente da República, após ter o Senado aprovado a escolha, por maioria absoluta;

- Superior Tribunal de Justiça, que julga as questões infraconstitucionais e é responsável pela uniformidade da interpretação da lei federal em todo o País, sendo constituído por, no mínimo, 33 ministros nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado;

- Justiça Federal, responsável pelas causas que envolvem a União, autarquias ou empresas públicas federais, e composta pelos Tribunais Regionais Federais (TRF's) dos Estados e pelos juízes federais.

- Justiça Estadual, formada pelos tribunais de Justiça e juízes de direito, que constituem foros para as ações de inconstitucionalidade das leis ou atos normativos estaduais e municipais, assim como para as ações criminais, civis e comerciais que não envolvam a União ou pessoas no exercício de cargos públicos federais. Ligados ainda às Justiças Estaduais existem os Tribunais de Pequenas Causas, criados para resolver demandas judiciais de solução imediata;

- Justiça do Trabalho, responsável pela resolução de questões trabalhistas, é constituída pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), pelos Tribunais Regionais do Trabalho (TRT's) e pelas Juntas de Conciliação e Julgamento;

- Justiça Eleitoral, constituída pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os Tribunais Regionais Eleitorais (TRE's), os juízes eleitorais e as juntas eleitorais, é responsável pelo encaminhamento, coordenação e fiscalização das eleições e do processo de formação e registro dos partidos políticos ;

- Justiça Militar, responsável pelo processo e julgamento de crimes militares, e constituída pelo Superior Tribunal Militar (STM), juízes e tribunais militares e ainda os Conselhos de Justiça Militar.

Sistema de Voto

O voto é universal e obrigatório para todo cidadão alfabetizado entre 18 e 70 anos de idade. É opcional para cidadãos entre 16 e 17 anos, para os que têm acima de 70 anos e para os analfabetos de qualquer faixa etária.

Os candidatos em eleição têm que pertencer a um partido político. O registro de um partido político é efetuado pelo Tribunal Superior Eleitoral e deve atender a certas exigências mínimas estabelecidas pela Legislação. Em eleições presidenciais ou de governadores estaduais, será eleito o candidato que obtiver maioria absoluta de votos. Caso nenhum dos candidatos obtenha esse resultado, 20 dias após a primeira eleição será realizado novo pleito do qual participarão os dois candidatos mais votados.

PANORAMA DA ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

A história da economia brasileira durante o período colonial foi marcada pela especialização em diversos produtos que interessavam à metrópole portuguesa. No início da colonização, concentrou-se na produção de pau-brasil; mais tarde, entre os séculos XVI e XVII, na produção de cana-de-açúcar; e, entre os séculos XVII e XIX, na extração do ouro. A partir da segunda metade do século XIX, o país passou a ser um dos maiores produtores de café do mundo.

A grande depressão de 1929 marcou um período importante para a economia brasileira. Diminuiu sensivelmente a importância do café, e o processo de industrialização, que já se iniciara anteriormente, passou a ser mais significativo em função da desvalorização cambial e do estabelecimento de uma política de câmbio diferenciada.

O período do pós-guerra foi marcado por um rápido processo de substituição de importações, que começou no setor de produção de bens de consumo e evoluiu para a produção de bens de capital e de insumos básicos, particularmente nos anos finais da ditadura militar iniciada em 1964, quando foi implementado o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, na gestão do então presidente Ernesto Geisel (1974-79).

Hoje, a indústria brasileira representa 20% da produção nacional, a agricultura outros 20% e o setor de serviços, 60%. A maior parte da população brasileira se concentra nas áreas urbanas, particularmente nas grandes cidades. O índice de urbanização do país é de 75%, chegando a 93% em algumas regiões, como acontece no Estado de São Paulo.

A inflação tem sido a marca mais distintiva da economia brasileira. Desde 1948, quando a Fundação Getúlio Vargas começou a computar os índices gerais de preços, a inflação brasileira sempre foi muito elevada, sempre crescente e na maior parte do tempo atingindo valores superiores aos dois dígitos anuais. A inflação se acelerou rapidamente nos anos 60, a partir do final do governo de João Goulart, sucessor do presidente Jânio Quadros, que renunciou ao cargo após a implementação de um plano de

reformas econômicas que acabava com o subsídio às importações e desvalorizava o câmbio em 100%. Em 1964, o governo foi deposto por um golpe militar e uma série de novas reformas foi implementada. Entre as mais importantes está a autonomia às empresas estatais, que passaram a se organizar por setores: elétrico, com a Eletrobrás; siderúrgico, com a Siderbrás; do petróleo e petroquímica, com a Petrobrás, e de comunicações, com a Telebrás.

O governo militar estabeleceu uma rígida política salarial, que derrubou a taxa de inflação e criou uma legislação que permite a correção monetária dos impostos, dos ativos financeiros e, finalmente, a partir de 1967, as minidesvalorizações cambiais. A economia brasileira passou a ser uma economia altamente indexada e com taxas decrescentes de inflação graças ao controle dos salários e à repressão do movimento sindical.

Em 1974, com a crise do petróleo, a inflação voltou a subir e o governo militar anunciou o início do processo de abertura política. O segundo choque do petróleo, em 1979, e a crise da dívida externa, em 1982, marcaram o início de um período bastante difícil para a economia brasileira, com a interrupção dos empréstimos externos e a elevação da taxa de inflação a níveis inéditos mesmo para o Brasil.

Em 1985, com o final do governo militar e o fim da lei salarial, os trabalhadores começaram a demandar correções cada vez mais frequentes nos salários, com repercussão imediata sobre a taxa de inflação. A partir de 1986, o Brasil passou por diversos planos de estabilização econômica. O primeiro deles, o Plano Cruzado (1986), acabou com a correção monetária e a indexação, estabelecendo um congelamento geral de preços. O plano fracassou e outras tentativas foram feitas: Plano Bresser, em 1987; Plano Verão, em 1988; e Plano Collor, em 1990. Este último se diferenciou dos demais pelo confisco de 80% dos ativos financeiros, inclusive depósitos à vista, jogando a economia num processo recessivo, ao mesmo tempo em que dava início ao processo de redução das tarifas de importação.

Em março de 1994 foi renegociada a dívida externa brasileira nos moldes da renegociação de outros países da América Latina. Em julho

desse mesmo ano foi lançado o Plano Real, que, com preços livres, derrubou a taxa de inflação e reduziu ainda mais as tarifas comerciais. O câmbio foi fixado a valores nominais constantes e a inflação caiu sensivelmente. Depois de muitos anos de superávites comerciais expressivos, a economia brasileira passou a apresentar déficits.

Em termos de combate à inflação, as perspectivas da economia brasileira são muito otimistas. Em termos de crescimento, a estratégia adotada pelo Plano Real e o próprio ritmo de crescimento das economias mundiais são menos alvissareiros.

A administração que assumiu o governo federal em 1995, com o presidente Fernando Henrique Cardoso, tem como objetivo principal aprovar no Congresso Nacional um grande conjunto de reformas da Constituição Federal de 1988. O objetivo é preparar e adaptar a Constituição brasileira para as características atuais da economia mundial: a grande mobilidade de capital, o rápido crescimento dos investimentos no estrangeiro, a desregulamentação de mercados e, particularmente, a flexibilização das regras de contratação de mão-de-obra. Entre as reformas destacam-se o fim do monopólio em áreas como a do petróleo e de telecomunicações.

O atual governo vem obtendo sucesso no que diz respeito às privatizações. Todo o setor siderúrgico nacional passou para as mãos da iniciativa privada, assim como o setor petroquímico e de fertilizantes. O setor de energia elétrica apresenta grandes atrativos para os investidores e é suficientemente maduro e sólido para ser transferido para o setor privado. Conta basicamente com usinas hidroelétricas de grande porte e bom sistema de transmissão e distribuição. As privatizações no setor elétrico começaram com uma das maiores empresas do país, a Light, no Rio de Janeiro.

A população brasileira cresce mais lentamente desde meados dos anos 70 e começa a apresentar uma idade média maior. O sistema previdenciário brasileiro é organizado na base do sistema de repartição, no qual as contribuições dos trabalhadores ativos financiam as aposentadorias dos inativos. Tal sistema se torna inviável financeiramente

quando a idade média da população se eleva. O problema é agravado no Brasil pelo fato de a aposentadoria ser concedida por tempo de serviço (30 anos para a mulher e 35 para o homem) e incluir vários privilégios para categorias especiais - professores e juizes, por exemplo. Além disso, a Previdência Social é um sistema muito grande e centralizado, o que permite falhas administrativas graves, corrupção e elevada sonegação fiscal. O déficit financeiro das aposentadorias é reduzido no momento atual, mas estima-se que seja potencialmente grande no futuro. Esta área também vem passando por um processo de reestruturação.

A economia brasileira apresenta grande potencial de crescimento e conta com um significativo mercado consumidor, mesmo considerando-se a distribuição de renda, que, segundo dados de 1995 e considerando apenas seis das nove regiões metropolitanas brasileiras, fazia com que os 20% mais ricos destas regiões recebessem 63% da renda, enquanto os 50% mais pobres ficassem com apenas 12%. De acordo com outros indicadores e a pesquisa sobre as condições de vida no mundo, realizada pela ONU em 1996, a renda média dos 10% mais ricos da população é cerca de 30 vezes superior à renda média dos 40% mais pobres. Em outros países, onde a distribuição de renda é mais equilibrada, os mais ricos ganham em média dez vezes mais do que os mais pobres.

Os investimentos na produção de automóveis, televisões e outros eletrônicos, TV a cabo, TV por assinatura, cerveja e refrigerantes, cimento e outros produtos que atendem ao mercado interno, têm crescido rapidamente desde 1994 - o que demonstra a expectativa do setor privado no bom desempenho da economia e particularmente no crescimento do mercado interno, que foi tão duramente afetado pela instabilidade que vigorou no País desde meados dos anos 80.

Por outro lado, a estabilidade do País e a baixa taxa de inflação dependem, como em outros países da América Latina, da rigidez da taxa de câmbio nominal, que é de aproximadamente R\$ 1,00 por dólar. A recuperação do crescimento da economia brasileira sem o retorno

da inflação galopante depende, por esta razão, do bom desempenho das exportações. Depois do Plano Real, podemos dizer que o ritmo de crescimento sem inflação da economia brasileira é dado pelo ritmo de crescimento das exportações. E o dilema atual da economia é como fazer com que as exportações cresçam, sem que se desvalorize a taxa cambial.

No longo prazo, os problemas são de outra natureza. O País possui um dos parques industriais mais diversificados e completos da América Latina e mesmo de todo o Hemisfério Sul, e, portanto, tem um grande potencial de crescimento quando se considera a experiência, a cultura empresarial e o tamanho do mercado.

Em relação à agricultura, o mesmo tipo de observação é possível. Esta conseguiu ocupar áreas de solo consideradas improdutivas no passado - os cerrados - pelo aprimoramento de variedades desenvolvidas em laboratórios nacionais, especialmente adaptadas à região. Além disto, mostrou seu dinamismo e iniciativa ao introduzir novos produtos, como soja, açúcar, laranja e outras frutas, além de novas variedades de café, o produto tradicional do país. A agricultura brasileira, no que toca à produtividade e flexibilidade, é de elevada qualidade, sendo liderada por agricultores e empresários muito diferentes do estereótipo do velho coronel que caracterizava a agricultura brasileira na primeira metade do século XX.

Entretanto, a reforma agrária continua a ser um problema importante quando se considera a distribuição de renda, a concentrada distribuição da propriedade da terra e o crescimento exagerado das grandes cidades brasileiras.

A questão mais relevante a longo prazo se refere aos resultados esperados do novo modelo mundial de crescimento. A se aplicarem no Brasil, os resultados observados na economia mundial desde o início dos anos 80 indicam que o novo modelo tem gerado economias com baixa taxa de inflação por um lado, mas, por outro, com baixo ritmo de crescimento e elevado nível de desemprego.

Para países como o Brasil, que tem elevado nível de desemprego estrutural, distribuição de renda concentrada, baixo nível de escolarização

e renda média baixa, a expectativa de repetição deste padrão de desempenho (inflação baixa e desemprego elevado) representa uma ameaça séria. Mais do que isso, é alternativa inviável, quer econômica ou politicamente.

Este é o verdadeiro desafio a ser enfrentado no Brasil - e se agrava quando lembramos que o país estará, como não poderá deixar de ser, fortemente inserido nos mercados financeiros internacionais. Não existem alternativas de políticas disponíveis, a não ser grandes investimentos na área social e investimentos públicos em infra-estrutura e tecnologia.

O forte desequilíbrio financeiro do setor público brasileiro impede que esses investimentos sejam realizados em volume e tempo necessários para que o longo prazo possa ser apresentado como alvissareiro. Por outro lado, diferentemente de outros países, a nova vida e organização política do país, com ampla liberdade de expressão e representação política, anulam o risco da existência de bolsões de insatisfação ou revolta que a difícil situação social do país poderia sugerir.

Talvez esta seja a característica mais positiva e promissora do Brasil. Um país de herança ibérica e cultura autoritária, com passado de grande instabilidade política, que apresenta como aspirações mais importantes a prosperidade e a liberdade. Estas características permitem concluir que a sociedade brasileira, assim como sua economia, passam por um período de grandes transformações, que são ao mesmo tempo promissoras e difíceis de serem realizadas.

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

O Brasil tem sido chamado, cada vez mais, a assumir responsabilidades nos cenários regional e internacional, e, cada vez mais, depende de uma interação transitiva e construtiva com o mundo exterior, para viabilizar seu próprio projeto de desenvolvimento econômico e social.

Uma característica decisiva da política externa atual é que ela alcança facilmente as prateleiras dos supermercados, a vida cotidiana do consumidor e as principais decisões dos agentes econômicos. Ninguém

tem mais a ilusão de que a política externa possa ser levada a efeito unicamente nos gabinetes ou nos corredores dos organismos internacionais. A política externa é, cada vez mais, parte inseparável da política econômica e social, em busca de objetivos concretos e palpáveis, permanentemente avaliados pela opinião pública.

Quem ignora o mundo está condenado à paralisia, à regressão, ao debilitamento. Da mesma forma que uma empresa, ao investir ou lançar um produto, deve hoje levar em conta uma série de variáveis próprias da dimensão externa, o país como um todo não pode ignorar nem menosprezar o peso das relações exteriores, porque delas depende, em grande parte, a nossa capacidade de investir, a escala da nossa economia, a competitividade interna e internacional de nossos produtos e o aperfeiçoamento tecnológico de nossa indústria, de nossos serviços e de nossa agricultura.

Basta observar o mapa-múndi para perceber que o Brasil tem uma situação internacional de destaque e complexa. Somos ao mesmo tempo um país continental, com um território maior que o território continental dos Estados Unidos, entre dez vizinhos com os quais convivemos em paz há mais de 125 anos. Nosso PIB, superior a 880 bilhões de dólares, estará em torno do trilhão de dólares no início do próximo século. Somos uma democracia consolidada e um importante mercado emergente.

O Brasil é também parte do Mercosul, uma história bem sucedida de integração regional e um compromisso firme e duradouro entre seus membros. O Mercosul agrega uma dimensão à realidade internacional de seus participantes, sendo uma força que favorece laços mais fortes na América do Sul, em todas as áreas, especialmente, embora não apenas, na área do comércio. Os desenvolvimentos recentes têm sido expressivos em relação à pujança diplomática do Mercosul e à sua capacidade de fomentar o comércio intra-regional e com outras regiões do mundo.

O apoio à democracia no Paraguai, os Acordos de Liberalização do Comércio entre Chile e Bolívia, as conversações com os países Andinos, um papel ativo nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas e com a União Européia, as conversações com a SADC e a ASEAN são

alguns dos exemplos da intensa atividade diplomática proporcionada pelo Mercosul.

A política externa brasileira é universal e tradicionalmente tem-se dedicado a ampliar as possibilidades de inserção externa do Brasil. A partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, nosso projeto de política externa está claramente dirigido a assegurar a inserção competitiva do Brasil no mundo e a ser um elemento fundamental das políticas de estabilização e desenvolvimento adotadas pelo governo. O mesmo presidente tem estado pessoal e ativamente comprometido com a concepção e a execução da política externa. Sob a liderança do presidente Fernando Henrique Cardoso, temos fortalecido nossos vínculos tradicionais e construído novos vínculos, tanto com o mundo desenvolvido como com os países em desenvolvimento.

As relações econômico-comerciais

O Brasil possui, ademais, um comércio exterior equilibrado e diversificado, tanto em termos de destino e origem dos intercâmbios como da composição da pauta. Em 1996, 28% das exportações brasileiras dirigiam-se à União Européia, 22% ao NAFTA, 21% à América do Sul e cerca de 20% à Ásia. Os bens manufaturados, entre os quais se incluem até mesmo aviões, constituíam cerca de 55% de nossas exportações em 1996. Os bens semimanufaturados representavam cerca de 22% e as matérias-primas cerca de 23% do total de exportações.

O perfil dos investimentos estrangeiros no Brasil, que têm crescido exponencialmente, também é muito equilibrado entre Estados Unidos e Canadá, União Européia, Japão e alguns outros pólos investidores, como a Coreia, Hong Kong, Taiwan, Chile, Argentina e África do Sul. Dentro da União Européia existe grande equilíbrio entre os diversos investidores, como Alemanha, Reino Unido, França, Itália e outros.

O caráter periférico na geografia mundial

Entretanto, a essas características, que constituem um conjunto de importantes conquistas internacionais, pelo que representam em termos de poder nacional relativo, é preciso agregar outra, que não deixa de ter conseqüências para nossa política exterior: o Brasil é um país “periférico”,

não no sentido radical ou da teoria da dependência, mas no sentido geográfico.

Somos periféricos no sentido de que não estamos situados sequer nas proximidades do principal núcleo de países que se encontra no hemisfério norte, mais precisamente na América do Norte, Europa e Ásia Setentrional e Sudeste. Não temos fronteira com nenhum dos grandes pólos econômicos ou estratégicos do mundo e, por esse motivo, a proximidade física que polariza tantos países em desenvolvimento não surte efeito sobre nós.

Essa característica nos obriga a procurar desenvolver nossas relações fora dos determinismos geográficos e, ao mesmo tempo, nos abre muitas opções não excludentes. Estando distante de todos os pólos, temos liberdade para procurá-los; não estando sujeitos a uma polarização natural ditada pela geografia, temos liberdade para ser, de certa forma, nosso próprio pólo, o que gera também muitas responsabilidades.

Nossas dimensões e nossa condição periférica explicam, em grande parte, o fato de que tenhamos um projeto nacional tão particular, tão independente, para o qual a política exterior tem servido de instrumento. Não temos um projeto restrito e privado, nem procuramos contribuir para que nossa região o tenha, para estar contra ninguém, nem para gerar falsos caminhos de prestígio e liderança.

Há uma certa naturalidade na busca, por parte do Brasil e da América do Sul, de um espaço legítimo, que nos permita unir a disposição de cooperar com o mundo com o objetivo claro de buscar o desenvolvimento sustentável e a justiça social. Isso tem-se tornado muito mais viável atualmente, quando estamos perfeitamente afinados com o *mainstream* internacional em áreas como a de não-proliferação, direitos humanos, democracia e liberdade econômica.

Tendências atuais e seu impacto sobre a inserção externa

O Brasil conta hoje com um acréscimo importante de qualidades e atributos, que lhe outorgam novo perfil internacional. Somamos muitas conquistas com as quais a diplomacia brasileira, há apenas três ou quatro anos atrás, não podia contar.

As tendências atuais no Brasil reforçam a percepção de que nosso país transformou-se em um dos mais importantes sócios econômicos e comerciais do mundo em desenvolvimento. Esta importância soma-se a uma percepção também crescente de que o Brasil é um ator político confiável, capaz de definir tendências e influenciar decisivamente nas grandes decisões internacionais, entre os mundos desenvolvido e em desenvolvimento.

As tendências no campo econômico, por exemplo, demonstram uma firme consolidação das políticas do governo de Fernando Henrique Cardoso.

A derrubada da inflação, colocada a um nível de 7% ao ano em 1997, com o apoio da população, corrige o que estava sendo um dos mais graves obstáculos a afetar negativamente a imagem externa do Brasil e a credibilidade de suas políticas e de seu modelo econômico. Uma inflação mensal de dois dígitos, que chegou a alcançar 45% ao mês, era um obstáculo imediato e indubitável em qualquer conversação internacional.

A redução da inflação teve também outro impacto extraordinário na projeção do Brasil no exterior, já que proporcionou um aumento qualitativo e quantitativo no mercado brasileiro. O aumento do poder aquisitivo de vasto setor da população brasileira, que se encontrava penalizado com as taxas de inflação, agregou uma escala importante a um mercado que, por suas dimensões - 160 milhões de habitantes, aos quais se somam 40 milhões do Mercosul - já se destaca no âmbito mundial.

A liberalização econômica e comercial foi cuidadosamente consolidada e está sendo submetida aos ajustes necessários. Existe um sentimento generalizado de que essas políticas servem a muitos propósitos complementares: oferecer mais opções, menores preços e melhor qualidade dos bens e serviços oferecidos aos consumidores; aumentar a competição e a produtividade da economia brasileira; manter o nível da oferta, para aliviar pressões inflacionárias; e permitir mais investimentos diretos, dirigidos àquele mercado fortalecido.

O compromisso com a liberalização comercial é firme. A redução das tarifas de importação (de uma média de 52% para 14%), a estabilização econômica e a privatização de companhias estatais, em combinação com a abertura dos monopólios, proporcionam importantes oportunidades de

negócios a nossos sócios, aumentando o interesse pelo Brasil, multiplicando nossas sociedades e, portanto, conseguindo muito maior poder de negociação em nossas relações internacionais.

Ademais, é sempre bom lembrar a impressionante dimensão das empresas brasileiras que estão sendo privatizadas e o potencial econômico dos monopólios que estão-se abrindo.

Pela primeira vez o governo brasileiro conta com um órgão de decisão, a Câmara de Comércio Exterior, que permite melhor coordenação e a adoção de políticas e decisões consensuais por parte dos vários Ministérios responsáveis pela área de comércio. Essas políticas também estão projetadas para lidar com desafios como o da Área de Livre Comércio das Américas e a consolidação do Mercosul.

O governo também está tomando providências para dotar a economia brasileira de mecanismos mais ágeis de proteção contra práticas desleais de comércio. Estamos começando a corrigir uma distorção que se criou com a mesma abertura da economia brasileira no princípio dos anos 90, isto é, o desmantelamento de todo um aparato protecionista que não foi substituído por ferramentas adequadas para lidar com as novas realidades de um comércio internacional mais livre e regulado por normas multilaterais.

A aprovação, por ampla maioria de votos, na Câmara dos Deputados, da Emenda Constitucional que permite a reeleição do presidente demonstra a consolidação do apoio parlamentar às reformas que ainda devem complementar e dar sustentação ao Plano Real a longo prazo, a à abertura competitiva da economia brasileira ao exterior. A partir de agora, o caminho das reformas será mais fácil, concentrando-se em três áreas principais: a reforma administrativa, a reforma fiscal e a reforma da Previdência Social. Várias leis deverão ainda regulamentar as mudanças constitucionais que flexibilizaram os monopólios. Mantidas, essas tendências agregam enorme interesse pelo Brasil como sócio e têm, por isso, influência muito positiva no prosseguimento da política externa que temos levado a efeito até o momento.

Esse conjunto de tendências positivas soma-se, desse modo, a um patrimônio diplomático que já vinha sendo consideravelmente reforçado pelos nossos compromissos nas áreas de apoio à democracia, de não-proliferação, de desarmamento, de proteção aos direitos humanos e de preservação do patrimônio ambiental.

Uma democracia equilibrada e abrangente

Tudo isso nos permite identificar com muita clareza as áreas de maior interesse para o prosseguimento dessa política de reinserção do Brasil no mundo, que vem sendo adotada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em primeiro lugar, não vamos escolher opções excludentes. Estamos em condições de levar a efeito uma política externa equilibrada e dirigida à consolidação do perfil abrangente de nossas relações econômicas e comerciais e do diálogo político que temos com todas as regiões do mundo.

Isso significa que o Mercosul, a Área de Livre Comércio das Américas, as relações com a União Européia, as relações com a Ásia-Pacífico e com outras áreas do mundo são concebidas como opções que se reforçam, que aumentam nosso poder de negociação e potencializam nossos triunfos diplomáticos. Dentro de cada região, também os países, individualmente, apresentam-se como opções não-excludentes.

O programa de visitas internacionais do presidente Fernando Henrique Cardoso exemplifica muito bem essa abordagem; equilíbrio e não-exclusão são as diretrizes básicas de nossa ação exterior, porque um país periférico como o Brasil, no sentido da definição acima, somente pode ser beneficiado se puder manter abertas e livres de obstáculos todas as suas relações com o mundo. Nossa estratégia de tornar operacional o Acordo Mercosul-União Européia obedece ao propósito de compensar, na medida do possível, o enorme impulso que a ALCA deverá dar a nossas relações intra-hemisféricas, com o potencial de afetar, de forma adversa, o equilíbrio de nosso perfil exterior de comércio e de recepção de investimentos.

Porém, estamos também conscientes de que todas essas relações devem necessariamente ser uma via de mão dupla. Esta é uma diretriz fundamental. Por isso temos procurado, cada vez mais, servir-nos de nosso crescente poder de negociação e da força política de nossa opinião pública, para buscar reciprocidade no acesso aos mercados de nossos sócios, na mesma proporção das oportunidades comerciais e de investimentos que

a economia brasileira lhes tem proporcionado.

Toda a nossa estratégia de negociação da ALCA, por exemplo, parte desse pressuposto. Não estamos em condições de oferecer ainda maior acesso a nosso mercado e mais oportunidades de investimentos, se não podemos, de forma correlata, resolver as graves e diversas questões de acesso dos produtos brasileiros ao mercado norte-americano, onde enfrentam todo tipo de barreiras, justamente porque são competitivos.

Encontramo-nos também empenhados em tirar o máximo proveito possível das regras que nos pode proporcionar a Organização Mundial do Comércio, com base nos compromissos dos acordos negociados na Rodada Uruguai, um acesso livre de obstáculos a importantes mercados para os produtos brasileiros.

Conclusão

Estamos conscientes de que grande parte de nossa ação depende do que o país seja capaz de realizar para fortalecer sua base social e melhorar sua competitividade econômica, inclusive através da redução drástica do chamado Custo Brasil, que tanto bloqueia o desempenho do nosso comércio internacional e impõe uma carga mais pesada a nossos consumidores. Estamos também conscientes de que, sem a participação mais ativa da sociedade, será mais difícil identificar e promover os interesses nacionais no exterior.

CABO VERDE

DADOS GERAIS

NOME OFICIAL	República de Cabo Verde
POPULAÇÃO (1997)	415,000 (est. 1998)
ÁREA	4,033 km ²
CAPITAL	Praia
SISTEMA POLÍTICO	República Parlamentarista

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	(0.591 – 117º lugar - 2000)
CRESCIMENTO DO PIB (%)	6.0 (est. 1999)
INFLAÇÃO	6.5% (est. 1999)
BALANÇA COMERCIAL (US\$ milhões)	- 185
PIB (US\$ milhões)	525
PIB PER CAPITA (US\$)	1.200 (1998)
AJUDA OFICIAL AO DESENVOLVIMENTO	109.6 (US\$ milhões – 1997)

Obs. Dados obtidos no Country Profile 2000 - The Economist Intelligence Unit

Localização: As ilhas do arquipélago de Cabo Verde situam-se na parte meridional do Atlântico Norte, ao largo do Senegal e da Mauritânia, distando cerca de 500 Km do continente. O arquipélago constitui-se de 10 ilhas e 5 ilhéus, agrupados em dois conjuntos definidos pela sua posição em relação aos ventos predominantes, qual sejam, barlavento (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, S. Nicolau, Sal, Boa Vista e os ilhéus de Branco e Raso) e sotavento (Maio, Santiago, Fogo, Brava e os ilhéus Secos ou do Rombo).

Clima: O clima é árido, com uma estação quente húmida de dezembro a junho, e condições quentes secas durante o resto do ano.

HISTÓRIA E POLÍTICA RECENTE

O arquipélago de Cabo Verde, desabitado até o século XV, foi colonizado por Portugal a partir de 1462. Em 1466 passa a monopolizar as rotas do tráfico de escravos que abasteciam as Américas e o Caribe. O fim do tráfico negreiro provoca a decadência econômica e a emigração maciça dos habitantes. Com o surgimento dos movimentos de libertação

nacional na África, no século XX, o país vincula-se à luta pela independência da Guiné Portuguesa, atual Guiné-Bissau. Em 1956 forma-se o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), liderado pelo guineense Amílcar Cabral.

A independência é proclamada em 5 de julho de 1975, pouco após a queda da ditadura em Portugal. Cabo Verde e Guiné-Bissau constituem Estados separados, mas sob direção única do PAIGC, de orientação marxista. A unificação é interrompida em 1980, por um golpe de Estado na Guiné-Bissau, em que o presidente Luís Cabral (irmão de Amílcar), é deposto. Cabo Verde condena o golpe; a ala caboverdiana do PAIGC separa-se e passa a se chamar Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV). A história subsequente da nação é pacífica, não se registrando guerras civis.

Aristides Pereira é o primeiro Presidente do país e exerce o poder até 1991, quando teve início o processo de democratização. Naquele ano, o oposicionista Movimento para a Democracia (MPD) elege António Monteiro como Presidente; o líder do partido, Carlos Veiga, assume o cargo de Primeiro-Ministro, com um programa de reformas liberais. O MPD governou o país, praticamente sem oposição, até 2001, mantendo o compromisso com a prática democrática e revelando competência na administração da ajuda externa. Nas eleições legislativas de 2001, o PAICV retomou, todavia, a maioria parlamentar e o novo Governo, do Primeiro Ministro José Maria Neves, assumiu com proposta de austeridade econômica e enxugamento do Gabinete ministerial.

Em 2001 realizaram-se ainda eleições presidenciais, vencidas, por diferença de doze votos, pelo Presidente Pedro Pires, também do PAICV. A eleição de Pedro Pires, em meio a críticas ao processo eleitoral e denúncias não confirmadas de fraude, precisou ser homologada pela Comissão Nacional de Eleições, após impugnação do pleito pelo ex-Primeiro Ministro Carlos Veiga (MPD) junto ao Supremo Tribunal de Justiça.

ECONOMIA

A economia do país, em virtude do clima desértico em todo o território, ressent-se de uma carência generalizada de recursos naturais, tornando-se bastante dependente de importações, sobretudo de produtos alimentares e bens de equipamento, e da ajuda externa. Cabo Verde tem recebido uma média anual de US\$ 80 milhões em ajuda bilateral e multilateral, à qual se somam as remessas dos cerca de 500 mil caboverdianos residentes no exterior (número maior que a população vivendo em território nacional).

Na década de 90, a economia caboverdiana beneficiou-se do crescimento dos investimentos externos, sobretudo no setor bancário e no setor hoteleiro, com a venda a grupos estrangeiros (mormente de Portugal) de suas principais empresas estatais e de 80% de seu sistema financeiro, bem como com o crescente fluxo de remessas da população emigrada.

Por outro lado, verifica-se paulatina diminuição da ajuda externa por parte de alguns doadores, que, em vista do crescimento da renda per capita no país, tendem a restringir os montantes de sua cooperação financeira. Cabo Verde conseguiu passar para a comunidade internacional a imagem de um país não só bem administrado politicamente, mas também no tocante a seus escassos recursos. No entanto, enfrenta o desafio de persuadir seus parceiros a manter os níveis atuais de ajuda econômica e reverter esta tendência de diminuição dos financiamentos atualmente oferecidos.

O novo Governo declarou estar empenhado em obter recursos externos capazes de contornar a atual crise orçamentária. Está igualmente empenhado em obter, sobretudo das organizações financeiras internacionais, condições mais favoráveis para o tratamento do problema da dívida externa do país.

Além da ajuda de parceiros externos já tradicionais, como o Banco Mundial, o Banco Africano para o Desenvolvimento - BAD e a União Européia, Cabo Verde tem mantido negociações com o FMI, visando inclusive ao saneamento da dívida pública do país. O Presidente para a

região africana do Banco Mundial visitou o país em julho de 2001 e recomendou a adoção de um programa de ajuste macro-econômico para resolver o problema do déficit orçamental (Memorando de Políticas Econômicas do Governo de Cabo Verde, de 05.09.2001, que descreve as políticas a serem implementadas no quadro de programa monitorado pelo FMI)

O orçamento do Estado aprovado em julho último pela Assembléia Legislativa foi considerado muito restritivo. Determinou medidas impopulares como o fim dos subsídios aos combustíveis, o que tem gerado aumento significativo nos preços dos transportes públicos e também no mercado de gêneros alimentícios. Incluiu ainda a redução das dotações das Forças Armadas e das despesas governamentais. Algumas das medidas de austeridade propostas, como o aumento das tarifas alfandegárias, não foram aprovadas, apesar de o PAICV dispor de maioria na Assembléia.

POLÍTICA EXTERNA

Cabo Verde concentra sua ação externa no fortalecimento da ajuda externa bilateral e multilateral. Procura reforçar as relações com seus parceiros tradicionais (Portugal e organismos internacionais), dar impulso aos aportes de cooperação para o desenvolvimento sócio-econômico, sobretudo aqueles de melhora das infra-estruturas urbanas e portuárias, e estabelecer novas parcerias estratégicas.

O país tem também procurado atrair investimentos privados em maior escala, bem como incentivar mais remessas de dinheiro das comunidades caboverdianas no exterior, penetrar no mercado externo nos setores turismo e indústria leve e envidar esforços no sentido de romper seu isolamento na área de transportes.

Portugal é atualmente o fornecedor de 40% das importações de Cabo Verde, e os interesses comerciais e financeiros de Portugal no arquipélago têm crescido substancialmente, sobretudo mediante a aquisição do controle acionário de quase todas as empresas estatais privatizadas durante o governo Carlos Veiga.

A freqüente troca de visitas de altas autoridades entre Portugal e Cabo Verde sublinha o empenho de Lisboa em preservar sua posição de parceiro privilegiado. Em 2001 foi reajustado o Programa Anual de Cooperação Portugal-Cabo Verde, cujos recursos se destinam principalmente à cooperação financeira, mas também a projetos de capacitação institucional e formação de quadros. Também em 2001 foi assinado acordo para o reescalonamento e reestruturação da dívida de Cabo Verde, e iniciaram-se negociações para um novo programa trienal de cooperação portuguesa.

Em outra frente, a diplomacia caboverdiana tem procurado manter o interesse de parceiros tradicionais, como Japão, Luxemburgo e China, ao mesmo tempo em que vem estimulando a intensificação da relação com outros países africanos, particularmente com os PALOP (Países Africanos de Língua Portuguesa). No quadro desse esforço diplomático voltado à África se inserem as visitas realizadas em 2001 a Cabo Verde por altas autoridades de Angola, São Tomé e Príncipe, Moçambique e da Guiné-Bissau.

A participação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP é entendida por Cabo Verde como uma fonte adicional de cooperação multilateral, além daquela que já recebia bilateralmente de alguns Estados membros, em especial Brasil e Portugal. No âmbito da CPLP, prevê-se a implantação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa na cidade da Praia. A construção do edifício-sede está a cargo da equipe do renomado arquiteto português Álvaro Siza Vieira, e as atividades do Instituto tiveram início, em caráter provisório, no segundo semestre de 2001.

RELAÇÕES COM O BRASIL

Em 1980, o Governo brasileiro abriu sua Embaixada na Cidade da Praia. Desde então, os Presidentes João Figueiredo, em novembro de 1983, e José Sarney, em maio de 1986, e o Vice-Presidente Marco Maciel, em julho de 1998, visitaram o país. Em 1999 foi aberta a Embaixada de Cabo Verde em Brasília, refletindo o empenho do Governo de Praia em

dar maior amplitude a seu relacionamento com o Brasil; e, em 1998, o Primeiro-ministro Carlos Veiga visitou oficialmente o país.

Até meados dos anos 90, havia linhas de transporte aéreo entre os dois países. Com a interrupção da rota, houve um declínio do volume de intercâmbio, sobretudo comercial. Em novembro de 2001, a companhia Transportes Aéreos Cabo Verde (TACV) inaugurou a linha Sal-Fortaleza.

As relações bilaterais são estreitas. Cabo Verde é um dos principais beneficiários da cooperação técnica brasileira no exterior, sobretudo no que se refere à formação e ao aperfeiçoamento de quadros da administração pública (presença da FUNDAP, do IBGE, do IBAM e do SERPRO), na área de saúde pública (FIOCRUZ) e no serviço diplomático (IRBr).

Na área educacional, o Programa de Estudantes-Convênio é uma das mais bem-sucedidas modalidades de cooperação brasileira com Cabo Verde, que é o maior beneficiário entre os PALOP. Cerca de quatrocentos profissionais caboverdianos já se graduaram em universidades brasileiras e, atualmente, há mais cinco centenas de estudantes desse país realizando seus cursos superiores no Brasil, número que tende a crescer, uma vez que o Governo caboverdiano favorece a formação de seus quadros superiores no Brasil.

Após a institucionalização da CPLP, além das áreas citadas acima, o Brasil ofereceu também cooperação bilateral a Cabo Verde na área de saúde (profilaxia em DST/AIDS), na de informatização de recursos humanos no serviço público, entre outros. A Marinha brasileira também oferece regularmente vagas para a formação de oficiais e de operadores de máquinas para a marinha mercante caboverdiana.

O Brasil aprovou, em 1999, o perdão parcial da dívida externa de Cabo Verde e o reescalonamento do pagamento dos valores atrasados. Como a dívida para com o Brasil perfazia quase 50 % da dívida externa caboverdiana, o Governo brasileiro entende haver assim contribuído para a consolidação das bases para o desenvolvimento econômico de Cabo Verde.

Há grande identidade cultural entre os dois países, o que favorece a boa acolhida de manifestações culturais brasileiras em Cabo Verde.

Balança comercial bilateral

Intercâmbio Comercial (US\$ mil)	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Exportações Brasileiras	9.387	7.117	4.453	5.700	7.300	3.749
Importações Brasileiras	24	16	-	-	-	21
Saldo	+ 9.363	+7.101	+ 4.453	+5.700	+7.300	3.728
Total do Comércio	9.411	7.133	4.453	5.700	7.300	3.770

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema Alice

INFORMAÇÕES

Página oficial do Governo de Cabo Verde

<http://www.governo.cv/>

Informações Gerais

<http://users.erols.com/kauberdi/>

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde

<http://www.ine.cv/wwwindex.html>

Dicionário caboverdiano-português

<http://www.priberam.pt/dcvpo/>

Associação de Amizade Cabo Verde - Brasil

<http://www.angelfire.com/bc/aacb/aacb.html>

Música de Cabo Verde (em inglês)

<http://www.socv.formativ.net/index2.php>

GUINÉ BISSAU

DADOS GERAIS

NOME OFICIAL	República da Guiné Bissau
POPULAÇÃO (1997)	1.1 milhão
ÁREA	36,125 km ² (aproximadamente 4/5 do Rio de Janeiro)
CAPITAL	Bissau
SISTEMA POLÍTICO	República Parlamentarista

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	0,331 (169º lugar - ano 2000)
CRESCIMENTO DO PIB (%)	7,5 % (1999)
INFLAÇÃO	5,5%
BALANÇA COMERCIAL (US\$ milhões)	- 25
PIB	US\$ 211 milhões (1998)
PIB PER CAPITA (US\$)	180 (1998)
AJUDA OFICIAL AO DESENVOLVIMENTO	125.5 (US\$ milhões - 1997)

Obs. Dados obtidos no Country Profile 2000 - The Economist Intelligence Unit

Localização: A Guiné Bissau situa-se na costa ocidental da África, estendendo-se, no litoral, desde o Cabo Roxo até a ponta Cagete. Tem fronteira, a norte, com o Senegal, a leste e sudeste com a República da Guiné (Guiné-Conacri) e a sul e oeste com o Oceano Atlântico. Além do território continental, o país integra ainda cerca de 40 ilhas que constituem o arquipélago dos Bijagós, separado do Continente pelos canais de Geba, Pedro Álvares, Bolama e Canhabaque. A superfície continental consiste numa parte costeira semi-pantanososa e numa zona planáltica pouco elevada. Numerosos rios, dos quais o Cachéu, o Mansôa e o Gêba são os mais importantes, percorrem o território e são as melhores vias de penetração no interior.

Clima: O clima é tropical marítimo. A temperatura média é de 20° C.

HISTÓRIA E POLÍTICA RECENTE

A história remota da região hoje chamada Guiné-Bissau é pouco conhecida, mas é provável que alguns dos grandes grupos étnicos do país, como os balante e os pepel, tenham lá se estabelecido no século

XII. Grupos expressivos dentre as mais de 20 etnias que hoje habitam o território, como os mandingas e os fulanis, converteram-se ao islamismo durante o domínio árabe no norte da África.

A história do país está ligada à do arquipélago de Cabo Verde, outra ex-colônia portuguesa. O domínio português começa no século XVI, quando colonos portugueses de Cabo Verde estabelecem uma vila às margens do rio Cacheu. A região passa a ser um importante centro do comércio de escravos. Em 1687, estabeleceu-se um posto comercial português em Bissau, cujos interesses foram disputados por franceses e britânicos; estes últimos tiveram, por curto período, um assentamento em Bolama. Em 1879 a região passa a ser uma colônia portuguesa, mas disputas fronteiriças com a França só terminam com um acordo em 1886. Entretanto, somente após 1915 os portugueses passam a efetivamente exercer poder sobre o país.

Em 1952 a Guiné-Bissau deixa de ser uma colônia e converte-se em “província de ultramar” de Portugal. Pouco tempo depois aparece um movimento nacionalista, liderado pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), fundado no exílio, em 1956, pelo intelectual guineense Amílcar Cabral. O partido inicia uma guerra de independência em princípios da década de 1960. Por volta de setembro de 1973 os rebeldes proclamam uma república e buscavam o reconhecimento internacional. Em 10 de setembro de 1974 Portugal dá oficialmente a independência à Guiné-Bissau, que foi a primeira das ex-colônias portuguesas na África a alcançar o estatuto de país livre. Cabo Verde e Guiné-Bissau constituem Estados separados, mas sob direção única do PAIGC, de orientação marxista, que inicia o avanço rumo a um estado socialista com a nacionalização de todas as grandes propriedades.

O governo do Presidente Luís Cabral (irmão de Amílcar) herda um país devastado pela política do colonizador e pela guerra civil de libertação, e sua política econômica provoca escassez de alimentos. Cabral é deposto em 1980 por um Golpe de Estado chefiado pelo general João Bernardo Vieira, veterano do partido. O golpe sela a separação entre o PAIGC da Guiné Bissau e o de Cabo Verde, abortando o processo de unificação dos dois países, que rompem relações, reatadas mais tarde, em 1982.

João Bernardo “Nino” Vieira, proclamado Primeiro Ministro em 1980, é eleito Presidente em 1984, por um período de cinco anos. O processo de transição para a democracia começa em 1990, sob influência do colapso do comunismo no Leste Europeu. Em maio de 1991, o país adota o pluripartidarismo. Dissidentes do PAIGC formam o partido da Renovação e do Desenvolvimento (PRD), de oposição. Como parte das reformas, a pena de morte é abolida em 1993. Apesar da abertura política, o governo adia as eleições até julho de 1994, quando o PAIGC obtém maioria na Assembléia Nacional (62 das cem cadeiras) e Vieira é eleito para presidente, com 46% dos votos. Manuel Saturnino da Costa, também do PAIGC, é indicado para primeiro-ministro. A Guiné Bissau adere, em 1997, à zona franca Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

Depois de 18 anos no poder, o presidente João Vieira enfrenta, com a ajuda dos governos do Senegal e da Guiné-Conakri, um motim liderado pelo general Ansumane Mané – que fora demitido por Vieira da chefia Forças Armadas em janeiro de 1998, acusado de fornecer armas à guerrilha separatista da região de Casamansa, no vizinho Senegal. A rebelião começa em junho, com a ocupação de instalações militares e do Aeroporto de Bissau. Mané exige a renúncia de Vieira e nega que queira tomar o poder, prometendo eleições gerais imediatas. Os militares amotinados avançam com o apoio que recebem de setores da população.

Os violentos combates levam à saída de 2 mil estrangeiros que viviam no território, entre eles cerca de 200 cidadãos brasileiros. A continuidade da luta nos meses seguintes obriga a maioria dos 300 mil habitantes da capital a fugir para o interior, muitos tentando alcançar a fronteira com o Senegal. Para a solução da crise de 1998 foi bastante relevante o trabalho de bons ofícios da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), no qual o Brasil teve ativa participação, e que permitiu o estabelecimento do primeiro cessar-fogo entre o Governo e os rebeldes, que deu início às negociações de paz.

Não obstante, em fevereiro de 1999 reiniciaram-se os conflitos, com nova rebelião militar liderada por Mané. Um contingente de tropas pan-africanas foi enviado pela CEDEAO como força de interposição,

mas, em maio, um novo e definitivo golpe terminou por derrubar Vieira. A Junta Militar, liderada por Mané, negociou, sob mediação portuguesa, um plano que permitiu uma transição pacífica até a realização de eleições legislativas e presidenciais, celebradas em novembro daquele ano e janeiro de 2000. Foi eleito Presidente da República Kumba Ialá, líder do Partido da Renovação Social (PRS), também vitorioso nas eleições legislativas. O PAIGC, no poder desde a independência, ficou apenas em terceiro lugar, com o segundo lugar para o partido Resistência da Guiné-Bissau - RGB/ Movimento Bafatá.

Recentemente, por dificuldades de coabitação entre os partidos da base aliada ao Governo, assistiu-se à troca de dois Gabinetes ministeriais, com a posse de Faustino Imbali no cargo de Primeiro-Ministro, em março de 2001, em substituição ao Dr. Caetano N'Tchama, que assumira em fevereiro de 2000.

Relatório apresentado em junho de 2001 ao Grupo de Amigos da Guiné Bissau nas Nações Unidas (do qual o Brasil faz parte), o Secretário Geral da ONU fazia uma avaliação positiva da evolução da situação política e da crise institucional naquele país, embora alertasse para a dependência da ajuda econômica internacional para que se logrem avanços nas áreas de desenvolvimento.

Entretanto, setores da sociedade civil e da oposição guineense vêm mais recentemente denunciando o comportamento errático e impulsivo do Presidente Kumba Ialá, que foi, todavia, eleito com ampla maioria de votos. Há alegações de que o Presidente interfere com frequência nas esferas de competência do Primeiro-Ministro e dos poderes legislativo e judiciário e que tem praticado ações de constitucionalidade e legalidade duvidosa, como a exoneração do Procurador-Geral da República, substituído por homem de sua confiança .

Observa-se, de fato, alguma instabilidade decorrente também de manifestações de militares insatisfeitos com suas atuais condições. Em novembro de 2000, o General Ansumane Mané protagonizou episódio dramático em que, ao contestar as promoções de oficiais das Forças Armadas, precipitou ameaça de golpe e conflito militar, e foi morto, em

combate, por tropas legalistas. A desmobilização do excesso de efetivos das forças armadas e milícias auxiliares, assim como o trabalho de desminagem de extensas áreas, seqüelas da guerra civil, são tarefas para as quais o estado encontra dificuldades técnica e financeira.

A luta contra o subdesenvolvimento é, sem dúvida, o grande desafio aos governantes da Guiné Bissau. Estima-se que a quase totalidade dos investimentos públicos depende da ajuda econômica estrangeira e verifica-se a reduzida experiência administrativa e heterogeneidade na formação dos quadros do governo. São, assim, enormes as dificuldades que o país, duramente prejudicado pela guerra civil de 1998-99, terá ainda de enfrentar.

ECONOMIA

A Guiné-Bissau possui um litoral de mangues repleto de pequenas ilhas que formam, no litoral da área continental, o arquipélago dos Bijagós, com rico potencial pesqueiro. Os ecossistemas nativos vêm sendo, todavia, rapidamente destruídos pela prática da agricultura – o setor mais dinâmico da economia e que emprega mais de 80% da força de trabalho. Grande parte da produção volta-se para a subsistência. Ainda assim, a Guiné Bissau é um dos poucos países da África em condições de exportar alimentos, como castanha de caju, peixes e algodão. As plantações de caju vêm crescendo muito nos últimos anos, e o país é hoje o sexto maior produtor mundial.

Os conflitos de 1998 destruíram grande parte da infraestrutura do país e levaram a uma queda de 28% do PIB naquele ano, perda apenas parcialmente recuperada nos anos seguintes. Antes da guerra, reformas no comércio e a liberalização dos preços foram implementadas no âmbito de um programa de reajuste estrutural do FMI. O país já recebeu, no âmbito da Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados (*Heavily Indebted Poor Countries – HIPC Initiative*) do FMI e do Banco Mundial, uma redução de US\$ 800 milhões em sua dívida externa.

A Guiné-Bissau faz parte da Zona do Franco e a conversibilidade com a moeda européia acaba por garantir aos guineenses melhores

condições de vida e acesso a mercadorias estrangeiras, se comparados, por exemplo, aos cidadãos dos países que estão fora da Zona, como Angola, por exemplo. Reservas de petróleo inexploradas na plataforma marítima poderão trazer, no futuro, os recursos de que o país necessita.

POLÍTICA EXTERNA

A ação externa do país está voltada essencialmente para os objetivos básicos de maximizar e diversificar a ajuda externa – de que é extremamente dependente – e de fortalecer a integração regional. Desses dois objetivos básicos decorre o interesse no fortalecimento do sistema das Nações Unidas e da União Africana (UA), bem como, num plano mais restrito, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Seu mais importante parceiro é a União Européia (UE), não somente pela cooperação econômica e técnica diretamente prestada, como também pelo apoio na concessão de empréstimos, financiamentos e doações dos organismos econômicos multilaterais (Banco Mundial, FMI, Banco Africano de Desenvolvimento, etc.).

O país faz parte da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), que congrega também o Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo, e tem interesse no estabelecimento de uma zona de livre comércio com seus parceiros da CEDEAO ou, pelo menos, numa associação mais restrita desse gênero com o Senegal, a Gâmbia e a Guiné-Conacri.

As relações com o países limítrofes (Senegal e Guiné-Conacri), apesar de formalmente normalizadas, ainda sentem as conseqüências negativas do apoio prestado por esses dois países ao ex-Presidente “Nino” Vieira, durante a recente guerra civil. Com o Senegal, as relações melhoraram após a eleição, em 2000, do Presidente Abdoulaye Wade. Os Governos dos dois países estão interessados na pacificação da região senegalesa da Casamança e têm procurado reforçar os mecanismos de entendimento sobre a questão, em parceria com a Gâmbia, sendo amistoso e cordial o relacionamento entre a Guiné-Bissau e este país.

RELAÇÕES COM O BRASIL

São amistosas e crescentemente cooperativas, as relações do Brasil com a Guiné-Bissau, país ao qual o Brasil presta cooperação nas áreas educacional, técnica e cultural.

Em setembro de 1999, o então Primeiro-Ministro, Francisco Fadul, realizou visita de trabalho ao Brasil. Foi recebido em audiência pelo Presidente da República e manteve reuniões de trabalho com o Vice-Presidente da República e outras altas autoridades brasileiras. Na ocasião, agradeceu a interveniência do Grupo de Contato da CPLP, que contou com participação importante do Brasil, por ocasião da guerra civil de 1998, o que teria ajudado a evitar a divisão territorial da Guiné Bissau.

Em fevereiro de 2000, esteve em Bissau, como representante do Presidente da República às cerimônias da posse do Presidente Koumba Yalá, o então Secretário de Estado dos Direitos Humanos e ex-Ministro da Justiça, Dr. José Gregori. Desde então, outras visitas de autoridades guineenses ao Brasil, entre as quais a do o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do Presidente do Superior Tribunal Militar, do Ministro da Administração Interna, o Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações e o Presidente da Câmara Municipal de Bissau, têm dado maior dinamismo às relações bilaterais. Autoridades brasileiras do Setor Judiciário e dos Tribunais Eleitorais também têm visitado a Guiné Bissau e prestado o apoio possível aos programas guineenses de fortalecimento do judiciário e de fortalecimento da justiça eleitoral.

O Governo brasileiro, ciente da necessidade de apoiar os esforços de democratização e estabilização do país, aprovou, em 2001, o estabelecimento de parceria especial com a Guiné-Bissau, buscando priorizar programas de cooperação com o país, sobretudo na área de agricultura. Nesse sentido foi realizada, em novembro de 2001, missão da Agência Brasileira de Cooperação a Bissau. Está sendo estudada, ademais, a possibilidade de adoção de mecanismos de redução da dívida externa bissau-guineense com o Brasil, que em 2000 chegava a cerca de US\$ 6,3 milhões. As perspectivas são

de crescimento, para os próximos anos, da cooperação Brasil – Guiné Bissau.

Balança Comercial Bilateral

Intercâmbio Comercial (US\$ mil)	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Exportações Brasileiras	197,00	563.00	366.00	118.00	177.00	125
Importações Brasileiras	-	-	-	-	-	-
Saldo	+ 197,00	+ 563.00	+ 366.00	+118.00	+177.00	+125
Total do Comércio	197,00	563.00	366.00	118.00	177.00	125

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE

INFORMAÇÕES

Informações Gerais

Guiné-Bissau (em português) - <http://eden.dei.uc.pt/~infopor/guine/guine.html>

Mbendi – Information for Africa - <http://www.mbendi.co.za/land/af/gb/p0005.htm>

Compilações de links (sites em português, inglês e francês):

Universidade da Pensilvânia - http://www.sas.upenn.edu/African_Studies/Country_Specific/G_Bissau.html

Karen Fung - <http://www.sul.stanford.edu/depts/ssrg/africa/guin-bis.html>

Portugalnet - <http://www.portugalnet.pt/encontro/guine/guine.html>

Governments on the WWW - <http://www.gksoft.com/govt/en/gw.html>

Economia e investimentos

Ministério da Economia e Finanças - <http://www.gambianews.com/guinebissau.htm>

ICEP – Portugal - www.icep.pt/mercados/fichas/guine_bissau.pdf

CEDEAO - <http://www.ecowas.int/>

O conflito na Guiné-Bissau

Informações e artigos - <http://www.geocities.com/CapitolHill/Senate/8463/>

Texto dos Acordos de Paz de 1998 - http://www.usip.org/library/pa/index/pa_guinea_bissau.html

MOÇAMBIQUE

DADOS GERAIS

Nome Oficial	República de Moçambique
População (em milhões)	15,7 (Censo 1997) / 17,2 (est. 2000)
Área	799.380 km ²
Capital	Maputo
Data Nacional	25 de junho
Sistema Político	República parlamentarista com Chefe de Estado forte
Chefe de Estado	Joaquim Alberto Chissano
Chefe de Governo	Pascoal Manuel Mocumbi
Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação	Leonardo Roberto Simão
Língua	Português (oficial), e 13 línguas principais (Emakhuwa, Xitsonga, Ciyao, Cisena, Cishona, Echuwabo, Cinyanja, Xironga, Shimaconde, Cinyungue, Cicopi, Bitonga, Kiswahili)
Religião	50% - Catolicismo; 30% - Religiões tradicionais africanas; 20% - Islamismo

Índice de Desenvolvimento Humano	0,341 (168º lugar – ano 2000)
Crescimento do PIB	9,9% (98) / 10,0% (99) / 3,8% (00) / 7,5% (est. 01)
PIB (US\$ bilhões)	4,16 (1999), 4,84 (est. 2000)
PIB per capita	US\$ 236,9 (1998)
Moeda	Metical (MT)

Localização: A República de Moçambique está situada na costa oriental da África austral, entre a Tanzânia e a África do Sul. Possui 2470 Km de costa e numerosos portos naturais ao longo do Canal de Moçambique, braço do Oceano Índico que separa o país da ilha de Madagascar. Cerca de 40% do território é formado por planícies costeiras, que se elevam suavemente, em planaltos, em direção ao interior; os solos são férteis e os recursos naturais, abundantes. Sua localização afigura Moçambique como importante porta de entrada e de escoamento da produção de países da região, alguns dos quais não possuem saída para o mar (Zimbábue, Zâmbia, Maláui, Suazilândia, Botsuana). O clima predominante é o tropical de savana, semelhante ao do cerrado brasileiro, com uma estação seca e outra chuvosa. O país está sujeito a secas prolongadas, enchentes e ciclones.

HISTÓRIA E POLÍTICA RECENTE

Pouco se sabe da história remota de Moçambique, mas presume-se que humanos habitem a região há pelo menos 100.000 anos. Na Idade Média, grupos Bantos estabeleceram-se na área; e diversas cidades floresceram ao longo da costa de Moçambique, onde os Bantos negociavam com outras partes de África, do Oriente Médio e da Índia. A influência árabe nestes portos era forte e o suahili era a língua franca do comércio. Sofala (a Beira atual) era o principal posto de exportação do ouro do grande reino dos Shona, no Zimbábue.

Exploradores portugueses passaram por Moçambique no final do século XV (Covilhã – 1490, Vasco da Gama – 1498), abrindo caminho à dominação portuguesa. Os portugueses expulsaram os árabes da costa, mas mostraram pouco interesse em ocupar o interior, concentrando-se no controle do lucrativo comércio de ouro, marfim e escravos. No século XVII, quando Moçambique foi oficialmente declarado uma colônia, o comércio português de escravos destruiu o Império Monomotapa, o mais poderoso estado Banto da região.

Em 1752, os portugueses passaram o controle da colônia a um administrador autônomo. Iniciou-se um plano de colonização, através de concessões de terra, que fracassou em obter a efetiva ocupação do território por europeus. Com as explorações de Serpa Pinto (1878-1879), os portugueses tentaram unir Angola e Moçambique em um império único transafricano, mas enfrentaram forte oposição britânica. As atuais fronteiras de ambos os países foram estabelecidas em fins do século XIX.

O governo português no século XX foi autocrático, em especial durante a ditadura de António Salazar (1932-1968). Salazar introduziu, em Moçambique, a agricultura mercantil e obrigou todos os homens acima de 15 anos a trabalhar nas plantações públicas ou de propriedade dos grandes colonialistas durante metade do ano. O crescimento das grandes *plantations* foi acompanhado da redução drástica da produção de alimentos de subsistência, o que conduziu a uma situação de fome nos anos de 1940 e 1950. Por volta de 1960, mais de 800 mil pessoas eram submetidas ao regime de trabalho forçado em obras públicas e nas plantações de algodão.

Em 1962, **Eduardo Mondlane** criou, em Dar-es-Salam (capital da Tanzânia), a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), que iniciou a luta armada em setembro de 1964 a partir da província de Cabo Delgado, no extremo norte do país. A reação portuguesa foi severa, mas já em 1965 a Frelimo controlava um quinto do país, obrigando Portugal a enviar forças militares.

Em fevereiro de 1969, Eduardo Mondlane foi assassinado na Tanzânia e em 1970 **Samora Machel** é nomeado líder da Frelimo. Machel rejeitou, naquele ano, a autonomia proposta por Portugal. Após a Revolução dos Cravos (abril/1974), em Portugal, os rebeldes moçambicanos se recusaram a depor armas. A pressão militar da Frelimo cresceu e, em setembro de 1974, autoridades portuguesas e a Frelimo assinaram em Lusaka (Zâmbia) um acordo estabelecendo um governo de transição, e a independência foi finalmente proclamada em 25 de junho de 1975.

A Frelimo, sob o comando de Samora Machel, promoveu o estabelecimento de um Estado de orientação marxista, que nacionalizou a indústria e coletivizou a agricultura. O êxodo da maioria dos brancos, que formavam a classe técnica e profissionalmente qualificada, debilitou ainda mais a economia nacional, já abalada pelas guerras de libertação, e que viria a sofrer ainda por muitos anos subsequentes os efeitos de um das mais cruéis guerras civis do continente africano.

Moçambique auxiliava as guerrilhas na antiga Rodésia (atual Zimbábue), bem como o Congresso Nacional Africano (ANC), que combatia o regime do *apartheid* na vizinha África do Sul. Em 1979, o regime branco da Rodésia ajudou a criar uma rebelião armada anticomunista, a Resistência Nacional de Moçambique (Renamo), também apoiada pela África do Sul apartaísta.

Apesar da maciça campanha politico-ideológica e militar protagonizada pela Frelimo, a guerrilha da Renamo se alastrou pelo país, desarticulando a base econômica agrícola e sufocando os centros urbanos. A Renamo pretendia provocar a queda do governo da Frelimo pela desestabilização social e destruição da infraestrutura de Moçambique. A seca e a fome de 1983 aguçaram o desespero da nação. Em 1984,

Moçambique assinou um acordo de não-agressão com a África do Sul, que se comprometeu a suspender o apoio logístico aos rebeldes da Renamo – o que, entretanto, nunca chegou a fazer.

Em 1986, Samora Machel morre num acidente aéreo, posteriormente confirmado como ato de sabotagem orquestrado pelo regime aparteidista sul-africano, e é sucedido por **Joaquim Chissano**, até então Ministro das Relações Exteriores. Mantendo relações privilegiadas com o bloco socialista, principalmente com a antiga URSS, Moçambique iniciou, no entanto, uma aproximação com os países ocidentais, que passaram a prestar-lhe apoio militar. A Frelimo abandonou pouco a pouco a rigidez ideológica e a liberalização econômica se acelerou com o desmantelamento do Leste Europeu. No congresso de julho de 1989, a Frelimo renunciou ao marxismo-leninismo. Uma nova constituição foi adotada em 1990 e o multipartidarismo foi instituído.

Em 1990, após um saldo estimado de 900 mil mortos e 1,3 milhão de refugiados, a Frelimo e a Renamo assinaram um cessar-fogo parcial em Roma e, em outubro de 1992, um acordo de paz. Com a assinatura dos Acordos de Roma, tropas das Nações Unidas foram enviadas ao país, com a missão de fiscalizar o cumprimento do cessar-fogo e do processo de desmilitarização, e supervisionar a realização de eleições democráticas.

Adiadas em função de desentendimentos entre as partes beligerantes, as eleições finalmente ocorreram em 1994. A Frelimo foi vitoriosa e o Presidente Joaquim Chissano foi reconduzido, desta vez pela via democrática, ao cargo que ocupava desde 1986. Apesar da derrota eleitoral, a Renamo, que abandonou as armas após os Acordos de Roma, é hoje o principal partido de oposição. Em dezembro de 1999, foram realizadas novas eleições: apesar da considerável votação recebida pela Renamo, a Frelimo saiu-se duplamente vitoriosa, alargando sua maioria parlamentar e reelegendo Joaquim Chissano com 53,3% dos votos válidos, contra 47,7% de **Afonso Dhlakama**, líder da RENAMO.

Em abril último, durante o VII Congresso da FRELIMO, o Presidente Joaquim Chissano anunciou que não pretende se apresentar como candidato às eleições presidenciais de 2004.

ECONOMIA

As décadas de luta contra o colonizador e, em seguida, a longa guerra civil, fizeram de Moçambique, nos anos 80, um dos países mais pobres do mundo, com renda anual per capita de pouco mais de US\$ 100. A pacificação e as políticas de saneamento econômico trouxeram, porém, estabilidade e prosperidade ao país.

Em 1994 Moçambique aderiu a um programa de liberalização que levou à privatização mais de 1300 empresas, encerrando o período de planificação econômica. A partir de 1996, a inflação foi controlada e as taxas de câmbio estabilizadas, e o país passa também por um processo de reforma fiscal.

Embora partindo de uma base reduzida, Moçambique alcançou, na última década, altas taxas de crescimento anual do PIB. Apesar disso, o país ainda depende de ajuda internacional para equilibrar o orçamento e pagar a balança comercial, na qual as importações superam ainda em muito o valor das exportações.

A agricultura responde por 26% do PIB, emprega 83% da força de trabalho e é responsável por 80% das exportações. O setor, entretanto, é fortemente dependente de variações climáticas. Os principais produtos são camarões (40% do total das exportações), algodão, castanha de caju, açúcar e côco. Há ainda consideráveis reservas de petróleo (ainda inexploradas), gás natural e recursos hidrelétricos, fazendo com que haja hoje, em Moçambique, mais projetos de exploração de energia do que em qualquer outro país da África oriental. A Hidrelétrica de Cabora Bassa, em Moçambique, é uma das principais fontes da energia utilizada pelos sul-africanos, por exemplo.

A atração de investimentos estrangeiros revela-se a prioridade econômica do atual Governo, preocupado com o aumento da tensão social causada pelo alto índice de desemprego, bem como com a tendência de decréscimo do aporte da ajuda internacional. O programa de Governo concentra-se na erradicação da pobreza, que atinge, em diferentes níveis, 70% da população do país.

As principais dificuldades do setor econômico estão relacionadas aos problemas de infra-estrutura. O Governo atribui, de maneira geral, prioridade à recuperação das estradas e das pontes, bem como à melhoria da rede de distribuição de energia elétrica e de telecomunicações.

O principal foco atual de investimento é o Corredor de Desenvolvimento de Maputo, o eixo de transporte entre a Província de Gauteng – principal centro industrial da África do Sul – e Maputo. Os respectivos Governos estão trabalhando em conjunto para atrair investimentos para o Corredor como parte de um programa maior de desenvolvimento. Em setembro de 2000, Moçambique e Maláui lançaram o projeto do Corredor de Desenvolvimento de Nacala, que busca incentivar o crescimento econômico nas áreas próximas à estrada de ferro que liga os dois países, inclusive no norte moçambicano, relativamente mais pobre e isolado. Da mesma forma, o Corredor de Desenvolvimento de Beira liga a região central de Moçambique ao Zimbábue (Maputo, Beira e Nacala são os três principais portos do país).

Embora a pobreza ainda seja um dado sócio-econômico marcante, a confiança dos investidores internacionais em Moçambique continua alta, e as perspectivas são de continuado crescimento econômico e desenvolvimento.

POLÍTICA EXTERNA

Os êxitos em seu processo de reconciliação interna, a estabilidade política e bons resultados na área econômica têm facultado a Moçambique maior projeção internacional, particularmente no contexto regional e no entorno. O Presidente Chissano tem exercido papel importante nos esforços para a promoção da estabilidade e cooperação na região, ocupando atualmente a Presidência do Órgão de Defesa e Segurança da SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral).

Nos anos que se seguiram à independência, Moçambique, como boa parte das novas nações africanas, optou por relações privilegiadas com os países comunistas. O fim da guerra civil e a alteração do quadro regional, com a assunção de Governos majoritários no Zimbábue, ainda nos anos 80, e na África do Sul, em 1994, e também o fim da Guerra Fria,

com a superação do conflito ideológico que marcou toda a região austral da África, permitiram que o país redesenhasse os contornos de sua política externa. A partir dos anos 80, as ligações com o bloco soviético foram gradualmente substituídas por uma aproximação ao Ocidente e pelo redirecionamento de seu comércio para países como a África do Sul, Portugal e Reino Unido. O país tem também construído um patrimônio de boas relações com os EUA, Japão e União Européia.

A volumosa dívida externa ocupa lugar de destaque na pauta da política exterior moçambicana. Como parte do esforço para reduzir a faixa de pobreza absoluta em que se encontra a maioria da população do país, o Governo considera imprescindível o perdão da dívida externa, cujos maiores credores são o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Em 1999, a dívida moçambicana foi diminuída em quase dois terços, havendo passado de US\$ 2,7 bilhões a cerca de US\$ 1 bilhão, sob a Iniciativa HIPC (*Heavily Indebted Poor Countries*). Em setembro de 1999, no âmbito da revisão da Iniciativa, Moçambique recebeu novo corte na dívida, no valor de US\$254 milhões. Tais cortes diminuíram substancialmente o peso dos serviços da dívida sobre o orçamento moçambicano, aumentando a viabilidade e sustentabilidade do desenvolvimento do país.

Igualmente prioritário na agenda moçambicana é o relacionamento com a África do Sul, maior investidor no país, e com os demais membros da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (*Southern African Development Community* – SADC), bem como com Portugal e os chamados países doadores. Este último grupo é particularmente importante para um país que tem mais de 60% de seu orçamento financiado por subsídios externos.

Moçambique é também membro da Organização da Conferência Islâmica (OIC), do Movimento Não-Alinhado, da Associação para Cooperação Regional da Bacia do Índico (IOR-ARC), além de ter ainda destacada atuação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, cujo órgão máximo, a Conferência de Chefes de Estado e de Governo, está sob a presidência de Joaquim Chissano no biênio 2000-2002.

A diplomacia moçambicana vê com otimismo a recém-criada União Africana (UA), que acredita estar, ao contrário da Organização da União Africana (OUA), melhor adequada para tratar das prementes questões econômicas e de cooperação que interessam ao continente.

Em novembro de 1995, Moçambique tornou-se o 53º membro da Commonwealth britânica, o primeiro a não ter sido parte do Império Britânico. Tal adesão, natural para um país cercado por vizinhos anglófonos, não tem, entretanto, alterado a crescente disseminação do uso da língua portuguesa no país.

RELAÇÕES COM O BRASIL

Há muito bom entendimento político entre Brasil e Moçambique, e grande potencial para o desenvolvimento das relações políticas e econômicas. Moçambique abriu, em janeiro de 1998, sua Embaixada em Brasília.

Em julho de 2000, o Presidente Fernando Henrique Cardoso realizou visita oficial a Maputo, onde participou, ademais, da III Reunião de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. Na ocasião, o Presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou, em Maputo, o perdão de 95% da dívida de Moçambique para com o Brasil (que montava a cerca de US\$450 milhões), gesto destacado pelo Presidente Joaquim Chissano como exemplo concreto e tangível do espírito de solidariedade no âmbito da CPLP.

Em 2001, o Presidente Joaquim Chissano realizou duas visitas de caráter privado ao Brasil e uma de caráter oficial, devendo participar, em julho de 2002, em Brasília, da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

A visita oficial do Presidente Chissano ao Brasil ensejou a abertura de novas perspectivas de cooperação. Antes e depois da visita oficial, realizaram-se inúmeras missões bilaterais, inclusive de nível ministerial, para negociar ações e projetos conjuntos. Durante a visita, foram assinados oito documentos, entre protocolos e memorandos de cooperação, em diversas áreas, particularmente educação e saúde. Em decorrência desses

acordos, estão em fase de implantação, em Moçambique, os projetos Alfabetização Solidária e Bolsa Escola, entre outros. Moçambique também está se beneficiando, como projeto piloto, de um programa de cooperação científica e tecnológica brasileiro que prevê a instalação naquele país, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil, em parceria com a UNESCO, de aparelhos de captação de informações meteorológicas para análise tratamento por satélites brasileiros.

O Brasil mantém com Moçambique e demais países de língua portuguesa na África programas de cooperação de natureza bilateral e multilateral, estes últimos concebidos para serem desenvolvidos no âmbito da CPLP. Dentre esses, destacam-se os programas de formação de estudantes moçambicanos em universidades brasileiras (Programa Estudante Convênio - PEC), de apoio institucional nas áreas de administração pública e saúde, particularmente DST e AIDS e, também, de desenvolvimento agrícola, entre outros. Está prevista a instalação, em Moçambique, de um Centro de Excelência da Administração Pública da CPLP, concebido a partir da experiência da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e outras instituições brasileiras.

Na capital moçambicana, é também importante a atividade cultural conduzida pelo Centro de Estudos Brasileiros (CEB), inaugurado em 1989, que conta com expressiva biblioteca e salas de exposição freqüentemente utilizadas por artistas moçambicanos de renome.

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL

Intercâmbio Comercial (US\$ mil)	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Exportações Brasileiras	4.911	14.663	5.536	2.705	2.307	3.424
Importações Brasileiras	-	-	1.424	-	821	3.034
Saldo	+ 4.911	+ 14.663	+ 4.112	+ 2.705	+ 1.486	+ 390
Total do Comércio	4.911	14.663	6.960	2.705	3.128	6.458

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE

INFORMAÇÕES

Governo

Página oficial - <http://www.mozambique.mz/>

Instituto Nacional de Estatísticas - <http://www.ine.gov.mz>

Turismo

Turismo em Moçambique - <http://www.geocities.com/thetropics/2086/inicial.html>

Revista Time Out - <http://www.timeout.co.mz/introduc.htm>

Banco de Moçambique - <http://www.bancomoc.mz/>

Universidade Eduardo Mondlane

www.uem.mz

Notícias e Publicações on-line

Fim de Semana (jornal semanal) - <http://www.fimde semana.co.mz/>

Revista Agora – Economia, Política e Sociedade- <http://www.agora.co.mz/>

Listas de links

Projeto *Open Directory*

<http://dmoz.org/World/Portugu%EAs/Regional/Mo%E7ambique/>

Universidade da Pensilvânia – Centro de Estudos Africanos http://www.sas.upenn.edu/African_Studies/Country_Specific/Mozambique.html

PORTUGAL

AVALIAÇÃO GERAL DO RELACIONAMENTO

Com base na extraordinária intensificação do diálogo político e do intercâmbio econômico a partir de 1995, as relações entre Brasil e Portugal vivem um dos momentos mais positivos de sua história. O relacionamento bilateral caracteriza-se hoje por uma agenda densa, diversificada e moderna, que vai muito além de seus fundamentos tradicionais, como a amizade e os vínculos históricos, étnicos, culturais e lingüísticos.

Nessa nova agenda, encontram-se temas políticos (realização periódica das Cimeiras, coordenação em temas internacionais de interesse comum, assinatura do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta), econômicos (aumento expressivo dos investimentos portugueses no País e desenvolvimento de importantes projetos conjuntos em áreas como telecomunicações, concessões de rodovias e implantação de *shopping centers* e hipermercados), regionais (negociações Mercosul-União Européia) e culturais (forte participação do Governo português nas comemorações do V Centenário, estratégias comuns de difusão da língua portuguesa). Deve ser ressaltada, ainda, a natureza especial do projeto em implantação de consolidação da CPLP, operação diplomática com objetivos de longo prazo que vem sendo conduzida pelos dois países.

A profunda transformação do relacionamento decorre, pelo lado português, da consciência da importância estratégica crescente que representa o estabelecimento de uma forte e sólida parceria com o Brasil. Essa dimensão constitui elemento dinamizador da vertente “transatlântica” da política externa portuguesa, que define a relação com o Brasil como prioridade política e econômica. Nesse sentido, o Brasil constitui destino preferencial da maior parte dos investimentos portugueses no exterior, com potencial projeção sobre o espaço econômico do Mercosul, onde a presença ibérica tem se tornado cada vez mais intensa.

DIÁLOGO POLÍTICO

A realização anual das Cimeiras Bilaterais demonstra o nível excelente do diálogo entre Brasil e Portugal. Portugal é o único país europeu com o qual mantemos mecanismo institucional regular em nível de Chefes de Governo.

A qualidade desse relacionamento fica igualmente evidenciada no intercâmbio de visitas de alto nível. Desde 1995, o Presidente da República realizou três visitas a Portugal, a última em março do ano passado, por ocasião das celebrações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil. Em 1996, veio ao Brasil em visita oficial o Primeiro-Ministro António Guterres, que retornou em 1997 e 2001 para a III e V Cimeiras. O Presidente Jorge Sampaio, por sua vez, realizou visitas de Estado ao Brasil em setembro de 1997 (participação nas comemorações da Independência) e em abril de 2000 (comemorações do V Centenário do Descobrimento), além de visita não-oficial de dois dias a São Paulo, em novembro passado.

No que se refere às duas Chancelarias, os contatos diretos entre os Ministros das Relações Exteriores vêm mantendo frequência anual. Em fevereiro último, o Ministro Jaime Gama tornou-se o primeiro Chanceler não-latino-americano a encontrar-se com o Ministro Celso Lafer e o segundo a visitar Brasília após sua posse. A visita do Ministro português teve sua retribuição em julho, ocasião em que o Ministro Celso Lafer, além de seus contatos institucionais com o Governo português, foi homenageado em Lisboa pela Câmara de Comércio Luso-Brasileira com o Prêmio Personalidade do Ano, ao lado do Presidente da Portugal Telecom, Francisco Murteira Nabo. No ano passado, receberam o prêmio David Zylberzstajn, Presidente da Agência Nacional do Petróleo, e o Ministro das Finanças de Portugal, Joaquim de Pina Moura.

Registre-se, igualmente, o mecanismo de reuniões de consultas políticas mantido entre o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty e seu contraparte português, ocasião em que os principais temas do relacionamento são tratados de maneira executiva e realista, como foi o exemplo da coordenação entre as posições de Brasil e Portugal durante o processo de independência do Timor Leste. Desde 1996, já foram realizadas

quatro reuniões, a última das quais em 5 de fevereiro de 2001. O Secretário-Geral do MNE, Embaixador João Salgueiro, em visita a Brasília em março último, propôs a criação de mecanismo regular de contatos com seu contraparte brasileiro, sem prejuízo dos encontros de consultas políticas em nível de Subsecretários.

Esse grau elevado de convergência entre os dois países encontra terreno fértil nos esforços tendentes à promoção da língua portuguesa e ao incremento da cooperação em variados domínios com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs), consubstanciado, em particular, na criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

CIMEIRAS BILATERAIS

Histórico

Os encontros de cúpula entre os Chefes de Governo do Brasil e Portugal —as Cimeiras Bilaterais— foram instituídos pelo Tratado de Amizade e Consulta de 1953, e redefinidos pelo Acordo-Quadro de Cooperação de 1991. O principal objetivo das Cimeiras é o de promover o diálogo fluido e aberto entre os dois Governos sobre temas de interesse mútuo, constituindo, assim, valioso instrumento que permite aos Chefes de ambos os Governos procederem a uma avaliação do estado das relações bilaterais e tomarem decisões sobre questões de importância para o desenvolvimento das mesmas. Portugal é o único país europeu com o qual mantemos mecanismo regular de encontros de Chefes de Governo.

A I Cimeira Bilateral teve lugar em Brasília, em maio de 1991, por ocasião da visita oficial do então Primeiro-Ministro Cavaco Silva ao Brasil. Revelou-se instrumento de grande utilidade para a intensificação do diálogo político e para a identificação de áreas para a cooperação bilateral.

A II Cimeira Luso-Brasileira foi realizada em Lisboa, em julho de 1995, por ocasião da Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Naquela oportunidade, foram assinados importantes instrumentos bilaterais, como o Memorando de Entendimentos sobre Consultas nos Planos Político, Económico e Cultural; o Acordo de Cooperação Consular para Proteção e Assistência Consular aos seus Nacionais em Países Terceiros; e o Memorando de Entendimento na área de Telecomunicações entre o Ministério das Comunicações e o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

A III Cimeira realizou-se em Brasília, em 23 de julho de 1997, por ocasião da visita do Primeiro-Ministro Guterres. A delegação portuguesa incluiu os Ministros Jaime Gama (Negócios Estrangeiros); Alberto Costa (Administração Interna); João Cravinho (Equipamento, Planeamento e Administração do Território); Augusto Mateus (Economia); Eduardo Marçal Grilo (Educação); Manuel Carrilho (Cultura); Jorge Sacadura Cabral (Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro), além de três Secretários de Estado e altas autoridades de diversos setores da Administração pública, que mantiveram reuniões de trabalho específicas com seus homólogos brasileiros.

A IV Cimeira Luso-Brasileira teve lugar em Lisboa, em 16 e 17 de abril de 1999, por ocasião da Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso. A delegação brasileira incluiu os Ministros das Relações Exteriores, das Comunicações e da Cultura. Na ocasião, foram assinados acordos sobre a cooperação entre a Anatel e o Instituto de Comunicações de Portugal (ICP) e sobre proteção recíproca pelos dois Governos dos interesses de seus nacionais em terceiros países.

V CIMEIRA BILATERAL

O Presidente Fernando Henrique Cardoso e o então Primeiro-Ministro de Portugal, António Guterres, reuniram-se em Brasília, em 4 e 5 de Setembro de 2001, no quadro da V Cimeira Luso-Brasileira, tendo procedido a uma avaliação das relações entre os dois países e a uma análise de temas internacionais de interesse comum.

Paralelamente ao encontro entre o Chefe de Estado do Brasil e o Chefe de Governo português realizaram-se encontros que reuniram, pela parte brasileira, os Ministros de Estado das Relações Exteriores, da Justiça, da Cultura e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e pela parte portuguesa, os Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros, da Justiça, da Economia e da Cultura.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Primeiro-Ministro António Guterres congratularam-se com as Comemorações dos 500 Anos da Descoberta do Brasil no ano passado, celebrações que se revestiram de profundo significado histórico e político, evidenciando a força dos

laços culturais, e confirmando a base sólida de entendimento e amizade que une há cinco séculos o Brasil e Portugal.

Os governantes dos dois países congratularam-se com a entrada em vigor, no dia de hoje, 5 de Setembro de 2001, do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre Portugal e o Brasil. O Tratado, que foi assinado em 22 de Abril de 2000, em Porto Seguro, define em bases atualizadas o enquadramento geral das relações recíprocas entre os dois Estados, bem como o seu posicionamento concertado no plano internacional, tendo em vista, designadamente, os movimentos de integração regional em que Portugal e o Brasil se acham empenhados e a evolução recente de importantes instrumentos jurídicos multilaterais em que ambos os países participam.

Conforme previsto no título VI (artigos 69º a 76º) do Tratado, as duas Partes decidiram indicar os Membros da Comissão Permanente que acompanhará a execução do presente Tratado e que deverá reunir-se em Lisboa até o final do corrente ano. Da Parte Brasileira, foram designados os seguintes Altos Funcionários do Ministério das Relações Exteriores: o Diretor-Geral do Departamento da Europa; o Consultor Jurídico; o Diretor-Geral do Departamento de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior; o Diretor-Geral do Departamento Económico; e o Diretor-Geral do Departamento Cultural.

Da Parte Portuguesa, foram designados os seguintes Altos Funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros: o Diretor-Geral das Relações Bilaterais; o Director-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas; o Presidente do Instituto Camões; o Diretor do Departamento de Assuntos Jurídicos; e o Diretor do Departamento de Assuntos Económicos.

Na análise dos temas da agenda internacional, verificou-se uma convergência de pontos de vista relativamente ao interesse no aprofundamento e no reforço das relações da União Europeia com a América Latina particularmente com a Mercosul. Nesse sentido, espera-se que a II Cimeira UE-América Latina e Caribe, que deverá ter lugar em Madri em maio de 2002, possa prosseguir o aprofundamento do

relacionamento entre as duas regiões, nas suas mais diversas vertentes.

Nesse mesmo espírito reafirmaram o seu empenho quanto à rápida conclusão de um Acordo entre o Mercosul e a União Européia, visando à criação de uma Área de Livre Comércio entre ambas as regiões, que incluía todos os setores das respectivas economias, e propuseram-se conjugar esforços com vista ao bom desenrolar das negociações.

Os dois Governos realçaram a importância da realização das eleições para a Assembleia Constituinte em Timor Leste, que constituiu um marco histórico no seu processo de transição para a independência e a construção de instituições livres e representativas de um Estado democrático.

Foi reconhecido o importante papel desempenhado pela Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste, bem revelador, por um lado, da capacidade de atuação do Representante Especial do Secretário-Geral, Doutor Sérgio Vieira de Mello, e toda a sua equipe, na qual se distinguiram vários timorenses, e por outro, do empenho da comunidade internacional em construir as estruturas políticas, econômicas e sociais do futuro Estado, preparando-o adequadamente para a independência. O Brasil e Portugal reafirmaram o seu empenho em continuar a apoiar a construção de Timor Leste.

Em relação a Angola, as duas delegações reafirmaram seu empenho no apoio da busca de uma solução política para o conflito que se vive naquele país, em cumprimento das disposições do Protocolo de Lusaka e das pertinentes Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de forma a que termine a situação de guerra que tanto sofrimento tem infligido ao povo angolano.

Os Governantes dos dois países congratularam-se com os progressos alcançados na prossecução dos objetivos da CPLP, como refletido no Comunicado Final da recente VI Reunião do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros, que teve lugar em São Tomé e Príncipe. Nesse âmbito sublinharam a vontade de prosseguir a política de promoção e difusão da língua portuguesa através da ação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa. Registaram, igualmente, a importância do debate sobre Cidadania e Circulação de Pessoas, bem

como a realização, no próximo ano, de um Fórum Empresarial da CPLP.

Os Governantes dos dois países congratularam-se ainda com a realização no Brasil, no próximo ano, da IV Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

Por seu lado, no plano bilateral, os Governos do Brasil e de Portugal vêm desenvolvendo esforços regulares tendentes a uma crescente afirmação da Língua Portuguesa. Prevê-se uma futura articulação de ações entre os Centros de Estudos Brasileiros e os Centros Culturais Portugueses; a certificação conjunta do “Português Língua Estrangeira” e a cooperação em organismos e organizações internacionais para a adoção do português como língua oficial de trabalho.

Na área da Justiça procederam à assinatura do Tratado de Transferência de Pessoas Condenadas, e discutiram formas de cooperação no domínio do combate à criminalidade, em particular no tráfico de droga. Analisaram ainda formas comuns de cooperação dos dois países com Timor Leste, no âmbito do desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema judiciário naquele país.

Na área da Economia e do Comércio foram trocadas informações sobre a situação econômica dos dois países e suas perspectivas de desenvolvimento. A parte portuguesa salientou a importância do Brasil como destino privilegiado do investimento direto português.

Foi constatado que o nível das relações comerciais não traduz ainda as respectivas potencialidades econômicas e concluíram pela necessidade de envidar esforços conjuntos no sentido de alterar esta situação, incluindo a eliminação dos obstáculos ainda existentes no fluxo comercial.

Foi ainda salientada a importância do lançamento de um ciclo de negociações abrangentes na IV Conferência Ministerial da Organização Mundial de Comércio, tendo presente a necessidade de promover o desenvolvimento econômico e de regular a globalização.

Os dois Governos decidiram intensificar os contatos técnicos e a permuta de informações em torno das negociações Mercosul-União Européia e da agenda da próxima reunião Ministerial da OMC, quer em

nível das capitais, quer entre as respectivas missões diplomáticas junto à União Européia e a OMC.

Na área da Cultura foram abordados os vários domínios de colaboração entre os dois Países, tanto no plano bilateral, como no âmbito multilateral, designadamente com os demais países lusófonos e com o futuro Estado de Timor Leste. Foi dada especial ênfase à divulgação do Livro e à promoção da Leitura.

Foi manifestado o firme propósito de se intensificar a cooperação cultural, nomeadamente na área da divulgação dos respectivos autores literários, da ampliação dos conteúdos em língua portuguesa, das artes visuais e da produção cinematográfica e audiovisual. Registrou-se o êxito do projeto de microfilmagem de arquivos históricos, que justificou a assinatura de um novo Protocolo que permite a prosseguimento da partilha desta memória comum. A esse respeito, foi discutida a possibilidade de extensão desta iniciativa a outros países de expressão portuguesa que a ela queiram associar-se.

Foi também decidido aumentar o valor pecuniário do Prêmio Camões para 20 milhões de escudos, regozijando-se com a próxima entrada em vigor de novo Protocolo que o rege e que, entre outros aspectos, permitira a participação no júri de personalidades de outros países de expressão portuguesa.

Os dois Governos apoiarão iniciativas conjuntas que visem a desenvolver e a consolidar o conhecimento científico e tecnológico e o avanço da sociedade do conhecimento e da informação, promovendo, nesse contexto, a interação entre as atividades das instituições de pesquisa e desenvolvimento dos dois países e incentivando, entre outras atividades, a execução de projetos cooperativos com vistas à produção de conteúdos em língua portuguesa, à difusão da cultura científica e da educação científica e tecnológica, ao aperfeiçoamento dos processos de gestão pública, bem como fomentando a criação de mecanismos conjuntos de desenvolvimento, consolidação e comercialização de produtos de alta tecnologia.

Foi decidido constituir um Grupo de Contato entre os dois países o qual deverá fomentar as trocas de experiências e o desenvolvimento de

projetos bilaterais nas seguintes áreas: Tratamento informático da língua portuguesa; Conteúdos em português para a Internet; Constituição de Bibliotecas digitais; Computador popular; Governo eletrônico; Formação e educação em informática; Compras públicas eletrônicas; Indústria de software; Interligação das redes acadêmicas e de investigação.

O Presidente da República Federativa do Brasil e o Primeiro Ministro de Portugal, após realçarem uma vez mais a importância das Cimeiras entre os dois países, acordaram em realizar a VI Cimeira Luso-Brasileira em Portugal, em 2002 ou 2003.

TRATADO DE AMIZADE, COOPERAÇÃO E CONSULTA

A celebração do Tratado de Amizade, Cooperação, e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa dá cumprimento à determinação do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Primeiro-Ministro António Guterres —expressa durante a Cimeira Bilateral realizada em Brasília em julho de 1997— de elaborar-se um texto básico, de ordem geral, que regulasse as linhas mestras do relacionamento especial que existe entre Brasil e Portugal, derogando alguns instrumentos já superados pelo tempo e promovendo desejável “aggiornamento” do quadro jurídico-institucional bilateral.

O Tratado, assinado pelos Ministros das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, e dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, em Porto Seguro, no dia 22 de abril de 2000, estabelece as estruturas básicas de consulta entre os Governos do Brasil e de Portugal, encampa o estatuto de igualdade entre os nacionais dos dois países e dispõe sobre as linhas de cooperação nas áreas da cultura, ciência e tecnologia, ensino e pesquisa.

Ao consagrar o reconhecimento de títulos académicos de ensino superior concedidos por estabelecimentos habilitados, o Tratado permite o acesso de brasileiros e portugueses a instituições de ensino superior em seus territórios, criando as condições para o exercício pelos mesmos de profissões em ambos os países, de forma idêntica às prescritas para seus nacionais e para nacionais de países dos processos de integração regional

aos quais pertençam Brasil e Portugal. Dessa forma, a título exemplificativo, os dentistas brasileiros em Portugal terão para o exercício de suas atividades as mesmas condições asseguradas aos dentistas portugueses e aos de nacionais de outros países da União Européia.

O Tratado define também as linhas mestras da cooperação nos planos econômico, financeiro e de investimentos, respondendo às exigências da crescente interação entre os dois países nessas áreas. O número crescente de empresas portuguesas instaladas no Brasil e os maciços investimentos portugueses no País —o quinto maior estoque de investimentos estrangeiros diretos— justificam o tratamento prioritário dado a esse tema no âmbito do Tratado. São igualmente contemplados os campos da propriedade intelectual e concorrência desleal, meio ambiente, seguridade social, saúde pública e da segurança pública, da mesma forma que a proteção consular a nacionais de ambas as partes.

Por fim, o Tratado revoga expressamente diversos instrumentos bilaterais de grande porte, dentre os quais o Tratado de Amizade e Consulta de 1953, o Acordo Cultural de 1966, a Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres de 1971, o Acordo-Quadro de Cooperação de 1991 e número expressivo de acordos regulando a cooperação e as relações bilaterais nas áreas cultural, comercial, consular e outras.

O processo de ratificação do Tratado pela Parte portuguesa consumou-se por decreto presidencial do dia 14 de dezembro de 2000. O Congresso Nacional, por sua vez, aprovou o documento em junho de 2001. Os instrumentos de ratificação do Tratado foram trocados pelos dois Chefes de Governo em ato solene durante a reunião da V Cimeira Bilateral, em 5 de setembro de 2001.

COMISSÃO PERMANENTE

O Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta cria, em seu Título VI (artigos 69 a 76) uma Comissão Permanente bilateral —composta por altos funcionários dos dois Governos— para o acompanhamento de sua execução e para sua interpretação e aplicação.

A Comissão Permanente foi instalada em Lisboa, no dia 12 de março de 2002, tendo como Coordenadores das partes brasileira e portuguesa,

respectivamente, o Embaixador Marcelo Jardim, Diretor-Geral do Departamento da Europa do Ministério das Relações Exteriores, e o Embaixador José Caetano da Costa Pereira, Diretor de Relações Bilaterais do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Integraram a delegação brasileira, ainda, o Embaixador do Brasil em Lisboa, José Gregori, o Consultor Jurídico do Itamaraty, o Diretor-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior e funcionária do Departamento da África e Oriente Próximo.

Foi aprovado, na reunião, o regimento interno da Comissão Permanente, e determinada, consensualmente, a criação das Subcomissões de Assuntos Consulares e de Circulação de Pessoas; Econômica, Financeira e Comercial; Educação, Cultura e Comunicação Social, Ciência e Tecnologia. Foi proposta, igualmente, a criação da Subcomissão de Reconhecimento de Graus Acadêmicos, tendo sido ressaltada a utilidade desse grupo para a solução de questões potencialmente delicadas referentes ao exercício, no Brasil e em Portugal, de atividades por profissionais liberais de ambos os países. A parte portuguesa deverá comunicar formalmente sua anuência a essa proposta, nas próximas semanas.

RECIPROCIDADE DO ESTATUTO DE IGUALDADE EM PORTUGAL

Treze anos depois da aprovação pela constituinte brasileira de direitos especiais para os portugueses, o parlamento português aprovou, em outubro de 2001, uma revisão constitucional que permite aos brasileiros residentes em Portugal chegar a cargos de primeiro escalão no governo, aos tribunais - com exceção da presidência dos tribunais superiores - e serem eleitos deputados, além de votar em todas as eleições portuguesas.

A revisão da Constituição portuguesa tinha inicialmente como objetivo apenas a entrada de Portugal no Tribunal Penal Internacional - até agora só podia haver extradição se o outro país assumisse um compromisso de não condenar à pena de morte ou à prisão perpétua. No entanto, foi incluída a reciprocidade de direitos aos brasileiros.

As únicas duas diferenças em relação à lei brasileira foram a proibição aos brasileiros de seguirem a carreira militar - enquanto no Brasil os portugueses apenas não podem assumir os cargos de chefia das Forças Armadas – e o prazo para obtenção da nacionalidade: um ano de residência legal no Brasil e cinco anos em Portugal. Fora dessas áreas, os únicos cargos que não podem ser ocupados por portugueses no Brasil e brasileiros em Portugal são os de presidente da República, presidente do parlamento e presidentes dos tribunais superiores.

ACORDOS PENDENTES DE RATIFICAÇÃO

Após a recente aprovação, pelo Congresso, do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta e da Convenção de Bitributação, dois atos celebrados entre os dois países aguardam sua ratificação no Brasil: o Acordo de Promoção Recíproca de Investimentos, assinado em Brasília em 1994, e o “Protocolo Modificativo do Protocolo que Institui o Prêmio Camões”, assinado em abril de 1999 pelo Ministro da Cultura, Francisco Weffort, e a então Secretária de Cultura Catarina Vaz Pinto.

O Protocolo institui alterações no critério de outorga do Prêmio Camões a escritores de língua portuguesa. O Acordo de Investimentos, por sua vez, aguarda sua aprovação pelo Congresso juntamente com onze atos desse tipo assinados com outros países. O Governo português tem demonstrado reiterado interesse na ratificação desse acordo, tendo em vista os óbvios benefícios que traria para a normatização do já intenso intercâmbio financeiro e de investimentos entre os dois países.

O Ministro Jaime Gama tem enfatizado que a demora na ratificação do acordo poderá dificultar investimentos de pequenas e médias empresas e vir até mesmo a representar obstáculo às negociações entre o Mercosul e a União Européia.

INTERCÂMBIO ECONÓMICO

Investimentos

O Brasil tornou-se nos últimos anos o destino prioritário e preferencial do movimento de projeção externa de grandes empresas portuguesas. Até 1995 o estoque total de investimentos portugueses no País limitava-se a cerca de US\$ 100 milhões, até 1997 não ultrapassava US\$ 700 milhões e, hoje, estima-se que se aproxime dos US\$ 8 bilhões. Entre 1995 e 2000, portanto, os investimentos portugueses no Brasil registraram um crescimento de cerca de 8.000%.

A expressiva participação de Portugal no processo de privatizações (cerca de US\$ 4,8 bilhões ou 7% do total, atrás apenas da Espanha e Estados Unidos e em contraste com os 0,48% de participação até fins de 1997), acompanhada de investimentos realizados nos setores financeiro e industrial, posicionou o país no quinto lugar entre os maiores investidores externos no Brasil (depois dos Estados Unidos, Espanha, Países Baixos e França e à frente de tradicionais investidores, como Alemanha e Reino Unido) e em primeiro em termos relativos, com um total de investimentos que corresponde a 6,24% do respectivo PIB em 1999, contra 2,82% da Espanha, o segundo classificado de acordo com este critério.

Somente em 1999 e 2000 o Brasil recebeu cerca de US\$ 5 bilhões em investimento direto bruto, vinculados às operações da Portugal Telecom para aquisição do controle da Telesp Celular (cerca de US\$ 3,1 bilhões), participações na Telesp fixa (atual Telefónica) e na Embratel, bem como para a compra de 19,7% da Companhia Riograndense de Telecomunicações. São também dignos de nota, entre outros, os vultosos investimentos realizados naquele ano por empresas como a EDP (eletricidade), a EPAL (águas), o Grupo SONAE e a Caixa Geral de Depósitos.

Além do volume impressionante dos recursos consolidados, considerando-se a pequena dimensão da economia portuguesa, ressalte-se ainda que os investimentos realizados foram incorporadores de

componentes tecnológicos e gerenciais importantes, que muito têm contribuído para consolidar o processo de modernização do tecido industrial, financeiro e de serviços no Brasil. Outro fato marcante, e provavelmente único entre os investidores estrangeiros, é a dimensão da “aposta” feita no Brasil pelas empresas envolvidas. A Portugal Telecom, por exemplo, tem 52% de seus ativos, 64% dos investimentos e 32% de suas receitas no Brasil. A Cimpor tem no País 40% da sua capacidade de produção total, valor inclusive superior à capacidade atual em Portugal. Por outra parte, a EDP tem já quase o mesmo número de clientes no Brasil (4,8 milhões) que em Portugal (5 milhões). A Sonae, no mesmo caminho, antecipa que a importância das suas atividades no Brasil ultrapassará a médio prazo a sua presença em Portugal.

Esta tendência positiva parece manter-se, ao menos parcialmente, durante o ano 2001, apesar do recente aumento dos investimentos portugueses na Espanha. A julgar pelos dados recentes publicados pela Gazeta Mercantil, apenas pequenas e médias empresas já anunciaram, a partir do início do ano passado, investimentos que totalizariam US\$ 1 bilhão, além da aposta favorável dos grandes grupos. No total, estariam previstos US\$ 3 bilhões até 2005, com destaque para a Telecom Portugal, a EDP (US\$ 1,3 bilhões), Cimpor (US\$ 200 milhões), além da operação conjugada de US\$ 500 milhões que os Grupos Pestana, Amorim e Sonae pretendem realizar. O Ministro Pedro Malan esteve em Lisboa em maio de 2001, a convite da Gazeta Mercantil e da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira, ocasião em que pronunciou a mais concorrida palestra (“Momento e Perspectivas Econômicas para o Brasil”), no âmbito do Seminário “Brasil-Portugal – Uma Aliança de Negócios”. O evento, organizado por aquelas instituições, contou com representantes das maiores empresas portuguesas, responsáveis por 90% do PIB do país.

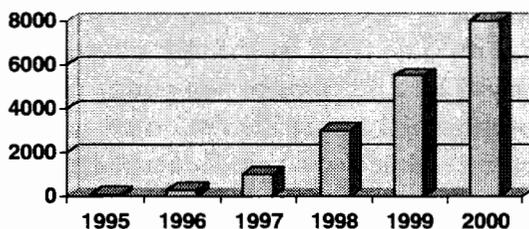
Fluxo anual de investimentos estrangeiros no Brasil

	1995*	1996	1997	1998	1999	2000	
1 EUA	10.852	1.975	4.382	4.692	8.087	5.399	35.387
2 Espanha	251	587	546	5.120	5.702	9.593	21.799
3 Países Baixos	1.534	527	1.488	3.365	2.042	2.228	11.184
4 França	2.031	970	1.235	1.805	1.982	1.910	9.933
5 Portugal	107	203	681	1.775	2.409	2.515	7.690
6 Alemanha	5.828	212	196	413	481	374	7.504
7 Japão	2.658	192	342	278	274	385	4.129
8 Suíça	2.815	109	81	217	404	307	3.933
9 Reino Unido	1.793	91	182	128	1.269	394	3.857
10 Itália	1.258	12	57	646	408	488	2.869
11 Suécia	567	126	269	239	315	628	2.144

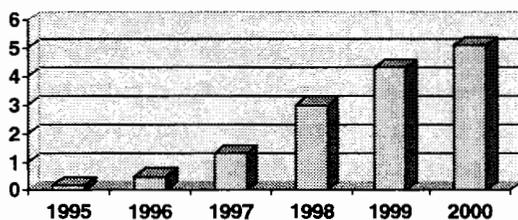
*estoque total até 31/12/95

Fonte: Banco Central

Evolução do estoque total de investimentos portugueses no Brasil (em US\$ milhões)



Evolução da participação portuguesa no estoque total de investimentos estrangeiros no Brasil (em %)



Setor energético

A Eletricidade de Portugal (EDP) tem realizado vultosos empreendimentos no Brasil. Adquiriu a Empresa Bandeirante de Energia por US\$ 1 bilhão, além de manter o controle de mais cinco distribuidoras de energia no País: a ENERSUL (Empresa Energética de Mato Grosso do Sul), CERJ (Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro), ESCELSA (Espírito Santo Centrais Elétricas), COELCE (Companhia de Eletricidade do Ceará) e Lajeado (Tocantins). Ainda nesse setor, o Programa Prioritário de Termoelétricas — lançado no dia 24 de fevereiro de 2000 e que prevê a construção de 49 centrais em todo o Brasil, gerando mais de 15 mil MW de energia até 2003— tem a EDP como um de seus principais investidores.

A Barragem do Lajeado (Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães), a maior obra civil ora em construção no Brasil, constitui a primeira hidrelétrica de grande porte a ser integralmente financiada por capital privado. Em maio de 1996, foi formalizado consórcio integrado pela EDP (que possui 11% de participação) e mais quatro empresas: a CELTINS - Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins; a EEVP - Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.; a CEB - Companhia Energética de Brasília; e a CPEE - Companhia Paulista de Energia Elétrica. A capacidade instalada da usina será de 902,5 MW, o suficiente para abastecer população de 10 milhões de pessoas.

O Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Pedro Parente, em recente visita a Lisboa (13 de fevereiro último), participou de reunião de trabalho organizada pelo Unibanco (Investimentos Internacionais), e que contou com a participação de mais de meia centena de altos representantes de grandes investidoras portuguesas e de outros países. Na ocasião, realizou exposição sobre os problemas que afetaram o setor elétrico brasileiro nos últimos meses e, sobretudo, sobre as bem sucedidas medidas tomadas pelo Governo Federal, que levaram à superação, antes do prazo previsto, das contingências desfavoráveis para o suprimento de energia elétrica ao País.

Na qualidade de Presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, o Ministro Pedro Parente encontrou-se com o Presidente e toda a alta diretoria da EDP, tendo ouvido a posição da empresa a respeito dos investimentos que já realizou e dos que ainda pretende efetuar no Brasil, bem como a respeito do retorno (rentabilidade) real dos capitais que investiu no País a partir de 1997, que, na ótica da Presidência do grupo, teria sido inferior às expectativas da empresa e dos acionistas. O Ministro Parente, por sua vez, explicou as medidas tomadas, nos planos técnico, jurídico e político (tramitação no Congresso Nacional da Medida Provisória nº 14, dentre outras matérias), assim como as perspectivas de ação para o curto, médio e longo prazos que estão sendo implementadas pela Câmara de Gestão que dirige, a fim de transmitir ao setor elétrico brasileiro e aos atuais e potenciais investidores um sentido de estabilidade e previsibilidade operacionais.

Investimentos da EDP no Brasil

Distribuidora/ participação da EDP	Estado	Vendas	Consumidores	Área de intervenção
BANDEIRANTE ENERGIA (54%)	SP	22.052 GWh	2,09 milhões	16,6 mil km ²
CERJ (19%)	RJ	7.694 GWh	1,56 milhão	31,7 mil km ²
ESCELSA (52%)	ES	6.348 GWh	827 mil	41,4 mil km ²
ENERSUL (65%)	MS	2.633 GWh	518 mil	330,4 mil km ²
COELCE (6,9%)	CE	n.a.	n.a.	146,8 mil km ²
LAJEADO* (11%)	TO			

* inaugurada em setembro de 2001, não atingiu o máximo de sua capacidade

Acordo Telefónica-Portugal Telecom

A Telefónica anunciou, na segunda quinzena de janeiro de 2001, haver chegado a um acordo com a Portugal Telecom, pelo qual as duas companhias promoverão a fusão de seus ativos de telefonia celular no Brasil —que passariam a agrupar-se sob uma mesma empresa, avaliada em US\$ 10 bilhões, com participação de 50% de cada uma das partes. A nova sociedade passará a deter 42% do mercado específico brasileiro, com cerca de nove milhões de usuários em oito estados, através de suas

filiais TeleSudeste Celular, TeleLeste Celular, CRT Celular, Telesp Celular e Global Telecom.

O acordo prevê que a designação de seu presidente será prerrogativa da Telefónica e, à Portugal Telecom, a indicação do Vice-Presidente e do principal executivo. Ademais, a empresa espanhola deverá elevar em até 10% sua participação na companhia lusa, atualmente situada em 4,5%, enquanto que a PT elevará de 1% a 1,5% seu capital na Telefónica (registre-se que os estatutos da empresa portuguesa impedem que uma companhia estrangeira participe em mais de 5% do seu capital).

Analistas do setor sugerem que o estabelecimento da nova sociedade seria o prenúncio de uma futura fusão das duas empresas, que passariam a constituir uma gigantesca operadora ibérica de telecomunicações. A operação tem tido grande repercussão, e seria um significativo passo da empresa espanhola na sua estratégia de expansão na América Latina. Haveria também a “componente defensiva” da aliança, à vista da concessão de novas licenças de telefonia celular, de terceira geração, a serem adjudicadas pelo Governo brasileiro nos próximos meses.

CONVENÇÃO SOBRE BITRIBUTAÇÃO

Foi assinada em Brasília, em 16 de maio de 2000, pelos Ministros das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, e da Economia e Finanças de Portugal, Joaquim Pina Moura, a nova Convenção para Evitar a Dupla Tributação da Renda, que substitui a convenção firmada em 1976 e denunciada pela parte brasileira em 1999. O novo texto exclui de seu âmbito de aplicação as zonas francas da Ilha da Madeira, da Ilha de Santa Maria (Açores) e de Manaus. A Convenção já foi aprovada pelos Parlamentos dos dois países.

INVESTIMENTOS BRASILEIROS EM PORTUGAL

O Brasil figurou, no final dos anos 80 e início da década de 90, entre os maiores investidores externos em Portugal, embora o volume de inversões jamais se aproximasse, comparativamente, do nível alcançado pelos atuais investimentos portugueses. A atuação do Brasil se fez através

de grupos econômicos de grande dimensão, como a Construtora Bento Pedroso (da Organização Odebrecht), a Zagope (do Grupo Andrade Gutierrez), o Grupo Itaúsa, o Banco do Brasil e a Varig, entre outros.

Foi importantíssima a atuação da Bento Pedroso em empreendimentos de construção das grandes infra-estruturas do país — estradas, programa de expansão do metrô de Lisboa, Ponte Vasco da Gama, Barragem e Usina Hidroelétrica de Alqueva. Por outra parte, a Zagope está realizando importantes obras de construção civil na ilha da Madeira, com destaque para o novo aeroporto e 24 túneis urbanos no Funchal.

Depois de atingir um valor de US\$ 189,3 milhões em 1997, o investimento direto bruto do Brasil em Portugal reduziu-se para US\$ 95,9 milhões em 1998. Embora em 1999 tenha ocorrido uma retomada significativa, para cerca de US\$ 180 milhões, no ano 2000, a avaliar pelos dados disponíveis até o mês de novembro (US\$ 72,2 milhões contra US\$ 165,6 milhões em igual período do ano anterior), prevê-se uma redução para valores provavelmente inferiores aos de 1998.

COMÉRCIO

O grande incremento no fluxo de investimentos não encontrou até o momento reflexo da mesma proporção no intercâmbio comercial: Portugal responde por menos de 0,5% do comércio total brasileiro, não figurando entre nossos vinte maiores parceiros. Apesar de o quadro ter-se agravado em 1999, com sensível diminuição das exportações e importações brasileiras (bastante superiores inclusive às quedas verificadas no contexto total da União Europeia: 7% e 11%, respectivamente), verificou-se uma inédita retomada dos fluxos em 2000 e 2001.

Em virtude das quedas verificadas - Portugal passou de 35º fornecedor do Brasil em 1998 para 42º em 2001 - o país continuou a perder competitividade no mercado brasileiro, com uma participação de 0,35%, ou seja, menos de US\$ 200 milhões de vendas para o País. O crescimento do intercâmbio no ano passado não parece, contudo, alterar esse quadro modesto.

A pauta das exportações de Portugal tem conhecido alguma diversificação, mesmo continuando o azeite de oliva a ser o produto mais importante, com uma participação de 20% em 2000 —bem inferior, contudo, aos 32% de 1989. Embora o vinho, os moldes para metais e o minério de cobre continuem igualmente a ser os produtos mais vendidos para o Brasil, os livros, as publicações periódicas e outros produtos culturais representaram quase 6% do valor das exportações, sendo uma novidade nos dados a partir de 1999.

Quanto às exportações brasileiras, predominam os produtos primários: soja (15%), couros e peles (8%) e madeira (8%). Em 2000, a venda de aviões da ERJ-145 da Embraer para a empresa Portugália agregou maior valor ao perfil de nossas exportações para Portugal, alcançando o segundo lugar na pauta, ou o equivalente a US\$ 35 milhões. A participação de aeronaves e componentes na pauta de exportação brasileira foi de 6,7% em 1998, mas em 99 não havia sido vendida qualquer unidade. Vale registrar que Portugal ocupou, no ano passado, a 5ª posição como principal importador de soja brasileira, em compras no valor de quase US\$ 100 milhões.

No que se refere a 2001, as exportações brasileiras experimentaram um surpreendente aumento de mais de 33% em relação a 2000, enquanto as importações de produtos portugueses cresceram em 16%. Dados preliminares referentes a 2002 indicam a continuação dessa tendência.

Assim, embora os números do intercâmbio comercial apresentem-se muito aquém da disposição e das reais possibilidades de ambos os países, com tendência de superávits em favor do Brasil, os resultados de 2000/2001 parecem confirmar uma retomada de longo prazo no crescimento do volume total do comércio, o que poderá nos próximos anos sinalizar uma efetiva integração econômica entre Brasil e Portugal, com base no estabelecimento cada vez maior de parcerias e *joint-ventures*.

Comércio Brasil-Portugal

(em USD milhões FOB)

Ano	Exportações	Importações	Saldo	Valor total
1994	302,0	82,6	+219,4	384,6
1995	412,8	171,6	+241,2	584,4
1996	324,2	218,7	+105,5	542,9
1997	410,1	224,6	+185,5	634,7
1998	439,0	220,9	+218,1	659,9
1999	334,1	150,8	+183,3	438,3
2000	379,8	169,7	+210,1	549,5
2001	506,5	196,1	+310,4	702,6

Fonte: MDIC

TURISMO

Acompanhando o interesse do empresariado português, o Brasil transformou-se, nos últimos cinco anos, no destino turístico preferencial daquele país fora da Europa, ultrapassando os Estados Unidos e Marrocos. Em 2000, cerca de 100 mil turistas portugueses visitaram o Brasil, concentrando-se no Rio de Janeiro e na região Nordeste, que conta com a vantagem adicional da proximidade geográfica. Em sua última visita bilateral ao Brasil, o Chanceler Jaime Gama reiterou a necessidade de aumentar a liberalização do tráfego aéreo entre os dois países, usufruído atualmente por apenas duas companhias aéreas: Varig e TAP. O assunto é regulado pelo Acordo sobre Transportes Aéreos, de 1991. Foi assinado, no ano passado, novo Acordo, ainda não ratificado pelo Congresso Nacional.

Portugal tem investido no setor hoteleiro, especialmente por meio do Grupo Pestana, que possui *resorts* em Angra dos Reis (Carlton Palms Hotel), no Rio Grande do Norte (Carlton Natal) e inaugurou no ano passado o Carlton Bahia, ocupando o antigo prédio do Le Meridien, um dos hotéis mais tradicionais de Salvador. O empreendimento foi realizado em parceria com o Grupo português Songim. O Grupo Pestana possui, ainda, outros projetos no Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza, Recife, Curitiba e Porto Alegre, num total de investimentos da ordem de US\$ 100 milhões até 2003.

A Gazeta Mercantil empreendeu em Lisboa, em junho do ano

passado, o Seminário “Investimentos em Turismo no Nordeste Brasileiro”, para a divulgação da realidade econômica dos estados de Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte e das boas perspectivas que o Nordeste oferece ao investimento na área do turismo. O evento contou com a presença da Prefeita de Maceió, Kátia Born, do Presidente da Embratur, Caio Luiz de Carvalho, e dos Secretários de Turismo daqueles três estados, bem como de mais de 200 empresários portugueses do setor hoteleiro.

O Departamento de Captação de Recursos do Ministério do Esporte e Turismo tenciona realizar em Lisboa, se possível ainda no corrente ano, seminário para captação de recursos para o setor turístico brasileiro, seguindo modelo de evento organizado em maio último na Espanha com o apoio do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA). Nesse sentido, o Diretor-Geral do Departamento de Captação de Recursos daquele Ministério, Japy Magalhães, encontra-se em contato com o escritório de advocacia João Vieira de Almeida para procurar identificar parceiro português que possa desempenhar papel semelhante ao do BBVA na Espanha.

INTERCÂMBIO CULTURAL

A expansão da presença cultural brasileira em Portugal nos últimos anos e as comemorações, em base conjunta, do V Centenário do Descobrimento do Brasil constituem demonstração da grande vitalidade que o relacionamento entre os dois países vem experimentando no campo cultural. A música popular brasileira, assim como as telenovelas, constituem os aspectos da nossa cultura que mais repercutem em Portugal, embora a literatura, as artes plásticas, o cinema, a dança e o folclore não deixem de atingir um público cada vez mais expressivo. Essa intensificação da difusão cultural brasileira contribui para a formação de uma imagem positiva do Brasil, relacionada à diversidade da sua produção cultural e à dinâmica da atualidade do país.

Portugal associou-se de maneira extremamente ativa com o Brasil durante todas as etapas das celebrações do V Centenário do

Descobrimiento, que contaram com o peso simbólico das visitas do Presidente da República a Lisboa, para celebrar os quinhentos anos da partida da esquadra de Pedro Álvares Cabral, no dia 8 de março de 2000, e do Presidente da República Portuguesa, que participou das festividades do Dia do Descobrimiento em Porto Seguro, em 22 de abril.

No campo da literatura, é de se destacar o Prêmio Camões, criado conjuntamente em 1988 para consagrar, a cada ano, um autor de língua portuguesa. Já foi atribuído quatro vezes a autores brasileiros: João Cabral de Melo Neto, Raquel de Queiroz, Jorge Amado e Antônio Cândido.

Na área acadêmica, merecem relevo a existência e criação de novos Centros ou Institutos de Estudos Brasileiros em diferentes universidades portuguesas, tais como: Universidade Lusófona de Lisboa; Universidade Católica Portuguesa de Lisboa e Viseu; Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras; Universidade Internacional de Lisboa; Universidade de Coimbra - Faculdade de Letras; e Universidade do Porto/Faculdade de Letras, que se dedica à área de humanidades. Este cenário é reforçado, ainda, pela manutenção de dois Leitorados brasileiros junto à Universidade Internacional de Lisboa e à Universidade do Porto, devendo ser criado brevemente um leitorado junto à Universidade de Coimbra.

Foram assinados, por ocasião da V Cimeira Bilateral, em setembro do ano passado, dois acordos no âmbito cultural: o Protocolo de Colaboração na Área de Arquivos e o Memorando de Entendimento entre o Departamento Cultural do Itamaraty e o Instituto Camões. O Memorando tem como objetivo promover a língua portuguesa e a cooperação entre os Centros de Língua Portuguesa (Instituto Camões, de Portugal), e os Centros de Estudos Brasileiros e Institutos Culturais vinculados às Embaixadas do Brasil no exterior. O Convênio visa ainda, entre outros temas, incentivar a utilização de informações em português na Internet, estimular o ensino da língua portuguesa em Timor Leste e propiciar a cooperação para um sistema de equivalência de Certificação do Português Língua Estrangeira.

Os Ministros da Cultura de ambos os países procederam, em reunião setorial à margem da realização da Cimeira, à discussão de inúmeros temas de relevância para a agenda cultural dos dois países, como a cooperação

na área da microfilmagem dos arquivos históricos, a itinerância de material de origem documental relativo à história comum, exposições previstas para o corrente ano no Brasil e em Portugal e a cooperação com os países lusófonos e com o Timor Leste.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O Ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, realizou visita de trabalho a Lisboa em 24 e 25 de fevereiro último, ocasião em que assinou com seu homólogo português, José Mariano Gago, o Protocolo de Cooperação em matéria de redes eletrônicas, processamento da língua portuguesa e promoção de conteúdos digitais, logo após a abertura dos trabalhos da Comissão Interministerial para a Sociedade da Informação. O Ministro manifestou-se, na ocasião, favorável à proposta de estender certos aspectos do recém-assinado Protocolo de Cooperação aos demais países-membros da CPLP. Existe ainda, a esse respeito, proposta de acordo para a utilização de satélites brasileiros de coleta de dados pelos países da CPLP, o qual poderia ser assinado a partir da assunção da presidência da Comunidade pelo Brasil, em julho vindouro.

PRINCIPAIS EVENTOS DO RELACIONAMENTO (1996-2001)

Março de 1996	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, a Portugal, como representante do Brasil por ocasião da posse do Presidente Jorge Sampaio
Abril de 1996	Visita oficial do Primeiro-Ministro António Guterres ao Brasil
Junho de 1996	Visita a Portugal do Presidente do STF, Sepúlveda Pertence, e do Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, para participar das Primeiras Jornadas Luso-Brasileiras de Proteção Judiciária do Meio Ambiente e do Consumidor
Julho de 1996	Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP em Lisboa. Participação do Presidente da República e do Ministro das Relações Exteriores
Setembro de 1996	Visita a Portugal do Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Embaixador Ronaldo Sardenberg
Dezembro de 1996	Visita oficial do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, a Portugal
Março de 1997	Visita oficial do Vice-Presidente da República, Marco Maciel, a Portugal
Abril de 1997	Visita a Portugal do Ministro da Cultura, Francisco Weffort
Mai de 1997	Visita a Portugal do Ministro das Telecomunicações, Sérgio Motta. Assinatura de Ato Constitutivo da Aliança Atlântica.

Junho de 1997	Reunião de Consultas Políticas entre o SGAP e o Diretor-Político da Chancelaria portuguesa, Embaixador João Quintella Paixão, em Lisboa
Julho de 1997	III Cimeira Bilateral, em Brasília. Participação do Primeiro-Ministro António Guterres e dos Ministros portugueses dos Negócios Estrangeiros, Administração Interna, Equipamento e Planeamento, Justiça, Economia, Educação e da Cultura. Visita ao Brasil do Ministro da Educação de Portugal, Eduardo Marçal Grilo
Setembro de 1997	Visita de Estado do Presidente Jorge Sampaio ao Brasil Criação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Portugal na Assembléia da República de Portugal
Março de 1998	Fórum dos Presidentes dos Parlamentos Lusófonos em Lisboa. Participação do Senador António Carlos Magalhães
Abril de 1998	Reunião de Consultas Políticas entre o SGAP e o Diretor-Político da Chancelaria portuguesa, Embaixador João Quintella Paixão, em Brasília
Junho de 1998	Visita do Vice-Presidente Marco Maciel, por ocasião do Dia do Brasil na Expo '98 de Lisboa Constituição da Comissão de Honra Brasil-Portugal para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento, co-presidida pelo Vice-Presidente Marco Maciel e pelo ex-Presidente Mário Soares
Setembro de 1998	Visita oficial do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, ao Brasil
Outubro de 1998	VIII Reunião de Cúpula da Conferência Ibero-Americana, no Porto. Participação do Presidente da República.
Novembro de 1998	Visita a Portugal do Ministro das Minas e Energia, Raimundo Brito
Fevereiro de 1999	Visita ao Brasil do Ministro da Economia e Finanças de Portugal, Joaquim Pina Moura
Março de 1999	Reunião de Consultas Políticas entre o SGAP e o Diretor-Geral das Relações Bilaterais, Embaixador Costa Pereira, em Lisboa
Abril de 1999	IV Cimeira Bilateral, em Lisboa. Participação do Presidente da República e dos Ministros das Relações Exteriores, das Comunicações e da Cultura. Foram assinados acordos sobre a cooperação entre a Anatel e o Instituto de Comunicações de Portugal (ICP) e sobre proteção recíproca pelos dois Governos dos interesses de seus nacionais em terceiros países.
Junho de 1999	I Cimeira América Latina e Caribe-União Européia, no Rio de Janeiro. Presença do Primeiro-Ministro António Guterres e do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama Visita ao Brasil do Presidente da Assembléia da República, António de Almeida Santos Inauguração do Congresso Brasil-Portugal Ano 2000, em Coimbra. Participação do Ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, e dos Presidentes do STF, Carlos Velloso, e do STJ, Antônio de Pádua Ribeiro.
Agosto de 1999	Visita ao Brasil do Ministro da Economia e Finanças de Portugal, Joaquim Pina Moura
Setembro de 1999	Visita a Portugal do Ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardemberg, para participar da I Reunião de Ministros da Ciência e Tecnologia da CPLP
Dezembro de 1999	Cerimónia de transferência de Macau para a China. Participação do Vice-Presidente da República, Marco Maciel, e do SGAP Visita a Portugal do Ministro da Saúde, José Serra. Assinatura da "Carta de Intenções sobre Cooperação em Saúde"
Março de 2000	Visita oficial do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Portugal, no âmbito das Comemorações do V Centenário do Descobrimento
Abril de 2000	Visita oficial do Presidente Jorge Sampaio ao Brasil, no âmbito das Comemorações do V Centenário do Descobrimento. Assinatura do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta pelos dois Chanceleres Missa dos 500 anos da evangelização do Brasil, em Porto Seguro. Presença do Ministro da Educação de Portugal, Guilherme de Oliveira Martins

Maio de 2000	Visita ao Brasil do Ministro da Economia e Finanças de Portugal, Joaquim Pina Moura. Assinatura da Convenção para Evitar a Bitributação e Evasão Fiscal. II Fórum Global sobre Reinvenção do Governo, em Brasília. Participação do Ministro da Reforma do Estado e Administração Pública de Portugal, Alberto Martins Reunião dos Ministros da Cultura da CPLP, em Lisboa. Participação do Ministro Francisco Weffort
Outubro de 2000	Inauguração de módulos da Mostra do Redescobrimento em Lisboa. Presença do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia Visita ao Brasil do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Luis Amado. Assinatura, no Recife, do Protocolo de Cooperação entre a Associação dos Hotéis de Portugal (AHP) e a Associação das Empresas de Planeamento e Consultoria Empresarial do Nordeste (ASSEMP) Visita oficial do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Velloso, a Portugal
Janeiro de 2001	Visita a Portugal do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Alberto Cardoso
Fevereiro de 2001	Reunião de Consultas Políticas entre o SGAP e o Diretor-Geral de Política Externa do MNE, Embaixador António de Santana Carlos, em Brasília Visita de trabalho do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama
Março de 2001	Visita do Secretário-Geral do MNE, Embaixador João Salgueiro Feira de Negócios Brasil-Portugal e Seminário sobre Investimentos, em Belo Horizonte. Visita do Ministro da Economia de Portugal, Mário Cristina de Sousa
Maio de 2001	Seminário "Brasil-Portugal: Uma Aliança de Negócios", em Lisboa. Visita do Ministro da Fazenda, Pedro Malan
Maio de 2001	Visita da Ministra da Saúde de Portugal, Manuela Arcanjo
Julho de 2001	Visita do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Rui de Almeida Visita de trabalho do Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, a Portugal
Setembro de 2001	V Cimeira Bilateral, em Brasília. Visita oficial do Primeiro-Ministro António Guterres
Novembro de 2001	Visita não-oficial do Presidente Jorge Sampaio à cidade de São Paulo
Fevereiro de 2002	Visita a Portugal do Ministro-Chefe da Casa Civil, Pedro Parente
Fevereiro de 2002	Visita a Portugal do Ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg
Março de 2002	Instalação, em Lisboa, da Comissão Permanente para implementação e acompanhamento do Tratado de Cooperação, Amizade e Consulta

PRINCIPAIS ACORDOS BILATERAIS EM VIGOR

Acordo relativo ao Cumprimento de Cartas Rogatórias, assinado no Rio de Janeiro em 31 de agosto de 1895

Convenção de Arbitramento, assinada em Petrópolis, em 25 de março de 1909

Tratado de Comércio, assinado no Rio de Janeiro, em 26 de agosto de 1933

Convenção Ortográfica, assinada em Lisboa, em 29 de dezembro de 1943

Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais, assinado, assinado em Lisboa, em 15 de outubro de 1951

Tratado de Amizade e Consulta, assinado no Rio de Janeiro, em 16 de novembro de 1953

Acordo sobre Vistos em Passaportes Comuns, assinado em Lisboa, em 9 de agosto de 1960

Acordo para a Cooperação na Utilização da Energia Nuclear para Fins Pacíficos, assinado no Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1965

Acordo Básico de Cooperação Técnica, assinado em Lisboa, em 7 de setembro de 1966

Acordo Cultural, assinado em Lisboa, em 7 de setembro de 1966

Acordo de Comércio, assinado em Lisboa, em 7 de setembro de 1966

Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, assinado em Brasília, em 7 de setembro de 1971

Acordo, por Troca de Notas, Relativo ao Cumprimento das Conclusões do Grupo de Contato Intergovernamental Brasil-Portugal sobre Investimentos Recíprocos, assinado em Brasília, em 23 de maio de 1978

Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima, assinado em Brasília, em 23 de maio de 1978

Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial, assinado em Lisboa, em 3 de fevereiro de 1981

Acordo de Co-Produção Cinematográfica, assinado em Lisboa, em 3 de fevereiro de 1981

Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo, assinado em Lisboa, em 3 de fevereiro de 1981

Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, assinado em Lisboa, em 5 de maio de 1986

Protocolo Adicional ao Acordo Cultural de 1966, Criando o Prêmio Camões, assinado em Brasília, em 22 de junho de 1988

Tratado de Auxílio Mútuo em Matéria Penal, assinado em Brasília, em 7 de maio de 1991

Tratado de Extradicação, assinado em Brasília, em 7 de maio de 1991

Acordo de Seguridade Social, assinado em Brasília, em 7 de maio de 1991

Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares, assinado em Brasília, em 7 de maio de 1991

Acordo de Cooperação para a Redução da Procura, Combate à Produção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Substâncias Psicotrópicas, assinado em Brasília, em 7 de maio de 1991

Acordo-Quadro de Cooperação, assinado em Brasília, em 7 de maio de 1991

Acordo para a Constituição de um Grupo de Cooperação Consular Luso-Brasileiro, assinado em Brasília, em 7 de maio de 1991

Acordo para a Promoção Recíproca de Investimentos, assinado em Brasília, em 9 de fevereiro de 1994*

Memorando de Entendimento sobre Dentistas, assinado em Brasília, em 9 de fevereiro de 1994

Protocolo de Acordo de Intercâmbio de Militares entre a Força Aérea Brasileira e a Força Aérea Portuguesa, assinado em Brasília, em 4 de julho de 1994

Acordo de Cooperação Consular para Proteção e Assistência Consular, aos seus Nacionais em Terceiros Países, assinado em Lisboa, em 20 de julho de 1995

Acordo Relativo à Isenção de Vistos, assinado em Brasília, em 15 de abril de 1996

Protocolo Modificativo do Protocolo que Institui o Prêmio Camões, assinado em Lisboa, em 17 de abril de 1999*

Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, assinado em Porto Seguro, em 22 de abril de 2000**

**Ainda não ratificados pelo Congresso Nacional.*

****** O Tratado, em vigor a partir de 5 de setembro último, revogou/ab-rogou os seguintes instrumentos bilaterais:

Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Brasília, em 16 de maio de 2000

Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas*

Acordo sobre Transportes Aéreos*

Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo, Técnico e de Apoio*

Memorando de Entendimento para a criação de mecanismo formal de consultas para troca de informações, em níveis técnico e político, sobre temas de cooperação no quadro bilateral e no âmbito da CPLP

Protocolo de operacionalização da Convenção para Evitar a Dupla Tributação e a Evasão Fiscal em Matéria de Renda, assinada em maio de 2000

Protocolo de Colaboração na Área de Arquivos

Memorando de Entendimento entre o Departamento Cultural do Itamaraty e o Instituto Camões

Protocolo de Cooperação em Matéria de Redes Eletrônicas, Processamento da Língua Portuguesa e Promoção de Conteúdos Digitais

O Tratado, em vigor a partir de 5 de setembro último, revogou/ab-rogou os seguintes instrumentos bilaterais:

- *Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais, assinado em Lisboa, em 15 de outubro de 1951*

- *Tratado de Amizade e Consulta, assinado no Rio de Janeiro, em 16 de novembro de 1953*

- *Acordo sobre Vistos em Passaportes Comuns, assinado em Lisboa, em 9 de agosto de 1960*

- *Acordo Cultural, assinado em Lisboa, em 7 de setembro de 1966, e protocolo adicional de 22 de abril de 1971*

*Ainda não ratificados pelo Congresso Nacional.

- *Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, assinado em Brasília, em 7 de setembro de 1971*
- *Acordo, por Troca de Notas, sobre Abolição de Pagamento, em Regime de Reciprocidade, de Taxa de Residência pelos Nacionais de cada um dos Países Residentes no Território do Outro, assinado em Brasília, em 17 de julho de 1979*
- *Acordo-Quadro de Cooperação, assinado em Brasília, em 7 de maio de 1991*
- *Acordo Relativo à Isenção de Vistos, assinado em Brasília, em 15 de abril de 1996*

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE PORTUGAL

DADOS BÁSICOS

Nome oficial: República Portuguesa.

Capital: Lisboa.

Área: 92.389 km².

População: 10,1 milhões (2001).

Densidade demográfica: 107 hab./km².

Principais cidades (população): Lisboa (1 milhão), Porto (750 mil).

Moeda: euro (o escudo —subdivisão nacional do euro— teve existência física até dezembro de 2001).

SISTEMA DE GOVERNO

Portugal é uma República Parlamentarista. A Chefia do Estado é exercida pelo Presidente da República, eleito por voto direto para um mandato de 5 anos. A Chefia de Governo cabe ao Primeiro-Ministro, líder do partido com maioria parlamentar. O Legislativo é exercido pela Assembléia da República, composta por 230 membros eleitos para mandatos de 4 anos. A mais alta instância do Judiciário é o Tribunal Constitucional.

AUTORIDADES

Chefe de Estado: Presidente JORGE SAMPAIO (PS), reeleito em 14 de janeiro de 2001 para seu segundo mandato de cinco anos

Chefe de Governo: Primeiro-Ministro JOÃO MANUEL DURÃO BARROSO (PSD)

Ministro dos Negócios Estrangeiros:

Embaixador de Portugal em Brasília: ANTÓNIO FRANCO

Embaixador do Brasil em Lisboa: JOSÉ GREGORI

POLÍTICA INTERNA

A política interna portuguesa caracterizou-se na segunda metade dos anos 90 pelo amplo predomínio do Partido Socialista (PS) na cena político-partidária, cujo ciclo, iniciado com a vitória histórica do PS sobre o Partido Social-Democrata (PSD) de Cavaco Silva, nas eleições legislativas de 1º de outubro de 1995, e renovado pelas eleições de 1999, encerrou-se em 17 de março último.

O PSD elegeu, nas últimas eleições legislativas, 102 mandatos, conquistando 40,12% dos votos em um universo de 5,4 milhões de eleitores. O PSD logrou adicionar 22 deputados aos 80 que conseguiu nas eleições de 1999. O PS, que em 1999 detinha metade dos mandatos (112 obtidos no país e três junto das comunidades portuguesas no exterior), contou com 37,85% dos votos, tendo elegido 95 deputados, o que implicou uma perda de 17 deputados. O Partido Popular (CDS/PP) de Paulo Portas conseguiu, por seu turno, tornar-se a terceira força política do país, destronando a Coligação Democrática Unitária (CDU), tendo recebido os votos de 8,75% dos eleitores que lhe deram 14 mandatos, contabilizando uma perda de um deputado em relação às eleições de 1995.

Considerada a grande perdedora do pleito, a CDU (comunistas e “verdes”) perdeu cinco deputados, passando de 17 para 12, com 6,97% dos votos, e o Bloco de Esquerda (BE), a quinta e última força política

representada no Parlamento, ganhou um deputado, passando de dois para três (2,76% dos votos).

No novo ciclo político português que se descortina a partir das eleições de 17/3, a maioria do parlamento assentará na coalizão entre o Centro (PSD) e a Direita (CDS/PP), já que sociais democratas e populares juntos somam 116 deputados de um total de 230. Estaria portanto reduzida a hipótese de ingovernabilidade do país que foi tão anunciada às vésperas do sufrágio. Em seu discurso de vitória, Durão Barroso sinalizou com a possibilidade de abertura a uma solução governativa “estável e credível”, o que torna possível uma coligação com o partido de Paulo Portas, permitindo a sua participação no governo ou apenas a obtenção de maioria parlamentar.

O desgaste dos socialistas verificado nos dois últimos dois anos assumiu contornos irreversíveis a partir dos resultados das eleições municipais de dezembro passado. Derrotado João Soares (filho do ex-Presidente) em Lisboa, além dos Presidentes das Assembléias do Porto, Faro e Coimbra, cidades de grande importância regional, o Primeiro-Ministro António Guterres não viu alternativa senão pedir ao Presidente Jorge Sampaio sua demissão, imediatamente aceita, o que levou o Chefe de Estado a antecipar as eleições gerais. Dando seqüência a seu gesto, Guterres pediu também demissão do cargo de líder do PS (continua, no entanto, Presidente da Internacional Socialista). Entre os motivos da gradual perda de popularidade dos líderes do PS, pode-se apontar o desaquecimento da economia em 2001, as polêmicas ligadas à participação portuguesa na guerra da Iugoslávia, em 1999, e a queda da ponte de Entre-os-Rios, sobre o rio Douro, em março de 2000, acidente em que o Ministro da Infraestrutura assumiu a responsabilidade e acabou sendo obrigado a renunciar.

O único líder socialista que parece imune ao descontentamento nas pesquisas de opinião é o Presidente Jorge Sampaio, que conquistou, em janeiro de 2001, uma tranqüila reeleição para novo mandato de cinco anos, com 55,8% dos votos. Seu principal concorrente, Ferreira do Amaral, do PSD, alcançou apenas 34,5% das preferências. Sampaio é o político mais popular de Portugal.

CONJUNTURA ECONÔMICA

A evolução da economia portuguesa tem sido marcada, nos últimos anos —sobretudo desde 1997— pela participação do país no núcleo fundador da moeda única. A política monetária conduzida pelo Banco de Portugal foi progressivamente sendo condicionada pela convergência das taxas de juros para os níveis, mais reduzidos, existentes nos países que viriam a constituir a área do Euro. O processo culminou em 1º de janeiro de 1999 com a fixação de taxas de câmbio irrevogáveis entre as moedas dos países participantes e a assunção, pelo Eurosistema (constituído pelo Banco Central Europeu e pelos bancos centrais desses países), da condução da política monetária na área do Euro.

A economia portuguesa registrou, no ano 2000, crescimento menos de 3,0%, inferior à média anual de 3,5% entre 1995 e 2000. Não obstante, parece ter-se dado uma alteração qualitativa importante em termos do padrão de crescimento dos últimos anos, com a procura interna —outroa a componente mais dinâmica do PIB— começando a perder protagonismo em favor da procura externa. Além disso, o próprio perfil da economia portuguesa sofreu evolução importante, tendo a participação da agricultura e da pesca reduzido-se de 24% do PIB em 1960 para 3,8% em 2000.

Crescimento da economia portuguesa 1996-2001

Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Crescimento do PIB (%)	3,7%	3,8%	3,8%	3,3%	2,9%	2,7%*

Fonte: The Economist; *est. Comissão Europeia

Com efeito, a contribuição da demanda interna para o crescimento do PIB foi menor que em 1999, enquanto a influência negativa da demanda externa revelou-se menos intensa. Por trás deste comportamento estão, por um lado, o abrandamento da expansão do consumo privado e, de forma menos pronunciada, a desaceleração do consumo público e uma ligeira aceleração do investimento. Por outro lado, a evolução da demanda externa traduz-se em um aumento das exportações e em uma ligeira redução do ritmo de crescimento das importações, determinada pela desaceleração da procura interna.

O déficit das balanças corrente e de capital deverá ter-se situado entre 9% e 10% do PIB, um forte agravamento em relação aos 6,8% de 1999, cuja principal causa é a evolução da balança de mercadorias, sobre a qual tanto a subida dos preços do petróleo quanto a desvalorização do euro face ao dólar exerceram influência negativa.

Os ganhos decorrentes das exportações de bens e serviços cresceram 12,5%, dado favorável comparando-se com os 3,5% de 1999. Tal incremento traduz, sobretudo, o maior crescimento da demanda externa dirigida aos produtores portugueses, como resultado da aceleração da atividade econômica na Zona Euro, assim como a depreciação do euro em relação ao dólar. Nesse âmbito, vale ainda salientar o bom comportamento das receitas de turismo. No que respeita às importações, o crescimento nas compras de bens e serviços cresceu 10,5%, valores ligeiramente inferiores aos verificados nos anos anteriores.

A taxa de desemprego ficou em torno dos 4% ao fim do ano passado, valor que se estima ligeiramente abaixo da maioria das estimativas e bastante compatível com o processo de não-aceleração dos preços.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS NO ANO 2000

PIB: US\$ 115 bilhões

PIB per capita: US\$ 11,3 mil

Crescimento do PIB: 2,9%

Composição setorial do PIB: agricultura: 3%; indústria: 34%; serviços: 63%

Taxa de desemprego: 3,8%

Inflação: 2,8%

Reservas: US\$ 8,6 bilhões

Câmbio: US\$1 = 222 escudos (abr.2001)

Principais parceiros comerciais, exportações: Espanha (19,2%), Alemanha (17,6%), França (12,5%), Reino Unido (10,7%)

Principais parceiros comerciais, importações: Espanha (25,3%), Alemanha (13,7%), França (10,6%), Itália (7,0%)

Balança comercial: déficit de US\$ 14,6 bilhões (2000)

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

DADOS GERAIS

NOME OFICIAL	República de São Tomé e Príncipe
POPULAÇÃO	140,000 (est. 1999)
ÁREA	1,001 km ²
CAPITAL	São Tomé
SISTEMA POLÍTICO	República Parlamentarista

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	0,547 (132º lugar - ano 2000)
CRESCIMENTO DO PIB (%)	2,5 (1999)
INFLAÇÃO	10.5% (1999)
BALANÇA COMERCIAL (US\$ milhões)	- 13.9
PIB	US\$ 41 milhões (1998)
PIB PER CAPITA (US\$)	295 (1988)
AJUDA OFICIAL AO DESENVOLVIMENTO	33.5 (US\$ milhões - 1997)

Obs. Dados obtidos no Country Profile 2000 - The Economist Intelligence Unit

Localização: A República Democrática de São Tomé e Príncipe situa-se no Golfo da Guiné, junto à costa ocidental de África. A sua superfície é de 942 Km². O arquipélago é constituído por duas ilhas principais: a ilha de São Tomé (859 Km²), situada na linha do Equador, a 300 Km a NE da costa do Gabão, e a ilha do Príncipe (142 Km²), localizada a 150 Km a NE da anterior, e ainda por várias ilhotas desabitadas: os ilhéus adjacentes de Gago Coutinho (ou Rolas), Cabral, Pedras Tinhosas e Boné do Jókei. Ambas as ilhas fazem parte de uma cordilheira vulcânica que se estende desde os Camarões, na direcção SO, e que inclui as ilhas guineenses de Bioko e Pagalu.

Clima: O clima é do tipo equatorial, quente e húmido, com temperaturas médias anuais que variam entre os 22°C e os 30°C. A variabilidade climática é uma das características do país, com multiplicidade de microclimas definidos principalmente em função da pluviosidade e da temperatura e altamente dependente da localização. A temperatura varia, fundamentalmente, em função da altitude.

HISTÓRIA E POLÍTICA RECENTE

Descobertas em 1471 por navegadores portugueses, as ilhas do arquipélago santomense conheceram prosperidade econômica nos séculos XVI e XVII, graças à cultura da cana-de-açúcar. Com a decadência agrícola a partir do século XVII, devida em grande parte ao sucesso da produção brasileira, os plantadores brancos mudam-se para o Brasil e o arquipélago torna-se um entreposto de escravos – atividade só encerrada com a abolição da escravidão nas ilhas, em 1876. Em 1959 surge o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), de linha marxista, formado por santomenses exilados no Gabão. A independência pacífica é concedida por Portugal em 1975, e o MLSTP assume o governo como partido único, até 1991.

A partir de 1987, o MLSTP promoveu mudanças de viés democrático e fundiu-se ao Partido Social-Democrata (PSD). Uma série de reformas estruturais foram introduzidas nos campos político, econômico e social, visando a democratização e maior abertura do país, inclusive mediante processo de revisão constitucional.

Realizaram-se as primeiras eleições gerais em 1991, com a vitória da oposição e a eleição de **Miguel Trovoada** para a Presidência da República. Em outubro de 1994, realizaram-se novas eleições parlamentares, desta vez com vitória para o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe / Partido Social Democrático (MLSTP/PSD). Trovoada foi reeleito nas eleições presidenciais de 1996. A vitória do MLSTP/PSD nas eleições legislativas trouxe maior estabilidade ao país, além de maior fluidez nas relações entre Governo e as Forças Armadas.

Foram realizadas eleições presidenciais novamente em 29 de julho de 2001. O novo Presidente, **Fradique de Menezes**, foi eleito já no primeiro turno e tomou posse em 3 de setembro de 2001. Do mesmo grupo político do ex-Presidente Trovoada (ADI-Aliança Democrática Independente), Fradique é empresário do setor cacaujeiro, ex-Embaixador em Bruxelas e ex-Chanceler. Seu principal oponente foi o ex-Presidente Manoel Pinto da Costa, líder do MLSTP/PSD.

A eleição de Fradique de Menezes parece refletir preocupação do eleitorado em manter a coabitação entre Presidente e Primeiro-Ministro de partidos antagônicos, mas também esperança de assegurar uma utilização racional e socialmente justa dos possíveis ingressos orçamentários, em futuro próximo, decorrentes do início da exploração do petróleo, dos investimentos no setor do turismo e da recuperação do setor agrícola. Com estabilidade política e esse quadro econômico favorável, analistas admitem que São Tomé possa entrar rapidamente em fase significativa de crescimento.

ECONOMIA

A situação econômica atual é precária, em conseqüência principalmente da queda dos preços da monocultura do cacau, ainda o principal produto de exportação do arquipélago. A dívida externa de cerca de 360 milhões de dólares norte-americanos é muitas vezes superior ao PIB, o qual, por sua vez, depende em 95% da ajuda externa.

Em 1998/99, o país implementou uma série de reformas estruturais, sob o monitoramento do FMI, a fim de habilitar-se ao perdão de metade da dívida externa, no âmbito do programa HIPC (*Highly Indebted Poor Countries*).

Existem iniciativas que poderão, todavia, contribuir para melhorar a situação econômica santomense, entre elas, a exploração do recém-descoberto potencial petrolífero da plataforma continental de São Tomé e Príncipe, a instalação da Zona Franca de Príncipe, através da assinatura, em 1997, de contrato entre o Governo e a empresa sul-africana WADCO, bem como o investimento no setor turístico.

A resolução da disputa fronteiriça com Nigéria em torno da bacia petrolífera é também vital, embora um acordo amigável firmado, no final de 2000, com o Governo nigeriano já esteja viabilizando a exploração petrolífera e deva, conseqüentemente, gerar receita suficiente para, em futuro próximo, alterar o quadro econômico-financeiro do país.

Grande carência no setor energético constitui uma das principais deficiências em termos de infra-estrutura física no país. Outro grande

desafio ao desenvolvimento econômico é a luta contra a malária, que é endêmica e atinge grandes proporções. Os Governos norte-americano e português iniciaram, em 2000, programa de erradicação da doença.

POLÍTICA EXTERNA

Autoridades de São Tomé atribuem grande prioridade à relação com os países de língua portuguesa, através da CPLP, mas procuram minimizar o fator lingüístico, para não criar barreiras à influência – e conseqüentemente à cooperação – francesa, que se faz sentir através dos vizinhos Gabão, Camarões e Congo-Brazzaville.

A cooperação imediata de Brasil e Portugal, bem como a de Angola e Moçambique, num prazo mais dilatado, são da maior relevância para São Tomé, que procura participar da forma a mais ativa possível na CPLP. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, **Patrício Emery Trovoadá** (filho do ex-Presidente Miguel Trovoadá), ocupará, até julho de 2002, a Presidência do Conselho de Ministros da CPLP; São Tomé preside, portanto, às reuniões do Conselho de Concertação Permanente, que se realizam mensalmente em Lisboa. O ex-Ministro das Relações Exteriores, Rafael Branco, foi Secretário-Executivo Adjunto da CPLP até maio de 2000, quando assumiu funções no Governo santomense.

A presença recente da cooperação de Taiwan pode ser facilmente notada em São Tomé, no financiamento da maioria das obras públicas, como melhoria de estradas, rede de água, infra-estrutura portuária e importantes edifícios, dentre os quais a futura Biblioteca Nacional. O Presidente Fradique de Menezes parece favorecer a continuidade da presença de Taiwan.

Registre-se ainda a crescente presença norte-americana no arquipélago santomense. Em 2000, a Voz da América transferiu para o arquipélago a antena de transmissões para a África e construiu no país importante centro de operações, ocupando área de alguns quilômetros quadrados, com abastecimento independente e terminal portuário próprio. Programas em diversas línguas são produzidos e transmitidos da ilha, atingindo boa parte do território africano.

RELAÇÕES COM O BRASIL

O diálogo bilateral é muito bom, conforme se verificou em novembro de 2000, por ocasião da visita ao Brasil do Chanceler Rafael Branco.

A cooperação se concentra no Programa de Estudantes Convênio (PEC-G) e na formação de quadros da diplomacia e do Governo santomense no Instituto Rio Branco. Há, todavia, outros projetos sendo implementados, na área da saúde (DST/AIDS) e de agricultura, particularmente para o desenvolvimento da cultura da mandioca. Em julho de 2001, o Diretor da Agência Brasileira de Cooperação - ABC assinou em São Tomé acordos sobre a implantação dos programas Alfabetização Solidária e Bolsa-Escola no país, além de projetos de transferência de tecnologia no cultivo de cacau e de cooperação técnica na área de formação profissional.

São Tomé beneficia-se, igualmente, de programas multilaterais de formação e treinamento realizados pelo Brasil no âmbito da CPLP.

A presença brasileira está também vinculada à atuação de grupos religiosos naquele país.

Balança comercial bilateral

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ mil fob)	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Exportações Brasileiras	1.108	144	60	58	247	332
Importações Brasileiras	-	-	-	-	-	0,364
Saldo	+1.108	+144	+60	+58	+247	+331,636
Total do Comércio	1.108	144	60	58	247	332,364

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE

INFORMAÇÕES

Informações Gerais

http://stoat.shef.ac.uk:8080/gertrudes/Sao_Tome/

Informações Gerais (links para gravações da TV e rádio santomenses, informações para investidores)

<http://www.saotomeonline.com/>

Diário Téla Nóin/Nossa Terra

<http://www.cstome.net/diario/index.htm>

Notícias – AllAfrica.com (em inglês)

<http://allafrica.com/saotomeandprincipe/>

Nações Unidas em São Tomé

<http://www.uns.st/>

São Tomé e Príncipe (página particular)

<http://www.terravista.pt/aguaalto/1864/>

TIMOR LESTE

DADOS BÁSICOS:

O Timor Leste compreende a metade oriental da ilha de Timor. Situa-se no Arquipélago das Pequenas Ilhas Sonda, a 500 quilômetros ao norte da Austrália, sendo banhado pelo Oceano Índico (Mar do Timor) ao sul e pelo Oceano Pacífico (Mar da Banda) ao norte. Ocupa uma superfície de 19.000 km² (menor do que a de Sergipe), incluído o enclave de Oecussi, localizado a 70 km dentro do território indonésio, e a pequena ilha de Ataúro. A distância da fronteira com Timor Oriental à extremidade nordeste da ilha é de 265 km, enquanto a largura máxima é de 92 km. A parte ocidental da ilha é ocupada pela província indonésia de East Nusa Tenggara (Timor Ocidental), cuja capital é Kupang.

POPULAÇÃO:

Estima-se atualmente a população de Timor Leste em cerca de 850 mil habitantes, dos quais em torno de 110 mil refugiados timorenses em Timor Oeste. Haveria cerca de 80 mil timorenses vivendo na Austrália, em Portugal, na Indonésia e em Macau.

A composição étnica da população é heterogênea, com grupos das etnias tétum, mambai, gari e kemah, de origem malaia, melanésia e polinésia, além de 36 subgrupos étnico-lingüísticos.

Os timorenses são conhecidos como “povo maubere”, termo cunhado pela resistência, que não se refere a um grupo étnico em particular, e poderia ser traduzido como “povo caboclo” ou “caipira”.

RELIGIÃO

Mais de 90% da população timorense é católica. Há, ainda 4% de muçulmanos, 3% de protestantes e 2% de animistas. Contrariamente ao que aconteceu nas demais ilhas do arquipélago indonésio, Timor Leste praticamente não teve contato com o islamismo ou com o hinduísmo, mantendo uma tradição animista associada à prática generalizada do catolicismo, herança da colonização portuguesa.

POLÍTICA INTERNA:

Logo após o anúncio do resultado da consulta popular de 30 de agosto de 1999, quando os timorenses manifestaram sua opção pela independência de Jacarta, a situação de segurança no território deteriorou-se rapidamente. Milícias indonésias contrárias à independência lançaram onda de violência contra a população civil, sem que as forças policiais e militares indonésias tenham demonstrado capacidade ou disposição de intervir.

A pedido do Brasil e de Portugal, o Conselho de Segurança realizou, em 11/9/99, sessão aberta na qual os Estados membros manifestaram repúdio à deterioração da situação no território. Diante da crescente pressão da comunidade internacional, o Governo da Indonésia anunciou, em 12/9/99, a aceitação do envio de uma força multinacional (INTERFET), liderada pela Austrália e aprovada pela Resolução 1264 do Conselho de Segurança, em 15/9/99, com o objetivo de restaurar a estabilidade, a paz e a segurança no território, facilitar as operações de ajuda humanitária e apoiar a UNAMET no cumprimento de suas funções.

Os primeiros elementos da INTERFET, dentre eles integrantes do Exército brasileiro, desembarcaram em Timor Leste em 20 de setembro de 1999. A retirada das Forças Armadas indonésias foi concluída em 30 de outubro de 1999. Em 19 de dezembro de 1999, a Assembléia Consultiva do Povo (MPR), órgão máximo do sistema político da Indonésia, revogou o ato de anexação do Timor Leste de 1976.

Com a aprovação da Resolução 1272 do Conselho de Segurança, em 25/10/99, tiveram início as operações da Administração Transitória das Nações Unidas no Timor Leste (UNTAET – “United Nations Transitional Administration in East Timor”), autoridade encarregada de conduzir a reconstrução do território até 2001. Para o cargo de Chefe da UNTAET e Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas, foi nomeado o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, responsável por todas as operações das Nações Unidas em Timor Leste e com poderes executivos e legislativos.

Pela Resolução 1272, o CSNU atribuiu à UNTAET o mandato de garantir a segurança, a lei e a ordem em Timor Leste, coordenar a ajuda humanitária, de reconstrução e de desenvolvimento, apoiar a capacitação para o auto-governo dos timorenses e ajudar a estabelecer as condições para o desenvolvimento sustentável.

O balanço geral do trabalho da UNTAET nesses dois anos tem sido bastante positivo. A situação interna está sob controle e não se registram mais ataques de milícias. Um número crescente de refugiados vem retornando ao Timor Leste.

Eleições de 30 de agosto de 2001:

Certamente o feito mais significativo até o momento da Administração Transitória foi a realização, em 30 de agosto de 2001, das eleições para a Assembléia Constituinte. Tratou-se das primeiras eleições depois da consulta popular de 1999.

A FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor Leste Independente) foi o partido vencedor, sem contudo ter obtido maioria absoluta na Assembléia. A Assembléia tem o prazo inicial de 15 de dezembro para apresentar projeto de Constituição.

O Brasil enviou missão observadora eleitoral integrada por parlamentares e representantes da justiça eleitoral e participou da missão observadora da CPLP.

Após a eleições de 30 de agosto, foi formado um Gabinete de Transição, cuja composição reflete os resultados das urnas. Mari Alkatiri, líder da FRETILIN, foi nomeado Ministro-Chefe do novo Gabinete, que assume gradativamente maiores funções administrativas e de Governo.

Em 14 de abril de 2002 serão realizadas eleições para escolher o primeiro Presidente da República Democrática de Timor Leste. O líder da resistência timorense durante a ocupação indonésia, Xanana Gusmão, é o candidato franco favorito.

A independência do Timor Leste será proclamada no dia 20 de maio de 2002, encerrando-se, assim, o mandato da Administração Transitória das Nações Unidas. Após a independência, uma missão das

Nações Unidas deverá permanecer em Timor Leste prestando auxílio ao novo país.

O Brasil apóia posição do Secretário-Geral das Nações Unidas no sentido de que essa missão seja financiada por contribuições obrigatórias – e não voluntárias – dos países membros, como forma de garantir seu adequado funcionamento.

ECONOMIA:

Timor Leste era uma das províncias mais pobres da Indonésia, com uma renda *per capita* de cerca de US\$ 350 em meados dos anos 90. O PIB real cresceu à taxa média de 10% em 1994-96, em boa medida graças a gastos com construção de estradas e edificação pelo Governo indonésio. Naquele triênio, o PIB per capita aumentou 23%, atingindo US\$ 430 em 1996.

Na esteira da crise asiática, o crescimento diminuiu para 4% em 1997 e para 2% negativos em 1998. Com o cancelamento ou adiamento de projetos de construção de estradas e de edificações, o setor de construção contraiu-se quase 30% em 1998. Este declínio foi parcialmente compensado pela manutenção do crescimento do setor financeiro, da administração pública, defesa, serviços públicos e hotéis. A produção agrícola manteve-se praticamente inalterada. Em linha com a situação na Indonésia, a inflação e os juros aumentaram em 1998 para 80% e 38%, respectivamente.

A economia e a estrutura institucional de Timor Leste sofreram profunda desorganização em decorrência do surto de violência e destruição que se seguiu ao plebiscito de 30 de agosto de 1999. Estima-se que o PIB real tenha declinado quase 40% em 1999 (estimativas mais recentes, no entanto, indicam que a queda pode ter sido um pouco menor). O choque de oferta foi dramático, refletindo o efeito combinado da interrupção do ciclo agrícola, da destruição dos estoques locais de produtos manufaturados, do fechamento da fronteira com Timor Leste e da limitação das operações do porto de Díli. Cerca de 70% dos prédios públicos, e muitos prédios privados, foram parcial ou completamente

destruídos e/ou saqueados. Embora muitos agricultores tivessem retornado a suas terras em outubro e novembro, o plantio para as colheitas de 2000 começou tarde, e com dificuldades decorrentes da destruição de sementes. A infra-estrutura – estradas, geração de eletricidade e água, portos e aeroportos - sofreu danos graves.

Entre as dificuldades inerentes à reconstrução e à preparação para a independência timorense, destaca-se o fato de que a colonização portuguesa e a ocupação indonésia não haviam contribuído para a criação de quadros com capacidade gerencial. Em particular, a Indonésia criou uma cultura de dependência de empregos, transferências e subsídios governamentais. Além disso, criou-se uma infra-estrutura pouco desenvolvida, mas de manutenção dispendiosa.

A atividade econômica no território começou a se recuperar no ano 2000, impulsionada sobretudo pelo comércio, serviços básicos e reconstrução de edifícios públicos e residenciais. Diversos restaurantes, hotéis e locadoras de veículos estão operando em Díli, e o serviço postal entre Díli e Baucau foi restabelecido. Várias empresas estrangeiras estão operando, sobretudo em construção e transporte marítimo.

Prevê-se que até meados da década a exploração do petróleo no “Timor Gap” venha a render ao Estado timorense recursos significativos, suficientes para o financiamento do orçamento público.

Conferência de Doadores de Oslo:

Realizou-se em Oslo, de 11 a 12 de dezembro último, a V Reunião de Países Doadores para Timor Leste, na qual o Brasil está presente. A reunião segue o formato dos encontros anteriores de Camberra e Bruxelas, e a agenda estrutura-se de modo a cobrir quatro áreas:

- a) o processo de transição política;
- b) governança e gerenciamento do setor público pós-UNTAET;
- c) progressão rumo ao Plano Nacional de Desenvolvimento; e
- d) finanças públicas.

A próxima Reunião de Países Doadores será realizada em Díli, nos dias 14 e 15 de maio de 2002.

Relacionamento bilateral:

A visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Timor Leste, em 22 de janeiro de 2001, objetivou reiterar o compromisso do Brasil de contribuir com a reconstrução do futuro país independente e permitiu consolidar uma cooperação eficaz com a UNTAET e a liderança timorense.

As conversações mantidas pelo Presidente da República em Díli permitiram melhor aferição das necessidades timorenses e as disponibilidades da cooperação brasileira. Definidos como prioritários, educação, saúde e formação profissional são os campos onde se concentram os projetos de cooperação já em andamento, com perspectivas de desenvolvimento de novos programas em áreas tais como agricultura.

O Representante Especial do Secretário-Geral e Administrador Transitório de Timor Leste, Sérgio Vieira de Mello, visitou o Brasil em 5 e 6 de fevereiro passado, ocasião em que se avistou com o Presidente da República e outras altas autoridades.

Em junho de 2000 o Brasil inaugurou o Escritório de Representação em Díli, de modo a estabelecer desde logo sua presença diplomática no Território. No mesmo ano, visitou o Brasil Xanana Gusmão, líder da resistência timorense e candidato franco favorito a primeiro Presidente de Timor, nas eleições previstas para a o próximo mês de abril. Visitaram também o Brasil, em 2000, o Bispo de Díli e Prêmio Nobel da Paz, Dom Ximenes Belo, e o Padre Filomeno Jacob, na qualidade de “Ministro” para Assuntos Sociais. O Padre Filomeno Jacob retornou ao Brasil em março de 2001, para aprofundar as conversações sobre a cooperação brasileira, com ênfase nas áreas de educação e saúde.

COOPERAÇÃO NA ÁREA DE SEGURANÇA:

Há 85 militares brasileiros em Timor Leste, divididos em cargos de administração (o Chefe dos Observadores Militares, o Chefe do Serviço de Polícia do Exército e o Vice-Chefe da Célula de Treinamento), observadores militares (12) e uma tropa, composta de policiais do Exército, de 70 homens. Integram o contingente policial de Timor,

ademais, 11 policiais militares estaduais (Distrito Federal, Goiás, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo).

COOPERAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO:

No setor da educação, encontram-se em andamento os três projetos inaugurados pelo Presidente Fernando Henrique, que deverão ter seguimento e ampliação:

a) Desenvolvimento Empresarial e Formação Profissional em Timor Leste: em janeiro último, foram iniciadas as obras de recuperação do complexo de edifícios que abrigará o Centro de Formação Profissional, no bairro de Becora, em Díli, na presença do Presidente da República. O projeto visa à instalação de um centro de desenvolvimento empresarial e de formação profissional, com capacidade para treinar 1440 alunos no primeiro ano de funcionamento. As áreas abrangidas são: construção civil, eletricidade, costura industrial, mecânica (geral, diesel, motos e bicicletas e de motores marítimos), madeira, alimentação (padaria, confeitaria, carne e derivados), couro e calçados, educação ambiental e informática (manutenção e reparo de microcomputadores). O projeto é coordenado pela ABC em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

b) Alfabetização Comunitária em Timor Leste: a primeira etapa previu a alfabetização, até maio de 2001, de cerca de 300 jovens e adultos timorenses (de 25 a 50 anos), com utilização de metodologias pedagógicas e experiências de trabalhos comunitários do Programa Alfabetização Solidária da Comunidade Solidária. Está sendo preparada a expansão do projeto para todo o território timorense. A iniciativa despertou grande interesse pelo curso, havendo lista de espera, em algumas escolas, para a matrícula.

c) Formação de Professores e Alunos com Recurso da Educação à Distância em Timor Leste: o objetivo do projeto é formar jovens e adultos nos ensinos fundamental e médio, bem como professores leigos em exercício para o ensino básico, com a utilização das metodologias do “Telecurso 2000” e dos programas do MEC “Parâmetros em Ação” e “PROFORMAÇÃO”, para aperfeiçoamento de professores em sala de

aula. O projeto conta com a participação do MEC, da Fundação Roberto Marinho e Viva Rio.

Ainda no campo da educação, encontra-se em fase avançada programa de apoio acadêmico ao Timor Leste. Um dos pleitos constantes do lado timorense tem sido a concessão de bolsas de estudos para professores e estudantes timorenses em universidades brasileiras. Em 24 de agosto de 2001 foi assinado em Díli Memorandum de Entendimento para a Cooperação Educacional com Timor Leste, que permitirá a concessão de bolsas de estudos em universidades brasileiras para estudantes timorenses. A CAPES estuda o envio de missão de reconhecimento a Díli para verificar, *in loco*, as necessidades timorenses nesse campo.

COOPERAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE:

Equipes do Ministério da Saúde visitaram o território com vistas a identificar campos específicos de cooperação. Em novembro de 2000, foi realizada campanha de vacinação contra poliomielite. Com vistas à ampliação da cooperação brasileira nessa área está sendo analisada, entre outras, a possibilidade de realização de projetos relativos à formação de quadros para gestão de sistemas de saúde e a criação de programa semelhante ao “Saúde na Família” do Ministério da Saúde. Nesse sentido, aquele Ministério enviou nova missão ao Timor Leste em julho passado e recebeu missão timorense em outubro/novembro passado. Há interesse também pelo programa “Pastoral da Criança”, ligado à CNBB.

Quatro médicos brasileiros foram selecionados pelo Ministério da Saúde de Timor Leste para prestarem assistência médica à população timorense e realizarem trabalhos comunitários de educação em saúde naquele país. Esses profissionais iniciaram suas atividades no território em dezembro passado.

PERSPECTIVAS FUTURAS:

Timor Leste desperta em muitos segmentos da opinião pública nacional sentimentos de solidariedade e expectativas de uma participação

atuante do Brasil na sua consolidação nacional. A visita do Presidente Cardoso a Díli permitiu constatar a grande empatia nutrida pelos timorenses por laços fraternos com o Brasil. Questões cruciais ainda estão por ser definidas sobre o futuro do Estado e da Nação timorense, tais como a questão da língua, o modelo político e econômico a formação profissional e a inclusão social, áreas onde o Brasil poderia estender contribuição significativa para a sustentabilidade do desenvolvimento do país após sua independência. Ademais, por seu bom relacionamento, tanto com a Indonésia quanto com a Austrália, a modalidade de relacionamento futuro do Brasil com o Timor Leste poderá constituir fator axial para a definição de uma inserção brasileira num epicentro estratégico entre o Sudeste Asiático e a Oceania.

Cerimônias de independência de Timor Leste – 19/20 de maio de 2002:

O Ministro de Estado das Relações Exteriores estará representando o Presidente da República nas solenidades de independência de Timor Leste.

